

BIOPODER E CARTAS SUICÍDAS: POSSIBILIDADE DE EMERGIR O “EU” DO SUJEITO AGONIZADO, SUFOCADO, ATRAVÉS DA ESCRITA

Edna Balbino de Souza Oliveira

Universidade do Estado de Mato Grosso

Graduada em História pela UNEMAT

edna_oliveira_16@hotmail.com**Resumo**

A presente comunicação pretende analisar a estreita relação entre o direito de morte sobre a vida, uma vez que na contemporaneidade novas formas de subjetividades brotam a cada segundo, talvez contribuindo para a objetivação/subjetivação/constituição de sujeitos rotulados como desestabilizados, que se vêem obrigados a configurarem-se de acordo com as exigências sociais e comportamentais projetadas em meio ao caos, das novas engrenagens socioculturais, políticas e econômicas. Desta maneira proponho fazer emergir dentre as palavras escritas em papéis amarelados e pueris um “grito de liberdade” – uma liberdade momentânea e única – do qual o indivíduo se apropria, para sentir-se dono de si, nem que seja por pouquíssimos instantes. Ressaltando que o intuito de adentrar por esse campo é justamente porque o drama vida e morte (suicídio) são vivenciados por todos nós, de modo que, quiçá esta seja uma das maneiras que encontramos para tentar entender e/ou dar visibilidade sobre alguns aspectos desta prática, lembrando que a intenção deste texto não passa pela apologia ou a intenção de criar quaisquer dispositivos que visem incentivar o ato em si.

Palavras-chave: Biopoder. Suicídio. Escrita de si.**Abstract**

This communication aims to analyze the close relationship between the right of death over life, since in contemporary new forms of subjectivity sprout every second, perhaps contributing to the objectification/subjectification/constitution of subjects labeled destabilized, who are forced to configure itself according to the social and behavioral requirements designed in the chaos, new gears sociocultural, political and economic. Thus I propose to emerge among the words written on yellowed papers and puerile a 'cry for freedom "-and only one momentary freedom-of which the individual appropriates to feel in control of himself, even for a very few moments. Noting that the purpose of entering this field for the drama is precisely because life and death (suicide) are experienced by all of us, so, perhaps this is one of the ways we find to try to

understand and / or visibility on some aspects of this practice, noting that the intention of this text does not go through apology or intended to create any devices that boost the act itself.

Keywords: Biopower. Suicide. Writing itself.

[...] nenhum dos heróis negros que elas puderam inventar me pareceu tão intenso quanto esses remendões, essas vendedoras de roupas de segunda mão, esses tabeliões, esses monges vagabundos, todos enraivecidos, escandalosos ou desprezíveis; e isso pelo único fato, sem dúvida, de que sabemos que eles existiram.

Michel Foucault

Antes de tecer qualquer discussão a respeito da temática a ser aqui discutida, quero ressaltar que, o objetivo desse trabalho é unicamente criar uma discussão acadêmica, não procuro de maneira alguma possibilitar que seja criado quaisquer dispositivos que visem incentivar, ou de alguma forma defender o ato suicida, desejo sempre assegurar o respeito para com a potencia da vida e a memória dos que se foram. Portanto o intuito de adentrar por esse campo é justamente porque o drama vida/morte/suicídio é vivenciado por todos nós diariamente de maneira direta ou indireta.

Somos sabedores que a prática de por fim a própria vida, é percebida, interpretada, entendida, classificada, sentenciada de maneiras diversas pela sociedade, não podendo, em hipótese alguma, universalizar ou/e naturalizar quaisquer que sejam as definições. Grandes e renomados pensadores deixaram várias opiniões a respeito desta temática, neste sentido podemos citar as definições do filósofo Rousseau referente ao ato suicida “(...) *uma violação ao dever de ser útil ao próprio homem e ao outro* (apud SILVA, 1992,28), contrapondo-o, temos pensadores como Nietzsche “(...) *admitir a morte no tempo certo e com liberdade*” (1992,28), Schopenhauer “(...) *positivação máxima da vontade humana*” (1992,28), Sêneca “(...) *Um ato de heroísmo*”. Ou seja,

tratam o ato suicida como um ato espontâneo/voluntário/positivo, onde o sujeito obtém a sua morte no tempo em que acha certo ou apropriado, pois o mesmo, da vida se apropria, capturando para si a liberdade para morrer onde, como e quando bem lhe aprouver ou lhe for conveniente.

Para tanto, pensar a morte/suicídio em sua positividade só se tornou possível através de uma perspectiva pós-moderna, através das formulações de Michel Foucault, Gilles Deleuze, Jacques Derrida, Roland Barthes, Hayden White, Dominick La Capra, entre outros, que propunham pensar as diferenças, incorporaram de certo modo, funções artesãs nas escritas de práticas humanas, produtores de significativas mudanças dentro do campo historiográfico que nos possibilita transitar por ambientes cheios de lacunas, que é o universo humano, fazendo assim, emergir temáticas que envolvem o cotidiano, metamorfoses corporais, desejos, odores, nascimento e também a morte. Como assinala Margareth Rago, “*Cada vez mais os historiadores se despedem das formas estruturadas e estritamente racionais de pensamento ou das formas organizadas e institucionais, da ação política, para buscarem manifestações emotivas, instintivas da subjetividade*” (2004, p.90).

No que diz respeito a essa ruptura com antigos conceitos e a captura de novos paradigmas, só foi possível com o resultado de discussões fervorosas, que partiram das novas estratégias elaboradas dentro do campo historiográfico; sendo assim, não posso deixar de dar ênfase em um dos mais ilustres e polêmicos estudiosos – Michael Foucault –, responsável por agregar/reunir nos seus trabalhos um conjunto de discussões que percorrem diferentes e diversas categorias humanas. Com seu método arqueogenalógico, propôs trabalhar com as discontinuidades, desfazer os pontos fixos, desnaturalizar, despedaçar, rachar a história (DELEUZE, 1992, p.105). Nesse sentido, uma das preocupações de Foucault foi analisar como a sociedade opera com as mutações e transformações ocorridas no meio político, econômico e cultural, a partir de suas formas de governar; investigando discursos que produzem verdades e subjetividades (2001, p.70-72).

Diante das múltiplas possibilidades proporcionadas pelas pesquisas realizadas por Foucault, utilizadas nos mais variados campos dos saberes, em que propõem pensar/analisar as muitas problemáticas presentes na nossa contemporaneidade, pretendo destacar nas análises realizadas em torno dos atos suicidas, as estratégias do “*biopoder*” nesse momento único e raro vivenciado pelo sujeito (suicida).

Para tanto, o “*biopoder*” aqui, é pensado como propõem Foucault em seus estudos, como uma tecnologia de coerção sutil, um modo de exercer várias técnicas em uma única tecnologia. Ele permite a disciplinarização dos corpos. Em uma era onde o poder deve ser justificado racionalmente, o biopoder é utilizado pela ênfase na regulação do corpo, na proteção da vida. Os biopoderes se ocuparão então da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade, dos costumes, etc., na medida em que essas se tornaram preocupações políticas.

A emergência do biopoder só se dá a partir da afirmação da governamentalidade. Governamentalidade é um conjunto de instituições, práticas e formas de pensamento próprio desta forma de exercer o poder, poder que tem o sujeito/corpo como alvo principal e a economia política como o saber mais importante e os dispositivos de segurança como instrumento técnico essencial¹. Dessa maneira, primeiramente, quero frisar mais alguns pontos referentes ao conceito, para que assim, se torne possível criar um atalho, ou melhor, um elo entre a problemática proposta e o conceito do autor.

Vamos começar por uma discussão que Foucault faz no que diz respeito à mudança ao tratamento dado a vida, que marca um momento de transição da Sociedade de Soberania para a Sociedade Disciplinar. No texto “Direito de Morte sobre a Vida”, este mesmo autor, analisa a relação do direito de vida sobre a morte, e do direito de causar a morte e deixar viver, e as gradativas mudanças que substitui essa antiga concepção (causar a morte) por um poder de causar a vida, isto é, um poder que trabalha dia e de noite para majorar a vida, segundo Foucault “(...) *A velha potência de morte*

¹ Para melhor entendimento deste conceito, ler: Foucault, M. (1978). A governamentalidade. Em Michael Foucault, *Microfísica do poder* (pp. 277-293). Rio de Janeiro: Graal.

que simbolizava o poder do Soberano é agora cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida” (1988 130).

Em suma, o que Foucault traz à tona é que o poder, outrora pautado na soberania sobre a vida e morte, torna-se insuficiente/incapaz de conter e o corpo coletivo, necessitando de forças maiores, baseadas na disciplina/vigilância dos corpos, para que posteriormente houvesse uma acomodação/aceitação desse novo modelo de poder regulamentador sobre os indivíduos.

Noutras palavras, podemos dizer que cresceu cada vez mais a preocupação com o nível de saúde, a duração da vida e as condições de existência. Surge então a enorme necessidade do sistema então vigente que Denise Bernuzzi de Sant’Anna chamará no seu artigo “Transformações do Corpo, controle de si e uso dos prazeres” de uma nova ordem denominada tecnocientífica-empresarial, que substituiria a ordem político-jurídica. Este novo momento se caracterizaria por “modificar sensivelmente as relações do ser humano com seu corpo e com a sociedade” (Sant’Anna, p. 99). Dentre estas, talvez a mais importante, seja a estreita relação dos corpos (células, genes) com o mercado, mediatizado pelo aparato tecno-científico. Paralelamente a esta relação, os indivíduos na busca de construir suas identidades, de se sentirem pertencendo a este mundo buscam cada vez mais cuidar dos seus corpos.

Portanto esta nova ordem se pautará em adestrar todos esses corpos humanos, qualificando-os como máquinas, aprimorando-os, zelando-os, para assim garantir o objetivo final: “A Produtividade”. Neste sentido a morte torna-se um problema, a ordem passa a ser de poupar vidas, para aumentar a produção, e o morrer não é mais visto pelo Estado como um ato de poder, mas de perda, pois o indivíduo escapa do emaranhado de dispositivos de controle da vida, Paula Sibilia afirma que:

O mundo contemporâneo alicerçado sobre bases aparentemente ilusórias da cultura do espetáculo e da visibilidade, exerce uma pressão cotidiana sobre os corpos e suas subjetividades para que estes se projetem de acordo com os novos códigos e regras para que sejam compatíveis com as novas engrenagens socioculturais, políticas e econômicas (2008, 284).

Vemos, então, que este modelo de sociabilidade é muito pernicioso, pois, exclui e/ou sucateia a subjetividade, transformando-nos em indivíduos robóticos e/ou “cadáveres vivos.”

Nesse sentido, Denize Bernuzzi Sant’Anna em seu artigo *Transformações do Corpo, controle de si e uso dos prazeres*, afirma que na sociedade contemporânea, “os cuidados que outrora dávamos a alma, agora são dedicados aos nossos corpos” (2005, 99-110). Como consequência, lutamos cotidianamente para aumentar o nosso “prazo de validade”; sendo, que isso se torna produto da força que o relativo poder exerce sobre a vida; o homem, deste modo, parece querer se eternizar, permanecendo vivo e saudável, procurando refletir uma imagem distorcida (para muitos) de uma dita “felicidade”.

Pensando assim, estaríamos presos a uma rede/dispositivo esquematizada, na qual foi tecida cuidadosamente pelo sistema vigente, e por vezes, de maneiras silenciosas, somos capturados/sugados/objetivados vagarosamente através de métodos e ferramentas aparentemente saudáveis, valores que são construídos e vendidos como uma imagem de bem estar. O suicídio, se choca frontalmente contra todas essas subjetivações, produzidas pelo capitalismo ou pelo Estado, pois foge à regra da naturalidade da morte em idade mais longeva, portanto o suicídio é uma forma deliberada de escapar dos dispositivos impositivos de fazer viver, segundo Foucault:

Não se deve surpreender que o suicídio outrora crime, pois era o modo de usurpar o direito de morte que somente os soberanos daqui debaixo e ou do além, tinham o direito de exercer tinha se tornado, no decorrer do século XIX, uma das primeiras condutas que entraram no campo da análise sociológica; ele fazia aparecer nas fronteiras e nos interstícios do poder exercido sobre a vida o direito individual e privado de morrer (1985).

Deste modo, o convite neste trabalho é justamente pensar o suicídio como uma “linha de fuga”, tratando-o como um “ato de liberdade radical, extremo”-, mesmo que seja por pouquíssimos instantes - uma vez que, após o suicídio todos os dispositivos a

serviço do Estado hão de “seqüestrar” este corpo na tentativa de normatizá-lo, explicá-lo.

Procuro a partir deste momento, historicizar e problematizar alguns recortes que realizei de cartas suicidas, capturadas através do trabalho realizado por Marcimedes Martins da Silva em sua dissertação *Suicídio, Trama da Comunicação*, no qual o mesmo realiza análises de cartas e bilhetes de 22 sujeitos comuns, que deixaram seu último aviso a sociedade por meio da escrita. Dessa maneira, ao deparar com essas cartas mergulhadas em subjetividades, que narraram por meros segundos fragmentos ínfimos da vida desses seres verbais, procurei pensá-las no marco da escrita de si, como um ato confessional, que buscou um encontro consigo mesmo; um ato em que o sujeito pinta seu próprio rosto, se expõe, se mostra, uma escrita ética. Seria este ato uma tentativa de querer, de alguma maneira, ser notado? Talvez, porque, uma vez que cada um de nós somos intoxicados diariamente pela pulverização de códigos e regras estabelecidas pelo sistema, que conseqüentemente, encarcera, controla, oprime e acinzentada a subjetividade do sujeito, este, seja um ato libertário, um ato de sair deste pernicioso sistema.

Notadamente, observamos que em algumas missivas a narração de revoltas e desilusões – pelo fato de vivermos nesta sociedade que impõe limites a subjetividade, noutras palavras –, poderia ser uma forte vontade dos suicidados em desprender-se, em libertar seus corpos que se sentem desconfortáveis com o atual modelo oferecido e imposto a eles. Mais uma vez, podemos pensar o suicídio como uma “*linha de fuga*”. Nos fragmentos abaixo, podemos notar anseios, desejos e vontades que coadunam com tal proposta (“*linha de fuga*”):

Volto derrotada porque não fui capaz de viver, trabalhar e estudar não foram suficientes para mim. E foi tudo que me restou. Prefiro morrer do que viver com a morte dentro de mim. (Documento 01);

Mãe- eu não quero ser mais uma ovelha desse sistema (me faça o favor de me enterrar como estou). (Documento 2);

(...) tudo será mais belo, meus dias neste planeta chegaram ao fim, estou contente (...) (Documento 03);

Tentei transmitir amor, paz, compreensão, amizade, para um mundo que já se esqueceu de tudo isso. Sei que todos acharão covardia minha ter procurado a morte, porém não acho que desapareci e sim tento passar para outro plano, talvez um lugar em que eu me encontre e não me sinta tão deslocado. (Documento 04).

Como já mencionado antes, por um lado, o intuito nesta fase de meu trabalho é fazer aparecer nesse material selecionado, questões presentes na sociedade pós-moderna, destacando alguns problemas que envolvem a relação que o suicida teve com o mundo, e assim, deixar aparecer às tensões vividas e as exigências simultâneas do domínio do “eu”. Por outro, almejo assinalar mais uma dentre as muitas possibilidades de pensar os interditos que ressoam sobre o ato suicida.

Deste modo, podemos notar nos documentos 1, 3 e 4 uma suposta revolta pela incapacidade de “viver”, e o alívio em não mais fazer parte deste mundo. Podemos então levantar algumas questões: mas o que é “viver” neste mundo pós-moderno? Qual modelo de vida ele (a) se refere? Será um modelo declarado nas últimas décadas, no qual foi estabelecido um “padrão de vida”, pautado no consumismo exacerbado, que como consequência, gera uma vida apressada, para a obtenção de maiores recursos econômicos, para satisfação do desejo dos sujeitos, de maiores aquisições de bens materiais?

Bens estes, que são oferecidos pela indústria de *marketing* – ferramentas de mercado –, responsável por editar estrategicamente nas páginas das revistas, *sites*, televisão, entre outros, produtos cada vez mais inovadores, direcionados a todos os públicos, capturando-nos, induzindo-nos a cada vez mais, desde a mais tenra idade, a consumi-los. E nós nos comportamos como, súditos, apreçamo-nos para colocarmo-nos à disposição de uma aprovação pública e um suposto reconhecimento social. Talvez, este sujeito (suicida) esteja enfadado com todo esse modelo estabelecido; talvez, queira um modelo diferente do ato de viver, quiçá, novas formas de subjetividades.

Somos sabedores que estas são apenas conjecturas, e que jamais poderemos saber a que modelo o indivíduo se referia. Contudo, podemos pensar que o modelo de sociedade na qual vivemos não possibilitou que essa pessoa viesse/quisesse concretizar o seu tão caro “*ato de viver*”, restando somente a ele/ela, segundo suas escritas, morrer, pois, no seu interior a morte já se instalara, e o suicídio é a solução imediata, encontrada para burlar todos estes aparatos oferecidos/impostos pelo sistema.

No documento 2, o sujeito revela certa inquietação e recusa a uma vida de rebanho, portanto, antes de analisar estes aspectos da missiva, quero ressaltar as características do sujeito encontrado na cena do ato: “*Suas veste compunham de uma jaqueta azul, com as mangas cortadas, camiseta fantasia, rasgada na parte inferior, calça rasgada na altura dos joelhos, cuecas de malha, e com adornos, uma corrente com cadeado no pescoço, uma medalha e um parafuso na lapela, os pés calçavam botinas punks*”².

Nesse sentido, se o (a) suicidado (a) se insere e/ou faz parte dessa tribo urbana “*punks*”, alguns adjetivos não muito amistosos ainda lhes são atribuídos até nos dias de hoje, por uma extensa parcela da sociedade. Afinal, vivemos em uma sociedade numa lógica narcisista, preconceituosa, “*onde o que não me reflete, por mim não é aceito*”. Outro aspecto que devemos notar, é que essa construção negativa dos “*punks*”, vem desde a construção dessa tribo urbana, como podemos notar nesta citação, algumas classificações que são associadas ao grupo: “*Assim, nesse início, além do som, da rebeldia visual e comportamental, também estava lançada à identificação a distorcida imagem do punk como baderna, violência de jovens pobres raivosos, imagem pela qual a imprensa sensacionalista rotulava os punks iniciais*” (TURRA NETO, 2010). Nesse ponto, se nota um paradoxo vivido pelo o indivíduo, pois, ao mesmo tempo em que abomina a vida de rebanho, se atrela ao seu convívio a uma tribo urbana, ou seja, outro tipo de rebanho. Entretanto, apesar dessa constatação, podemos afirmar que este modelo

² Documento retirado do trabalho realizado por Marcimedes Martins da Silva.

social escolhido pelo (a) sujeito para fazer parte, não é o modelo proposto pela sociedade.

O que nos chama a atenção é que os sujeitos que escolhem fazer parte, ou até mesmo, criar um grupo diferente do modelo comportamental instituído pelo sistema, criam dentro do sistema seus próprios grupos onde compartilham entre si suas subjetividades, escolhe de certa forma ficar de fora do modelo convencionado pelo sistema; contudo, será que conseguem? Quantas discriminações/exclusões sofrem, quantas barreiras encontram para sustentar sua diferença? Estaria ele enfiado com a marginalidade? Podemos pensar que o indivíduo de certa maneira vê no suicídio a forma concreta e eficaz para manter sua diferença viva.

O suicidado usa do ato, como uma forma de transgredir, ter seu momento de fuga, desta vez eficaz, contra os dispositivos de capturas institucionais. Notamos ainda que o sujeito suicidado (documento 2), logrou de liberdade de escolha para a sua morte, local, data, hora, e principalmente, as roupas escolhidas/usadas. Ainda, teve o cuidado de preparar todo um ritual de vaidade; uma vaidade que não é aceita socialmente, visto que se vestir à moda *Punk*, para alguns setores da sociedade, é uma forma bem eficiente de atrair, dela (sociedade), repulsa, recriminação, exclusão, marginalização.

Outra questão que podemos levantar e que pode ser pensado como produto desse modelo de vida imposto pelo sistema, é a fragmentação nas relações interpessoais. Notamos no documento 4, um profundo ressentimento pela ausência de amor, reconhecimento, simpatia, prazeres da vida doméstica, bens que podemos classificar como imateriais. Apesar da distância teórica, em um texto de Nicolau Sevcenko, faz com que pensemos na possibilidade de que talvez, dada a velocidade, já que segundo o autor estamos no “*loop da montanha russa*” (2001, p.144), não atentemos para as coisas mezinhas, que tanto bem faz às relações interpessoais. Em tempos de pós-modernidade, temos a impressão de uma grande fluidez generalizada, Bauman utiliza uma definição de Catherine Jarvie, jornalista inglesa, para expressar melhor o sentido das relações afetivas na pós-modernidade: “*relações de bolso. Estas são bem sucedidas*

quando são doces e de curta duração. Uma ‘relação de bolso’ é a encarnação da instantaneidade”.

Esta instantaneidade da sociedade, esta urgência nos fazeres pós-modernos aceleraram sobremaneira a vida, sempre nos falta tempo, tempo para os amigos, os familiares, tempo para consigo mesmo, tempo para perguntas e respostas, tempo para sorrir, cantar, dançar, nadar, enfim, tempo para viver.

A aceleração das inovações tecnológicas é um mecanismo que talvez contribua para que essas relações se tornem ainda mais distantes, pois é percebido que à medida que a celeridade das mudanças acontece, acabam sufocando ainda mais o diálogo tête-à-tête.

Acho pertinente dar destaque à amizade, pois, no momento em relegamos este sentimento, muitas vezes a relação de amizade é frustrada. Nesse sentido, Marilda Ionta irá tecer uma reflexão pertinente à respeito da amizade:

Desprezada contemporaneamente, a amizade deveria, mais do que em qualquer outra circunstância histórica, ser resgatada e reescrita para contrapor-se às formas capitalistas de produção de subjetividades neste terceiro milênio. A predominância de um discurso histórico marcado pelo paradigma científico moderno, cujos traços hegemônicos são balizados pelo mito da cientificidade, privilegiou tradicionalmente os aspectos racionais da sociedade em detrimento dos fatores tidos por “irracionais”, como os sentimentos, o imaginário social e as sensibilidades de um modo geral. Em decorrência dessa mentalidade cientificista, no que se refere às investigações sobre as relações sociais, outorgou-se demasiada importância ao estudo das instituições formais, negligenciando-se os papéis fundamentais desempenhados por um conjunto de relações consideradas como intersticiais suplementares ou paralelas, nas quais se pode incluir a amizade [...] (2007, p.236).

Talvez nesta sociedade marcada pela fluidez/liquidez, pela velocidade da vida e de dados cibernéticos, de acontecimentos em sua total multiplicidade, devemos assumir uma postura mais sensível em relação ao “outro”, que possamos percebê-lo enquanto

um sujeito que também sente alegrias e agonias, desejos e vontades e que procura ser diferente, talvez, seja apenas uma forma de dizer ao mundo que há vida pulsando, mesmo nos guetos, vilas ou favelas, assim como nos palacetes, casarões, mansões, etc.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

FOUCAULT, M. **A governamentalidade**. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

FOUCAULT, M. **A escrita de si**. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). **Ética, Sexualidade, Política: Michel Foucault**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **Foucault, História e Anarquismo**. 01. ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004. v. 2000. 90.

_____. **História da sexualidade III: O cuidado de si**. Tradução de Maria Tereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: edições Graal, 1985.

IONTA, Marilda: **As cores da amizade: cartas de Anita Malfatti, Oneida Alvarenga, Henriqueta Lisboa e Mário de Andrade**. / Marilda Ionta. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

RAGO, L. M. . **Cultura do narcisismo, política e cuidado de si**. In: Soares, Carmen. (Org.). **Pesquisas sobre o corpo, ciências humanas e educação**. 01 ed. Campinas: Autores Associados, 2007, v. 01.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. **Transformações do corpo: controle de si e uso dos prazeres.** In: RAGO, M.; ORLANDI, L. B. L.; VEIGA-NETO, A. (orgs.). **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 99-110.

SEVCENKO, N. . **A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa.** 02. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2001. v. 01.

SIBILIA, P. **O show do eu: A intimidade como espetáculo.** 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. v. 1.

SILVA, Marcimedes Martins da. **SUICÍDIO - TRAMA DA COMUNICAÇÃO /** Dissertação de Mestrado, Psicologia Social, PUC-SP, 1992.

TURRA NETO, N. **A Difusão da Cultura Punk como Difusão da Ideia de Anarquia.** In: **Primeiro Colóquio Território Autônomo.** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://territorioautonomo.files.wordpress.com/2010/10/a-difusc3a3o-da-cultura-punk-como-difusc3a3o-da-ideia-de-anarquia.pdf> . Acesso em: 18/12/2012.

O ESCRITOR E AS PALAVRAS: AS VARIAÇÕES SEMÂNTICAS DO TERMO Μῦθος NA OBRA DE LUCIANO DE SAMÓSATAEdson Arantes Junior
edson.arantes@ueg.br

UEG/UFG

Mestre

Bolsista UFG

Resumo

Nesta comunicação analisaremos os oito significados diferentes que o termo μῦθος apresenta na obra de Luciano de Samósata. Observamos a pluralidade de significados que uma palavra adquire, dependendo do seu contexto e de sua utilização. Tal investigação nos permite compreender os usos que Luciano faz da narrativa mítica e como esse uso varia dependendo do contexto.

Palavras Chaves: Luciano de Samosata, μῦθος, memória

Abstract

In this communication we analyze eight different meanings to the term μῦθος presents the work of Lucian of Samosat. Observe the plurality of meanings that a word acquires, depending on their context and use. This research allows us to understand the uses that Luciano is the mythic narrative and how this usage varies depending on the context.

Keywords: Lucian of Samosat, μῦθος, memory

O primeiro aspecto dos mitos que devemos evidenciar, a fim de construir uma categoria que seja útil para nossa pesquisa dos diálogos de Luciano de Samósata, é o seu caráter narrativo. Os mitos são narrativas, histórias que apresentam personagens e um enredo, que fornecem sentido para as pessoas e as comunidades. Como afirma Everaldo Rocha: “[s]e o mito fosse uma narrativa ou uma fala qualquer, estaria diluído completamente. O mito é, então, uma narrativa especial, particular, capaz de ser distinguida das demais narrativas humanas” (ROCHA, 1986: 8). No quadro simbólico

de determinada cultura, os mitos são facilmente diferenciados de outras narrativas, o que coloca em um lugar especial para as comunidades.

Um erro comum àqueles que se dedicam ao estudo dos mitos é considerá-los uma categoria fechada que apresentaria as mesmas características nas mais distintas culturas (KIRK, 2006: 48). Cada povo apresentará suas estórias com padrões muito peculiares.

Marcel Detienne, em seu livro *A Invenção da Mitologia* (1992), ressalta que a palavra μῦθος não apresenta conotação negativa nos textos homéricos, significando apenas relato. A ideia de opor *mythos* a *logos* é um traço constituinte principalmente da filosofia platônica, que opôs sua forma de saber ao que chamou de mitologia, sendo que esse conjunto de saberes tradicionais foi coberto por uma aura bastante pejorativa. Ele sustentou que o mito não existia, mas que o que havia era a mitologia.

O caso grego é muito interessante, uma vez que de Homero ao colapso do Império Romano esse conjunto de narrativas foi evidenciado, comentado, glosado. Poderíamos recuar a análise dos mitos até Evemero (século IV a.C), cuja tradição lhe atribuiu o Evemerismo. É uma lástima que seu livro *História Sagrada* somente nos chegou por meio de resumos. Para essa corrente interpretativa, os mitos vinculavam-se a personagens históricas antigas, que com os séculos tiveram suas estórias cobertas pelas lendas e fantasias. Esse tipo de interpretação teve grande fortuna crítica, para citar apenas um exemplo temos Voltaire que escreveu o *Diálogo com Evemero*. Ou ainda, podemos falar das interpretações neo-platônicas, que buscavam nos mitos alegorias de verdades ocultas (KIRK, 2006: 17-18).

O que importa aqui é mostrar como a escrita permite o comentário e a interpretação, que procura ligar a narrativa com o contexto, ou com as dúvidas daquele momento (neste caso, a veracidade da explicação maravilhosa). A prática das tessituras do texto permite que a narrativa seja maturada, decomposta, reinventada num infinito processo de releitura. Por isso temos de nos atentar para a maneira como o mito é representado em cada contexto.

A relação da memória e a escrita é extremamente ambígua. Se por um lado a escrita permite a exteriorização da memória e a recuperação de informações e

comunicações armazenadas, por outro lado ela determina a atrofia da capacidade de memória natural (ASSMAN, 2011: 25).

As manifestações culturais do mito não são uniformes. Logo, as fronteiras deste com outras narrativas não são precisas¹. O mito se relaciona muito intimamente com o sagrado, ele possibilita a explicação da origem dos homens, das comunidades, do fogo, do ferro, dos ritos, numa constante que poderíamos estender ilimitadamente. Entretanto, ele transborda essas raias; como dissemos há narrativas aceitas como mitos que não respondem a esses critérios.

Neste trabalho, entendemos mitos como narrativas recorrentes na cultura, que evidenciam valores e que muito comumente são cercadas com a aura do maravilhoso. São conhecidos de todos os membros da comunidade. Outra característica dos mitos é a sua vinculação a uma região específica, o que pode variar dependendo da fonte na qual aquele mito é recolhido, mas há um sentimento de que o mito pertence à *história* daquele lugar. G. S. Kirk afirma que os mitos apresentam:

Os personagens, em particular o herói, são específicos, e suas relações familiares cuidadosamente assinaladas; está ligada a determinada região, ainda que essa região possa variar de acordo com quem relata o mito. (...) os mitos um elemento de seriedade, que consiste em estabelecer e confirmar direitos ou instituições e e em esclarecer problemas ou preocupações. (...) Os mitos, por mais específicos no que se referem a personagens e localizações espaciais, parecem desenvolver-se em um passado temporal (KIRK, 2006: 61-62)

Essa observação é muito importante para nossa análise, uma vez que tais narrativas vinculam-se diretamente à formação de identidades locais.

Sua expressão coloca a bi-dimensionalidade da construção identitária, uma vez que fornece aos indivíduos discursos condensados de significados referentes a um passado e permite a essa comunidade mirar um futuro. Para usar as expressões de Reinhart Koselleck, os mitos interferem na construção do campo de experiência e do

¹ G.S. Kirk (2006, 55) faz uma interessante análise do mito de Perseu para mostrar como este porta uma série de elementos que deveriam, em uma análise de gênero, associar-se aos contos populares.


horizonte de expectativas de uma comunidade (KOSELLECK, 2006). Neste sentido, não podemos esquecer que o passado não é algo natural, é uma criação cultural cuja manifestação pode ser expressa de diferentes maneiras (ASSMAN, 2011: 47; RÜSEN, 2007b).

Como afirma Assman, o poder precisa de uma origem; esta forma a aliança entre poder e recordação e mira a um futuro (ASSMAN, 2011: 68). Ele ainda continua:

O passado interiorizado –que é exatamente o lembrado– encontra sua forma na narração. A narração tem uma função. Ou é o ‘motor do desenvolvimento’ ou é o fundamento da continuidade; em nenhum caso se lembra do passado por si mesmo. Designamos as histórias fundantes de ‘mitos’. Normalmente se contrapõe este conceito a ‘história’ e se associa esta contraposição a duas oposições: ficção (mito) contra realidade (história) e funcionalidade axiologicamente condicionada (mito) contra a objetividade sem finalidade determinada (história) (ASSMAN, 2011: 72-73).

Hoje sabemos que não é possível produzir um relato sobre o passado sem a imaginação criadora, ou mesmo elementos de ficcionalidade. Assman vai mais longe e afirma que “o passado que se consolida e interioriza na história fundante é mito, independente se é fictício ou fantástico” (ASSMAN, 2011: 73). Para o teórico alemão, o mito informa sobre si e sobre uma ordem superior, pensada como verdadeira, cuja força tem potencial normativo e grande força formativa. “O mito é o passado condensado em história fundante” (ASSMAN, 2011: 73-74).

Como colocamos anteriormente, os mitos são elementos constitutivos das identidades sociais. Eles são formas de apropriação do passado, e como afirma Assman, o mito pertence àquela história fundante da comunidade. Ele fornece sentido, responde a pergunta de onde viemos e carrega em si as respostas ou possibilidades interpretativas que respondem a segunda pergunta: qual será o nosso futuro? Esses elementos compõem uma constante antropológica que se adapta às mais diversas sociedades, sendo desta forma uma característica das narrativas míticas na Antiguidade.

Há certo exagero de cariz cético na postura de Detienne (1992: 58), entretanto este autor coloca um ponto importante que é a oposição platônica entre mito e *logos*, 

uma vez que a *República* de Platão em seu terceiro livro vincula de maneira indelével mito e mentira, já que os mitos não são úteis aos deuses e servem apenas como fármaco aos homens (Platão. Rep. 376e – 377a). Somente os líderes poderiam mentir, o que está vedado ao homem comum. As “mentiras destinadas ao bem comum são os mitos” (GINZBURG, 2001: 61). Luciano não estará alheio a essa postura, evidenciando, como vemos em muitos momentos posições semelhantes.

Preocupamo-nos entender a noção luciânica de mito, analisando os significados que essa palavra tem em seus textos e o dialogo deste conceito com a tradição grega em que esse autor se inseria.

O historiador deve desconfiar das permanências de termos, uma vez que os mesmos podem camuflar profundas transformações, por exemplo: democracia. Com o termo mito não é diferente: seu significado mudou desde Homero. Como apontamos anteriormente, nos textos homéricos essa palavra significa apenas relato, narrativa, sem nenhuma conotação pejorativa. Em Luciano, ela aparece quarenta vezes, com oito significados diferentes:

1. O mito aparece vinculado à narrativa de aventuras tradicionais das divindades, heróis e seres maravilhosos, expressando estórias que são interessantes, mas carentes de veracidade (Luciano. Bacch, 1.2; Syr. Dea, 12.5; Dom, 19.2; Dom, 19.12; Anarch, 35.18; Salt, 19,4; Salt, 19,11; Salt, 19,19; Astr. 19,5; Hermot. 20,13).

2. Narrativas vinculadas à explicação sobre algum acontecimento ou sobre a origem de alguma coisa. Luciano apresenta, no texto *Sobre o âmbar ou dos cisnes* (Electr. 1.1; Electr. 2.7), esta palavra identificada com a própria narrativa que explica o surgimento do âmbar. No *Encômio à mosca*, ele elucida o significado da picada do inseto (Musc. Enc. 10.1). Esse termo também serve para explicar a toponímia de uma região (Tox. 3.22).

3. No *Encômio à mosca*, Luciano usa o termo mito em um contexto vinculado à filosofia platônica da imortalidade da alma. Ele afirma que a mosca é um dos animais que ressuscitam e vincula isso à narrativa (μῦθον) sobre

Hermótimo de Clazómenas, conhecido personagem ao qual era atribuída a transmigração da alma (Torx. 7.10-20).

4. Ele usa o termo *mythos* para se referir às histórias de outros povos ou cidades, num sentido de construção identitária ou de tentativa de colocar em dúvida tais narrativas (Torx. 11.12; Hist. Co. 28.11; Adv. Ind. 11.3; Apol. 3,25; Icar. 19.17; Salt. 21,1). Há aqui a construção de uma narrativa etnográfica ao estilo de Heródoto de Halicarnaso.

5. Em alguns momentos, esse termo liga-se às narrativas que não apresentam comprovação empírica ou veracidade, sendo dessa forma desprovidas de racionalidade, opostas às “narrativas verdadeiras”. Nestes casos, os tradutores utilizam os termos fábula, estória, lendas, *fable*, *leged*, *story* (Torx. 56.16; Macr. 10.4; Alex. 7.8; Im. 4.7). No caso de *Alexandre ou o falso profeta*, a palavra aparece em um contexto que catalisa seu aspecto negativo.

6. Nos textos homéricos a palavra mito tem o sentido de relato, não se opondo a *logos*. Luciano utiliza a palavra com esse sentido em alguns momentos (Cal. 8.16; Somn. 18.189; Tim. 35.22; Im. 12.1²; Sat. 34.6). No texto *Por que não acreditar em calúnias*, há uma citação de um poeta arcaico, cujo nome não sabemos, no qual a palavra mantém o sentido original.

7. Em alguns momentos Luciano enfatiza a proximidade entre mito e poesia, ou que o mito é narrado por Homero e Hesíodo, esses “fazedores de mitos” (J. Trag. 39.11). Nestes casos o samosatense enfatiza as alegações platônicas de que o mito é prejudicial para a formação dos cidadãos, já que sua narrativa traz o encanto e obscurece o raciocínio (Philops. 9.19; Philops 4.3). O mito é tema de um gênero literário específico, o que explica sua aparição no opúsculo *Como se deve escrever a História* (Hist. Co. 8.20; Hist. Co. 10.27). Ele ensina ainda que o historiador, caso se depare com um mito em uma investigação (Hist. Co. 60.1), deve deixar ao leitor o parecer sobre a fiabilidade do mesmo, ao modo de Heródoto.

² Nesta linha existem duas aparições.

8. No texto *Hermotimo ou sobre as seitas*, o termo refere-se às fábulas esópicas (Hermot. 84,2).

Deste modo o termo mito é apropriado pelo sírio com conteúdos semânticos distintos. Para a compreensão da maneira como Luciano lida com os mitos podemos usar como exemplo esclarecedor o texto *Sobre o âmbar ou os cisnes*, no qual o narrador propõe investigar a narrativa sobre o âmbar. Segundo essa estória, ele seria originário de álamos, próximos ao rio Eridamo³, que choram lágrimas de âmbar por causa de Faetonte⁴. Como o âmbar é muito valioso, o narrador manifesta o desejo de ir ao rio, sentar embaixo de uma dessas árvores e pegar as “lágrimas”.

Indo direção do Ocidente, o narrador não encontra os tais álamos e pergunta aos marinheiros onde eles os encontraram. Como não sabem do que ele fala, precisa narrar o mito. Esta narrativa se coloca na encruzilhada de sua polissemia, pois, por um lado, lembra que o termo vincula-se à narrativa sobre a origem, de outro, como estória fantasiosa. Logo os marinheiros entenderam o engano em que o viajante caíra, pensando que encontraria os álamos que choram âmbar. Os navegantes perguntam-lhe “Que indivíduo enganador e mentiroso te contou isso?” (Electr. 3.15). Em seguida, afirmam que nunca tinham visto nada tão valioso, mesmo navegando em terras distantes. Caso houvesse algo tão raro, eles mesmos comercializariam o produto.

Em outra passagem, o sírio questiona inicialmente as *autoridades* que expressam os mitos; fala tanto dos poetas tradicionais quanto das tradições orais que permanecem na memória. O mito é enfrentado, questionado, investigado. O que se fazia distante, outro, é buscado com a vista. É justamente pelo sentido da visão que os marinheiros rebatem as afirmativas do narrador, logo completadas por argumentos de ordem práticas e comerciais. Os olhos desmentem o que foi dito. Assim, uma investigação que busca ver os locais presentes nas narrativas contesta a veracidade dos mitos.

³ Trata-se de um dos cinco rios míticos que cruzariam o Hades, tido como um dos filhos de Oceanos e Tetis.

⁴ Filho do deus Helio que teve a permissão de dirigir o carro solar por um dia, entretanto saiu da rota, quase queimando a Terra ou afastando o sol em demasia. Para evitar um problema maior, Zeus o fulminou com um raio e seu corpo caiu perto do rio Eridamo, o que Luciano conta no texto *Astrologia* (Astrol. 19.11). Suas irmãs teriam sido transformadas em árvores, chamadas de álamos, por causa do desesperado pranto.

Sendo abordado desta forma, o personagem luciânico desabafa, à moda de Platão: “(...) fiquei envergonhado, por que realmente me havia ocorrido algo comum às crianças, confiar nas fantasias inverossímeis dos poetas, o que não é saudável admitir” (Electr. 3.19-21). Há neste momento uma alegação que remonta às elucubrações presentes na *República*. Entretanto, Luciano não aproxima as “fantasias do mito” da educação do cidadão ideal, como o filósofo. Entretanto, de maneira indireta é isso que do passo se desdobra: o homem inteligente não deve acreditar em estórias que não são fiáveis, deve sempre manter uma postura de dúvida.

Os marinheiros completam: “é você, bom homem, que não se cansa de inventar mentiras sobre nosso país e o rio?” (Electr. 5.9). Luciano aponta o problema principal, a distância que inviabiliza a verificação das estórias. Claro que ele fornece uma maneira de lidar bem com tais narrativas. Para não ser vítima deste tipo de narrativas, devemos tomar cuidado com os relatos exagerados ou insuficientes. Ele termina com um pacto de leitura, afirmando: “em lugar algum me ouviram vangloriar-me desta forma em meus discursos e nunca ouvirão” (Electr. 6.5-6).

A relação de Luciano com os mitos é muito complexa, uma vez que ele está preocupado com seu potencial educativo (preocupação com as narrativas que não são críveis), suas relações com a existência material (procura de produtos comercializáveis) e as balizas de uma teoria dos tipos de discursos: História e Poesia. O que notamos é a riqueza que o termo mito agrega aos escritos de Luciano. Como ele observa os mitos por essa ordem, podemos analisar a maneira como utiliza os elementos da narrativa mítica na construção de seus discursos. O sítio tinha como um de seus temas prediletos as contradições, por exemplo o fato de Zeus ter um túmulo em Creta (Luciano, Tim 6.11).

Esse uso nunca é ingênuo, uma vez, que quando analisamos o texto *Dupla Acusação*, fica evidente que Luciano domina os gêneros poéticos, o que lhe permite transgredi-los, o que se estende para a mitologia, isto é, o conhecimento desta permite potencializar seus efeitos e transgredi-los de acordo com a necessidade. Por isso, em suas narrativas, personagens mitológicos e históricos dialogam e se questionam *Os Diálogos dos mortos* são um excelente exemplo dessa prática.

Luciano conhecia a explicação evemerista⁵, utilizando-a para a confecção de seus textos. Por exemplo, o mito de Proteu ganha uma explicação evemerista no texto *Sobre a dança*. Nesse opúsculo, Proteu era um dançarino excelente que se expressava em suas danças e imitava as qualidades dos fenômenos naturais (água, fogo, vento), dos animais (leão, leopardo) e das árvores. Por esse motivo, os mesmos foram lembrados pela metáfora da transformação, que pouco a pouco teria sido esquecida. No texto *Astrologia*, o mito de Faetonte ganha uma explicação neste sentido; ele é um astrólogo que estudou os mistérios do sol, mas morreu sem completar suas investigações (Astrol. 18-19.1). Nesse mesmo texto, Luciano fornece narrativas que apresentam explicações semelhantes para os mitos de Beloferonte, Ícaro e Dédalo, entre outros.

No texto *Anácaris ou sobre a ginástica*, Sólon, personagem histórico retomado por Luciano, expressa elementos que nos ajudam a entender como o *παιδευμένος* se formaria:

Educamos para que seu espírito vibre primeiro com a música e com a aritmética e os ensinamos a escrever as letras e diferenciá-las sem dificuldade. A medida que vão avançando, lhes recitamos as máximas dos homens sábios, gestas do passado e pensamentos úteis adornados em verso *para que sejam recordados mais facilmente*. Eles escutam essas gestas, façanhas destacadas, pouco a pouco se sentem inclinados para elas e se afanam em imitá-las para, à sua vez, também serem cantados e admirados na posteridade: tanto Hesíodo quanto Homero compuseram muitos poemas dessa índole (Luciano. Anarc. 21 grifo nosso).

A proposta de análise dos diálogos luciânicos envereda neste sentido, buscando compreender o discurso em sua complexidade, uma vez que Luciano questiona e reinventa os mitos. Sua escrita se apropria da tradição de uma maneira peculiar, ora questionando a tradição, ora enfatizando seu caráter formador.

⁵ Explicação dos mitos que afirma que os mesmos são feitos de homens do passado que foram divinizados, pelo medo ou pela admiração dos homens.

REFERÊNCIAS

A. Documentação Textual

- LUCIAN. *Lucian I*. With an english translatio by A. M. Harmon. London/ Cambridge : W. Heinemann/ Harvard University, 2006. (loeb 14)
- _____. *Lucian II*. With an english translatio by A. M. Harmon. London/ Cambridge : W. Heinemann/ Harvard University, 1915. (loeb 54)
- _____. *Lucian III*. With an english translatio by A. M. Harmon. London/ Cambridge : W. Heinemann/ Harvard University, 1921. (loeb 130)
- _____. *Lucian IV*. With an english translatio by A. M. Harmon. London/ Cambridge : W. Heinemann/ Harvard University, 2006. (loeb 162)
- _____. *Lucian V*. With an english translatio by A. M. Harmon. London/ Cambridge : W. Heinemann/ Harvard University, 2001. (loeb 302)
- _____. *Lucian VI*. With an english translatio by K. Kilburn. London/ Cambridge : W. Heinemann/ Harvard University, 1959. (loeb 430)
- _____. *Lucian VII*. With an english translatio by M. D. Macleod. London/ Cambridge : W. Heinemann/ Harvard University, 2002. (loeb 431)
- _____. *Lucian VIII*. With an english translatio by M. D. Macleod. London/ Cambridge : W. Heinemann/ Harvard University, 2001. (loeb 432)
- PLATON. *La République I-III*. Texte établi et traduit par Émile Chambry. Paris : Les Belles Letres, 1989.

B. Obras gerais

- ASSMANN, Jan. *La mémoire culturelle: Écriture, souvenir et imaginaire politique dans les civilisations antiques*. Paris: Aubier, 2010.
- DETIENNE, Marcel. *A invenção da mitologia*. Brasília: EDUNB/ Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2002a.
- GANGLOFF, Anne. *Dion Chrysostome et les mythes: hellénisme, communication et philosophie politique*. Paris: Jérôme Millon, 2006.
- GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- GRIMAL, Pierre. *Dicionário de mitologia grega e romana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- HARTOG, François. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: Ed. UNB: 2003b.
- KIRK, G. S. *El mito: su significado y funciones em la Antigüedad y otras culturas*. Barcelona: Paidós, 2006.
- LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- ROCHA, Everaldo P. Guimarães. *O que é mito?* São Paulo: Brasiliense, 1985.

ROSSI, Andrea Lúcia Dorini de Oliveira. Mitologia: abordagem metodológica para o historiador de Antigüidade Clássica. *História. Franca*. v. 26, n. 1, p. 36-52, 2007.

VERNANT, Jean Pierre. Fronteiras do mito. In: FUNARI, Pedro Paulo. *Repensando o mundo antigo*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2002. p. 09-23.

ECO NO CAMPO: O MITO DO HERÓI DE JOSEPH CAMPBELL E A MITIFICAÇÃO DE HUMBERTO ECO NOS SUPER-HERÓIS

Edson Wilson Mendes de Almeida

Secretária de Educação – Colégio Estadual Complexo 10 Planaltina GO

Graduado em História pela UEG – Unidade Formosa em 2005

Pós-Graduado em História Cultural pela UEG – Unidade Formosa em 2006.

Resumo

Em seu estudo acerca do herói, Joseph Campbell exemplifica que todo herói possui um mito inicial, uma jornada cerca de desafio e autoconhecimento, preparando-o para a sua aventura. Seja na literatura, no cinema ou nos quadrinhos, esta estrutura pode sofrer algumas mudanças, mas permanece representada. Os super-heróis apresentados neste artigo não estão distantes desta afirmativa. Mas personagens com anos de publicação precisam manter uma estrutura que o seu leitor logo a identifique, uma mitificação estudada por Humberto Eco, ao qual seu texto aborda exatamente o Super-Homem. Mas mudanças podem ocorrer, principalmente com o intuito de vender mais revistas. Mudanças estas que aparentemente retiram a mítica do herói, alterando suas condições e para ao final da aventura tudo retornar a condição mítica.

Palavras chaves: Mito do herói – Mitificação – Super-herói

It's a Bird... It's a plane... It's Superman!

Toda sociedade ou comunidade tem seus heróis, sejam reais ou ficcionais. Vindos pela boca de um xamã em transe ou de literato debruçado sobre seus alfarrábios que narram à existência de um ser que lutou contra forças negras e devastadoras. Um ser que, se real, lutou até os fins de sua vida pelo bem de uma sociedade. Esta existência é

colocada por Joseph Campbell “Em todo o mundo habitado, em todas as épocas e sob todas as circunstâncias, o mito humano tem florescido”¹.

O nascimento do herói é baseado na necessidade de se existir, entre humanos comuns, alguém que os defenda, que enfrente o grande inimigo que deseja eliminar ou dominar sua comunidade. Esta necessidade envolve contos e lendas, alastrando-se da religião à cultura de massa, passando pelos poemas, novelas, romances, operas, peças teatrais, cinema e histórias em quadrinhos. Sua função, se assim podemos colocar, não é servir apenas de contos de ninar para os pequenos, ou para os religiosos obrigar os fieis a ouvir suas profecias, ou ainda para se vender livros e outros produtos. “O prodígio reside no fato de a eficácia característica, no sentido de tocar e inspirar centros criativos.”²

Ao vencer o inimigo de forma magistral e definitiva, o herói inspira uma pessoa a tomar uma atitude, a lutar por seus direitos, ou a narrativa pode apenas servir de acalento para alguém suportar melhor uma condição, onde o ser a ouvir ou ler a narrativa se transporta um momento para fugir da sua condição.

Estes heróis estão presos ao seu tempo, mas não necessariamente ao seu local. Sua luta é contra algo que preocupe sua comunidade, ficando localizado ao seu ponto de existência. Por mais que a cultura romana tenha absorvido a cultura grega, no caso dos deuses, mas os heróis não foram absorvidos, não receberam outros nomes ou algo similar. Roma gerou outros heróis, ligados a sua existência, as suas necessidades. Esta ligação com seu tempo e localidade é necessária para fazer o herói atingir seu “público”.

Joseph Campbell nos leva então a jornada do herói. Uma jornada que vai tirar o herói da sua condição padrão e leva-lo até os caminhos da aventura e por fim da vitória sobre o grande inimigo. Esta jornada, muitas vezes, é de encontro para o herói, onde ele tem de descobrir seus defeitos, suas virtudes. A jornada nunca é igual, podendo ter

¹ Campbell, Joseph. O herói de Mil faces. Pagina 15.

² Campbell, Joseph. O herói de Mil faces. Pagina 15.

pontos semelhantes, mas não os mesmos desafios ou questionamentos que o herói tem de fazer para alcançar o objetivo e se tornar o campeão da sua comunidade.

Os super-heróis das histórias em quadrinhos são seres ficcionais, criados para grandes empresas com o objetivo de entreter e fazer com que estas empresas ganhem dinheiro, tanto que os personagens das duas grandes empresas, DC Comics e Mavel Comics, não pertencem aos seus criadores, mas sim as empresas, já que estas pagaram pela criação.

Estes seres são muitas vezes gerados em pleno ato de dor e sofrimento, algo próximo as tragédias das peças teatrais gregas ou dignas de um momento final de Shakespeare, mas devemos nos ater que não estamos nos relacionando com um momento final, mas sim o início da jornada deste heróis que deve começar sua jornada, da forma como Campbell nos informa que toda jornada deve começar:

A primeira tarefa do herói consiste em retirar-se da cena mundana dos efeitos secundários e iniciar uma jornada pelas regiões causais da psique, onde residem efetivamente as dificuldades, para torna-las claras, erradicá-las em favor de si mesmos (isto é, combater os demônios infantis de sua cultura local) e penetrar no domínio da experiência e da assimilação.³

Ao olharmos para a origem de alguns super-heróis, o início da jornada começa na verdade com a perda de um ente querido, ou com um momento de fraqueza, “Conhecemos bem demais o amargor do fracasso, da perda, da desilusão e da não-realização irônica que corre até mesmo nas veias daqueles que o mundo inveja”⁴ ao olharmos para os personagens *Super-homem* (*Superman*, no original) criado pelos jovens Jerry Siegel e Joe Shuster, *Batman* criado por Bob Kane e co-criado por Bill Finger, *Homem-Aranha* (*Spiderman*, no original) Stan Lee e Steve Ditko, ou *Homem de Ferro* (*Ironman*) criado por Stan Lee e desenvolvido por Larry Lieber sendo desenhado

³ Campbell, Joseph. O herói de Mil faces. Pagina 27.

⁴ Campbell, Joseph. O herói de Mil faces. Pagina 34.

por Don Heck e Jack Kirby, suas origens envolvem dor e sofrimento e sua jornada inicial envolve uma jornada pelo eu interior.

Começamos pelo primeiro de todos, *Super-Homem*. Seu nascimento é em um planeta distante que estava condenado a destruição, os pais decidem enviar o único filho para um planeta distante, mas esta não é a jornada do herói. Quando a nave do pequeno é encontrada por um casal, Jonathan e Martha Kent, do interior do Kansas, que o adota como seu filho, Clark Kent, que tem uma criação típica do interior dos Estados Unidos, sendo um fator importante para as aventuras do super-herói. A jornada do herói começa quando este nota que não é como as outras crianças, tendo habilidades que os “humanos” não possuem. Por qual motivo o extraterrestre não toma o controle da nação e lidera com mãos de ferro ditatorial, visto que é mais forte e invulnerável? A resposta está na criação que teve de seus pais terrenos, que busca pregar o ensinamento de ajudar o próximo, sempre que possível.

Mas diferente do extraterrestre poderoso e invencível, *Batman* nasceu no ano seguinte é completamente diferente, seria algo mais próximo do herói grego Odisseu. O jovem Bruce Wayne assiste seus pais serem mortos por um bandido num beco escuro. Pouco tempo depois o jovem jura no túmulo de seus pais que lutara para livrar sua cidade da criminalidade, eliminando os bandidos. Para conseguir manter seu juramento Bruce Wayne, saí pelo mundo aprendendo artes marciais, técnicas de fuga, investigação entre outras artes e técnicas com o objetivo de ser o melhor homem. A jornada para o personagem *Batman* envolve tanto a dor quando o conhecimento de si mesmo, onde sua jornada por aprender técnicas e artes para melhorar mente e corpo o levando para uma jornada interna e profunda.

A grande semelhança entre Clark Kent e Bruce Wayne é o momento histórico dos personagens. Os Estados Unidos, sob o comando do presidente Franklin Delano Roosevelt havia vendido a grande depressão, o trabalho e a economia voltavam a reinar na vida das pessoas. Os heróis são pessoas de trinta e poucos anos, bem sucedidos, já que Wayne apesar de ser um playboy, também é dono das Indústrias Wayne. Clark Kent

é um jornalista que procura estar onde a notícia acontece, sendo ganhar de prêmios e notoriedade em sua comunidade.

Os personagens da editora Marvel foram criados nos anos de 1960, durante o período de ebulição cultural, onde podemos encontrar a guerra fria, a revolução cultural, política e sexual, além do crescimento da participação do jovem na sociedade, tanto nos Estados Unidos como na Europa, sendo que neste mesmo momento os países da América Latina conheciam a ditadura e as perseguições políticas.

Poucos super-heróis são tão próximos a jornada do herói como Peter Parker, também conhecido como *Homem-Aranha*. Um jovem CDF sem nada em comum que ganha poderes, muito por acaso, ao ser “picado” por uma aranha radioativa. Suas habilidades são um misto de “delírio” de seus criadores com algumas habilidades de uma aranha. Para ter uma teia, o jovem Peter teve de criar em laboratório um composto químico que simula, lembrando que nem toda aranha “gera” teia, sendo neste caso, não havendo um distanciamento da realidade. Agilidade, equilíbrio, poder escalar superfícies e um sentido que o alerta dos perigos também são próximos a muitas espécies de aranhas, porém a força sobre humana não vem das aranhas, pois nenhuma tem tal habilidade. As habilidades não fizeram de Peter um super-herói, pois o que realmente desejava era ficar rico e assim deixar a vida sofrida que levava, e dar uma condição melhor aos seus tios Ben e May. A jornada do herói só começa quando Peter descobre que o bandido que havia assassinado seu tio, era o mesmo que ele havia deixado escapar de um segurança, após um assalto a emissora de TV. “Com grandes poderes vem grandes responsabilidades”, frase dita pelo tio Ben tempos antes se tornou à máximo do personagem. A jornada interior de um adolescente começa quando ele passa assumir responsabilidades que antes não tinha, assim aprende Peter Parker e passa ara seus leitores esta condição.

Diferente de Peter Parker, o magnata Anthony “Tony” Stark, não tem problemas financeiros, pois seu pai construiu um império baseado no avanço tecnológico de um mundo em expansão. Tony Stark, como prefere ser chamado, foi criado para ser o

sucessor de seu pai nas empresas, tanto na parte administrativa, quanto na parte criativa, abastecendo a indústria bélica com sua genialidade, criando assim uma forte ligação com o governo dos Estados Unidos. A jornada do herói deste personagem vem da busca pela sobrevivência, pois quando estava em viagem pelo Vietnã em guerra, o empresário acionou uma mina terrestre que disparou, alojando estilhaços em seu coração, sendo logo depois pego como refém de um grupo guerrilheiro que deseja que ele desenvolva-se armas para seu uso no conflito. O trabalho realizado não foi o esperado pelos sequestradores, mas sim uma armadura que manteria vivo o empresário e inventor, nascia assim o super-herói *Homem de Ferro*. Sua jornada do herói envolve sua captura pela guerrilha inimiga e sua necessidade de sobreviver ao terror que estava passando.

A grande diferença entre os personagens da DC e da Marvel esta na condição dos primeiros não terem falhas humanas, diferentes dos personagens da segunda editora, que são falhos e procuram melhorar, se superar como pessoas. Entretanto quando um leitor adquiriu uma revista destes personagens ele esta esperando uma série de regras já predeterminadas, o que Umberto Eco vai chamar de mitificação.

Umberto Eco escreve sobre vários assuntos e um dos quais já se debruçou foi sobre os personagens das histórias em quadrinhos, não apenas sobre suas origens, mas principalmente sobre sua condição de não mutação. Ao ler uma aventura do *Batman*, um ponto que um leitor não deseja ver é o mascarado fazendo uso de uma arma de fogo e assassinando um criminoso, mesmo que ele seja um homicida psicopata como o *Coringa* (*Joker*, no original). O que se espera é o Batman derrotando o vilão e o conduzindo ao Asilo Arkhan para ser tratado.

Para Umberto Eco a diferença se encontra na estrutura das mitologias. Ao olhar para uma imagem de um herói grego, sabemos das suas aventuras e conquistas, pois já se encontram formadas e colocadas para todos, não se espera por algo novo ou surpreendente. Mas não é apenas para os heróis gregos, mas sim para todos os personagens de um passado mítico e já estabelecido. Algo completamente diferente dos personagens criados para esta cultura do consumo de massa, pois sua mitologia esta

sendo desenvolvida aos “nossos olhos”. As referências não podem ser mudadas ou alteradas de forma significativa, pois assim os “seguidores” do personagem podem não o reconhecer e assim se afastarem, fazendo críticas destrutivas. Para reforçar esta visão de Humberto Eco, vamos estudar de forma breve alguns personagens, tendo a mitificação posta por Humberto Eco comprovada de que mesmo quando se altera

Super-homem foi o primeiro super-herói criado, sendo assim, pode-se afirmar que sua mitificação é uma das mais notórias já vista, pois ao se ler uma história do personagem, alguns pontos são, quase, imutáveis, como:

- Aceitação dos conceitos estadunidenses de democracia, liberdade e do capitalismo;
- Poucas vezes questiona as leis, normas ou regras do país;
- Seu uniforme são as cores da bandeira dos Estados Unidos;
- Não empunha nenhum tipo de arma.

Tais colocações são mitificações, para que se possa reconhecer o personagem, além é claro da condição de ser extraterrestre e possuir poderes além da condição humana. Uma das aventuras ao qual se procurou mudar alguns conceitos do *Super-Homem* foi a histórias em três edições da linha Elseworld, que procura colocar os super-heróis da DC em mudanças sociais, locais ou de tempo. *Super-Homem – Entre a foice e o martelo*, lançada no Brasil em 2004 pela editora Panini (*Superman: Red Son*, no original, lançada em 2003 pela DC), escrita por Mark Millar e desenhada pelos artistas Dave Johnson e Killian Plunkett.

Nesta aventura, a nave de Kal-El cai no interior da Ucrânia, sendo encontrado por um casal que o cria segundo os ensinamentos do governo socialista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Com as mudanças ocorridas na estrutura central do personagem, o que temos ao fim são os confrontos ideológicos entre o socialista contra o vilão Lex Luthor, um empresário estadunidense que busca acabar, não apenas com o extraterrestre, mas com o sistema político. A aventura demonstra a força da mitificação



do personagem e ao final, o que temos é o personagem se rendendo ao sistema estadunidense.

Tirando o manto de morcego é que temos é o milionário e playboy Bruce Wayne da cidade ficcional de Gotham City. O Morcego, um dos apelidos do personagem, possui entre suas mitificações:

- Equipamentos de alta tecnologia produzidos pela indústria Wayne;
- Não usar armas de fogo;
- Contar com a parceria ou apoio de ajudante ou colaboradores para resolver suas aventuras;
- Não possuir poderes e depender apenas das suas capacidades, físicas, mentais ou tecnológicas, para solucionar um caso;
- Não matar e sempre procura salvar uma vida, mesmo que seja um vilão.

Esta última condição foi posta com o passar dos anos, visto que nas primeiras aventuras o mascarado chegava a empunhar uma arma e deixou um vilão, cair num tonel de ácido. Uma das provas desta mitificação é o fim da aventura do escritor Kevin Smith, ao qual um vilão novo, conhecido apenas como onomatopeia, alveja o vilão *Coringa*. A preocupação do Batman é em salvar a vida do psicopata palhaço do crime, mesmo contra tentativa do comissário de polícia Gordon para deixar o vilão morrer. Seria o *Batman* capaz de deixar uma pessoa morrer na sua frente e nada fazer para salva-la? Pela estrutura das narrativas usadas para o personagem, podemos afirmar que não, pois já faz parte da sua mitificação salvar vidas, caso algo assim ocorra, o personagem será dragado por uma luta interior, pois seriam os leitores que pressionariam a editora contra tal atitude.

Poucos super-heróis são tão atormentados com o drama como o jovem Peter Parker. A morte do tio Ben e a fragilidade da saúde de sua idosa tia May são pontos que sempre são lembrados, na mitificação do amigão da vizinhança, uma das formas que o

Homem-Aranha fala para as pessoas, pois sempre podem contar com a sua ajuda, mesmo sendo mal visto pela sociedade da cidade real de New York:

- Ser perseguido pelo jornalista J. J. Jemerson em suas colunas jornalísticas;
- Estar sempre em busca de resolver problemas financeiros;
- A tragédia sempre esta presente nas aventuras do personagem.

A morte se faz presente nas histórias do Aranha, sempre com o intuito de lembrar ao super-herói que ele não pode salvar a todos. As duas mortes do Capitão Stacy e da namorada Gwen Stacy, pelos vilões Dr. Octopus e pelo Duende Verde, respectivamente, são provas desta ligação com o trágico. Uma das mudanças mais recentes foi quando o *Homem-Aranha* revelou a toda a sociedade ser o jovem Peter Parker, durante o conflito entre super-heróis, Guerra Civil. Para contornar esta revelação, algum tempo depois a editora lançou a revista “Mais um dia” (One more day, no original), com o intuito de apagar, além desta revelação, o casamento com Mary Jane Watson, um casamento que nos quadrinhos já tinha mais de vinte anos. Criticada por leitores e críticos, pelo o modo posto, a aventura foi levada adiante pela editora. Independente das criticas, a mitificação da tragédia retorna nas aventuras do personagem.

Diferente do jovem Peter Parker, o industrial Tony Stark não esta ponteadado na tragédia, apesar desta aparecer em suas aventuras. Os momentos trágicos servem muitas vezes para colocar “tirar” o empresário de seu “mundo” de invenções e disputas corporativas e coloca-lo em uma realidade mais próxima dos seus leitores. As mitificações do personagem são:

- Playboy, dependente de álcool, galanteador;
- Gênio industrial;
- Saúde debilidade.

A grande mudança na estrutura do personagem é o fator da sua saúde fraca, pois apesar da condição financeira, quando consegue retirar os artefatos de seu coração, vem um tumor cerebral que o pode levar a óbito devido a diversos fatores. A dependência do álcool tornou-se um motivo de história para o *Homem de Ferro*, ao qual um super-herói, gênio e empresário tinha que admitir que a única forma de lidar com as pressões seria procurar refugio nas garrafas etílica. Esta aproximação do mundo real deu a Anthony Stark uma condição diferenciada, pois o coloca próximo a profissionais que por pressão profissional e social, acabam por se entregar a dependência do álcool.

Como visto acima, as épocas em que os super-heróis foram criados estão ligados as condições da sociedade em questão, assim como as suas mitificações. Os vilões de *Super-Homem* e *Batman* no início eram criminosos comuns, nada de mentes criminosas psicopatas ou relações de violência extrema, podendo até afirmar que havia uma certa “pureza” ou mesmo “inocência” de ideias nos quadrinhos.

As mitificações de *Super-Homem* e *Batman* que mudaram, foi mais por conta da colocação dos personagens de acordo com o tempo deles, mas não demos nos enganar que as modificações foram tão fortes ao ponto de mudar a estrutura central dos personagens. Clark Kent continua sendo o estrangeiro que foi aceito e procura manter o status quo vigente da política estadunidense, não criticando ou questionando os governos ao ponto de tomar o poder para si, pode no máximo se afastar e procurar conhecer outras culturas, mas sempre levando consigo as cores e a ideologia do seu país adotado. Bruce Wayne não deixou de ser o Batman e cuidar de sua Gotham City, mas procura colocar suas ideias e planos de em várias cidades do mundo ao criar a Corporação Batman, do escritor Grant Morrison. A preocupação não é levar a estrutura estadunidense para outros países, mas sim capacitar heróis que possam fazer uso dos equipamentos da Indústria Wayne para lutar contra o crime. Estamos em uma época de globalização da informação, e as editoras não querem perder este momento, levando seus personagens a todos os lugares, mas não mudando suas mitificações, apenas adaptando as várias realidades.

Diferente da DC Comics que faz reboot, ou seja, reinicia sua cronologia, algumas para resolver complicações que vários autores foram colocados com o passar dos anos, a Marvel Comics não faz reboots, mas sua cronologia é muito complexa e em alguns pontos controversa, causada também por autores que colocam fatos e informações muitas vezes conflitantes. Porém não ocorrem mudanças na estrutura base dos personagens, ou seja, em como conseguiram seus poderes ou a motivações deles de lutarem contra o crime. Peter Parker combate o mal como *Homem-Aranha*, ao mesmo tempo precisa se preocupar em pagar as contas no fim do mês. Anthony Stark negocia bilhões de dólares com o governo dos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que luta contra gananciosos gênios usando suas armaduras feitas por ele nas horas vagas e ainda encontra tempo para suas conquistas amorosas. A origem dos dois personagens encontra-se nas conquistas sociais e nos conflitos sociais da década de 1960, porém as mudanças feitas também estão pressas às mobilidades sociais das décadas seguintes.

Os personagens podem não ter mudado muito nestes anos todos de publicação, todavia seus leitores mudaram. O garoto que tinha dez anos quando a revista do *Superman* foi lançada em 1938, se encontra em 2013 com 85 anos de vida, possivelmente não acompanhou as aventuras de seu super-herói que usava a cueca vermelha sob a calça azul, assim como o *Batman*, mas uma nova “legião” de leitores ocupou o lugar daqueles meninos. O mesmo podemos falar de Peter Parker e Anthony Stark, nascidos durante os anos quentes da revolução sexual e social e Guerra Fria, hoje com 50 anos de publicação ainda ganham novos leitores graças a habilidade de escritores e desenhistas que escrevem para as mentes de seu tempo.

Ao unir as ideias de Joseph Campbell e Humberto Eco, o objetivo central é de mostrar que, diferente dos heróis da antiguidade, que já trazem suas lendas e contos ao regatarmos suas imagens, estes super-heróis da atualidade ainda estão em construção, mas pouco podemos mudar de suas características centrais.

REFERÊNCIAS

[CAMPBELL, JOSEPH](#). O Herói de mil faces. São Paulo: Pensamentos, 1995.

[ECO, UMBERTO](#). Apocalípticos e Integrados. São Paulo: Perspectiva, 2008.

KANE, BOB. FINGER, BILL. Batman Crônicas, V.1. São Paulo: Panini Livros, 2008.

LEE, STAN. DITKCO, STEVE. Biblioteca histórica Marvel - Homem-Aranha, V.1: São Paulo Panini Livros, 2007.

[LEE, STAN](#). [LIEBER, LARRY](#). [KIRBY, JACK](#). Biblioteca histórica Marvel - Homem De Ferro, V.1: São Paulo Panini Livros, 2008.

MICHELINIE, DAVID. ROMITA JR. JOHN. Os maiores clássicos do Homem de ferro nº 1: São Paulo, Editora Panini, 2008.

MILLAR, MARK. JOHNSON, DAVE E PLUNKETT, KILLAN. Entre a Foice e o Martelo São Paulo: Panini, 2004.

MORRISSON, GRANT. BURNHAM, CHRIS. Corporação Batman vol. 1: São Paulo, Editora PANini, 2012

[SIEGEL, JERRY](#). [SCHUSTER, JOE](#). Superman Cronicas, V.1: São Paulo, Panini Livros, 2007.

SMITH, KEVIN. FLANAGAN, WALTER. Batman – Cacofonia: São Paulo. Editora Panini, 2009.

STRACZYNSKI, J. M. QUESADA, J. Amazing Spider-man Vol. 1 # 545: New York, EUA, Marvel Comics, 2007.

NARRATIVA TESTEMUNHAL E BIOGRAFIA: A ESCRITA DA VIDA DE UM ARTISTA, ENTRE A HISTÓRIA E A MÚSICA

Eduardo Barbaresco Filho

Doutorando em História – PPGH FH – UFG

universoed@hotmail.com

Co-autoria: Prof. Dr. Márcio Pizarro Noronha

Orientador – FEF UFG; PPGH FH

Resumo

Este artigo busca refletir sobre o processo de escrita da vida de um artista em particular, Estércio Marquez Cunha (1941 -), compositor, professor, músico. Sua produção marca o cenário cultural goiano, a música erudita e os espaços institucionais de formação de músicos na região em meados do séc. XX. Para o historiador das artes tal escritura perpassa lugares da narrativa em primeira pessoa como testemunho e representação dos fatos e acontecimentos da vida do biografado (Ricoeur). Dialogam na pesquisa obras do artista como documentos do processo criativo: o estudo das peças musicais, textos acadêmicos, cadernos de notas e de aulas, alinhados na experiência de narrar seu trajeto (aspecto autobiográfico), a interlocução entre escrita e ficção de si (história e psicanálise), e a obra enquanto dizer da vida (vidobra, história intelectual– Dosse).

Palavras-chave: narrativa testemunhal biográfica; escrita e ficção de si; música contemporânea em Goiás.

Abstract

This article seeks to reflect on the process of writing the life of a particular artist, Estércio Marquez Cunha (1941 -), composer, teacher, musician. Its production marks the cultural scene Goiás, classical music and institutional spaces training of musicians in the region in mid-century XX. For the historian of arts such writing permeates places the narrative in the first person as a witness and representation of facts and events in the life of the biography (Ricoeur). Dialogue in the research works of the artist as documents of the creative process: the study of musical pieces, academic texts, notebooks and lessons, aligned on the experience of narrating your path (autobiographical aspect), the dialogue between writing and fiction itself (history and psychoanalysis), and work while life saying (vidobra, intellectual history-Dosse).

Keywords: biographical narrative testimony, writing and fiction itself; contemporary music in Goiás.

A arte e as humanidades em geral costumam ser consideradas como uma província além dos confins da ciência (H.B. Lee, 1947), e se a ciência penetra em seu território, é sob o disfarce da história (KRIS Ernst, 1968, p. 14)

Música e história são complementares quando se propõem desenvolver uma narrativa da vida de um compositor. A ciência e a arte podem estar configuradas num mesmo plano de análise, uma na tentativa de questionar, buscando respostas, ou ainda traçando releituras sobre o tempo, e outra, na experiência de uma arte temporal em si, performática, que diz de um processo e seu criador.

A dimensão de narrar a vida do músico *Estércio Marquez Cunha*¹, alude justamente tal espaço, o de se considerar o discurso oral, seu testemunho, como escritura de uma vida, e sua obra, como processo criacional, que diz de suas relações com o mundo e consigo mesmo. Os exemplos de narrativa oral, testemunhal, aqui apresentados fazem parte de uma pesquisa em andamento e apontam para uma intersecção entre o modo de como a história trabalha o discurso em primeira pessoa, com suas limitações, projeções contextuais e pessoais, e a construção de uma história intelectual biográfica, para além de uma historiografia da música contemporânea e suas especificidades em Goiânia².

1- NARRAR A VIDA COMO TESTEMUNHO DE SI

A história de uma vida pode ser construída diante a investigação de documentos, arquivos pessoais, obra, depoimentos, entrevistas, recortes de textos diversos, ou ainda,

¹ Estércio Marquez Cunha nasceu em Goiatuba (1941-), estudou no Conservatório Goiano de Música, transferiu-se para o Rio de Janeiro onde se graduou em piano e composição no Conservatório Brasileiro de Música, orientado pelas professoras Elzira Amábile e Virgínia Fiusa; posteriormente retorna para Goiás. Como professor da Escola de Música da UFG pode desenvolver suas habilidades e movimentar, fomentar a cultura artístico-musical erudita pós 1967, sobretudo em Goiás. Sua produção emerge no final dos anos 60 com peças para instrumentos solos, orquestra, trios, duos, música teatro, coral, com influências rítmicas folclóricas, religiosas, locais, numa vasta exploração de materiais e recursos sonoros, linguagem atonal, tonal, serial, para além de técnicas estilísticas que movimentam questões estéticas como o silêncio, o tempo, o espaço, a natureza, a mitologia, o ser humano (ANDRADE, 2000).

² Tal perspectiva faz parte de um trabalho em andamento no programa de Doutorado em História na Universidade Federal de Goiás. Serão mostrados alguns excertos de entrevistas e uma leitura possível da dimensão biográfica e a narrativa em primeira pessoa.

em forma de relato, de narrativa pessoal de cunho autobiográfico. Nesses termos a oralidade, o contar-se, traz à memória, fatos, acontecimentos, lembranças reescritas num modo específico de organização: o falar de si mesmo, o expor-se, o explicar-se, sob forma de questionamentos de uma dada experiência e suas possíveis projeções, sob mecanismos de construções de discursos e falas de outros, convertidas em primeira pessoa. A verdade que se põem revelada é aquela que está no sujeito, e descoberta pela fala, pela escrita, e mais além por seu trabalho, por sua arte.

O relato de vida como método historiográfico teve grande repercussão quando pesquisadores se lançaram na investigação das relações indivíduo e contexto, ou ainda, indivíduo como testemunho de grandes acontecimentos. A partir dos anos setenta com a micro-história a preocupação dos objetos de pesquisa ganha força no discurso de classes menos favorecidas, na figura dos excluídos, das minorias, textos que focavam questões de gênero, e relações entre os sexos. A história reconhece nos domínios da sociologia o indivíduo e suas conjecturas, a biografia desse sujeito, que além de participar de um grupo, tem sua voz ativa, comunicativa e significativa para a construção e narração de um dado fato. Reconhecendo tais aportes, a competência do individual na produção do conhecimento histórico, a capacidade das testemunhas de ilustrarem e descreverem grandes feitos, a ciência ganha contornos empíricos que a prática e a experiência interpolam.

Na leitura de DOSSE (2009) foi Daniel Bertaux nos anos de 1968 que impulsionou o gênero biográfico a um novo patamar, justamente pela valorização da noção de prática. A partir do trabalho de recolher relatos de vida de sobreviventes de camponeses que trabalhavam em padarias artesanais, o pesquisador questiona o sentido de univocidade do registro. Para driblar, propõem que os relatos fossem fragmentados, ou entendidos sempre como relatos de práticas, experiências: interação eu e mundo, o *um* no outro, contra uma “reprodução simples que valoriza uma liberdade individual do ator” (p. 247). O relato de vida é uma técnica que permite a observação do homem na sociedade, sua distribuição, produção, seu comportamento diante situações diversas.

DOSSE (IBID.) contrapõem outro estudioso, Franco Ferrarotti (1983), segundo o qual, a biografia possui num primeiro momento um caráter ilustrativo, se tornando um

método interativo e hermenêutico capaz de explicar o modo como o ser humano vive e se relaciona. O método biográfico é condicionado a espaços de interação possíveis entre o homem e a sociedade, sendo que o privilégio de cada ator, e suas ações individuais, são formas de totalizações de um sistema social, na melhor das hipóteses de fazê-lo compreensivo (p. 248).

Tais perspectivas colocam o sujeito como objeto principal de estudo, repensando a problemática da singularidade e da exemplaridade, não como a figura do herói clássico, ou do gênio romântico, mas na discussão de quem era a “exceção normal”, (com referência ao público citado anteriormente de classes menos favorecidas). Os estudos biográficos aproximavam-se dos campos da antropologia cultural, na valorização da história oral com força na década de 70, no reconhecimento das relações entre fatos, acontecimentos, e o modo de como a narrativa era criada e descrita por um indivíduo. Por outro lado, haviam pesquisadores que discutiam a mobilidade da sociedade frente às constantes transformações, numa abordagem biográfica sociológica. DOSSE (IBID. p. 251) diz de maneiras prováveis para a leitura e interpretação dessas narrativas biográficas, perpassando um olhar diacrônico referente aos fatos, um sincrônico referente ao tema, e um terceiro na dimensão simbólica, numa descentralização do conteúdo. A diacronia no sentido possível de enxergar as mudanças, sincronia no respeito ao próprio tempo e à noção de contemporaneidade, e a última na atitude do pesquisador frente a um biografado.

Tais mecanismos dizem de processos de como narrar e escrever uma história de vida. Dentre eles: o diário íntimo e autobiográfico, que traz ao leitor uma espécie de confissão e justificação de uma vida, ou até mesmo inventa um sentido novo, que contempla atitudes, hábitos, costumes, opiniões; ou ainda obras que são marcadas dentro de um estilo, numa perspectiva autográfica, de reconhecimento de traços, sons, imagens, cores ou signos diversos, como é o caso da história de vida dos grandes estilistas que é contada por seus croquis, ou dos grandes arquitetos e seus projetos, dos artistas plásticos e seus processos.

O modo como um indivíduo percebe suas vivências, traz em si leituras possíveis de mundo que dizem do si mesmo para o outro, do outro para o eu. O espaço da

alteridade é necessário para que o sujeito se estabeleça nas relações de ser consigo mesmo e com o mundo, com real e suas representações ficcionalizadas. Alusões ao imaginário, à criatividade que configura o entrelaçar entre a realidade e sua escritura, o esquecimento, como apagamento, como fuga, distorção do fato, a ilusão de si, o tornar-se herói da sua própria história, dentre outros quesitos podem desenhar um biografado. Ele mesmo, em sua fala, em seus gestos e vocalizações, ou ainda expressões corporais, denuncia a sua identidade, na afirmação/negação da imagem de determinadas frases e sons. Confiar e saber sobre a verdade dos fatos, averiguá-los, é tarefa árdua do historiador.

Nesses termos o relato de vida se apresenta como ferramenta coadjuvante da narrativa, entre o discurso oral e a escritura transcrita, como flexibilidade do autobiográfico. LEJEUNE (2008) comenta que tal especificidade é um caso de heterobiografia em primeira pessoa, no sentido de que um indivíduo ao contar sobre si, diz dos outros e da sociedade, sua fala carrega a marca dos outros e de uma espaço de relações simbólicas, sociais, imaginativas.

A expressão tem virtudes interdisciplinares, designa um terreno comum aos literários, e aos especialistas de ciências humanas: engloba a narrativa oral (que “-grafia” exclui), e a hetero- (que o “auto” exclui), sem deixar de respeitar o contrato de verdade (IBID. p. 82).

Para melhor entendimento o conceito de autobiografia se faz distinto: “Narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual. Em particular a história de sua personalidade” (p.14). Numa autobiografia é necessário o estabelecimento da relação identitária entre autor, narrador e personagem. Certamente quando um indivíduo conta, relata sua própria história, este, se torna ator de uma trama, de um tecido envolvente, de uma rede de sociabilidades (SIRINELLI, 1996)³ imersas num campo social (BORDIEU, 2000)⁴ que a linguagem possibilita.

³ O conceito alude à história intelectual e o modo como os intelectuais se organizam e convivem nos mais variados grupos, em torno de ideologias e afinidades que podem se dialogar num determinado espaço (que diz de uma geografia específica e da troca de experiências e afetos).

Da linguagem, dos tipos de escrita e testemunho de si, à escritura, a oralidade narrativa traz diferenças se comparadas a outros documentos textuais, como jornalísticos, literários. Transformar fatos históricos ditos numa fala, num discurso oral, em documento escrito, arquivo, se transmuta uma unilateralidade que a própria relação tempo/espaço possibilita e problematiza. A premissa de transcrever a íntegra do discurso, ou o que realmente aconteceu, é sempre impossibilitada, os fatos como vividos são apenas testemunhados, ressignificados, relidos, talvez experimentados novamente. Aqui uma distinção entre fato e acontecimento se faz necessária. O fato pode ser narrado de diversas maneiras, por diversas pessoas, enquanto que o acontecimento se distingue na medida do fator testemunhal: *eu* estive presente lá, experimentei e senti suas potencialidades. O fato é uma prerrogativa do gênero histórico que diretamente alude ao real, passível de ser enunciado e de inúmeras representações, enquanto, o acontecimento é dado pelo testemunho.

A acontecimentalidade de um fato é garantida pela situação relacional deste com os aspectos materiais, simbólicos e afetivos do cotidiano citadino na esfera pública, diante suas próprias singularidades nas dimensões tempo, espaço, política, história. Os “acontecimentos” não podem ser explicados apenas de forma racional, mas deve-se levar em conta a indicialidade contida em seus aspectos sensíveis; a proximidade entre um fato, por exemplo, e outros de uma determinada cidade. (LAIGNIER, 2009, p. 235).

O historiador promove uma espécie de interrogatório com o real na investigação do fato histórico, afim de, transcrever o que aconteceu (figura do historiador como profeta do passado). VEYNE (1998) numa leitura de Foucault, define o acontecimental como algo passível de estabelecer relações, aquilo historicamente que não pode se repetir. A tarefa necessária é a justa distinção das relações tempo espaço: o que o homem fez, como agiu, e não necessariamente o que pensou em fazer. Nisso liga-se a

⁴ Sistema de relações que envolvem estratégias, interesses, regras, compartilhadas por um grupo em que cada integrante possui um status diferencial, uma posição diferenciada, de acordo com o papel desempenhado. A abordagem da trajetória desse indivíduo permite enxergá-lo como agente social que transmuta ao seu meio uma bagagem cultural e ideológica.

narrativa-teórica na dimensão do acontecimento. Certamente não é o historiador que dita as regras dos tempos e fatos, “a história é incapaz de prever e predizer o futuro” (LE GOFF, 1990, p.04).

Num sentido epistemológico o *fato*⁵ é uma objetivação dos fenômenos de modo conceitual (Wittgenstein); um fato social, por exemplo, é caracterizado pela relação sociedade e ser humano na dimensão estar em grupo, junto com o outro. Para RICOEUR (2007) tal compreensão associa-se ao conceito de narrativa. O que deve ser escrito é o significado do acontecimento enquanto palavra, e não enquanto acontecimento.

O fato não é o acontecimento, ele próprio devolvido à vida de uma consciência testemunha, mas o conteúdo de um enunciado que visa a representá-lo. Nesse sentido deveríamos sempre escrever: o fato de que isto ou aquilo aconteceu. Assim compreendido, pode-se dizer do fato que ele é construído pelo procedimento que o extrai de uma série de documentos dos quais se pode dizer, em troca, o estabelecem. Para que seja acontecimento é preciso que seja conhecido. Nesses

⁵ Numa perspectiva distinta, o *fato*, na psicanálise lacaniana, aproxima-se a ideia de *Páthos*, paixão, passionalidade, sofrimento, padecer, o que está fadado de um determinado acontecimento, noção de *destino e tragédia*. Para Lacan, o sujeito é formado por uma relação entre significantes. A dimensão *Pathos* não representa a constituição desse sujeito integralmente.

Seja qual for o páthos do significante, digo em nome do significante, esse páthos, por si só, não constitui sujeito. O que define esse páthos, muito simplesmente, em cada caso, é o que chamamos um fato. É aí que se situa a distância em que temos de interrogar o que nossa experiência que é algo diferente e que vai muito mais longe que o ser falante que é o homem. Mais de uma coisa no mundo é passível do efeito do significante. Tudo que está no mundo só se torna fato, propriamente, quando com ele se articula o significante. Nunca, jamais surge sujeito algum até que o fato seja dito. (...) O que não se pode dizer do fato é designado, porém no dizer, por sua falta, e é isso que constitui a verdade (...). A verdade sempre se insinua, mas também (...) pode inscrever-se nas entrelinhas. (LACAN, 2008, p.65).

Lacan instaura uma ordem primária do *fato* na articulação dos significantes, da constituição da fala, ao mesmo tempo insinua que algo está além da linguagem, além do que não é dito, num terreno da ausência, da perda, da fratura, do lapso, da quebra, da perda e do vazio.

Trata-se de um outro olhar sobre a dimensão do sujeito e sua constituição, que se difere de alguns autores: Ricoeur situa-se no limite da linguagem, Derrida no traço mnêmico do significante, Lacan, diz que algo está além da fala, algo que não pode ser nomeável, dito, no espaço do vazio.

meandros faz-se uma pergunta: do que estamos falando quando dizemos que algo aconteceu? (...) distingo o fato enquanto a “coisa dita”, o “que” do discurso histórico, do acontecimento enquanto a “coisa que se fala”, o “a propósito de que” é o discurso histórico. O acontecimento em seu sentido mais primitivo é aquilo sobre o que alguém dá testemunho (RICOEUR, 2007, p. 190, 191).

Tais alusões permitem o pensamento de que num relato de vida, o biografado em questão, Estércio Marquez Cunha, se apresenta não apenas como um artista, mas como alguém que testemunha a história artística/musical de Goiânia. Respectivamente, pensar o *fato* como um elemento significativo e que conduz uma escrita biografia, e ao mesmo tempo o *acontecimento* como singular na narrativa oral e testemunhal.

Questiona-se: o contar-se pode fazer de uma vida um acontecimento? Pelo viés da criação o artista se torna conhecido por suas obras, por sua linguagem e seus recursos identitários. “O sujeito não é mais que um acontecimento historicamente datado com seu começo no já começado e seu sempre iminente momento derradeiro, o qual somente aparece no corpo social por meio de práticas de subjetivação⁶” (NICOLAZZI, 2004, p.108). A arte se faz pelo artista, que produz e materializa sua expressão diante relações, sociais, culturais, de linguagem. O artista se mostra na obra, na fala. Nesses termos, analisar uma peça musical está além de desvendar e traçar um caminho tecnicista, e diz de uma escrita do *eu*, biográfica; num caminho congruente - o artista que se conta, se mostra em sua fala, e se escreve, se auto-escreve. O historiador dirige essa escritura por processos investigativos e de interpretação.

⁶ Referência à Foucault quando comenta a distinção entre práticas de subjetivação (percepção do sujeito de si mesmo na relação sujeito –objeto) e de objetivação (modo como um sujeito pode tornar-se um objeto para o conhecimento). A constituição do sujeito é estabelecida por relações de poder e saber, num jogo de verdades (entendimento de como os discursos são tidos como verdadeiros ou falsos diante determinadas circunstâncias). FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: Ética, sexualidade e política, por Michel FOUCAULT, 264-287. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

Por que o estilo é um trabalho que individua, vale dizer que produz o individual, também designa retroativamente seu autor. Assim, o termo autor pertence a estilística. Autor diz mais que locutor: é o artesão em obra de linguagem. Ao mesmo tempo a categoria do autor é uma categoria da interpretação, no sentido em que é contemporânea da significação da obra como um todo. A configuração singular da obra e a configuração singular do autor são estritamente correlativas. O homem se individua produzindo obras individuais. A assinatura é a marca dessa relação. (RICOEUR, 1977, p. 52)

Um sentido autográfico estilístico é perscrutado na escrita de si, no ato de testemunhar-se, em termos da assinatura, do conteúdo semântico ideológico, na grafia. Como exemplo, nas pesquisas musicológicas de obras antigas e a atribuição a autores, compositores. Foi descoberta recentemente uma obra coral de Beethoven, um canto gregoriano denominado *Pange Lingua*, no qual a atribuição deveu-se, sobretudo, a escrita e grafia, não necessariamente ao estilo sonoro. O próprio Estércio por outro lado, afirma que sua música possui elementos de uma Latinidade. Quando estava cursando o doutorado nos EUA, num dado recital de suas obras, narra seu depoimento que o público comentou essa questão: *isso que nós ouvimos parece da América Latina*⁷. A referência trazia elementos da cultura local de Goiás, relidas nos conceitos de massa sonora coral, de procissão, religiosidade, presentes na sua vida desde tenra idade.

Fazer-se conhecido enquanto obra, é a luta de muitos compositores, que tentam trabalhar a vanguarda e se esquecem, ou não priorizam, a representação de figurações que marcam uma dada singularidade, a garantia de um estilo. O acontecimento está, nesse sentido, no lugar de uma perspectiva de descoberta da singularidade, o que por sua vez pode fazer um compositor/artista ser reconhecido, ser muitas vezes tocado, ouvido, estudado: o lugar para o estabelecimento de um cânone artístico, do modelo a ser seguido, ou representado, o estudo estilístico. A obra executada se torna conhecida, e faz conhecer seu artista.

⁷ Entrevista realizada em setembro de 2012, na cidade de Goiânia, gravada e transcrita por Eduardo Barbaresco Filho.

Um exemplo é a peça chamada *Reza* (1970) de Estércio Marquez Cunha⁸, realizada na década de setenta no cenário de música tonal e pianístico romântico em

⁸ Numa atualização de um catálogo realizado pela professora Nilsea Maioli Garcia até o ano de 2002 (GARCIA, Nilsea Maoli. A obra pianística de Estércio Marques Cunha. Dissertação de mestrado, Programa de pós graduação em música na contemporaneidade, Goiânia: 2002) tem-se (leitura de documentos, fichamentos do artista):

2003:

Música para trio de metais (trompete, trompa, trombone). Música para violino e contrabaixo. Toada na varanda roubada (versão para viola e voz). Música para flauta e piano nº2 (flauta e flautim). Trilha para instalação “Cabeça do (...) Fitipald” (flauta). Quarteto para trompas. Movimento para sopros e piano (flautas, flautim, oboé, clarineta, fagote, trompete, piano). Música para trompa e coro. Marcha (piano a 4 mãos). Choro (piano a 4 mãos). Cinco para os quatro (piano a 4 mãos). Música para piano número 55. Trilha (...) tempo de esperar. Movimento para fagote e cordas.

2004:

Movimento para quarteto de metais nº2. Movimento para orquestra nº2. Movimento para metal e percussão. Canção do Tiago.

2005:

Décima quarta estação – ópera. Trio nº1 para violões. Música para trompete solo. Movimento para flauta e cordas. Música para violão nº3. Música para violão e piano.

2006:

Variações para orquestra. Estações (voz e violão). Quinteto para sopros nº6. Música para voz feminina, clarineta, violão e violoncelo. Música para voz e contrabaixo. Enquanto Júlia não chega (flauta solo).

2007:

Música para violão nº4. Música para clarineta e piano. Música para flauta, violino, viola e violoncelo. Música para flauta e contrabaixo. Variações sobre uma cantiga boba que vovô cantou (quarteto de sopros). Música para violão e violoncelo. Música para flauta, violão e violoncelo. Pequeno movimento para orquestra de câmara.

2008:

Música para flauta clarineta e bongôs. Seis miniaturas musicais (piano) para Júlia. Música para violino solo. Trilha sonora para teatro: Pó (Rosi Martins). Movimento para violoncelo e orquestra. Música para voz feminina, clarineta e violoncelo.

2009:

Goiânia. Naquela época tinha-se no costume das moças de família abastada o estudo do piano, o ensino desse instrumento fazia parte do curriculum para as moças casadouras, e o repertório dos conservatórios constituía-se em sua maioria de obras até o romantismo. Estércio na tentativa de explorar outras sonoridades, timbres e nuances musicais, nessa peça (*Reza*) teve concepções criativas que não estavam sendo ainda trabalhadas na cidade, ou pelos músicos da região. A ideia inicial era a de rememorar sua infância no interior do estado quando participava de terços, orações nas casas de parentes ou conhecidos. O murmúrio, o material sonoro de muitas pessoas conversando, rezando,

Três movimentos para oboé solo (para José Medeiros). Cantiga para Heitor (Flauta e trompete). Vocalize para Ângela (voz e piano). Música para violão nº5 (para João Henrique). Música para piano nº56 (para Guido). Música para piano nº57 (para embalar Bernardo). Canto de chegada (voz, clarineta e violão). Quinteto para sopros nº7.

2010:

Tempo silencioso (flauta doce, clarineta, trompete, violão, marimba, piano). Movimento para quinteto de metais nº3. Trio par voz feminina clarineta e piano. Canto do nada (voz feminina, clarineta e piano).

Coral nº2. Música para vitória (piano infantil). Música para violão nº6. Música para violão nº7. Música para saxofone e violoncelo. Música para flauta e oboé. Trio para violino e dois violões. Música para soprano, flauta e violão nº4.

2011:

Cantigantiga (violino solo e orquestra de cordas). Música para flauta e saxofone tenor. Diálogo (voz masculina e trombone). Silenciosa dissonância (violino, clarineta, (...) e percussão). Tempo de Paz (flauta doce, saxofone tenor, trombone, percussão, piano – 4 pianistas). Três movimentos para saxofone e violão. Quarteto para saxofone (S. C. T. B.) Quatro canções místicas (tenor, flauta e cravo). Coral nº3. Quatro cantos de fé (soprano, clarineta, piano). O retorno (cânone, trompa). Música para banda nº2.

2012:

Quarteto para trombones. Música para banda nº3. Música para dez instrumentos de sopro (flauta, oboé, clarineta, trompa, fagote). Nali (piano solo). Lembranças (quarteto vocal e piano a 4 mãos). Noite (voz e piano). Poema sem fim (voz e piano). Música para clarineta e percussão. Sonata (flauta e piano). Música para flauta, viola e piano. Música para flauta e clarineta. Toada do Lucas (piano). Movimento para orquestra nº3.

2013:

Poema de Nali (soprano, flauta, (...)). Canto de amor (soprano e clarineta). Música para clarineta alto. Dueto para flautas. Música para trombone nº3 (trombone alto). Música para trombone nº4 (trombone alto). Lírica nº4 (coro). Três músicas para orquestra de violões.



ao mesmo tempo, ficou em sua memória e sempre o inquietava. A técnica principal utilizada foi a distribuição da massa sonora, ou seja, não era modal, tonal, dodecafônica, serialista, mas valorizava o timbre da voz em si, o falar ao mesmo tempo⁹.

Outras questões na relação *fato-acontecimento* podem ser alocadas, com respaldo à quem se dirige a narração, como e por que ela é feita. O historiador pela leitura dos fatos, documentos e narrativas orais, pode interpretar o relato de vida tornando-o acontecimento? Dois sentidos são convocados: um jornalístico e outro histórico. Ambos são construídos, pois são escritos, editados; enquanto o segundo parece estar numa posição ontológica primordial do fato existencial (histórico) em si, o primeiro se promove à questões de relevância (importância diante uma comunidade, valores sociais), e consonância (atender às expectativas de um leitor, de um público). O historiador não cria o acontecimento, mas, o escreve¹⁰ diante a averiguação dos fatos, não cria personagens, estabelece, pois, parâmetros estruturais para a construção narrativa, através dos documentos textuais, das provas, do arquivo, do testemunho. A história testemunhal é uma das mais antigas formas de registro:

Desde o seu nascimento nas sociedades ocidentais – nascimento tradicionalmente situado na Antiguidade grega (Heródoto, no século V. a.C., seria, senão o primeiro historiador, pelo menos o "pai da história"), mas que remonta a um passado ainda mais remoto, nos impérios do Próximo e do Extremo Oriente –, a ciência histórica se define em relação a uma realidade que não é nem construída nem observada como na matemática, nas ciências da natureza e nas

⁹ A performance foi apresentada na Catedral de Goiânia na década de 70, causou grande impacto no meio artístico cultural que era arraigado numa cultura elitista em moldes europeus da tradição pianística do século 19. Numa perspectiva ricoueriana tem-se a releitura do passado, da infância que se torna atual, rememorada e projetada como horizonte futuro na repercussão crítica. Essa peça representou um movimento vanguardista da música concreta brasileira no cenário goiano, que cumpre ser melhor estudado, pesquisado, desvendado.

¹⁰ Pode-se citar os processos que a narrativa e sua escritura são pensados: em Ricoeur (2010) na coletânea *Tempo e Narrativa* tem-se a constituição da ideia de mimesis através da leitura de questões temporais de Santo Agostinho e da concepção de intriga em Aristóteles. A mimesis é entendida como criação, como imitação e possui três estágios: um espaço de pré compreensão, baseado nas formas inteligíveis, simbólicas, e no caráter temporal – pré figuração; outro na mediação entre os acontecimentos individuais e a história como um todo, a história como conjunto de acontecimentos, configuração; a relação do leitor e o texto, refiguração.

ciências da vida, mas sobre a qual se "indaga", se "testemunha". Tal é o significado do termo grego e da sua raiz indo-européia *wid-*, *weid-* "ver". Assim, à história começou como um relato, a narração daquele que pode dizer "Eu vi, senti". Este aspecto da história-relato, da história-testemunho, jamais deixou de estar presente no desenvolvimento da ciência histórica. Paradoxalmente, hoje se assiste à crítica deste tipo de história pela vontade de colocar a explicação no lugar da narração, mas também, ao mesmo tempo, presencia-se o renascimento da história-testemunho através do "retorno do evento" (Nora) ligado aos novos media, ao surgimento de jornalistas entre os historiadores e ao desenvolvimento da "história imediata". (LE GOFF, 1990, p.05)

Para o relato de vida o testemunho é uma das garantias e provas do fato histórico que devem ser investigadas e consideradas numa pesquisa, *eu estive lá, vivenciei*. O testemunho é definido por RICOEUR (2007, p. 41) como uma estrutura, fundamental para a relação entre memória e a história, interpondo as relações com o tempo. Se a memória numa visão aristotélica é a responsável da significação do passado por uma via de entender as matizes temporais do aqui e agora, dos presentes, como pensa Santo Agostinho¹¹, o testemunho nos leva do conteúdo das coisas pretéritas, das "condições de possibilidades ao processo efetivo de operação historiográfica" (IBID, p. 170). A memória é então vista num sentido de arquivamento, como ponto de consulta para os historiadores, formação de um arquivo, mas por outro lado, o testemunho não finaliza sua trajetória, servindo há uma multiplicidade de funções, da comprovação à contestação, da verdade dos fatos à ilusão biográfica.

Questiona-se diante um depoimento a veracidade e a confiabilidade da história narrada. Sem dúvida deve-se considerar o ponto de vista adotado, ou ainda a leitura empregada diante a tentativa de reconstrução, lembrança dos fatos. Esta, na sua pluralidade, pode privilegiar um dado acontecimento, que equivale a um fato físico. Lembramo-nos normalmente do que experimentamos e vivemos ou até pensamos, situações engraçadas, ou de conflito, que necessitavam de soluções rápidas, situações dolorosas, que exigiram grandes esforços. A distinção pode ser estabelecida diante dois

¹¹ O passado, o futuro, podem ser pensados no lugar, ou para o lugar, do presente; presente do passado, nas lembranças; presente do presente, no aqui e agora; e presente do futuro, na noção de expectativa e projeção (RICOEUR, 2010).

sentidos: a memória lembrança e a memória hábito. RICOEUR (2007), por meio da leitura do pensamento de Bergson, indica e se preocupa inicialmente com o sentido de unicidade dos termos, diante o modo como os pares se relacionam com o tempo.

Nos dois casos extremos, pressupõem-se uma experiência anteriormente adquirida, mas num caso, o do hábito, essa aquisição está incorporada à vivência presente, não marcada, não declarada como passado; no outro caso faz-se referência à anterioridade, como tal, da aquisição antiga. Nos dois casos, por conseguinte, continua sendo verdade que a memória “é do passado”, mas conforme dois modos, um não marcado, outro sim de referência ao lugar no tempo da experiência inicial (IBID, p. 43).

A inserção do hábito permite-nos um pensar sobre o distanciamento temporal, temática figurativa em outros discursos, que versam sobre a repetição, sobre o aprendizado. Na lembrança não há o repetir dos fatos, é como um acontecimento, único e datado, uma imagem que não será distorcida na memória. O hábito é adquirido, constituído no presente, é mais vivência do que representação.

Tem-se nos relatos de vida de artista do Estércio Marquez Cunha momentos exemplares dessa distinção. Um deles é quando o artista comenta sobre seu processo de formação acadêmica, quando iniciou os estudos de composição com a professora Virgínia Fiuza¹².

No último ano de composição, não (...) ¹³, foi no penúltimo ano que eu cheguei para a Dona Virgínia, (...) ela (...), sempre tínhamos muito

¹² Musicista cearense (1897 -1987) residiu boa parte de sua vida no Rio de Janeiro onde trabalhou como vice-presidente administrativa e professora das disciplinas de piano, contraponto e harmonia no Conservatório Brasileiro de Música. Possui livros editados nessas respectivas áreas. Em 1967 tomou posse na academia nacional de música ocupando a cadeira de número 17 antes do padre José Maurício Nunes Garcia. Informações obtidas em:

<http://www.ictus.ufba.br/index.php/ictus/article/viewFile/160/175>

Acessadas em 23 de agosto de 2013.

¹³ É interessante citar que alguns sinais do texto transcrito se referem a pausas na respiração da fala, ou ainda a momentos de construção da frase oral, que por vezes parecem confusas ou repetitivas. A escolha de preservar algumas repetições e expressões da oralidade permite um olhar analítico para além do

trabalho pra fazermos em casa, (...), e um dia eu cheguei, levei (...), fiz alguma canção assim, bem estilo nacionalista, o que pra ela já seria muito moderno. Dona Virgínia, conhecia muito de música, muito mesmo, mas, o estilo dela terminava no Romantismo. Certo, ela conhecia para a técnica da gente, tem livro publicado dela que vem discutindo todo o atonalismo, todas essas coisas (...). Mas o estilo dela de compor, terminava no romantismo.

Um dia levei uma peça pra ela, não lembro, acho que era uma canção uma coisa assim (...), ficaram algumas coisas (...), que não era nada de moderno, mas que era (...), tinha um ritmo nacionalista, acordes (...), algum acorde dissonante. Aí ela olhou aquilo (...), ela falou assim: “você fez isso, isso e isso”, fez toda uma análise (...), e virou e falou: “eu não gosto desse estilo, mas ótimo que você está fazendo! Vamos combinar uma coisa, de hoje em diante, todo exercício, (falavam-se exercício, compor isso, compor aquilo), de composição que eu pedir, você fará dois. Um como estou pedindo, e um como você pensa”. Tah (...), ganhei toda uma experiência aí que foi fantástica, por que a crítica dela era maravilhosa. Ela não ficava assim (...), gostei, não gostei (...), não era isso. “Olha você fez isso, isso, (...), pra você chegar nesse estilo, você precisa fazer isso, vai ler, isso (...), experimentar (...). Mas o que fez aqui também olha (...).” Em fim, ela sabia apontar muitas coisas. Então foi uma professora que me apontou, toda essa coisa! (CUNHA, 2012)¹⁴

A temática do hábito, na reflexão sobre a memória e o relato de vida, conduz o artista à sua própria formação enquanto compositor como visto no excerto. Neste caso, é uma lembrança que descreveu um hábito, por conseguinte, diz de seu processo criacional. Passos de como se tornou compositor ou ainda atributos dos quais obteve incentivo ao estudo, levando-o a pensar e estabelecer metas e tarefas da composição, mergulhando em outros espaços de criação musical.

A memória traz em cena suas experiências no universo dos sons e da música, sua trajetória, formação, além de fatos e acontecimentos, numa leitura de mundo possível.

Quando estava chegando aos dezoito anos eu era aluno do conservatório de música, aqui o que é hoje a Escola de Música da

histórico, o psicológico e a escrita do eu, recursos interessantes no jogo da construção biográfica e do registro autobiográfico.

¹⁴ Transcrição de trecho da entrevista gravada em vídeo realizada em 18 de setembro de 2012 na residência de Estércio em Goiânia.

Universidade (era ainda um conservatório particular), e minha professora de piano Dalva Pires Bragança, uma criatura maravilhosa, começou a cutucar lá em casa que eu precisava sair daqui pra estudar (...), que eu precisava de um ambiente maior. Eu acho que ela enxergava muito isso que estava aqui (...) e eu era meio que ET na cidade. E enfim (...). A minha mãe me apoiou no sentido de sair. Quando eu falo a minha mãe, o meu pai eu perdi quando eu tinha um ano de idade, então, minha mãe foi mãe e pai o tempo todo (...). E (...) com a mãe fantasticamente maravilhosa, uma mulher que me ensinou o que é liberdade, o que se faz da vida (...) a me conduzir. Ela então começou a cogitar de eu ir embora para o Rio pra eu estudar. E foi assim que com dezoito anos eu saí de Goiânia (...) e estava dizendo de vocação (...) eu queria fazer isso. Eu falava pra todo mundo que ia embora para o Rio para fazer vestibular pra estudar medicina. Eu tinha que falar isso, era uma questão de defesa. Era mentira, mas, eu falava por que se eu falasse música todo mundo ia rir, ou falar, não (...) aquela tradicional (...) o que mais você vai fazer? Não (...) não tinha jeito disso. Então eu fui embora para o Rio, minha mãe foi me levando, foi me levar. Nos anos cinquenta sair de Goiânia para o Rio era alguma coisa, era uma grande viagem. Goiânia ainda era isolada, acho que nós passamos a ser mais integrado com o Brasil a partir de Brasília. Foi exatamente (...) quer dizer, eu cheguei no Rio em 1960, quando no estado de Guanabara, eu vi as festas lá, e a Universidade de Brasília, a inauguração de Brasília aqui. Antes disso, nós éramos realmente alguma coisa ilhada. Bom, minha mãe foi me levar pra me ajeitar, e durante a viagem ela falou pra mim:

- Olha você vai estudar música, estuda bastante por que é uma profissão difícil (...)

- Aí eu falei: não, eu vou estudar é medicina (risos)

- Olha você pode mentir pra quem você quiser tudo (...), não precisa mentir pra mim não. Você vai fazer é música. Eu sei que você vai fazer música. Faz! E te digo uma coisa (...) faz na sua vida tudo o que você quiser. Agora faz bem feito.

Foi o único conselho que ela me deixou no Rio, ajeitou as coisas todas e voltou. Três meses depois que eu estava lá ela faleceu. Então é uma coisa que acredito que era (...) ela tinha essa consciência e ajeitou. E eu nunca me arrependi de nada disso não. Eu sou muito feliz (...). (CUNHA, 2012)¹⁵

A interpretação dos acontecimentos traz uma perspectiva de história compartilhada, o coletivo na singularidade como nas palavras de Estércio quando cita a relação entre o Rio e o interior do Brasil, a contextualização da inauguração de Brasília.

¹⁵ Trecho de entrevista gravada em vídeo e realizada em 04 de setembro de 2012 na cidade de Goiânia.

Estércio foi testemunho de momentos significantes da história brasileira ao relatar sobre a vida cotidiana de universitário no restaurante “calabouço” na cidade do Rio em meados de 60:

Pra fazer música (...) não é que eu cheguei lá e fui (...) foi aquele mar de rosas (...). Não! Foi uma coisa que também (...) não tem nada que desacreditar. Tinha que contar o dinheiro pra comer. Eu comi durante muitos anos no calabouço¹⁶. Ninguém sabe o que é o calabouço! O calabouço era um restaurante pra estudante que tinha no Rio que era um inferno aquilo. Era uma coisa que não sei se era mantido pela prefeitura ou pelo estado não sei. Mas em fim, era um restaurante, era muito ruim, era aquela comida que em alguns momentos agente separava (...), a gente ia tomar sopa e separava o bichinho assim da sopa ali (...). (CUNHA, 2012)

Em seu relato percebe-se um ponto de vista narrado, uma ideologia sobre o que é cultura de massa, arte e suas relações com a mídia, educação e a indústria cultural:

Eu acho que arte é absolutamente liberdade, eu acho não, eu tenho certeza. Eu tenho certeza que arte é liberdade, e é através da prática de arte que as pessoas ganham o sentido de liberdade. Por que

¹⁶ Remetendo à história desse lugar:

Foi inaugurado em 1951 na antiga sede da UNE, na Praia do Flamengo, mas foi transferido no ano seguinte para a Avenida Infante Dom Henrique, próximo ao Aeroporto Santos Dumont. Circulava uma história de que o novo local havia abrigado uma prisão de escravos, daí o apelido de *Calabouço*. Apesar de pertencer ao Ministério da Educação, o restaurante era administrado pela União Metropolitana dos Estudantes (UME). No complexo também funcionava um teatro e uma policlínica. No dia seguinte ao Golpe Militar de 1964, a sede da UNE foi incendiada, o que marcou o início de uma onda de repressão ao movimento estudantil que duraria vários anos. O restaurante foi fechado e assim permaneceu por três meses. Quando reabriu, já sob o controle dos militares, a policlínica foi definitivamente fechada e o acesso ao público passou a ser controlado. Em 1967, o governo do Estado da Guanabara, devido a reunião do FMI no Museu de Arte Moderna, anuncia sob pretexto de urbanizar a região, a demolição do Complexo do Calabouço. Isso gerou uma batalha campal entre a polícia e os estudantes. Para acalmar os ânimos, Negrão de Lima, então governador da Guanabara, propôs que o restaurante fosse reconstruído na Avenida General Justo, esquina com Rua Santa Luzia.

Informações obtidas em:

<http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=29660>

Acessadas em 31-07-13.

liberdade não é sair fazendo o que quer, a gente só é livre por que vive em sociedade. O homem sozinho é livre, mas, não vive (...). O limite da nossa liberdade é uma coisa maravilhosa e eu acho que a prática da arte pelo sentido criativo, enfim (...) pela consciência que temos de transformar, pelo poder que temos de transformar a natureza e de expressar com essa natureza (...) tudo isso está muito ligado com essa liberdade. Quer dizer, eu falo o que eu quero, não adianta me proibirem de pensar, não adianta me proibirem de falar. Eu até posso camuflar a minha fala, mas não posso camuflar meu pensamento.

E essa é a liberdade que a gente tem, e que infelizmente, na atualidade, em nossa sociedade capitalista, a indústria cultural (...), que eu considero a desgraça da humanidade (...), a indústria cultural vem manipulando cada vez mais as pessoas no sentido de que se perde hoje em dia, cada vez mais, a consciência do livre arbítrio. O indivíduo não escolhe mais. Ele é levado por aquilo que a indústria dita para ele, tudo é moda e a arte inclusive. Quando se pensa na arte ditada pela indústria, ela é absolutamente manipuladora. E ela, como indústria (...) é uma arte fácil que leva as pessoas a pensarem apenas no divertimento. (...) E como é muito fácil e nesse divertimento, leva a pessoa a querer mais a gastar mais aquilo (...). As pessoas não chegam a ter o prazer, e por que não dizer hoje em dia o gozo. Elas são manipuladas, querem sempre mais, e não sabem onde irão chegar. Música, cinema, teatro, artes visuais, tudo isso se tornou produto de consumo e tem que ser vendido e tem que ser barato etc. (não cabe aqui essa discussão). Quero dizer que as pessoas perdem cada vez mais a capacidade de viver.

Penso que vivemos numa sociedade hoje em dia de orgia. Tudo é orgiaco. Come demais, bebe demais, fuma demais, dança demais, escuta música demais, e nada disso é feito. Acho que o jovem hoje está pensando (...) ele sai pra balada pra dançar e ele está buscando o gozo o tempo todo. Ele sai, grita, dança, pula, e não precisa mais da música pra embalar, por que o batestaca¹⁷ que virou a música o embala. Isso é dinâmogênico e ele está embalado (...), não está escutando música, não está tendo aquele prazer e nesse embalo ele quer mais gozo. É tão comum ver os meninos comentarem: quantas você beijou? Você transou com quantas? (...) etc. E nisso aí nenhum deles chega a um orgasmo, a um prazer. É preciso voltar um tempo nosso onde o toque na outra pessoa exista (...) e não que virtualmente ele esteja fazendo isso (...). Que o prazer da pessoa (...) ahn (...) fazer sexo (...) seja um prazer de estar com o outro realmente, que seja por prazer, não por uma dinâmica que se faz.

E tudo isso é ditado pela indústria. Quando a gente diz indústria cultural é aquela que pega o que é cultural num grupo qualquer e tira daquilo. Nós temos o exemplo claríssimo, que é cultural pra nós

¹⁷ Com referência à condução e repetição rítmica das músicas dançantes atuais.

goianos, mineiros: a moda de viola. Tocar na viola, fazer a dupla, cantar em dupla caipira, isso é cultural nosso, vem de muito tempo e é uma prática cultural nossa. Coisa linda agente ver uma catira (...). Todas essas práticas a indústria vem e suga isso aí, põem papel celofane ao redor, a função do arranjador é sempre esse de pôr o papel celofane, por aquilo bonitinho, pra fingir que é bonito. (E o que pareça) eu gosto muito de dar flores para minha mulher, eu nunca dei uma flor pra ela embrulhada no papel, eu dou a flor sem nada, por que é a beleza da flor. E é isso que acontece com o dourar das coisas e aquilo que vai consumir. (CUNHA, 2012)¹⁸

É interessante citar que ao iniciar seu discurso Estércio não fala muito em primeira pessoa, contando primeiramente seu ponto de vista sobre as relações homem e sociedade, sobre o que considera arte, liberdade, educação. RICOEUR (1977) ao trabalhar o conceito de hermenêutica e linguagem, afirma que o discurso se dá como evento, quando há pares ordenados que se estabelecem. De um lado quem fala, sobre algo, de outro, para alguém. O relato do Estércio professor, acadêmico, intelectual, aparece na frente de suas projeções pessoais:

Em tudo isso, precisamos acreditar na capacidade humana de ser, de escolher, decidir, e nisso dele criar. É preciso (...). Isso é fundamental nos processos de educação da atualidade, mas, infelizmente não se vê muito. Por exemplo, nós temos atualmente no Brasil as escolas de ensino médio que são obrigadas, é lei agora, que precisa ter música nas escolas. Eu dou minha cabeça pra corte pra quem responder por que ter música nas escolas? (...) Os professores de música, nós professores de música, falamos que foi um grande ganho da nossa classe. Não é ganho de classe isso! Claro, vai ter mais emprego, tem mais coisa para as pessoas, uma questão de classe, mas, não (...). Isso é uma questão de formação. Perdeu-se! Música é essencial no ensino. É! É tão essencial quanto a matemática, (...) mas, isso não é pensado o por que é. É essencial por quê? O homem necessita na formação do cidadão (...) se tem um processo dele se racionalizar, esse processo, e não sou eu quem diz isso, Emmanuel Kant já falava, esse processo parte da percepção. Somente pela prática de arte é que o indivíduo vai perceber a si mesmo, o ambiente, etc. Somente percebendo ele pode raciocinar. Nisso aí está toda a cadeia do cidadão e da formação de um cidadão. Infelizmente isso não (...) quer dizer (...) se sabe, por exemplo, que é preciso ter música na escola (...).

¹⁸ Referência a entrevista do dia 04 de setembro de 2012.

Então o professor vai para escola sem saber o que se faz? Não! Ele ali é o formador da educação estética, daquele indivíduo que se faz por outros caminhos, mas pela música muito fortemente. Eu digo pela música fortemente pelo seguinte dentro da escola, a música é tempo. O conceito de tempo segundo (...) música e fala são elaborações de um mesmo elemento, é sempre som e ritmo. A fala, nossa linguagem falada, e música estão muito próximas! Muito, muito próximas! Eu diria que apenas se separa disso aí que fala, de modo geral, é referência imediata, e a música não é referência, mas, o material e o processo de comunicação são exatamente o mesmo. (CUNHA, 2012)

O discurso enquanto obra (RICOEUR, 1977), traz ideologias, visão de mundo, e um modo de manifestar-se enquanto explicação da relação “ser no mundo”. O relato mostra e desvela o processo, pela ideologia que se prega, e diz para além de técnicas, um jeito de ser e pensar o mundo nas relações sujeito sociedade, cultura, educação, política, ou ainda, sujeito e objeto de criação artística. Aqui fundem-se o pensar sobre a narrativa oral e a própria escritura biográfica, ambas são tessituras de um sujeito que se coloca à observação, que se conta, que prova seus acontecimentos, pelo discurso, que transgrede à obra, diante traços da identidade, do estilo que se coloca em jogo no processo investigativo.

O conceito de *prova* como aquilo que garante a distinção entre história e outro tipo de narrativa (literária), que reforça o *fato* diante a visão singular do testemunho, coloca a história individual em outro patamar. Um exemplo típico é o da micro –história na narrativa de Menocchio em Queijos e vermes de Carlos Ginzburg, a ideia de ouvir vozes que antes não eram tão escutadas, o individual como exemplo, traz à história a perspectiva de uma antropologia ligada a classes menos favorecidas. Escavando documentos o historiador deve perceber outras falas que não são consideradas diante uma cultura elitista, a importância da mulher, do discurso dos mendigos, das pessoas que eram apontadas como bruxas, na época da inquisição (não da voz do inquisidor, ou do juiz).

Um caminho indiciário é percorrido no sentido de dar valor aos rastros e restos que os documentos podem deixar, ou ainda, nas brechas que o testemunho oral pode levar, conduzir, direcionar uma pesquisa. É o caso da narrativa de Estércio Marquez

Cunha que aponta para além de uma história individual um exemplo para a construção da história das artes/música no cenário goiano e nacional.

A proposta aqui foi a de percorrer caminhos da narrativa testemunhal, entre os fatos e acontecimentos, por meio do relato, do contar-se, o que conduz o justo pensar a uma história intelectual biográfica dos processos, dos meandros entre obra e vida, Vidobra (Dosse). É interessante citar que se trata de uma história de/em processo, na medida que a vida, a memória do artista biografado, reverberadas no tempo, ainda não cessaram, sempre permitirão diversos olhares.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Martha, M. C. *Poética musical como instauração de mundo pelos caminhos de Estércio Marquez Cunha*. Rio de Janeiro, 2000. 238f. Dissertação (Mestrado em Musicologia). Conservatório Brasileiro de Música.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da Arte*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- BRAGA, Simone Marques. *A obra pedagógica para piano de Virgínia Salgado Fiúza: análise de 29 peças e orientações para a sua utilização didática*. Disponível em: <http://www.ictus.ufba.br/index.php/ictus/article/viewFile/160/175> Acessado em 23 de agosto de 2013.
- CUNHA, Estércio M. *Entrevista gravada em Goiânia*, setembro de 2012, concedida ao pesquisador Eduardo Barbaresco Filho.
- DOSE, F. *O Desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Edusp, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *A ética do cuidado de si como prática da liberdade*. In: *Ética, sexualidade e política*, por Michel FOUCAULT, 264-287. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- GARCIA, Nilsea Maoli. *A obra pianística de Estércio Marques Cunha*. Dissertação de mestrado, Programa de pós graduação em música na contemporaneidade. Universidade federal de Goiás. Goiânia: 2002.
- KRIS, Ernest. *Psicanálise da arte*. São Paulo: Brasiliense, 1968.
- LACAN, J. *O seminário: de um ao outro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- LAIGNIER, Pablo. *Por uma teoria do jornalismo: Muniz Sodré em busca dos elementos que compõem o acontecimento midiático*. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/matriz/article/download/38250/41042>. Acessado em setembro de 2013.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.
- LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rosseau à internet*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MANO, Luciane. *28 de março de 1968: Morte no Calabouço*. Disponível em: <http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=29660> acessado em: acessadas em 31-07-13.

NICOLAZZI, Fernando. *A narrativa da experiência em Foucault e Thompson*. In: Anos 90, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p. 101-138, jan./dez. 2004.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Ed. Unicamp, 2007.

_____ *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

_____ *Tempo e narrativa*. Volume 1. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

SIRINELLI, François. *Os Intelectuais*. In: REMOND, René. *Por uma História Política*. 2ª ed. Tradução de Dora Rocha, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a História: Foucault revoluciona a História*. 4. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1998.

“DO LADO DE LÁ DO PARANAHYBA”: ESTRATÉGIAS DE OCUPAÇÃO DAS TERRAS NO SUDOESTE GOIANO OITOCENTISTA

Eduardo de Moraes Andrade

edu-m-a@hotmail.com

Universidade Federal de Goiás

Mestrando do Programa de Pós Graduação em História

Bolsista CAPES

Resumo

Partindo da pesquisa que iniciamos no mestrado do Programa de Pós Graduação em História da UFG e que possui como objeto as estratégias de ocupação das terras na região de Jataí em meados da metade do século XIX, realizaremos aqui algumas discussões preliminares do nosso trabalho. Esboçaremos um breve “estado da arte” da temática, dissertando sobre algumas possibilidades teórico-metodológicas que visualizamos a partir do primeiro contato com a documentação cartorial. O trabalho caminha com a percepção das complexidades que constituem o social, as especificidades, a vida cotidiana e a interconexão desses elementos na composição dos processos históricos; pontos com os quais, através de um foco reduzido de trabalho, acreditamos ser possível compreender os traços da dinâmica de articulação dos sujeitos históricos e a consolidação da propriedade agrária na região sudoeste de Goiás.

Palavras-chave: Terras. Estratégias de Ocupação. Sudoeste de Goiás.

Abstract¹

Based on the research that began in the mastering Graduation Program in History of UFG and has as its object the strategies of land occupation in the region of Jatahy in mid half of the nineteenth century, will show here some preliminary discussions of our work. Outline a brief ‘state of art’ of the subject, presenting on some theoretical and methodical possibilities to visualize from the first contact with the notarial documentation. The work goes with the perception of the complexities that integrate the social, the specificities, the everyday life and the interconnection of these elements in the construction of historical processes; points with which, through a reduced labor focus, we believe we can understand the dynamics articulation features of historical subjects and consolidation of the landed property in southwest Goiás.

Keywords: Lands. Occupation Strategies. Southwest Goiás

¹ Tradução do “Abstract”: Diego Medeiros Luz.

Introdução

Nessa comunicação, dedicaremos algumas linhas ao nosso incipiente objeto de pesquisa do mestrado: *as estratégias de ocupação das terras na região de Jataí no sudeste goiano oitocentista (1836-1875)*. O que viemos discutir na fase inicial de nossos trabalhos, é a possibilidade de aprofundarmos algumas análises no estudo específico do processo de “ocupação” de uma região, o sudeste goiano oitocentista no nosso caso específico.

Partimos de um olhar pautado na complexidade das sociedades, inseridas na amplitude dos processos históricos, e ao mesmo tempo específica em suas relações sociais². A cada passo da pesquisa, nos esclarecemos da construção paulatina da operacionalização do trabalho. Acreditamos que aos poucos, com os direcionamentos de cada etapa, poderemos desvendar algumas das relações complexas que nos possibilitarão compreender as formas específicas de organização dessa sociedade.

Dessa forma, poderemos identificar as estratégias específicas que configuraram em sua dinâmica o processo de ocupação das terras situadas do “outro lado do Paranaíba”³ na primeira metade do dezenove. No sudoeste goiano surgiu uma sociedade agrária que teve seu importante papel nesse processo, e suas singularidades merecem ser destacadas para uma compreensão mais profunda do mesmo.

Na tentativa de estabelecermos nossas proposições e pontuarmos um pouco da trajetória de pesquisa, discorreremos primeiramente sobre alguns pressupostos teórico-metodológicos que norteiam as percepções acerca das relações sociais e sua complexidade. Os tópicos que abordaremos permitem a construção de uma consciência sobre o foco reduzido para a análise das especificidades do campo social. Também permitem problematizar o “estado da arte”, no qual alguns trabalhos da historiografia

² Abalizamos em Thompson (1998, 2012) nossa concepção acerca da dinâmica histórica respalda nas peculiaridades que fazem parte de uma interação social complexa. Do mesmo modo, refletimos a permanência e o papel desempenhado por esses “dados” na amplitude dos processos históricos (REVEL, 1998, 2000), portanto em uma visão que percebe a não existência de uma divisão entre o macro e o micro (FRAGOSO, 2006).

³ Esse pequeno trecho diz respeito a região do sudoeste goiano, que em *Pioneiros* de França (1995) ilustra o desejo dos protagonistas da narrativa em sair do “Divino Espírito Santo dos Coqueiros” em Minas Gerais e tentar a conquista de terras e da prosperidade em terras mais além do Rio Paranaíba.

goiana não destacaram os sentidos de cunho social imbricados nos próprios “desajustes” da estrutura fundiária. Por fim, trataremos sobre nosso recorte espaço-temporal, apontando possibilidades e estabelecendo algumas problemáticas que, no decorrer de nossa trajetória ainda iniciante, tem feito “imaginarmos” a sociedade agrária da região do sudoeste goiano oitocentista e “construirmos” uma forma de análise desta realidade peculiar.

A complexidade da questão de terras e “um olhar” sobre a sociedade agrária

Complexidade. Eis um termo que por si só não define muita coisa, é necessário pontuar as noções que regem a complexidade. É necessário buscar exemplos, estabelecer relações que permitam ir além de um relativismo que não confira unicamente o sentido de multiplicidade de “coisas” flutuantes que fazem parte da vida social. As dinâmicas que regem a complexidade podem ser estabelecidas oferecendo uma coesão lógica, apesar de não linear muito menos cíclica e homogênea das “coisas” e dos “acontecimentos históricos”.

A sociedade, como nos mostra Thompson (1998), é acometida por estratégias de vida que escapam a simples lógica econômica, esbarrando também em elementos ligados à cultura, ou mesmo à moral e aos valores (econômicos, morais ou simbólicos) das multidões. O fluxo das ações, das tentativas de controle no jogo das hierarquias sociais, ou até, da simples prática social cotidiana, movimento esse desprovido de uma previsibilidade ou escapável à lógica estabelecida na sequência simplista da “causalidade linear” dos fatos e acontecimentos, constituem a teia das complexidades.

Uma sociedade não se faz complexa por escapar de uma certa lógica, apesar de que, ao lidarmos com seres de “carne e osso”⁴, encaramos uma matéria inconstante e imensurável. Essa inerência se estabelece na medida em que os “fenômenos” só podem ser explicados mediante uma análise mais profunda de relações, cujas respostas para as

⁴ Cf. Fragoso (2006).

indagações estão dispersas nos indícios do passado, e desse jeito, são visíveis na articulação conjuntural dessas relações.

A operação historiográfica encontra aí talvez um grande desafio, uma vez que necessita operacionalizar sobre essa realidade movediça. A história social, em algumas de suas perspectivas, tem percebido essa questão quando no mínimo reconhece os limites do pequeno recorte fragmentário de suas pesquisas e de seu aporte de análise, desse modo, deixando as portas abertas para as possibilidades que fogem ao seu domínio analítico, e reconhecendo nos mesmos, sua respectiva influência⁵.

Nessa perspectiva, é dado o exemplo ou conferido o sentido da complexidade social. Uma noção que busca escapar aos determinismos ou mesmo aos “esquemas explicativos” simplistas ou cíclicos⁶. É uma visão que encara o “ensaio” que se refere ao olhar do historiador, que ao se debruçar na reconstituição do passado através de alguns vestígios e do exercício de várias leituras, explora problemáticas e explana possibilidades dentro de uma trajetória que confere a ele possibilidades de construção de uma fórmula para análise de um fragmento do passado. Acreditamos que a operacionalização do trabalho de pesquisa se torna possível na medida em que a erudição necessária à tomada dessa “consciência” permite o estabelecimento do recorte espaço-tempo partindo do *corpus* documental em um movimento não linear da pesquisa.

A historiografia tem oferecido muitos recursos para a construção metodológica das fórmulas para que mergulhemos no universo de um passado complexo e peculiar. Essa construção, logicamente, se consolida na percurso da própria pesquisa, mas algumas referências tem nos feito perceber tais possibilidades. A história social de Thompson (1998, 2012) nos esclarece um pouco sobre o caminho para percepção das peculiaridades e sua inserção às vezes “aparentemente contraditória” no transcorrer dos processos históricos. Isso nos remete a refletir, por exemplo, a tensão e o contrassenso

⁵ Reflexão que fazemos de acordo com o trabalho de Thompson (1998) intitulado *A economia da moral da multidão inglesa no século XVIII*, no qual é feito uma crítica ao determinismo das teorias econômicas que formulam suas respostas desprezando outros valores que pesam na história. Thompson, da mesma forma, não avança sobre aspectos que fogem ao seu recorte, deixando o caminho aberto para possibilidades reiteradas pelas reticências.

⁶ Cf. Fragoso (2006) e Cardoso (1990).

como também motores dos grandes processos de transformação. Afinal, além da existência de inúmeras “cifras” que podemos destacar dos documentos, ou das médias “ilusórias” que podemos traçar no meio do “complexo emaranhado de evidências conflitantes” (THOMPSON, 2012, p. 53), o espírito das realidades específicas e da própria conjuntura histórica do passado era outro. Cabe distinguir as diferenças e estabelecer suas relações com um pouco mais de profundidade e contextualização.

Os “sujeitos anônimos”, assim como aqueles que as letras emolduradas da história deram nome, fazem parte da vida social, e dessa forma participam de seu jogo hierárquico. Nesse cenário, as práticas sociais se estabelecem e se articulam, e os sujeitos perpetram suas ações de modo estratégico neste jogo. Essas relações, em que se arrolam as práticas sociais, e portanto, a existência de crenças, costumes, bagagens culturais e ideários oriundos das mais diversas esferas, incidem sobre a ação do sujeito. Uma qualidade natural do mundo social, em que no bojo das estratégias ocorrem as influências históricas de seu universo multifacetado.

Os exemplos se afinam nos estudos cujos os métodos sobrevivem ao cotidiano, oferecendo análises profundas das dinâmicas internas que constituem os processos históricos. Nos referimos aos estudos da *microanálise*, em que o foco reduzido tem permitido a reconstrução de trajetórias de vidas, e desse modo, o vislumbre de um recorte inserido no amplo movimento da história.⁷ Nas considerações de Fragoso,

Em realidade, não existe a divisão entre macro-micro. A redução da escala é uma divisão artificial. Em outras palavras, na micro-história, a redução de escala é empregada para entender a história geral. O uso desse procedimento parte do pressuposto de que a redução de grau de escala permite observar de forma mais acurada fenômenos ditos gerais. (FRAGOSO, 2006, p. 29-30).

Em trabalhos como *O Queijo e o Vermes* de Ginzburg (2006) ou mesmo *Herança Imaterial* de Levi (2000) os autores esboçam trajetórias de indivíduos, permitindo destrinchar as dinâmicas da conjuntura social da qual os mesmos faziam

⁷ Considerações feitas por Fragoso (2006) sobre a *micro-história*.

parte. A redução de escala nessa perspectiva encontra aí um traço importante que a torna um “sintoma” ou uma “reação a um momento específico da história social” (REVEL, 2000, p. 08) bastante singular. Isso, é claro, nos remete a refletir sobre os limites do uso de tais métodos em nossa realidade.

No entanto, suas proposições acerca da redução de escala e sobre o “cotidiano” ou a “vida comum” ainda nos inspira em sua essência, pois,

[...] a escolha do individual não é considerada contraditória com a do social: torna possível uma abordagem diferente desse último. Sobretudo, permite destacar, ao longo de um destino específico – o destino de um homem, de uma comunidade, de uma obra –, a complexa rede de relações, a multiplicidade dos espaços e dos tempos nos quais se inscreve. (REVEL, 2000, p. 17).

Nesse sentido, a orientação que temos na redução de foco consiste na verificação de uma realidade singular, que se remete a vida cotidiana de um conjunto de sujeitos históricos que viviam em determinado espaço-tempo. Todos os sujeitos são partícipes da realidade histórica e em sua vida comum ocorrem práticas singulares, entretanto, engendradas numa rede que ultrapassa o espaço-tempo. Fica sendo essa a compreensão de sociedade que nos deixa as lições da *microanálise* e nos permite conscientizar um pouco mais sobre a realidade histórica que estamos encarando.

A história *thompsiana* e a *micro-história*, no nosso caso em específico, antes mesmo de permitir a construção metodológica que operacionalize o trato das fontes históricas sobre nosso objeto de pesquisa – as estratégias de ocupação das terras na região de Jataí no sudoeste goiano oitocentista –, tem nos remetido a uma problematização das produções historiográficas que versam sobre as variantes da questão de terras em Goiás. Cabe ressaltar que essa mesma problematização, somadas ao contato com os documentos escritos – a saber, literatura memorialista e documentos cartoriais – direcionam para uma apuração dos elementos constituintes da sociedade

agrária que a fazia “complexa” e “específica”, ao mesmo tempo que mergulhada em um panorama mais amplo, no qual a própria historiografia clássica definiu por “ocupação”⁸.

O movimento de ocupação das terras na região sudoeste de Goiás, ocorrido da primeira metade do século XIX deve ser pensado com certa cautela. Deve ser conferido ao termo os significados que remetem à dinamicidade da ocupação com outros aspectos, de alguma forma, rompem com os limites ou as dicotomias que lhes são aparentes.

Conforme Prado Júnior (2012), a ocupação diz respeito ao povoamento de regiões praticamente inabitadas, e isso sugere a ideia de uma “frente de ocupação”. Pensamos que nessa perspectiva, o limites residem na própria ilusão do ciclo proposto, ora que não devemos desconsiderar as relações estabelecidas com sujeitos históricos que poderiam habitar a região antes mesmo da consolidação das fazendas. Se nossos vestígios acerca de tal hipótese são poucos, menores no que diz respeito a populações *não indígenas* por exemplo, não podemos, pelo menos, deixar o determinismo imprudente falar mais alto.

Naquilo que alguns trabalhos da historiografia goiana⁹ denominou de ocupação do sul/sudoeste goiano, reconhecemos a importância da “onda migratória” de mineiros e paulistas para a região. Entretanto, acreditamos que a afirmação de um “pioneirismo”, além de desconsiderar os sujeitos preexistentes no dito espaço, também inibe a própria dinamicidade das relações consolidadas na sociedade que se construiu nas práticas cotidianas de sujeitos providos por bagagens da trajetória de experiências e vivências¹⁰.

Da mesma forma, o estabelecimento da história de Goiás em “ciclos econômicos”, como o da mineração e da posterior atividade da pecuária, cujo exemplo se materializa na dissertação de Funes (1986) *Goiás 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária*, nos parece muito raso diante da ocorrência

⁸ Prado Júnior (2012, p. 229) ilustra o olhar da historiografia clássica acerca da ocupação: “o povoamento é e sempre foi o capítulo mais importante e fundamental da nossa vida coletiva [...] toda a história do Brasil não é senão a história do povoamento e ocupação de um território semideserto”.

⁹ Cf. Luz (1982) e Funes (1986).

¹⁰ Reflexões a partir de Thompson (1998, 2012).

práticas mais peculiares que, na possibilidade de serem reveladas pela historiografia, podem desmitificar algumas das determinações “quadradas” dos “ciclos”¹¹.

Com o tempo, o movimento de migração que ocasionou a ocupação de terras, ou seja, a prática da exclusividade de uso sobre as mesmas, acarretou a configuração de novo cenário social e econômico. A ocorrência da multiplicação dos povoados na região sul/sudoeste de Goiás na primeira metade do dezenove, como nos aventa alguns trabalhos¹², revelam a consolidação de uma novidade. Isso alimenta nossos anseios em compreender as dinâmicas de tal “fenômeno”, não apenas por sua novidade em si, mas pelas relações que são estabelecidas em um novo cenário de um movimento histórico importante.

Nesse cenário, sabemos que os sujeitos históricos, no processo consolidação de suas estratégias do cotidiano da vida social, não abriram mão de si mesmos. E, com suas “consciências” também forjadas nesse meio social, praticavam suas ações e se firmavam nas posições hierárquicas que se definiram.

O que pretendemos demonstrar é o risco em tomarmos a ocupação como um marco inaugural sem levar em conta as relações que implicam a própria concretização do “novo”. Os costumes, atrelados a bagagem cultural e social dos sujeitos, o conflito, inerente ao contato daqueles que “chegam” com aqueles que “já estão”, são alguns exemplos que permitem defender a ideia de que as realidades se constituem de relações que se estendem além da realidade abordada. A formação de uma realidade social, com a construção de suas hierarquias e estratégias da vida cotidiana perpassa pelos fios de uma complexa rede de relações, cujos indícios estão presentes na documentação da qual nos servimos.

Poderíamos aqui no alongar por uma análise mais detalhada das produções da historiografia goiana sobre o tema da questão de terras, mas podemos destacar de forma

¹¹ Reflexões que pontuamos a partir das críticas que faz Linhares (1996) no artigo intitulado *Pecuária*, alimentos e sistemas agrários no Brasil (século XVII e XVIII). A autora tece críticas aos esquemas simplificadores através de exemplos que concretizam a desmitificação do passado através de trabalhos que estabelecem um recorde analítico mais reduzido.

¹² Alguns trabalhos esboçaram o processo de configuração da estrutura fundiária goiana no século XIX, afirmando significativas transformações ocorridas com o advento da prática da pecuária extensiva. Cf. Luz (1982), Funes (1986), Daniel da Silva (2000) e Aguiar (2003).

resumida a construção na qual a maioria dos trabalhos se pautou: a consolidação da “estrutura fundiária” de Goiás no século XIX. A dissertação de Funes (1986), já citada anteriormente, tratou da transição cíclica da mineração a atividade da agropecuária, substituta de uma velha fase de um precedente da decadência da região. Por sua vez, a dissertação de Luz (1982) *Estrutura fundiária em Goiás: consolidação e mudanças (1850-1910)*, por sua vez, privilegia a construção da estrutura fundiária por meio das leis e das tentativas da esfera administrativa em tomar o controle burocrático das terras. As demais produções fazem referências a esses trabalhos.

O que podemos assinalar de ambos os trabalhos, é que os mesmos, diante dos limites da abordagem político e econômica, contribuíram para uma compreensão da realidade do exercício das leis de terras e da importância do momento no surgimento de novas vilas para a província. Contudo, esses trabalhos não se atentaram para alguns dos aspectos da vida social que viemos apontando até agora. Para compreender a realidade do processo de ocupação das terras, seria necessário o estabelecimento das relações que implicavam nas próprias conveniências que tangiam a inaplicabilidade das leis¹³.

Luz (1982) disserta que, no decorrer das leis de terras, algumas tentativas de mapeamento das propriedades fracassaram, e no mesmo sentido, muitos foram os insucessos da legislação que tentava aplicar a Lei de Terras de 1850. Será que as legislações agrárias malograram apenas pelo fato das leis não se adequarem muito bem às realidades? Ou então, será algumas “elites” se articulavam de modo estratégico e, com advento de seu poderio, grassavam o insucesso dessas leis quando as mesmas não condiziam com seus interesses?

Pode ser que a resposta seja, “em certa medida”, encontrada nas duas prerrogativas. Essas interrogações, alimentadas pelas próprias dissertações dos historiadores, nos remetem refletir sobre a importância de se reduzir o foco na tentativa de compreendermos mais precisamente as dinâmicas das interações sociais. Além do

¹³ Einsenberg (1977), aqui nos serve de inspiração. Em seu trabalho de cunho econômico intitulado *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910*, consegue estabelecer as dinâmicas do jogo político das elites do Pernambuco açucareiro agrário que, ornamentados com as mais diversas patentes da Guarda Nacional e ingressos em importantes cargos políticos, tornavam as leis de terras impraticáveis quando as mesmas determinavam contra os seus interesses.

mais, no jogo das articulações da elites, estavam inseridos outros segmentos da população. No caso das “transgressões” das leis, os ricos não eram os únicos; os pobres, não podendo arcar com os custos da burocracia, como por exemplo as taxas dos registros paroquiais de terras deixavam de registrar suas posses¹⁴. E tudo isso, vai arrolando todo um contexto de práticas e estratégias que acreditamos que devem ser pormenorizadas.

Então, a complexidade das relações sociais perpassa pela vida cotidiana, que é onde essas relações se deixam evidenciar. Na vida cotidiana, como sugere a micro-história, que percebe na própria contradição do cotidiano o caminhar da história em sua amplitude. Ou então, na percepção thompiana, que declara a peculiaridade não descartando sua significância nos processos de transformações. Desse modo, vemos por entre essas sugestões metodológicas, uma possibilidade de construção própria de uma metodologia que nos possibilite enxergar os indícios e averiguar as estratégias de ocupação das terras na região sudoeste de Goiás. É uma tarefa importante para compreendermos com mais afinco nossa história.

Estratégias de ocupação das terras em Jataí (1836-1875)

Até o momento, dedicamos a maior parte desta comunicação a uma discussão sobre nosso entendimento por “sociedade” entrelaçado com a “complexidade da questão de terras”. Nesse percurso, definimos nossa concepção de “ocupação”, intimamente ligada à complexidade das próprias relações entre os sujeitos históricos. Foi preciso revisar uma noção clássica do próprio conceito, para atingir a noção que esperamos de um processo em que participou sujeitos históricos comuns, munidos de suas respectivas experiências individuais ou coletivas¹⁵. Em seguida, verificamos o “estado da arte” no qual se insere nossa temática, e percebemos que, mesmo diante das contribuições que deixaram esboçadas a constituição da “estrutura fundiária” goiana no decorrer do século

¹⁴ Cf. LUZ (1982).

¹⁵ Reflexões com base em Thompson (1998).

XIX, analisou-se pouco sobre os sentidos da própria realidade burocrática e política da questão agrária.

Diante disso, nossa concepção de “sociedade complexa” permitiu que problematizássemos sobre esses sentidos. Também fomos aos arquivos, e lá nos deparamos com os registros paroquiais de terras realizados pela paróquia de Nossa Senhora das Dores do Rio Verde entre as décadas de 1856-1860¹⁶. Esses documentos revelaram um certo número de sujeitos que fogem a “memória literária”¹⁷ que decretou uma história de Jataí. Em contraste com França (1995) e sua literatura memorialista intitulada *Pioneiros*, responsável pelo mito do pioneirismo das famílias dos Vilelas e Carvalhos, encontramos muitos nomes que nem se quer é feito menção.

Os registros do vigário documentaram várias fazendas da região a partir de 1856, que nesta data pertencia aos limites da Freguesia do Rio Verde. Observando a datação desses documentos, somados também ao fato de que houve um período de vacância das leis agrárias, que fez com que o *apossamento* se estabelecesse como o único meio de aquisição de terras¹⁸, sustentamos a hipótese de que os ditos fazendeiros poderiam ter chegado à região em épocas precedentes à própria determinação da Lei de Terras de 1850. Com tudo, os indícios ainda não são suficientes para delimitarmos a data de chegada dessas famílias, e a única fonte continua sendo o memorialista com seu “olhar elitista” que contempla a chegada dos “grande pioneiros” por volta de 1836.

Também, duvidamos dos efeitos práticos imediatos da Lei de Terras de 1850, questão que a própria historiografia goiana, através do trabalho de Luz (1982) já havia aventado. A própria Lei de Terras, em seus resultados e intencionalidades explícitas e implícitas deve ser assinalada com maior cautela, pois, como salienta Linhares (1999, p.

¹⁶ Documento que estamos analisando: Livro de Registros Paroquiais da Freguesia de Nossa Senhora das Dores do Rio Verde nº 13 – Procuradoria Geral do Estado de Goiás.

¹⁷ Optamos por utilizar o conceito de memória seguindo a definição de “memória coletiva” de Le Goff (2003) para definir a obra memorialista como uma seleção de memórias, ou de um discurso validado pelo símbolo que representa os documentos monumentos que legitimam a história de uma elite desbravadora da região.

¹⁸ Realidade goiana no período trabalhado por Daniel da Silva (2000) em sua dissertação intitulada *Terra “sem lei nem rei”*: Goiás (1822 -1850). Esse período de vacância das leis de terras no Brasil após o fim das Sesmarias por decisão do príncipe Pedro em 1822 é também abordado por Silva (2008) em *Terras devolutas e latifúndio*.



61) a dita lei “é um bom exemplo do uso de uma legislação modernizante e reformista para a expropriação dos camponeses e índios”.

Mas, vemos nesse caminho, as possibilidades da ocorrência de uma espécie de “efeito simbólico” expresso em alguns termos utilizados pelos fazendeiros para determinar o forma de aquisição de suas fazendas. Apropriamo-nos do conceito de Thompson (1998), que no estudo de outra realidade – no caso das tensões e conflitos acometidos por causa do aumento do preço do pão nas regiões da Inglaterra setecentista – afirma que o efeito surtido pela tomada da prática da lei era a amenização das tensões e dos conflitos. Durante o momento em que conseguia-se o sortimento desse efeito, por detrás da lei aparentemente colocada ou reforçada em sua prática, os sujeitos que espoliavam o direito moral que geria as garantias de alimentos aos pobres continuavam a praticar suas estratégias que burlavam essa “economia moral”.¹⁹

Evidentemente a realidade que trabalhamos é outra. O “efeito simbólico”, para o nosso caso, pode ser representado através dos termos que foram utilizados nas declarações dos registros paroquiais para uma legitimação que poderia conferir “às pessoas certas” as garantias do uso exclusivo da terra. Então, para compreendermos melhor essas nossas elucidações que, diga-se de passagem, ainda carecem de um trato analítico das fontes mais aprofundado, é necessário adentrarmos uma questão que, nas afirmativas da historiografia goiana e da própria constatação que fizemos nas leituras preliminares da documentação cartorial, no fez iniciar esse trabalho investigativo: a *compra e venda de terras* no sudoeste goiano oitocentista.

Fragoso (1990), ao delimitar-se à realidade do processo de ocupação das terras na região do sul/sudoeste goiano, estabeleceu um balanço conforme os dados estabelecidos pelos trabalhos incipientes da historiografia goiana até a década de 1990:

A ocupação pecuarista dessa região – implementada por migrações de mineiros e paulistas na primeira metade do século XIX – insere-se no movimento de nova criação de sistemas agrários [...]. Vinculada principalmente ao abastecimento dos mercados do Sudeste, a montagem daquele sistema agrário encerra alguns traços que devem

¹⁹ Segundo o capítulo *A economia moral da multidão inglesa no século XVIII* do livro *Costumes em comum* de Thompson (1998).

ser sublinhados. Tal é o caso do processo vivenciado pelo município de Rio Verde.

[...]

Além da tendência da estrutura à concentração fundiária, encontramos no sul um maior índice de mercantilização da terra. Em fins da década de 1850, 76% das propriedades de Rio Verde tinham sido adquiridas por compra, enquanto que em Goiás Velho (área de povoamento antigo) esta cifra caía para 36%. (FRAGOSO, 1990, p. 164).

O índice de *compra e venda* de terras, que Fragoso determina como “mercantilização” nos despertou a atenção. Ao conferimos os registros paroquiais, nos deparamos com declarações que demasiavam o fato de que a maioria das terras foram adquiridas através da compra, o que acabou reforçando os percentuais.

Pois bem, lembremos que os registros datam entre 1856-1860, portanto, imaginamos que as terras tenham sido adquiridas nas décadas que precedem esses documentos. 1836 é o início do recorte cronológico da ocupação da região de Jataí com a chegada das primeiras famílias. A seguir, outras pessoas também migraram para o sudoeste e, de alguma forma adquiriram terras. Até a prática da Lei de Terras de 1850, levada a cabo por exercício do Regulamento 1.318, de janeiro de 1854²⁰ que aplicava o registro das terras nas vigarias, provavelmente os “pioneiros” não correspondiam as únicas famílias instaladas nessa porção do sudoeste goiano, o que nos leva a indagar quais foram os meios utilizados para o acesso à terra nesse primeiro momento, em que se predominou a prática do *apossamento*²¹.

Outra indagação, que parte de uma reflexão que fazemos às colocações do próprio Fragoso (1990), diz respeito à decorrência da fixação desses fazendeiros, pois o fluxo migratório se estabeleceu no decorrer de algumas décadas. Então, presumimos a fixação de alguns sujeitos num primeiro momento, o que precede aos registros paroquiais, e a chegada subsequente de outras pessoas que também tiveram a acesso à terra ao longo dos anos cinquenta, sessenta e, finalizando o nosso recorte abstrato,

²⁰ Informações contidas no documento que estamos analisando: Livro de Registros Paroquiais da Freguesia de Nossa Senhora das Dores do Rio Verde nº 13 – Procuradoria Geral do Estado de Goiás. A lei de terras e sua efetivação também são trabalhados por Silva (2008) e, no caso de Goiás, por Luz (1982).

²¹ Cf. Daniel da Silva (2000) e Silva (2008).

meados de setenta. Talvez, poderemos encontrar no trânsito desse fluxo algumas respostas sobre as formas de aquisição das fazendas, e principalmente, averiguar o sentido que representava a prática de compra e venda de terras dentro das articulações desses sujeitos históricos.

Nesse momento, começamos a pensar na possibilidade da ocorrência de um “efeito simbólico” específico para aquela realidade, de alguma forma ligada ao aparato de regulamentação e garantia desse “uso exclusivo” da terra, no qual a legislação confere algum tipo de legitimidade ao “senhor e possuidor” de terras. No entanto, essa reflexão não se completa apenas uma análise da prática da lei de terras por ela mesma. A organização dessa sociedade, bem como as estratégias sociais respaldadas nos elementos forma um elo de relações estabelecendo uma articulação entre si, parecem nos indicar que o entendimento desse efeito que, no momento denominamos em caráter provisório em termos da obra de Thompson (1998) (aliás, este artigo como um todo é um ensaio da pesquisa ainda incipiente), seja perceptível através de uma averiguação dos tipos específicos de articulações dos sujeitos para o acesso à terra.

É então que entramos na questão da prática social, estabelecida no cotidiano dos sujeitos históricos imersos em relações de sua sociedade, que por sua vez está ligada por complexas relações um contexto histórico marcado pela diversidade de tempos e espaços²². Nesse percurso, esbarramos na estratégia, um termo que veio a abarcar melhor nossas problematizações acerca das formas de acesso à terra nesse momento importante da ocupação das terras no sul e, no sudoeste goiano, local onde se insere a sociedade agrária que analisamos.

Assim, enunciamos a sentença que define nosso objeto com o termo “estratégias de ocupação”. Essa “noção”, acreditamos, pode abarcar o sentido que buscamos sobre a “compra e venda” de terras para aquela realidade peculiar, para aquele tempo e espaço também singulares. O termo em si pressupõe a existências de alguns tipos de articulações dos grupos de sujeitos, dispostos em um organização social específica, e que de algum modo, de acordo com os recursos que lhe eram permissíveis ou que

²² Abalazamento teórico dos conceitos de prática social e cotidiano, respectivamente (ou mesmo reciprocamente): Thompson (1998, 2012) Revel (1998, 2000).

faziam parte de seu universo social e cultural, “conseguiram” a garantia da “exclusividade de uso” das terras. É como essa noção que, ao deprendermos esforços nos “dispersos arquivos”²³, cuja realidade nos desafia a construir uma metodologia própria.

Considerações finais

Nosso recorte cronológico abstrato (definido até o presente momento) se estabelece entre os anos de 1836-1875. Nesse período, o fluxo migratório inserido no movimento de ocupação das terras na região sul/sudoeste de Goiás fez emergir uma sociedade agrária peculiar, com uma realidade própria e ao mesmo tempo inserida em um processo de ocupação mais amplo e com significados históricos importantes.

A região de Jataí no sudoeste goiano, como demonstra Fragoso (1990) ao tecer um estudo acerca dos dados vislumbrados pela historiografia goiana, assinala traços importantes pois, nela se observa particularidades que não devem ser soterradas. É o caso do latifúndio ao invés de uma realidade campesina²⁴, ou mesmo da própria prática de compra e venda de terras, algo estranho para ser pensado numa conjuntura anterior ou mesmo paralela com a lei de Terras de 1850 que no ano instituiu a compra e venda como o único modo de acesso a dita “propriedade”. Essas indagações deram início a nossa pesquisa, e sua trajetória inicial nos remeteu a percepção de uma conjuntura social complexa, na qual o estudo da vida cotidiana poderia nos levar à visualização de alguns fios de relações de uma complexa trama histórica, assim, estabelecendo as *estratégias de ocupação das terras*.

Por questões de acervo documental, alargamos nosso recorte para o ano de 1875, quando começa a se adensar documentos, dentre os próprios registros paroquiais realizados entre 1856-1861, inventários *post-mortem*, registros de compra e venda de terras, e outros mais que nos permitem flutuar alguns indícios que remetem a um momento cujos arquivos se tornam mais deficitários. Também, esse recorte nos permite

²³ Fragoso (2006) e Chaul (2010) chamam a atenção para a realidade dos arquivos do Brasil.

²⁴ Cf. Fragoso (1990).

um certa amplitude analítica que conceba melhor a especificidade da relação *compra e venda* de terras, inserida de algum modo – até agora nos aventou a possibilidade de um efeito simbólico – em uma gama de estratégias de garantia de exclusividade de uso da terra, estreitamente ligada a realidade social no qual estavam imersos os primeiros fazendeiros da região e conexas, de alguma forma, a conjuntura daquela época.

Assim, nossa pesquisa, não (ainda) como um trabalho de micro-história ou de história social thompsiana, mas com o respaldo em contribuições dessas possibilidades teórico-metodológicas e com os pés firmes sobre a realidade díspar de nossos arquivos, representa um esforço em desvendar algumas das dinâmicas compuseram o processo de ocupação das terras em Goiás na primeira metade do dezenove.

Referências

AGUIAR, Maria do Amparo Albuquerque. *Terras de Goiás: estrutura fundiária (1850-1920)*. Goiânia: Editora UFG, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion. O trabalho na colônia. In: LINHARES, Maria Yedda Leite (org.). *História geral do Brasil: da colonização portuguesa à modernização autoritária*. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 69-88.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. 3. ed. Goiânia: Editora da UFG, 2010.

EINSENBURG, Peter L. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco: 1840-1910*. Trad. João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1977.

FRAGOSO, João Luís. O império escravista e a república dos plantadores. Parte A: Economia brasileira no século XIX: mais do que uma economia de plantation escravista-exportadora. In: LINHARES, Maria Yedda Leite (org.). *História geral do Brasil: da colonização portuguesa à modernização autoritária*. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 131-176.

_____. Alternativas metodológicas para a história econômica e social: micro- história italiana, Fredrick Brathe e a história econômica colonial. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (orgs.). *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006. p. 27-48.

FRANÇA, Basileu Toledo. *Pioneiros*. 4. reimp. fac similar da 1. ed. Goiânia: Editora da UFG, 1995.

FUNES, Eurípedes Antônio. *Goiás 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária*. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1986.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão et al. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Trad. Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LINHARES, Maria Yedda Leite. *Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII)*. Tempo, v.1, n. 2, p. 132-150, 1996.

_____; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LUZ, Maria Amélia de Alencar. *Estrutura fundiária em Goiás: consolidação e mudanças (1850-1910)*. 1982. 249 f. Tese (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1982.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil: e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: as experiências da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 15-38.

_____. Prefácio. A história ao rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Trad. Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 07- 37.

SILVA, Lúcia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850*. Prefácio de Plínio de Arruda Sampaio. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

SILVA, Maria Aparecida Daniel da. *Terra “sem lei nem rei”: Goiás (1822 -1850)*. 2000. 153 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História das Sociedades Agrárias da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2000.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. Revisão Técnica Antônio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *A formação da classe operária inglesa*. II A maldição de Adão. Trad. Renato Busatto Neto, Cláudia Rocha de Almeida. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

RITOS CENTRO-AFRICANOS NAS MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS DO RIO DE JANEIRO OITOCENTISTA

Eduardo Possidonio
dupossidonio@hotmail.com
Universidade Salgado de Oliveira
Mestrando

Resumo

O principal objetivo do trabalho é encontrar através da análise das fontes, manifestações religiosas centro-africanas no Rio de Janeiro oitocentista, buscando compreender como as mesmas se adaptaram e se recriaram no espaço da cidade permitindo nesse universo religioso a sua sobrevivência, não como algo estático, imutável, mas vivo e capaz de se reinventar em situações inóspitas como a escravidão no Brasil. Analisar essas manifestações religiosas ajudam a compreender os costumes negros no espaço da escravidão urbana da cidade e como tais elementos sentiam os impactos das transformações emancipacionistas da segunda metade do século XIX.

Palavras-chave: religiosidade centro-africana; jornais; escravidão urbana.

Abstract

The main objective is to find through analysis of the sources, Central African religious manifestations in Rio de Janeiro nineteenth century, seeking to understand how they have adapted and recreated within the city allowing religious universe in its survival, not as something static immutable, but alive and able to reinvent themselves in inhospitable situations like slavery in Brazil. Analyze these religious events help to understand the customs of slavery blacks within the city and urban elements such as felt the impacts of the changes emancipation of the second half of the nineteenth century.

Keywords: Central African religiosity; newspapers; urban slavery.

Madrugada de quarta feira 14 de abril de 1871, tambores rufam na Rua da Conceição, sobrado de número 47, a batucada seguida de cantoria é subitamente interrompida pela batida policial chefiada pelo “digno” 2º delegado de polícia o Sr. Dr. Miguel José Tavares. O delegado era “Magistrado respeitabilíssimo” e bem visto principalmente por se apresentar sempre “incansável” na busca por punições aqueles que se inclinavam a “ofender a moralidade pública”, nessa noite o “feiticeiro” Felipe Miguel, preto mina. O “novo Pagé” em

suas cerimônias bem como no momento da prisão, estava rodeado de uma “tribo” de mulheres. As vítimas indefesas da sociedade de bem, Felipe Miguel “predizia” o futuro “mediante larguíssimas contribuições”¹.

Além do chefe “*Quibombo*” e suas “sectárias” foi apreendida uma grande quantidade de objetos que auxiliavam a realização do culto, entre esses objetos uma “grande série de *manipanças*”², de todos os tamanhos e feitios”, “cascos de tartaruga”, “palmatórias convexas”, “facões de chumbo” e “argolas de metal”. Frascos contendo “ervas e líquidos”, “búzios grandes”, “inspirados Pagés”, “grande pentes de chifre” e outros tantos objetos. Porém, para “assombro” da sociedade no dia 28 abril de 1871, ganha novamente as ruas o “feiticeiro” Felipe Miguel. Em uma tentativa de responder a distinta sociedade, o “digno” 2º delegado de polícia achou por bem não devolver as “bugigangas” com as quais Felipe Miguel “alimentava a supertição”³.

Para compreender o destaque que o Diário de Notícias dava no ano de 1871 a prisão de Felipe Miguel é necessário mergulhar nesse contexto oitocentista. Estava preso desde 1870 o afamado pai de santo Juca Rosa “feiticeiro” da Rua do Núncio próximo a Senhor dos Paços, que durante anos contava com vasta freguesia na Corte entre ricos e pobres. Filho de africanos, Rosa fora acusado de prometer a “quebra de feitiços”, “cura de quebrantos” e “maus olhados” e resolução de casos “amorosos”. Em 1871 Juca Rosa seria levado a julgamento com ampla cobertura da imprensa sobre o passo a passo da tribuna. Sátiras diárias, peças teatrais envolvendo participantes do julgamento e frequentadores do culto eram expostos de forma jocosa nos jornais. (SAMPAIO, 2009, p. 31-108)

O período vivido na Corte era o de debates intensos a respeito da emancipação dos escravos. Senhores bradavam contra a interferência do Estado em questões privadas, como as relações entre senhores e escravos. Até então a liberdade do cativo passava também pela vontade do senhor. Somava-se a isso a preocupação das elites com a nova ordem social que se avizinhava. Os escravos outrora “controlados” por senhores, dependentes de seu

¹ Relato baseado em notícia do *Diário de Notícias* 14/04/1871.

² Abordaremos os nomes de origem centro-africana mais adiante.

³ Relato baseado em notícia do *Diário de Notícias* 29/04/1871.

“paternalismo”, seriam livres e donos de seus próprios destinos, e mais do que isso, se tornariam cidadãos com direitos e deveres. A caça a “feiticeiros” e o frenesi da imprensa que acompanhava de perto cada batida policial em tais casas de culto, se encaixam nesse novo momento em que Jucas e Felippes que antes atuavam com o beneplácito e até mesmo participação da sociedade, encontrando seus espaços mesmo dentro de um universo escravista, agora passavam a inimigos que viviam de “extorquir dinheiro da fragilíssima humanidade”⁴. Dentro de uma sociedade que se esforçava por mostrar os perigos de convivência entre uma sociedade de bem e negros livres abre-se espaço para indivíduos como o 2º delegado de polícia o Sr. Dr. Miguel José Tavares alcançar notoriedade, ele que, um ano antes prendia Juca Rosa, agora conseguia colocar fim as reuniões “diárias” da Rua da Conceição.

O processo de Juca Rosa totaliza mais de 400 páginas onde promessas, ritos e costumes são apresentados pelos depoentes. A historiadora Gabriela Sampaio identifica nos depoimentos contra ele, uma série de práticas religiosas comuns na África Central bem como traços de outros ritos oriundos de outras regiões africanas que abasteceram ao comércio atlântico de escravos.

Voltando a Felipe Miguel, algumas situações saltam aos olhos quando o principal objetivo é encontrar traços da religiosidade oriunda das regiões da África Central⁵. Felipe Miguel é apresentado pelos jornais e fichado na polícia como preto mina, mesmo assim encontramos no interior do sobrado da Conceição, objetos, nomes e ritos que nos remetem as regiões da África Central. O que nos permite aventar a possibilidade já apresentada por Mariza de Carvalho Soares ao abordar grupos de procedência em *Devotos da Cor*:

Os termos nação e gentio não correspondem, necessariamente, a um grupo étnico, podendo ser resultado da reunião de vários grupos étnicos embarcados num mesmo porto (no caso de africanos) (...). Assim, os grupos

⁴ *Diário de Notícias* 29/04/1871.

⁵ Compreendo por África Central no contexto oitocentista as regiões atualmente chamadas de África Austral e África Central.

africanos são chamados angola, loango, benguela, mina (...). (SOARES, 2000, p. 104)

Portanto, podemos levantar a hipótese de Felipe Miguel ter apenas embarcado em uma região da Costa da Mina, mas sua origem ser de regiões do interior da África Central, ou também independente do seu porto de origem ou procedência ter recebido tal denominação de mina ao chegar no Brasil. Dessa forma se entenderia a presença dessa religiosidade em seu “grande teatro”⁶. Mantendo a ideia de ser de fato mina, podemos perceber como termos da matriz religiosa citada estavam na voz corrente da sociedade brasileira tais como Pai *Quibombo* que segundo o dicionário banto de Ney Lopes significaria pai de santo (LOPES, 2006, p. 187). Juca Rosa também ganhava esses nomes pelos jornais, motivo para que Gabriela Sampaio busque apoio em Dicionários de Olga Cacciatore, Altair Pinto e Assis Jr. Para ampliar o entendimento ao termo:

(...) o termo [quimbombo] seria relativo à *quimbanda*, ‘linha ritual da umbanda que trabalha principalmente com exus’(...) Outra possibilidade para o termo quimbanda seria ‘sacerdote de cultos de origem banta’, ou ‘sacerdote e médico ritual, correspondente ao kikongo *nganga*’. Já quimbanda significa ‘entre fantástico’, e *quimbango*, ‘feiticeiro’. Todos podem ser variações do termo que tanto aparece nos jornais do século XIX, ‘Pai Quibombo’. Na consulta a outros dicionários, ‘*quimbombo*’ significa exatamente pai de santo, dirigente de terreiro, iniciado chefe; deriva do quimbundo ‘*kimbamba*’. (SAMPAIO, 2009, p. 198)

Como vemos denominações oriundas de diversas regiões da África Central pululavam no imaginário carioca da segunda metade do século XIX. Vale ressaltar que o termo Pai *Quibombo* aparece nas páginas do processo de Rosa, mas principalmente nas páginas de vários periódicos que passaram a lucrar com sua história. Ao intitular Felipe Miguel como *Quibombo* estaria o paladino jornalista sendo influenciado pelos ecos do “fenômeno” de mídia Juca Rosa? Ou seria como ele mesmo se intitulava um profundo conhecedor de tais práticas ao afirmar “*Nós temos estudado detidamente os preconceitos supersticiosos*

⁶ *Diário de Notícias* 14/04/1871.

*inveterados nessa espécie de pretos...*⁷ e continua a demonstrar “conhecimento” “*Conhecemos uma plêiade numerosa dessa espécie de pretos que produzem feitiçarias e sortilégios...*”⁸”.

O fato é que outras manifestações fetichistas⁹ negras se espalhavam pela cidade e se tornavam causas cada vez mais frequentes de denúncias não só do *Diário de Notícias*, mas também de outros jornais. Daí a atenção aos nomes dos objetos encontrados no espaço de cerimônias de Felipe Miguel, foram recolhidos à delegacia uma “grande série de *manipanças*, de todos os tamanhos e feitios”¹⁰. Ney Lopes apresenta a palavra *manipanso* como ídolo africano (LOPES, 2006, p. 140).

Mesmo com um olhar repletamente preconceituoso, o jornalista concebe estar diante de divindades para os frequentadores das reuniões. Podemos buscar ajuda para o termo em outras páginas do *Diário de Notícias* de novembro de 1871 que se preocupava em mostrar para sociedade os “fatos horrorosos praticados pelo célebre José Sebastião Rosa [Juca Rosa]” acontecidos no interior do templo da Rua do Núncio:

As sextas feiras, então, esta seita infernal, estes novos Thugs, adoravam o ‘*Manipança*’, sua divindade, e Juca Rosa, em trajes de sacerdote em frente do ídolo *toscante acabado e de feições estrambóticas*, casava e batizava, erguendo saudações sacrílegas a um *pedaço de madeira informe*.¹¹ [grifos meus]

O contexto social em que vivia o jornalista e seu ideal de “limpar” a sociedade das práticas de “sacerdotes do erro e do embuste”¹², não permitiria a ele outra conclusão diante da divindade centro-africana esculpida na madeira, que não fosse “*estrambóticas*”, ou seja: exótico, ridículo, afetado e extravagante. Mas ao olhar para as fontes com o devido cuidado

⁷ *Diário de Notícias* 14/04/1871.

⁸ *Diário de Notícias* 14/04/1871.

⁹ Trabalho com a definição de fetichismo animista de Nina Rodrigues para denominar feitiços feitos por povos negros no Brasil.

¹⁰ *Diário de Notícias* 29/04/1871.

¹¹ *Diário de Notícias* 25/11/1871.

¹² *Diário de Notícias* 14/04/1871.

que a historiografia nos imprime, percebemos a importância da divindade para os cultos até então praticados ao longo do século XIX na cidade do Rio de Janeiro.

Junto ao *manipança*, é apresentado pelo jornal o deus *Gança* presente no local de encontro de Felipe Miguel. Recorrendo mais uma vez a Ney Lopes e agora fazendo uso de aproximação fonética encontramos a palavra *Pânzu* que ganha significado de *inquice*¹³ congo cultuado em candomblé bate-folha. Notamos mais uma vez a visível e forte influência dos povos oriundos das regiões da África Central no Rio de Janeiro.

Concluindo por ora as observações do culto de Felipe Miguel não se pode deixar de destacar outra forma como ele foi chamado: “novo Pagé” e que no interior de sua casa existiam “inspirados Pagés”. É comum ao longo dos estudos da religiosidade de povos centro-africanos encontramos intensas relações dos africanos com os povos indígenas, conhecedores das plantas e dos espíritos locais. Em *A Árvore de Nsanda Transplantada*, Robert Slenes destaca essa relação:

(O ‘Caboclo velho’ também é comumente invocado na umbanda do Rio de Janeiro e de São Paulo, cujas raízes em grande parte são centro-africanas.) Teria sido natural para gente deslocada do Kongo e de outros lugares na África Central cultuarem os ancestrais dos habitantes mais antigos de sua nova terra – neste caso, índios brasileiros – tidos como transformados em espíritos locais da água e da terra. (SLENES, 2006, p. 292)

Covem destacar que o também conhecido Juca Rosa tinha no interior de seu culto diversos objetos de origem indígena. Mostrando que centro-africanos possuíam uma capacidade de adaptação e reelaboração de suas matrizes religiosas. Ao recorrer às leituras de africanistas consagrados como Jan Vansina, John P. Fox e Willy de Craemer, nos deparamos com uma África Central bastante diversificada na questão religiosa, mas mantendo importantes semelhanças. Destacando o complexo de “ventura e desventura”. Nessa visão as sociedades centro-africanas buscavam trabalhar com o olhar na “ventura” que seria o

¹³ Em regiões da África Central os *nkisi* eram divindades locais, representados por objetos de variadas formas e tamanhos, no Brasil atualmente *inquice* serve para denominar as divindades do Candomblé Angola. O que equivaleria ao orixá no Candomblé Nagô.

equilíbrio, prosperidade e paz, assim, tudo que fugisse a esse equilíbrio tais como guerra, mortes, doenças e outros, era atribuído à “desventura”, concluindo-se então que o bem e o mal estariam sempre se contrapondo pelas ações da humanidade. Tais autores também trabalham com uma capacidade de assimilação por parte dos povos centro-africanos, de outras práticas religiosas, sendo novas divindades anexadas aos seus já tradicionais sistemas religiosos. Era o que ficava claro no Congo católico a partir do século XV. (THORNTON, 2010, p. 94-100).

Observando as manifestações religiosas centro-africanas por esse olhar, compreendemos a presença marcante de objetos e divindades indígenas apreendidos nos cultos negros pela Corte. Ao estudar profundamente a escravidão urbana no Rio de Janeiro, a historiadora Mary Karasch lança mais possibilidades para compreendermos esse quadro de adaptação e recriação religiosa dos povos oriundos da África Central:

Uma das influências básicas sobre a religião do Rio era a falta de conservadorismo religioso. Com efeito, era ‘tradicional’ entre os centro-africanos formar novos grupos religiosos e aceitar novos rituais, símbolos, crenças e mitos. Portanto, eles não tinham de abandonar sua religião quando escolhiam venerar a imagem de um santo católico. Como na África, adotavam a estátua como um símbolo novo. É essa flexibilidade, em comparação com a tradição iorubana, que caracterizava as religiões centro-africanas no passado que ainda predomina na umbanda moderna. A assim chamada tendência inexplicável dos grupos de umbanda de se dividir e multiplicar, sob o comando de líderes carismáticos, pode ter origem na África Central, pois novos centros de umbanda surgem constantemente no Rio contemporâneo, cada um com novos símbolos, rituais e crenças e com novos líderes espirituais que ‘reorganizam’ os antigos. (KARASCH, 2000, p. 355)

O exposto por Karasch associado aos estudos de Slenes permite pensar o sudeste brasileiro como palco de uma herança cultural apoiada principalmente por seu tronco linguístico banto, facilitador de contatos entre os diversos povos centro-africanos escravizados e enviados em quantidade superior a outros povos, para os portos do sudeste. Slenes tem

documentado detalhadamente as “continuidades culturais” dos referidos povos no sudeste, passando pelo olhar da família escrava a suas práticas religiosas. (SLENES, 2011, p. 139 - 239).

Compreendemos que esses laços culturais passavam principalmente pelo campo do sagrado, não se restringiam ao fetichismo, podendo ser observados também pelo parentesco espiritual obtido, dentre outras formas, pela busca do compadrio nas redes do batismo católico. (FREIRE, 2009, p.188). O que fica claro é que povos centro-africanos encontraram na adversidade escravista do sudeste a possibilidade de reinventarem suas práticas e principalmente suas formas de cultos.

Voltando o olhar no fetichismo, Karasch mais uma vez nos ajuda ao inovar e afirmar que:

Portanto, é possível afirmar que os nativos da África Central que usavam santos católicos, entravam para irmandades religiosas e participavam de procissões católicas não se convertiam necessariamente ao catolicismo romano, nem adotavam necessariamente uma religião sincrética, em parte católica, em parte africana. Em vez disso davam continuidade no Rio às tradições religiosas flexíveis de sua terra natal. Somente o aspecto interno mudava. Em vez de se adaptarem ao catolicismo, incorporavam imagens católicas a sua religião. (KARASCH, 2000, p. 361)

Vale ressaltar que a flexibilidade apresentada por Karasch para compreender a religiosidade centro-africana esta pautada nos estudos dos africanistas já citados, e que essa flexibilidade não tem relação com aceitação, perda de identidade ou falta de luta, mas a continuidade de uma tradição de incorporação de novos símbolos as suas práticas religiosas.

A leitura atenta de Karasch permite compreender outro personagem desse Rio de Janeiro oitocentista. Africano, benguela, 70 anos¹⁴, preso no coração da Corte em plena luz do dia na Travessa D. Manuel nº 10 em sua “Casa de Feitiços”, assim intitulada pelo repórter do

¹⁴ Livros de Matrícula da Casa de Detenção da Corte (doravante LMCDC), nº 37 Ficha (doravante F.) 3943, 28/08/1884, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (doravante APERJ).

Jornal do Commercio na coluna de assuntos diários *Gazetilha*, falamos de Francisco Firmo. Junto com o chefe da casa foram presas seis mulheres, algumas em tratamento naquele “antro de perdição”. Salta aos olhos a prisão de Miguelina Luiza também africana benguela de 60 anos que no momento da batida policial encontrava-se de branco¹⁵, provavelmente em trajes ritualísticos, em posterior investigação descobriu-se que a mesma ajudava Francisco Firmo no culto.

Cabe a essa altura retornar as ideias de Slenes de protonação banta no Sudeste escravista, onde africanos tornavam-se mestres para os crioulos, esses *descobrimo* uma África *encoberta* no Brasil. Junto a Francisco e Miguelina na “Casa de feitiços” estavam crioulas que variavam na idade, Nicácia Maria da Glória de 50 anos, escrava de ganho¹⁶, que não divulgou o nome do senhor e que vivia por si, Justina de Jesus Moraes 45 anos de idade natural da Ilha Grande¹⁷ e suas filhas Fortunata Maria de Moraes, negra de 29 anos filha de Justina com José de Moraes¹⁸ e por último a jovem Cesarina Maria da Conceição, parda, de 16 anos também filha de Justina com João de tal¹⁹. Todos esses sob a liderança de centro-africanos mestres na arte de dominar ervas, remédios e cura, haja em vista que Nicácia ter procurado Francisco Firmo em busca de remédio para “acalmar seu amo que era muito impertinente”²⁰. Se era veneno não sabemos, o certo é que as demais mulheres iam à busca de curas para várias doenças, o próprio jornalista relata um caso de busca por sanar um sério problema de gastrite²¹.

A fama dos dois africanos se aproxima e muito do complexo de ventura e desventura já apresentado acima nos estudos de Jan Vansina, John P. Fox e Willy de Craemer sobre movimentos religiosos na África Central, o feiticeiro dentro das sociedades africanas era o grande responsável tanto por fazer o bem, ventura, quanto o mal, a desventura. Assumia também papel fundamental na prática de combate aos males oriundos da desventura ou do

¹⁵ LMCDC n° 37 F. 3944, 28/08/1884, APERJ

¹⁶ LMCDC n° 37 F. 3945, 28/08/1884, APERJ

¹⁷ LMCDC n° 37 F. 3947, 28/08/1884, APERJ

¹⁸ LMCDC n° 37 F. 3946, 28/08/1884, APERJ

¹⁹ LMCDC n° 37 F. 3949, 28/08/1884, APERJ

²⁰ *Jornal do Commercio* 29/08/1884.

²¹ *Jornal do Commercio* Ibidem.

feitiço. Sua importância teria então atravessado o oceano e se readaptado nas ruas do Rio de Janeiro oitocentista. (CRAEMER, 1976, p. 458-475).

Os limites que o historiador encontra em suas fontes são frutos do período em que elas foram produzidas, em nosso caso ao propormos a observação das continuidades e recriações de práticas centro-africanas na cidade do Rio de Janeiro, necessitamos de relatos do interior dessas casas que se espalhavam pelo centro da capital do império. Porém o olhar dos repórteres que acompanhavam as batidas policiais as “casas de dar fortuna” eram sempre impregnadas de preconceitos comuns ao seu século. Também por desconhecimento litúrgico não apresentavam nominalmente tudo que viam e por fim acabavam enquadrando como “variedades de bugigangas” entre outros termos pejorativos. Entretanto, um Santo Antônio não passaria despercebido ou simplesmente em meio a “bugigangas”. Assim, em momento de revista o santo é recolhido junto com “ervas”, “drogas”, que segundo o jornalista serviriam de remédio.

Marina de Mello e Souza nos ajuda a compreender essa intensa reinterpretação do catolicismo entre os povos bacongus. O início da cristianização do reino do Congo no século XV contou com a participação de missionários, esses ao praticarem a catequese associavam as cruzes, os santos, os ostensórios e outros aos *minkisi* centro-africanos. Nesse contexto o culto a Santo Antônio fora amplamente difundido entre esses povos, porém esse catolicismo não era aceito de forma pura e genuína, mas reinterpretado todas as vezes que se confrontava com as práticas religiosas locais. Prova disso foi o movimento dos *antonianos* liderado por Beatriz Kimpa Vita ao fim do século XVII, onde a líder afirmava ser possuída por Santo Antônio e frequentadora assídua do reino celeste e que chegava a esse por meio de um sono cataléptico, equivalente a morte e ressurreição. A autora analisa atentamente os viajantes ao longo do século XIX nas regiões da África Central e se depara com vários objetos pessoais de latão, cobre, ferro e outras eram de inspiração cristã. Santo Antônio também se encontrava nessa situação, sendo visto pelas famílias como um fetiche. (SOUZA, 2001 p. 171-176).

Assim, nosso Francisco Firmo, Benguela, ao praticar reuniões em busca da cura para diversos males, encontrava apoio em Santo Antônio que de alguma forma era utilizado para

catalisar forças supremas e legitimar seu culto. Não cabe aqui uma reflexão da ideia de sincretismo utilizado com objetos católicos para disfarçar divindades africanas, mas sim pensar na continuidade de uma prática religiosa iniciada na África Central, e que ganhava novos contornos no contexto da escravidão urbana no Rio de Janeiro. O principal objetivo de minha pesquisa é encontrar essas continuidades religiosas centro-africanas no Rio de Janeiro oitocentista, buscando compreender como as mesmas se adaptaram e se recriaram no espaço da cidade permitindo nesse universo religioso a sua sobrevivência, não como algo estático, imutável, mas vivo e capaz de se reinventar em situações inóspitas como a escravidão no Brasil.

O que foi apresentado acima sobre Felipe Miguel e Francisco Firmo é um resultado muito parcial de uma pesquisa que tem um longo caminho pela frente. Já ouvi que tentar recriar o universo religioso centro-africano no Brasil é como procurar agulha no palheiro sem nem mesmo saber onde está o palheiro, porém creio que as fontes dos arquivos de polícia, dos periódicos, aliada a boa bibliografia apresentada, já sejam um bom palheiro para se mergulhar.

FONTES

Diário de Notícias.

Jornal do Commercio.

Livro de Matrícula da Casa de detenção da Corte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTIDE, Roger. **As Religiões Africanas no Brasil**. São Paulo: Pioneira de Ciências Sociais, 1971.

BEZERRA, Nielson Rosa. **A cor da Baixada: Escravidão, liberdade e pós abolição no Recôncavo da Guanabara.** Duque de Caxias: RJ, APPH-CLIO, 2012.

CALAINHO, Daniela Buono. **Metrópole das mandingas: religiosidade negra e inquisição portuguesa no Antigo Regime.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CARNEIRO, Édison. **Religiões negras; Negros bantos.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasília, 1981.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte.** São Paulo: Cia das Letras, 1990.

_____. **Machado de Assis Historiador.** São Paulo: Cia das Letras, 2003.

FREIRE, Jonis. **Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista.** Tese de Doutorado: Unicamp 2009.

CRAEMER, Willy de, Jan Vansina e Renée C. Fox. “**Religious movements in Central Africa: a theoretical study**”. In: Comparative Studies in Society and History, vol. 18, nº 04, 1976, p. 458-475.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850).** São Paulo: Cia das Letras, 2000.

LOPES, Nei. **Bantos, malês e identidade negra.** Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

_____. **Novo dicionário banto do Brasil.** Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

MATTA, J. D. Cordeiro da. **Dicionário Kimbúndo-Portuguez.** Lisboa, 1893.

MOTT, Luiz. Feiticeiros de Angola na América portuguesa. **Revista Pós Ciências Sociais.** V.5 n.9/10 jan/dez, São Luis/MA, 2008.

RAMOS, Arthur. **As culturas negras no Novo Mundo.** São Paulo: Nacional, 1979.

RODRIGUES, Raymundo Nina. **O animismo fetichista dos negros bahianos.** Civilização Brasileira, s. a., 1935.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Juca Rosa um pai de santo na Corte imperial.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

SLENES, Robert Wayne Andrew. **Na senzala uma flor:** Esperanças e Recordações da Família Escrava (Brasil Sudeste, Século XIX). 2 ed. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

_____ Malungu, Ngoma Vem!: África Encoberta e Descoberta no Brasil. **Cadernos do Museu da Escravatura, Luanda, Angola**, v. 1, n. -, p. 1-24, 1995.

_____ A Árvore de Nasanda Transplantada: Cultos Kongo de aflição e identidade escrava no Sudeste brasileiro (século XIX). *In:* LIBBY, Douglas Cole e FURTADO, Júnia Ferreira. (Orgs.) **Trabalho livre trabalho escravo:** Brasil e Europa séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. GOMES, Flávio dos Santos. FARIAS, Juliana Barreto. **No labirinto das nações:** africanos e identidades no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **Zungú:** rumor de muitas vozes. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

SOUZA, Marina de Mello e. **Santo Antônio de nó de pinho e o catolicismo afro-brasileiro.** Tempo, vol. 6, n° 11, júlio, 2001, pp. 171-188.

THORNTON, John. Religião e Vida Cerimonial no Congo e Áreas Umbundo, de 1500 a 1700. *In:* HEYWOOD Linda M. (Org.) **Diáspora Negra no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2010.

O PARADOXO DA VALENTIA: HOMENS BRUTALIZADOS NUMA SOCIEDADE PACIFICADA – ESTUDO DE CASOS DE REAÇÃO A ASSALTO EM GOIÁS (2009-2012)

Eliézer Cardoso de Oliveira

ezi@uol.com.br

Professor do Curso de História da UEG – Anápolis.

Doutor em Sociologia pela UnB

Resumo

O objetivo deste texto é analisar empiricamente alguns casos de reação a assaltos por parte de policiais militares ocorridos recentemente em Goiás. Primeiramente, considerou-se o ato de reação ao assalto como uma dramática representação social no sentido definido por Erving Goffman. Posteriormente, este ato foi considerado como ilustrativo do paradoxo da violência contemporânea: uma sociedade em que o processo civilizador (Norbert Elias) e a monopolização da violência pelo Estado (Weber) difundiram comportamentos pacificados entre os cidadãos, mas que, ao mesmo tempo, forneceram mecanismos técnicos e psicológicos de brutalização e insensibilização (Grossman) que potenciaram atitudes violentas por parte de policiais e criminosos.

Palavras chaves: Reação a assaltos, valentia, brutalização.**Abstract**

The objective of this paper is to analyze empirically some cases of reaction to robberies by police officers occurred recently in Goiás. First, we considered the act as a reaction to the robbery dramatic social representation in the meaning intended by Erving Goffman. Later, it was considered as illustrative of the paradox of contemporary violence: a society in which the civilizing process (Norbert Elias) and monopolization of violence by the government (Weber) pacified behaviors disseminate among citizens, but at the same time, provided technical mechanism and psychological brutalization and desensitization (Grossman) that potentiate violent attitudes of police officer and criminals.

Keywords: Reaction to robbery, bravery, brutalization.

Introdução

Na manhã da quinta-feira de oito de dezembro de 2012, o capitão da Polícia Militar de Goiás, Pedro Henrique Batista, em trajes civis, estava utilizando o caixa eletrônico de uma agência bancária, no Setor Sul, em Goiânia. Logo, um homem, trajando uma roupa bem informal (camiseta, bermuda e boné), adentra-se ao recinto e aproxima-se sutilmente de Pedro Henrique, mostrando-lhe um revólver 38, exigindo a sua aliança de ouro e o saque de mil reais, em dinheiro. Nilson Matias dos Santos Silva, o assaltante, disfarçava-se de usuário do caixa eletrônico ao lado, enquanto intimidava a vítima. Pedro Henrique retirou a aliança e, por nervosismo ou estratégia, deixa-a cair ao chão, sendo recolhida por Nilson. Em um dado momento, o capitão, aproveitando-se da entrada de outro usuário, saca o revólver e atira quatro vezes contra o assaltante. Ferido, ele é levado para o atendimento médico, falecendo três dias depois. O assalto, registrado pelas câmaras do banco, dura 1 minuto e 58 segundos¹.

Neste fatídico acontecimento, encontraram-se dois homens familiarizados com a violência: Pedro Henrique Batista era integrante de uma tropa de elite da Polícia Militar de Goiás – o Grupamento Aéreo da Polícia Militar (Graer); já Nilson Matias Silva já havia sido preso por homicídio e tráfico de drogas². Os dois homens, independente da conotação moral do termo, podem ser considerados como valentes, pois utilizam a violência como um meio de vida.

Apesar de os especialistas em segurança recomendarem o contrário, é cada vez mais frequente o número de pessoas que reagem a assaltos. Quando a vítima consegue sucesso e subjugar o assaltante, seu ato ganha uma dimensão heróica; no entanto, quando a vítima não consegue sucesso, o ato ganha uma dimensão trágica. De qualquer modo, fica evidente a valentia, heróica ou trágica, da reação a uma tentativa de submissão.

¹ “Vídeo registra reação de militar a assalto a banco em Goiânia (GO)”. In. <http://www.youtube.com/watch?v=nDSqgSabpyc>. Acessado em 1º jul. 2013.

² “Policial reage a assalto e dá seis tiros em acusado.” 09/12/2011.

<http://www.mp.go.gov.br/porta/web/1/noticia/390e6f2701f1d51812bdb3ba427ca807.html>

Portanto, o objetivo deste artigo é analisar a valentia de policiais e criminosos em casos de reação a assaltos. Nesta situação, defrontam-se frente a frente dois *expert* no uso da violência e em vivenciar situações de risco. Em termos metodológicos, utilizou-se os casos de reação a assalto documentados pela mídia goianiense nos últimos três anos em que foram analisados a luz das reflexões sociológicas de Erving Goffman. O paradoxo de uma sociedade cada vez mais pacificada produzir indivíduos cada vez mais brutalizados foi analisado a partir das categorias “processo civilizador” (Norbert Elias), “Estado como monopolizador da violência legítima” (Weber) e os “condicionamentos de brutalização e insensibilização na sociedade contemporânea” (Grossman).

A reação a assalto como uma representação: a teoria de Erving Goffman

As ações envolvendo um assalto e a reação por parte da vítima configuram uma interação social, no sentido em que foi delimitada por Erving Goffman (2003, p. 23): “a influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros, quando em presença física imediata”. Isso significa que os indivíduos procuram manipular constantemente as impressões que desejam que sejam absorvidas pelos outros. Agem como atores em um palco, representando múltiplos papéis. Por exemplo, o juiz utiliza uma determinada “máscara social” quando está no tribunal, outra quando está num bar com os amigos, outra quando está com a família e assim por diante. Esse esforço para influenciar as impressões do público configura uma representação.

Até atos violentos, como a intimidação em um assalto, requerem uma representação adequada para atingirem os seus fins. Para Goffman,

Se um indivíduo tenta dirigir a atividade de outros por meio do exemplo, do esclarecimento, persuasão, intercâmbio, manipulação, autoridade, ameaça, punição ou coerção, será necessário, qualquer que seja sua posição de poder, transmitir eficazmente o que deseja que se faça, o que está preparado para conseguir que seja feito e o que fará, caso não seja cumprido. Qualquer tipo de poder deve estar revestido de meios eficientes que o exibam, e terá diferentes efeitos, dependendo do modo como é dramatizado. (Goffman, 2003, p. 221).

O assalto é uma dramatização, em que algoz e vítima desempenham determinadas representações. Como em todas as interações sociais, requer estratégias eficientes de comunicação entre os envolvidos. O assalto à mão armada é um exemplo das múltiplas possibilidades utilizadas pelos indivíduos na interação social. Um exemplo disso é o caso ocorrido em 21 de novembro, no Parque Santa Rita, em Goiânia, quando o policial civil Marcos Antônio Teixeira de Freitas reagiu a um assalto em um supermercado.

O crime ocorreu por volta das 21h30. O policial fazia compras no supermercado quando teria sido abordado por quatro pessoas. Armado, ele teria reagido e acabou baleado no tórax, morrendo na hora. Além de Rayner Pires, que morreu, outro assaltante foi atingido pelos disparos da arma do agente da Polícia Civil. Alvejado no tórax e na mão, Jeverson Teles de Araújo, de 19 anos, foi encaminhado para o Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo), onde passou por cirurgia e permanecia internado na enfermaria do hospital, escoltado por policiais e em situação estável, segundo boletim do Hugo divulgado ontem. (Jornal *O Popular*, 21 de novembro de 2011).

Os quatro assaltantes, inicialmente, representaram o papel de clientes do supermercado. Porém, logo assumiram uma fachada condizente com outra representação – a de assaltantes. Isso acarretou uma perturbação na “plateia” do supermercado. De acordo com Goffman

Quando estes fatos perturbadores ocorrem, a própria interação pode sofrer uma interrupção confusa e embaraçosa. Algumas das suposições sobre as quais se baseavam as reações dos participantes tornam-se insustentáveis e os participantes se descobrem envolvidos numa interação para a qual a situação havia sido erradamente definida e agora não está mais definida. (Goffman, 2003, p. 20-21).

Aconteceu o que ele denomina de “anomalia na interação”. Bruscamente, os “clientes” assumiram uma fachada de “bandidos”, assustando os demais. Nesse momento, os frequentadores deixaram de ser “clientes” e tornaram-se “vítimas”. A situação ficou ainda mais tensa, quando uma das “vítimas”, de maneira súbita, assumiu a representação de “policial”, agindo como tal, e atirando nos assaltantes.

No caso, a mudança de representação é acompanhada da mudança na fachada e na impressão que se quer passar aos outros. Um cliente de supermercado tem




determinados gestos, tom de voz e atitude típicas. A fachada de assaltante é completamente diferente, procurando demonstrar o poder por meio da voz, dos gestos e do vocabulário empregado. A arma é um componente fundamental da representação de assaltante, mas ela sozinha não é capaz de satisfazer o propósito da interação social. Um assaltante que, porventura, dissesse em tom polido “por favor, deem-me os seus pertences” correria o sério risco de não ser muito levado a sério pelo público, que poderia deduzir que tudo se tratava de uma brincadeira ou que o assaltante não teria muita experiência em seu ofício.

A interação em um cenário de assalto em que se defrontam policiais e assaltantes não é caracterizada apenas pela exibição pura da valentia de ambas as partes. Diferentemente de um cenário de um duelo em que as regras visam minimizar a influência de elementos externos que interfiram na mensuração da valentia dos protagonistas, no assalto predominam estratégias de manipulação e escamoteamento das intenções que são decisivas para o sucesso ou fracasso.

Isso ficou bem evidente em um assalto, ocorrido em setembro de 2009, em uma panificadora do Setor Bela Vista em Goiânia. As imagens das câmaras de segurança³ mostram dois clientes junto ao caixa do estabelecimento comercial, quando bruscamente são surpreendidos por Luiz Henrique Medeiros (20 anos), usando um capacete e empunhando uma arma, que comunica o assalto a funcionária do caixa. No entanto, um dos clientes, um policial militar que estava em trajes civis, escamoteia-se entre as mercadorias para surgir com arma em punho e desferir um tiro certeiro e mortal na cabeça do assaltante. Ele ainda teve reflexo de atirar no policial, que foi atingido em uma das mãos.

Em toda interação social, o indivíduo não tem controle pleno de todas as informações e deve confiar, sobretudo, na aparência. No caso do objeto desse estudo, caracterizado pela atitude de assaltantes e policiais procurando esconder suas

³ Policial Militar da Rotam reage a assalto e mata ladrão. In. 
<https://www.youtube.com/watch?v=RyujzoCOVK8>. Acessado em: 1º ago 2013.

verdadeiras intenções, as aparências são ainda mais importantes para definir o resultado desse jogo social.

O advento da sociedade pacificada: o processo civilizador (Norbert Elias) e Estado como monopolizador da violência legítima (Weber)

A pacificação da sociedade e o controle dos instintos seriam características decisivas do comportamento considerado civilizado. Norbert Elias defende que o “processo civilizador” iniciou-se nas cortes absolutistas europeias, quando a aristocracia, impelida pelo poder centralizado do Estado, passou a controlar as suas atitudes corporais diante dos outros por meio de regras de etiquetas e passou a restringir o uso da violência física nos relacionamentos cotidianos. Desse modo

Num vasto e populoso território, que de modo geral estava livre da violência física, surgiu a “boa sociedade”. Mas mesmo que o emprego da violência física diminuísse no convívio humano, mesmo que os duelos estivessem proibidos, as pessoas sob uma grande variedade de maneiras exerciam pressão e força umas sobre as outras. A vida nesse círculo não era, de maneira alguma, pacífica. Um número muito grande de pessoas dependia continuamente de outras. Era intensa a competição por prestígio e pelo favor real. [...] Se não mais desempenhava papel tão importante como meio de decisão, a espada fora substituída pela intriga e por conflitos nos quais as carreiras e o sucesso social eram perseguidos por meio de palavras. (Elias, 1993, p. 225).

Com essa transformação da nobreza guerreira em uma nobreza cortesã, a espada foi tornando-se gradativamente um objeto de decoração e de símbolo de *status* em detrimento da sua função prática. Nesse sentido, a frase de Voltaire de que a “pena é mais forte do que a espada” é um indício de um tempo em que a elite esforçava-se em se mostrar cada vez mais pacificada e educada e menos violenta e ignorante.

Em busca de centralização do poder, os monarcas absolutistas passaram a restringir a força militar da nobreza. O caso mais conhecido é o de Luís XIV que, literalmente, colocou a nobreza guerreira para dançar nos suntuosos salões de Versalhes

sobre a sua estreita vigilância⁴. Segundo Weber, esse processo de concentração de meios de violência é o fundamental na definição do Estado:

O Estado é aquela comunidade humana que, dentro de determinado território [...] reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima, pois o específico da atualidade é que todas as demais associações ou pessoas individuais somente se atribui o direito de exercer coação física na medida em que o Estado o permita. Este é considerado a única fonte do “direito” de exercer coação. (Weber, 1999, p. 527).

O que Weber quer dizer é que os meios de violência que, antes estavam difusos na sociedade, passam a ser cada vez mais concentrados pelo Estado. A consequência disso é uma sociedade cada vez mais pacificada em que a possibilidade de um cidadão ser agredido ou morto por outro cidadão comum é bem menor do que nos séculos passados. Por outro lado, os meios de violência do Estado tornaram-se tão concentrados que a letalidade das guerras modernas aumentou assustadoramente. Foucault (2002), em *Vigiar e punir*, analisou um dos aspectos dessa concentração da violência do Estado, quando mostrou que a prisão moderna é uma forma muito mais eficiente e poderosa de punição do que os suplícios dos tempos absolutistas.

Talvez essa seja a maior contradição do processo civilizador que criou uma sociedade pacificada na base e uma concentração nunca vista de meios de violência no topo⁵. A pacificação na base só foi efetivada pela violência no topo. O Estado utiliza-se da violência para reprimir a violência e garantir a pacificação. Ao mesmo tempo em que o Estado estimula o desenvolvimento de relações pacíficas no cotidiano social – por meio da educação e da legislação –, ele concentra uma força policial composta de indivíduos altamente habilitados na utilização dos meios de coerção.

Desse modo, a força policial é uma instituição ambígua dentro da civilização. É um segmento privilegiado, tendo em vista poder legitimamente dar vazão, em certa medida, aos instintos naturais agressivos e poder justificá-la, para si e para os outros, como sendo um mero cumprimento do dever. É desprestigiada, na medida, em que as

⁴ Para uma análise mais estrutural do absolutismo, ver Perry Anderson (1998).

⁵ Sobre esse assunto, ver Tilly, 1996.

suas características e valores são anacrônicos em relação aos da sociedade em que está inserida. Esse paradoxo é maior em países que, como o Brasil, estão procurando se adequar a uma política de respeito aos direitos humanos, mas preserva uma organização policial autoritária e repressiva⁶. Essa ambiguidade da polícia na civilização contemporânea explicaria o aumento dos comportamentos anômicos entre os policiais (alcoolismo, desajuste psicológico e suicídio): é que, no passado, os policiais estavam bem menos sujeitos ao conflito da sua prática profissional com demandas relacionadas à cortesia e aos direitos humanos. Quanto mais o processo civilizador avança, mais os profissionais da violência (aqui também podem ser inclusos os criminosos) se sentem separados do contingente majoritário da população.

Homens brutalizados numa sociedade pacificada: a teoria de David Grossman

Portanto, o processo civilizador não diminuiu a violência. Pelo contrário, a violência, agora, está concentrada cada vez mais em poucos indivíduos que se tornaram *expert* no manejo dos meios de coerção. A tecnologia e a técnica forneceram suportes para os indivíduos dispostos a viverem da violência como profissão – soldados, policiais, criminosos, seguranças privados e lutadores profissionais. A consequência disso é que as guerras modernas são bem mais letais do que as guerras anteriores. As prisões modernas estão infinitamente mais cheias do que as anteriores. Os lutadores profissionais são bem mais técnicos do que os anteriores. Os criminosos estão bem mais organizados e poderosos do que os anteriores.

Nesse sentido, é bastante pertinente para este trabalho o livro *On Killing: the Psychological Cost of Learning to Kill in War and Society*, do tenente coronel norte-americano David Grossman. Uma das teses do livro é que o ato de um ser humano matar outro é algo bastante difícil. Isso acontece também entre outras espécies animais,

⁶ Essa contradição foi bem analisada pelo estudo dos currículos dos cursos de formação policial da Bahia por Albuquerque e Machado (2001: 214-237), que detectaram a ambiguidade, decorrente da assimilação de novos temas (objetivando formar uma polícia cidadã, comunitária e humana) e a preservação de práticas pedagógicas militaristas e autoritárias (gritos, humilhações dos cadetes, exercício em selva).

como as piranhas, que quando lutam entre si, não utilizam os seus afiados dentes, mas apenas as suas caldas.

No caso dos seres humanos, essa dificuldade em matar o outro é vislumbrada pelas atitudes dos soldados nas guerras. Durante a II Guerra Mundial, o general Marshall e sua equipe de pesquisadores observaram que apenas 15% a 20% dos soldados conseguiram atirar em um inimigo exposto (Grossman, 1996, p. 3). Embora as informações das guerras anteriores sejam nebulosas, o autor apresenta alguns dados que corroboram a tese da dificuldade em matar em combate. Por exemplo, Alexandre Magno perdeu apenas 700 homens em toda a sua expedição guerreira. (idem, p. 13). Nas guerras napoleônicas ou mesmo na Guerra Civil Americana, a maioria dos soldados atirava acima da cabeça dos inimigos. No caso desta última, o soldado era o mais bem treinado e equipado de sua época, o que facilmente possibilitaria uma taxa de mortandade de até 400 homens no primeiro ou segundo minuto das batalhas. (Idem, p. 20). No entanto, apenas 1 ou 2 morriam nesses momentos iniciais dos embates. Portanto,

The obvious conclusion is that most soldiers were not trying to kill the enemy. Most of them appear to have not wanted to fire in the enemy's general direction. As Marshall observed, most soldiers seem to have an inner resistance to firing their weapon in combat. (Grossman, 1996, p. 22).

Durante o combate, o soldado tem quatro opções. A primeira é impor-se ao inimigo, por meio da intimidação psicológica, fazendo-o fugir ou se entregar. Esse é o papel do uniforme imponente, dos brados de guerra, da exibição de armas e das tropas perfiladas. A segunda opção é a luta propriamente dita, quando o soldado se dispõe a matar, ferir ou capturar o inimigo. A terceira opção é fugir para evitar a luta e a última é entregar-se ao inimigo. O mais surpreendente é que apenas uma minoria está disposta a se envolver na luta propriamente dita. No caso específico da Guerra Civil, ao menos a metade dos soldados não atirou e somente uma pequena percentagem daqueles que atiraram tentaram efetivamente matar o inimigo com seus tiros.

Um importante indicativo dessa dificuldade de os soldados matarem outros é o fato de que os distúrbios psicológicos que provocam baixas de guerra incidem principalmente sobre aqueles que têm sobre os ombros a responsabilidade de matar ou ferir. Ao contrário do que muitos imaginam, não é o medo de morrer ou ser ferido a causa maior de danos psicológicos, mas justamente o receio de ter que matar ou ferir o outro. Nesse sentido, uma constatação interessante é a de que os guardas de campos de prisioneiros são mais vitimados por danos psicológicos do que os próprios prisioneiros em situação de ataque intenso. A explicação disso é que os guardas tem a responsabilidade de matar o inimigo e ainda cuidar da vida dos prisioneiros. Do mesmo modo, o índice de distúrbios entre os médicos socorristas do exército é infinitamente menor do que entre os soldados, o que muito provavelmente está relacionado ao fato de não terem a responsabilidade de matar ou ferir alguém (Grossman, 1996, p. 60).

Quanto mais direto e pessoal, maior a resistência ao ato de matar. Por isso os marinheiros e pilotos de aviões de combate modernos manifestam menos danos psicológicos do que os soldados que combatem em terra. É que em ambas as situações, pilotos e marinheiro não sentem que estão matando diretamente a alguém, mas apenas “abatendo” um navio ou outro avião.

A natureza dessa resistência ao ato de matar ainda não é bem clara. Grossman vale-se do vocabulário freudiano para mostrar que não se trata de um conflito entre o ID e o SUPEREGO, uma vez que matar ou ferir na guerra são atos sancionados socialmente. Poder-se-ia se tratar de uma luta entre o princípio da vida (Eros) contra o princípio da morte (Thanatos), uma misteriosa supraconsciência da espécie de que a morte do indivíduo representa um prejuízo para toda a humanidade. As palavras de um ex-combatente do Vietnã expressa bem isso: “Quando um soldado americano mata um vietcongue, ele está matando uma parte de si mesmo!” (Grossman, 1996, p. 38). A resistência em matar é um tipo de trava que dificultaria ou tentaria impedir o autoextermínio dos seres humanos.

Acontece que existem mecanismos para neutralizar a ação desta trava e possibilitar um significativo incremento do sucesso na capacidade de matar o outro. O

Exército Norte-Americano usou com eficiência esses mecanismos, o que explica os índices de 55% e 95% de soldados que atiraram para matar, respectivamente na Guerra da Coréia e na Guerra do Vietnã.

A estratégia foi simplesmente utilizar treinamentos que reforçassem a brutalização e a insensibilização dos soldados. Primeiramente, os elementos que legitimavam a identidade pessoal do recruta são abalados, quando ele passa a ser identificado por um número e vestir um uniforme e viver num comunismo de caserna. Posteriormente, o recruta passa por uma série de agressões psicológicas e privações físicas até que seu sistema de valores e crenças esteja abalado e ele esteja disposto a aceitar outros códigos morais em que a violência e a morte sejam práticas normais.

Outra estratégia de brutalização é desumanizar o inimigo. Os norte-americanos costumavam imputar termos pejorativos nos seus rivais de guerra – “japs” (japa), “krauts” (termo de teor pejorativo para se referir aos alemães), “gooks” (termo de teor pejorativo para se referir aos asiáticos), “comies” (termo de teor pejorativo para se referir aos comunistas). Com isso o outro passa a ser categorizado como uma espécie de subcategoria de seres humanos. (Grossman, 1996, p. 250).

O mais decisivo para quebrar a resistência em matar foi a utilização mecanismos de condicionamento comportamental baseados nas teorias de adestramento de Ivan Pavlov e de engenharia comportamental de B. F. Skinner. O treinamento dos atiradores, em vez do tradicional alvo no formato olho-de-boi, passou a utilizar alvos que reproduzem a silhueta humana, sendo que, em alguns casos, utilizou-se até balões infláveis vestidos com uniforme militar. O alvo não era mais fixo. Ele aparecia subitamente ao soldado que teria que atirar por reflexo. Não bastava mais ter boa pontaria, era necessário matar sem pensar. A consequência é que o soldado repetia tanto o processo que, quando ele mata em combate, ele utiliza um mecanismo de negação, iludindo-se que o outro era apenas mais um alvo de treinamento. (Idem, p. 255).

Esse treinamento baseado no condicionamento psicológico foi decisivo para o elevado índice de sucesso em matar dos norte-americanos no Vietnã e dos ingleses na Guerra das Malvinas.

A hipótese de Grossman é que a banalização da violência nos filmes, nas histórias em quadrinhos e nos videogames tem o mesmo efeito de provocar a brutalização e insensibilização dos treinamentos militares. Aliás, o efeito é pior, pois o militar é treinado para obedecer a hierarquia e a autoridade e, assim, canalizar a sua habilidade de matar para motivos socialmente “justos”. Já a criança que cresce sem essas amarras de autoridade está muito mais livre para utilizar essa habilidade de maneira descontrolada. Grossman é consciente de que existem outros fatores para explicar a violência urbana, como a desigualdade social, as drogas, a desestruturação familiar e a discriminação étnica ou social. Porém, a quebra da resistência em matar outro ser humano é um poderoso desencadeador daqueles fatores de caráter mais estruturais.

Conclusão: observado casos concretos

Portanto, se Grossman estiver correto, os policiais militares brasileiros – que adotaram treinamentos que reforçam a insensibilização – e os jovens criminosos – que conviveram com imagens violentas – representam uma rara categoria de pessoas capazes de matar. Nesse sentido, o assalto à mão armada em que policiais são vítimas é um momento em que, quase sempre, resulta na morte de um dos envolvidos. Um dado curioso é que a polícia aconselha ninguém a reagir a um assalto, mas é justamente os policiais, mesmo não utilizando uniforme militar, os que mais reagem aos assaltos.

Isso aconteceu, em Goiânia, quando um criminoso tentou roubar um veículo que estava sob os cuidados de um sargento da Polícia Militar, que estava em trajes civis, prestando serviço de segurança particular ao dono do veículo. O policial estava sozinho

no automóvel e entregou as chaves ao assaltante, mas quando estava descendo, reagiu e atirou, matando-o na mesma hora⁷.

Embora na maioria das vezes os policiais levem uma nítida vantagem sobre os assaltantes, há casos em que eles são as vítimas. Em Anápolis, um tenente da Polícia Militar reagiu a um assalto de um celular e trocou tiros com o assaltante, sendo ferido fatalmente no peito⁸.

Um caso que demonstrou a nítida superioridade do militar sobre o criminoso foi o de um major, abordado por três assaltantes que exigiram a entrega de seu veículo. Ele entregou as chaves e reagiu atirando nos três assaltantes, sendo que dois morreram no local e o outro morreu no hospital. A ação do policial ganha mais destaque porque, antes de assaltar o militar, o trio havia assaltado e matado um aposentado poucas horas antes. Tratava-se, portanto, de pessoas capacitadas e dispostas a matar outro ser humano⁹.

Um caso também dramático foi a reação de um sargento da Polícia Militar a um assalto de uma empresa de climatização e ventilação, em Aparecida de Goiânia. Segundo um site de notícias:

por volta das 15h, dois homens armados chegaram ao local e anunciaram o assalto, segundo a PM. Um sargento da corporação estava no local e deu voz de prisão para os suspeitos. Um deles reagiu e atirou no militar, que mesmo ferido matou o homem com um tiro na cabeça e outro no pescoço¹⁰.

O policial, atingido no abdômen, recuperou-se do ferimento.

⁷ Segurança de deputado reage e mata suspeito de assalto em GO, diz polícia.. 29/10/2012. In. <http://g1.globo.com/goias/noticia/2012/10/seguranca-de-deputado-reage-e-mata-suspeito-de-assalto-em-go-diz-policia.html>. Acesso: 14 ago. 2013.

⁸ Tenente da PM é morto durante troca de tiros com assaltante em Goiás. 26/11/2012. In. <http://g1.globo.com/goias/noticia/2012/11/tenente-da-pm-e-morto-durante-troca-de-tiros-com-assaltante-em-goias.html>. Acesso: 12 jul. 2013.

⁹ Policial Militar reage a assalto e mata três assaltantes em Goiânia. 1º /11/2012. In. <http://g1.globo.com/goias/noticia/2012/11/policial-militar-reage-assalto-e-mata-tres-assaltantes-em-goiania.html>. Acesso: 13 jul. 2013.

¹⁰ Duas pessoas morrem e policial fica ferido durante assalto, em Goiás. 27/02/2012. In. <http://g1.globo.com/goias/noticia/2012/02/duas-pessoas-morrem-e-policial-fica-ferido-durante-assalto-em-goias.html>. Acesso: 9 ago. 2013.

Enfim, esses exemplos são suficientes para demonstrar um pouco da dinâmica da violência contemporânea. O processo civilizador, seguido da monopolização da violência por parte do Estado, inegavelmente, resultou numa conduta pacificada da maioria absoluta dos cidadãos comuns. Proibidos de portarem armas e inibidos de usar atos de violência física em crianças, mulheres e animais, os homens contemporâneos provavelmente são os menos familiarizados com a experiência direta do uso da violência em toda a história.

Porém, o efeito perverso desta situação é que os militares e os criminosos concentraram uma capacidade de usar a violência de um modo sem precedentes. Estão à disposição deles toda uma tecnologia de armas e técnicas de subjugação física por meio de treinamentos marciais. E o mais decisivo: os métodos de brutalização e insensibilização saíram do ambiente do campo de batalha e se espalharam pelo cotidiano das cidades. Diante desses valentes, o homem comum está mais vulnerável do que as ovelhas diante dos lobos. O resultado dessa aritmética é fácil de ser percebido: basta ler o jornal de amanhã.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. *Linhagens do estado absolutista*. SP: Brasiliense, 1998.
- ALBURQUEQUE, Carlos Linhares de. e MACHADO, Eduardo Paes. “sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar”. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 3, n. 5, jan/jun 2001. P. 214-237.
<http://www.scielo.br/pdf/soc/n5/n5a10.pdf>. Acesso: 27 abr. 2006.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: formação do Estado e Civilização*. Vol. 2. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do Eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- GROSSMAN, David. *On Killing: The Psychological Cost of Learning to Kill in War and Society*. Back Bay Books. New York: Little, Brown and Company. 1996.

TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados europeus*. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 1996

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Vol. 2. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: UnB, 1999.

A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA MOBILIZADA NO DEBATE SOBRE A FORMAÇÃO DE LÍDERES NA IGREJA VIDEIRA NO SEGMENTO NEOPENTECOSTAL EM GOIÂNIA

Enelice Milhomem Jacobina Teixeira

enelicem@gmail.com

Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, GO
Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais – UFG
Especialização em Geografia, Turismo e Meio Ambiente – UEG

Resumo

O artigo apresenta narrativas colocadas pela Igreja Videira em livros e revistas em Goiânia, principalmente pelo seu líder Aluízio de Azevedo Silva, para tentar discutir a consciência histórica em Rusen nos espaços públicos, no segmento religioso, especificamente neopentecostal. O VI Simpósio Internacional de História Cultura e Identidade, trouxe o para o debate a questão dos arquivos e ditadura – golpe militar – 1964 – Reflexões 50 anos de Golpe. Refletindo sobre essa temática, percebi ser relevante colocar na pauta o discurso narrativo de um grupo religioso como esse, que tem agregado um grupo cada vez maior de pessoas em pleno século XXI. Momento que precisamos estar reflexivos com uma postura crítica diante de um grupo que como veremos apresenta características de repetição, de consenso sobre questões morais, características do tipo tradicional apresentado por Rusen em seu quadro de consciência histórica. O artigo levantará algumas narrativas tácitas do grupo estudado, que apresentam os tipos tradicional e exemplar para realizarmos a reflexão e pensarmos de que forma a educação histórica poderia afetar este espaço público tão distante em termos de influência cognitiva.

Palavras-chave: consciência histórica, segmento religioso, educação histórica.

Abstract

This article presents narratives placed by Videira Church in books or magazines in Goiânia, primarily for your leader Aluízio de Azevedo Silva, to try to discuss the historic consciousness in Rusen in the public spaces, in the religious segment, specifically *neopentecostal*. The VI International Symposium of History Culture and Identity, brings for discussion the question of folders and dictatorship – military coup – 1964 – Reflections 50 years of Coup. Reflecting about this thematic, I realized that is relevant to put on the agenda the speech narrative of a religious group like this, who had aggregate an even bigger group of people in full century XXI. Moment that we need to be reflective with a critical posture before a group that like we will see present characteristics of repetition of consensus about moral questions, characteristics of the traditional type present by Rusen in his historical consciousness board. The article rise



some tacit narrative from the studied group, that presents the traditional types and exemplary types to accomplish the reflection and think how the historic education could affect this public space so far in terms of cognitive influence.

Keywords: historical consciousness, religious segment, historic education.

O presente artigo tenciona discutir a consciência histórica, apresentada por Rusen em seu texto: *Jorn Rusen e o Ensino de História*, no âmbito do uso público da história. Pretendo analisar as narrativas estudadas, vivenciadas, apreendidas pelos líderes da Igreja Videira, em Seminários de Formação na cidade de Goiânia, chamado de ESCOLA VIDEIRA DE MINISTÉRIO (INSTITUTO BÍBLICO INTERNACIONAL). A igreja analisada situa-se na av. T-7 eq. C T-3 no. 1.361 Qd. 170 It. 1. 16 St. Bueno – Goiânia, Goiás, onde os mesmos passam por treinamento bíblico, com características de repetição de modelo, afirmação de ordens preestabelecidas, vida por imitação, validade moral inquestionável, consenso sobre questões morais, características apresentadas por Rusen no tipo tradicional de consciência histórica (2010, p. 63).

Proponho-me a elucidar como a Igreja Videira através do seu Seminário de Formação de Líderes tem sido instrumento de consciência do tipo tradicional e exemplar, apresentando um conteúdo, que apresenta uma leitura do passado, uma significação histórica, determinando o modo de orientação interna e a relação de orientação de valores morais que apresentam uma unidade do grupo e uma continuidade dos modelos de vida já pré-escritos. Para entendermos como em pleno século XXI, com diferentes tecnologias, com uma sociedade com relativo poder aquisitivo no caso específico de Goiânia, cresce os modelos tradicionais e exemplares de consciência histórica no segmento religioso, faremos observações sobre as narrativas por eles escritas. No caso específico analisarei somente o grupo Videira.

Participar do VI Simpósio Internacional de História e falar sobre um grupo religioso tradicional em pleno período de reflexões sobre 50 anos de Golpe Militar no Brasil, é algo que traz inquietação por pensar que quanto mais deveríamos avançar historicamente na consciência histórica genética, o que vem ocorrendo é regressão para

a consciência histórica tradicional e exemplar, principalmente quando nos referimos ao campo religioso.

Nesse sentido me senti estimulada a fazer este artigo por ser também pertencente a um grupo religioso do segmento protestante histórico, batista, desde o meu nascimento em 1966, e ter passado por uma formação religiosa, no Rio de Janeiro em 1985, tendo tido contato com algumas ideias reflexivas sobre a fé, e depois concluído o curso de Ciências Sociais na UFG em 1994. Desde então não consigo ter um olhar ingênuo sobre a prática religiosa. Inclusive tenho durante a minha caminhada refletido sobre a minha prática e fé, pois a mesma precisa ser integral. Não posso ter uma fé segregada, ou ora ser religiosa, ora não. Mas grita dentro de mim, que a religião não pode ser vivenciada da forma como ora vem sendo vivida em nossa sociedade goiana pelo segmento neopentecostal e não falarmos nada.

Ao lembrarmos o que aconteceu há 50 anos atrás, um golpe militar: censura, prisões, cerceamento do pensar, desaparecimento de pessoas, população sendo obrigada a ter limites em sua existência social, estudantil, cultural. Para em pleno século XXI, presenciarmos a própria pessoa desejar espontaneamente ser cerceada por uma religião castradora de sua mente de seu agir? Precisamos estudar e refletir sobre o tema, cito um trecho de Luc Ferry ex-ministro da educação da França que mesmo sendo ateu nos lembra:

Mesmo quando não se é crente, com muito mais razão quando se é hostil às religiões, como veremos em Nietzsche, não temos o direito de ignorá-las. Mesmo que seja para criticá-las é preciso ao menos conhecê-las e saber um pouco do que falam. Sem contar que elas ainda explicam uma infinidade de aspectos do mundo no qual vivemos, que saiu inteiramente do universo religioso. (FERRY, 2007, p. 73).

Não podemos ignorar o que esses grupos falam, pensam, dizem, pregam, pois são pessoas que fazem parte de nossa sociedade, estão em todos os lugares, são atores que fazem parte de nossas comunidades. E não podemos ignorá-los como diz Ferry, é preciso conhecer suas narrativas, suas ideias tácitas, e procurar entendê-las e se possível encontrar formas de dialogar com as mesmas.

Portanto o objetivo do artigo é elucidar de forma embrionária os materiais didáticos, apostilas, e livros utilizados na formação desses líderes para compreender qual é o discurso predominante nessa formação. Baseado na análise de Rusen em seu texto sobre o desenvolvimento da competência narrativa na Aprendizagem Histórica: Uma Hipótese Ontogenética Relativa à Consciência Moral. Em que o mesmo cita:

A aprendizagem histórica pode se explicar como um processo de mudança estrutural na consciência histórica . A aprendizagem histórica implica mais que um simples adquirir de conhecimento do passado e da expansão do mesmo. Visto como um processo pelo qual as competências são adquiridas progressivamente, emerge como um processo de mudança de formas estruturais pelas quais tratamos e utilizamos a experiência e conhecimento da realidade passada, passando de formas tradicionais de pensamento aos modos genéticos. (2010, p 51).

Segundo Rusen a forma como agimos nesse mundo e a maneira como temos contato com certas competências, faz com que progressivamente vá emergindo de dentro de nós um processo de mudança que nos leva a experiências e conhecimentos da realidade passada passando de pensamentos tradicionais e avançando ao modo genético. Onde Russen diz a história faz parte do passado, mas ao mesmo tempo pensamos outro futuro, fazemos mudanças que dão sentido a história. “A mudança temporal se despojou de seu aspecto ameaçador e se transformou no caminho no qual estão abertas as opções para que a atividade humana crie um novo mundo.” (2010, p. 69) Para Rusen passa por uma significação histórica: “neste modelo a memória histórica prefere representar a experiência da realidade passada como acontecimentos mutáveis, nos quais as formas de vida e de cultura distantes evoluem em configurações “modernas” mais positivas.” (2012, p. 69). Já na igreja analisada fica difícil ocorrer essa progressão, pois não ocorre o contato com diferentes tipos de conhecimentos, dessa forma não ocorre mudança, na consciência histórica tradicional e exemplar, o processo de educação histórica não pode ocorrer, pois não existe abertura, é um mundo fechado inclusive para a teologia liberal, que discute com outras áreas do conhecimento, pois sempre veremos o modelo tradicional nas narrativas observadas.

A formação de líderes do tipo tradicional na Igreja Videira pelo líder com características de repetição de modelo, afirmação de ordens preestabelecidas, vida por imitação, validade moral inquestionável, consenso sobre questões morais. Aparecem no quadro dos quatro tipos de consciências da história apresentados por Rusen no seu texto: *Rusen e o Ensino de História*. Observaremos os mesmos a partir dos textos utilizados pelo líder em livros e apostilas na formação dos líderes nesse grupo religioso.

O grupo observado faz parte de uma grande religião, o cristianismo, onde sua figura central é Cristo e seus ensinamentos, o que não aparenta de início no grupo estudado A VIDEIRA, os seguidores tencionam mais seguir o líder maior Aluízio do que Cristo, por mais que ele indique o contrário. Veja o que ele cita em seu texto:

Bons líderes não fazem sombras para seus liderados. Bons líderes os expõem ao sol, porque sabem o quanto o sol contribui para o crescimento deles. Ou seja, o bom líder é aquele que dá espaço e ocasiões para que seus liderados experimentem aquilo que eles mesmos estão experimentando como líderes. Portanto, tenha em mente que grandes árvores não crescem na sombra. Como pastor, aconselho aos outros pastores que andam como a saírem debaixo da minha sombra, para crescerem debaixo do intenso calor do sol. (SILVA, 2008, p. 108)

Os seus seguidores, liderados querem ser como ele, portanto querem ficar a sua sombra, querem desenvolver uma consciência histórica exemplar, ou até mesmo tradicional como vamos verificar ao longo do artigo.

O exemplo maior Jesus Cristo poderia ser encaixado no tipo de consciência histórica, que Rusen elucida como consciência exemplar. Que seria um modelo a ser seguido, pois como cita Rusen o modelo exemplar tem a forma de regras atemporais.

Nesta concepção a história é vista como uma recordação do passado, como uma mensagem ou lição para o presente, como algo didático: *historiae vitae maestrae* é uma máxima tradicional na tradição historiográfica ocidental. Ela nos ensina as normas, sua derivação de casos específicos e sua aplicação.

O modo de orientação realizado pela consciência histórica nesse tipo de exemplo está focado na regra: implica a aplicação de regras comprovadas e derivadas historicamente de situações atuais. Muitos

exemplos clássicos da historiografia na variedade de culturas diversas refletem este tipo de significação histórica. (2010, p. 65)

No caso específico religioso, as pessoas seguem o pensamento cristão na esperança de terem suas vidas transformadas pelas regras colocadas pelo exemplo maior, Jesus Cristo, o líder do Cristianismo. O problema a ser investigado é que ao fazerem esse tipo de leitura e de escolha, o fazem sem observar outros tipos de consciência ou porque como verificaremos em Rusen a própria consciência histórica tradicional já impede esse tipo de análise.

Na situação da igreja evangélica no Brasil, principalmente no que se diz respeito a Goiânia, tem ocorrido um crescimento do segmento neopentecostal e suas várias subdivisões, com surgimentos de novos líderes carismáticos, entres estes está o líder Aluísio Azevedo. A Igreja Videira data de meados dos anos 90, em 1998, com o seu líder carismático, sendo divisão da Igreja Luz para os Povos, que é divisão da Igreja Cristã Evangélica em Goiânia, que nos anos 80 teve um cisma com o líder carismático Sinomar, criando um novo grupo, todos com a formação de consciência histórica tradicional.

Quando falamos da narrativa bíblica utilizada para formação de seus líderes como texto base falamos de um ato narrativo que é o relato de uma história de fatos passados. Mas que no caso ora analisado são utilizados e interpretados para formar uma consciência histórica em determinados indivíduos, pretendo verificar de forma inicial de que forma essa formação se enquadra no tipo de consciência histórica tradicional apresentada por Rusen.

Para tanto empregarei para analisar o discurso de formação desses líderes, o método de estudo de Russen de análise das narrativas, principalmente o tipo tradicional e exemplar, por achar serem esses serem os mais conservadores segundo seus estudos.

A narrativa bíblica é uma escrita que só pode ser utilizada através de interpretação e com o crescimento dos diversos grupos protestantes tem crescido conjuntamente número de pessoas que tem feito leituras tradicionais das narrativas bíblicas, faltando interpretação de qualidade. O que facilita um aumento de pessoas

envolvidas em uma consciência histórica tradicional no segmento religioso, faz-se necessário que a própria igreja utilize seu principal instrumento de análise a hermenêutica, tão pouco utilizado pela mesma, pois como cita Saddi:

A hermeunética é a arte de interpretação de textos. Antes de Schleiermacher (2009), o trabalho de interpretação estava vinculado à exegese dos textos sagrados e à filosofia dos textos clássicos. (Ricouer, 2008). Em todos os dois casos, almejava-se, como disse Gadamer (1997, p. 274), “pôr a descoberto o sentido original dos textos”. Porém, o trabalho de interpretação variava conforme a diversidade dos textos, não havendo um conjunto de regras articuladas que norteasse o modo como deveria operar um interpretação. (Ricouer, 2008) (Schleiermacher, 2009) (SADDI, 2011, p. 123).

Pois as igrejas evangélicas neopentecostais que tanto tem si multiplicado, parecem estar usando tão pouco seus vários recursos hermenêuticos, pois tem se portado por uma interpretação duvidosa dos textos bíblicos o que tem gerado uma militância cristã de consciência tradicional e exemplar. Tenciono observar alguns textos produzidos por esta Igreja Videira neste artigo para começarmos um diálogo sobre a temática. Começarei com um texto específico que me causou estranheza e repúdio principalmente nos 50 anos de lembrarmos o período da ditadura e da repressão ainda vemos pessoas desejarem passarem por uma situação de repressão e alienação. A Igreja Videira, possui uma prática como outras do mesmo ramo pentecostal, de passarem um final de semana em um retiro espiritual chamado ENCONTRO, e passarem por um período de transformação, cito aqui as palavras do líder Aluízio com as quais irei trabalhar:

As pessoas sempre perguntam se é possível ser mudado radicalmente e instantaneamente. Pelo poder de Deus, a resposta é sim. Esse princípio pode ser visto em toda a Palavra de Deus. Uma única reunião é suficiente para mudar a sua história e o seu destino eterno. Você pode chegar à sua casa hoje mesmo e as pessoas vão achar que há algo estranho em você. Quando você acordar amanhã, as pessoas que conversarem com você perceberão que já não é o mesmo. Homens e mulheres são instantaneamente transformados quando tocam no fogo de Deus. Se você contemplar, a sua vida nunca mais será a mesma. (SILVA, 2007. p. 18 - 19)

Pergunto é possível passar por um processo de transformação instantânea em um espaço de tempo tão rápido, a forma da interpretação do texto bíblico é completamente simplista e esvaziada de sentido. O mais intrigante é que quanto mais reacionário parece ser o grupo religioso mais agrega fiéis e seguidores e liderados desejam seguir o líder maior. Continuando o pensamento anterior de Saddi sobre a importância da Hermenêutica para interpretação dos textos bíblicos, como sempre foi utilizada, mas parece que ultimamente é o grupo que menos utiliza, um dos principais expoentes da teologia no mundo cristão, porém pouco utilizado pelos fundamentalistas é Paul Tillich, que nos fala:

A teologia, como função da igreja cristã, deve servir às necessidades da igreja. Um sistema teológico deve satisfazer suas necessidades básicas: a afirmação da verdade da mensagem cristã e a interpretação desta verdade para cada nova geração. A teologia se move para trás e para diante entre dois pólos: a verdade eterna de seu fundamento e a situação temporal na qual a verdade eterna deve ser recebida. Não foram muitos os sistemas teológicos capazes de se equilibrar perfeitamente entre essas duas exigências. A maioria deles ou sacrifica elementos da verdade ou não é capaz de falar à situação. Alguns combinam ambos os defeitos. Temerosos de perder a verdade eterna, eles a identificam com algum trabalho teológico anterior, com conceitos e soluções tradicionais. E tentam impô-los a uma situação nova, diferente. Isto é evidente na ortodoxia europeia, que na América é conhecida como fundamentalismo. Quando o fundamentalismo se combina com uma tendência anti-teológica, como é, por exemplo, em sua forma bíblicista-evangelical, a verdade teológica de ontem é defendida como mensagem imutável contra a verdade teológica de hoje e amanhã. O fundamentalismo fracassa na tentativa de entrar em contacto com a situação presente. Não porque ele fale desde além de qualquer situação, mas porque ele fala desde uma situação do passado. Eleva algo finito e transitório a uma validade infinita eterna. Neste sentido o fundamentalismo tem traços demoníacos. Ele destrói a humilde honestidade da busca pela verdade, divide a consciência de seus seguidores que refletem, e os torna fanáticos. Isto porque são forçados a suprimir elementos da verdade dos quais eles estão veladamente conscientes. (TILLICH, 1967. p. 13)

Tillich nos faz refletir como Saddi, que a Igreja Videira como outras igrejas brasileiras deveriam utilizar a hermenêutica para interpretar o texto e reinterpretá-lo ao tempo presente, pois se não o faz, aspira conduzir a população seguidora de seus princípios a retornar ao primitivismo do período onde Cristo vivia, o que é impossível,

pois estamos a 2000 na frente. E não contextualizar o que Cristo falava escrito por seus apóstolos, na Bíblia, livro texto do Cristianismo ao tempo presente, de forma competente e refletindo sobre o futuro, é fanatismo. Esse teólogo nos faz lembrar que a igreja Americana tem optado pelo fundamentalismo, onde recebe seguidores que refletem e transforma-os em fanáticos, e ainda suprime elementos da verdade por apresentar uma forma biblicista e uma tendência antiteológica da igreja, onde tudo que é teológico é anticristão. E é nesse contexto que surge esse tipo de narrativas proferidas pelo líder Aluizio de Azevedo Silva que citarei:

A bíblia não entra em detalhes sobre o que realmente significa ser homem de verdade. Eu acredito que se refere a homem que suportam pressão, não fogem quando um problema acontece, assumem as responsabilidades e vão até o fim com o que começaram. Em outras palavras, não coloque meninos, imaturos, para fazer o serviço de homens.

Não me refiro à sexualidade, a questão não é essa. Há pessoas muito masculinas, mas sem atitudes de homens. No caso de homens de verdade, a palavra homem tornou-se adjetivo, uma qualidade porque está falando de um tipo de atitude, uma postura. Há pessoas que quando o problema aparece são os primeiros a saírem correndo, quando a dificuldade surge, entregam o serviço. A Bíblia fala que estes não são homens de verdade, a obra de Deus só pode ser feita por homens e mulheres de verdade. (SILVA, 2008, p. 65)

No texto acima, Aluizio reafirma o que Rusen cita no seu quadro 1 sobre o tipo de consciência histórica tradicional, quando diz sobre a origem e repetição de um modelo cultural e de vida obrigatória, levantar a questão de ser um homem de verdade, parece realmente repetir um modelo cultural, desejar estabelecer um estilo de vida obrigatória, procurar atitudes que sejam de homens fortes, decididos, que tomem atitudes, parece não ter relação com a teologia citada por Tillich no texto citado, mas elucida o modelo tradicional. Observem outra citação onde Silva coloca a questão da concorrência entre os grupos:

Certo dia, um pastor de São Paulo reclamava de sua Igreja: “Ah, pastor. Aqui em São Paulo não é igual a Goiânia, a concorrência é grande”. Ele não se referia à concorrência com o inferno, mas com outras igrejas, os pregadores e eventos que elas realizavam. Ouvi

aquilo e pensei: “Se esse irmão for assim no púlpito da igreja, certamente o povo dele deve ser realmente como ele diz”. Que análise rasa, como se o que o impedisse de crescer fossem as outras igrejas, como se o impedimento para minha santidade fossem as pessoas mais santas que eu. O obstáculo deixou de ser o inferno para ser a concorrência das igrejas. Ou seja, é tudo um monte de comércio de ponta de esquina competindo pela clientela. Isso é superficialidade! É horrível quando encontramos um pastor superficial; horrível e pavoroso. (SILVA, 2008, p. 102)

Ocorre a sistematização dos modelos culturais e de vida por imitação, quando vemos um líder querendo imitar o outro, no tamanho da igreja, na maneira de pregar, podemos perceber que não tem identidade, o comportamento é essencialmente de imitação, o referencial é o líder Aluízio, todos desejam ser como ele, não possuem argumentos, conhecimentos complexos, ainda estão no tipo tradicional, mas o modelo constrói esse tipo de situação. A educação histórica seria uma abordagem que mudaria fundamentalmente essa forma de pensar da sociedade, mas da sociedade que estamos falando, religiosa a educação histórica não entraria, e portanto não ocorreria construção de consciência histórica, portanto não ocorreria formação para a cidadania ou seja a tendência é regredir cognitivamente falando. Em outra citação Aluízio comenta a questão da acomodação:

Saia da zona de conforto. Não devemos ficar sempre no confortável, nem nos aposentar antes da hora. Há pastores que, por já possuírem o que desejavam, aposentam-se com trinta anos de idade. Um pastor em São Paulo, que cuidava de uma igreja com cerca de duzentos membros, certa vez me disse: “Olha, já temos prédio, comprei meu carro, tenho meu salário, temos a casinha pastoral, eu estou bem, é só isso que eu quero”. Para ele acabou a visão, não terá mais paixão, nada. (SILVA, 2008, p. 132 - 133)

Repetição de modelo, como Aluízio é um modelo que está dando certo, crescendo, multiplicando, inovando, prosperando, os outros líderes tem que fazer o mesmo, nem que a interpretação bíblica não seja essa, como já vimos a interpretação bíblica não é muito baseada no conhecimento teológico. Pois como cita Rusen o tipo tradicional “é primário e não pressupõe outras formas de consciência histórica. No entanto, constitui a condição para os outros tipos. É a fonte, o começo da consciência

histórica.” (2010, p. 72) Porém para que haja progressão da tradicional para a genética, na análise de Rusen, é necessário que haja crescimento, complexidade, educação histórica, o que não ocorre, como temos observado com esses grupos que insistem em experiências conservadoras e primitivas do conhecimento. Dessa forma partem para instrumentos de controle como veremos na citação a seguir:

Não é possível exagerar na importância da informação e controles. Se aquele pastor fosse negligente nesse ponto poderia acontecer de um dia todo o rebanho desaparecer. É impossível ser um bom líder sem um sistema de controle e informações para basear todas as iniciativas e decisões. (SILVA, 2008, p. 141)

Outro item no tipo tradicional, é a moralidade que é um conceito preestabelecido de ordens obrigatórias; a validade moral é inquestionável, estabilidade por tradição. Na verdade existe um sistema de controle sobre a vida das pessoas, característica de sistemas tradicionais, lembra-nos o período militar. Não entendo como as pessoas hoje espontaneamente se submetem a esse tipo de situação. O líder chega a dizer só ocorrerá crescimento se existir controle de informações, sob as pessoas que frequentam, portanto se o líder quiser ver crescimento em seu rebanho deverá investir em controle. Parece nitidamente, instrumento de dominação, coerção, práticas militaristas. Quando estudamos os líderes de movimentos fascistas e nazistas encontramos líderes com personalidades carismáticas e personalistas e é exatamente o que Aluizio diz que não é observem:

Diferentemente do que acontece em muitos movimentos evangélicos, o crescimento da Videira não tem sido fruto de uma única liderança, carismática e personalista. Não possuímos uma estrutura personalista onde a figura do líder é incensada o tempo todo. As igrejas têm liberdade para avançar e cada pastor pode desenvolver o seu próprio ministério com alegria. Quando movimentos crescem por causa de dons e habilidades especiais de um único homem, aquela obra se torna frágil e não supera o teste do tempo. (SILVA, 2008, p.8)

Após termos lido os textos anteriores esse texto soa meio confuso, pois ao falar sobre controle sobre fiéis, homem verdadeiro, prosperidade. Esses líderes que Aluizio



citam estão se pautando nele, vida por imitação, repetição de um modelo. Por mais que seu discurso seja contrário, sua postura é personalista e carismática, gera desejo de imitação por parte dos liderados.

Hoje o nosso desafio é duplo: por um lado precisamos de treinar mais pastores e por outro precisamos de mais recursos financeiros para sustentar o avanço da obra. Não tenho dúvida de que venceremos esses dois desafios. Nesse próximo ano, vamos começar nosso Instituto Bíblico telepresencial. Será uma escola bíblica via satélite. Vamos ter uma sala de aula em todas as igrejas da VIMHA. A idéia é treinarmos pastores usando nossos melhores professores para ministrar as aulas. (SILVA, 2008, p. 9)

As apostilas usadas pelo Curso Pastoral Básico, Sistema de Ensino VINHA, são todas montadas tendo como estrutura a divisão clássica dos livros bíblicos. Utiliza-se de comentários bíblicos, da linha interpretativa bíblicista, ou por temáticas como fé, confissão, espírito santo, guerra espiritual. Estas temáticas, segundo o líder Aluizio, são essenciais para formar os pastores para as novas igrejas, pois esse tipo de material traz os fundamentos que estruturaram a igreja primitiva no primeiro século da era cristã.

Takatsu nos chama atenção para uma importante consideração na teologia brasileira:

A situação teológica brasileira traz consigo possibilidade de realizações em N formas, é claro, como mera possibilidade. Sob essa perspectiva, a procura pela identidade se converte em denominacionalismo estéril. Semelhantemente, a preocupação pelo específico cristão pode terminar em confessionalismo infrutífero da ortodoxia não dialógica. O inconformismo que busca a renovação da comunidade da igreja, com ênfase no êxtase, sem um contexto definido de teologia, pode descambar numa confusão, sem a capacidade de discernir entre o assombro dos maravilhados e o assombro diante daquele que faz maravilhas. Isso seria o “cativo” da busca pela liberdade em si mesma. Do mesmo modo, a participação no mundo sem o específico cristão não teria sentido e não prestaria serviço a ninguém, em última instância. É claro que o específico cristão está sujeito, por sua vez, a N interpretações. (ALVES, 1977, p.29)

O que vemos no desejo do líder é formação de novos líderes para gerar crescimento, porém com muito perigo, pois é repetição de comportamento tradicional e exemplar, sem formação de progresso do intelecto humano, o que pode gerar imitação, sectarização, fanatismo, confusão, o que de início seria busca de renovação da comunidade da igreja, poderia levar ao extermínio existencial. E mais uma vez vemos um discurso de multiplicação, crescimento, prosperidade, e empreendedorismo vazio. Estabilidade por tradição, ou seja, o investimento em valores tradicionais, que gera agregação de pessoas através de encontro como vimos anteriormente leva ao crescimento numérico da igreja, porém ao retrocesso da consciência histórica como vimos em Rusen, observem a meta do líder Aluizio:

Nesses dias estamos lançando o alvo de chegarmos a 1000 igrejas até o ano de 2020. Apesar de o número parecer bem grande, o alvo não é inatingível. Basta que cada uma de nossas igrejas abra duas igrejas em cinco anos. Isso evidentemente não é algo difícil. Depois disso, basta que cada igreja existente hoje e mais as duas que foram abertas, abram três igrejas em sete anos. Hoje somos algo em torno de 100 igrejas. Naturalmente, abrir igrejas não é de fato o maior desafio, mas cuidar delas é o grande empreendimento. (SILVA, 2008, p. 9)

Para que a igreja Videira alcance seu alvo numérico, é necessário que haja direção tradicional como diz Rusen:

As orientações tradicionais guiam extremamente a vida humana por meio de uma afirmação das obrigações que requerem consentimento. Essas orientações tradicionais definem a “unidade” dos grupos sociais ou das sociedades em seu conjunto, entretanto mantêm o sentimento de uma origem comum. (2010, p. 64)

Dessa forma é possível controlar o aumento dos grupos, das igrejas, percebe-se que ele estabelece quantas igrejas cada grupo vai abrir, mas todas ligadas ao seu grupo, e em um texto anterior ele diz que não possui liderança personalista. O interessante é que ele repete o que Rusen coloca, estabelece unidade nos novos grupos sociais, mas mantendo o sentimento de uma origem comum, com rádio VINHA, Seminário da

VINHA presencial e telepresencial. Novamente vem o modelo de liderança e imitação focado no tipo de consciência histórica tradicional:

Aquele que é submisso, procura cuidar e servir o seu líder porque entende o peso espiritual da função que a autoridade exerce. Ele procura ser alívio e não um peso a mais, procura ser parte das soluções e nunca dos problemas. Os rebeldes procuram dificultar a vida do líder porque querem que ele pague algum preço pelo *status* que possui. Isso mostra que a rebeldia sempre vem acompanhada da inveja. Todo rebelde inveja a posição do líder, por isso tenta minar a sua autoridade. (SILVA, 2008, p. 21)

Em seu artigo A Unidade no Exército passa-se a ideia de que sua liderança não é autoritária nem carismática. Porém o texto afirma que os rebeldes serão punidos. Em pleno período do Simpósio de História, onde são lembrados os 50 anos de Golpe Militar no Brasil, onde dizemos não a repressão, não ao militarismo, parece que vislumbramos certo ar de uniformização, segregação, antirreflexão no texto do líder da igreja. Preocupa-me esse tipo de pensamento em pleno século XXI, e com um número de fiéis cada vez maior.

Percebemos ao longo do artigo que a mentalidade da Igreja Videira vem sendo uma consciência histórica tradicional e exemplar como bem coloca Rusen, e como o mesmo se propõe a analisar as narrativas históricas não só em espaços educacionais como também em espaços públicos, religiosos, Igreja Videira em Goiânia. Percebemos uma desorientação por parte dos seus fiéis, pois seguem valores tradicionais sem contextualizar os mesmos. Os seus seguidores repetem tradições de acordo com suas origens ou repetem princípios de acordo com seus modelos de significação, porém não ocorre uma crítica do próprio sistema, pois: “As narrativas críticas confrontam os valores morais com a evidência histórica de suas origens ou consequências imorais. Por exemplo, as feministas modernas criticam o princípio da universalidade moral.” (RUSEN, 2010, p. 67)

É necessário aprofundar essa forma de existir, para ter significação histórica, através do desenvolvimento. Pois a permanência gera tradição, precisamos romper com a continuidade, e isso dentro da religião sem reflexão é muito difícil. É necessário que desenvolvamos auto compreensão, autoconfiança histórica, por mais que segundo Rusen os modos críticos e genéticos sejam muito difíceis de ser achados, os mesmos, tem a ver com grau de educação, com o progresso do intelecto humano até chegarmos a competências mais complexas.

REFERÊNCIAS

CURSO PASTORAL BÁSICO. VINHA MINISTÉRIOS ASSOCIADOS.

FERRY, L. **Aprender a Viver** – Filosofia para os novos tempos. Traduzido por Reis V. L. dos. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

RUSEN, Jorn. **Jorn Rusen e o Ensino de História**. Organizadores: Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca, Estevão de Rezende Martins. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

SADDI, Rafael. **Educação Histórica como Meta-Hermenêutica**. In: barca, Isabel. Consciência Histórica na Era da Globalização. Atas das XI Jornadas Internacionais de Educação Histórica. Realizadas de 15 a 18 de Julho de 2011, Instituto de Educação da Universidade do Minho / Museu D. Diogo de Sousa, Braga/Pt, p. 541-554.

SILVA, Aluizio de Azevedo. **Avivamento Pessoal, Seja Cheio da Glória de Deus**. Goiânia. Ed. Vinha, 2007.

SILVA, Aluizio de Azevedo. **Fundamentos de uma Liderança Apaixonada**. Revista Vinha. Goiânia. v. VII, n. 39, p. 8 – 9, 2008.

TAKATSU, Sumio. et al. **Tendências da Teologia no Brasil**. São Paulo: Ed. Aste, 1977.

TILLICH, Paul. **Teologia Sistemática**. [s.l.]. Ed. Paulinas e Ed. Sinodal, 1967.

A EXPANSÃO DO CAPITALISMO AGRÁRIO E A VIOLÊNCIA NO CAMPO NO NORTE DE GOIÁS NO GOVERNO MILITAR

Eonilson Antonio de Lima
eonilsonlima@gmail.com.br

Faculdade de História/UFG

Mestrando em História

Co-autoria: Adelma Ferreira de Souza

adelma.souza3@hotmail.com

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas /Unicamp

Doutoranda em Ciências Sociais

Bolsista Capes

Resumo

Este texto trata das ocupações dos espaços agrários e os conflitos entre trabalhadores rurais na região do Médio Araguaia, noroeste do Estado do Tocantins, ocorridos no regime militar. Destacando-se a expansão capitalista sobre a floresta que expropriou trabalhadores rurais, posseiros, ribeirinhos e outros sujeitos sociais. Discutiremos a resistência destes nos conflitos, assim como, as estratégias utilizadas pelos militares na implantação do projeto de colonização da Amazônia entregando sua execução ao grande capital e financiando seus investimentos com juros subsidiados, colocando o aparato jurídico militar à disposição desta classe. Analisaremos também os desdobramentos desses conflitos por meio da organização dos trabalhadores, do enfrentamento e da luta que desembocaram na consolidação de assentamentos rurais.

Palavras-chave: Expansão capitalista, Conflito Agrário, Norte de Goiás.

Abstract

This paper addresses the occupation of spaces and land conflicts between rural workers in the Middle Araguaia, northwest of the State of Tocantins, which occurred during the military regime. Highlighting the capitalist expansion over the forest that expropriated peasants, squatters, riparian and other social subjects. Discuss the resistance of these conflicts, as well as the strategies used by the military in the implementation of the project of colonization of the Amazon delivering its execution and financing major capital investments with subsidized interest rates, putting the military legal apparatus available to this class. We will also consider

the ramifications of these conflicts through the organization of workers, the confrontation and struggle to get change the consolidation of rural settlements.

Keywords: Capitalism Expansion, lands conflicts, Goiás North.

INTRODUÇÃO

Será objeto de análise neste texto o processo de expansão do capitalismo agrário e a ocupação do antigo Norte do Estado de Goiás, atualmente Estado do Tocantins, no governo autoritário, seus desdobramentos e impactos políticos, econômicos e sociais. Serão ainda analisadas as estratégias dos militares para atrair o grande capital para a Amazônia. Esta estratégia foi através do subsídio aos projetos agropecuários e para impulsionar a migração da população em geral para esta região que se valeu da propaganda do “Novo Eldorado” na floresta com o lema “terras sem homens parra homens sem terra”.

A região do norte goiano só foi integrada ao sul do país, a partir do governo de Juscelino Kubitschek com a construção rodovia Belém Brasília BR-153 e após intensa campanha do governo militar que a transformou na nova fronteira agropecuária com a implantação de grandes projetos agropecuários capitaneados pelo grande capital e subsidiado pelo Estado.

Os governos militares, no final da década de 1960 e início da década de 1970, intensificaram as propagandas anunciando o acesso ao pedaço de terra na Floresta Amazônica através dos Projetos de Colonização estimulando uma intensa e massiva migração para essa região, facilitada pela rodovia que viria a ser asfaltada no mesmo período. A aliança do Estado Autoritário com o grande capital na colonização da Amazônia se efetiva através dos subsídios financeiros destinados aos investimentos e a tolerância jurídica em relação aos desmandos e violência destes contra posseiros e trabalhadores.

Deste modo, a ocupação fundiária foi conduzida pelo mercado capitalista oriunda majoritariamente do sul e sudeste do país, detentores de capitais e afiançadas pelo Estado que os concedeu a prerrogativa de exercerem o poder econômico e político e, sobretudo as garantias do retorno financeiro aos capitais empreendidos nas empresas instaladas na região.

Aos imigrantes, que vieram fora desta condição de capitalista, a grande maioria, se tornou força de trabalho atuando nas aberturas das florestas para a formação de pastagens. O elo entre os trabalhadores e a empresa capitalista era o *gato*, uma figura que atuava como agenciador de trabalhadores para realizar o trabalho de derrubada da floresta. Este sujeito era responsável pelo estabelecimento do contrato entre os proprietários das terras e os trabalhadores. O pagamento era realizado pelo “gato” após a conclusão do trabalho, tornando-o assim, indispensável para esse tipo de trabalho.

A relação conflituosa entre capital, trabalho e Estado, como agente fomentador da violência, decorre do projeto de aliança entre o regime ditatorial, o grande capital nacional e internacional para colonizar a Amazônia tendo como modelo latifúndios com a finalidade de produzir para o mercado.

O sociólogo José de Sousa Martins, ao analisar o conflito na Amazônia discute o conceito de fronteira e das frentes migratórias que resultaram na ocupação da região amazônica a partir do ponto de vista de antropólogos e geógrafos, reafirmando a necessidade de refutar uma linearidade destes conceitos e dos acontecimentos nas regiões de fronteira.

Para Martins (1997), a análise dos antropólogos a respeito do deslocamento das populações “civilizadas” diferentemente das populações indígenas, ocorre em tempo e espaço distintos das frentes analisadas pelos geógrafos. Segundo Ribeiro apud Martins (1997, p.152) “Aqui a terra em si mesmo não tem qualquer valor (...) não se cogita, por isto, de assegurar a posse legal das terras (...) e este domínio não assume, senão acidentalmente a forma de propriedade fundiária”.

A compreensão das frentes de deslocamento das populações sobre a fronteira não exclui os interesses econômicos e o mercado como agente propulsor, contudo, a *frente de expansão* assim denominada pelos antropólogos, apresenta uma grande

diferença da *frente pioneira* explicadas nos estudos dos geógrafos sobre migrações na região de fronteira onde teve a participação determinante do grande capital sobre as comunidades tradicionais e a floresta.

Só que, nesse caso, os estudos da *frente pioneira* já não levaram em consideração as comunidades indígenas e centram o enfoque nos agentes capitalistas, “o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor”. (MARTINS, 1997, p.152)

No entanto, Martins reforça que “o que temos, nas duas definições, é, antes de tudo, modos de ver a fronteira, diferentes entre si porque são diferentes, nos dois casos, os lugares sociais a partir dos quais a realidade é observada”. (MARTINS 1997, p. 152). Neste caso, a diferença entre a chegada das frentes migratórias que avançaram na região norte no início do século XX, composta por ribeirinhos ao longo dos rios Tocantins e Araguaia, vaqueiros e posseiros vindos principalmente dos estados do nordeste e as frentes chegadas após o advento da Belém Brasília-BR 153, composta principalmente por capitalistas oriundos das regiões centro-sul do País foi a relação que se estabeleceu na/com a terra.

Apesar dos casos de violência extrema no contato entre indígenas e migrantes, as frentes migratórias pós-advento da Belém Brasília, talvez pela forma e fins da ocupação, foram marcadas por profundos e violentos conflitos entre os moradores, os latifundiários e grileiros que se estabeleciam na região.

Não só os índios da fronteira foram envolvidos na luta violenta pela terra. Também os camponeses da região, moradores antigos ou recentemente migrados, foram alcançados pela violência dos grandes proprietários de terra, pelos assassinatos, pelas expulsões, pela destruição de casas e povoados. Entre 1964 e 1985, quase seiscentos camponeses foram assassinados em conflitos na região na região amazônica por ordem de proprietários que disputavam com eles o direito a terra. (MARTINS, 1997, p.150).

Octavio Ianni, ao explicar a entrada do capital na Amazônia, afirma que “As tensões e os conflitos cresceram de envergadura e multiplicaram-se em número, na

mesma proporção que cresceu o afluxo de empresa e empresários para área em busca de terras boas para pastagens, lavoura e mineração ou extrativismo.” (IANNI,1978, p.158)

Este grande capital chegou à região amazônica pelos programas de fomento do Estado através dos órgãos governamentais como “SUDAM, Banco da Amazônia, Banco do Brasil, INCRA, e outras agências do poder estatal aliadas do grande capital”. (ibid,158).

A terra, *locus* de trabalho do camponês (MARTINS, 1997), após a chegada do grande capital se transforma em mercadoria e se torna propriedade privada. Esta apropriação ocorre de forma massiva, articulada e violenta de tal forma, que Otavio Ianni (1978, p.167) cita o exemplo de um “Respeitável grupo econômico do sul que havia esticado sua propriedade de 98 mil hectares, formados com 32 títulos adquiridos separadamente, para 604 mil”.

Desta forma, observa-se que a ação do capitalismo agrário na apropriação e na expansão das propriedades privada das terras na Amazônia foi amparada pelo aparelho estatal e resultou no surgimento de conflitos e violência provocados pelos interesses antagônicos entre latifundiários, trabalhadores rurais e posseiros.

Na medida em que ocorrem novos desenvolvimentos das relações capitalistas de produção na área (...) Agravam e explodem as contradições entre os posseiros, os grileiros e fazendeiros. Contradições essas que envolvem várias modalidades de violência: tanto a violência privada, praticada pelos pistoleiros ou jagunços a mando de grileiros e fazendeiros, como a violência estatal legitimada e praticada por policiais ou outros segmentos do setor público (ibid, P. 164).

As contradições em relação às frentes migratórias para a Amazônia, durante o governo militar, se apresentaram conforme os interesses e perfis dos atores envolvidos na disputa destas terras. Enquanto entre os posseiros e trabalhadores geralmente eram pessoas simples, com baixa ou nenhuma escolaridade e despossuídos economicamente, já os novos fazendeiros eram em regra, “médicos, industriais, comerciantes, fazendeiros, chefes políticos, vereadores, funcionários públicos etc.”. (GUIMARÃES *apud* IANNI, 1978, p. 213)

O crescente aumento do latifúndio como resultado do avanço do capitalismo no campo ampliou também o número de proletários rurais, em decorrência das

expropriações das terras camponesas, ou “pela atração de trabalhadores excedentes dos estados do nordeste ou outras regiões do país”. (IANNI 1978, p.235).

São esses trabalhadores, proletários rurais que realizaram todo o processo de ampliação e efetivação da atividade capitalista no campo, desde trabalho de derrubada, queimada da floresta, a formação de pastagens até a “defesa da propriedade, como produção e reprodução do capital” (ibid, p. 235)

Portanto, é nos conflitos entre essas classes antagônicas, gerados pelos violentos processos de disputa pela posse da terra, na transformação da terra como local de vida e de trabalho em mercadoria, na modificação desta terra de valor de uso em valor de mercado com a introdução e consolidação do capitalismo agrário, que se desenvolve a estrutura agrária na fronteira da Amazônia tocantinense.

O PROJETO DO ESTADO AUTORITÁRIO E DO CAPITAL

A região Amazônica até as décadas de 1960 e 1970 estava praticamente intocada. Eram cerca de 4 milhões de quilômetros quadrados (quase metade do Brasil) “cobertos de florestas virgens, com árvores seculares com mais de 50 metros de alturas”. (CAVALCANTI, 2004, p.69).

Os governos militares, em uma tentativa de atrair imigrantes para povoar a Amazônia, criaram o *slogan* de “*Integrar para não entregar*”, “terra sem homens para homens sem terra”, para isso uma ampla propaganda oficial foi disseminada incentivando a migração para o imenso vazio demográfico na região norte do país. “Tais” propagandas, propunham *integrar para não entregar*, em uma alusão a possível invasão da Amazônia pelos Norte-Americanos ou em uma possível instalação de bases comunistas na floresta, assustados pela experiência da Guerrilha do Araguaia.

Segundo Fernandes (1994, p.28), “o que estava por trás desta política de Colonização da Amazônia era o bloqueio à reforma agrária é uma estratégia de geopolítica de exploração total dos recursos naturais pelos grandes grupos nacionais/internacionais”.

A Região do Médio Araguaia teve um acentuado aumento demográfico nas décadas de 1970-1980, como nos mostra a Tabela 1.

TABELA 1 - POPULAÇÃO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE COLINAS DO TOCANTINS DÉCADAS DE 1970-1980

Região Administrativa	Área (Km ²)	População 1970	População 1980	Taxa anual de crescimento ¹⁹ 70-1980(%)	Densidade demográfica 1980(hab./Km ²)
Região VI – Colinas do Tocantins	10.899,0	31.485	54.670	5,67	5,02
Arapoema	4.554,0	7.295	15.849	8,07	3,48
Colinas do Tocantins	785,0	8.444	18.172	7,97	23,15
Couto Magalhães	2.159,0	2.434	5.152	7,79	2,39
Itaporã do Tocantins	1.018,0	2.302	4.360	6,60	4,28
Pequizeiro	-	-	-	-	-
Presidente Kennedy	2.383,0	4.764	11.137	8,86	4,67

Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Tocantins; Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente-SEPLAN Diretoria de Pesquisa e Informação – DPI,

Pelos dados contidos na tabela 1 é possível constatar o crescimento populacional da região VI que foi de mais de 7% ao ano em média e que os dados de 5,02% de média da região é decorrente da falta de dados da cidade de Pequizeiro, que coincidentemente ocorreu no mesmo período da propaganda dos militares e com a implantação dos grandes projetos agropecuários na região.

Contudo, o controle econômico e político da colonização foram entregues aos latifundiários representantes do poder político local e regional, como contrapartida o governo subsidiou os investimentos e facilitou suas investidas contra posseiros e a ampliação de seus capitais, como afirma Picoli,

Foram criados vários programas para a região, sendo acompanhados e controlados pelo Estado em conjunto com o capital, através de um projeto de expansão conjunto e articulado. Foi através dos incentivos fiscais que se efetivou a transferência dos grupos econômicos para a região, pois esse era o diferencial para facilitar a acumulação. O projeto SUDAM foi criado exclusivamente para beneficiar o grande capital, que efetivou a acumulação na região, por meio da expansão da nova fronteira. (PICOLI, 2006, p.56)

Para garantir o lucro e a expansão dos capitais dos latifundiários o governo concedeu “às grandes empresas nacionais e multinacionais, incentivos fiscais, isto é, a possibilidade de um desconto de 50% do imposto de renda devido pelos seus empreendimentos situados nas áreas mais desenvolvidas do país”. (MARTINS, 1997, p.86).

As vantagens que o governo concedeu para que o grande capital se instalasse na região amazônica foi um grande atrativo econômico, visto que, tais condições garantia um lucro líquido e certo, o que fez com que várias empresas de diferentes segmentos investissem no setor agropecuário a partir da segunda metade da década de 1960,

A Amazônia brasileira se tornou campo privilegiado para a expansão de empresas capitalista apoiada pelo governo autoritário. Neste quadro, a região se torna uma fronteira do capitalismo nacional e global, mediante o estabelecimento de projetos agropecuários e de infraestrutura (SILVEIRA 2006 p. 31.).

Imensas áreas foram demarcadas em nome de capitalistas e o latifúndio se consolidou sem muitos problemas. Primeiro, porque os posseiros e extrativistas não tinham “conhecimentos sobre os direitos de posse que possuíam, nem sabiam que os documentos apresentados pelos fazendeiros eram, em muitos casos, forjados nos cartórios” (FERRAZ, 1998, p. 82). Segundo, pela facilidade de obtenção das terras que dentre várias maneiras de aquisição, uma que foi amplamente utilizada foi a da “indústria da grilagem”, via crime organizado, que atuava na região impunemente, com um aparato que envolvia várias modalidades de fraude, forjando escrituras e formando um verdadeiro aparato de documentos fraudulentos. (PICOLI, 2006, p.63).

Com o consentimento do Estado, o capital encontrou na região condições para ampliação de seus investimentos sub jugando quem atravessassem seu caminho e colocou em prática o projeto concentrador através do açambarcamento das terras gerando pobreza e miséria nas periferias das cidades que foram se formando ao longo da rodovia Belém/Brasília e nas imediações dos grandes projetos que iam sendo instalados.

Situações de vulnerabilidade e insegurança foi o legado das famílias que vieram em busca de terra ou de trabalho. O trabalhador que migrou para a região do Norte Goiano como fornecedor de mão de obra ou em busca das terras propagandeadas pelo governo ficou vulnerável e em condições subumanas nas periferias das cidades se misturando com os antigos moradores que foram expulsos de suas terras para que o capital se expandisse.

Milhares de camponeses teriam de ser expulsos de suas terras de trabalho, como de fato foram, para que nelas fossem abertas grandes pastagens. Muitos deles acabaram migrando para as cidades da própria região, para viver na miséria da sub ocupação e das favelas. (MARTINS 1997, p. 86)

As populações excluídas e desassistidas pelo Estado, para garantir a sua reprodução social, se submeteram a viver de subempregos nas fazendas na região ou no sul do Pará, em atividades sazonais como mão-de-obra barata ou, em alguns casos, em situações de trabalho escravo, enquanto os latifundiários consolidavam seu poder nessa região.

Donos das terras e patrões de todos que moravam no lugar, os fazendeiros transformavam-se em legítimos senhores de engenho, respondendo com truculência a quem contrariasse suas ordens ou atrapalhassem seus planos – do prefeito da cidade ao diretor da escola municipal, passando pelo delegado de polícia e pelo juiz da comarca nenhum cargo é ocupado sem a benção dos poderosos da região. (CAVALCANTI, 2004, p. 70)

A relação entre latifúndio e governo militar na região aqui debatida, foi bem mais que uma parceira em um projeto econômico e político. Os latifundiários ocuparam todas as formas de controle das populações: a terra, o poder político e formas de dominação ideológicas atuando como poder de Estado na região. Um exemplo, foi da família de Benedito Boa Sorte, conhecido político de Araguaína, a mais importante cidade do Norte do Estado do Tocantins a 100 quilômetros da cidade de Colinas do

Tocantins, representante de uma das famílias mais influentes que controlou a política os meios de comunicação como rádio e televisão.

A este respeito Silveira (2009), explica que:

Além do controle sobre o executivo municipal, a família Vicente Ferreira, graças às relações do deputado federal e, depois senador Benedito junto ao governo militar, também podia nomear e controlar as autoridades estaduais e federais na localidade. Como os grandes patrões do interior, os “Boas Sorte” “faziam” e “desfaziam” os policiais, delegados, fiscais do ministério do trabalho e até juizes. Além de ‘fazer’ as autoridades, os empresários ainda podiam fazer o papel destas mandando prender e/ou soltar presos por ordem da justiça, inclusive em pessoas envolvidas em assassinatos. (SILVEIRA, 2009, p.141).

O grande capital nacional e internacional se instalou na Amazônia com os grandes latifúndios e se engendraram na política como braço dos militares no combate de qualquer movimento de democratização e possível instalação de célula guerrilheira na Amazônia. Como exemplo pode ser citado o fato da guerrilha do Araguaia nos municípios de Xambioá-GO e São Geraldo-PA, que foi sufocada pelo exército sob o comando do conhecido coronel Curió em 1973. Uma relação simbiótica que foi construída entre o Capital e o Estado, enquanto os trabalhadores foram excluídos do Projeto de Colonização da Amazônia apesar de ser força motriz para a expansão e consolidação do capital na Amazônia.

É neste cenário de concentração e sujeição de terras ao capital, de expropriação e exploração dos trabalhadores rurais que analisaremos a seguir a reação destes trabalhadores e posseiros contra a expansão do capital e seus enfrentamentos aos latifundiários na região do Médio Araguaia.

A INSTALAÇÃO DO LATIFÚNDIO, A VIOLÊNCIA E A RESISTÊNCIA

Apesar das condições desiguais em que se encontravam os trabalhadores e posseiros frente aos latifundiários, houve resistências às investidas dos latifúndios.

Posseiros que já estavam na terra há vários anos ou há décadas lutaram para defender suas terras, trabalhadores que vieram de seus lugares de origens para trabalhar na derrubada da floresta também resistiram às condições a que foram reservados de meros fornecedores de mão de obra.

Todavia, mesmo em condições desiguais ao latifundiário, estes camponeses resolveram enfrentar o poderio do capital agrário permanecendo nas suas posses, como pode ser observado no depoimento de Domingos (posseiro entrevistado por Silveira em 2009), sobre os conflitos na região de Araguaína envolvendo posseiros e grileiros, apesar do revés, os roceiros decidiram que permaneceriam nas posses. Porém só não esperavam que o fazendeiro fosse contratar quarenta homens armados para desocupar terra.

Sobre esta forma de conflito, Silveira (2009), explica que:

Gritando e atirando, os pistoleiros caíram sobre o centro: “Meteram bala e queimaram os “barracos” com tudo dentro. Não ficou um barracão em pé. As “panelas” tudo furadas de bala. E ficaram vigiando, tocaindo a gente passar. Para matar” Refeito do ataque, lavradores decidiram resistir, contudo, estavam em menor número e mal armados e, o que era pior poucos sabiam do ofício de matar. (SILVEIRA, 2009, p. 132)

O conflito entre o grande capital nacional e internacional e os trabalhadores aconteceu em circunstâncias diversas, desde as investidas sobre as terras dos posseiros até as condições degradantes de trabalhos nas aberturas das áreas para a formação de pastagens, além do enfrentamento com os pistoleiros, a polícia em casos de ocupação dos latifúndios pelos trabalhadores.

Assim, como as circunstâncias de resistência foram diversas, os mecanismos utilizados pelos latifundiários para intimidar os trabalhadores também foram inúmeros. Ameaças, torturas e assassinatos foram utilizados amplamente pelos latifundiários com aquiescência de polícias, delegados, juízes e demais autoridades locais e regionais.

Neste sentido, tem-se o proposto por Santana (2009):

Enquanto as reformas políticas-jurídicas eram feitas pelos próprios ditadores, no campo, especialmente na Amazônia, expulsão de posseiros pelo capital agrário de origem urbana e multinacional, combinada com uma ação de grileiros apoiado pelos policiais locais, assumia proporções nunca vista. (SANTANA, 2009, p.114)

Para os posseiros e trabalhadores que vieram para a região no afã da propaganda oficial, o sonho de ter um pedaço de terra se tornou cada vez mais distante. Ao contrário do que esperavam, encontraram pela frente a fúria do latifúndio e o descaso do Estado e dos órgãos da justiça. A insegurança jurídica assegurou aos latifundiários a certeza da impunidade em relação a suas ações de violências contra estes trabalhadores.

As tensões em torno da posse da terra foram se agravando à medida que o Projeto de expansão capitalista ia se consolidando e as áreas de florestas ficando quase totalmente ocupadas pelo latifúndio. Estes processos ocorreram porque, assim que avançavam sobre as terras dos posseiros, forçados a migrarem para as periferias das cidades mais próximas, já que, a ocupação foi massiva e não tinha mais áreas para se instalarem.

Foram, portanto se misturando aos trabalhadores que vieram de outras regiões para trabalhar na derrubada da floresta para a formação de pastagens, e quando a “empreitada” terminava ficavam desempregados e assim, como os posseiros expropriados de suas terras, eram forçados a também a se submeter às condições subumanas das favelas nas cidades mais próximas. Desta forma, na luta para garantir a reprodução social da família foi se formando uma classe de proletários nas periferias das pequenas e médias cidades.

O padre italiano Mário Aldighieri, na sua análise sobre a trajetória do Padre Josimo e os conflitos no Bico do Papagaio no extremo norte do estado de Goiás, relata as ações violentas do latifúndio sob o olhar e participação do Estado, discorre sobre o conflito e pondera que as circunstâncias históricas são, por isso, extremamente importantes para analisar o surgimento de uma classe, seu desenvolvimento interno e sua relação com as outras classes da sociedade. (ALDIGHERI, 1993, p. 86), assim, o campesinato-classe é fruto da expansão do capitalismo (MARTINS, 1981, p. 9), que

tem sua origem na resistência destes às classes dominantes que tentam impedir sua liberdade.

O campesinato progressivamente insubmisso primeiro contra a dominação pessoal de fazendeiros e coronéis, depois contra a expropriação territorial efetuada por grandes proprietários, grileiros e empresários e já, agora contra a exploração econômica que se concretiza na ação da grande empresa capitalista e na política econômica do Estado que cria e garante essa sujeição. (MARTINS, 1981. p 10).

Os trabalhadores para enfrentar o latifúndio contaram com o apoio da ala progressiva da Igreja Católica que fazia opção pelos pobres. Um dos expoentes deste movimento, nessa região, foi o Padre Josimo de Moraes Tavares da prelazia de Tocantinópolis, que os orientavam nas suas organizações e resistências contra a violência e o terror espalhados pelos latifundiários.

Padre Josimo atuava também como articulador entre outros segmentos dos movimentos populares e a igreja inclusive, ajudando-os a se organizar como classe através da criação de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais que na região do Bico do Papagaio não foi tarefa fácil, visto que fazendeiros, jagunços armados invadiram o local onde os camponeses estavam reunidos. “Várias vezes o próprio GETAT¹ e a polícia tentaram pressionar e esvaziar a formação dos órgãos de classe”. (ALDIGHERI, 1993, p.88)

Contudo, mesmo diante das pressões de fazendeiros, pistoleiros, polícia, juízes, políticos locais, os trabalhadores foram se organizando em torno da igreja e de sindicatos e foram pressionando capital contra as invasões de terras de posseiros e pela realização de Reforma Agrária.

Um dos momentos mais marcantes deste movimento foi manifestação pela “Reforma agrária, ocorrida em Augustinópolis no dia 23 de junho de 1984. Na ocasião estavam presentes 6.000 (seis mil) trabalhadores, as diretorias dos STR’s da região, a Central Única dos Trabalhadores e a Federação dos Trabalhadores na agricultura” (ALDIGHERI, 1993, p.89).

¹ Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins

A organização dos trabalhadores em torno da defesa de suas terras e do movimento pela Reforma Agrária, representou um perigo iminente para os latifundiários, que de acordo com lógica capitalista, tinham a propriedade da terra como direito, mesmo que contraída de forma escusa.

E a partir dessa premissa organizaram ações ofensivas para os trabalhadores e os movimentos de apoio a estes, como se o ataque fosse uma forma de defesa. Grupos de pistoleiros foram criados com o pretexto de defender as propriedades, a formação destas milícias foi, muitas vezes, formada por ex-policiais, confundido os trabalhadores sobre quais eram os policiais ainda na ativa e os da reserva.

A luta dos trabalhadores em defesa da posse da terra foi condição *sine qua non*, para sua reprodução familiar e para garantir os mínimos para sobrevivência, foi à defesa da terra de trabalho livre em detrimento de uma terra de negócio “cativa²”.

O trabalhador posseiro ou imigrante vindo para a abertura da floresta, acudados por pistoleiros, policiais e fazendeiros organizaram com apoio da igreja e dos os sindicatos o enfrentamento aos latifundiários. Um exemplo do processo de luta e resistência camponesa foi um caso citado por Aldighieri (1993, p. 110), baseado nos arquivos da comissão Pastoral da Terra Araguatins, sobre a ocupação da fazenda Ouro verde Localizada naquele município.

Fazenda Ouro Verde

Envolvidos: 100 famílias (CPT-1985); 200 posseiros (1986)

Conflitantes: Dr. João Hissassi Yano, da construtora Engil, de Goiânia; Antônio Miguel Abrão (cunhado), Valdir Mendonça Alves Joao Hissassi Yano, o “Joao Japonês”, tenta expulsar com jagunços armados, destruindo roças com trator e enviando a policia, as famílias dos posseiros.

28/11/1983 – O Getat tenta convencer os moradores a aceitar 25 hectares em lugar de 50.

29/11/1983 - Carta denuncia da Delegacia Sindical de Buritis pede extinção do Getat.

20/07/1984 – A Polícia Federal, e o gerente do dr. “João Japonês” ordenam às famílias que saiam, sob ameaça.

² Conforme Aldighieri, (1993, p.60) era a defesa do posseiro pela vida contra o latifúndio que visa o lucro.

- 24/08/1984 – A polícia Federal amarra e espanca o lavrador Valdivino, de Vila União, nas matas do povoado.
25/08/1984 - A polícia Federal e o gerente Francisco Alves da Costa amarraram e espancaram o lavrador Waldemar L. da Silva.
28/08/1984 – Foi queimada a roça e a casa do lavrador Joaquim Marcelino da Silva.
04/09/1984 – Cinco barracos queimados pelo gerente e pela Polícia Federal.
05/09/1984 – A Polícia Federal é ameaçada de ser emboscada. Quatro líderes da possível emboscada são presos, são eles: Sebastião Ribeiro dos Santos, Luiz Francisco Farias Moura(Didi), Francisco Machado da Silva(Chico Sanfoneiro) e José Vieira de Sousa (Zezão). Eles acusam Pe. Josimo e as irmãs Lourdes, Beatriz e Madalena de serem os organizadores da emboscada. São logo liberados pela polícia.
13/09/1984 – Polícia Federal e pistoleiros queimam 15 casas e acusam Pe. Josimo de terrorista e ameaçam matá-lo. (ALDIGHERI, 1993, p. 110).

Este caso mostra o aparelho estatal a serviço do capital, na consolidação do latifúndio, concatenando fazendeiros, pistoleiros, polícia, cartórios, juízes na repressão contra os trabalhadores e as organizações de defesa destes, contra também, os padres e freiras, advogados e lideranças sindicais, vítimas de perseguições, torturas e ameaças de morte.

Oswaldo de Alencar (advogado da CPT citado por Aldighieri), sobre a relação entre os latifundiários e os órgãos estatais, explica que esta era de dominação, pois, segundo o advogado: “Ele é rico, contrata advogados, entra em contato direto com as autoridades políticas e judiciárias do Estado, vai à casa do juiz, vai ao INCRA, e já tem a convivência dos executores do projeto fundiário consegue fazer com que o todo o processo fique a seu favor”. (ALDIGHERI, 1993, pp. 114-115)

De forma específica Aldighieri (1993), explica que:

A contratação de pistoleiros para assassinar desafetos, fossem eles, trabalhadores, posseiros, líderes sindicais, religiosos, advogados, tornou-se prática comum na região norte. Por exemplo: em “14 de julho de 1985, João Ester, pistoleiro ligado a João Yano, confessa a Waldemar L. da Silva que lhe fora oferecido Cr\$ 200 milhões para matar Josimo; e 4 bilhões para matar o padre Geraldo Rosa”. (ALDIGHERI, 1993. p.118).

Na Amazônia, no ápice do conflito, quando as ações e reações recrudesceram em função da não sujeição do trabalhador e posseiro ao latifundiário, resistindo às expropriações de suas terras, às condições degradantes de trabalho ou a ocupação do latifúndio como forma de garantir a reprodução social das famílias, a contratação de pistoleiros tornou-se uma prática comum, existindo uma espécie de cota/crime onde se estabelecia valores monetários sobre a posição do desafeto a ser assassinado.

Esta capitalização era fixada por valores de acordo com a “valoração” de cada sujeito, tanto que existia uma tabela de preço diferenciado para assassinar, um deputado, um juiz, um advogado, um líder sindical ou um posseiro o valor era estabelecido de acordo com a influência da vítima. Latifundiários e pistoleiros agiram sustentados na certeza da impunidade, haja vista, que o aparato jurídico e político do Estado se encontravam a serviço do projeto de consolidação do capitalismo agrário na Amazônia.

O geógrafo e pesquisador Bernardo Mançano Fernandes denuncia que no período dos militares,

Foram assassinados 1.106 trabalhadores rurais, numa luta sangrenta contra a expropriação, a grilagem de terras, contra os despejos violentos, o trabalho escravo, a queima das casas e das lavouras, a exploração dos trabalhadores assalariados e sem direito etc. (...) Resistindo a essa realidade, os trabalhadores rurais, posseiros, sem terra e assalariado, organizam para transformá-la. (FERNANDES, 2005, p. 33)

Contudo, apesar dessa região na Amazônia ter se tornado um território do medo, da impunidade, da devastação da floresta em função do coronelismo regional, do clientelismo político estabelecido entre as oligarquias locais e o poder central ela também um espaço de sonho de muitos trabalhadores imigrantes que chegaram na região nas mais variadas condições. De que, “apesar da história de deslocamento da fronteira agrícola ser de destruição, é também é uma história de resistência, de revolta, de protesto, de sonho e de esperança”. (MARTINS 1997,p.66) Seria prematuro aqui afirmarmos que o caráter místico da igreja em relação à orientação à luta dos trabalhadores pela posse e uso da terra fosse determinante na organização e resistência na luta. Conceber a terra como uma dádiva de Deus, como um local de produção e

reprodução da família, da cultura, e da inserção econômica fosse bem mais relevante que ver a terra apenas como um local de produção de commodities e essa foi uma das estratégias da igreja na assessoria de posseiros resistindo à expropriações de suas terras e dos trabalhadores ao ocuparem o latifúndio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A colonização da Amazônia, a destruição da floresta e o conflito violento entre duas classes que se formaram na fronteira (latifundiário e trabalhadores rurais) foram resultado do projeto dos governos militares em promover o capitalismo agrário na Região Amazônica. A forma como aconteceram as investidas do capital nesta região sobre as terras devolutas e sobre as terras dos posseiros, extrativistas e ribeirinhos ao respaldo econômico, jurídico e político do Estado evidencia o caráter da política expansionista do Estado e do Capital na floresta.

A concessão de subsídios ao Capital e a propaganda oficial para a colonização da Amazônia propiciou a instalação de grandes latifúndios pelo capital que encontraram condições favoráveis para expandirem seus investimentos.

Primeiros, porque os financiamentos foram subsidiados assim como, as garantias do aparato jurídico, para que os latifundiários agissem livremente sem a regulação do Estado em relação à expropriação das terras dos posseiros e sobre as questões trabalhistas no interior das fazendas. Segundo, porque com a propaganda foi atraído um enorme contingente para a região em busca do “Eldorado” tão propagandeado pelo Governo Militar que serviram como a força de trabalho para a abertura da floresta e a formação de pastagens.

Enquanto o governo da ditadura e o capital estabeleceram uma relação simbiótica na Amazônia garantindo o lucro do latifúndio em troca do apoio ao regime militar, a classe formada nas periferias por posseiros, ribeirinhos, extrativistas expropriados de suas terras e trabalhadores rurais migrantes de outros estados foram alijados dos projetos e das políticas de governo para a região.

O projeto de ocupação na fronteira amazônica não foi de acordo com a narrativa que o Estado Brasileiro apresenta, não foi “terra sem homens para homens sem terra” e muito menos “integrar para não entregar” houve um direcionamento na ocupação, privilégio ao capital nacional e internacional, segregação dos trabalhadores que vieram como parte do processo e um intenso conflito, violência e morte nas disputas pela terra.

A ocupação planejada pelos militares, realizada pelo grande capital não se efetiva como foi planejada, porque os trabalhadores não se submeteram ao lugar que lhes foi reservado nesse processo, fornecedor de mão de obra, e assim, lutaram contra a efetivação do projeto oficial de ocupação da Amazônia tocantinense.

Enfrentando diretamente fazendeiros, submetendo-se ao perigo iminente de serem mortos, torturados por pistoleiros, despejados a força por policiais avançaram resistindo e ocupando fazendas, órgãos públicos até conquistarem seus objetivos que era o acesso à terra. Portanto, os trabalhadores responderam articulando movimentos de enfrentamento, mostrando sua insatisfação ao projeto do governo para Amazônia.

A ocupação da Amazônia representou para muitos dos imigrantes, em seus locais de origens, a oportunidade única de conquistar a ascensão social, através da aquisição da terra barata ou de graça. Tanto que, muitos vieram atrás dos sonhos de tornarem proprietários no norte de Goiás. Trouxeram consigo famílias e tudo que possuíam para se estabelecerem no norte do país, especificamente, no caso analisado, Norte de Goiás, atual Estado do Tocantins.

Para muitos, a mudança para a região correspondeu às expectativas e de fato conquistaram os sonhos que perseguiram, contudo, essa não foi a realidade para maior parte dos que migraram. Portanto, é necessário que se tenha um novo olhar sobre a ocupação da Amazônia, do papel que cada grupo de imigrantes teve neste processo e principalmente dos que foram preteridos do projeto do governo, da não passividade dos que vieram como mão-de-obra que negaram a condição de subordinação e assumiram o papel de sujeitos históricos, lutando para reaverem seus direitos à cidadania.

Assim como em outras localidades, o conflito agrário na região do Antigo Norte de Goiás, atual Estado do Tocantins, mostra que os trabalhadores organizados e unidos foram capazes de vencer e conquistar o sonhos de acesso à terra, saindo da

marginalidade e sociedade local através da capacidade de produção e geração de emprego e renda possibilitado pela conquista do lote no assentamento.

Uma das formas de contrapor os processos de expansão capitalista foram as ocupações de grandes fazendas, que atualmente já soma 20 (vinte) fazendas desapropriadas e transformadas em assentamentos, onde aproximadamente vivem mil famílias praticando uma agricultura familiar produzindo e vendendo nos mercados regionais, gerando emprego e aquecendo a economia local.

REFERÊNCIAS

ALDIGHERI Mario. **Josimo: A terra, a vida**. Loyola. São Paulo, 1993

CAVALCANTI, Klester. **Viúvas da terra**. Planeta do Brasil. São Paulo, 2004.

FERNANDES, Bernardo M. **Camponeses no Capitalismo**. In: CARVALHO, Horácio Martins de Carvalho – O campesinato no século XXI: Possibilidades e Condicionantes do Desenvolvimento do Campesinato no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes – 2005

_____. **Espacialização e Territorialização da Luta pela Terra: a formação do MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo**. Dissertação de Mestrado, USP (Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas-Departamento de Geografia), 1993, 207 p.

FERRAZ, Siney. **O movimento Camponês no Bico do Papagaio: Sete Barracas em busca de elo**. Ética Editora. Imperatriz- MA, 1998.

IANNI, Otavio. **A Luta pela terra: história social da terra e luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1978.

MARTINS, José de Sousa. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1981

PICOLI, Fiorelo. **O Capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: expressão Popular, 2006

SILVA, José Santana. Comissão Pastoral da Terra e as Lutas dos Trabalhadores Rurais em Goiás. In. **Temas de Sociologia Rural**. Pará de Minas, Virtualbooks, 2009. pp.112-151

SILVEIRA, Marcos César Borges. **Herdeiros de Sísifo**. Porto Alegre, Editora Universidade/ UFPEL, 2009.

HORÁCIO E O ELOGIO DA FAMÍLIA DE AUGUSTO (SÉCULO I A.C.)

Mestrando Erick Messias Costa Otto Gomes
erick.otto@bol.com.br
Faculdade de História - UFG
Bolsista CNPq


Resumo

Na obra do poeta romano Horácio (século I a.C.), encontramos uma variedade de temas, em especial o elogio aos seus patronos, Mecenas e Augusto. E seus últimos poemas, sobretudo no livro IV das Odes, o poeta possui um tom mais laudatório em relação a Augusto, elogiando o princeps de diversas formas, dentre as quais dois poemas dedicados a seus enteados, Druso e Tibério, de modo que tal elogio se estende a própria pessoa de Augusto. Sendo a poesia uma das formas de se exaltar os líderes políticos e legitimar sua posição e suas ações, analisaremos ambos os poemas para compreender as imagens formadas em torno de Augusto e sua família no contexto do início do Principado.

Palavras-chave: Família, Augusto, Legitimação.

1. Introdução

Nosso texto se dividirá em duas partes: primeiro, uma breve caracterização da *domus* romana, enfocando a *domus* augustana e a questão da sucessão; por fim, serão abordados dois poemas horacianos que tratam do tema da família imperial, quais sejam, a Ode 4,4 e 4,14, ambas publicadas em 13 a.C., as quais exaltam os feitos militares dos enteados do imperador, Druso e Tibério.

Mas antes de adentrarmos no desenvolvimento desses temas, abordemos brevemente a importância da poesia como meio de construir e difundir uma memória política no contexto da elite de Roma. Para tanto, usaremos os próprios poemas de 

Horácio para desenvolver essa questão. Na ode 3,30, Horácio escreve, sobre sua própria poesia:

"Erigi monumento mais perene
do que o bronze e mais alto do que a real
construção das pirâmides, que nem
as chuvas erosivas, nem o forte
Aquilão, nem a série inumerável
dos anos, nem a dos tempos corrida
poderão, algum dia, destruir.
Não morrerei, de todo; parte minha
à própria morte não estará sujeita:
eu, sempre jovem, crescerei, enquanto,
com virgem silenciosa, o Capitólio
suba o pontífice"¹

Nessa passagem fica clara, para o poeta, a importância da poesia para a perpetuação de uma memória, haja vista que ela é um "monumento" que resiste à passagem do tempo, resiste à sua própria morte, sendo um meio pelo qual a memória dos acontecimentos e feitos seriam relegados às gerações posteriores. Afinal, a recitação e celebração de atos nobres, particularmente aqueles dos principais membros da sociedade romana, pode ser uma maneira de permanecer na memória de público. Entretanto, os textos literários realmente tinham esse efeito? Os poemas eram meios eficazes para transmitir a memória? Como eles transmitiam essa memória? É novamente em Horácio que encontramos a resposta. Vejamos o que o poeta diz na Epístola I, do livro II:

"Ainda que sem vigor e sem coragem no trato com as armas, o poeta é útil à cidade, se tu concorda que as pequenas coisas podem ajudar as grandes. O poeta modela a boca tenra e gaguejante das crianças, ele afasta desde então suas orelhas de propósitos desonestos; mais tarde ele forma também o seu coração por preceitos amigos, o curando da indocilidade, da inveja e da cólera. Ele narra as belas canções, supre de exemplos ilustres as gerações que chegam, consola a pobreza do pesar" (v. 125-131).²

¹ Tradução de Bento Prado de Almeida Ferraz, 2003.

² Tradução de Gilvan Ventura da Silva, 2001.

Nota-se, nesse fragmento do poema, pelo menos dois aspectos importantes: primeiro, a importância da poesia para a formação dos jovens, que aprendem "preceitos amigos", afastando assim os vícios "da indocilidade, da inveja e da cólera"; segundo, ao cantar os grandes feitos dos antepassados, a poesia oferece exemplos ilustres, isto é, a poesia propaga uma série de ações as quais constituem um conjunto de virtudes que são caras aos romanos.

Nesse sentido, podemos notar a importância da poesia para construir um conjunto de valores e propagar os mesmos através da declamação de poemas entre os jovens e entre os aristocratas, formando assim uma memória social que traz exemplos de virtudes consideradas importantes pelos romanos. Tais virtudes foram amplamente usadas por Augusto para legitimar seu governo, conforme veremos.

2. A *domus* augustana e a questão da sucessão imperial

Uma das preocupações de Augusto foi reivindicar o papel de restaurador das antigas virtudes³, dentre elas as relacionadas à família, o que pode ser notado pela legislação referente ao casamento. A família era, na sociedade romana, tanto em reputação quanto na realidade, a unidade social mais básica. Era também a base das obrigações sociais, o meio pelo qual tanto o status e a riqueza eram transmitidos. Como um microcosmo da sociedade, ela também foi considerada fundamental para a sobrevivência de toda a sociedade, e não apenas em termos demográficos (PARKIN, POMEROY, 2007, p. 72).

Mas antes de prosseguirmos, faz-se necessário uma distinção importante entre *familia* e *domus*. Família significava, geralmente, um grupo de pessoas sujeitas ao poder (*potestas*) de um membro masculino de um grupo, o *paterfamilias*, ou seja, mulher, filhos, escravos, etc. Não significava necessariamente parentes, embora pudessem

³ A ideia de restaurar os costumes dos antepassados era uma constante na política, como o próprio imperador afirma em suas *Res Gestae*, que "nenhum cargo concedido contrariamente ao costume dos antepassados eu aceitei" (AUGUSTO, *Res Gestae*, VI).

coincidir (como nas famílias pobres, que não tinham escravos). Já a *domus* significava a casa, mas era usado também para se referir à unidade familiar básica, pai mãe e filhos, ou seja, uma unidade de linhagem e parentesco (PARKIN, POMEROY, 2007, p. 72). Para Richard Saller, a palavra *familia* é frequentemente usado para o grupo de escravos sob um *dominus*, com a exclusão dos membros livres da casa, *domus* é muitas vezes mais amplo, incluindo a esposa, filhos e outras pessoas na casa. (SALLER, 1984, p. 343). Dessa forma, quando analisamos a problemática da sucessão de Augusto e seus enteados, estaremos nos referindo antes à sua *domus* do que a sua *familia*⁴.

O significado da *domus* para status social não se limita a seus significados familiares. Na visão romana, *domus* como casa e família teve uma influência direta sobre a legitimidade e prestígio de um homem. Na sociedade romana, na qual a riqueza e respeitabilidade social estão intimamente relacionadas, as *domus* eram um símbolo central da honra. Fatores religiosos, políticos e sociais contribuíram para o valor das *domus* como um símbolo para os romanos. A casa romana tinha uma aura sagrada, devido a importância dos cultos familiares (SALLER, 1984, p. 350).

Para todos os romanos, a *domus* estava intimamente associado com esposas, filhos e outros parentes, e para os aristocratas também foi associada de forma concreta com a linhagem, para o qual ela poderia ficar como um símbolo de poder familiar. (SALLER, 1984, p. 351). Entretanto, quando o *paterfamilias* não tinha herdeiros surgia o problema da sucessão. A solução seria a adoção, amplamente usada para o fim de preservar a *domus*.

⁴Em suma, todos os significados de *domus* e *familia* estão relacionados e são difíceis de serem distinguidos. Quando um romano falava sobre os prazeres de sua *domus*, muitas vezes é impossível descobrir se ele se referia a sua casa física ou a família e os servos, sobre os quais exerceu *potestas* ou *dominium*. Além disso, a distinção entre *domus* como a família estendida e *domus* como o grupo de descendentes muitas vezes é complicada de se fazer. Quando as mortes de Caio e Lúcio deixaram Augusto com uma "*domus* deserta", o leitor se destina a entender que eles deixaram de pertencer à *domus* como o círculo dos parentes, mas também, e mais importante, que não eram mais os potenciais sucessores *domus* de Augustus, no sentido de dinastia (SALLER, 1984, p. 347-348).

A adoção em Roma assumiu uma importância especial em relação à perpetuação da sacra família, bem como proporcionar uma continuidade artificial da linhagem para fins de herança da propriedade. A preocupação com a continuidade do sacra poderia ter tido ligações com a fase em que o culto dos antepassados era importante em Roma. Além disso, um romano sem filhos legítimos tentaria criar um herdeiro por outros meios, e pode adotar um filho ainda sob o poder paternal de uma outra família, ou revogar aquele que era legalmente independente (LYNDSAY, 2009, p. 21-22)

O pai tinha o poder de adoção. A adoção, como a emancipação, eram vistas como um dos dispositivos abertos a um pai de família para planejar o futuro de sua família e sua propriedade: assim como a emancipação pode ser usada para reduzir o número de quem está no poder paternal, a adoção poderia ser utilizada para aumentá-lo. Em cada caso, o ponto principal da adoção era criar uma nova fonte para a continuidade do poder paterno (JOHNSTON, 2004, p. 33)

O *paterfamilias* também teve o poder de nomear um herdeiro ou herdeiros. O herdeiro foi responsável pela continuação da família do falecido e pelas observâncias religiosas. O herdeiro conseguiu não só todos os bens e direitos do falecido, mas também às suas obrigações. Isso se aplica em especial para as dívidas (JOHNSTON, 2004, p. 45).

O regime político fundado por Augusto, como dissemos, configurou uma nova forma de governar baseada na união de diversos cargos nas mãos de um único homem. E o imperador, com o passar dos anos, começou a se preocupar com a questão da sucessão, em especial depois de haver se estabelecido. E novamente vemos aqui a propaganda feita ao redor dos possíveis herdeiros imperiais, em especial Druso e Tibério, que tiveram suas vitórias militares cantadas pelos poemas de Horácio, conforme nos informa Suetônio:

"Realmente [Augusto], a tal ponto sempre louvou os escritos dele [Horácio] e acreditou que eternamente assim haveriam de permanecer, que impôs que ele compusesse não só o Hino Secular, mas também

sobre a vitória Vindélica de Tibério e Drúcio, seus enteados; e incitou-o, por causa disso a acrescentar aos três livros de Odes um quarto, depois de longo intervalo." (Suetônio. *Vita Horati*)⁵.

Vemos aqui que os poemas escritos por Horácio sobre a vitória militar de seus enteados foi um pedido de Augusto e, segundo nossa hipótese, seu objetivo seria enaltecer a figura de seus possíveis herdeiros, em especial sobre suas vitórias militares, aspecto tão caro a um governante romano. Aliás, seus enteados se destacaram em campanhas militares pelos Alpes em 15 a.C., e divulgar essa imagem seria importante para mostrar que ambos estariam preparados para assegurar a segurança do império.

Mas antes de analisarmos os referidos poemas horacianos (Odes 4.4 e 4.14), faremos uma reflexão das relações estabelecidas entre o poeta e Augusto, afinal, Horácio não era um propagandista do regime estabelecido, que agia em obediência ao imperador, como a passagem de Suetônio sugere. Dessa forma, torna-se necessário uma reflexão dessa relação entre ambos de modo a explicar melhor as imagens da *domus* augustana nos poemas.

3. A *domus* de Augusto nos poemas horacianos

Nero Cláudio Druso e Tibério Cláudio Nero são filhos de [Tibério Cláudio Nero](#) e [Lívia Drusa](#), nascidos respectivamente em 38 e 42 a.C. Esta se separou de seu marido em 38 a.C., casando-se logo em seguida com Otávio, o futuro imperador Augusto. A relação estabelecida entre as *domus Iulia* e *Claudia* permitiram aos jovens cargos no exército romano, tendo ambos encabeçado campanhas militares nos Alpes, as quais foram cantadas por Horácio nos poemas 4 e 14 de seu quarto livro das Odes. Vejamos detalhadamente os poemas para compreender as imagens que o poeta transmitiu sobre as vitórias dos jovens. Primeiro, o poema 4,4 na íntegra:

⁵ Para uma análise crítica dessa passagem de Suetônio, ver: NOGUEIRA, 2006, p. 5-10.

Assim como ao alado ministro do relâmpago – a quem Júpiter, o rei dos deuses, concedeu o domínio das errantes aves ao constatar que foi fiel no caso do louro Ganimedes – outrora a juventude e o vigor paterno arrebataram do ninho, a ele que era íncio dos trabalhos, e os ventos primaveris, tendo já afastado as nuvens, ensinaram-lhe, temeroso, insólitos esforços e então logo um vívido ímpeto lançou-o, inimigo, contra redis e agora o amor do banquete e da luta levou-o contra as serpentes relutantes. Ou assim como ao leão, já afastado das mamas úberes da mãe, uma cabrita, ocupada nos férteis prados, viu, prestes a morrer pelas presas recém-nascidas, assim também a Druso a comandar a guerra sob os Alpes viram os réticos; os Vindélicos (a cujo respeito desisti de indagar de onde lhes veio por todo o tempo o costume de armar as destros com o machado das Amazonas: não se pode saber tudo), ora, seus batalhões por largo tempo e espaço vencedores, mas vencidos pela estratégia do jovem, perceberam o que pode o espírito e o que pode a índole, piamente educados sob faustos interiores, o que pode o paterno ânimo de Augusto sobre os filhos de Nero. Os fortes vêm de fortes e bons: há nos novinhos, há nos potros a coragem dos pais e ferozes águias não geram pomba imbele; a educação, porém, fomenta o vigor inato, e o cultivo do que é correto reforça o peito; toda vez que decaem os costumes, as culpas desdouram as qualidades naturais. Do que deves, ó Roma, à estirpe de Nero, é testemunha o rio Metauro e Asdrúbal vencido e aquele belo dia em que, afugentadas as trevas do Lácio, pela primeira vez sorriu a alentadora vitória desde que o Africano terrível, qual flama nos abetos ou qual o Euro pelas ondas da Sicília, cavalgou pelas cidades da Itália. Depois disso com trabalhos sempre bem logrados cresceu a juventude Romana, e os templos devastados pelo ímpio assalto dos Cartagineses tiveram seus deuses restaurados; e disse enfim o pérfido Aníbal: “Como cervos, presa dos rapaces lobos, nós perseguimos, além dos que devemos, aqueles a quem enganar ou evitar é já copioso triunfo.

A gente que, lançada de Tróia em chamas às ondas Tirrenas, trouxe, corajosa, os Penates,
os filhos e os pais anciães às cidades da Ausônia,
tal como o carvalho podado por dura bipene no Álgido fértil de folhas negras, essa gente
consegue tirar – em meio a danos e em meio à matança – do próprio ferro suas forças e seu
ânimo.
Nem a Hidra, tendo sido mutilado o corpo, cresceu mais forte contra Hércules que sofria por
ser vencido, nem os Colcos ou Tebas de Equião submeteram monstro maior.
Imerge-a no profundo: ela emerge mais vistosa; combata-a: ela prostrará com grande glória
o incólume vencedor e moverá batalhas de que suas esposas falarão.
Eu não mais enviarei a Cartago soberbos núncios: morreu, morreu toda a esperança e a
fortuna do nosso nome com a morte de Asdrúbal.
Nada há o que as mãos da gente Cláudia não executem, as quais Júpiter com benigno
assentimento defende e sagazes decisões conduzem em meio às agruras da guerra”.⁶

Este poema se divide em duas partes: na primeira, faz-se uma comparação entre Druso e um leão, pois assim como um leão é visto por suas presas, Druso é visto pelos Vindélicos; na segunda, um longo discurso de Aníbal, no qual se compara a vitória do enteado de Augusto com a vitória sobre os catarginenses.

É interessante notar o elogio à habilidade militar de Druso, haja vista que "seus batalhões [dos vindélicos] por largo tempo e espaço vencedores, mas vencidos pela estratégia do jovem". Mas qual explicação Horácio dá a essa habilidade? Continuando a leitura da ode, vemos: "perceberam [os vindélicos] o que pode o espírito e o que pode a índole, piamente educados sob faustos interiores, o que pode o paterno ânimo de Augusto sobre os filhos de Nero. Os fortes vêm de fortes e bons: há nos novilhos, há nos potros a coragem dos pais e ferozes águias não geram pomba imbele; a educação, porém, fomenta o vigor inato, e o cultivo do que é correto reforça o peito; toda vez que decaem os costumes, as culpas desdouram as qualidades naturais."

⁶ Tradução de NOGUEIRA, 2006, p. 52-53.

Aqui, nota-se que é graças à educação de Augusto que o jovem consegue vencer as batalhas; é Augusto quem é elogiado no poema, através de seu enteado. Mas só se pode desenvolver as virtudes onde elas já são inatas, isto é, o imperador apenas cultiva o que já veio com o jovem Druso. A esse respeito, as últimas estrofes do fragmento supracitado são significativas: as qualidades naturais só se desenvolvem em tempos em que os costumes dos antepassados são respeitados, e nesta ocasião notamos novamente um louvor ao estado atual da cidade de Roma, vista como afastada da decadência das décadas anteriores de guerra civil.

Segundo Erico Nogueira (2006, p. 54), o principal assunto do poema não é o elogio da glória militar de Druso senão, mais abstratamente, o elogio da educação, *doctrina*, a que se imputa o aperfeiçoamento dos dotes naturais, *indoles*. Educação essa, como dissemos, dada por Augusto.

Na segunda parte da ode, notamos um recurso retórico importante usado por Horácio para enaltecer o sucesso militar: a comparação da vitória de Druso à vitória de Caio Cláudio Nero, durante o seu consulado em 207, sobre o irmão de Aníbal em Sena, no rio Metauro Úmbria, foi um ponto de viragem na Segunda Guerra Púnica. (PUTNAM, 1996, p. 91 *apud* NOGUEIRA, 2006, p. 57). Nesse momento, Horácio recorre às experiências do passado para enaltecer as vitórias atuais. Devemos também observar que nesse momento é a *gens claudia* quem é elogiada, pois "nada há o que as mãos da gente Cláudia não executem", e é o próprio Júpiter que conduz suas ações nas batalhas. Mas não podemos nos esquecer que é Augusto quem cultiva os valores inatos de seus enteados, Tibério e Druso, suas virtudes são alimentadas pela casa imperial.

Como dissemos, nesse poema o tom laudatório é bem claro, sendo a vitória de Druso elogiada, comparada às vitórias sobre os catarginenses, episódio tão importante da história romana, e é Augusto, por trás de tudo, que torna os sucessos militares de

seus enteados possível⁷. Nesse mesmo tom é escrita a ode 4,14, conforme observaremos. Para tanto, vejamos o poema 4,14 na íntegra:

Que zelo dos Pais da Pátria ou dos Quirites com dádivas plenas de honra
poderia eternizar
nos séculos, mediante inscrições e fastos mêmores, tuas virtudes, ó Augusto,
tu, o maior entre os primeiros onde quer que o sol ilumine habitáveis
regiões? A ti os
Vindélicos isentos da lei Latina há pouco aprenderam
o que podes com Marte. Pois com teu exército o agro Druso em dobro abateu
os Genaunos,
gênero indomável, e os velozes Breunos e as cidadelas incrustadas nos
terríveis Alpes.
O mais velho dos Neros logo moveu dura batalha e com auspícios favoráveis
rechaçou os
Retos bestiais,
digno de ver, no certame marcial, com quanta ruína fatigava peitos
devotados a morrer livres
– quase como o Austro acossa as indômitas ondas,
quando a turba das Plêiades dilacera as nuvens –, intrépido em assaltar os
exércitos dos
inimigos e em dirigir o corcel fremente em meio ao ardor do tumulto.
Tal como o tauriforme Áufido, que banha os reinos da Dáunia Apúlia, se
revolve quando se
encoleriza e prepara horrenda enchente para os campos cultivados,
assim também Cláudio as férreas fileiras dos bárbaros desbaratou com
ímpeto monstruoso,
e, ceifando os primeiros e os últimos, prostrou-os ao chão, vencedor sem
baixas,
porque tu lhe forneceste as tropas, o plano e teus deuses. Pois no mesmo dia
em que
Alexandria te escancarou, súplice, os portos e o palácio vazio,
a próspera Fortuna no terceiro lustro te trouxe bons sucessos de guerra e
atribuiu louvor e
cobiçada glória às batalhas concluídas sob teu comando.

⁷ De acordo com Nogueira (2006, p. 59), "se é que esta ode possui um destinatário, é nada menos que a própria cidade de Roma, apostrofada na décima estrofe. Este fato liga-a estritamente às odes chamadas romanas – as seis primeiras do terceiro livro –, em que, aliás, se trata de assunto semelhante: as causas da suposta decadência da Urbe. Deste modo, ao tom "pessimista" das odes romanas Horácio responde, alguns anos mais tarde, com esta ode marcadamente "otimista" em que, sob os auspícios do paternus animus Augusti, nil Claudiae non perficient manus. Como veremos ao estudar a ode 4, 14 mais adiante, estreitamente ligada a esta não só pelo assunto senão também pelo metro, o elogio de Augusto, aqui como indivíduo educador de indivíduos, passará, em 4, 14, a elogio de Roma como civilizadora dos povos."

A ti o Cântabro antes indomável e o Medo e o Indo, a ti o prófugo Cita te admiram, ó atuante
proteção da Itália e de Roma senhoril.
A ti o Nilo, que esconde as origens das nascente se o Istro, a ti o arrebatado Tigre, a ti o
Oceano pleno de monstros que rugem aos remotos Britanos,
a ti a terra da Gália, que não teme funerais, e da Ibéria, dura, te obedecem, a ti os
Sigambros, que se alegram com a matança, depostas as armas, te veneram.⁸

Horácio inicia a ode⁹ com um questionamento: o que poderia eternizar as virtudes de Augusto? O poeta responde a essa pergunta listando uma série de conquistas romanas realizadas graças ao imperador, dentre as quais se destacam as vitórias de Tibério e Druso, novamente por intermédio de Augusto, como notamos na passagem: "assim também Cláudio as férreas fileiras dos bárbaros desbaratou com ímpeto monstruoso, e, ceifando os primeiros e os últimos, prostrou-os ao chão, vencedor sem baixas, porque tu lhe forneceste as tropas, o plano e teus deuses." É Augusto o responsável pela vitória sem baixas, sendo Tibério apenas seu intermediário.

Na segunda metade do poema, destaca os povos submetidos a Augusto, e mais importante, "veneram" o imperador, aclamado como o responsável pela "proteção da Itália e de Roma senhoril."

As duas odes (4,4 e 4,14) são semelhantes em alguns aspectos: ambas tratam de vitórias militares sobre os vindélicos, nos Alpes; em ambos os casos são os enteados de Augusto quem batalham; os dois submetem os inimigos, sendo a vitória de Druso comparada à batalha contra os catarginenses; e é graças a Augusto que conseguem as vitórias, no primeiro caso pela influência da casa imperial, e no segundo graças ao apoio

⁸ Tradução de NOGUEIRA, 2006, p. 90.

⁹ Para Erico Nogueira (2006, p. 91), a ode "divide-se em três partes. A primeira, que compreende as seis estrofes iniciais, trata respectivamente, depois de um elogio a Augusto nas duas primeiras estrofes, da vitória de Druso (a mesma de 4, 4) na seguinte e da vitória de Tibério nas demais. A segunda parte estende-se da sétima à décima estrofe e é o centro do poema: compara-se aí a ação de Tibério à do rio Áfido, que acabamos de ver nomeado em 4, 9, e procede-se a um elogio das virtudes do princeps. Na terceira parte, que ocupa as três últimas estrofes, continua-se, de maneira só aparentemente protocolar, o elogio a Augusto da seção anterior."

de Augusto com tropas, planos a até mesmo as divindades. Nesses poemas, é Augusto quem é elogiado por intermédio das conquistas de seus enteados, haja vista que em ambos os casos as vitórias só são possíveis graças ao imperador.

4. Considerações finais

De acordo com S. Thom, (2004, p. 70), no poema 4,4, parece que o momento em que Augusto é descrito como um presente dos deuses para a humanidade a necessidade de sua substituição imediata é evidente. Nesta segunda referência a Augusto a ode 4,4 é impressionante que Augusto é mencionado apenas em termos de sua relação com possíveis sucessores e, especialmente, em termos de sua devoção paternal para o jovem Druso. Além disso, ainda mais surpreendentemente, o poema termina com um panegírico sobre as realizações de Tibério, ressaltando que a mão de Tibério (não a de Augusto) vai realizar todos os feitos. Além disso, é Júpiter, o pai dos deuses, que com o poder benigno garante posição de Tibério. Para o autor, parece, então, como se Augusto é descrito como o "maior presente para a humanidade" é um presente fugaz e um presente passageiro. Isto parece sugerir que Horácio apoie o sistema, mas não para o homem a sua frente (THOM, 2004, p. 70). Entretanto, esquece-se o autor de que tais ações só são possíveis graças a educação dada por Augusto. E aqui a questão da sucessão fica evidente, haja vista que o imperador investe nas virtudes inatas de seu enteado para trazer vitórias militares à Roma.

Na última referência à Augusto nas Odes 4,14, o imperador é nomeado diretamente. Novamente, há louvor extravagante para Augusto implícita na necessidade sentida pelos cidadãos e senadores de Roma para imortalizar seus feitos (THOM, 2004, p. 70). Augusto é chamado de o maior dos príncipes, mas esta referência à sua grandeza não é devido à suas próprias ações, mas para as realizações de Druso e Tibério. Seus atos são especificamente mencionados e são descritos em grandes detalhes. Novamente

S. Thom deixa de mencionar que as vitórias só são possíveis porque Augusto "forneceste as tropas, o plano e teus deuses" aos enteados.

Nesse sentido, ambas as hipóteses estão corretas: Horácio elogia tanto Augusto quanto seus enteados Druso e Tibério, mas acreditamos que a questão maior se encontra no fato de que tais conquistas militares são efetivadas graças ao apoio da *domus* imperial. Dessa forma, para terem suas glórias lembradas, assim como seus antepassados vencedores dos catarginenses, Tibério e Druso devem dar continuidade à casa imperial, devem suceder a *domus augustana*.

REFERÊNCIAS:

DOCUMENTAÇÃO TEXTUAL:

AUGUSTO. *A vida e os feitos do divino Augusto*. Textos de Suetônio e Augusto. Trad. de Matheus Trevizam *et all.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

HORÁCIO. *Odes e Epodos*. Trad. e nota de Bento Prado de Almeida Ferraz; introdução Antônio Medina Rodrigues; org. Anna Lia Amaral de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HORÁCIO. *Obras completas* (Odes, Epodos, Carme Secular, Sátiras e Epístolas). Trad. de Francisco Antônio Picot *et all.* São Paulo: Edições Cultura, 1941.

SUETÔNIO. *Suetoni Vita Horati*: texto latino e tradução. In: Piccolo, Alexandre Prudente. *O Homero de Horácio*: intertexto épico no livro I das Epístolas. (Dissertação Mestrado). Unicamp: Instituto de Estudos da Linguagem, 2009, p. 183-192.

HISTORIOGRAFIA:

BARCHIESI, Alessandro. Learned Eyes: Poets, Viewers, Image Makers. In: GALINSKY, Karl (ed.) *The Cambridge Companion to the Age of Augustus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 281-305.

_____. *Carmina: Odes and Carmen Saeculare*. HARRISON, Stephen. (ed.) *The Cambridge companion to Horace*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 144-164.

BOWDITCH, Phebe Lowell. Horace and Imperial Patronage. In: DAVIS, Gregson (ed.). *A companion to Horace*. Blackwell: Blackwell Publishing, 2010, p. 53-74.

_____. *Horace and the Gift Economy of Patronage*. Berkeley: University of California Press, 2001.

BOWMAN, Alank; CHAMPLIN, Edward; LINTOTT, Andrew (eds.). *The Cambridge Ancient History – Volume X: The Augustan Empire, 43B.C—A.D.6*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

CHARTIER, Roger. *Do palco à página: publicar e ler romances na época moderna (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2002.

COOK, James Wyatt. Odes 4 – Horace. In: *Encyclopedia of Ancient Literature*. New York: Facts On File, 2008.

DAVIS, Gregson (ed.). *A companion to Horace*. Blackwell: Blackwell Publishing, 2010.

DIXON, Suzanne. *The Roman Family*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1992.

EDER, Walter. Augustus and the Power of Tradition. In: GALINSKY, Karl (ed.) *The Cambridge Companion to the Age of Augustus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 13-32.

FARRELL, Joseph. The Augustan Period: 40BC–AD14. In: HARRISON, Stephen (ed.). *A companion to Latin literature*. Blackwell: Blackwell Publishing, 2005, p. 44-57.

FEDELI, Paolo. Il IV libro delle *Odi* di Orazio: poesia o propaganda? In: PEREIRA, M. H. da R.; FERREIRA, J. R.; OLIVEIRA, F. de (Coords.). *Horácio e a sua perenidade*. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2009, p. 71-88.

GALINSKY, Karl (ed.) *The Cambridge Companion to the Age of Augustus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

_____. Introduction. In: GALINSKY, Karl (ed.) *The Cambridge Companion to the Age of Augustus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 1-9.

GOODMAN, Martin. *The Roman World: 44 BC - AD 180*. London: Routledge, 1997.

GRIFFIN, Jasper. Augustan Poetry and Augustanism. In: GALINSKY, Karl (ed.) *The Cambridge Companion to the Age of Augustus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 306-320.

GRIMAL, Pierre. *O século de Augusto*. Lisboa: Edições 70, 1992.

GRUEN, Erich S. Augustus and the Making of the Principate. In: GALINSKY, Karl (ed.) *The Cambridge Companion to the Age of Augustus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 33-54.

HARRISON, Stephen. (ed.) *The Cambridge companion to Horace*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

JOHNSTON, David. *Roman Law in Context*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

LOWRIE, Michèle. Horace: Odes 4. In: DAVIS, Gregson (ed.). *A companion to Horace*. Blackwell: Blackwell Publishing, 2010, p. 210-220.

_____. Horace and Augustus. In: HARRISON, Stephen. (ed.) *The Cambridge companion to Horace*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 77-92.

LINDSAY, Hugh. *Adoption in the Roman World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

McNEILL, Randall L. B. *Horace: Image, Identity, and Audience*. London: The Johns Hopkins University Press, 2001.

MYERS, K. Sara, Imperial Poetry. In: POTTER, David S. *A Companion to the Roman Empire*. Blackwell: Blackwell Publishing, 2006, p. 439-453.

NISBET, R. G. M.; RUDD, Niall. General introduction. In: _____. *A commentary on Horace: Odes book III*. Oxford: Oxford University Press, 2004, p. xix-xxix.

NOGUEIRA, Érico. *A lírica laudatória no livro quarto das Odes de Horácio*. (Dissertação Mestrado). Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2006.

PARKIN, Tim; POMEROY, Arthur J.. *Roman social history: a sourcebook*. London: Routledge, 2007.

PENNA, Heloísa Maria M. M. *Implicações da Métrica nas Odes de Horácio*. (Tese Doutorado) Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2007.

PETIT, Paul. *A paz romana*. São Paulo: Pioneira, 1989.

POTTER, David S. *A Companion to the Roman Empire*. Blackwell: Blackwell Publishing, 2006.

SALLER, Richard P. "Familia, Domus", and the Roman Conception of the Family. *Phoenix*, Vol. 38, No. 4 (Winter, 1984), pp. 336-355.

SHOTTER, David. *Augustus Caesar*. New York: Routledge, 1991.

SILVA, G. V. da. Política, Ideologia e Arte Poética em Roma. *POLITEIA: Hist. e Soc., Vitória da Conquista*, v. 1, n. 1, p. 29-51, 2001.

THOM, S. Horace on Augustus: Fact or Fiction?. In: *Akroterion* 49 (2004) 67-72.

WHITE, Peter. Poets in the New Milieu: Realigning. GALINSKY, Karl (ed.) *The Cambridge Companion to the Age of Augustus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 321-339.

WOOLF, Greg. Inventing Empire in Ancient Rome. In: ALCOCK, Susan E. (ed.) *et alli. Empires*. Cambridge: University Press, 2001, p. 311-322.

GÊNERO E SEXUALIDADE NAS REPRESENTAÇÕES FEMININAS DO JORNAL DAQUI¹

Esdra Basilio

Basilio.esdra@gmail.com

Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Especialista em História Cultural

Mestranda em História

Resumo

Neste artigo nos propomos analisar a representação da mulher no Jornal Daqui, jornal regional da cidade de Goiânia, especificamente na sessão ‘Gente Famosa’. Para tanto, nos valem de autoras tais como: Tereza de Lauretis, Mirian Goldenberg, Tânia Navarro Swain. Autoras que nos ajudam a pensar como o corpo feminino é representado e apropriado pela mídia, vendendo a imagem da mulher-objeto. Nosso trabalho se insere nos estudos de gênero na medida em que buscamos refletir sobre certos dogmas e conceitos estabelecidos através dos papéis destinados a homens e mulheres. A metodologia utilizada foi a análise de três edições do Jornal Daqui dos anos de 2010 e 2012. Entendemos que as imagens das mulheres no Jornal Daqui são exemplos de corpos aprisionados pela ditadura da beleza.

Palavras-Chave: representação, jornal Daqui, corpo.

Abstract

In this paper we propose to analyze the representation of women in the Jornal Daqui, regional newspaper in the city of Goiânia. specifically in the section 'Gente Famosa'. For this, were used authors such as Teresa de Lauretis, Mirian Goldenberg, Tânia Navarro Swain. These authors helps to think about how the female body is represented and appropriated by the media, how the female body it's selling on images of sex object. Our work fits in gender studies as we seek to reflect on certain dogmas and concepts established through the roles for men and women. The methodology used was the analysis of three editions of the Jornal Daqui of the years 2010 and 2012. We understand that the images of women in the Jornal Daqui are examples of bodies imprisoned by the dictatorship of beauty.

Keywords: representation, Jornal Daqui, body.

INTRODUÇÃO

Este texto é parte da minha pesquisa de mestrado na qual busco perceber as imagens das mulheres expostas no *Jornal Daqui*. Tencionamos refletir sobre o corpo feminino através das tecnologias de gênero que aqui entendemos como sendo mecanismos que reforçam ou criam comportamentos e estigmas que atuam no corpo feminino. Para esse trabalho analisamos três edições do *Jornal Daqui* dos anos de 2010 e 2012. Buscamos perceber como as figuras femininas aparecem no *Jornal Daqui*, para tanto, nos valem de autoras que nos ajudam a pensar os feminismos existentes atualmente e como a mídia se apropria da imagem feminina, autoras tais como: Tereza de Lauretis, Mirian Goldenberg, Tania Navarro Swain, Lucia Santaella.

A fonte elegida por nós é o *Jornal Daqui*, jornal regional da cidade de Goiânia que foi criado em 2007 pertence à Organização Jaime Câmara (OJC). O jornal possui formato de tabloide e é voltado para o público das classes “C”, “D” e “E”, é um jornal de publicação diária. (Basilio, 2011). Em suas edições sempre aparecem corpos femininos em destaque na sessão ‘Gente Famosa’. Esta sessão ocupa duas paginas do *Jornal* onde são expostas notícias de famosos, como atrizes e atores hollywoodianos e nacionais, *top models*, artistas que estão em evidência em outros meios de comunicação, também são veiculadas imagens de artistas da televisão, teatro e músicos.

A mulher sempre sofreu um cerceamento do seu corpo antes no passado o corpo feminino era controlado por vestimentas em vários campos da moda, diversos símbolos de controle do corpo foram instituídos pelos discursos (da Igreja, médico, político, jurídico, científico). Compreendemos que a representação da mulher sem dúvida se submetem aos saberes, que reduzem o corpo feminino a um sexo. E também influencia diretamente na construção cultural do corpo. Esse corpo é pensado pela sociedade através dos discursos, que estabelecem a partir daí os modelos de beleza, podemos dizer que o conceito de corpo é historicizável, pois se modifica ao longo do tempo. A antropóloga Mirian Goldenberg pontua que:

Pode se afirmar que o final do século XX e o início do século XXI serão lembrados como o momento em que o culto ao corpo se tornou

uma verdadeira obsessão, transformando-se em um estilo de vida, pelo menos entre as mulheres das camadas médias urbanas. (GOLDENBERG, 2005)

As modelos que aparecem no Jornal Daqui são mulheres que apresentam formas físicas tidas como ideias pela grande mídia que divulgam o ideal de beleza atual onde o ditame é a magreza com curvas, nada de rugas, e cabelos sempre lisos. Percebemos que a imagem feminina trabalhada pela mídia é produzida para o consumo. Entendemos que a mídia é produtora de uma pedagogia visual que segundo Loponte (2002, p.15) “naturaliza e legitima o corpo feminino como objeto de contemplação, tornando esse modo de ver particular como a única ‘verdade’ possível”. Para tanto, com a tecnologia estética e os recursos químicos e físicos é possível fazer um conjunto de interferências no corpo para se tornar atraente visualmente.

Teresa de Lauretis (1994) em seu trabalho ‘A tecnologia de Gênero’ nos apresenta o conceito de Ideologia de gênero, onde a linguagem e o discurso se adéqua aos corpos. A imprensa a mídia produz tecnologias de gênero que constroem nossas identidades, identidades que como frisa Hall (2005) são plurais e se transformam devido às mudanças dos marcadores sociais, como a nossa sexualidade, a classe social à qual o indivíduo está inserido. Entendemos que a mídia é um lugar privilegiado para a produção de identidades individuais e coletivas. Swain salienta que:

O corpo não é apenas discursivamente construído, é objetivado numa escala de valores e atributos que além das identidades, estabelecem seus critérios “verdadeiros”; a “verdadeira mulher”, sedutora, bela, implacável, imagem à qual procuram se identificar milhões de seres marcados no feminino. (SWAIN, 2000, p.70)

Percebemos que a mídia pode ser entendida como uma ‘tecnologia de gênero’, para Swain (2000, p. 58) “as tecnologias de gênero constroem uma realidade feita de representações e auto-representações, cristalizadas em normas sociais. As imagens que as constituem mostram mulheres sedutoras, belas, magras, e, sobretudo mães”. Ou seja, estas representações da mulher no Jornal Daqui são moldadas a partir de estereótipos que se encontram na grande mídia.

Lauretis (1994) pontua que devemos analisar os sujeitos como sendo múltiplos. Para além do marco da diferença sexual, deve se analisar a classe social, o lugar em que se encontram os sujeitos pesquisados. Lauretis (1994) problematiza a questão da sexualidade que é um elemento que constitui nossa identidade, identidade que não é fixa. A autora nos convida a pensar o Gênero, como efeito de uma tecnologia política.

Gênero como representação e como auto-representação, é produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo, e de discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana” (LAURETIS, 1994, p. 208).

A autora explica que o gênero tem a função de estabelecer os papéis femininos e masculinos na sociedade, e que a relação entre tecnologia e gênero pode ser pensada, no momento de mudança onde os papéis são definidos pelos discursos, e se materializam através de sistemas de representações. Nessa perspectiva, Luca (2012, p.446) pontua que “O consumo ocupa lugar estratégico na imprensa feminina como um todo é poucos assuntos são tão onipotentes como o corpo, preocupação compartilhada por todas as publicações, independente do segmento a que se destinem”.

Entende-se que nesse aspecto ocorre um reforço de estereótipos e representações de um corpo dito ideal pela mídia. Percebemos a mídia como um lugar privilegiado de criação, reforço e circulação de representações, que operam na formação de identidades individuais e sociais. Swain (2000, p.51) elucida que “A imagem e os sentidos atribuídos aos corpos não são, portanto, superfícies já existentes, sobre as quais se encastram os papéis e os valores sociais; são ao contrario, uma invenção social”. Bauman no livro Vida para Consumo ilustra as mudanças que o corpo sofreu ao longo do tempo na sociedade:

[...] Citando Nietzsche, Anders sugere que hoje em dia o corpo humano (ou seja, o corpo tal como foi recebido por acidente da natureza) é algo que “deve ser superado” e deixado para trás. O corpo “bruto”, despido de adornos, não reformado e não trabalhado, é algo de que se deve ter vergonha: ofensivo ao olhar, sempre deixando muito a desejar e, acima de tudo, testemunha viva da falência do dever, e talvez a inépcia, ignorância, impotência e falta de habilidade do “eu”. O “corpo nu”, objeto que por motivo de decoro e dignidade do

“proprietário”, hoje em dia não significa, como sugere Anders, “o corpo despido, mas um corpo em que nenhum trabalho foi feito”- um corpo “reificado” de modo insuficiente (BAUMAN, 2008, p.79).

Nesse sentido, buscamos de modo incessante pelo belo somos consumidores/ras de tecnologias da beleza como as intervenções plásticas, as dietas restritivas, os tratamentos estéticos, como enuncia Bauman (2008) para nos tornarmos aceitos dentro dos padrões de beleza que sempre se modificam em dada sociedade. Pensar o corpo feminino como sujeito da história, nos permite fazer alguns apontamentos sobre a naturalização do corpo modelo, padrão na contemporaneidade com tais características: belo, jovem, ágil, vigoroso.

Percebemos que a mídia é uma tecnologia de gênero que cria representações do belo, através de padrões de beleza, produz discursos sobre a beleza, por meio de associações como, por exemplo, se a mulher se esforçar para ser bela ela alcançará a felicidade. Sobre a felicidade, Bauman (2011), esclarece que a busca da felicidade sempre foi uma inclinação humana, percebemos que o discurso midiático utiliza de elementos associativos como a menção a busca da felicidade junto à beleza física, que se o individuo se esforçar para obter uma boa forma física vai conseguir alcançar a felicidade plena. Santaella (2004, p.125) esclarece que “ Nas mídias aquilo que dá suporte às ilusões do eu são, sobretudo, as imagens do corpo, o corpo retificado, fetichizado, modelizado como ideal a ser atingido em consonância com o cumprimento da promessa de uma felicidade sem máculas”, Nesse sentido Santaella concorda com Bauman em relação à associação da busca da felicidade através do corpo perfeito.

[...] As supostas condições de felicidade individual estão sendo deslocadas para longe da esfera supraindividual da Política com p maiúsculo, para o domínio das políticas de vida individuais, postulando como um campo de empreendimentos, sobretudo individuais, no qual os tipos de recursos mais mobilizados, se não aqueles mobilizados com exclusividade, são aqueles individualmente comandados e administrados (BAUMAN, 2011, p.123).

Percebemos que a busca da felicidade atualmente em nossa sociedade moderna tem por característica a sensação de liberdade, que ao modificar o seu próprio corpo seja por intervenções cirúrgicas, seja com exercícios físicos rigorosos, buscam alcançar a

sensação de liberdade, ao poder modificar em certa medida o seu próprio corpo. Nesse sentido, percebemos que as tecnologias de gênero entram em ação neste momento que é o discurso que antecede a ação, por meio de comerciais, revistas, televisão, internet, Jornais como no caso do Jornal Daqui onde os editores do Jornal divulgam uma modelo na capa como estratégia para obter êxito na vendagem do mesmo.

Observamos que a formula utilizada pelo Jornal Daqui não é inovadora e mais uma repetição uma reprodução do que ocorre na grande mídia pelos outros meios de comunicação. O Jornal Daqui se apresenta como uma mercadoria capaz de interessar os seus possíveis consumidores. A diagramação, o projeto gráfico do Jornal é pensado para atrair os consumidores, à distribuição dos elementos gráficos, a linguagem que é utilizada no Jornal é a coloquial, acreditamos que essa linguagem e empregada para facilitar o acesso ao Jornal. Para que o publico alvo seja alcançado. Público que foi pré-definido por pesquisas de mercado que foram realizadas antes do lançamento do mesmo.

A imagem da mulher objetivada utilizada para impulsionar o mercado de vender de produtos como carros, cervejas, produtos e utensílios dos mais variados. A apropriação do corpo feminino pela mídia se da de forma desregrada, não há limites para a criatividade dos publicitários que apelam para a erotização do corpo feminino. Para Camargo (2002, p.13) o corpo veiculado nos meios de comunicação “é uma imagem, texto não verbal que representa um ideal. Um corpo desprovido de significados afetivos”. Nossa sociedade nas palavras de Bauman (2011) tem por característica a imagética, sendo que a aparência física tem importância maior em comparação ao intelecto do individuo.

FOTOGRAFIAS

No propomos a analisar três edições do Jornal Daqui edições do ano de 2010 é 2012. Nossa análise se pauta na perspectiva dos estudos de gênero, ao buscarmos evidenciar como a mídia propositalmente utiliza elementos para erotizar o corpo feminino em questão. Para Ribeiro (1998, p.45) “A indústria publicitária e o comércio da beleza, servem para facilitar a venda de produtos, induzem sempre à mulher a um

confronto contínuo do próprio corpo com o modelo ideal”. Podemos observar que em todas as edições analisadas as modelos aparecem trajando roupas curtas, para valorizar as curvas do corpo, evidenciando a boa forma.

Entendemos que as representações da mulher que aparecem no *Daqui* são pensadas a partir de um olhar masculino. Onde podemos inferir sobre as questões de gênero, quando observamos que sempre nas páginas do *Jornal Daqui* figura uma mulher e nunca um homem, entendemos que a fotografia é produtora de sentidos, na medida em que reforça um olhar masculino sobre o corpo feminino. Nessa perspectiva Loponte (2002) esclarece que: “Aprendemos sobre gênero e sexualidade através das imagens de arte (práticas discursivas que envolvem relações de poder-saber) e dos discursos que se produzem em torno delas”.

As modelos que são representadas na capa do *Jornal Daqui* e na sessão ‘Gente Famosa’ é uma reprodução do que podemos ver em outros meios de comunicação, como em revistas, programas de auditório, novelas. É o corpo que serve de referência para o público que consome esse *Jornal*, é o corpo que a mulher ‘anônima’ que não está em evidência na mídia, almeja alcançar. Nesse sentido Goldenberg (2005, p.75) pontua que “Sob o olhar dos outros, as mulheres se veem obrigadas a experimentar constantemente a distância entre o corpo real, a que estão presas, e o corpo ideal, o qual procura infatigavelmente alcançar”. A imagem da mulher reproduzida no *Jornal Daqui* diz muito sobre os elementos da nossa cultura.

A edição do dia nove de Abril de 2011 a modelo que figura na Sessão ‘Gente famosa’ e a modelo Maria Melilo, que foi ganhadora do programa ‘Big Brother Brasil’. Na reportagem que acompanha a foto é informado que a modelo mantém a boa forma através de muita malhação. Na sessão ‘Gente Famosa’ é exposta uma foto em que a modelo aparece em pose muito sensual se apoiando no chão com os joelhos e as mãos, o cenário é uma grama, ela usa uma sandália preta de salto alto e fino, veste uma calcinha vermelha e uma camiseta vermelha, usa brincos de argola e colar de cor prata.

Na foto a modelo está com os cabelos vermelhos que são compridos e soltos, com um olhar sedutor, na foto fica explícito o papel de mulher-produto alvo do desejo masculino. Entendemos que a representação do corpo feminino, no *Jornal Daqui* tem como objetivo estabelecer um lugar primário da sexualidade e do prazer visual.



Segundo Camargo (2002, p.102) “ o erotismo do corpo- produto é pura aparência, sua relação com o consumidor se constrói a partir do que o outro pode observar e não tocar é visual por excelência”.



(Figura 1, Sessão Gente Famosa, Jornal Daqui,09/04/2012)

A segunda edição que analisamos é a do dia dezessete de Abril de 2010 a modelo que é destaque desta edição é a Ângela Bismarchi. A modelo posou para um ensaio fotográfico na Praia Vermelha que fica no Rio de Janeiro na Urca, na reportagem que acompanha a foto é informado que a modelo é famosa pelo número de cirurgias plásticas que já se submeteu. De acordo com a modelo já foram mais de quarenta cirurgias no total. Na foto que aparece na sessão ‘Gente Famosa’ a modelo esta em pé se apoiando em uma pedra com os braços e as mãos, está com unhas compridas e pintadas de branco, os braços tampam os seios, veste uma saia branca transparente, a modelo possui cabelos compridos, lisos e loiros, no rosto estampa um sorriso e usa maquiagem suave, no pescoço usa um colar de bolinhas azuis e brancas.

Nos chama a atenção do fato da modelo Ângela Bismarchi ter se submetido a mais de quarenta cirurgias. Esse fato demonstra a busca para alcançar a boa forma, para estar dentro dos padrões de beleza. Que por meio das novas tecnologias é possível moldar o corpo é alcançar as medidas tão sonhadas pela maioria das mulheres. E propagadas pela mídia. Mirian Goldenberg em seu artigo ‘Gênero e corpo na cultura brasileira’ nos apresenta dados da Associação Brasileira de Cirurgia Plástica, onde é exposto que a mulher brasileira é a que mais realiza cirurgias plásticas perdendo apenas para as mulheres americanas. De acordo com a associação as principais cirurgias as

quais as mulheres se submetem são: lipoaspiração, operação nas mamas, face, abdômen e nariz. Goldenberg (2005, p. 72) pontua três principais causas que levam uma mulher a se submeter a uma cirurgia plástica que são: “atenuar os efeitos do envelhecimento; corrigir defeitos físicos e esculpir um corpo perfeito”.

Para Santaella (2004, p.29) as tecnologias do âmbito da beleza estão modificando para além da superfície dos corpos, “ Até pouco tempo, era só sua aparência, seus gestos e comportamentos que podiam ser até certo ponto mudados. Os remédios ingeridos e as operações cirúrgicas realizadas visavam apenas recompor o estado supostamente natural do corpo”. Santaella (2004) salienta que essas intervenções no corpo propiciam cada vez mais problemas de ordem psicológica. Percebemos que a modelo Ângela Bismarchi se enquadra perfeitamente nos dados da Associação Brasileira de Cirurgia Plástica. Ao buscar a incessante busca do corpo perfeito, de acordo com a ditadura da beleza.



(Figura 2, Sessão Gente Famosa, Jornal Daqui, 17/04/2010)

A modelo que é destaque na edição do dia 24 de Abril de 2010 se chama Alessandra Ambrósio. Na entrevista que acompanha a foto na sessão ‘Gente Famosa’ E informado que as fotos realizadas para a edição de maio da Revista *Elle* russa. A modelo tem a cor da pele branca, olhos claros são expostas duas fotos da modelo. Na foto menor é mostrada a modelo com um bolo em uma das mãos e com a outra mão ela lambe os dedos, esta usando uma camiseta azul de manga comprida no rosto usa um

batom vermelho e esta sorrindo, o que demonstra felicidade ao comer o bolo. Na foto maior ao lado a modelo aparece de salto alto em pé se exercitando, vestida com uma camiseta branca e um shortinho de cor bege, no rosto está estampada uma expressão de força, de determinação, os cabelos soltos e o cenário dessa segunda foto é uma sala. Nas duas fotos fica clara a relação de sacrifício que a mulher deve se submeter para estar com o corpo em forma, a disciplina é necessária para alcançar o objetivo do corpo idealizado, magro e esbelto. Goldenberg (2005) explica que os distúrbios alimentares como a bulimia e a anorexia tem relação direta com as cobranças da mídia em relação à forma física, é que na internet é propagado ideais tais como: “Ser magra e mais importante do que ser saudável”, “Ser magra é a coisa mais importante que existe”.

Nesse sentido, observamos que há uma extrema preocupação com a beleza corporal. Onde a preocupação em atingir determinado padrão de beleza pode se tornar uma patologia.



(Figura 3, Sessão Gente Famosa, Jornal Daqui, 24/04/2010).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Devemos questionar o corpo feminino propagado como objeto de desejo pela mídia para que o respeito e a igualdade de direitos entre os gêneros seja uma realidade, para tanto Soihet (2008) salienta que a tomada de consciência e muito importante para que aja uma mudança e uma transformação do pensamento é também é imprescindível a reeducação para que a ordem simbólica que compõem os papéis destinados a homens e mulheres seja modificado.

Percebemos que a fotografia apropriada pela publicidade, está carregada de sensualidade, com o intuito de vender produtos dos mais variados, a estratégia utilizada pelo Jornal Daqui de publicar diariamente em todas as edições uma modelo, caracteriza uma estratégia de marketing. Propicia a naturalização de um corpo feminino sem voz, reduzido a um corpo-objeto. Que contribui para a perpetuação dos ditames de beleza, que são associados pela publicidade junto à felicidade e saúde. Entendemos que o discurso dessa tríade beleza, saúde, felicidade é forjado pela mídia. Observamos que esse discurso midiático interfere diretamente no comportamento da mulher em relação ao seu próprio corpo natural, que sempre vai precisar de retoques, seja por meio de intervenções cirúrgicas, seja por exercícios físicos intermináveis. Para Santaella (2004, p.60) As imagens divulgadas pela mídia,

funcionam como miragens de um ideal corporal a ser atingido. É a força desse ideal que estimula o investimento disciplinar necessário à reconstrução do corpo a qual implica musculação, cosmetologia, dietas. Uma vez que as imagens das mídias hipertrofiam a perfeição, através do uso de artifícios das mais diversas ordens, o ideal almejado se prova sempre inalcançável (SANTAELLA, 2004, p.60).

Acredito que é imprescindível que se mude os padrões propagados para se alcançar a felicidade e o corpo perfeito, para além da aparência física, caso contrario a sociedade tende a ficar cada vez mais paranoica e neurótica ao perseguir o modelo de beleza, propiciando assim problemas psíquicos para o individuo. E nas palavras de Bauman (2001) gerando uma insatisfação constante, pois na medida em que é alcançado certo objetivo, já estamos projetando o próximo nossas satisfações são passageiras e voláteis consequentemente gera o sentimento de insatisfação constante, percebemos essas características em relação ao corpo feminino na contemporaneidade.



REFÊRENCIAS

- BASILIO, Esdra. **Jornal Daqui: uma forma de inclusão a leitura?**2011. p.56. Monografia (Graduação) – Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- BAUMAN,Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. **A ética é possível num mundo de consumidores?** Rio de Janeiro:Zahar, 2011.
- CAMARGO, Francisco Carlos; HOFF,Tânia Márcia Cezar. **Erotismo e Mídia**. São Paulo: Expressão & Arte,2002.
- GOLDENBER, Mirian. Gênero e corpo na cultura brasileira. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v.17, n.2, p.65-80, 2005.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós- modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, 10. ed. Rio de Janeiro: DP& A, 2005.
- LAURETIS, Teresa de. A Tecnologia do Gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses: O feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.p.207-242.
- LOPONTE, Luciana Gruppelli. Sexualidades, artes visuais e poder: pedagogias visuais do feminino. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, p.283-300,jun .2002 .
- LUCA, Tania Regina de. Imprensa Feminina. In: PINSKY, Carla Bassanezi; Pedro, Maria Joana. **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.p.447-468.
- RIBEIRO, Zilda Fernandes. **A mulher e seu corpo: Magistério eclesiástico e renovação da ética**. Aparecida,SP: Editora Santuário, 1998.

SANTAELLA, Lucia. **Corpo e comunicação: sintoma da cultura**. São Paulo: Paulus, 2004.

SOIHET, Rachel. Mulheres investigando contra o feminismo: resguardando privilégios ou manifestação de violência simbólica? **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.13, n.24, p.191-207,2008.

EM LUTA PELO “GOZO DA LIBERDADE”: EXPERIÊNCIAS DE MULHERES ESCRAVAS NAS MINAS OITOCENTISTAS

Fabiana Francisca Macena
fabianamacena@yahoo.com.br
Universidade de Brasília
Doutoranda em História
Bolsista do CNPq

Resumo

Nos últimos anos, a historiografia dedicada à escravidão e ao abolicionismo tem ressaltado as estratégias, as lutas, as escolhas, enfim, o protagonismo de escravos e escravas no agenciamento de suas vidas e nas negociações em suas relações com seus proprietários. Nesta direção, o presente trabalho tem por objetivo a análise da experiência de algumas mulheres escravizadas que, em Minas Gerais, na segunda metade do século XIX, utilizaram diferentes estratégias na tentativa de alcançar sua liberdade. Suas histórias chamam a atenção para a diversidade de formas de atuação na luta contra a escravidão, bem como para sua articulação com as lutas políticas do período imperial, entre elas, o abolicionismo.

Palavras-Chave: resistência escrava; mulheres; Minas Gerais

Abstract

In last years, the historiography of the slavery and abolitionism has highlighted strategies, struggles, choices, the agency of male and female slaves and the negotiations in their relationships with their owners. This direction, this paper aims to analyze the experience of some enslaved women, in Minas Gerais, in the second half of the nineteenth century, used different strategies in trying to achieve their freedom. Their stories draw attention to the diversity of action in the struggle against slavery and for their connection with the political struggles of the imperial period, among them, the abolitionism.

Key-Words: slave resistance; women; Minas Gerais.

*Há dous mezes fugio da fazenda de Jatiboca, pertencente ao coronel Domingos José Alves de Souza, uma crioula de nome Josepha, de trinta e tantos á quarenta annos de idade, estatura regular, magra, e voz descansada, levando consigo uma filha ingênua, parda de oito annos; desconfia-se ter se destinado para os lados do Presidio d'Ubá, sedusida por um soldado, com o qual vive em concubinato: oferece-se de gratificação a quantia de cem mil reis á quem a apreender e levar ao dicto seu senhor.
23 de abril de 1880 (A NAÇÃO, 22/05/1880, p.04)*

O anúncio publicado no jornal *A Nação*, de Ouro Preto, província de Minas Gerais, é mais um entre tantos outros que noticiavam a fuga de escravos e escravas durante o oitocentos, tanto em terras mineiras como em outras partes do Império brasileiro. Revela, por um lado, a força da escravidão, sinalizada no apoio de jornais e setores da sociedade à manutenção da propriedade escrava e, por outro, indica a busca constante de escravos e escravas por sua liberdade. Todavia, este mesmo episódio envolvendo Josepha e sua “filha ingenua, parda de oito annos” mostra-nos uma outra dimensão que atravessava as relações escravistas na segunda metade do século XIX: a de sexo/gênero. Afinal, aquela escrava era representada tanto por suas características físicas – magra e de “estatura regular” – quanto por aquelas esperadas de uma mulher cativa, haja vista sua “voz descansada”, que sugeria sua passividade e docilidade. Também fariam parte de seu caráter a fraqueza moral, atributo considerado como “naturalmente” feminino, uma vez que, “sedusida por um soldado, com o qual vive em concubinato”, permanencia fugida juntamente com sua filha fazia “dous mezes”.

Assim, o anúncio publicado por aquele proprietário investe na suposta inferioridade de Josepha tanto pela sua condição de escrava quanto pelo fato de ser mulher, ser inferior porque passível de ser “sedusida” por qualquer promessa. Como tantas outras mulheres, aquela “crioula, [...] de trinta e tantos á quarenta annos de idade” possuiria uma incapacidade “natural” para discernir, agir por conta própria. Afinal,

como define um dos dicionários do século XIX, seduzir era “enganar com arte, para mover a obrar mal, desencaminhar.” (PINTO, 1832, p.972) Seduzida por um soldado, Josepha era vítima, enganada, estimulada ao mal proceder e desencaminhada de suas obrigações e deveres junto ao seu senhor.

Se o anúncio investe na imagem da escrava seduzida e enganada, podemos fazer dele outra leitura. Daquele anúncio emerge uma mulher que se posiciona como agente de sua própria vida, responsável por suas escolhas e decisões, arriscando-se para alcançar a sua liberdade e de sua filha,¹ contando com o apoio de um soldado representado como “sedutor”, mas que o mesmo senhor apresenta como sendo alguém com quem ela vivia “em concubinato”. Diferentemente do que afirmava o proprietário daquela escrava e tantas outras publicações oitocentistas, muitas vezes reforçado e reafirmado pela historiografia, o fragmento acima, publicado no jornal *A Nação*, é emblemático, pois sublinha o protagonismo político de Josepha e tantas outras mulheres escravas na segunda metade do século XIX. Mulheres percebidas, tal como sublinha Solange Rocha, como agentes históricas, sugerindo que

suas trajetórias são mais relevantes do que propunha a historiografia tradicional. Ademais, o desvelamento de suas histórias evidencia não só as dinâmicas sociais da sociedade escravista, como também a diversidade das experiências das mulheres no século XIX e a complexidade da vida de pessoas escravizadas que se caracterizavam por ter uma lógica própria de ação, resultando em múltiplos comportamentos e interação social. (ROCHA, 2012, p.95)

Mais do que meras coadjuvantes, passivas e “seduzidas” por outrem, foram muitas as escravas que atuaram ativamente pela sua liberdade e pela liberdade dos seus

¹ Embora fosse ingênua, ou seja, nascida após a promulgação da lei nº 2040, de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre), que declarava livres os filhos e as filhas de mulheres escravas, a filha de Josepha possivelmente permaneceria sob a tutela do proprietário de sua mãe, vivendo como cativa, uma vez que o § 1.º do art. 1º da citada lei afirmava que “Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mãis, os quaes terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos.” (BRASIL, 1871)

na segunda metade do século XIX em Minas Gerais. Com ela flertaram recorrendo a estratégias diversas para alcançá-la, seja por meio de fugas, como fez Josepha, ou por outros expedientes, particularmente pelo recurso à justiça. Suas histórias, além de indicar a complexidade da vida e das ações de pessoas escravizadas apontam para a importância e impacto de suas estratégias nos rumos da abolição da escravidão. Além disso, como afirmam Marcelo Paixão e Flavio Gomes,

ao contrário do que encontramos no Caribe e nos Estados Unidos, ainda são poucos estudos que tratem da sociabilidade e do cotidiano das escravas, libertas, africanas e crioulas. Nessas outras sociedades, tanto nas africanas como na Diáspora, as mulheres eram conhecidas por sua força e poder espiritual, e elaboraram formas de enfrentamento, contrariando a ideia de que aceitavam a dominação com passividade. (PAIXÃO e GOMES, 2012, p.298).

Em Minas Gerais, elas atuaram de diferentes formas – fugas, petições, recursos à justiça, entre tantas outras – e contribuíram de modo significativo com o esgarçamento e gradual perda de legitimidade da escravidão ao longo da segunda metade do século XIX. Conferir visibilidade historiográfica à atuação destas mulheres exige-nos, portanto, atentar para as práticas de resistências, negociações e de confronto como práticas políticas, por meio das quais muitas escravas conquistaram melhores condições de cativeiro e, no patamar máximo de seus projetos de vida, a almejada liberdade. Vejamos alguns casos.

Assim como Josepha, outras escravas também recorreram à fuga como meio, ainda que provisório, de negociar ou alcançar a liberdade. É o caso de Rita, que na cidade de Ouro Preto, capital da província de Minas, fugiu da casa de sua senhora, D. Clara Ramalha de Mello. Além de seus traços característicos – “cor cabra, magra, baixa, nariz afilado, olhos grandes, dentuça, cabelo corrido” –, o anúncio indica aquela que seria a motivação daquele subterfúgio: a insatisfação por ter sido “ha pouco [...] comprada ao sr. Paulo Castro”. (DIÁRIO DE MINAS, 11/01/1867, p.03). Ou de Porfíria, cativa de José Pinto Ribeiro, da freguesia de Três Corações do Rio Verde, sul de Minas, “idade de 30 annos mais ou menos, bem-feita de corpo, e delgada, de côr bem preta: tem as pernas brancas de queimaduras, entende de todo serviço domestico [...]” (SUL DE MINAS, 12/11/1859, p.04). Também estava fugida havia três meses a escrava



de nome Rosaura, da fazenda da Bachada, freguesia de Forquim, município de Mariana (LIBERAL MINEIRO, 04/08/1882, p.03). Ainda de acordo com o anúncio, constava “ao proprietário da mesma, que é o abaixo assignado, ter essa escrava se alugado em Ouro Preto, dizendo estar no sorteio para ser libertada” (LIBERAL MINEIRO, 26/09/1882, p.04). Situação que, para Rosaura, justificaria alugar seus serviços para quem quisesse e viver como se livre fosse.

Fugas de escravas como Josepha, Rita, Porfíria e Rosaura indicam que, sejam elas “pequenas escapadelas visando ganhos específicos” ou, por outro lado, como “desafios mais radicais” ao próprio sistema escravista, como sugere Eduardo Silva, a fuga “é um ato extremo e sua simples possibilidade marca os limites da dominação, mesmo para o mais acomodado dos escravos e o mais terrível dos senhores, garantindo-lhes espaço para a negociação no conflito” (REIS E SILVA, 1989, p.63). Por outro lado, nos lembram que, mesmo em menor número, as fugas efetuadas por mulheres escravas ocorreram, apesar de muitas vezes minimizadas e/ou menosprezadas pela historiografia.

Além das fugas, outras possibilidades de acesso à liberdade foram mobilizadas. No relatório do presidente da província do ano de 1859, entre os crimes e fatos notáveis ocorridos em Minas Gerais, encontramos a escrava Catharina. Sua história lembra a de muitos outros cativos que, com a extinção do tráfico atlântico em 1850, foram negociados no tráfico interprovincial. Propriedade de Antonio de Oliveira Santos, residente na província do Rio de Janeiro, Catharina foi vendida para Manoel Simões da Silva, também morador daquela província. Em novembro de 1858, aquela escrava sofreria, mais uma vez, com as incertezas de uma nova transferência de proprietário. Desta vez, fora vendida ao negociante Manoel de Barros Freitas Drumond, da cidade de Itabira, província de Minas Gerais.

Porém, a partir deste momento, a história de Catharina se diferencia de outras tantas histórias do tráfico interno e passa a figurar entre os “fatos notáveis”, dignos de referência naquele relatório. Conta-nos o presidente Joaquim Delfino Ribeiro da Luz que, ao realizar o negócio e regressar para a sua residência em Itabira, Manoel Drumond precisou se explicar sobre sua nova aquisição. De acordo com as informações oferecidas às autoridades, aquele negociante afirmou que, em conversa com a escrava:

declarou-lhe a rapariga chamar-se Catharina Maria Pinto Pereira, ser natural do Rio de Janeiro, filha do 1º vendedor Oliveira Santos, e de uma preta africana, sua escrava, accressentando que fôra batizada com o nome de Ambrozina, o qual mudára ao chrismar-se; que frequentára bailes e theatros em Paris, onde fora educada em collegio, que sabe ler, escrever, muzica, dança, tocar piano, bordar a fio de prata e de ouro fazer com perfeição tecidos de lã, fallar francez e hespanhol; finalmente que seu pai lhe rasgara a carta de liberdade, e a vendera em desgosto por haver ella escripto uma carta amorosa, com que deparára. Ao passar Drumond pela povoação da Ponte Nova, Municipio de Marianna, José Maria da Silveira, em cuja casa se hospedou, sabendo destas circunstancias denunciou-as ao respectivo Subdelegado, e este ao do Districto do Anta, para onde seguira Drumond. Em consequencia foi a rapariga legalmente depositada em poder de Ignácio Bartholomeu Pereira, em quanto se trata de verificar sua condição. (RELATORIO, 1859, p. A1-63)

Como outros tantos escravos e escravas, Catharina seria fruto do relacionamento entre um senhor de escravos e uma “preta africana, sua escrava”. E nestes casos, como definiu Perdigão Malheiro, a jurisdição brasileira acompanhava o direito romano, tendo como princípio “*partus sequitur ventrem*”, ou seja, “por fôrma que – o filho da escrava nasce escravo –; pouco importando que o pai seja livre ou escravo”. (MALHEIRO, 1866, p.41. Grifos no original). Catharina não fugia a esta regra e tornava-se difícil sustentar sua liberdade alegando ser filha de um homem livre. No entanto, em sua defesa, argumentava que, embora reconhecesse que havia nascido cativa, havia obtido carta de liberdade e vivia como se livre nascesse. Prova disso seria o acesso aos bailes, teatros, à instrução em Paris, o domínio de outros idiomas, bem como habilidades como a dança, a música e os trabalhos manuais. Elementos que indicariam, não apenas o seu parentesco com Oliveira Santos, mas também seu acesso a uma educação esmerada, dedicada às mulheres ricas e livres (MUNIZ, 2001/2002).

Ao relacionar os inúmeros atributos que possuía, como falar o francês, tocar piano, ler, escrever e bordar, Catharina destacava sua singular posição de filha bastarda, mas bem educada, possuidora de inúmeros dotes de moça prendada, isto é, preparada para conviver de maneira polida e distinta. Além disso, Catharina teria se beneficiado, até aquele momento, dos cuidados de um pai atento. Tamanho zelo justificaria,

inclusive, a inexistência de sua carta de liberdade, que fora rasgada “por haver ella escripto uma carta amoroza, com que deparára” e sua posterior venda. Por ser criada e educada como filha de um rico proprietário, e tratada como mulher livre, não haveria motivos, portanto, para sua venda. Ou seja, Catharina lançava dúvida sobre a transação comercial na qual havia sido objeto, invocando, ao seu favor, a existência do crime de redução de pessoa livre à escravidão. Não por acaso, José Maria da Silveira, proprietário da casa onde Catharina e Manoel Drumond se hospedaram, no município de Ponte Nova, denunciou o caso ao subdelegado de polícia. Diante da suspeita, era preciso verificar sua condição e, para isso,

Drumond fez ao Dr. Chefe de Policia uma exposição contendo todas as circunstancias acima mencionadas, e o dito Dr. Chefe de Policia, dirigio-se, immediatamente ao da Corte requisitando os exames e averiguações necessarias para o descobrimento da verdade.

Não consta ainda oficialmente o resultado dessas diligencias, mas o Correio Oficial de Minas N° 201 do mez de Dezembro transcreveo do Jornal do Commercio uma declaração feita por Antonio de Oliveira Santos primeiro vendedor da dita rapariga, em vista da qual parece que a narração de Catharina não passa de engenhosa invenção. (RELATORIO, 1859, p. A1-63)

Independente do desfecho do caso e da veracidade do relato de Catharina, sua história é emblemática por sublinhar a diversidade de estratégias encontradas por escravas na tentativa de alcançar e/ou assegurar sua liberdade. Sinaliza para o perigo constante do processo de reescravização e, por outro lado, a astúcia empreendida em seus projetos de liberdade, bem como o conhecimento dos códigos possíveis e disponíveis, a serem utilizados nessa tarefa, inclusive os da “engenhosa invenção”. Tal modo de agir nos remete às considerações de João José Reis e Eduardo Silva, para quem escravos e escravas “forcejava[m] os limites da escravidão em negociações sem fim, às vezes bem, às vezes malsucedidas.” (REIS e SILVA, 1989, p.07). Encontraram espaços de barganha, ao mesmo tempo em que entraram em conflito com a autoridade senhorial; enfim, “desenvolveram uma fina malícia pessoal, uma desconcertante ousadia cultural, uma visão de mundo aberta ao novo.” (REIS e SILVA, 1989, p.33).

Engenhosidade também percebida no recurso aos expedientes formais, como o apelo às autoridades. Foi esta, por exemplo, a atitude da escrava Rita, que optou por recorrer ao chefe de polícia da província, por meio da escrita, para que intercedesse junto ao seu senhor:

Ill^{mo}. e Ex^{mo}. Sñr. Dr. Chefe de Policia

Ante V. Ex^a. se arrasta a seus pés a infeliz escrava de nome Rita pertencente ao carrasco Francisco de Assis Marcondes, que não [trebita] a todas as horas, em fazer-lhe castigos, como seja palmatória, chicote/bofetadas! E mesmo passando a infeliz aliás sem comer! Ex^{mo}. Sñr. para V. Ex^a. saber quem é meo senhor mande que o Subdelegado de Policia proceda auto de corpo de delicto nos meus ferimentos.

Se V. Ex^a. não der providencias, afim de que não sofra mais castigos, prometo-lhe atirar-me no rio, ou envenenar-me e meus filhos ficarão ao desamparo porque a justiça não tomou providencias alguma!

A alma de Joze Bonifácio, que pede justiça, pelos desgraçados escravizados e uma filha do carrasco Marcondes.

[ilegível] 20 de Dezembro de 86 (APM. POL 1/5, cx. 01, doc. n° 40. Grifos no original)

O recurso ao chefe de polícia se fazia necessário porque, para Rita, haveria abusos nos castigos a ela aplicados pelo seu proprietário. O “carrasco Marcondes” não hesitava em aplicar-lhe, “todas as horas” castigos que, em sua opinião, eram exagerados, além de deixar “a infeliz aliás sem comer”. Por isso, recorria àquela autoridade, representante do poder judiciário, para reprimir tais abusos. Nesse sentido, solicitava à autoridade providências para a realização de um auto de corpo de delito para as medidas cabíveis dentro da lei, para que não sofresse mais castigos. Esperava ter seu pedido atendido. Contudo, caso isto não ocorresse, Rita ameaçava “atirar-me no rio, ou envenenar-me”, deixando órfãos seus filhos. Preferia a morte a ter que sofrer severos castigos e evocava a memória de José Bonifácio, “que pede justiça, pelos desgraçados escravizados”.

Embora possa se questionar se a correspondência foi mesmo escrita pela escrava, não se pode negar o conhecimento que ela tinha dos códigos e caminhos possíveis para que sua solicitação obtivesse êxito. Rita tinha clareza de que os excessos cometidos por Francisco de Assis Marcondes eram legalmente proibidos em nome da

integridade física dos escravos e escravas e, por essa razão, recorria à justiça para que seu “carrasco” encerrasse tais abusos contra sua pessoa. Por certo, a escrava compartilhava a concepção generalizada de “cativeiro justo” que, como sugere Hebe Mattos, com a extinção do tráfico africano em 1850 e a generalização do tráfico interprovincial, fora elaborada a partir da troca de experiências entre os cativos. (MATTOS, 1997, p.156). Tal noção abria espaço para a negociação entre escravos e senhores sobre o que consideravam justo e costumeiro, acarretando mudanças na instituição da escravidão.

O pedido de Rita transcende as porteiras da fazenda, o espaço privado e chega à capital da província, com o claro objetivo de que a Justiça interferisse em relações que, anteriormente, eram consideradas como exclusivamente do âmbito do domínio privado. Ao recorrer ao chefe de polícia, Rita questiona frontal e formalmente o poder senhorial. Buscava a intervenção pública em questões privadas, indicando “a quebra institucional de um dos principais pilares da escravidão, o exercício pleno de domínio senhorial.” (AZEVEDO, 2010, p.45).

Ao tornar pública suas demanda, recorrendo ao chefe de polícia, Rita contribuíra, assim como outros escravos e escravas que recorreram à Justiça, tanto para a intromissão do poder público em assuntos de natureza jurídica privada, como para o enfraquecimento das relações escravistas e esgarçamento de sua legitimidade. Fica evidente na carta seu entendimento da Justiça como instituição insuspeita e última para a resolução de seu problema. Tais ações revelam, como argumenta Keila Grinberg, que “para eles, o Estado era encarado como detentor do poder de fazer valer os direitos que consideravam possuir”. (GRINBERG, 2006, p.123).

Se Rita recorrera ao chefe de polícia na tentativa de minimizar seu sofrimento no cativeiro, defendendo “os direitos que considerava possuir”, outras cativas procuraram defender seus “direitos” por meio de outros expedientes legais. Em maio de 1875, em Diamantina, norte da província de Minas Gerais, Maria, escrava de Tertuliano Augusto de Mattos, recorreu à justiça para ter o valor de sua alforria arbitrado. De acordo com a petição, assinada “arogo de Maria crioula”, pelo advogado Pedro Maria da Silva, a escrava afirmava que

tendo obtido permissão de seo Senhor para [agenciar] esmolla para sua liberdade, como prova a licença junta, incorreo por isso no desagrado de sua Senhora e esposa de Seo Senhor, a qual hontem pretendeo castigal'a por ter sahido naquelle intuito apesar de ter previamente participado a senhor [sic].

Em taes condições não pode a Supp^e tratar de sua alforria livre de constrangimento, e por isso como requer a V. Ex^a a bem de seo direito se [dessem] nomear-lhe um depositario e curador. (BAT. Cartório do 1º ofício, 1875. Maço 150-A. fl.3)

Maria e o advogado Pedro Maria da Silva recorriam, assim, ao disposto na lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, também conhecida como lei do Ventre Livre. Em seu artigo 4º era garantido aos escravos e às escravas “a formação de um peculio com o que lhe provier de doações, legados e heranças, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias” (BRASIL, 1871). Pela mesma lei, afiançava-se àqueles que reunissem o valor necessário para indenizar seus proprietários o direito à alforria. Conforme o disposto em lei, Maria procurava formar seu pecúlio para sua alforria e, para isso, necessitava do consentimento de seu senhor. “A pedido da mesma”, em 15 de maio de 1875 obteve a autorização por parte de Tertuliano Augusto de Mattos para “[agenciar] esmolla para sua liberdade” . (BAT. Cartório do 1º ofício, 1875. Maço 150-A. fl.5). De posse de sua licença, Maria arrecadou recursos até o momento em que isso desagradou sua senhora que “pretendeo castigal'a por ter sahido naquelle intuito apesar de ter previamente participado a senhor.” Diante do empecilho, decidida a se livrar do “constrangimento” e alcançar sua alforria, Maria peticionava,

tendo a Supp^e ja obtido um peculio de R719.500 que deve ser suficiente para resgate do valor da Supp^e, digne-se V. Ex^{cia} mandar lavrar termo de exhibição d'aquella quantia sendo 675.000 constando do recibo junto firmado por seo proprio senhor e 44.500 em dinheiro, recolhendo-se tudo a Collectoria d'esta Cidade seu deposito; e não se effectuando o accordo recommendado pelo art.84 do Decreto nº 5135 de 1872, [ilegível] V. Ex^{cia} mandar citar com *prura vênia* seo senhor dito Tertuliano para na audiencia marcada por V. Ex^{cia} vir normar e approvar [...] o valor da Supp^e . [...]

(BAT. Cartório do 1º ofício, 1875. Maço 150-A. fls.3-4)

Maria optou, portanto, por resolver o impasse por meios legais. Ao recorrer à justiça, esperava ter o valor de sua alforria fixada e, desta forma, alcançar definitivamente à liberdade. Como exposto § 2º do artigo 4º da lei do Ventre Livre, se “a indenização não fôr fixada por accôrdo, o será por arbitramento. Nas vendas judiciais ou nos inventarios o preço da alforria será o da avaliação” (BRASIL, 1871). Após ser depositada e apresentar o pecúlio reunido por meio de esmolas, Maria teve seu valor arbitrado e, no dia 03 de junho de 1875, teve sua liberdade reconhecida.

Chama a atenção neste caso o empenho daquela escrava em alcançar sua liberdade e o conhecimento que possuía dos recursos disponíveis para tal. Maria mostrava que tinha clareza do que fazer para assegurar, sem impedimentos e constrangimentos, sua alforria definitiva. Se em um primeiro momento optou pela negociação, ao conseguir a necessária permissão para pedir esmolas, comunicar suas ausências ao seu senhor e tentar convencer sua senhora da necessidade destas, Maria escolheu outras estratégias ao ver esgotados os meios de negociação. Acionou a justiça, “a bem de seu direito”, na tentativa de garantir sua tão sonhada alforria.

Ações persistentes e obstinadas como a dessa “crioula” contribuíram, como sugere Sidney Chalhoub, para a “falência de uma certa política de domínio.” (CHALHOUB, 1990, p.99). Para aquele historiador, a alforria se constituía como um dos “pilares da política de controle social na escravidão”, prerrogativa senhorial por excelência. Assim, “cada cativo sabia perfeitamente que, excluídas as fugas e outras formas radicais de resistência, sua esperança de liberdade estava contida no relacionamento que mantivesse com seu senhor particular.” (CHALHOUB, 1990, p.99-100). Ao acionar a justiça, utilizando-se do que era disposto pela lei do Ventre Livre, escravos e escravas como Maria questionaram tal prerrogativa senhorial e desferiram um duro golpe sobre uma das principais bases do regime escravista.

Fugas, recurso à justiça e às autoridades provinciais foram alguns dos caminhos possíveis, encontrados por Josephas, Marias, Ritas e tantas outras mulheres em busca da tão almejada liberdade. Estratégias que, embora nem sempre bem sucedidas em seus alvos imediatos, contribuíram com o rompimento da dominação cotidiana e com o enfraquecimento do regime escravista e posterior abolição da escravidão. Embora ainda



silenciadas pela historiografia, é evidente a dimensão política das experiências destas mulheres escravizadas em prol da liberdade, seja “por meio de pequenos atos de desobediência, manipulação pessoal e autonomia cultural.” (REIS e SILVA, 1989: 32) até a mobilização dos recursos necessários para lutar por seus “direitos” nos tribunais das Minas oitocentistas. Mulheres que traçaram seus próprios caminhos na luta “pelo gozo” da liberdade.

FONTES

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *O Sul de Minas*. Cidade da Campanha, 12 de novembro de 1859. Anno I, nº17. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>> Acesso em 29 set. 2013.

_____. *Diário de Minas*. Ouro Preto, 11 de janeiro de 1867. Anno I, nº 161. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>> Acesso em 26 set. 2013

_____. *A Nação*: órgão conservador. Ouro Preto, 22 de maio de 1880. Anno I, nº 17. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>> Acesso em 24 set. 2013

_____. *Gazeta Mineira*. S. João d’El-Rei, 29 de Janeiro de 1887. anno IV, nº 179. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>> Acesso em 29 set. 2013

BIBLIOTECA ANTÔNIO TORRES. Cartório do 1º ofício. Liberdade de escravos – Maria crioula, 1875. Maço 150-A. 44

BRASIL. Lei nº 2040, de 28 de setembro de 1871. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nasceram desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-2040-28-setembro-1871-538828-publicacaooriginal-35591-pl.html>> Acesso em: 27 set. 2013.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *A escravidão no Brasil*: ensaio histórico-jurídico-social. Parte 1ª. : Jurídica – Direito sobre os escravos e libertos. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da lingua brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <

<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/02254100#page/2/mode/2up>> Acesso em: 27 set. 2013.

RELATORIO que o Dr. Manoel do Nascimento Machado Portella apresentou ao 1º Vice-Presidente da província, Dr. Antonio Teixeira de Souza Magalhães ao lhe passar o cargo em 13 de abril de 1886. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais> Acesso em 24 set. 2013

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GRINBERG, Keila. Reescravização, direitos e justiça no Brasil do século XIX. In: LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs.). *Direitos e justiça no Brasil*. Campinas: Editora UNICAMP, 2006.

MATTOS, Hebe Maria. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). *História da vida privada no Brasil*. Império - a corte e a modernidade nacional. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. O tom do “Bom-tom”: os manuais de civilidade e a construção das diferenças. *Caderno Espaço Feminino*. Vol.09, n.10/11. 2001/2002.

PAIXÃO, Marcelo e GOMES, Flavio. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto e GOMES, Flávio (orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ROCHA, Solange P. Mulheres escravizadas na Paraíba oitocentista: trabalho, contradições e lutas pela liberdade. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto e GOMES, Flávio (orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012.

O LIXÃO NO CINEMA BRASILEIRO: O LUGAR DA INVISIBILIDADE

Fahya Kury Cassins
fahya@ig.com.br

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
Mestranda
Bolsista CAPES

Resumo

A busca pelo povo brasileiro é uma das temáticas presente na história do cinema brasileiro. Nas décadas de 1990 a 2010 o lixão foi o lugar onde alguns documentaristas encontraram brasileiros invisíveis na sociedade e no cinema. Tendo como base os documentários *Boca de Lixo* (Eduardo Coutinho, 1992), *Estamira* (Marcos Prado, 2005) e *Lixo Extraordinário* (João Jardim, Karen Harley e Lucy Walker, 2010), procura-se encontrar a intersecção entre cinema e história para formular uma “estética do lixo” que encontra nos personagens do lixão pessoas que usam do seu discurso para reafirmar sua posição social. Para este espaço e estas pessoas receberem legitimização diante da sociedade é preciso que sejam vistos, ouvidos e pensados. Assim como foi com o sertão e com a favela no imaginário social e nas imagens do cinema.

Palavras-chave: Documentários – Lixão – História do Cinema

Abstract

The search for the Brazilian people is one of the themes present in the history of Brazilian cinema. In the decades from 1990 to 2010 was the dump where some filmmakers found Brazilians invisible in society and in the movies. Based on the documentary *Boca de Lixo* (Eduardo Coutinho, 1992), *Estamira* (Marcos Prado, 2005) and *Lixo Extraordinário* (João Jardim, Karen Harley and Lucy Walker, 2010), seeks to find the intersection between cinema and history to formulate an "aesthetic of garbage" that finds the characters of the people who use the dump his speech to reaffirm their social position. To this place and these people receive legitimization in society they need to be seen, heard and thought. As it was with the hinterland and the favela in the social imagination and the images of the film.

Key-words: documentaries – dump – movies history

Ao iniciar a pesquisa, no campo da História, acerca da presença de um “brasileiro” no cinema nacional, encontrando-o caracterizado de diversas formas e, principalmente, situado em determinados espaços geográficos, percebi uma tensão. Afinal, como estudar o cinema, as obras cinematográficas, na História?

A tensão se deu quando defini que três documentários das décadas de 1990 a 2010 enquadravam-se na pesquisa como realização de alguns postulados presentes na história do cinema brasileiro. Pois, assim determinado, qual deveria ser a forma de abordar os documentários na pesquisa? Documentários que se delimitavam a tratar de pessoas que moravam em lixões nos grandes centros urbanos do país. Abriram-se, então, algumas vias de abordagem: a questão central, o lixão como espaço de articulação social e humana e sua iminente extinção no Brasil; o lixo, sua história, sua relação com o consumo, com a sociedade, com as pessoas e entidades governamentais; por se tratar de obras audiovisuais, uma possível “estética do lixo”, somando às outras estéticas do cinema brasileiro; o possível efeito que as obras podem causar na sociedade; e, por fim, mas não menos importante, as pessoas que trabalham e vivem do lixo, sua presença no mundo.

Numa pesquisa que pretendesse abordar um espaço dinâmico e de tal importância, apesar da sua invisibilidade, nenhuma dessas questões poderia deixar de ser abordada. Assim, ao trabalhar o cinema no campo do fazer historiográfico, percebi que as obras abrangem várias facetas de pesquisa e é fácil perder-se no caminho. Foi preciso, então, delimitar quais aspectos da obra traduziam com mais afinidade as questões inicialmente levantadas pela pesquisa.

Encontrar no cinema fonte para uma pesquisa histórica contemporânea é um desafio. Os trabalhos inaugurais sobre este caminho apontavam para questões básicas como, por exemplo, a relação da interpretação de filmes históricos. Nesta pesquisa sugere-se analisar uma característica do cinema brasileiro que surgiu nas décadas após a Segunda Guerra mas que só veio a ser contemplado de forma mais ampla a partir da década de 1990.

Inicialmente, a pesquisa não existiria sem a possibilidade da transdisciplinaridade. A relação inicial se dá pela possibilidade da História abordar o

cinema não apenas como exemplificação ou ilustração mas preocupar-se com ele como um objeto que pode ser problematizado dentro do fazer e pensar histórico. Tradicionalmente houve uma dificuldade geral de inserção do audiovisual e do cinema na universidade.

Os estudos atuais sobre a utilização de fontes audiovisuais na pesquisa histórica abarcam de forma mais abrangente, porém ainda não completa, as questões metodológicas e seus problemas inerentes. Decidiu-se pelas obras audiovisuais como objetos de estudo, justificada essa escolha que se explica por sua importância, assim,

A partir de uma fonte fílmica, e a partir da análise dos discursos e práticas cinematográficas relacionados aos diversos contextos contemporâneos, os historiadores e outros estudiosos do campo da Comunicação podem apreender de uma nova perspectiva a própria história do século XX e da contemporaneidade, para além de estudar mais especificamente a história de uma nova forma de expressão que é muito característica do mundo moderno e que envolve uma complexa linguagem que lida com diferenciadas dimensões discursivas. (BARROS, 2006)

Como destaca Mônica Kornis (2008), a quantidade de comentários e a relevância que se dá ao estudo do audiovisual não alcança, ainda, a complexidade e os desafios do seu estudo diante da sua interdisciplinaridade. É impossível não lembrar de Marc Ferro ao levantar a relação cinema e história, e é preciso atentar para as discussões acerca da linguagem cinematográfica.

Se, por um lado, é preciso atentar para os estudos da linguagem cinematográfica, a relação entre cinema e a História do Tempo Presente é bem próxima, como mostra Michèle Lagny (2012). As relações são bastante similares como a questão de registro do tempo no presente em que é filmado e que torna-se um passado ao ser assistido, mostrando a história enquanto ela é feita. O próprio interesse da História pelo cinema como fonte ocorre na afirmação da história do tempo presente, fonte que deve ser cuidadosamente utilizada e é de grande valor documental. Assim, também, o tempo é conceito fundamental para a análise do cinema como fonte tanto quanto para a história do tempo presente ao ter como autores seus contemporâneos.

Graças a suas capacidades narrativas e discursivas ligadas à montagem, o filme participa diretamente da invenção de uma forma de história audiovisual, construindo relatos e análises históricas de momentos cuja memória ainda está viva entre espectadores e autores. Ele permitiu, ao longo do século XX, particularmente após o choque da Segunda Guerra Mundial, prefigurar esta história do tempo presente que os historiadores refinaram depois. (LAGNY, 2012, p. 30)

Percebe-se que diante do filme como fonte os cuidados para efetuar sua análise são muitos. De modo geral, sem distanciar-se muito dos teóricos da análise fílmica (AUMONT, 1995), deve-se esquadrihá-lo dentro do seu período histórico, político e social sem deixar passar quais os protagonistas da sua realização (entre roteiristas, diretores, produtores e também críticos) e quais os mecanismos da linguagem¹ que pressupõem os efeitos desejados (e se eles foram, de fato, alcançados).

Uma análise crítica das fontes contrapostas às obras de ensaio e crítica cinematográfica torna-se, então, fundamental. “Todos estes tipos de fontes podem ser trabalhados pelos historiadores em conexão com fontes fílmicas propriamente ditas, apenas para considerar os textos de autoria dos próprios produtores diretos de filmes” (BARROS, 2006, p.09), isso justifica o fato de estarem sob investigação as ideias que constituem o filme também por fora dele, pelo seu momento de produção/distribuição/exibição. A análise se dá necessariamente como multidisciplinar e pluridiscursiva, por uma característica especial do estudar cinema e história. Na teoria é essencial um contexto bibliográfico que leve em conta esta pluralidade do objeto/fonte, pois

Assim, em torno do filme que se toma para análise, há que se considerar o *autor*, o sistema de *produção* que o consubstancia, o *público* a quem se dirige e que reprocessa diversificadas leituras do filme consumido, a *crítica* que o avalia de um ponto de vista menos ou mais especializado, e o *regime de sociedade e poder* que constringe ou delimita as possibilidades de elaboração deste filme. (BARROS, 2006, p.13)

¹ A montagem, os enquadramentos, os atores, o aspecto dramático, o refinamento artístico da direção de arte, dentre outros. “Portanto é necessário fazer a análise interna do documento, da construção dos planos, bem como da montagem e das regras narrativas utilizadas durante o relato.” Lagny, op. Cit.



Bernardet (2009), ao escrever um livro sobre História do Cinema Brasileiro sob encomenda² registrou uma percepção valorosa para toda a pesquisa vindoura na área e em conexão com as ideias da época sobre os estudos interdisciplinares. Suas colocações criam o laço entre uma história feita no presente, o uso do cinema como fonte e a interpretação de uma realidade ou um povo:

Mesmo rejeitando o cinema brasileiro, ou aceitando-o na medida em que ele se igualaria às melhores produções estrangeiras ou receba a chancela metropolitana, esse público, queira ou não, perceba ou não, relaciona-se com os filmes brasileiros de modo completamente diferente, porque eles falam da realidade social e cultural em que vive este público. Não necessariamente por oferecer um ponto de vista crítico sobre essa realidade; mesmo quando tentativa de imitação da produção estrangeira, mesmo quando a realidade brasileira apresentada pelo filme está obviamente deturpada, esse filme oferece uma determinada imagem dessa sociedade. (BERNARDET, 2009, p.05)

É ainda mais próximo desta realidade, desta busca pela história, que o documentário brasileiro ganha seus contornos. No seu início muito vinculado ao que se fazia no exterior e às produções do “cinema-verdade/direto” e também, aqui, vinculado a órgãos politizados e do governo, o documentário ganhará visibilidade e vida própria ao acompanhar o desenvolvimento da tecnologia e incorporar o vídeo, pois sua chance de aproximação com a realidade e mobilidade é maior e mais viável. Na década de 1960, ele vai voltar os olhos para o subdesenvolvimento e a desigualdade social (GONÇALVES, 2006, p.06).

O cinema, contudo, tem esta característica de despertar e de ser objeto de estudo de outras áreas. Sendo, portanto, também um objeto de pesquisa para os historiadores como linguagem e como manifestação de identidades, políticas e culturas. Pois, como alguns historiadores defendem, os filmes de ficção dialogam e se comunicam com o tempo presente, com suas tensões e lutas, com as desilusões e crenças do povo num sentido diferente da “história oficial”. Segundo José D’Assunção Barros (2006), o

² O texto foi encomendado por Guy Hennebelle e Alfonso Gumucio-Dragon, mas não foi aceito para publicação. Ver nota do autor. **Cinema Brasileiro: Propostas para uma História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

cinema

é ele mesmo ‘agente da História’, no sentido de que interfere ou tem interferido direta ou indiretamente na própria História Contemporânea. Por outro lado, o Cinema também é interferido todo o tempo pela História, que o determina nos seus múltiplos aspectos”. E continua “o cinema é ‘produto da História’ – e, como todo produto, um excelente meio para a observação do ‘lugar que o produz’, isto é, a Sociedade que o contextualiza, que define a sua própria linguagem possível, que estabelece e delimita os seus fazeres, que institui as suas temáticas.

“Na França, por exemplo, fez sucesso o neo-realismo italiano, filmes de Fassbinder e Woody Allen que nos seus próprios países estão longe de serem os mais populares. Será que é porque eles descrevem com crueldade e humor as taras de suas próprias sociedades?” (FERRO, 2004, p. 3).

Marc Ferro ainda é o nome referência para discutir a relação entre cinema e história. O questionamento que ele faz é tão pertinente quanto já aponta a resposta. Tema frequente tanto no cinema quanto na História, a “verdade” é objeto de diversas batalhas e dúvidas. A verdade contida no neorealismo italiano, nos filmes de Fassbinder e de Woody Allen seria tão repulsiva aos seus compatriotas por ser, justamente, a verdade?

Se ambos buscam a verdade não é de se estranhar uma relação tão próxima, mas também tão tortuosa. O cinema, da parte dele, tem a História presente nos seus filmes desde os primórdios, para além de uma testemunha do seu tempo, ele sempre utilizou-se da representação histórica, de enredos de época e de dramas históricos. O cinema recontou fatos históricos para gerações que distanciavam-se dos fatos tanto quanto o próprio cinema, mas também eternizou momentos históricos seus contemporâneos através das imagens. Profundamente ligado com a História no seu fluxo contínuo, construindo uma verdade que ele representa.

A História, por seu lado, viveu muito tempo afastada do cinema. Por rebeldia ou simples falta de conhecimento de como abordar um meio que surgiu nela mesma e que sempre utilizou-se dela, demorou um bom tempo para que os historiadores se ocupassem do estudo do cinema e de como ele pode ser introduzido nos estudos da

História. Contudo, uma parcela do passado constituiu-se nas imagens cinematográficas e, assim, a História se viu obrigada a voltar seus olhos para o cinema.

A princípio poderia ser somente uma análise do rigor histórico das obras “de época”. Mas isto parecia pouco para os historiadores diante do cinema, “estando entendido que a história não é simplesmente o conhecimento do passado, mas a relação deste passado com nosso tempo, a análise das continuidades e rupturas” (FERRO, 2004, p. 4) e assim foi possível abordar as obras cinematográficas mais detidamente no que elas poderiam dizer da época que retratavam e, principalmente, da época em que foram feitas.

Mais próxima ainda é a relação da História do Tempo Presente com o cinema. Não é possível, inicialmente, falar em tempo sem prejudicar uma definição imutável. A noção de tempo, mesmo empiricamente, toma diferentes significações. Na escrita da História, o que vai constituir o tempo é a sua abordagem historiográfica. Para falar de um determinado período ou objeto, faz-se essencial posicionar-se no seu – de quem fala – próprio tempo e lugar. Esta noção temporal será determinada por vários fatores, dentre eles a sociedade da qual o indivíduo faz parte.

“Só podemos historicizar aquilo que deixou rastros de sua produção pelo homem, em dado momento e espaço.” (ALBUQUERQUE, 2007, p.64) Durval nos dá importantes elementos para pensar o tempo como categoria, que se firma na relação entre os objetos. O tempo, portanto, será sujeito histórico e a experiência o seu agente. A relação do tempo com a escolha do recorte temporal está ligada diretamente à intenção do historiador. Para o historiador do tempo presente, é necessário que se opte por categorias e que se explicita isso. Diante disso, o fato não será reversível, mas o acontecimento sim.

Pensar o cinema das décadas de 1950/60 no Brasil sob a perspectiva dos filmes que se classificam como pertencentes ao processo do Cinema Novo como iniciadores de uma ação de localizar relações sociais nas imagens, pretendendo que isso antes não acontecia, e que isso é que trará, anos depois (a partir da década de 1990), a possibilidade de, amparado nos avanços tecnológicos e sociais, que estas relações sociais sejam ainda mais explicitadas e vistas nos documentários não pode fugir de um

posicionamento e de escolhas particulares do tempo e lugar quando e onde a pesquisa está inserida. E é nesta relação que Durval também auxilia ao dizer:

O conhecimento histórico torna-se, assim, a invenção de uma cultura particular, num determinado momento, que, embora se mantenha colado aos monumentos deixados pelo passado, à sua textualidade e à sua visibilidade, tem que lançar mão da imaginação para imprimir um novo significado a estes fragmentos.” (ALBUQUERQUE, 2007, p.63)

Percebe-se que se faz necessário remeter-se ao passado, aos seus monumentos, às produções dele, tomar seus objetos e analisá-los na sua textualidade e visibilidade e nas suas relações para, firmando-se no atual momento, à luz disso tudo, poder imprimir significados a eles. O que ainda deixa dúvidas é a expressão “tem que lançar mão da imaginação”, pois diante de fatos, como usar a imaginação? Aí parece preciso lembrar que os fatos não são irreversíveis, mas os acontecimentos sim. Aqui Durval também ajuda sendo direto e simples “O historiador conta uma história, narra; apenas não inventando os dados de suas histórias.” (ALBUQUERQUE, 2007, p.62). Como não inventar, se se trata de imaginação? Eis que o tempo poderá auxiliar ainda mais um pouco se pensar que os documentos e monumentos serão tomados a partir dos problemas e do olhar que se dá a partir do tempo de hoje. “... são reescritos e revistos a partir dos problemas do presente e de novos pressupostos, o que termina transformando tais documentos em monumentos esculpidos pelo próprio historiador, ou seja, o dado não é dado, mas recriado pelo especialista em História.” (ALBUQUERQUE, 2007, p.63).

Todas as escolhas do historiador do tempo presente terão um tempo e um espaço – que é o seu. Os seus objetos de pesquisa é que poderão fazer parte de um tempo e espaço diferentes do que ele vive. Assim, este historiador mostra-se habilitado a tomar o cinema como fonte para si, além de objeto de análise.

A história do tempo presente está diretamente ligada à presença do cinema nos estudos históricos. Os dois chegam praticamente juntos e assumem pressupostos similares. Michele Lagny (2012) ressalta o paralelo entre os dois, atentando para as “capacidades narrativas e discursivas ligadas à montagem” (p. 30) que o cinema possui e que possibilita a elaboração tanto da história do audiovisual quanto constrói as

imagens da própria História. Esta elaboração, contudo, prescinde da configuração que os historiadores darão a ela.

Nesta relação tortuosa mas de bons resultados, Lagny alerta para o conhecimento que os historiadores devem ter do cinema, da sua linguagem e especificidades, pois este ainda fica muito aquém do conhecimento que os historiadores recebem acerca dos documentos escritos.

Assim, não é pensar o cinema longe da História ou como um objeto desconhecido. Ele contribui para pensar a própria história, principalmente a do tempo presente, e precisa da História para pôr ordem na sua própria constituição como criação humana na arte, na cultura e na sociedade.

Depois de autenticado como objeto da História, a questão mais premente é acerca da metodologia. Neste quesito os estudos ainda parecem um pouco amplos, mas preocupam-se em adotar os filmes como fontes e analisá-los com as peculiaridades que qualquer outro objeto de estudo requer:

Um primeiro aspecto é o reconhecimento de que, tratado como documento histórico, o filme requer a formulação de *novas técnicas de análise* que dêem conta de um conjunto de elementos que se interpõem entre a câmera e o evento filmado. As circunstâncias de produção, exibição e recepção envolveriam toda uma gama de variáveis importantes que deveriam ser consideradas numa análise do filme. Na base desta postura, evidentemente, está a *recusa ao princípio de que a imagem é reflexo imediato do real, e que portanto ela traduz a verdade dos fatos*. Um segundo aspecto comum é o reconhecimento de que *todo filme é um objeto de análise para o historiador*. Com isso, não só os cinejornais e documentários, mas também os filmes de ficção, se tomam objeto de análise histórica, em última instância pelo fato de nenhum gênero fílmico encerrar a verdade, não importa que tipo de operação cinematográfica lhe deu origem. (KORNIS, 1992, p. 242/243, grifos meus)

Mônica Kornis aponta respostas às questões da verdade e da metodologia. Segundo ela, recusa-se que haja nas imagens um puro “reflexo do real” e, por isso, podem ser tomados para análise tanto filmes de ficção quanto documentários pois ambos serão obras de expressão e registro de um recorte da realidade mediada. Assim também se pensa nesta pesquisa, pois ao analisar os elementos presentes nas narrativas

ficcionais dos filmes das décadas de 1950/60, faz-se em igual medida a análise destes mesmos elementos nos documentários das décadas mais recentes. Nem a ficção nem o documentário serão analisados sob a procura da veracidade nas suas narrativas e imagens, este é um pressuposto da análise fílmica aqui praticada. Quanto à metodologia, Kornis frisa que é necessário “novas técnicas de análise” e parece criticar a simples adoção da análise fílmica já utilizada pelo cinema nos estudos históricos. É boa prática e conduz uma orientação amparar a análise da obra nas teorias da análise cinematográfica, porém persiste o alerta de que isto não é o suficiente ou um fim em si mesmo. A análise fílmica na História prescinde de uma análise própria.

Ambos, cinema e história, utilizam-se da narrativa que é criada pelo cineasta e pelo historiador, lembrando que Durval assinala que o historiador não inventa os dados da sua história, mas dos cineastas já não se pode dizer o mesmo e isso precisa sempre estar em mente ao trabalhar fontes fílmicas na História.

Para a perspectiva em questão, toma-se que desde *Rio, 40 Graus* é preciso um rompimento no cinema, uma divisão entre a população, entre os lugares. “As representações do espaço nas ciências sociais dependem muito das imagens de rompimento, ruptura e disjunção.” (GUPTA e FERGUSSON, 2000), esta descontinuidade naturalizada do espaço é fortemente presente nas imagens e, provavelmente, decorrentes de uma ideia do senso comum ao assim interpretá-las. Contudo, os estudos nas ciências sociais há muito avançaram e não se atêm a marcar culturas e territórios como as linhas traçadas de um mapa. Vários são os problemas apontados diante da relação que há às fronteiras do espaço, verificando-se, por exemplo, a estreita relação dos que, como os meninos do filme de Nelson Pereira dos Santos e dos moradores do lixão de *Boca do Lixo*, atravessam diariamente ou com frequência estas fronteiras, sem deixarem de ser “daqui” ou “de lá”. Mesmo as regiões determinadas “aqui” e “lá” não são em si homogêneas e passíveis de um traçado do seu perfil. São estas questões que darão corpo à abordagem da problemática inicialmente colocada pela pesquisa e já desde muito tempo presente na história do cinema brasileiro.

Na análise das obras, sob pressupostos de estudiosos como Anderson e Gupta (2000), tem-se as linhas “imaginadas” sendo constantemente transpostas na relação de

poder topográfico que há numa suposta autonomia dos espaços.

Levando em consideração as características do documentário, busco analisar a trajetória que a imagem do povo brasileiro assumiu na história do cinema nacional, a partir do projeto do movimento Cinema Novo, das décadas de 1950 e 1960, culminando com sua realização nos documentários a partir da década de 1990 e com a definição do conceito estético e social do lixão como lugar do brasileiro no cinema. Assim surge a questão: “O que é, então, o lixão no documentário como resposta à questão quem é/onde está o povo brasileiro?”.

Desta forma busca-se compreender como as obras escolhidas se relacionam com outras obras, de outras correntes e períodos, como uma iniciativa e disseminação de imagens de uma realidade pouco retratada e que sugerem o “efeito de realidade” possibilitando discutir a utilização das obras cinematográficas como objeto de pesquisa e estudo para a História.

Assim, o traçado da pesquisa apresentada visa dois caminhos: primeiramente a conceitualização do lugar lixão no audiovisual como mais uma resposta possível ao questionamento inicial e, por segundo, como este lugar, sendo uma resposta, se apresenta visualmente.

Ao analisar pesquisas recentes sobre alguns temas aqui abordados, percebe-se que a questão dos lugares – sertão, favela – no cinema brasileiro despertaram estudiosos de várias áreas. Na Geografia e na Sociologia a favela desafia alguns pesquisadores como “representação da pobreza urbana no cinema”³ e o sertão como “termo recorrente no imaginário da sociedade brasileira” que “evidenciam o seu caráter espacial migrante e polissêmico”⁴. O sertão é o objeto de estudo mais encontrado, na área do Cinema, da História e também da Literatura.

Sobre os documentários gravados nos lixões a pesquisa é mais voltada aos personagens, à intenção dramática e cênica, inclusive em áreas como a Psicologia. Contudo, os documentários no lixão, com o auge de *Estamira*, renderam três artigos⁵

³ MARTINS, Ana Lúcia. **Representações da pobreza urbana no cinema brasileiro**. 01/12/1998 1v. 200p. Doutorado. UFRJ – Sociologia e Antropologia.

⁴ MELO, Adriana F. **O Lugar-Sertão: Grafias E Rasuras**. 01/09/2006 1v. 127p. Mestrado. UFMG – Geografia.

⁵ Ver na bibliografia: WOLFF, Jorge. E SILVA, Thiago de Faria e.



dois na área do Cinema e um na área da História, que comentam a “trilogia” completada por *Ilha das Flores* e *Boca de Lixo*. O sucesso e ampla divulgação de *Estamira* contribuiu para que surgisse um pensamento atento ao trajeto que o lixo tomou no cinema brasileiro. Com isso percebe-se que há um caminho a ser percorrido e que consolidou-se com o sucesso ainda maior de *Lixo Extraordinário*. Outros documentários de produções mais tímidas surgiram, atentando para a questão do lixo nos grandes e médios centros urbanos. Assim como tem ganhado destaque na televisão com a primeira novela que teve um lixão como cenário e está em produção também no cinema estrangeiro⁶.

Boca de Lixo (1992), documentário de Eduardo Coutinho, é um média metragem que segue a abordagem do diretor do encontro com o outro de forma mais transparente através do meio. *Estamira* (2005), de Marcos Prado, investe na elaboração do mundo presente no discurso da própria Estamira, suas falas percorrem sua história e experiências de vida. *Lixo Extraordinário* (2010), João Jardim, Karen Harley e Lucy Walker, por outro lado, surge de uma intervenção do artista Vik Muniz no lixão e na vida de alguns dos seus trabalhadores.

Os três documentários têm dois elementos intensos: as falas dos trabalhadores que vivem do lixo e as imagens dos lixões. Através dos discursos, eles investem em dignificar o trabalho e as ações deles, buscando a visibilidade e valorização de um trabalho considerado à margem e indigno – normalmente ignorando-se sua necessidade. Este acesso ao espaço dos lixões e de parte da vida daquelas pessoas que nos é permitido pelos documentários emerge trazendo consigo inúmeras discussões.

A década de 1970, no Brasil, foi decisiva para o tratamento do lixo e resíduos. Dentre os motivos estão o surgimento de novos objetos, como as sacolas plásticas, a criação de órgãos especializados e a disputa pela rentabilidade do lixo. Assim, via-se uma mudança da imagem histórica do lixo. Por muitos séculos a limpeza das ruas, dos espaços públicos e do lixo foram realizadas pelos excluídos da sociedade tal como prisioneiros, escravos, prostitutas. (MIZIARA, 2008, p.09) Da necessidade de desfazer-

⁶ Novela *Avenida Brasil*, exibida pela Rede Globo de 26 de março de 2012 a 19 de outubro de 2012. E o filme *Trash*, direção Stephen Daldry, atualmente sendo filmado num lixão cenográfico no Rio de Janeiro.

se das imundícies resultava agora que o lixo poderia ser aproveitado e reaproveitado, gerando, inclusive, lucro. A crescente e desordenada urbanização também contribuiu para tornar o lixo uma questão relevante da contemporaneidade brasileira.

A invisibilidade do lixo estendeu-se para as pessoas que trabalham com ele. Em relação ao primeiro, contudo, são feitas campanhas de conscientização. O personagem “Sujismundo”, por exemplo, de uma série de propagandas veiculadas na TV na década de 1970, criadas pelo governo ditatorial, assinalava a preocupação com um problema crescente no país. Associava-se a sujeira ao subdesenvolvimento, à pobreza, e por isso o slogan “Povo desenvolvido é povo limpo”. Até hoje culpa-se a falta de conscientização pelos baixos números de destinação correto de resíduos e separação de material reciclável e reutilizável. Por outro lado, os grandes empresários do ramo não são estigmatizados como os funcionários das empresas e as pessoas que trabalham individualmente com e no lixo. Percebe-se, deste modo, que o lucro gerado pelo lixo não é visto com preconceito, porém o que ainda alimenta o estigma é o contato direto com o lixo.

As pessoas que aparecem nos documentários não são “catadores de lixo”, mas se auto-nomeiam “catadores de materiais recicláveis”, pois o trabalho deles nos lixões é separar materiais recicláveis para a destinação de reutilização e reciclagem. Um dos pontos é que há a necessidade de que alguém faça este trabalho que uma parcela da sociedade não faz nem conhece os caminhos dos materiais que utiliza. Sobre a conscientização os problemas são ainda maiores, pois, como diz Marta Pimenta Velloso, “A educação ambiental está mais direcionada para a mudança de hábitos da população sobre a técnica da disposição domiciliar do lixo - coleta convencional e coleta seletiva - do que com o consumismo gerado pelo processo de produção industrial da sociedade capitalista.” (VELLOSO, 2004, p. 02). Ao induzir a população a atentar apenas à separação do lixo, exclui-se a conscientização em relação ao consumo e desperdício exagerados e aos trabalhadores que são responsáveis pela destinação correta do lixo.

Além da intrincada situação social dos trabalhadores e da questão premente do lixo na sociedade, há que se analisar como os diretores abordam as imagens do lixo. *Estamira* utiliza-se de mais elementos fotográficos para construir imagens de aspecto

mais plástico. *Boca de Lixo*, por seu lado, inicia com imagens (e sons) que causam desconforto no espectador, pois aproxima a câmera dos caminhões que despejam lixo e chorume no lixão enquanto pessoas se acotovelam entre si. *Lixo Extraordinário* faz uma síntese dos dois, pois ao mesmo tempo que investe em cenas reais do lixão, e mesmo que as imagens não tenham cheiro eles fazem questão de comentar sobre isso, mostrando montes com urubus e pessoas, acompanha um trabalho de seleção de materiais recicláveis para a criação de obras de arte a partir do lixo. Ou seja, Vik Muniz dá o tom de que daquilo que é desprezado, possivelmente feio e desprezado, é possível elaborar obras de arte.

Assim, tomando os documentários como objetos, percebi que existiam questões dentro e fora deles. Tanto que a pesquisa desdobrou-se na questão dos lixões que devem ser extintos no Brasil até 2014. Mesmo sem dados específicos, a pesquisa pode elaborar alguns pontos que levaram os documentaristas a se preocuparem com os lixões e seus trabalhadores e em como os próprios documentários deram visibilidade a eles para a sociedade.

O lixo tornou-se um protagonista essencial para entender a contemporaneidade. Talvez ele não seja protagonista, mas um anti-herói que desafia a compreensão comum. Miziara, no seu trabalho “Por Uma História do Lixo”, finaliza com uma reflexão que permite compreender a presença do lixo na sociedade e no cinema “analisar as trajetórias do lixo implica, sobretudo, construí-lo historicamente, tornando-o visível onde, à primeira vista, ele não se faz presente.” (p.15).

“Todo filme é documental no sentido em que documenta algo” (PENAFRIA, 2004, p.04) permite aproximar a relação latente entre o cinema de ficção e os documentários que seguem parâmetros similares na discussão maior abarcada pelo cinema brasileiro. Percebe-se que não é à toa que um artista brasileiro há anos radicado no exterior escolhe um lixão do Rio de Janeiro para criar uma obra coletiva e registrar todo o processo de contato com aquelas pessoas num documentário. Vik Muniz, inclusive, faz questão de contar para algumas pessoas que ele conhece no lixão que ele era pobre, era “como eles”, e foi para os Estados Unidos tentar a vida. A história de um brasileiro “vencedor” é cheia de elementos que permeiam a figura do “povo brasileiro”.

Se, como escreve Penafria (2004, p.04), “O cinema reflete a concepção que o seu autor tem do mundo (ou de uma determinada parte do mundo).”, então é possível verificar nas escolhas dos documentaristas aqui abordados qual olhar sobrepõe-se às imagens do lixo.

FILMOGRAFIA

Boca de Lixo, 1993.

Documentário, média-metragem.

Direção: Eduardo Coutinho

Rio de Janeiro

Estamira, 2004.

Documentário, longa-metragem

Direção: Marcos Prado

Rio de Janeiro

Lixo Extraordinário, 2010.

Documentário, longa-metragem

Direção: João Jardim, Karen Harley e Lucy Walker

Rio de Janeiro

REFERÊNCIAS

BARROS, João D’Assunção. **Cinema: Forma de Expressão Artística e Fonte Histórica.**

In: http://www.uss.br/web/arquivos/textos_historia/Jose_Simposio_USS_nov_2006_Assuncao.pdf

BERNARDET, Jean-Claude. **Cinema Brasileiro: Propostas para uma História.** São

Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **Historiografia Clássica do Cinema Brasileiro: metodologia e pedagogia.** São Paulo, Annablume. 2004.

FERRO, Marc. **Cinema e História.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

GONÇALVES, Gustavo Soranz. **Panorama do documentário no Brasil.** *Doc On-line*, n. 01 Dezembro 2006. p. 79-91.

GUPTA, Akhil. e FERGUSSON, James. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, Antônio. (org.) **O espaço da diferença.** Campinas: Papyrus, 2000.

JÚNIOR, *Durval Muniz de Albuquerque.* **História: A arte de inventar o passado.** São Paulo: Edusc, 2007.

KORNIS, Mônica Almeida. **Cinema, televisão e história.** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. **História e Cinema: um debate metodológico.** *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 237-250.

LAGNY, Michèle. **Imagens Audiovisuais e História do Tempo Presente.** *Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 23 – 44, jan/jun. 2012.

MIZIARA, Rosana. **Por uma História do Lixo.** *INTERFACEHS*, Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente - v.3, n.1, Artigo 6, jan./abril. 2008.

PENAFRIA, Manuela. **O Documentarismo no Cinema.** Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação, 20 de setembro de 2004.

SILVA, Thiago de Faria e. **Imagens do Lixo no Cinema Brasileiro.** Projeto História nº43. Dezembro de 2011.

VALDUGA, Vânia. E OLIVEIRA, Lizete Dias de. **Patrimônio: o Lixo.** *MOUSEION*, n.9, jan-jul, 2011.

VELLOSO, Marta Pimenta. **Os Restos na História: Percepções sobre Resíduos.** *Ciência e Saúde Coletiva*, 13(6):1953-1964, 2008.

_____. **Os Catadores de Materiais Recicláveis e a Gestão de Resíduos.** *A Questão Social no Novo Milênio.* VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais.

WOLFF, Jorge H. **O Cinema no Lixo. Uma Trilogia dos Restos da Cidade.** *Crítica*

Cultural, volume 2, número 2, jul./dez. 2007.

_____. **Documentos do Presente: O Cinema no Lixo.** Boletim de Pesquisa

NELIC v. 7, n. 11 - Que futuro para o passado? 2007.

A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE PROFISSIONAL DO PROFESSOR

Fátima Pacheco de Santana Inácio
fatimainacio.ufg@gmail.com
UFG/Câmpus Catalão
Doutora em Educação

Resumo

A pesquisa visa compreender como os professores vêm construindo sua identidade como trabalhador na contemporaneidade, a partir do projeto de formação de professores desenvolvido no CFPP (Centro de Formação de Professores de Catalão), durante os anos de 1963 a 1982, no Sudeste Goiano. Os educandos eram “formados” para atuarem em um modelo educacional que, lentamente, mas de maneira gradativa, alterava a realidade vivida e impunha uma maior presença do Estado. A formação de professores foi suscitada como elemento-chave para garantir uma “nova civilização”, a sociedade da produção e do consumo. Nessa ação eram lançadas as bases para o que hoje experimentamos em educação escolar: racionalização do trabalho pedagógico, planejamentos, gestão participativa e as diversas modalidades de avaliação, entre outros.

Palavras-chave: Identidade; Professores; Formação.

Abstract

The research aims to understand how teachers have been building their identity as an employee in the contemporaneity, from teacher training project developed in the CFPP (Center for training teachers of Catalan), during the years from 1963 to 1982, in Southeast Brazil. Learners were "trained" to work in an educational model that, slowly, but gradual manner, changed the reality experienced and imposed a greater presence in the State. Teacher training was raised as a key element to ensure a "new civilization", society of production and consumption. In this action were launched the Foundation for what today we experience in school education: rationalization of pedagogical work, planning, participatory management and the various methods of assessing, among others.

Keywords: Identity; Teachers; Training.

Nosso interesse nessa pesquisa foi identificar, através dos documentos elaborados pelos bolsistas do CFPP (Centro de Formação de Professores de Catalão) de Catalão, vestígios da proposta curricular e sua assimilação por parte dos estudantes e, nesse processo de formação, buscar uma compreensão da identidade profissional do professor que foi sendo forjada. Tomou-se como fonte para este estudo as apostilas que foram utilizadas como instrumentos de formação.

Sabe-se que ser professor é exercer uma profissão que possui particularidades distintas de qualquer outra, pois, o seu ‘objeto’ de trabalho é outro ser humano.

[...] A docência é um trabalho cujo objeto não é constituído de matéria inerte ou de símbolos, mas de relações humanas com pessoas capazes de iniciativa e dotadas de uma certa capacidade de resistir ou de participar da ação dos professores (TARDIF; LESSARD, 2008, p.35).

Significativo também foi compreender que o *status* do professor é diferente dos demais trabalhadores, uma vez que, ultrapassa os aspectos normativos da função. A composição da identidade do professor é menos institucional e mais do grupo desses trabalhadores, porém é perpassada pela formação recebida. Nesse sentido, para que pudéssemos apreender mais profundamente seus significados e implicações, fez-se imprescindível que compreendêssemos a estrutura e o funcionamento do Centro.

O Centro de Formação de Professores Primários de Catalão teve vida longa. Consta no arquivo da Subsecretaria Regional de Educação de Catalão a relação dos alunos matriculados de 1964 a 1983, o que implica uma existência de aproximadamente 19 anos como lócus de formação, treinamento e produção de conhecimentos para legitimar, diplomar professores. A promulgação da Lei nº. 7.044/82 levou à extinção do Centro, afirmação validada pelas pesquisas desenvolvidas na pós-graduação e que deram origem a vários trabalhos que criticam o modelo de educação em vigor. Nesse âmbito, podemos citar, por exemplo: *Escola, Estado e Sociedade*, de Bárbara Freitag

(1977); *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*, de Luís Antônio Cunha (1975); entre outros.

Outro dado importante a ser salientado é que no início dos anos oitenta o debate sobre a formação de professores passou a evidenciar os cursos de licenciatura como referência fundamental para essa formação, o que aumentou significativamente essa modalidade de curso no país, inclusive originando a criação do Câmpus Catalão¹ como extensão da Universidade Federal de Goiás no mesmo espaço onde funcionou o CFPP.

Cabe ressaltar que a criação do Câmpus Catalão foi justificada da seguinte forma no Programa de Interiorização de 1980, conforme a citação do documento feita por Silva (2009, p. 73):

[...] já é chegado o momento de a Universidade assumir a dianteira na elevação do nível de ensino de 1º e 2º graus em nosso Estado. Vimos que o Centro de Formação de Professores de Catalão, que tem prestado um serviço inestimável até agora, atende professores vindos de pelo menos 30 cidades, mas com cursos de reciclagem. Por que não aproveitar tal estrutura e levantar em Catalão a bandeira da Licenciatura Plena, a partir de um Curso Universitário de nível pleno? Sendo pólo econômico-industrial, Catalão irradiará sua influência por toda a micro-região do Sudeste Goiano também em termos educacionais (PROGRAMA DE INTERIORIZAÇÃO..., 1980, p. 05)

A ênfase no trabalho pedagógico realizado no Centro se mantinha na área da diplomacia, sem deixar de reconhecer que este já estava ultrapassado. Durante sua existência, o CFPP de Catalão contribuiu com o estado de Goiás para a formação de aproximadamente 1.487 docentes, conforme pôde ser observado nos dados levantados. Chamou nossa atenção o fato de que no ano de 1983 foi efetuada apenas uma matrícula, o que permite afirmar que não houve a realização do curso no referido ano, encerrando suas atividades. É interessante observar que a extinção do Centro de Formação foi

¹ Sobre o assunto, cf. Silva (2009).

seguida pela abertura de alguns cursos de licenciatura da UFG, Câmpus Catalão, inclusive no mesmo espaço físico em que se redefiniu a presença do Estado na formação de novos professores, agora em nível superior.

A formação de professores no CFPP de Catalão foi a concretização de um dos subprojetos de um amplo Projeto de Treinamento de Pessoal, cujo objetivo geral consistia na “Melhoria da produtividade do ensino de 1º grau e Normal”. Os objetivos específicos desse projeto eram assim definidos: “cursos de habilitação, treinamento, especialização de pessoal docente do ensino primário, médio (1º grau) e Normal (2º grau) e equipes técnicas de Secretarias de Educação; medidas para limitar a evasão, fixar e utilizar pessoal qualificado”².

Nesse projeto de formação de professores estava inserida uma lógica articuladora de uma pedagogia tecnicista que procurava colocar a educação escolar a serviço das necessidades geradas pelo capitalismo em transformação/mudança. No momento em que a escola passou a ser visualizada como lócus de preparação do trabalhador qualificado para atender às demandas do mercado, a formação de professores se fez imprescindível. A intenção não era qualificar o professor para que tivesse uma formação crítica, mas sim torná-lo tecnicamente pronto para executar a tarefa de ensinar/transmitir os conhecimentos considerados importantes para a formação do educando nas respectivas séries a que estivesse vinculado, para que depois este (o educando) desempenhasse o papel que se esperava dele na produção.

A educação tornou-se efetivamente elemento do capital humano, segundo Schultz (1973), embora primordialmente não pudesse ter esse significado. Foi imputado um valor econômico à educação, por ser ela capaz de elevar a capacidade e a produtividade do indivíduo. Como investimento econômico, deveria inicialmente ser feito especialmente em níveis de atividade primária e secundária, em um íntimo entrosamento entre o sistema-escola e os demais setores econômicos. A ideologia

² MEC – DEF. Projeto de Treinamento de Pessoal. Subprojeto Habilitação e Treinamento de Pessoal Docente para o Ensino Primário e Normal e Equipes Técnicas para Secretarias de Educação. Informações Gerais. Pasta 32. Documento nº4, p.5, jun. 1971. Arquivo NEPEDUCA, UFG, Câmpus Catalão.

presente nessa concepção de educação era a de que os valores econômicos são de importância vital na determinação das ações humanas, além de realizarem objetivos culturais.

A “teoria da modernização” também compõe a concepção de educação que tomou corpo ao longo dos anos sessenta. Desenvolvimento implicava modernização e, nesse jogo, a educação escolar adquiriu o papel de protagonista, um instrumento capaz de garantir a aceleração do desenvolvimento econômico do país. Educar passou a ser uma necessidade, e manter sob controle a condução dessa ação cabia ao Estado. Entre as medidas adotadas, estava o projeto de formação de professores.

Verificou-se que ocorreu uma procura mais significativa pela formação de professores no CFPP de Catalão entre os anos de 1970 a 1977. Isso pode ter ocorrido em função de o curso ter sido de tempo integral e vinculado à política de concessão de bolsas, fato que pode ser explicado pelo pensamento empresarial aplicado à educação que subsidiou o Curso de Administração Escolar, realizado em 1966, que afirmava: “tôdas as emprêsas para maior êxito têm suas publicidades. Considerando a Escola Primária como uma empresa educacional, é útil que ela também tenha sua publicidade”³, ou seja, aplicava-se à educação a mesma racionalidade da gestão empresarial. O empenho era para que se fizesse a divulgação da escola primária e da importância que esta ia assumindo dentro do desenvolvimento econômico do país. Ela era vista como “uma empresa educacional”, conseqüentemente necessitando de pessoal “capacitado” para levar adiante essa tarefa, bem como de eficiência para garantir aos menos favorecidos melhores condições de vida, uma vez que o trabalho realizado por pessoas “preparadas” resulta em melhorias para elas mesmas, como melhores salários, e serve como incentivo e exemplo para outras.

Acreditava-se que um dos instrumentos que poderiam ser utilizados de maneira eficiente nesse processo de divulgação e publicização seriam os levantamentos apresentados com resultados estatísticos. Assim:

³ Apostila sobre Administração Escolar encontrada no Arquivo NEPEDUCA, Pasta nº 1, sem numeração de páginas. UFG, Câmpus Catalão.

[...] os principais instrumentos de publicidade escolar são: os gráficos e levantamentos estatísticos. Para fins de comparação, correção de falhas e deficiências, os gráficos são muito úteis e têm ainda a finalidade de:

- modificar sistemas de trabalho;
- verificar o grau de progresso dos métodos de ensino e a aprendizagem (CURSO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR).

Essa tendência de colocar levantamento de dados pertinentes à educação na forma de gráficos possibilitava uma melhor visualização do tipo de intervenção na realidade escolar a ser feito. Porém, esse procedimento técnico era considerado insuficiente na medida em que não eram reveladores dos reais problemas a serem enfrentados, pois a atividade escolar não pode ser restrita a demonstrações numéricas e técnicas. Há muitos fatores importantes inerentes ao aspecto educacional que são impossíveis de serem mensurados, como, por exemplo, a interação aluno/professor e a subjetividade no processo ensino-aprendizagem.

Entendemos, porém, que os técnicos eram (são) servidores do Estado, portanto, pensadores que, ao mesmo tempo em que davam suporte, alimentavam a intervenção do Estado. Sendo assim, seu trabalho deve ser compreendido como uma das ferramentas essenciais usadas no interior do Estado Técnico Burocrático para garantir a adesão da população de baixa renda ao projeto do Estado Nacional Populista para formar um novo cidadão.

Dessa maneira, a preocupação com as funções da escola ficava restrita a torná-la cada vez mais funcional, passional, produtiva e a serviço da sociedade em que estivesse inserida. Leia-se, aqui, a serviço dos grupos internacionais dominantes agora associados à burguesia nacional, conforme foi explicitado na apostila intitulada “Funções da Escola na Sociedade Contemporânea”⁴. A intenção do autor era evidenciar

⁴ Transcrição do capítulo I, cuja obra não foi citada, de autoria de David A. Goslin, datada de 1973 e utilizada pela Secretaria da Educação e Cultura através da Coordenação de Planejamento Educacional e

“o que os membros da sociedade esperam de suas escolas e como essas expectativas (sic) influenciam o processo educacional nos EEUU”⁵.

Nota-se que a seleção de material didático pedagógico para subsidiar o processo de formação dos professores dos Centros era composta de textos escritos por norte-americanos, traduzidos para o português quase sempre por ex-bolsistas do PABAAE que haviam recebido formação nos Estados Unidos. Tais textos versavam sobre problemáticas locais daquele país – portanto, respondendo a demandas culturais distintas – para tratar de problemas inerentes à educação brasileira, numa tentativa de aproximá-la das expectativas da sociedade norte-americana. Moreira e Macedo (2009, p.11) reconhecem que ocorreu uma “[...] forte influência americana no campo do currículo no Brasil, especialmente nos anos 60 e 70 [...]”. Os autores citados reforçam nosso argumento de que ocorreu um experimento de transposição cultural via formação e treinamento de professores nos CFPP.

No texto “Funções da Escola na Sociedade Contemporânea”, observa-se, também, um esclarecimento genérico sobre sociedade, como esta se organiza e tende a buscar sua manutenção. Em seguida, destaca-se a transmissão da cultura como função primordial da educação e, na atualidade, especificamente da escola, pois é nela que a criança deve receber uma educação mais condizente com as expectativas do “mundo em mudança”, o que incorre muitas vezes em conflitos entre os valores assimilados na família e os adquiridos na escola.

É importante salientar as mudanças que estavam sendo encaminhadas. A base da educação escolar existente na Região Sudeste de Goiás, talvez no estado como um todo, era delegada às instituições religiosas católicas. As escolas estaduais e municipais que tinham os mestres-escolas atuando como professores formavam o aluno a partir dos valores da família, na crença de que uma sociedade ameaçada pelos processos de mudança tinha que se salvar reforçando esses valores.

Cultural nos Centros de Treinamento e Formação de Pessoal, no Curso de Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau, portanto na formação dos professores vinculados aos CFPP.

⁵ Documento nº. 6, encontrado na Pasta de nº. 56. Arquivo NEPEDUCA, Câmpus Catalão – UFG.

A formação escolar projetada no CFPP iria construir uma outra identidade para a escola e, conseqüentemente, para o professor. Esta passou a assumir o *status* de uma empresa. A formação deveria ser voltada para o mercado de trabalho. Essa atitude foi esvaziando da educação escolar o papel de construtora de valores familiares e sociais, redirecionando-a para valores empresariais. Nota-se, no período, um movimento pela democratização do acesso à educação escolar com ênfase em garantir o acesso aos bens simbólicos – leia-se via educação massificada – às classes menos favorecidas detentoras de outra cultura.

Nesse sentido, o texto “Funções da Escola na Sociedade Contemporânea” chama a atenção para a ação educativa formal, que deveria ser executada pelo professor na escola e era portadora de grande complexidade, pois:

[...] a escola não só deve começar a lidar com crianças que já adquiriram uma escala de valores (alguns dos quais podem entrar em choque com os valores que a escola está encarregada de inculcar mas deve continuar a lidar com influências familiares paralelas e, até, as vezes, competidoras (sem falar nos grupos de equivalentes) durante o tempo em que a criança está sob seus cuidados (FUNÇÕES DA ESCOLA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, p. 4, grifo nosso).

Percebe-se, no fragmento acima, que a escola expressa pelo autor (anos setenta) tomava para si a responsabilidade de executar uma dupla tarefa: de certa forma, em um primeiro momento, desconstruir parcialmente a cultura adquirida pela criança no ambiente familiar, agora considerada inadequada para as novas relações sociais com a definição das relações entre Estado e Sociedade Civil, e, ao mesmo tempo, “inculcar” a cultura previamente articulada e eleita como a melhor para “toda a sociedade”, transformada em currículo, em conteúdos disciplinares estanques. É preciso perceber que essa estratégia de utilização do aparato pedagógico como meio de adequar a sociedade ao Estado Técnico Burocrático tende a ser cada vez mais utilizadas, à medida que ocorre o processo de publicização da escola elementar e a privatização do ensino de 2º grau e superior.

No entanto, não podemos deixar de compreender que cultura é uma construção que se afirma a partir de diversas disputas feitas por todos, pois todos nós somos protagonistas de uma história individual/coletiva. Williams (1992, p.13) nos assevera que

[...] os sentidos antropológico e sociológico de cultura como ‘modo de vida global’ distinto, dentro do qual percebe-se, hoje, um ‘sistema de significações’ bem definido não só como essencial, mas como essencialmente envolvido em todas as formas de atividade social [...], constituem esse campo complexo e necessariamente extenso.

A escola forja sua “própria cultura”. Forquin (1993), ao definir cultura escolar, esclarece que esta varia e se contradiz, segundo os critérios da “seleção cultural escolar” de cada país, época, ideologias políticas e pedagógicas dominantes e os públicos de alunos aos quais se dirige. Nesse sentido, tomamos como exemplares as exposições encontradas na apostila “Funções da Escola na Sociedade Contemporânea”, em que a concepção de escola é construída a partir de seu desempenho junto à sociedade, ou seja, “a escola desempenha grande papel, por exemplo, ajudando a criança a aprender a controlar suas emoções, a lidar e assumir posições de autoridade e reconhecer a existência da hierarquia de estatus (sic) nos grupos sociais” (FUNÇÕES DA ESCOLA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, p. 6).

Reconhecer a existência da hierarquia social significava, de certa forma, estar submisso a ela, aceitar o lugar que lhe estava reservado. Era responsabilidade do professor preparar a criança para agir dessa maneira, sabendo reconhecer e respeitar a hierarquia social de seu grupo a fim de melhor se adequar a ele sem questionamentos, tornando-se, nesse procedimento, aceita e, ao mesmo tempo, contribuindo para a sua preservação.

Caberia ao professor, portanto, adquirir conhecimentos e técnicas capazes de instrumentalizá-lo para executar com eficiência e relevância a função da escola na

sociedade moderna em direção à socialização. Nesse sentido, o autor do documento salienta:

[...] de muito maior importância é a responsabilidade da escola de ensinar a criança como utilizar habilidades (quaisquer que sejam elas) e conhecimentos que possa vir a ter. A responsabilidade do educador não lhe permite ignorar a problemática de como as crianças estão sendo ensinadas a resolver problemas e absorver novos conhecimentos. A técnica de abordagem de novas informações que a criança adquire ao longo das experiências na escola pode vir a ser a parte mais importante do processo educacional (FUNÇÕES DA ESCOLA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, p. 7).

É importante destacar a expressão “utilizar habilidades”, uma vez que esta caracteriza o que vem a ser o objetivo do processo educacional naquele momento, ou seja, o de incentivar o desenvolvimento de habilidades capazes de propiciar ao indivíduo seu ajustamento aos novos desafios sociais que iam sendo gestados através dos avanços tecnológicos e científicos em curso, decorrentes das mudanças introduzidas nas relações capital-trabalho. Nesse sentido, já se observava a preocupação em garantir uma formação de professores comprometida com questões futuras, o que provocava alteração no papel social a ser desenvolvido e assumido pelo professor no ambiente escola.

O professor já não poderia ser apenas um transmissor de conhecimentos acumulados *a priori*, a ele era imputada a responsabilidade de integrar no seu trabalho as novas informações veiculadas a partir das transformações que iam sendo processadas na sociedade, o que implicava a construção de novas estratégias e uma modificação no seu fazer pedagógico. Capacitar o aluno para interagir com um mundo em transformação passou a ser também uma função do professor. A identidade profissional também vai sendo redimensionada, o professor, gradativamente, passa a ser reconhecido como um trabalhador.

A redefinição da relação Estado/sociedade via educação buscava apoio na experiência americana através de um corpo de ideias que os americanos aplicavam e que o Estado brasileiro, ou parte dele, iria usar, por estar de acordo com os compromissos firmados com as elites econômicas e culturais. Assim, compreendemos que:

A educação está profundamente implicada na política cultural. O currículo nunca é simplesmente uma montagem neutra de conhecimentos, que de alguma forma aparece nos livros e nas salas de aula de um país. Sempre parte de uma *tradição seletiva*, da seleção feita por alguém, da visão que algum grupo tem do que seja o conhecimento legítimo. Ele é produzido pelos conflitos, tensões e compromissos culturais, políticos e econômicos que organizam e desorganizam um povo [...] (APPLE, 2001, p. 53, grifo do autor).

O currículo aplicado no CFPP de Catalão continha uma proposta alicerçada na política econômica, social e cultural articulada por intelectuais brasileiros de alguma forma vinculados a grupos norte-americanos interessados em promover o modelo de formação de professores no país, conforme pudemos revelar através dos documentos pesquisados.

No item “Favorecendo a Descoberta de Novos Conhecimentos”, da apostila “Funções da Escola na Sociedade Contemporânea”, o autor continua afirmando que:

[...] a crescente complexidade tecnológica da sociedade afetou profundamente a escola elementar e secundária. Mesmo nos graus elementares, por exemplo, esforços foram feitos no sentido de rever o conteúdo do currículo tradicional – principalmente em matemática e ciência a fim de ir ao encontro da demanda da social que aceitou a mudança como um ideal a ser atingido com todos os recursos disponíveis (FUNÇÕES DA ESCOLA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, p. 9).

Percebe-se que a crescente complexidade a que o autor se refere ainda não compunha a realidade brasileira daquele momento, inclusive pela sua diversidade cultural e desigualdades regionais, mas era algo previsto para um futuro próximo, na medida em que o Brasil se caracterizava enquanto um país que havia aceitado o “desafio” da mudança através do desenvolvimento econômico dependente e não autossustentado, como propunha Celso Furtado (1968). A formação docente encaminhada tentava antecipar estágios posteriores a fim de estar preparada para se adaptar e garantir resultados considerados *a priori* positivos para a sociedade local.

No item final, o autor chega à conclusão de que “toda sociedade deve tomar medidas antecipadamente para decidir qual dos seus membros deverá ocupar determinadas posições na sociedade e desempenhar papéis necessários para sua continuação e desenvolvimento” (FUNÇÕES DA ESCOLA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, p. 9). Referindo-se à formação de uma sociedade moderna baseada em pressupostos democráticos, o ajustamento dos indivíduos à sociedade não poderia mais se ater à hereditariedade, à raça, ao sexo etc., mas a uma complexidade de requisitos que seriam desenvolvidos no ambiente escolar através de uma nova cultura que se pretendia eficaz na concretização desse objetivo.

Nesse ínterim, a escola passou a funcionar como parte integrante do processo de distribuição do *status* social de quatro modos, enumerados pelo autor da seguinte forma:

1. proporcionando um contexto no qual o indivíduo possa demonstrar suas aptidões;
2. canalizando os indivíduos em direção a diferentes ocupações ou classes de ocupações;
3. proporcionando as habilidades específicas necessárias para preencher os requisitos das diversas posições – e finalmente;
4. transferindo ao indivíduo o prestígio diferenciado da própria escola (FUNÇÕES DA ESCOLA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, p. 9)

Esse pensamento defendia a crença de que a escola era capaz de distribuir democraticamente os indivíduos em ocupações para as quais suas aptidões convergiam. Se isso foi possível de ser realizado virtualmente nas escolas públicas dos Estados Unidos não significa que tenha funcionado na prática, pois outros fatores, principalmente os de ordem econômica, acabam por interferir nas posições sociais que os indivíduos assumem. Fato perceptível no item quatro, que versa sobre a afirmação de que o indivíduo traz consigo o prestígio da escola em que estudou. Sabe-se que, em uma sociedade dividida em classes sociais como são as sociedades capitalistas, têm acesso às “melhores escolas”, ou às mais bem conceituadas socialmente, as classes mais elevadas, sobrando para as classes populares, quase sempre, as escolas da periferia com suas precariedades.

Outro elemento importante a ser considerado e que norteou a formação de professores do Centro, é a visão do ensino como atividade em que se aplica o conhecimento científico presente no pensamento técnico-positivista de entender a relação teoria-prática.

Desde seu nascimento, com Herbart, a pedagogia desenvolveu-se como uma aplicação da psicologia. Segundo este modelo, a pedagogia agrupa um conjunto de aptidões e práticas que permitem aplicar os conhecimentos produzidos por uma série de ciências básicas. A formação de professores está impregnada desta lógica, que concebe a realidade como um campo de aplicação; a prática tem pouca importância enquanto fenômeno (sic) preexistente, a não ser na perspectiva de uma regulação (correção) (sic) baseada no conhecimento científico (SACRISTÁN, 1999, p. 84).

É significativa a quantidade de apostilas que aborda o tema ensino/aprendizagem existente no arquivo NEPEDUCA, todas embasadas no psicologismo que gradativamente foi sendo incorporado à formação docente, como se o conhecimento isolado fosse capaz de provocar mudanças na realidade cotidiana dos professores e,

consequentemente, na de seus alunos. Nesse sentido, é exemplar o texto intitulado “Aprendizagem”⁶.

O autor aborda, inicialmente, dois conceitos sobre educação, e evidencia qual era o escolhido como sendo de sua preferência e que, necessariamente, deveria ser o mesmo dos professores em formação.

Começemos, pois, por definir educação.

A palavra educação, em seu sentido etimológico, significa “tirar de dentro do indivíduo”. – “Tirar o que?” Naturalmente suas capacidades, tendências, atitudes e comportamentos, tudo enfim, que ele possa dar. Educar significa fazer crescer, desenvolver.

A definição que preferimos é a seguinte: educação é o conjunto de técnicas tendentes a dar pleno desenvolvimento à personalidade do indivíduo realizar sua melhor integração no meio social (APRENDIZAGEM).

A seguir, o autor justifica sua escolha através dos seguintes esclarecimentos:

Dois elementos diferentes compõem, portanto, a educação: o desenvolvimento da personalidade e sua socialização, isto é, a sua adaptação, seu ajustamento à vida social. São dois objetivos que se completam, que se integram: a personalidade e a sociedade. Devemos desenvolver a personalidade da criança e, ao mesmo, tempo, prepará-lo para viver melhor em sociedade, para contribuir de maneira positiva em prol de uma vida socialmente mais harmônica (APRENDIZAGEM).

O texto evidentemente não aponta as diferenças entre classes e/ou grupos e como o professor deveria harmonizá-las. Nota-se que a preocupação não era necessariamente com o indivíduo, com o homem em si, mas com a sua capacidade de

⁶ Documento datilografado em frente e verso, sem autoria nem numeração de página. Encontrado no Arquivo NEPEDUCA, Pasta 34, nº 30. UFG - Câmpus Catalão.

adaptação à realidade social. Ao professor era repassada essa responsabilidade, visto que a escola se tornara o espaço preferencial para a inserção do indivíduo na sociedade, desconstruindo valores advindos da esfera familiar, considerada agora inadequada para o modelo de sociedade emergente na época.

Sacristán (1999), tomando como referência o pensamento de Langford (1989), afirma que:

[...] o ensino é uma prática social, não só porque se concretiza na interação (sic) entre professores e alunos, mas também porque estes actores reflectem (sic) a cultura e contextos sociais a que pertencem. A intervenção pedagógica do professor é influenciada pelo modo como pensa e como age nas diversas facetas da sua vida (SACRISTÁN, 1999, p. 66).

O reconhecimento das práticas educativas como práticas sociais é inegável, assim como a certeza de que não existe proposta educacional sem intenção previamente articulada. Nesse sentido, Sacristán (1999) nos alerta que se faz imperativo “repensar os programas de formação de professores, que têm uma incidência mais forte nos aspectos técnicos da profissão do que nas dimensões pessoais e culturais” (Ibid., p. 67). Como podemos observar, a dimensão era determinante na estrutura da formação docente veiculada no Centro. A ênfase recaía no que Sacristán (1999, p. 67, grifo do autor) caracteriza como sendo a “imagem da *profissionalidade ideal*”, ou seja, daquela que é forjada conforme “[...] um conjunto de aspectos relacionados com os valores, os currículos, as práticas metodológicas ou a avaliação.”

A formação docente ministrada deveria resultar em um “professor ideal”. Para que esse resultado fosse garantido, era importante lançar mão de meios adequados, e o principal deles, na época, era a instrumentalização das técnicas, dos métodos de ensino. O perfil do professor ideal se definia através da sua competência em reproduzir os conhecimentos selecionados e identificados pelos órgãos competentes como adequados para serem transmitidos nas escolas, “esvaziando-os” de sua subjetividade, de seus

valores e cultura, construindo outra identidade, mais adequada à “democratização” do acesso aos bens-simbólicos.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. Política Cultural e Educação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CUNHA, Luiz Antônio. Educação e Desenvolvimento Social no Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1975.

FORQUIN, Jean-Claude. Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.

FREITAG, Bárbara. Escola, estado e sociedade. São Paulo: Edart, 1977.

FURTADO, Celso. Um Projeto para o Brasil. Rio de Janeiro; Saga, 1968.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; MACEDO, Elizabeth Fernandes de. Faz sentido ainda o conceito de transferência educacional? In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa (Org.). Currículo: políticas e práticas. 11. ed. Campinas, SP: Papirus, 1999.

NÓVOA, António. Os professores e sua formação. Tradução de Graça Cunha. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

SACRISTÁN, Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

SILVA, Maria José da. A História do Campus Catalão UFG – 1983-2002. Goiânia: Ed. da UCG, 2009.

SCHULTZ, Theodor W. O valor econômico da educação. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. O Trabalho Docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

WILLIAMS, Raymond. Cultura. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

A CAMPANHA ELEITORAL DE 1989: A REVISTA VEJA E FERNANDO COLLOR DE MELLO

Fernanda Soares Borges Perinelli
Fernandasoares9@hotmail.com
UEG
Especialista

Abstract

In this paper I will discuss the way former President Fernando Collor de Mello became popular during the 1989 election period, in spite of presenting strong rejection after being elected. Until then, never had a Brazilian politician used media instruments in such an efficient way as he did. Speaking was a fundamental instrument in his election campaign. The media created a *'savior of the fatherland'*. Therefore, this paper seeks to understand how the media associated the legitimacy of power to speech to create an imaginary Brazilian Politician, accepting or rejecting certain ideas, values or even people. The marketing strategies were emphasized through the media which contributed to the image of a young fearless politician.

Key words: Fernando Collor, Veja Magazine, Advertising.

Resumo

A imprensa exerce um papel importante no encaminhamento de muitos eventos em uma cidade, uma região ou mesmo um país. O jornalismo escrito tende a ser instrumento na formação da opinião pública nacional. Neste sentido pesquisamos o papel da Revista Veja, uma importante publicação semanal, que atinge uma considerável parcela da população por meio das assinaturas e dos leitores que compram a mesmas nas bancas.

Palavras Chave: Fernando Collor, Revista Veja, Propaganda.

A imagem popular construída para Fernando Collor foi estrategicamente propagada pelos meios de comunicação. A questão não é propriamente a popularidade conquistada, mas sim os meios, as estratégias usadas para vincular ao candidato uma imagem representativa de político ideal, que tendia a figura do “salvador da Pátria”. E a partir da relação entre Collor, Veja e público leitor entender a dimensão do poder estabelecido nas campanhas publicitárias que teria propagado uma tendência ideológica.

O apoio da Revista Veja ao então candidato a presidência da república brasileira, Fernando Collor de Mello teria se cristalizado no decorrer da campanha eleitoral, mas Collor já preparava o terreno muito antes da campanha. Entendendo a análise de Mario Sergio Conti, “Collor tinha o censo do espetáculo da Política, gostava dos palanques, das multidões e de ser aplaudido, queria emocionar o povo e garantir imagens emocionadas na televisão, nas revistas, nos jornais” (Conti: 1999, p.14). Segundo Conti a imagem de Collor foi construída muito antes de 1989, aos 37 anos foi eleito governador porque construiu uma mensagem e soube propagandear-la. E esta habilidade de propagandear e articular-se politicamente, foi sendo trabalhada ao longo de sua trajetória, enquanto herdeiro de uma classe política, e com os benefícios que esta classe o concedeu.

A Revista Veja teria apoiado a campanha de Collor e o propagado, quando percebeu que o então candidato estaria se destacando entre os demais, se fortalecendo, conquistando apoio político e atenção do público. No processo eleitoral sua imagem seria trabalhada para derrotar opositores bem cotados nas pesquisas eleitorais. Bem antes das eleições de 1989 a revista já noticiava um ou outro evento do cotidiano dos pré – candidatos, e embora não estivesse manifestando apoio a um candidato específico, já desconstruía ideologias que ameaçava o capital neoliberalista. Isto nos leva a crer

que a revista poderia não ter definido qual candidato deveria apoiar, mais já sabia muito bem quais candidatos precisava combater.

Podemos analisar a forma de apoio que a revista Veja dispensou a Collor, à partir de três caminhos: 1) A revista Veja teria se apropriado do discurso de Collor, ou de seu projeto político que era condizente com os anseios da poderosa classe econômica dominante, e a partir daí articulado sua candidatura. Neste sentido o projeto neoliberal de Collor teria interessado a elite capitalista do momento. 2) Pode ter ocorrido o contrário, a revista estaria em sintonia com os ventos globalizantes internacionais que tendiam a uma política de abertura ao capital internacional, e à partir dos interesses do grande capital internacional e mesmo a classe econômica nacional, a revista teria adotado este projeto neoliberal, e Collor teria adaptado seu programa político para servir a estes interesses. 3) A proposta e os interesses da revista teriam encontrado representação no projeto neoliberal de Fernando Collor de Mello. Neste sentido a proposta da revista e o projeto de Collor teriam se identificado durante o processo eleitoral. Diferente da Emissora Globo, dirigida por Roberto Marinho, que procurava desesperadamente um candidato (Conti, 1999), a Revista Veja noticiando um ou outro candidato teria encontrado em Collor consistência para sustentar sua proposta. Um jogo de interesses de mão dupla, onde ambos se beneficiavam.

De uma forma ou de outra, a imagem deste candidato, provavelmente adquiriu espaço através da representação criada pela mídia, em especial a revista veja sobre os opositores, que eram caracterizados como tudo o que de ruim que o eleitor poderia identificar naquele momento. Os opositores em alguns momentos eram figurados no governo vigente e nos candidatos de oposição. Na Revista VEJA, de 06 de dezembro de 1989, aparece estampado na pagina 58 e 59 uma chamada com letras grandes escrito: “Onde Lula é o Demônio”. Na matéria abaixo o editor redigiu um texto e mostrava imagens do Bispo Macedo com uma multidão e do lado escrito: Collor conquista voto evangélico. Este tipo de chamada aparece em outras edições da revista e em outras paginas da mesma revista, como a pagina 05, editado: “O PT não mete vírus”. A personificação de Collor como político ideal, se deu num momento em que os eventos

políticos nacionais e internacionais, favoreceram tanto a criação do personagem, quanto à versão de malfeitores atribuída à oposição. De um lado o super herói do outro os vilões, deu a entender que era nesta versão que a Veja queria que os eleitores acreditassem.

A partir do momento que Collor cria um inimigo comum para sua pessoa e para a população, aparece a tentativa de homogeneização da opinião pública, pois todos teriam que lutar por uma causa única: vencer os inimigos apontados. Os textos e enunciados de Collor apresentam estratégias de recursos linguísticos que visam sustentar ideologias como verdades absolutas e indiscutíveis. Em função disto o candidato do PRN sustentava seu discurso na ofensiva contra a oposição, abordando que “o Brasil novo” pregado por ele só seria possível quando os inimigos fossem banidos do poder, ou no caso de Lula e Brizola candidatos bem cotados nas pesquisas eleitorais, que não chegassem ao poder.

No processo eleitoral sua imagem seria trabalhada para derrotar opositores bem cotados nas pesquisas eleitorais. Renomados veículos de comunicação defenderam o projeto político de Fernando Collor quando percebeu que ele poderia ser a figura ideal para derrotar a oposição. Como por exemplo, a Revista Veja que explicitou apoio a Collor ou mesmo a Rede Globo influente emissora de Televisão que bem antes das eleições de 1989 já noticiava um ou outro evento do cotidiano dos pré – candidatos, e embora só manifestasse o apoio ao candidato Collor em 1989, se as vésperas da campanha, esses dois veículos atacavam as posições dos grupos políticos cujas ideias se opunham a políticas neoliberais. Isto nos leva a crer que antes de 1989, ambas poderiam até não ter um candidato definido, mas já era claro para elas quais candidatos ou projetos políticos deveriam combater.

A estigmatização de Collor como uma espécie de “Salvador da Pátria”, se deu principalmente pela sensibilidade política da população brasileira, em virtude das sucessivas crises políticas. Segundo Marra (1989: p. 56), “o eleitor simples, estava completamente desiludido com os políticos profissionais e muito preocupado com a

questão da corrupção”. Mediante a esta situação, o momento histórico facilitou a vinculação de Collor a uma espécie de salvador, de governante ideal. Girardet discute, em seu livro *Mitos e mitologias políticas* (1987), os modelos criados sobre a multiplicidade de imagens projetadas sobre um mesmo personagem. Estes modelos são fundamentados no processo de heroificação, “que resulta na transmutação do real em sua absorção no imaginário” (Girardet, 1987:72). Neste sentido, existem duas formas de criar-se um herói: a primeira é pela parcela de espontaneidade ligada ao real, à segunda é a construção intencional, a fabricação de um herói.

Fernando Collor pode ser enquadrado no segundo caso, o da construção de um herói. O discurso adotado por Collor e defendido pelos meios de comunicação, atribuía-lhe um caráter mítico, envolvido a ações imediatas e não a lembranças do passado, pois o então candidato não tinha uma longa carreira política e justamente por ter sido pouco explorado no cenário político nacional. Collor apareceu como um lançamento, um político inovador a serviço do povo brasileiro. Mesmo tendo nada de salvador o marajá de Alagoas, possuía um discurso redentor, discursava usando um misto de fé, esperança e justiça

Não venho em nome dos que tem fome de poder, mas sim em nome dos que tem fome de justiça. [...] venho em nome da fé como mandatário da verdade e sobre a inspiração da liberdade como justiça para promover a prosperidade coletiva. [...] quero ser a voz dos oprimidos, dos desassistidos, dos espoliados e dos humildes que nunca tiveram voz e nem vez no processo histórico brasileiro (Collor, apud Tavares, 1998: P.148).

Este discurso imbuído de esperanças levou grande parte da população brasileira a crer nas propostas do “Salvador”, do ser ideal criado pela mídia para satisfazer interesses capitalistas de pequena parcela da população e convencer a grande maioria que Collor era o candidato ideal. Curiosamente, de Janeiro a Agosto de 1989, foi exibido pela Rede Globo (emissora de televisão dirigida pelo influente empresário Roberto Marinho) uma novela escrita por Lauro Sergio Muniz, tendo como tema O Salvador da Pátria. Esta telenovela tinha como protagonista Sassá Mutema que incorporava a figura do bóia fria analfabeto, se tornando político poderoso e sendo

manipulado por políticos profissionais devido a sua ignorância. A imagem deste personagem foi uma sátira usada como propaganda contra a figura do então candidato esquerdista Luis Inácio Lula da Silva considerado pela oposição como um metalúrgico analfabeto. O discurso de extrema esquerda de Lula e sua CUT que causava temor à elite brasileira, serviram para personificar Collor.

[...] um mesmo legendário: o do homem providencial, do chefe, do guia, do salvador. Personagens símbolos, através de um e de outro exprime-se uma visão coerente e completa do destino coletivo. Em torno deles cristalizam-se poderosos impulsos de emoção, de esperança e de adesão (Girardet, 1987: p. 70).

A figura cômica de Sassá, como um herói que nunca foi herói, transferia a Collor a imagem do homem providencial apontado por Girardet, no qual o processo de heroificação pressupõe a adequação entre a personalidade do salvador e a sociedade, em dado momento de sua História. O principal recurso usado por Fernando Collor contra Lula foi o poder da oratória, convertido em propaganda. Collor parecia ter um pacto com as elites nacionais, tanto que, em entrevista após sua eleição, foi questionado sobre o apoio recebido da burguesia brasileira e traduzido em aparato publicitário. “Ele respondeu que havia pago esta dívida derrotando Lula, a besta-fera das burguesias”(Oliveira, 1992: p.19).

Na campanha eleitoral de Fernando Collor de Mello predominou uma intensificação do modelo simbólico, para trabalhar o imaginário social, na qual a manipulação de símbolos, imagens e slogans transmitem os conflitos e lutas em torno da apropriação do poder. “Toda a forma de poder político não pode ser historicamente concebida e justificada se não como aparato jurídico de um real poder econômico” (Gramsci, 2005: p. 85). Este poder é determinado por um ordenamento de relações de força onde a classe dominante tenta impor-se politicamente sobre as classes oprimidas através da reprodução cotidiana de um capital que se aloja nas diversas conjunturas. Diante da discussão de Gramsci, a homogeneidade da consciência própria e a governabilidade do capitalismo se realizam precisamente no terreno da batalha cultural.

Esta articulação do poder hegemônico associado à publicidade, contribuiu de maneira espetacular para que a inflável ascensão de Collor acompanhada necessariamente pela adesão coletiva emergisse num mundo de ilusões, sonhos e símbolos. “Ainda que o poder simbólico não consista apenas numa figuração do real, mas também numa maneira de duplicar e reforçar a dominação” (Baczko, 1996) garantindo a adesão e a imposição hierárquica. Feuerbach, trabalha a ilusão como forma de sustentar o sagrado, tendo em vista que o ilusório intensifica a fé se configurando no real simbólico.

E sem dúvida o nosso tempo... prefere a imagem à coisa, a copia ao original, a representação à realidade, a aparência ao ser... Ele considera que a ilusão é sagrada, e a verdade é profana. E mais: a seus olhos o sagrado aumenta à medida que a verdade decresce e a ilusão cresce, a tal ponto que, para ele o cumulo da ilusão fica sendo o cumulo ao sagrado (Feuerbach, apud Debord, 1997: p. 13).

Conforme descreve Feuerbach (Debord, 1997) a ocultação da verdade ou do real aumenta a ilusão, este fator resulta na criação de um ser ou mundo imaginário, que embora não existam de forma real, os agentes políticos e midiáticos o figuram como real, na intenção de que a coletividade assim a entenda. Neste sentido, Collor inaugura no Brasil a primeira eleição mediada intensamente pelo jogo dos signos, embora o uso dos meios de comunicação como recurso político não seja novidade, nem um fato recente, pois “desde a Roma antiga que os homens usam deste artifício como forma de persuadir e, sobretudo, criar ícones políticos mitificados” (Gonçalvês, 2004). Mesmo não conhecendo o nome marketing havia, ainda que de forma rude, toda uma propaganda política e mais que isso uma articulação simbólica para garantir o poder, as técnicas de comunicação eram frequentemente usados pelos imperadores romanos.

O marketing próprio da contemporaneidade amparado pelos recursos tecnológicos, adotou um caráter de espetacularidade, principalmente pelo uso das imagens e a rapidez com que as pessoas têm acesso a estas imagens e as notícias, às vezes ao vivo pela TV e rádio ou, em poucos dias pela imprensa escrita (jornais, revistas). “Os meios de comunicação contribuem de maneira particular para adaptar o

imaginário a atores políticos e sociais que lhes é atribuído” (Baczko, apud Debord, 1996).

A campanha eleitoral de Collor apresentou uma rearticulação tanto política, quanto midiática acompanhadas por novas técnicas. Collor incorporou a imagem de um herói, de um salvador, algo novo no cenário nacional, já que o caráter atribuído aos líderes políticos até então, estava envolto a formalidades. Tendo em vista este aspecto Collor foi estratégico e até mesmo inovador, não por ser um orador dotado da qualidade se “simulador” (Maquiavel), mais por usar o corpo, sua juventude, o esporte, como forma de se fazer moderno em contraste aos políticos profissionais que haviam participado da História política do país. Outro aspecto marcante é a forma pela quais os veículos de comunicação legitimaram através dos signos, slogans e imagens o discurso de Collor.

Baczko discute o nome adotado para este aperfeiçoamento e compreensão das novas técnicas de apropriação do imaginário o: *Savoir-faire* (saber-fazer, em francês).

Só no discurso do último meio século é que o *savoir-faire* e as técnicas mais ou menos artesanais da propaganda acenderam ao nível da cientificidade.[...] A invenção de novas técnicas, bem como seu refinamento e diferenciação, implicavam a passagem de um simples manejo dos imaginários sociais à sua manipulação cada vez mais sofisticada e especializada (Baczko, 1996: p. 297).

As propagandas influenciaram significativamente na campanha eleitoral de 1989. A figura de Collor foi trabalhada pela Revista VEJA, propagandeada em detrimento dos demais candidatos. Na Veja, de 19 de julho 1989, a revista trás uma chamada em letras grandes: “Folgado em primeiro”. Abaixo a fala de Collor “Eu só jogo para fazer gol” transmitia a idéia de homem forte e vencedor. O próprio nome Collor quase sempre aparecia na revista primeiro que o nome do opositor: “O Presidente Collor ou o Presidente Lula” (Veja, 22 novembro 1989), os dois ll do nome Collor apareciam em verde e amarelo as cores que representa o Brasil. Constantemente aparecia na revista o slogan que marcou a campanha de Collor “O caçador de Marajás” (Veja, 31 maio 1989). A maneira com que o nome e a figura de Collor eram

organizados na revista, tinha como intenção trabalhar de forma inconsciente o imaginário coletivo, isto mostra um “manejo sofisticado” (Baczko, 1996) de fazer da propaganda ainda que expressamente construindo uma imagem, se passar como indireta, embutida em pequenos detalhes que a torne grande, mas isso de forma refinada.

Os recursos midiáticos usados na campanha eleitoral de 1989 possibilitaram a criação de um personagem imaginário sobre a pessoa de Fernando Collor de Mello. “O Salvador da Pátria”, “O caçador de Marajás” ou o “defensor dos descamisados” só chegaram a existir no mundo imaginário do qual Collor foi o protagonista. Segundo Guy Debord a produção de espetáculos transferiu o que era vivido à mera representação, capaz de tornar o homem alienado.

O espetáculo na sociedade corresponde a uma fabricação concreta da alienação. [...] A alienação do espectador em favor do objeto contemplado (o que resulta de sua própria atividade inconsciente) se expressa assim: quanto mais ele contempla menos vive, quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos compreende sua própria existência e seu próprio desejo (Debord, 1997, p.24).

O espetáculo pode ser expresso no momento em que a mercadoria ocupa completamente a vida social, assim o “ser” está intimamente relacionado ao “ver”. “O espetáculo é uma permanente guerra do Ópio” (Debord, 1997: p. 32) onde as imagens organizadas num verdadeiro show midiático transforma o ser numa espécie de mercadoria que tende estrategicamente a corresponder a necessidade do espectador que “se converte a consumidor de ilusões, onde a mercadoria passa a ser essa ilusão efetivamente real e o espetáculo é sua manifestação geral”. (Debord, 1997, pág. 33) O consumo desta mercadoria ilusória se dá pela submissão inconsciente dos homens, principalmente os despossuídos a um poder legitimado pelo espetáculo.

[...] exige a participação da grande maioria dos homens, como trabalhadores, assalariados, na busca infinita de seu esforço; todos sabem que deve submeter-se a ela ou morrer. É a realidade desta chantagem: o uso sob sua forma mais pobre (comer, morar). [...] O

consumidor real torna-se consumidor de ilusões (Debord, 1997: p. 33).

É comum, no meio político, o uso desta chantagem como forma de arraigar votos, utilizar a realidade sofrida de grande parte da população como estratégia, pois estes tendem a se encantar com maior facilidade ao mundo do espetáculo. “O princípio que leva o homem a agir é o coração suas paixões e os seus desejos” (Baczko, 1996: p. 301). A vida miserável em que vivia milhares de famílias brasileiras, facilitou a venda da mercadoria Collor no mercado consumidor de espetacularidades. As propostas de Collor pareciam suprir o desejo desta classe trabalhadora que ansiava melhores condições.

Na imagem exibida pela Revista Veja n.º 48, 6 de Dezembro 1989, na matéria intitulada como “Batalha eletrônica” em letras menores “Collor e Lula iniciam na TV disputa para mostrar quem é o candidato do povo”. A revista tendenciosamente faz uma análise sobre algumas figuras estampadas que propagavam a eleição de Collor, além do nome Collor escrito em verde, amarelo e branco, o trocadilho no centro da bandeira brasileira “Collor é progresso”. Na análise o editor da revista comenta a estratégia: “o truque tem duplo sentido – sugere que Collor é a ordem e Lula, a desordem.” Longe de ser imparcial este comentário era o reflexo do que a mídia brasileira no geral estava propagando naquele período, o “bem” contra o “mal”, como foi abordado no capítulo anterior a imagem construída sobre Collor se fundamentou no estigma de ruim e desorganizado atribuído a oposição.

Baczko discute o fetichismo da mercadoria como reflexo da representação coletiva. Nesta perspectiva a ideologia da classe burguesa exprime uma falsa idéia da realidade usando este fetichismo para transformação estrutural desta mesma realidade, onde a classe trabalhadora passa a ser classificada como subalterna. O combate à

ideologia burguesa por parte dos trabalhadores revela a tentativa de libertação de qualquer controle da classe dominante. No embate ocorrido no segundo turno eleitoral de 1989 podemos identificar duas correntes ideológicas diferentes: Collor com idéias explicitamente voltadas para um capitalismo liberal e Lula com um discurso socialista fundamentado no apoio ao trabalhador e no investimento em empresas estatais. Na Revista VEJA, 29 de novembro de 1989, foi divulgada uma entrevista entre estes dois candidatos.

Vou vencer com o meu programa que é social democrata e adequado a nossa realidade. As idéias do PT faliram no mundo inteiro (Fernando Collor de Mello, 1989).

Vamos ganhar pelo debate entre os despossuídos e os que possuem muito no Brasil. Collor só terá o apoio das forças mais retrógradas (Luiz Inácio Lula da Silva, 1989).

Collor aproveitou-se da desagregação política dos países socialistas, no final dos anos 80 (oitenta), para crescer com as idéias capitalistas e o seu plano nomeado de social democrata, de modo que uma terceira via política: a social democracia possibilitaria a dissociação da política de Collor com a velha política, o que Lula definia como: as forças retrógradas. Segundo Hobsbawm foi esta rejeição que possibilitou a política de homens desconhecidos no cenário nacional. “Em sua rejeição a velha política, os eleitores do Brasil e do Peru em 1989 e em 1990 elegeram homens para presidência com base em que deviam ser dignos de confiança, pois nunca tinham ouvido falar neles antes” (Hobsbawm, 2006: p.407).

O candidato Collor, propagado pela Revista Veja possibilitava a representação de um modelo político que intermediava o capitalismo e socialismo. O socialismo estava sendo enxergado como algo ruim, que quase causou uma terceira guerra mundial, seu fim significava acabar com o mal pela raiz. A manutenção da ideologia burguesa “dissimula as relações de dominação e de exploração capitalista apresentando um Estado burguês como interesse de todos” (Baczko. 1996: p. 304).

Esta ideologia estava impregnada no discurso de Collor, que se colocou em defesa dos despossuídos . Embora as propostas de Lula estivessem direcionadas aos



trabalhadores, o discurso de Collor se apropriava da imagem antagônica de Lula para convencer os “despossuídos” de que apenas ele poderia construir um Brasil novo. O fato é que Lula e uma parcela considerável dos trabalhadores ligados a sindicatos e movimentos sociais apresentavam uma forte ameaça ao poder burguês representado por Collor.

A Revista Veja indicava Collor como o candidato que possuía o apoio de todas as parcelas de classes que formavam o Brasil. O presidente da Federação dos Bancos diz em entrevista a Veja que estava preparado para qualquer resultado: “O PT não me mete medo”, mesmo alegando que a Febeahan(Federação dos Bancos) não apoiava nenhum candidato, declarava sua simpatia pelo candidato do PRN (Veja, 6 Dez. 1989). Este jogo de imagens tendentes a Collor reduzia as aspirações do proletariado brasileiro que compunha uma parcela dos trabalhadores que apoiavam o candidato Lula.

Como afirma Guy Debord: “o segredo generalizado mantém-se por trás do espetáculo” (Debord, 1997 pág. 176), onde apenas nos bastidores é articulado o que será transmitido aos espectadores. Visivelmente os capitalistas e os meios de comunicação dão sustentabilidade a este capitalismo, já que abraçaram a campanha de Collor, embutindo atrás dos signos e promessas o real interesse da campanha. Este segredo torna-se o principal aspecto da representatividade, figurando uma falsa representação, neste caso a verdade fica reduzida a hipóteses que raramente são traduzidas..

Não resta dúvida da participação da imprensa na construção da farsa do “caçador de Marajás”, as situações criadas por Collor e as atitudes tomadas na interpretação de um homem heróico, eram capitadas e divulgadas com o intuito manipulador. As pessoas são atraídas pela característica de vencedor, de modo que tendem a votar no candidato em que os números apontam em primeiro lugar. Collor sempre aparecia na revista em primeiro lugar: “na porta de entrada” (Veja, 15 Nov. 1989) mostrando a preferência popular que rendia ao candidato do PRN mais votos do que a oposição, obviamente estes números eram intensificados pelos editores das matérias divulgadas. “O prodígio

das Urnas”, “O sossego de campeão” (Veja, 22 novembro 1989), matérias que ampliavam o sucesso representativo de Collor, influenciando a vida de várias pessoas.

A fabricação do fetichismo político (Baczko, 1996) evidencia a modificação de características e atitudes para obter a simpatia, e o sucesso almejado, criando sobre este ser um personagem que atraia a atenção, e perdendo sua autenticidade transmita um aspecto de status, de potencial quase sobrenatural. O homem prodígio revela Collor como o ser do “impossível”, ele apenas ele poderia salvar o país. O homem político poderia ser ele mesmo, mas prefere aparecer, perder a autenticidade optando por “simular e dissimular. Para manter o espetáculo, o ser imaginável se oculta diante da verdade omitindo e desdizendo sempre para manter a credibilidade diante da população. Collor embora fosse enquadrado ao que ele próprio designou como “Marajá”, se omitia atribuindo esta característica aos funcionários públicos do pleito que era a oposição: o governo do então presidente José Sarney.

Guy Debord propõe dois eixos de abordagem: O espetáculo ligado à mercadoria e o capitalismo, semelhante a um reality show no qual a imagem é a própria mercadoria vendida. O segundo eixo é separação entre o real e a representação, esta divisão faz do representativo uma figuração do que é real, no qual uma das maiores virtudes é a capacidade de articular meios que torne o imaginável real, e esta técnica extingue a autenticidade dos acontecimentos, bem como do ser imaginado.

Outro ponto decisivo na campanha de Collor foi o apoio de Roberto Marinho com forte influência nos meios de comunicação (Globo e afiliadas). Os empresários vinculados a estes grupos temiam o avanço da esquerda, no caso o candidato Lula e o candidato Brisolla. Eles apostaram em Collor por achá-lo o mais capacitado. Roberto Marinho em entrevista a folha de São Paulo explica sua adesão a Collor: “Ele era o mais equilibrado e ponderado”, “era o que tinha mais condições de derrotar Lula e Brisolla” (apud, Conti 1999: p. 45). A Rede Globo explicitamente consagrou Collor. O vice-presidente da emissora, José Bonifácio assumiu o favorecimento demasiado a Collor, em entrevista comentando o último debate entre Collor e Lula exibido pela Rede Globo:

“A edição do JN a meu ver foi infeliz porque acentuou a superioridade do vencedor, só poderia ser considerado anti-ético se tivesse intervindo as posições.” (apud Conti 1999: p. 52). Este favoretismo, partindo dos meios de comunicação de maior influência divulgava sempre Collor como o melhor e os demais candidatos como o piores. Segundo Conti (1999) “o objetivo principal de Collor era ser conhecido pelos brasileiros como o jovem energético”, e de fato esta característica foi transmitida com fervor, chegaram a editar no jornal popular n.º 13.180 uma matéria com o título “Indiana Collor”, a expressão da força, saúde e coragem atribuída ao Collor.

Conti define a campanha de Collor com duas palavras: “Propaganda e dinheiro”. Neste sentido Collor foi estratégico, investiu na aparência e no marketing, mostrando-se uma pessoa heróica, jovem, corajosa e desportista e com idéias novas que modificariam o Brasil. Cabe-nos levar em consideração que há quase três décadas não havia eleições diretas de modo que o especulo articulado politicamente aumentava o clamor e a expectativa popular. Na Revista VEJA de 15 de novembro de 1989 surge uma publicação justificando o “sucesso de público: A eleição de 1989 contagia os brasileiros e provoca maior mobilização popular da História do país desde a campanha pelas Diretas Já” (VEJA, 15/11/1989). Contudo a propaganda espetaculosa rendeu a Collor uma vitória também espetaculosa transmitida de forma marcante pela Revista VEJA “O dia do caçador”. “O novo presidente é um homem tenso e vaidoso, que cultiva doze superstições diferentes e possui um carisma que encantou milhões de brasileiros” (VEJA, 24 dez. 1989).

Em meio aos fatores constitutivos do espetáculo foi eleito o encantador de Marajás, (Mendes, 1999). A proliferação de imagens visuais parece obscurecer a apreensão da sociabilidade contemporânea. Em geral, a percepção tradicional proveniente do senso comum concebe as imagens como algo descartável, a espetacularidade momentânea destas imagens impressionam e mobilizam de fato as pessoas, porém poucos a vêem como o resultante de uma manipulação, sempre orientada internacionalmente e pertinentes às relações públicas e ao marketing.

A possibilidade que nomeia o mundo contemporâneo como o mundo das imagens está subestimada ao capitalismo monopolista que gere uma concorrência de marcas, de aparências pertinentes ao capitalismo atual, no qual o show midiático viabilizou uma nova dimensão pública incorporadas num sentido de vivência onde grande parte do eleitorado se via representados no discurso do “salvador da pátria”.

REFERÊNCIAS

a) Documentação Textual

JORNAL O POPULAR – Indiana Collor. 16.06.1989; n.º 13.180.

REVISTA VEJA. Onde Lula é o demônio. São Paulo, Abril, ed 1108, ano 22 – n 48. 6 de dez de 1989.

REVISTA VEJA – Folgado em primeiro. São Paulo, Abril, ed. 1.088, ano 22 – n.º 28. 19 julho de 1989.

REVISTA VEJA – Agora o Combate que decide a sorte do Brasil. São Paulo, Abril, ed. 1.106 ano 22 – n.º 46 22 de Dezembro 1989.

REVISTA VEJA – O caçador de Marajás. São Paulo, Abril, ed. 1.081, ano 22 – n.º 21, 31 de maio de 1989.

REVISTA VEJA – Jogo para fazer Gol. São Paulo, Abril, ed. 1.106 ano 22 – n.º 46 22 de novembro 1989.

REVISTA VEJA – Duelo de Argumentos. São Paulo, Abril, ed. 1.107, ano 22 – n.º 47, 29 novembro 1989.

REVISTA VEJA – “PT não me mete medo”. São Paulo, Abril, ed. 1.108 ano 22 – n.º 48, 6 Dezembro 1989.

REVISTA VEJA - A Batalha final para mudar o Brasil. São Paulo, ed. 1.109, ano 22 – n.º 49, 13 de Dezembro 1989.

REVISTA VEJA – Batalha eletrônica. São Paulo, Abril, ed. 1.108, ano 22 – n.º 48, 6 de Dezembro 1989.

REVISTA VEJA – Miséria e Esperança. São Paulo, Abril, ed. 1.108, ano 22 – n.º 48, 6 Dezembro de 1989.

REVISTA VEJA – A classe A. São Paulo, Abril, ed. 1.107, ano 22 – n.º 47, 29 novembro 1989.

REVISTA VEJA – O dia do Caçador. São Paulo, Abril, ed. 1.110 ano 22 – n.º 50, 24 de Dezembro 1989.

REVISTA VEJA – Na porta de entrada. São Paulo, Abril, ed. 1.105, ano 22 – n.º 45, 15 de novembro de 1989.

REVISTA VEJA – O prodígio das Urnas. São Paulo, Abril, ed. 1.106, ano 22 – n.º 46, 15 de novembro 1989.

REVISTA VEJA – Sucesso de Público. São Paulo, Abril, ed. 1.105, ano 22 – n.º 45, 15 de novembro de 1989.

b) Obras Gerais

BACZKO, B. *Imaginário Coletivo*. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985, v. 5, p. 290-332.

_____. *Utopia*. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/ casa da moeda, 1985, v. 5, p.333-396.

CONTI, Mário Sergio. *Noticias do Planalto: A imprensa e Fernando Collor: Campanha das letras*: São Paulo, 1999.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Contraponto: Rio de Janeiro, 1997.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Companhia das letras: São Paulo, 1987.

GONÇALVES, Ana Teresa Marques *Construção e Inserção de Imagens na Memória Política Romana: O Caso dos Severos*. *História Revista*. Goiânia, v. 9, n. 1, p. 107-144, 2004.

GRAMSCI. *Poder, Política e Partido*. Expressão popular: São Paulo, 2005.

GREGOLIN, Rosário do Maria; GRUVINEL, Fátima de Maria; KHALIL, Gama Marisa. *Análise do discurso: entorno do sentido*. Cultura acadêmica: São Paulo, 2001.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*. Companhia das Letras: São Paulo, 2006.

MACIEL, Davi. *Democratização e manutenção da ordem na transição da ditadura militar a Nova Republica*. Goiânia: UFG, 1999. (Dissertação de mestrado)

MARKUM, Paulo. *O melhor do roda viva*. Conex: São Paulo, 2005.

MARRA, Mendes Terezinha. *O encantador de marajás*. Frank Soudant: Brasília, 1999.

RÉMOND, René. *Por uma História Política*. FGV: São Paulo, 2003.

TAVARES, Olga. *Fernando Collor: o discurso Messiânico e o clamor ao sagrado*. Annablume: São Paulo, 1998.

PLEBISCITO PARA A DIVISÃO DO PARÁ: DOS TERRITÓRIOS À HOMOGENEIZAÇÃO CULTURAL NAS PROPAGANDAS DO NÃO

Flávia Marinho Lisboa

flaviamlisboa@gmail.com

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Mestranda do Programa “Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia” (PDTSA)

Bolsista Capes

Resumo

Grande parte das propagandas veiculadas no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral no Plebiscito 2011 para divisão do Pará que usaram cultura e identidade como pontos centrais do discurso partiu do comitê contra a divisão do Pará. Por esse motivo, debruçamo-nos para refletir sobre a noção que as propagandas dessa frente política têm de cultura. Como leitura de base, partimos de Santos (A gramática do tempo: para uma nova cultura política), considerando o conceito de “exclusão” para argumentar como as culturas periféricas (que não correspondem ao que é vendido pelo mercado) são excluídas do processo de construção de uma identidade paraense usada nas propagandas, promovendo a inexistência de outras vivências culturais, por meio do universalismo antidiferencialista, simplificando as complexidades culturais e de identidades.

Palavras-chave: Cultura, território, identidade regional.

Abstract

Most of the advertisements broadcast on schedule free Electioneering in the 2011 Referendum for Division of Pará who used the culture/identity as central point of the speech left the Committee against the Division of Pará. For this reason, we are to reflect on the notion that the advertisements this political front have culture. As basic reading, we left Boaventura de Souza Santos (the grammar of time: towards a new political culture), whereas the concept of "exclusion" to argue as peripheral cultures (which do not correspond to the capital of Pará) are excluded from the process of building an identity para used in advertisements, promoting the non-existence of other cultural experiences, through the antidiferencialista universalismby simplifying the complexities and cultural identities.

Keywords: Culture, territory, regional identity.

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a concepção de cultura e identidade regional das propagandas veiculadas no plebiscito para a divisão do estado do Pará¹, realizado em 2011. Quase todas as propagandas que tem a identidade como ponto central do discurso partem do comitê contra a divisão do Pará e, por esse motivo, iremos nos debruçar sobre a noção de cultura e de identidade que aparecem nas propagandas dessa frente política.

O que fazemos nesse artigo, basicamente, é buscar o funcionamento discursivo das propagandas do Não no sentido de entender que sentidos o Não tenta construir ao fazer uma relação direta entre território e cultura numa perspectiva homogênea, como se houvesse uma única identidade regional, comum a todos paraenses, correspondendo fielmente ao espaço geográfico de todo o Pará.

Para isso, teremos como método teórico e analítico a Análise do Discurso (AD) francesa, instaurada por Pechêux e Foucault, pautada no tripé sustentado pela Linguística, Marxismo e Psicanálise. A AD se ancora nessas três áreas, mas de maneira crítica. Parte do campo do Marxismo (a partir da leitura de Althusser) para mostrar que o linguístico é o meio de materialização da ideologia; da Linguística tira a estrutura linguística para embasar o entendimento do funcionamento discursivo em suas condições de produção; da Psicanálise freudiana (pela releitura de Lacan) concebe o sujeito inconsciente, que não é a origem do seu dizer, mas atravessado pela ideologia.

Entre os conceitos disponibilizados pela AD, utilizaremos no decorrer da análise as noções de efeitos de sentido, produção do sentido, formações discursivas e condições de produção. O termo mais recorrente é o “sentido”, conceituado pela AD como resultado da relação entre o discurso e suas condições de produção, condições essas que

¹O plebiscito para a consulta sobre divisão do Estado do Pará para a criação do Estado do Carajás e/ou do Estado do Tapajós, realizado em dezembro de 2011, foi convocado por meio dos Decretos Legislativos nº 136/2011 e nº 137/2011. As propagandas aqui referidas foram veiculadas no horário gratuito do rádio. A normatização das veiculações foi feita pelo Tribunal Superior Eleitoral, por meio da Resolução nº 23.354, que definiu a exibição da propaganda gratuita nos meios de comunicação, entre 11.11.2011 a 07.12.2011. No rádio, a exibição das propagandas plebiscitárias foi feita em blocos das 7h às 7h10 e das 12h às 12h10, e foram veiculadas somente às segundas, terças, quartas e sextas-feiras e aos sábados.

podem ser de nível imediato em que o enunciado acontece ou pode ser num nível mais amplo, exigindo o conhecimento das condições sociohistóricas e culturais. De forma geral, são as formações discursivas (conjunturas sociohistóricas, culturais e ideológicas), o que permite o discurso do sujeito se formular de uma determinada forma e não outra. Ou seja, o discurso do sujeito está assujeitado ideologicamente, pois é pela ideologia que o sujeito é interpelado, é a ideologia que condiciona as formações discursivas onde o sujeito se insere. Com isso, a produção de um sentido acontece dentro dessas condições, atrelado às condições de produção do sujeito e também pela consideração desse sujeito de quem é seu interlocutor. A partir disso, Orlandi (2007, p. 40) explica que ao dizer, o sujeito instaura de um jogo de imagens, formulado por um mecanismo de antecipação.

Temos assim a imagem da posição sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?) mas também da posição sujeito interlocutor (quem é ele para me falar assim ou para que ele lhe fale assim?), e também do objeto do discurso (do que eu estou lhe falando, do que ele me fala?). É pois um jogo imaginário que preside a troca de palavras.

Ou seja, como o sujeito não tem acesso às reais condições de produção de seu discurso, o jogo de imagens entre locutor e interlocutor é a forma que o locutor tenta delimitar seu discurso; o sujeito antecipa-se às reações do seu interlocutor, colocando-se no lugar desse, formulando seu discurso considerando a imagem que tem de si, do discurso que produz e do interlocutor para quem se dirige. Da mesma forma, presume a imagem que o interlocutor tem dele mesmo, do locutor e do discurso que lhe é dirigido.

É considerando essas questões da AD, que tratamos aqui brevemente, que podemos perceber como acontece a produção do sentido. Assim, o analista do discurso deve pautar-se pela premissa de que o discurso é produzido por um sujeito, que ocupa posições sociais e históricas, sendo elas responsáveis por condicionar as formações discursivas onde ele se insere e à relação que a formação discursiva estabelece com outras formações discursivas no espaço interdiscursivo. Nessa interação discursiva, o sujeito é concebido como clivado pelas ideologias que direciona essas formações discursivas, que limitam os discursos possíveis nessa conformação social.

Feito essas considerações do método analítico, destacamos ainda que as reflexões que presidem a análise também se pautarão nas reflexões de Milton Santos (2012), que entende o território como espaço em “uso”, e também em Boaventura de Souza Santos (2008), considerando o conceito de “exclusão” que traz nessa obra. Como exclusão, Santos (2008, p. 280-281) define que ela “é sobretudo um fenômeno cultural e social, um fenômeno de civilização. Trata-se de um processo histórico através do qual uma cultura, por via de um discurso de verdade, cria o interdito e o rejeita”. Por conta disso, achamos pertinente adotar o conceito para refletir sobre a inexistência de outras realidades culturais nas construções discursivas da propagandas contrárias á divisão territorial. O autor ainda completa o conceito de exclusão dizendo que ele é “dominado pelo princípio da segregação: pertence-se pela forma como se é excluído. Quem está em baixo, está fora” (2008, p. 280). É desta forma que tentaremos argumentar que as culturas que não se enquadram no estereótipo de identidade vendido pelo mercado são apagadas.

1 CONCEPÇÕES DE TERRITÓRIO DEFINEM AÇÕES SOBRE O SOLO AMAZÔNICO

Como a AD não permite fazer uma análise discursiva sem relacionar o dito com a história e suas condições de produção, para iniciar as reflexões que este trabalho propõe, considero importante fazer uma leitura do processo de ocupação da Amazônia, especificamente da região sul e sudeste do Pará (que corresponderia ao pretense estado de Carajás no Plebiscito 2011) numa tentativa de evidenciar as várias concepções de território que permeiam as ações sobre a região. Para tanto, partimos dos fatos históricos que marcam uma política desenvolvimentista para a região a partir dos anos 1960, já que desconsiderando as comunidades indígenas e outras tradicionais existentes no território amazônico, o governo militar abriu as portas para que grandes famílias e grupos econômicos, maioria do sul/sudeste do País, se instalassem e tomassem para si a quantidade de terras que quisessem e dessem conta de demarcar, eximindo nesse processo todos os demais cidadãos que chegaram depois, em busca de trabalho. É senso

comum que houve uma política de governo para ocupar a Amazônia, mas precisamos reafirmar que as vantagens garantidas para quem se candidatasse a tal empreitada não era para qualquer um, já que quem acabou sendo beneficiado com os financiamentos, grandes extensões de terras e outras vantagens não foram pessoas pobres.

As ações sociopolíticas e econômicas na Amazônia ainda hoje seguem os moldes desenvolvimentistas do projeto de governo dos anos 70 e isso fica muito evidente se destacarmos a forma como os grandes projetos econômicos que vêm se instalando na região, sempre com o apoio (e muitas vezes direcionamento) do governo, que, por sua vez, reforça seu papel de governança ao aplicar medidas que mantenham e reforcem a relação dominantes/dominados. É desde o início de sua ocupação que a Amazônia é vítima desse tipo de política, que vem adotando um modelo de modernização com base em megaprojetos de investimento e nas necessidades dessas produções se integrarem ao mercado mundial, sempre com o discurso de integração e desenvolvimento para o bem da população, conforme argumenta Castro (2012, p. 47).

O conceito de integração, nessa perspectiva, pressupõe necessariamente ações estatais, numa esfera supranacional. Não são mencionados nem valorizados os processos de integração existentes há séculos nas fronteiras, marcados por populações que ali vivem e têm suas práticas ancoradas em uma dada ordem social e econômica [...] A noção de Eixos Nacionais de Integração constituiu a estratégia maior para estreitar as relações com os países da América do Sul, na grande fronteira política, conformando um bloco econômico com maior poder de fogo, dada a organização em curso de outros nichos de mercado, nos diferentes continentes.

Como o foco dessa discussão é a região sul/sudeste do Pará, nossa reflexão é em torno dos acontecimentos e de indícios que evidenciam essa relação de um Estado desenvolvimentista com o mercado, revelando a concepção de território que esses agentes possuem sobre a Amazônia. Nesse contexto, o mercado pressiona as ações do Estado em seu favor e em detrimento dos interesses da população que vive na região. E o entendimento de que o benefício do mercado não o é para as populações locais parte do fato de “que [essas populações] funcionam com base em outra concepção de tempo e

espaço, ancorada no mundo da vida, da cultura, e, portanto, não mediatizadas pelo mercado” (CASTRO, 2012, p. 48).

Entre as ricas informações contidas no dossiê de Castro (2012) sobre a região amazônica, é importante dar destaque ao levantamento feito pela autora sobre o número de obras no setor de transporte. Apenas no Pará são 15 obras, e tomando por exemplo as rodovias Transamazônica, Cuiabá–Santarém (BR-163) e Porto Velho–Manaus (BR-394), apesar de parecerem distantes da fronteira nacional, fica evidente por meio de uma análise de fluxos feita pela autora de que essas rodovias “vincula[m] grandes eixos de transporte interno no país aos projetos na fronteira com outros países” (CASTRO, 2012, p. 50)

Castro (2012, p. 45) revela a estreita relação entre Estado (na formulação de políticas nacionais brasileiras) e mercado (com projetos de intervenção da Iniciativa para Integração da América do Sul - IIRSA), mostrando como as ações do Estado nos territórios de fronteira são totalmente direcionadas para atender as necessidades dos mercados de commodities. Isso fica mais claro quando Castro (2012, p. 49) destaca que a região amazônica está dentro de 2/3 da faixa de fronteira geográfica que o Brasil faz com 11 países da América do Sul. Com base nessa realidade, a autora sustenta que as ações de investimento do governo nessas áreas de fronteira, da Amazônia, têm o objetivo de dar passagem aos grandes projetos que têm se instalado na Amazônia, passagens estas que passam por cima, literalmente, dos valores, tradições e vivências das populações que “atravancam” o caminho do que o estado e o mercado chamam de desenvolvimento.

Com tudo isso, nesse conflito de interesses, um diferencial crucial é a noção de território que determina as ações do mercado e das populações locais sobre a região amazônica, sem esquecer o papel mediador do Estado entre esses dois polos e que também têm uma definição de território. Para fazer esta relação trazemos Haesbart (2009, p. 40), que nos apresenta três concepções de território, conforme abaixo:

- Política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também à todas as relações espaço-poder



institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado;

- Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva em que o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido;

- Econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão ‘territorial’ do trabalho, por exemplo.

Neste trabalho, território significa principalmente esse espaço delimitado e controlado, espaço de relações econômicas e de disputa nesse campo; mas, ao recorrer à subjetividade do eleitor, mobiliza sentidos referentes ao espaço de apropriação cultural. Utilizamos aqui a noção de território como a propõem Santos et al (2000) entendendo-o como território usado, que “é tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas. Tal ponto de vista permite uma consideração abrangente da totalidade das causas e dos efeitos do processo socioterritorial.” (apud Girardi, 2012). Entender assim o território permite que nos debruçemos sobre uma das dinâmicas de seu processo de constituição: a dinâmica discursiva, cujas estratégias evidenciam disputas de poder. “É consensual que o território é indissociável da noção de poder e que é limitante concebê-lo unicamente como os limites político-administrativos dos países” (GIRARDI, 2012).

Estabelecida a noção de território, partimos para o entendimento que o Estado, em benefício do Mercado e em nome da modernização da Amazônia, tem de território desconsiderado as vivências das populações tradicionais, que possuem um modo de vida baseado na apropriação coletiva e familiar do solo e seus recursos naturais (Castro, 2012, 48).

A noção de território adotada pelas políticas governamentais contraria o modo de vida dos grupos amazônidas, regidos por outra ordem social de tempo e espaço. Para esses grupos, o território é um “espaço sobre o qual um certo grupo garante aos seus membros direitos estáveis de acesso, de uso e de controle sobre os recursos e sua

disponibilidade no tempo” (Castro, 1997, p.105), contrário à pressa imbricada na concepção de tempo/espço que rege o mercado, cujas atividades vêm alterando as conjunturas sócio espaciais e reordenamento histórico-cultural².

Essas questões em torno do uso do território são determinantes, desde os anos 60, dos conflitos sócio territoriais que envolvem diversos atores nas dinâmicas de exploração dos recursos naturais, como a castanha (atividade de expressão até os anos 70, sendo Marabá o maior produtor mundial de castanha na época), madeira, minérios, e outras atividades da produção de commodities como a pecuária, grãos e energia.

Trazer essas concepções de território serve para lembrar que quando se fala em ocupação da Amazônia, reforça-se o desrespeito com as populações milenares que estavam na região antes dos “desbravadores” convidados pelo governo e das relações culturais/simbólicas que essas populações mantinham com o território. E essa prática de alijar essas populações do poder decisório de ações sobre o território até hoje é uma prática comum, já que para o estado e para o mercado o capital está acima dos interesses socioculturais de qualquer comunidade que venha atravessar o caminho do desenvolvimento. E esta sempre é a justificativa das ações dominantes sobre o território amazônico, a promoção de desenvolvimento, que traz a geração de emprego e renda e a quebra das desigualdades sociais.

2 TERRITÓRIO X IDENTIDADE: UMA CONSTRUÇÃO HOMOGÊNEA NA PROPAGANDA DO NÃO

A partir de dois excertos das propagandas do Não, procuraremos entender o funcionamento discursivo das peças para chegar aos sentidos que o Não tenta mobilizar por meio delas. Atente para as peças transcritas abaixo:

² Ver ARAUJO e HAESBAERT, F. G. (2007), onde se destaca que o papel dos movimentos sociais na luta pela afirmação material e simbólica dos modos de vida, das territorialidades e das identidades das populações tradicionais, a partir da década de 1980.

Querem tirar 83% das terras do Pará. É igual tirar do tacacá, os camarões, o jambú, o tucupi e até a goma. Só ia sobrar a cuia. Agora diga: Dá para gostar disso? Não e não. Ninguém divide o Pará. Vote 55. Contra a criação de Carajás.

Querem tirar 83% das terras do Pará. É igual tirar do Mangueirão a cobertura, as arquibancadas e mais da metade do campo. Agora diga, dá para entrar nesse jogo? Vote 55. Contra a criação de Carajás.

Separamos esses dois excertos por entendermos que partem de uma mesma formação discursiva e porque vimos neles um parentesco parafrástico, que nos permite usá-los para mostrar a ideia de unidade do Não. Nelas percebemos a noção de uma identidade regional, pautada em função de um imaginário de paraense que tem o tacacá e o Mangueirão³ como elementos culturais. Fazendo uso desses elementos, a propaganda não se preocupa com os eleitores do sul e sudeste do Pará, que não têm o tacacá como alimentação regular e que muitos até mesmo nunca viram o Mangueirão de perto. Mas o Não pode não se prender em agradar o eleitorado dessa região pelas próprias condições de produção, pois sabendo que a metrópole concentra maior número de eleitores que a região sul e sudeste do Pará, essa despreocupação com a falta de efeito do sentido presente nas propagandas sobre a população dessa região é justificada. Por outro lado, se a propaganda tiver efeito sobre os eleitores da metrópole, para os quais esses elementos são de fato importantes e fazem parte da sua vida cotidiana, o resultado da produção do sentido, o voto contra o Sim nas urnas, surtirá o efeito desejado: a não divisão do Pará.

Outro efeito de sentido que o Não mobiliza é o de aproximar o projeto de divisão do Sim à ação de “roubar”, como se o Sim estivesse tirando à força, sem permissão, o que é do Não, o território. Com isso, a propaganda gera nos eleitores uma antipatia ao Sim. Essa ideia continua sendo reforçada com a frase “só ia sobrar”. Ou seja, enquanto o Sim (Carajás e Tapajós juntos) ficaria com a maior parte, 83%, ao Não sobraria o

³ No nosso corpus, esses foram os únicos elementos culturais encontrados nas propagandas.

resto, só 17%, mobilizando o imaginário dos eleitores ao que se remete a ideia de resto, o que não serve mais, do que se tirou o que havia de melhor. Em outras palavras, o Sim iria tirar a parte rica do Estado e o Não ficaria com o resto. Dentro dessa construção discursiva, em que focam o tamanho do novo Pará, o jogo instaurado pelo Não é o de exemplificar a diminuição que o território sofreria por meio de elementos culturais muito caros ao povo belenense e de municípios vizinhos, para os quais não se pode imaginar um tacacá sem os ingredientes que o compõem e o Mangueirão sem a estrutura que o faz símbolo para uma população marcada pela paixão pelo futebol local.

A partir dessa reflexão sobre as produções de sentido das propagandas, retomamos Santos (2008) e Santos (2012) para acrescentar à discussão a premissa de que o território é responsável sim pelo delineamento de uma identidade, mas que, como entende Boaventura por exemplo, há diferenças culturais e essas estão ligadas à história que o território permitiu o sujeito vivenciar. Deste modo, como pode a população de todo o território paraense, com dinâmicas sócio culturais tão distintas, compartilhar de igual forma dos mesmos elementos culturais, como vemos nos excertos?

Da mesma forma, o geógrafo Milton Santos entende o território como espaço em “uso” (econômico, sobretudo) e, segundo nossa avaliação, está em consonância com as ideias de Boaventura a cerca da relação território/identidades. Abaixo, seguem considerações dos dois autores sobre as diferenças culturais e de como elas estão ligadas ao território onde vivem.

Assim, os lugares reproduzem o País e o Mundo segundo uma ordem. É essa ordem unitária que cria a diversidade, pois as determinações do todo se dão de forma diferente, quantitativa e qualitativamente, para cada lugar. Trata-se de uma evolução diacrônica, consagrando mudanças não homólogas do valor relativo de cada variável (...) Mas as ‘condições’, as ‘circunstâncias’, o meio histórico, que é também meio geográfico, devem paralelamente ser considerados, pois ‘não podem ser reduzidos à lógica universal’. No exame do processo que levou à constituição de um evento, é insuficiente considerar, apenas, o universal, lembra J.J. Goblots (1967, p. 10), quando aconselha fazer encontrar, no mesmo objeto, a unidade com a diferença. (SANTOS, 2012, p. 125)

a subjetividade ou identidade de uma pessoa ou grupo social num dado momento é um palimpsesto temporal do presente, é constituída por uma constelação de diferentes tempos e temporalidades (...) os quais são ativados de modo diferente em diferentes contextos ou situações (...) a sociologia das ausências parte da ideia de que as sociedades são constituídas por diferentes tempos e temporalidades e de que diferentes culturas geram diferentes regras temporais (SANTOS, 2008, p. 109)

A partir das citações dos dois autores, e tomando-as como direcionamento para as reflexões que fazemos aqui, entendemos que as propagandas do Não mostradas no início desse tópico desconsidera a diversidade de culturas existentes no Pará e toma a cultura belenense como verdade, a que representa todo o povo paraense, deixando de considerar que cada região tem uma história e que essa história está condicionada ao espaço geográfico e que, conseqüentemente, a cultura também atenderá a essa ordem local. O que queremos destacar é que o processo de ocupação da Amazônia e todos os desdobramentos a partir dele, dando um corte radical nas dinâmicas de vida, não aconteceu de igual forma na região metropolitana de Belém como foi na região de sul e sudeste. As condições geográficas, que delimita as condições de vida são diferentes em cada um desses locais e, portanto, a cultura também o é.

A cultura popular tem raízes na terra onde vive, simboliza o homem e seu entorno, encarna a vontade de enfrentar o futuro sem romper com o lugar, e de ali obter a continuidade, por meio da mudança. Seu quadro e seu limite são as relações profundas que se estabelecem entre o homem e o seu meio, mas seu alcance é o mundo (SANTOS, 2012, p. 327)

Assim, os elementos usados nas propagandas do Não deixam de contemplar a complexidade que é a cultura paraense, como a de qualquer outro estado, afirmando que elementos comotacacá, camarões, jambú, tucupi, goma, cuia e Mangueirão⁴ são símbolos da cultura paraense, o que evidencia nosso apontamento de que as propagandas possuem uma noção homogênea de cultura, como se todos os paraenses

⁴ No nosso corpus, esses foram os únicos elementos culturais encontrados nas propagandas.

compartilhassem de igual valor sobre esses elementos, excluindo qualquer possibilidade de existência das demais manifestações culturais dessa construção identitária paraense.

Quando Santos (2012, p. 126) diz que “o espaço não é apenas um receptáculo da história, mas condição de sua realização qualificada”, destaca-se a perspectiva de que o que acontece em determinado local, histórica e culturalmente, está ligado ao espaço geográfico, ao que esse espaço proporciona materialmente para os sujeitos. Assim, “as regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não realizariam” (SANTOS, 2012, p. 246). É dentro dessa perspectiva, que destacamos as relações com o espaço, determinadas com o que esse espaço possui para construção de uma história única em cada região, como fator que define as particularidades locais e que vão construir uma memória coletiva específica para cada realidade, que condiz com as dinâmicas de vida de cada sociedade, sendo essa memória coletiva “o elemento de coesão garantidor da permanência e da elaboração do futuro (SANTOS, 2012, p.329).

Para entender o conceito de exclusão que adotamos de Santos (2008), considero importante mencionarmos outros conceitos que vão fomentar a ideia de exclusão. Resumidamente, o autor argumenta que a partir de uma “razão metonímica” a homogeneização cultural é instituída pelos “universalismo antidiferencialista” e “universalismo diferencialista”. O autor diz que a razão metonímica é uma das lógicas da racionalidade que existe no mundo e, nessa razão, admite-se que uma parte só pode ser pensada na relação com a totalidade.

A razão metonímica é obcecada pela ideia de totalidade sob a forma da ordem. Não há compreensão nem acção que não seja referida a um todo e o todo tem absoluta primazia sobre cada uma das partes que o compõem...as possíveis variações do movimento das partes não afectam o todo e são vistas como particularidades. Na verdade, o todo é uma das partes transformada em termo de referência para as demais. É por isso que todas as dicotomias sufragadas pela razão metonímica contém hierarquia: cultura científica/cultura literária; conhecimento científico/conhecimento tradicional; homem/mulher; cultura/natureza; civilizado/primitivo; capital/trabalho; branco/negro; Norte/Sul; Ocidente/Oriente; (...) e assim por diante (Santos, 2008, p. 97 e 98).

É por meio da razão metonímica que se produz as não-existências, desconsiderando/excluindo tudo que não se encaixa na sua totalidade e no seu tempo linear (Santos, 2008, p. 102). Segundo o autor, há cinco formas de produzir a não-existência, que são constituintes da razão metonímica e que resultam na exclusão. E para a reflexão no nosso trabalho, parafraseamo-las a partir da interpretação que temos da cultura apresentada nas propagandas do Não.

A primeira seria conceber a alta cultura como critério único de verdade, qualidade e estética; a segunda é a visão de um tempo linear, onde é atrasado o que não está no mesmo ritmo do que é declarado avançado; em terceiro lugar, estaria a naturalização das hierarquias, tornando a inferioridade algo natural e insuperável; a quarta forma seria o entendimento da Escala dominante sob as formas universal e global. Universal porque vigoram independente de contextos específicos, portanto precede todas as outras realidades que dependem de contextos. E a globalização que privilegia as realidades que alargam seu âmbito a todo o globo. Em contrapartida, as realidades definidas como particulares ou locais estão aprisionadas em escalas que as incapacitam de estarem no âmbito universal e global. Por último entraria a lógica produtivista onde o crescimento econômico é um objeto racional inquestionável para existir ou não existir. Então, resumindo, as cinco formas de produzir a não-existência, legitimada pela razão metonímica, seria estigmatizando o outro como ignorante, residual, inferior, local e improdutivo.

Usando esses mecanismos de instaurar a não-existência para refletir sobre a exclusão de outras culturas na propaganda do Não, entendemos que todas as formas elencadas pelo autor se relacionam com o processo de construção de uma identidade homogênea veiculada no Plebiscito. Acreditamos que ao usar apenas elementos culturais que têm maior valor à região de Belém e municípios vizinhos, estabelece-se esses símbolos como referência e a única cultura válida para todo o Pará, contemplando também a ideia de ser uma cultura avançada, desconsiderando outras culturas como a cultura do atrasado. Assim, podemos citar os indígenas, o seringueiro, o garimpeiro e os camponeses situados em conflitos agrários, que tanto marcam a história da região como

exemplo de outras configurações culturais relacionadas à história da região. Adotamos a citação de Santos (2008) para embasar a total exclusão de identidades regionais.

Esta metamorfose é bem visível, mas não deve fazer-nos perder de vista o que fica fora dela, ou seja, todas as culturas que não são valorizáveis no mercado cultural global ou porque não se deixam apropriar ou porque a sua apropriação não suscita interesse. Estas culturas outras são votadas a uma forma tão radical de exclusão quanto o extermínio, são apagadas da memória cultural hegemônica, são esquecidas ou ignoradas, ou quando muito, subsistem pela caricatura que delas faz a cultura hegemônica. Ignoradas ou trivializadas, não têm sequer virtualidades para serem estigmatizadas ou demonizadas. Em qualquer caso, são vítimas de espistemicídio. Nas condições da globalização da cultura a homogeneização cultural opera tanto pela recuperação descontextualizadora como pela eliminação cognitiva (SANTOS, 2008, p. 301)

Continuando a análise da propaganda do Não, relacionando-as com as cinco formas de promover não-existência de culturas não hegemônicas, acreditamos que a propaganda do Não (com enfoque identitário) reflete a naturalização das hierarquias, onde a cultura belenense é superior a das outras regiões do Pará, sendo considerada como alta cultura numa escala dominante, única capaz de se enquadrar nos âmbitos universal e global, que “vigoram independente de contextos específicos”. A última forma, a do improdutivo, é a única onde as regiões que querem se separar não se enquadram, pois são consideradas ricas, tendo esse reconhecimento explícito nas próprias propagandas do Não, quando argumentam que a divisão do Pará implicaria em perda de divisas, já que as regiões sul e sudeste do Pará possuem grande potencial econômico⁵, o que motiva, especialmente, a disputa territorial entre as duas frentes políticas.

3 CONCLUSÃO

⁵ “De janeiro a maio deste ano, Parauapebas foi o município brasileiro que mais exportou (US\$ 3,755 bilhões), seguido por São Paulo (US\$ 3,675 bilhões), Santos-SP, Rio de Janeiro-RJ e Angra dos Reis-RJ. Parauapebas registra também o maior superávit comercial do período”. (Parauapebas: pobre cidade rica, 2013).



Depois de argumentarmos que as propagandas constroem uma identidade homogênea para o Pará, chegamos ao fim deste trabalho à conclusão de que essa premissa caminha com um objetivo, que seria mobilizar determinados efeitos de sentidos nos eleitores, por meio dessas propagandas. Efeitos esses que produzem um “nós” imaginário e que tentaremos explicar aqui, ainda que de forma tímida.

Acreditamos que as propagandas do Não apelam para elementos culturais, em busca desse “nós” imaginário que compartilham de uma identidade/cultura comum, homogeneizada em todo o território paraense, na tentativa de inculcar a não divisão do estado. Com isso, defendemos que com a “invenção” de uma identidade comum, nas propagandas, primeiro, tem-se a pretensão de gerar nos eleitores um apego a símbolos culturais para depois gerar um sentimento de perda dessa cultura/identidade, relacionando essa perda à divisão do estado, gerando uma antipatia no eleitor ao projeto de divisão do Sim. É relevante se levar em consideração, no nosso ponto de vista, que esse efeito é mais esperado dos eleitores que de fato compartilham desses elementos identitários no seu cotidiano (os belenenses e municípios vizinhos), porém, para outras pessoas (das outras regiões do estado que não têm o mesmo apego a esses símbolos culturais), como as do sul e sudeste do Pará, esse sentimento não é mobilizado pelo simples fato de os signos utilizados não terem a mesma importância/significação em suas vidas, em suas condições de existência.

Consideramos essa homogeneização presente nas propagandas reducionista, pois, mobilizada pelo universalismo antidiferencialista, não representa as outras vivências culturais do estado paraense e simplifica as complexidades culturais e identitárias.

[esta] homogeneização cultural partiu de uma dada norma de sociabilidade e de um dado campo de representações culturais que transformaram em universais, subordinando a uma e outras todas as normas e representações que com elas discrepavam. Tal subordinação, além de falhar no seu objetivo igualitário, teve um efeito descaracterizador e desqualificador sobre todas as diferenças culturais, étnicas, raciais, sexuais sobre as quais se sustentava, pela negação, a mega-identidade nacional sancionada pelo Estado (...) há que reconhecer que nem toda diferença é inferiorizadora. E, por isso, a

política de igualdade não tem de se reduzir a uma norma identitária única (...) Sempre que estamos perante diferenças não inferiorizadoras, uma política de igualdade genuína é a que permite a articulação entre identidades discrepantes e entre as diferenças em que elas assentam (...) temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza (SANTOS, 2008, p. 312).

Entendemos também que como não é conveniente para as propagandas do Não dizerem que são contrárias à divisão apenas por questões econômicas, já que assim sustentariam o discurso do comitê rival⁶, o Não argumenta que se posicionam contra a divisão também para manter uma identidade/cultura, remetendo à uma premissa de que ao se separarem os espaços reformulados geograficamente iriam comprometer suas relações culturais, sendo elas também “cortadas”, ainda que sua permanência nas localidades não seria afetada. Com isso, tenta-se inculcar no eleitor que pelo simples fato de que o território mudaria de nome, sua cultura não seria mais a mesma. Por outro lado, oculta-se o que está de fato em jogo na disputa política pelo domínio sobre as regiões separatistas, que são suas potencialidades econômicas.

REFERÊNCIAS:

COSTA, Rogério Haesbaert da. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

GIRARDI, Eduardo Paulon. *Atlas da questão agrária brasileira*, Disponível em <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/espaco_territorio.htm> Acesso em 11.03.2012

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: Princípios e procedimentos*. 7ª. Ed. Campinas: Pontes, 2007.

PARAUPEBAS: POBRE CIDADE RICA. Disponível em <<http://www.marabanoticias.com/noticias/cotidiano/755-parauapebas-pobre-cidade-rica>> Acesso em 13 de agosto de 2013.

⁶ Há um interdiscurso nas regiões sul e sudeste de que este território contribui sobremaneira para o PIB do Estado e que o governo do Pará concentra os recursos derivados dessa produção apenas na região metropolitana.

REVISTA REALIDADE, edição especial de outubro de 1971, p. 118.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. (Coleção Milton Santos, 1)

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CONCEITO DE “COMUNIDADE” NA OBRA *FILOSOFIA DO DIREITO* DE HEGEL

Flávio Silva de Oliveira
E-mail: flavios-o@hotmail.com
Universidade Federal de Goiás
Doutorando em História
Bolsista CAPES

Resumo

O conceito de “comunidade” centraliza todo o pensamento político-filosófico de Hegel. A *Filosofia do Direito* (1821) estabelece como meta a reconstrução histórico-filosófica dessa ordem mais abrangente à qual o homem pertence. O questionamento hegeliano volta-se, portanto, para os processos de formação (*Bildung*) do homem como partícipe da comunidade. A reconquista desse universal substancial é possível apenas compreendendo o homem, o ser vivente que é, vivendo para além de si mesmo em uma vida social, em uma comunidade. A formação é o processo através do qual o homem deve ascender a um ponto de vista de si mesmo como integrante desta ordem mais abrangente. Assim, a questão que nos motiva aqui é compreender o conceito de “comunidade”, e como ele opera no interior da *Filosofia do Direito*.

Palavras-chave: Hegel, Comunidade, Formação.

Abstract

The concept of "community" centers all the Hegel's philosophical-political thought. The target of *The Philosophy of Law* (1821) is the reconstruction of this more embracing historical-philosophical order to which man belongs. Hegel's questioning turns to the processes of formation (*Bildung*) of man as a participant of community. The recovery of this (substantial) universal is possible only comprising the man, the living being that is, living beyond himself in a social life in a community. Formation is the process by which man should rise to a point of view of himself as part of this broader order. Thus, the question that motivates us is to understand the concept of "community" and how it operates within the philosophy of law.

Keywords: Hegel, Community, Formation

A filosofia Sistemática de Hegel está dividida em três elementos: Ciência da Lógica, Filosofia da Natureza e, por fim, a Filosofia do Espírito. Esta última desdobrando-se ainda em três partes: o “espírito subjetivo”, o “espírito objetivo” e o “espírito absoluto” (LAUENER, 2004). O trabalho de Hegel de 1821, a *Filosofia do Direito*, versa exatamente sobre o “espírito objetivo”. Esta obra é reconhecidamente a expressão máxima e mais madura de sua filosofia política¹. No interior do sistema, nota-se a necessidade racional subjacente como que expressando-se nas estruturas gerais do mundo natural. Esta necessidade racional enuncia-se também, e até mais intensamente, no fenômeno do mundo humano. Por um lado, adentramos o campo do “espírito subjetivo”, os fenômenos do mundo humano na medida em que se referem à existência da consciência individual; por outro lado, para além deste reino, está o domínio da realidade social, pública e política na história. É justamente o domínio da realidade social e política, em toda sua historicidade, que corresponde ao “espírito objetivo”. Neste sentido, “Hegel’s philosophy of history and politics belong together, and form the sphere of what he calls ‘objective spirit’” (TAYLOR, 1975, p. 365).

A *Filosofia do Direito*, salienta Charles Taylor, deve ser apreciada desde uma determinada perspectiva, a saber, a busca por tentar solucionar, na esfera da política e em uma fundamental relação com a história, um dilema que ocupou toda sua geração, qual seja: “how to combine the fullness of moral autonomy, with the recovery of that community, whose public life was expressive of its members and whose paradigm realization in history was the Greek polis” (TAYLOR, 1975, p. 365).

Este dilema, com efeito, é o resultado da revolução operada pelos pensadores do século XVII, notadamente Hobbes e seu legado, quando estabelecem uma nova concepção de ordem racional em oposição à clássica. O homem passa a ser definido como sujeito capaz de pensamentos e decisões racionais, um sujeito possuidor de desejos – desejos derivados de raciocínios morais, e justamente por isso não sendo da

¹ Cf: TAYLOR, Charles. *Hegel*. Cambridge, Cambridge University Press 1975.

competência da Razão julgá-los (a razão perde sua determinação de fornecer decisões morais):

One of the most important early protagonists of this view is Hobbes, and it is continued in the utilitarian thinkers of the eighteenth century. Reason now comes to mean “reckoning” and practical reason is the intelligent calculation of how to encompass ends which are beyond arbitration of reason (TAYLOR, 1975, p. 367).

Desenvolvimento histórico que cada vez mais se distancia da tradição platônico-aristotélica. Esta última fundada na idéia que “there is a larger racional order to which man essentially belongs” (TAYLOR, 1975, p. 367). Assim, um aspecto deveras relevante do século XVII é sua rejeição “of this conception of the order in which man inheres in favour of the idea of a self-defining subject” (TAYLOR, 1975, p. 367). O pensamento moderno, ao fundar esta noção de “subjetividade”, terá seu ponto culminante na elaboração kantiana de uma radical “autonomia moral”, aplicando à *vontade* um critério puramente formal, isto é: uma vontade que opera sob este puro formalismo é livre de qualquer determinação natural, portanto verdadeiramente livre. Institui-se, por conseguinte, um sujeito moral autônomo em sentido radical (TAYLOR, 1975, p. 369).

Hegel admite esta rejeição moderna de uma ordem natural dada. Ele vê, aliás, a afirmação moderna da subjetividade como algo necessário, porém seu objetivo é ir mais além do “formalismo vazio” e da “vacuidade” expressas no princípio moral kantiano (TAYLOR, 1975, p. 371). Sua meta é reconstituir a noção de uma ordem mais abrangente à qual o homem pertence. Trata-se de restabelecer a premência da forma social de vida do homem: é unicamente por ela que o espírito pode retornar a si. A reconquista do universal substancial, dessa ordem mais abrangente, é possível apenas compreendendo o homem, o ser vivente que é, vivendo para além de si mesmo em uma vida social, em uma comunidade. O homem deve ascender a um ponto de vista de si mesmo como integrante desta ordem mais abrangente. Assim sendo, a questão que nos motiva aqui é compreender o conceito de “comunidade”, e como ele opera no interior da *Filosofia do Direito*.

Neste sentido, a citação a seguir, presente no capítulo “Eticidade”, da *Filosofia do Direito*, nos fornece alguns subsídios para nossa empresa. Hegel assim se expressa: “O que o homem precisa fazer, quais as obrigações que tem de cumprir para ser virtuoso, é fácil dizer em uma comunidade ética, – não tem que fazer outra coisa senão o que está para ele enunciado e conhecido nas suas relações.” (FD §150)². Este excerto nos chama a atenção, pois lança como conceito centralizador do pensamento político-filosófico de Hegel a idéia de “comunidade”. A comunidade é a supressão das consciências individuais. Uma substituição do “eu” pelo “nós”. Ou seja, a questão que motiva Hegel aqui é como a liberdade se efetiva no reino das relações, da comunidade. E ele assim o faz a partir de uma “crítica radical à concepção atomista da liberdade compreendida como propriedade de um eu absolutizado”³ (OLIVEIRA, 2006, p. 14). Ou como afirma Jean Hyppolite, o indivíduo, limitado a si mesmo, é, para Hegel, nada mais que uma abstração (HYPPOLITE, 1971, p. 11). A formulação do conceito de comunidade por Hegel tem como ponto de inflexão a retomada e reformulação de dois momentos históricos, a saber, o pensamento político clássico e o moderno.

Hegel toma emprestado principalmente de Aristóteles a concepção de Estado orgânico, um todo que antecede as partes. É no esforço do Estagirita de teorização acerca da *pólis* que Hegel buscará elementos para fundamentar seu sentido comunitarista⁴. O fim último a que tende todas as coisas, segundo a ótica de Aristóteles,

² De agora em diante, todas as referências à obra *Linhas Fundamentais da FILOSOFIA DO DIREITO ou Direito Natural e Ciência do Estado em Compêndio* aparecerão sob a forma abreviada “FD”, seguida do número do parágrafo referido.

³ Hegel, ao criticar esta noção absolutizada de “eu”, tem em conta a interpretação que Rousseau e Fichte elaboraram acerca do conceito de vontade. Uma interpretação que leva em consideração unicamente a vontade singular derivada do arbítrio individual e separada das determinações universais. Hegel assim o diz: “Visto que ele [Rousseau] apreendeu a vontade somente na forma determinada da vontade *singular* (como posteriormente também Fichte) e a vontade universal não enquanto o racional da vontade em si e para si, porém apenas enquanto o *coletivo*, que provém dessa vontade singular *enquanto consciente*: assim a união dos singulares no Estado torna-se um *contrato*, que com isso tem por fundamento seu arbítrio, sua opinião e seu consentimento expresso caprichoso, e disso se seguem as conseqüências ulteriores do mero entendimento, destruindo o divino sendo em si e para si e a sua autoridade e majestade absolutas” (FD §258).

⁴ Está na agenda atual um caloroso debate entre liberais e comunitários em teoria social. Questiona-se, portanto, a relação entre indivíduo e sociedade, Estado e liberdade, a relação entre parte e todo. Um debate que coloca em compartimentos estanques “atomistas” de um lado e “holistas” de outro. Sob a rubrica dos liberais, pode-se citar John Rawls, Thomas Nagel, Ronald Dworkin entre outros, do lado dos comunitários aparecem Alasdair MacIntyre, Michael Sandel e Michael Walzer. Numa ponta, é a liberdade



é o “Bem Supremo”. Porém, a efetivação de algo necessita de determinadas condições. Se o tender ao Bem está em potência no homem, as condições para a atualização de seu ser é a *pólis*. É na *pólis* que o homem atualiza-se em homem efetivo. O homem, por essência, é um ser social; experimentando sua plenitude unicamente no tecido social da *pólis*. Segundo Aristóteles:

[...] a cidade faz parte das coisas da natureza, o homem é naturalmente um animal político, destinado a viver em sociedade, e que aquele que, por instinto, e não porque qualquer circunstância o inibe, deixa de fazer parte de uma cidade, é um ser vil ou superior ao homem. Tal indivíduo merece, como disse Homero, a censura cruel de ser um sem família, sem leis, sem lar. Porque ele é ávido de combates, e, como aves de rapina, incapaz de se submeter a qualquer obediência. (ARISTÓTELES, 1997, §9, p.14)

Aristóteles lança como imperativo o ascender ao ideal de uma vida cívica: trata-se dos bens éticos da cidade-Estado. O indivíduo torna-se *politai*, isto é, um membro da *pólis*. Ela é o fim natural do desenvolvimento individual através da progressão que se inicia na primeira e mais fundamental comunidade – a “família”.

Ser membro da *pólis* (*politai*) é o fim essencial do processo de formação e desenvolvimento individual – é o verdadeiro e mais fundamental sentido imbricado ao homem (realizar a verdadeira natureza do homem). Natureza humana que se efetiva no Estado, também natural e não contratual. É neste sistema, a comunidade ética da *pólis*, que a palavra ganha preeminência sobre todos os outros instrumentos do poder: “Torna-se ela o instrumento político por excelência, a chave de toda autoridade no Estado, o meio de comando e de domínio sobre outrem” (SOARES, 2006, p. 27). A ágora torna-se o espaço onde o indivíduo deve mostrar sua retidão resolvendo-se na conclusão de um debate: formular discursos, argumentações, enfim, o *Logos* em sua eficácia política. Tal publicidade, assente no princípio da “ágora”, converte-se em uma das mais importantes manifestações da vida social: a exigência de publicidade cujo fim é colocar sob o olhar da comunidade as condutas e os conhecimentos (SOARES, 2006, p. 27). O

e os direitos individuais que recebe relevo, na outra se prioriza a vida comunitária e o bem coletivo. Ou como se expressa Charles Taylor: liberais advogando que “o Estado deve ser neutro entre as diferentes concepções da boa vida esposada pelos indivíduos”, e comunitários “aqueles que acreditam que a sociedade democrática precisa de alguma definição aceita em comum da boa vida” (TAYLOR, 2000, p 198).

princípio geral da *pólis* é a completa rejeição da diretriz aristocrática de exaltação dos prestígios e poderes individuais. (Diretriz que rasga o fino tecido da unidade equilibrada da cidade ética). O que se preconiza “é um ideal austero de reserva e moderação, que faz desaparecer entre os cidadãos as diferenças de costumes e de condição para melhor aproximá-los uns dos outros, uni-los como membros de uma só família” (SOARES, 2006, p. 29).

Já no jovem Hegel⁵, como demonstra Hyppolite, podemos identificar sua profunda reflexão sobre o mundo ético clássico. Quando ele se volta para a religião no mundo antigo, logo se destaca o aspecto de esta ser “uma religião de um povo e não se impunha do exterior aos cidadãos que dela partilham” (HYPPOLITE, 1971, p. 26). Um sentido religioso que se conectava ao todo da vida ética da *pólis*. Liberdade, aqui, distingue-se do arbítrio individual; ela é, antes disso, uma íntima e harmoniosa relação entre o indivíduo e sua cidade. “A idéia de sua pátria, de seu Estado, era para o cidadão antigo a realidade invisível, a coisa mais elevada pela qual ele trabalha, era o seu fim final do mundo ou o fim final de seu mundo.” (NOHL *apud* HYPPOLITE, 1971, p. 27).

A liberdade do homem antigo derivava de uma completa vinculação de sua vida privada à vida pública. Sua pertença à cidade, à *pólis*, não lhe era algo estranho ou um poder coercitivo externo. Muito pelo contrário, a obediência às leis, o sacrifício de sua propriedade, de suas paixões era visto como sua liberdade em perfeita integração no Todo. Um Todo, porém, “que para ele estava presente na realidade, e não em um além. A pátria, a cidade, não era para o cidadão antigo uma coisa, mas uma realidade viva” (HYPPOLITE, 1971, p. 27). A idéia de um sujeito recolhido a si buscando o Bem em uma realidade exterior, em um além-mundo, era completamente estranha para o complexo da vida ética clássica. Tão estranha quanto a oposição entre indivíduo e Estado. Ao revés, o todo comunitário da *pólis* era a expressão de sua vida, era onde sua individualidade e arbítrio desapareciam. “Compreende-se que, para Hegel, a República

⁵ Hyppolite, aqui lança mão dos escritos de juventude de Hegel quando do período em Jena (1801 – 1807), especialmente o *System der Sittlichkeit, Diferença dos Sistemas de Fichte e de Schelling* e a *Realphilosophie*; também os escritos dos períodos em Bern (1793-1796) e Frankfurt (1797 – 1800), com os seguintes textos: *Vida de Jesus, A Positividade da Religião Cristã e Espírito do Cristianismo e seu Destino*.

de Platão não fosse uma utopia; ela traduzia conceitualmente o ideal imanente à cidade antiga” (HYPPOLITE, 1971, p. 28).

É pensando a partir do caráter modelar da *pólis*, que Hegel passa a teorizar e formular seu próprio conceito de liberdade, porém conectado às determinações de seu tempo: a modernidade. O que chamará a atenção de Hegel será uma profunda transformação espiritual a ser compreendida (HYPPOLITE, 1971). No entanto, os fatos históricos eles mesmos não prenderão a atenção de Hegel, ele não se entrega a “essa tarefa *puramente histórica*” (FD §3). O tratamento filosófico dado por Hegel ao procedimento histórico “é algo bem diverso de expor o aspecto histórico de sua emergência [das determinações jurídicas], circunstâncias, casos, carecimentos e eventos que ocasionaram seu estabelecimento” (FD §3). Pois, deste modo, o conceito da coisa visada, que é o essencial, sequer seria mencionado. Trata-se, para Hegel, da diferenciação entre uma “gênese exterior” e uma “gênese a partir do conceito” (o relativo e o absoluto).⁶

Hegel, ao contrário daquela tarefa puramente histórica, “não se detém no fato histórico, procura compreender o sentido profundo e descobrir uma evolução dos valores sob uma mudança de instituições” (HYPPOLITE, 1971, p. 25). Essas variações espirituais só nos parecerão surpreendentes caso desconsideremos as transformações internas, na vida, nos costumes e instituições de um corpo social. A dialética hegeliana⁷, neste sentido, muito antes de ser um sistema lógico, é o empenho do pensamento para captar o próprio devir histórico (HYPPOLITE, 1971).

⁶ É possível notar, neste procedimento de Hegel, a elaboração de uma crítica à postura histórica do explicar a partir do mero encadeamento de fatos e conseqüências. “Compreender o espírito de um povo, seu destino, não é, com efeito, justapor singularidades históricas, é penetrar-lhe o sentido” (HYPPOLITE, 1971, p. 45). O que desencadeia uma crítica mordaz ao “relativismo histórico”. Legitima-se, por outro lado, uma justificação histórica guiada pelo conceito.

⁷ O conceito hegeliano de “Dialética” é motivo de um denso e acalorado debate. Não é objetivo aqui adentrar neste complexo campo, muito menos oferecer uma definição do referido conceito (tarefa impraticável em um espaço tão reduzido). Porém, pressupomos “dialética” como o movimento lógico do conceito (a Lógica), isto é: o método do pensamento. Esse que é estruturado em uma forma triádica: a tese, a antítese e a síntese. A dialética não é simplesmente o derivar do contrário (antítese) de uma afirmação (tese), mas é o próprio desenvolvimento do conceito em direção a algo superior (síntese) que conserva e guarda os momentos opostos anteriores (síntese que é apenas provisória): “A dialética superior do conceito não consiste em produzir e conceber a determinação apenas como limite e contrário, mas sim consiste em produzir e apreender, a partir dela, o conteúdo e o resultado *positivos*, enquanto por esse meio a dialética é unicamente *desenvolvimento* e progredir imanente” (FD §31).

Se o fim último do mundo é a consciência da liberdade⁸ do espírito, se é o conceito de liberdade ele mesmo que cumpre ser elucidado, é tão somente esse devir histórico, como demonstra Gérard Lebrun, que nos permitirá perceber como liberdade e comunidade estão intimamente relacionadas, isto é: é nas determinações do todo ético de um povo que a liberdade se manifesta; e na evolução histórica são os povos organizados enquanto Estado que ela se apresenta. “The fulfillment of Spirit therefore requires the growth of a community which will fully express and embody reason” (TAYLOR, 1975, p. 398). Pois é o Estado, a esfera máxima da eticidade, “a realização ‘terrena’ da liberdade” (LEBRUN, 1988, p. 19). Nesse sentido, o devir histórico é a explicitação da liberdade sob a figura do Estado, mas este enquanto finito, pois o declinar e o ascender dos impérios é a própria supressão da finitude:

Se temos a certeza de que o progresso não é repetitivo, porém explicitador, é porque o Espírito não se autoproduz produzindo suas formações finitas, mas no gesto contrário, no de renegá-las uma após a outra. Não é o poderio dos impérios, mas sua morte, que dá a “razão” da História (LEBRUN, 1988, p. 22).

Assim, Hegel elabora seu forte sentido histórico quando passa a se preocupar com as mudanças e transformações dos valores e instituições. O objetivo da filosofia, segundo Hegel, é, portanto, apreender a especificidade dos valores morais, intelectuais, das práticas sociais e das instituições em contraposição ao passado, isto é: “[...] a filosofia, porque ela é o *indagar do racional*, é precisamente por isso o apreender do

⁸ O conceito hegeliano de liberdade é motivo de inúmeras disputas sobre sua correta definição. Não vamos nos imiscuir por entre este emaranhado em razão de este não ser nosso foco aqui. Contudo, ao menos algumas luzes tentaremos lançar sobre o que consideramos por liberdade em Hegel. Liberdade é, com certeza, um conceito chave na filosofia de Hegel, sobretudo na *Filosofia do Direito*. Nesta obra, “Hegel expõe o pensamento de sua Filosofia do Espírito Objetivo em conexão com seu Sistema Filosófico, sempre trabalhando em prol da efetivação da liberdade enquanto forma concreta de relação entre os seres humanos” (KONZEN, 2010, p. 28). Segundo Hegel, a definição mais recorrente da liberdade é a do arbítrio, o fato de poder fazer o se quer (FD §15). Tal equação (liberdade = arbítrio), para Hegel é nada mais que uma ilusão, pois ainda carece de reflexão sobre seu verdadeiro significado. Uma concepção substancial da liberdade, para Hegel, é a unidade entre sua forma e seu conteúdo, isto é: uma vontade não apenas em si, mas em si e para si. Uma vontade que supera e ultrapassa as determinações do arbítrio particular e tem a si mesma como conteúdo e fim. “Enquanto a vontade tem universalidade, a si mesma enquanto forma infinita, por seu conteúdo, seu objeto e seu fim, ela não é somente a vontade livre em si, mas igualmente a vontade livre para si – a idéia verdadeira” (FD §21). Assim, a liberdade efetiva-se na conciliação dos impulsos dos sujeitos com o próprio conceito, tomando-o como seu objetivo e fim. Neste sentido, a liberdade efetiva-se no ético, no momento em que “o homem encontra dentro de si, enquanto *fato da sua consciência*, que ele quer o direito, a propriedade, o Estado” (FD §19).

presente e do efetivo [...] a filosofia é também seu tempo apreendido em pensamentos” (FD, p. 41-43). A pergunta hegeliana “O que é a eticidade?” no interior da *Filosofia do Direito* é, deste modo, o esforço de apreensão da eticidade e da liberdade em sua manifestação histórica moderna, no Estado Moderno.

Segundo Taylor, um dos aspectos fundamentais para se compreender o pensamento de Hegel é a partir de sua necessidade de apreender o fenômeno fundamentalmente moderno. Caberia então delinear um problema central, que demandou insistentemente soluções não só de Hegel, mas de uma série de pensadores daquele período. “It concerned the nature of human subjectivity and its relation to the world” (TAYLOR, 1975, p. 03).

O que marca sobremaneira as obras sistemáticas de Hegel, em especial a *Filosofia do Direito*, que aqui nos interessa, é, segundo Jean Hyppolite, uma progressiva consciência da distinção entre Estado Antigo e Estado Moderno (HYPPOLITE, 1971). Ou seja, as considerações apresentadas em 1821 por Hegel são representações da vida, da política e da sociedade de seu próprio tempo.

O mundo moderno singulariza-se por uma característica que é o desenvolvimento do individualismo. Desde o século XVI, segundo Hyppolite, a comunidade (a sociedade, instituições, o Estado) nada mais é que o meio coercitivo sobre a liberdade individual: uma força externa contra a qual o homem não para de se sublevar (HYPPOLITE, 1971, p. 93). A gênese desse individualismo se encontra na consciência cristã, no princípio da subjetividade absoluta. Diferentemente da religião antiga, o cristianismo é, sobretudo, uma religião privada:

a religião antiga, ao contrário, é uma religião da cidade, uma intuição que o povo tem de sua realidade absoluta. Religião de um povo e religião privada se opõem como helenismo e cristianismo, e Hegel começa por se pronunciar contra o individualismo do seu tempo cuja paternidade ele por vezes atribui ao cristianismo (HYPPOLITE, 1971, p. 16).

Nesta distinção entre “religião privada” e “religião de um povo”, tão característica dos escritos de juventude de Hegel, podemos notar certas correspondências com aquilo que mais tarde (na *Filosofia do Direito*) será a distinção entre *Moralität* (correspondente ao

reino da reflexão subjetiva) e *Sittlichkeit* (o reino ético por excelência, o reino dos costumes de um povo)⁹ (HYPPOLITE, 1971, p. 16).

Ainda segundo Hyppolite, a tão afamada máxima “Dai a Cesar o que é de Cesar e a Deus o que é de Deus” é justamente a cisão entre dois mundos, a consciência sendo profundamente marcada por uma rígida separação, sendo, a partir da então ascensão do cristianismo, impossível ao homem reconciliar-se no Todo ético da cidade terrestre. Esta passagem do mundo antigo para o mundo moderno, segundo a perspectiva do Jovem Hegel, seria o curso óbvio de uma “crise histórica”, de uma “cisão da consciência humana”, o que coincidiria com o desvanecimento da própria liberdade. A liberdade seria, como aludido acima, “uma harmoniosa relação entre o indivíduo e a sua cidade” (HYPPOLITE, 1971, p. 27), em franca oposição ao livre arbítrio do indivíduo. “[...] A religião dos gregos e dos romanos estava ligada a toda a vida antiga. Ela não era um sistema metafísico, um produto da reflexão, mas solidária com a vida do cidadão, com as guerras, as constituições” (HYPPOLITE, 1971, p. 26). É, portanto, no “desaparecimento da cidade antiga e no momento que o Império Romano deixa os indivíduos se dissolverem em sua particularidade, não lhes dando mais que uma aparência de universalidade, a do direito romano” (HYPPOLITE, 1971, p. 24), que o tal princípio da subjetividade desponta no curso do desenvolvimento do espírito, rompendo com o ideal de uma liberdade substancial.

⁹ Esta diferenciação terminológica elaborada por Hegel no interior da *Filosofia do Direito*, no que respeita nossa preocupação em compreender seu conceito de “comunidade”, nos parece central. Hyppolite nota com clareza esta diferenciação, vejamos: “A escolha do termo “ético” é, sim, deveras arbitrária, mas tem a vantagem de ligar-se etimologicamente ao termo grego *ethos*, costume, uso que Hegel considera como tendo o seu equivalente no termo alemão *Sitte*. Sem dúvida a palavra “moralidade” também se liga a *mores*, mas esta etimologia inevitável indica bem que a moralidade no sentido kantiano do termo é apenas um momento e não o todo da vida ética; ela corresponde somente ao estágio da reflexão subjetiva e se situa entre a vida imediata num povo e a organização objetiva da sociedade e do Estado” (HYPPOLITE, 1971, p. 13). Portanto, considerar esta diferenciação no interior do sistema acabado da *Filosofia do Direito* é nos encaminhar para uma consideração mais abrangente que a “Eticidade” procura expressar, qual seja, um holismo imanente à comunidade opondo-se ao atomismo típico de algumas concepções do século XVIII. Trata-se de uma frontal oposição àquela idéia de uma liberdade que se efetiva na reunião de “indivíduos-átomos”; antes, Hegel pensa ser a verdadeira e substancial liberdade a realização do indivíduo no seu pertencer àquilo que o precede e o ultrapassa exprimindo-o ao mesmo tempo, ou seja, a sua comunidade, as instituições, costumes e práticas sociais, enfim, a sua cultura.

Neste sentido, uma teoria que ganhou relevância e dominou a agenda filosófica do século XVIII, afirmando o princípio do arbítrio individual, foi o jusnaturalismo ou teoria do Direito Natural. Seu pressuposto mais básico era o de estabelecer limites ao poder estatal, “uma vez que este poder está acima de todos os outros ordenamentos sociais, não reconhecendo nada além dele” (SOARES, 2006, p. 37). O poder do Estado deve reconhecer um limite fora de si. Esse limite estaria inscrito no indivíduo ele mesmo, que, pela sua natureza, exerce sua vontade completamente independente de qualquer vinculação com a comunidade. Dito de outro modo, o indivíduo possui direitos naturais, inatos que antecedem o poder do Estado, sendo a função deste último reconhecer e garantir que o indivíduo exerça seu direito livremente – e de modo algum violá-lo.

Tal “crise histórica” pode ser bem compreendida naquilo que está expresso no Direito Abstrato (primeiro capítulo da *Filosofia do Direito*).

O direito abstrato trata das formas imediatamente colocadas pelo direito. São, portanto, formas indeterminadas, porque *não existe mediação social. Nenhuma instituição social (nem Estado, nem sociedade civil) serve como intermediária nas formas do direito abstrato*. Trata-se de um direito que se efetua na esfera das relações interpessoais e é, assim, privado (WEBER, 1993, p. 64) (grifo nosso).

Nesse sentido, as categorias que ganham destaque são: “imediatos”, “abstratos”, “vazios”, “indeterminação” – o que significa dizer que nelas se encerra a premissa da insuficiência de mediação e determinação. A vontade livre, neste âmbito, encontra-se completamente alheia a qualquer mediação, isto é, ela é sopesada em seu formato imediato. Hegel, aqui, tem como ponto de partida a idéia de “pessoa do direito”, pessoa autoconsciente de si (subjetividade). E o direito, para Hegel, é, como afirma Franz Rosenzweig, o direito privado romano (ROSENZWEIG, 2008, p. 433). Sua dedução filosófica do conceito de pessoa tem como referência a ciência jurídica romana. No entanto, a posição sistemática do direito refere-se às circunstâncias de sua época. Neste aspecto histórico do direito, Hegel encontra uma universalidade formal, isto é, um conceito de sujeito enquanto pessoa abstrata, consciente de si porém desprovida de

qualquer conteúdo. Uma vontade livre que em seu conceito abstrato é pura *imediatez* (FD §34).

A *universalidade* dessa vontade livre para si mesma é formal, relação *simples*, consciente de si, por outro lado, desprovida de conteúdo para si em sua singularidade, – o sujeito é, nessa medida, *pessoa*. Na *personalidade* reside que eu, enquanto *este*, sou finito e perfeitamente determinado sob todos os aspectos (no arbítrio, no impulso e no desejo interiores, assim como segundo o ser-aí exterior imediato), contudo sou simplesmente pura relação a mim e, na finitude, conheço-me enquanto o *infinito*, o *universal* e o *livre* (FD §35).

Esta definição formal de *personalidade* (uma autoconsciência distanciada das determinações) deriva do âmbito jurídico, o que significa dizer a capacidade jurídica do indivíduo: “A personalidade contém, de maneira geral, a capacidade jurídica e constitui o conceito e a base, também abstrata, do direito abstrato e, por isso, *formal*” (FD §36). Nesta definição de “pessoa do direito” está expressa a idéia de direito como existência imediata e a liberdade também imediata (FD §40), livre das determinações sociais comunitárias. Trata-se do fato do “eu” possuir um caráter puramente abstrato e a liberdade o sendo na mesma intensidade: a liberdade delineada no direito abstrato aparta-se do *ethos* (do modo de vida, dos costumes e hábitos), não se relaciona a determinidades. As relações instituídas são apenas interpessoais: entre sujeitos conscientes de si que devem se reconhecer em iguais condições. Assim, o que predomina é o imperativo jurídico do “*sê uma pessoa e respeita os outros enquanto pessoas*” (FD §36). O ser pessoa do direito não acarreta a necessidade de adotar todas as determinações da cidadania e relações concretas no interior da comunidade; estas são apenas possibilidades: “A respeito da ação *concreta* e das relações morais e éticas, o direito abstrato apenas é, em relação a seu conteúdo ulterior, uma possibilidade [...]” (FD §38).

Na seqüência argumentativa hegeliana sobre o direito, a afirmação da individualidade, o tornar-se pessoa, e a efetivação da liberdade encerram-se no ato de *posse*. “A posse representa a primeira forma imediata pela qual a pessoa se dirige ao mundo” (WEBER, 1993, p. 66). A liberdade exterioriza-se primeiramente no direito de posse. É o momento em que a pessoa dirige sua vontade ao mundo, é a projeção de sua

vontade particular por sobre uma Coisa: trata-se de “[...] direito sobre algo que lhe é exterior ou sobre algo que ela deve alhear, [é] sempre [um direito] sobre uma coisa” (FD §40). A posse, neste sentido, é o ser-aí (*Dasein*) da liberdade, e a propriedade meio para efetivação desta. Como Hegel ele mesmo se expressa:

O fato de que eu tenha algo em meu poder mesmo externo constitui *posse*, da mesma maneira como o aspecto particular segundo o qual eu faço algo ser meu por carecimento natural, por impulso e por arbítrio é o interesse particular da posse. Mas o aspecto segundo o qual eu sou, enquanto vontade livre, objetivamente para mim, e somente assim sou vontade efetiva, constitui o que há aí dentro de verdadeiro e de jurídico, a determinação da *propriedade*.

A respeito do carecimento, ter uma propriedade aparece como um meio, na medida em que se coloca aquele em primeiro lugar; mas a posição verdadeira [da questão] é que, do ponto de vista da liberdade, a propriedade é, enquanto primeiro *ser-aí* dela, fim essencial para si (FD §45).

Está claro, portanto, a necessidade da propriedade para a efetivação da liberdade. O apropriar-se da coisa, de algo exterior. Este momento, no entanto, é carente de universalidade porque tributário do arbítrio subjetivo. A *pessoa do direito* é, em verdade, um recorrer à subjetividade, momento que a propriedade representa o processo de auto-compreensão, auto-referencialidade do sujeito por meio daquilo que é seu. Um momento de efetivação da liberdade que ainda permanece cativo da particularidade, e distanciado de uma universalidade substancial possível na comunidade ética.

Não obstante, neste contexto nos é possível vislumbrar certa universalidade, mesmo que determinada pela particularidade da vontade. Trata-se da generalidade da vontade expressa no contrato. Nesta esfera, a propriedade, enquanto ser-aí da vontade, ela o é apenas em relação com outras vontades. Surge aqui um elemento novo que é a mediação de outras vontades. A completa imediatidade, cuja marca é a subjetividade, dá lugar para a intersubjetividade: o *contrato*.

Essa relação de vontade a vontade é o terreno próprio e verdadeiro, no qual a liberdade tem seu *ser-aí*. Essa mediação de ter propriedade, não mais somente pela mediação de uma Coisa e de minha vontade subjetiva, mas também pela mediação de uma outra vontade e, com isso, em uma vontade comum constitui a esfera do contrato (FD §71).

O contrato é o momento, no interior do Direito Abstrato, em que podemos identificar um certo nível de mediações sociais, porém não atingindo o *status* das mediações substanciais necessárias para a efetivação da liberdade presentes na Eticidade. Aqui atinge-se o reconhecimento, mas apenas a nível de pessoas e proprietários. “O contrato pressupõe que aqueles que o estabelecem se *reconheçam* como pessoas e como proprietários” (FD §71).

[...] é a mediação entre uma vontade de renunciar a uma propriedade, no caso, a uma propriedade singular, e a vontade de receber uma propriedade, no caso, a propriedade de outro, e isso no contexto idêntico, em que um querer apenas chega à decisão, na medida em que a outra vontade está ali presente (FD §74).

E Hegel continua:

Visto que as duas partes contratantes relacionam-se uma a outra como pessoas autônomas *immediatas*, o contrato α) procede do arbítrio; β) a vontade idêntica, que pelo contrato entra no ser-aí, é apenas *uma* vontade *posta por elas* [as partes contratantes], com isso, é apenas *comum*, não uma vontade em si e para si universal; γ) o objeto do contrato é uma Coisa *exterior singular*, pois somente uma tal Coisa está submetida a seu mero arbítrio de alheá-la (FD §75).

Desse modo, o contrato é o instrumento que garante a propriedade privada, pois a propriedade privada deriva do arbítrio individual, porém encontra seus limites no arbítrio individual de outra pessoa. A propriedade privada, assim sendo, contém os elementos que ultrapassam o indivíduo isolado ao relacioná-lo com outros indivíduos também isolados (MARCUSE, *apud*, WEBER, 1993, p. 70). E é justamente nessa relação de vontade a vontade que constitui-se o campo de desenvolvimento da liberdade. Mas aqui trata-se da liberdade da vontade livre dos contratantes. Isto é, o contrato é produto do livre-arbítrio, definindo-se enquanto tal apenas no nível das vontades interpessoais. O contrato é o momento de uma generalidade da vontade (vontade comum) em função de particularidades. Generalidade que Hegel tomará como insuficiente, porque ainda resultado do arbítrio individual. “A insuficiência do contrato está no fato de estar ligado apenas a duas vontades independentes, que querem continuar

sendo proprietárias. Portanto, o recurso a um nível superior de determinação é uma necessidade que se impõe” (WEBER, 1993, p. 73).

Esse momento superior será, com certeza, o Estado. Hegel não conceberá o Estado como fruto de um contrato, pois o Estado é algo anterior à vontade subjetiva. Caso o Estado fosse um contrato não haveria necessidade de se teorizar sobre algo para além do Direito Abstrato. Malgrado tudo isso, a liberdade do indivíduo só se realiza no Estado, é nele que o princípio ético comunitário funcionará plenamente segundo Hegel. O contrato, entretanto, é um momento necessário porém não suficiente da efetivação da liberdade.

Essa insuficiência do contrato é a própria insuficiência do Direito Abstrato. O Direito Abstrato “não ultrapassa as determinações imediatas entre duas vontades” (WEBER, 1993, p. 75). Ele é um direito relativo à arbitrariedade da vontade. É sobre esse aspecto deficitário que assenta-se a necessidade de tematização da autoconsciência da vontade, isto é, a vontade livre a partir do ponto de vista da sua reflexividade. O objetivo com essa passagem é evitar a arbitrariedade da vontade particular não elevada a um nível superior. A moralidade será o reino da unidade entre particular e universal porque momento de internalização do princípio da liberdade como universal, porém ainda com uma ênfase no particular. O avanço em relação ao Direito Abstrato encerra-se justamente nesse ponto: o reconhecimento subjetivo da liberdade como princípio universal. Trata-se da formação da consciência para o Bem e para o errado. É todo esse âmbito interno que entra em causa na Moralidade. Assim, a perspectiva subjetiva é central. Nota-se portanto uma concepção de liberdade que se efetiva na subjetividade:

[...] a subjetividade constitui o *ser-aí* do conceito. – Com isso se determinou para a liberdade um *terreno* mais elevado; na idéia, o aspecto da *existência* ou seu momento real é agora a subjetividade da vontade. Apenas na vontade enquanto subjetiva, a liberdade ou a vontade sendo *em si* pode ser efetiva (FD §106).

Cabe a cada sujeito, em seu processo de autorreflexão, através da consideração da liberdade do outro, reconhecer o princípio que ele deseja para si mesmo. Os fins e os princípios que dirigem as ações dos sujeitos entram em consideração aqui: são os propósitos e as intenções que movem o indivíduo. Está ressaltado portanto o aspecto

interno da liberdade, e o agir como externalização das vontades subjetivas. Agir que terá como conteúdo o Bem universal. O Bem universal abre os caminhos para o processo de mediação entre particular e universal efetivado na Eticidade. “O bem e a consciência moral se constituem reciprocamente. [...] A vontade particular encontra na idéia do bem o elemento de integração com a vontade geral” (WEBER, 1993, p. 92).

No entanto, para a plena efetivação da liberdade, ao bem – elemento subjacente à vontade subjetiva e seu Conceito – exigir-se-á determinações que façam dele um universal concreto. Esta identidade entre Bem e vontade subjetiva será o reino mesmo da Eticidade, reino onde “o indivíduo se libera de si para realizar-se plenamente na comunidade [...] A eticidade trata da idéia da liberdade que, do plano da vontade subjetiva, passa para o plano da objetividade na forma de comunidade e de instituições sociais” (WEBER, 1993, p. 95). Ou seja, a Eticidade será o momento da identidade concreta do Bem e da vontade subjetiva. Essa concretização, contudo, será possível apenas em uma comunidade que institui deveres. A idéia, por conseguinte, de um imperativo categórico (Kant) que permite a completa abstração do contexto e de práticas sociais vigentes é colocada sob suspeita pela Eticidade ao se assentar sobre o conceito de comunidade: “The doctrine of *Sittlichkeit* is that morality reaches its completion in a community” (TAYLOR, 1975, p. 377).

Nesse sentido, a Eticidade funcionará como o fundamento e a unidade das esferas anteriores (Direito Abstrato e Moralidade), pois atuará em função da unidade do ser-aí externo (a posse) e interno (subjetividade) da liberdade; dito de outro modo, a unidade entre universalidade e particularidade visando um universalismo substancial: universalidade concreta que considera o modo de viver e de ser, isto é, os costumes e hábitos comunitários. Momento que “[...] o indivíduo liberta-se para a liberdade substancial” (FD §149). Ou segundo Taylor: “the idea that our highest and most complete moral existence is one we can only attain to as members of a community” (TAYLOR, 1975, p. 378). O termo substância é utilizado por Hegel para caracterizar a relação entre o indivíduo e a comunidade.

The specific relation of ethical substance or essence to its accidents [...] is not merely that of an ongoing social group or community to its



contingent and transient membership. The ethical substance consists of ethical powers which govern the lives of individuals (KNOWLES, 2002, p. 226).

Desse modo, está claro que Hegel tinha consigo um princípio que era a “bela comunidade ética grega”, isto é, o ideal da *pólis*, como exposto acima. Segundo Charles Taylor:

Full realization of freedom requires a society for the Aristotelian reason that a society is the minimum self-sufficient human reality. In putting *Sittlichkeit* at the apex, Hegel is – consciously – following Aristotle. And in following Aristotle, the Greek world. [...] Hegel’s notion of *Sittlichkeit* is in part a rendering of that expressive unity which his whole generation saw in the Greek polis, where – it was believed – men had seen the collective life of their city as the essence and meaning of their own lives, had sought their glory in its public life, their rewards in power and reputation within it, and immortality in its memory (TAYLOR, 1975, p. 378).

Hegel, no entanto, também compartilhava com sua geração o reconhecimento que a “bela comunidade ética grega”, em seu formato original, tinha se perdido para todo o sempre. Mas ele insistia em vê-la renascida, porém sob uma nova configuração. Podemos dizer que Hegel, no sistema acabado da *Filosofia do Direito* de 1821 se fez a seguinte pergunta: “Como é possível modernizar a “bela comunidade ética grega”?”. Essa nova configuração da Comunidade ética, da *Sittlichkeit* clássica, será captada por Hegel a partir do “movimento através da forma de seus momentos” (FD §157): família, sociedade civil e Estado.

A família, segundo a definição hegeliana, é “o espírito ético imediato ou *natural*” (FD §157), a substancialidade imediata do espírito que se determina pelo amor – o sentimento que a define. Sendo que nela o indivíduo não é concebido apenas enquanto “pessoa” nem somente “sujeito”, mas “*membro*”. É, portanto, na família que o indivíduo passa a ser comunitário (WEBER, 1993, p. 102).

A família, enquanto *substancialidade imediata* do espírito, tem por sua determinação sua unidade sentindo-se, o amor, de modo que a disposição de espírito é ter a autoconsciência de sua individualidade nessa unidade enquanto essencialidade sendo em si e para si, a fim de ser nela não uma pessoa para si, porém como membro (FD §158).

O conceito de família se realiza, de acordo com Hegel, em três aspectos: a) o casamento (conceito imediato da família), b) propriedade e bem (seu ser-aí externo) e c) na educação dos filhos e sua conseqüente dissolução. O último aspecto conduz ao momento da sociedade civil.

A sociedade civil ganha autonomia na Modernidade – ela é um fenômeno fundamentalmente moderno. Fenômeno que a *pólis* não conhecia. E é, podemos dizer, neste aspecto que Hegel introduzirá a especificidade moderna da substância ética. Uma característica da sociedade civil é que esta se funda no entrelaçamento de egoísmos. Não obstante, a universalidade não está ausente aqui, porém apenas instrumental e ainda não substancial. Nesse sentido, o entrelaçamento entre particular e universal já é uma determinação que ganha relevo. Na sociedade civil, os indivíduos não ficam presos aos seus interesses egoístas, mas se conectam ao todo social.

A pessoa concreta, que enquanto *particular* é a si fim, como um todo de carecimentos e como mescla de necessidade natural e de arbítrio, é *um princípio* da sociedade civil-burguesa, – mas, como a pessoa particular se encontra essencialmente em *vinculação* com outra particularidade semelhante, de modo que cada uma apenas se faz valer e se satisfaz mediante a outra e, ao mesmo tempo, simplesmente apenas enquanto *mediada* pela forma da *universalidade*, [que é] *o outro princípio* [da sociedade civil-burguesa] (FD §182).

O universal ainda é *meio* de elevação das particularidades ao universal substancial. Esse modo instrumental está expresso como segue:

Os indivíduos são, enquanto pessoas desses Estados, *pessoas privadas*, as quais têm por seu fim seu interesse próprio. Como esse fim é mediado pelo universal, que, por conseguinte, lhes *aparece* como *meio*, assim ele apenas pode ser alcançado por eles, na medida em que eles mesmos determinam de modo universal seu saber, querer e atuar e assim se façam um *elo* da corrente dessa conexão. O interesse da idéia aqui, que não reside na consciência desses membros da sociedade civil-burguesa enquanto tal, é o *processo* de elevar, pela necessidade natural e igualmente pelo arbítrio dos carecimentos, a singularidade e a naturalidade dos membros à *liberdade formal* e à *universalidade formal do saber e do querer*, a *cultivar* a subjetividade em sua particularidade (FD §187).

Diante disso torna-se patente como Hegel sublinha o papel fundamental de mediação do universal. As necessidades particulares não são tomadas como dados naturais, mas produto das relações sociais. A satisfação das necessidades do indivíduo singular (por intermédio do seu trabalho) é mediada pelo trabalho e satisfação das necessidades de todos os outros membros da sociedade: “[...] na vinculação com os carecimentos e com o livre-arbítrio dos outros, a universalidade se faz valer [...]” (FD §189). Assim sendo, as particularidades não são como algo dado, natural, mas constituídas através das relações comunitárias.

A ênfase de Hegel, desse modo, é no ser humano enquanto cultural – seus desejos e necessidades mediadas pelo todo cultural no qual ele vive. Cultura aparece aqui como um aspecto formador e elevador da particularidade ao universal. E é no trabalho que esse processo se efetiva. A eticidade pública tem seu início no trabalho, que é regulado pelas determinações da comunidade: na “dependência e reciprocidade do trabalho e da satisfação dos carecimentos, o egoísmo subjetivo transforma-se em contribuição para a satisfação dos carecimentos de todos os outros” (FD §199).

Até o momento da sociedade civil, o universal não atingiu aquele nível substancial aludido acima – o universal ainda não cuida do indivíduo singular, ainda não é a liberdade efetiva; ele se mantém como formal, mesmo que já estabeleça um certo nível de mediação com a particularidade. Apesar disso, o quadro formal do universal começa a se transformar em algo mais substancial, isto é, os laços entre universal e particular estreitam-se. Podemos vislumbrar o estreitamento desses laços na passagem da sociedade civil para o Estado: o aspecto da corporação: “[...] a particularidade mesma faz desse universal, que está em seus interesses imanentes, o fim e o objetivo de sua vontade e de sua atividade, assim retorna o elemento ético como algo imanente na sociedade civil-burguesa; isso constitui a determinação da corporação” (FD §249).

A função e o significado da corporação, na *Filosofia do Direito*, tornam-se inteligíveis a partir da teoria dos estamentos. Hegel elenca três estamentos, a saber: o *estamento agrícola*, que tem, “na substancialidade de sua vida familiar e natural, imediatamente nela mesma seu universal concreto, no qual ele vive” (FD §250), ou seja,

o tipo de relação que o estamento agrícola entabula com a natureza é *imediata*. O próximo estamento é o *estamento universal*, que tem o universal ele mesmo como sua determinação, porque se ocupa com os interesses gerais: “o estamento universal tem, em sua determinação, o universal para si por fim de sua atividade e por seu solo” (FD §250). Entre esses dois estamentos (digamos, os extremos) está o meio-termo, qual seja o *estamento da indústria*, “essencialmente dirigido ao *particular*, e é por isso, sobretudo, que a corporação lhe é própria” (FD §250). Assim, cada membro da sociedade civil tem e desenvolve suas competências e escolhe determinada profissão e, por intermédio dela, participa como um integrante da corporação – sendo esta mais uma determinação da liberdade.

Contudo, surge um questionamento: dado que é na corporação que os laços entre particularidade e universalidade se estreitam em função da efetivação da substância ética, como é possível que a corporação ainda seja própria à particularidade? Hegel mesmo responde essa pergunta afirmando que esses anseios particulares vêm à tona tendo como fim uma concretude ímpar:

Visto que tal aspecto igual em si da particularidade vem à existência enquanto algo *coletivo* na *cooperativa*, o fim *egoísta*, dirigido para o seu particular, apreende-se e atua, ao mesmo tempo, como fim universal, e o membro da sociedade civil-burguesa, segundo sua *habilidade particular*, é membro da corporação, cujo fim universal é, com isso, inteiramente *concreto* e não tem nenhum outro âmbito do que aquele que reside na indústria, na ocupação própria e no interesse próprio (FD §251).

O que nos interessa salientar é o quão próxima do ético está a corporação, mesmo que ainda ela não seja a eticidade substancial porque enfatiza o interesse particular (apesar de que aqui ele vai para além do mero egoísmo). A corporação é, para Hegel, uma segunda família, a segunda raiz ética do Estado: “Depois da família, a corporação constitui a segunda raiz ética do Estado, a qual está fundada na sociedade civil-burguesa” (FD §255). Assim, no interior da sociedade civil surge uma profunda interpenetração de particularidade e universalidade, entre liberdade e comunidade. “A realização da liberdade está, portanto, condicionada à sua participação em uma associação ou comunidade. [...] Não há indivíduo abstrato; todo indivíduo é membro de

uma corporação” (WEBER, 1993, p. 130). Com isso percebe-se como a partir da estrutura não ética da sociedade civil (cujo cerne é o tender à particularidade, §250) passar a ser possível o elemento ético. Passando ao Estado, que é, segundo Hegel, “a efetividade da idéia ética” (FD §257). É no Estado, portanto, que Hegel vê a efetivação da unidade entre particular e universal – sendo a comunidade a mediação desses pólos. É tão somente pelas mediações comunitárias que atinge-se aquela substancialidade, que é a versão hegeliana da vontade geral diferenciando-se da vontade do arbítrio: uma vontade substancial (geral) que se manifesta nas instituições políticas do Estado – o fim e o objetivo da autoconsciência singular. O Estado é, portanto,

o espírito ético enquanto vontade substancial *manifesta*, nítida a si mesma, que se pensa e se sabe e realiza o que sabe e na medida em que sabe. No *costume*, ele [o Estado] tem sua existência imediata e, na *autoconsciência* do singular, no saber e na atividade do mesmo, a sua existência mediada, assim como essa, mediante a disposição de espírito nele [no Estado], como sua essência, seu fim e seu produto de sua atividade, tem sua *liberdade substancial* (FD §257).

O Estado aparece então como o verdadeiro fundamento de determinação da liberdade. Ele é a efetividade da vontade substancial; a unidade substancial da particularidade e da universalidade: ele é a totalidade ética enquanto o suprasumir das liberdades individuais na universalidade. Ele é fim último. E com isso Hegel estabelece como cerne da eticidade o conceito de comunidade: “[...] essencialmente, ele é a disposição de espírito, que na situação e nas relações de vida habituais está habituada a saber que a comunidade é a base substancial e o fim” (FD §268).

Dessa maneira, Hegel retoma o princípio aristotélico da *pólis*, a comunidade ética clássica, porém atualizando-a sob as determinações da modernidade. Ele parte do espírito ético imediato, encerrado na estrutura familiar (uma substancialidade que tem sua unidade cindida), desembocando no aspecto fundamentalmente moderno, a saber, a sociedade civil (definida como um universal formal porque a união dos membros enquanto singulares autônomos), e seu ponto de chegada é o Estado (o restabelecimento daquela substancialidade ética cindida em prol da sociedade civil). O Estado é o momento em que a particularidade “retoma e se reúne no fim e na efetividade do universal substancial e da vida pública que lhe é dedicada” (FD §157). Ele é a

restituição da unidade ética em um nível superior. A plena realização do indivíduo não poderia ser efetuada senão enquanto partícipe daquilo que o ultrapassa e, ao mesmo tempo, o exprime (família, povo, cultura, Estado). É somente sob esta determinação que o indivíduo é livre.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Política*. 3.ed. Brasília: Ed. UnB, 1997.

HEGEL, G. W. F. *Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito ou Direito Natural e Ciência do Estado em Compêndio*. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2010 (Ideias. Clássicos)

HYPPOLITE, Jean. *Introdução à Filosofia da História de Hegel*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização brasileira, 1971.

LAUENER, Henri. *A linguagem na filosofia de Hegel: com consideração especial da estética*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004. (Coleção filosofia; 3).

KNOWLES, Dudley. *Hegel and the Philosophy of Right*. London: Routledge, 2002.

KONZEN, Paulo Roberto. Contexto Histórico e Sistemático da Filosofia do Direito de Hegel. In: HEGEL, G. W. F. *Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito ou Direito Natural e Ciência do Estado em Compêndio*. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2010. p. 23-28.

LEBRUN, Gérard. *O avesso da dialética: Hegel à luz de Nietzsche*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo. Filosofia Política de Hegel: um desafio a nosso tempo. (prefácio). In: SOARES, Marly Carvalho. *Sociedade civil e sociedade política em Hegel*. Fortaleza: Ed. UECE, 2006. (Coleção *Argentum Nostrum*). p. 09-15.

ROSENZWEIG, Franz. *Hegel e o Estado*. São Paulo: Perspectiva, 2008. (Coleção textos; 21)

SOARES, Marly Carvalho. *Sociedade civil e sociedade política em Hegel*. Fortaleza: Ed. UECE, 2006. (Coleção *Argentum Nostrum*)

TAYLOR, Charles. *Hegel*. Cambridge, Cambridge University Press 1975.

_____. *Argumentos Filosóficos*. São Paulo, Ed. Loyola, 2000

WEBER, Thadeu. *Hegel, estado e história*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

A UTOPIA COMO PROJETO DE COLONIZAÇÃO DA AMÉRICA

Geraldo Witeze Junior

woitze@gmail.com

Universidade Estadual de Goiás / Universidade Federal de Goiás
Mestre em Teoria e História Literária (Unicamp)

Resumo

Neste trabalho pretende-se apresentar o projeto de Vasco de Quiroga para a colonização da América. Quiroga foi para o México na década de 1530 e se inseriu nos debates a respeito da colonização. Foi contrário às violências cometidas contra os índios, sempre denunciando os abusos dos colonizadores espanhóis. Lutou para que houvesse uma legislação favorável à colonização pacífica, centrada sobretudo na catequese e na conversão voluntária. Fundou comunidades de índios inspiradas na *Utopia* de Morus e defendeu que elas se tornassem o modelo para a colonização. Seus argumentos contra o modelo violento que se consolidava e a defesa do seu projeto utópico estão numa obra intitulada *Información en derecho*, cujas duas primeiras partes serão abordadas aqui.

Palavras-chave: Utopia; Colonização da América; Vasco de Quiroga

Abstract

This paper aims to present the project conceived by Vasco de Quiroga for the colonization of America. Quiroga went to Mexico in the decade of 1530 and entered the debates about the colonization. He was opposed to the violences committed against the indians, always denouncing the abuses of the Spanish colonizers. He fought for laws favorable to peaceful colonization, mainly focused on catechesis and voluntary conversion. He founded indigenous communities inspired on More's *Utopia* and defended them as a model to the colonization. His arguments against the model which was consolidating and the defense of his utopian project are in a work called *Información en derecho*. The first and the second parts of this work will be discussed here.

Keywords: Utopia; Colonization of America; Vasco de Quiroga.

Assim, penso nas instituições sábias e sagradas de Utopia, onde um mínimo de leis assegura um máximo de eficiência, e onde o reconhecimento do mérito individual vem somar-se a uma prosperidade igual para todos. Compara Utopia com tantos países que fazem leis sem cessar, e não obstante são sempre incapazes de solucionar seus problemas.

Rafael Hitlhodeu, na *Utopia* de Morus

Introdução

Explicar a América é como entrar num labirinto. Do norte ao sul do continente ecoam eventos paradoxais e fantásticos. Vemos grandeza e decadência: a opulência da natureza e as suas armadilhas, a virtude dos povos nativos e sua derrocada, a glória das viagens e a baixeza da violência colonial, esperança e desilusão. Na época da chegada dos europeus, a América foi para eles um lugar de sonhos, de vida nova. Logo depois veio a conquista violenta, a colonização e a crítica.

Se quisermos pensar nos nomes mais conhecidos desse período, cada um representando uma etapa, podemos falar de Cristóvão Colombo, de Hernan Cortez e de Batolomé de Las Casas. O primeiro foi o “descobridor” que possibilitou o sonho, o segundo, o conquistador por excelência que abriu as portas para a colonização e o terceiro assumiu o papel de crítico das violências e defensor dos índios.

Graças a Las Casas e sua *Brevíssima relação*¹ difundiu-se na Europa a *leyenda negra*, sobre a crueldade dos espanhóis e a extrema violência colonial. Apesar disso não houve muitos efeitos práticos e a violência contra os índios continuou sendo a regra naquele período. E nem podemos dizer que essa regra tenha sido alterada hoje. A obra de Las Casas tem o grande mérito de criticar a colonização no momento mesmo em que ocorria. Por outro lado permite que se construa a ideia equivocada de que só havia um único projeto para a América, justamente aquele que saiu vencedor: o das *encomiendas*, da escravidão negra e indígena, do genocídio, da degradação ambiental pela

1 *Brevísima relación de la destrucción de las Indias*, publicada no Brasil sob o título de *O paraíso destruído* (2011).

superexploração, da fome de ouro e prata. Ao ler a *Brevíssima relação* podemos pensar que não havia alternativas.

Apesar disso, Las Casas permite entrever, em outros escritos, que ele mesmo pensava a colonização de outra forma. Basta lembrar do seu projeto fracassado de estabelecer camponeses junto com os índios. Além de Las Casas outros também desenvolveram propostas e projetos de colonização da América que eram bastante diferentes da forma que se consolidava. É importante mostrar esses projetos e propostas para que não caiamos na ilusão de que a história colonial é uma via de mão única, de que não havia outras possibilidades ou de que críticas às violências coloniais são anacrônicas.

Aqui surge Vasco de Quiroga com seus projetos utópicos no México, ainda no século XVI. Quiroga organizou comunidades de índios baseadas na *Utopia* de Thomas Morus e, além disso, criticou a colonização baseada na “guerra justa” e nas *encomiendas*, enviando ao rei uma proposta de colonização pacífica centrada na evangelização. Essa proposta está na obra intitulada *Información en derecho* (2002), escrita em 1535.

***Información en derecho* – Capítulo I**

O objetivo principal da *Información* é combater o retorno da permissão à escravização dos índios. A legislação sobre a questão mudou alternadamente, ora permitindo, ora vedando a escravidão indígena. Assim como Las Casas, Vasco de Quiroga se inseriu nesse debate. Para Quiroga a escravidão indígena só voltara a ser permitida por causa da inexperiência dos que a demandavam e dos que legislavam. Ele pretendia então esclarecer os legisladores, explicar-lhes o que de fato ocorria no Novo Mundo. As paixões humanas, a cobiça e os interesses particulares resultavam no posicionamento favorável à escravidão, o que era “una ilusión del antiguo adversario” (QUIROGA, 2002, p. 71).

Quiroga pretendia defender a coroa e os índios, sendo contrário a interesses particulares. É possível ver nisso a influência da *Utopia*, com seu coletivismo visceral, e pelo menos um embrião da ideia de interesse público em detrimento do privado. Para

ele a escravidão dos índios era contrária aos interesses da própria coroa, que só teria a ganhar com a evangelização e a colonização pacífica. Sua argumentação é baseada no direito – era já um jurista experiente quando veio para a América – e na teologia.

Ele se compara aos pastores verdadeiros do evangelho (Lucas 2, 8). Se ele era o pastor, à semelhança de Jesus, e o rei era um apóstolo, os outros só poderiam ser lobos espreitando as ovelhas. É interessante que as ovelhas são os índios e não os espanhóis. A alusão aos fariseus é evidente: os colonos espanhóis poderiam ser, no máximo, lobos em pele de cordeiro, o joio misturado ao trigo.

Sobre a escravidão, afirma “que los verdaderos pobladores, cierto soy, ven claro lo que es: la total perdición de toda la tierra” (QUIROGA, 2002, p. 73). O uso da palavra perdição não é ingênuo. Por um lado tem uma carga material, referindo-se à destruição da terra, das riquezas que poderia gerar; por outro lado tem sentido espiritual, da perdição das almas dos espanhóis. Ou seja, Quiroga entendia que a escravidão resultaria em decadência material e espiritual, que impediria a coroa de realizar seus dois principais objetivos: a evangelização e a prosperidade.

Comparando os proprietários das minas com os que chama de verdadeiros povoadores, Quiroga (2002, p. 73) afirma o seguinte: “Porque, aunque a aquéllos hincha las bolsas y pueble las minas, a estos verdaderos pobladores destruye y despuebla los pueblos; y a estos miserables que por ella, como rebaños de ovejas, han de ser herrados, quita las vidas con las libertades”. As vilas despovoadas não serviriam ao projeto colonial evangelizador. Aqui se contrapõem duas visões: aquela que queria apenas extrair a riqueza das minas usando a mão-de-obra gratuita dos índios, e a daqueles que, como Quiroga, pretendiam efetivamente colonizar a América. Futuramente a percepção de Quiroga se mostraria verdadeira, pois as colônias espanholas enfrentaram problemas de escassez de alimentos e tiveram que usar o ouro e a prata extraídos para comprar víveres. Essa foi uma das razões da decadência da Espanha e do fracasso de seu projeto colonial.

Quiroga (2002, p. 73) manifesta também uma grande preocupação com a evangelização dos índios, como se vê nesta passagem: “digo a aquellos probrecillos maceoales, que son casi toda la gente, común, que de tan buena gana entran en esta gran

cena, que en este Nuevo Mundo se apareja y guisa, sin se excusar nin fingir cristiandad”. Seriam esses índios sinceros, pessoas comuns prontas a aceitar o evangelho, que construiriam a nova sociedade. Eles são contrapostos aos oportunistas que queriam enriquecer sem esforço, às custas dos outros. Quiroga estava preocupado com os pobres, os comuns, acreditava que os índios se converteriam facilmente se ficassem longe dos caciques e líderes religiosos e poderiam, assim, ser súditos da Espanha.

Temos então a mesma ordem de acontecimentos proposta por Las Casas: em primeiro lugar viria a conversão, voluntária, e só depois disso se tornariam súditos. Disso decorre que sem a evangelização não seria possível aumentar os domínios do rei espanhol, o que tornaria a evangelização o centro das preocupações coloniais. E ainda mais, estaria anulada toda justificativa para as guerras contra os índios, fossem por motivos religiosos ou políticos, pois não poderiam ser hereges sem ter aceitado o cristianismo e, não sendo súditos, não podiam ser considerados rebeldes (BRUIT, 2003).

O argumento de Quiroga é que, com a permissão da escravidão, justamente os que aceitavam o cristianismo, as ovelhas, estariam sendo punidos. Os *caciques* e *principais* muitas vezes fingiam a conversão, e esses eram “a quien se da ahora por esta nueva provisión facultad que los vendan e hierren, lo que fuera mejor empleado que en ellos se hiciera” (QUIROGA, 2002, p. 73). Trata-se de uma cédula real de 1534, que revogava a proibição da escravização dos índios. Haveria aqui uma inversão da justiça, algo abominável para Quiroga, tanto do ponto de vista jurídico quanto do teológico. Além disso, se a escravidão fosse lícita, o poder desses principais estaria sendo reforçado, o que poderia por em risco a própria obra colonial.

Havia uma disputa pelo poder de influenciar os índios ditos comuns. Os missionários católicos rivalizavam com os líderes nativos e pensavam ser necessário fundar novos povoados para os índios convertidos, onde estariam livres da autoridade de seus antigos guias. Isso mostra que Quiroga não tinha uma visão idealizada dos índios, como pode parecer num primeiro momento. Diferente de Montaigne, ele convivia com os povos da América, lidava com eles na sua vida cotidiana.

É claro que os líderes indígenas também poderiam ser convertidos, mas isso seria mais difícil. Quiroga parece mostrar certa aversão aos grandes homens, tanto índios quanto europeus, e dá mais atenção aos que vê como pequenos e simples. Dessa perspectiva, enxerga a existência de rivalidades entre os índios comuns e os principais. Estes fingiriam a conversão e se vingariam dos demais que, por serem cristãos verdadeiros, desvelariam a representação. Essa é a leitura de Quiroga.

Desde Cortez e Pizarro vemos os conquistadores e colonizadores explorarem as divisões entre os nativos para dominá-los mais facilmente – a velha máxima de dividir para conquistar. Ainda que Quiroga não seja um conquistador nem pretenda subjugar os índios, participa do processo de colonização. Seu projeto é diferente, mas não deixa de ser colonial. Se, por um lado, Quiroga demonstra compaixão e projeta um mundo novo e melhor pra os índios, por outro simplifica a realidade numa divisão binária entre *principais* e *comuns* que não corresponde nenhuma constituição social conhecida.

Devemos analisar Quiroga além do campo das ideias. Não adianta condená-lo por ser colonial sem compreender a historicidade e a natureza do seu projeto. Não falamos de algo concebido à priori, fora da história, mas de uma resposta concreta ao mundo em que vivia. Dito de outra forma, os projetos são formulados com o processo de colonização em curso, interagem com realidade experimentada, com os colonos gananciosos, a escravidão indígena, a exploração das minas, os interesses da coroa espanhola e da Igreja Católica.

Quiroga parece compreender o movimento de colonização como irreversível e procura, dentro das possibilidades que tinha, torná-lo o menos danoso possível. Diferente de Las Casas, ele atua menos no campo das ideias e mais na prática. Não adiantaria apenas reconhecer a humanidade dos índios e proibir formalmente a escravidão enquanto os colonos seguissem escravizando, matando e destruindo os índios.

Era preciso harmonizar os poderosos interesses em jogo, sobretudo os da coroa e da Igreja, mas também os dos colonos e dos índios. Essa não era uma tarefa fácil. Quiroga não se opõe à colonização, o que àquela altura já seria um esforço inútil, mas luta com todas as forças em duas frentes: primeiro, procura informar a coroa sobre o que

de fato se passava e tenta mostrar que a superexploração das colônias não era benéfica sob nenhum ponto de vista; segundo, busca efetivamente construir as comunidades que idealizou, com índios de verdade, para mostrar a viabilidade do seu projeto.

A *Información* se insere no primeiro *front* e atesta a importância do debate sobre a escravidão indígena. Quiroga não pode se opor à colonização, pois isso anularia todos os seus esforços junto a coroa, então procura mostrar que a escravização dos índios não contribuía para o projeto colonial. A divisão dos índios entre *principais* e *comuns*, ainda que imprecisa, é parte dessa estratégia de argumentação: os principais dos índios, fortalecidos justamente pela permissão da escravidão indígena, rivalizavam com a autoridade dos missionários, e a coroa, vinculada à Igreja, não podia compactuar com isso. Afinal, o alicerce da colonização era a evangelização, como dito anteriormente.

Disso tudo decorre a importância de *informar* a coroa, o que também é uma estratégia argumentativa, pois isenta o governo espanhol de qualquer culpa sobre o que vinha acontecendo. Se o rei desconhecia a realidade das colônias, era dever de Quiroga informá-lo sobre isso e combater as mentiras relatadas ao rei. Dessa forma, depois de informado, o rei teria o dever de agir, caso contrário teria sua autoridade solapada, pois estaria aceitando com a mentira e não cooperando com a evangelização. Como todos sabiam, o diabo é o pai da mentira (João 8,44).

Quiroga (2002, p. 74) prossegue em sua defesa da gente comum, dizendo que “los maceoales, que son la gente común [...] han de ser herrados y vendidos y comprados [...] sin ninguna piedad, para que mueran mala muerte en las minas, y no para ser doctrinados, como allá siniestramente se informa [...]”. Seu raciocínio vai se completando: ao invés de evangelizar os índios – base da colonização – estavam escravizando-os injustamente e levando-os à morte, o que também privava a coroa de braços para o trabalho.

Os índios não aceitavam tudo passivamente e mesmo a passividade pode ser vista como última forma de resistência (BRUIT, 1995). Quiroga entendia as reações dos índios como uma busca por seus direitos naturais: vida, liberdade e justiça. E os admirava: “y en la notoria justicia y derecho que en ello, a mi ver, tienen, pretenden y piden, con tan buenos modos y maneras y medos, repozo y razonamientos que tienen en

lo pedir, que cierto es, a mi ver, gran vergüenza y confusión para la soberbia nuestra” (QUIROGA, 2002, p. 75).

Tenta mostrar que os índios se submetiam à coroa e demandavam do rei a justiça devida. A ele dirigiam suas demandas e queixas, com boa argumentação e humildade. Os colonos espanhóis, ao contrário, eram arrogantes e não se submetiam ao rei, preocupavam-se apenas com seus interesses particulares e imediatos e não se interessavam nem pela evangelização nem pela justiça. Eram piores súditos que os índios e não viviam de acordo com a razão.

A argumentação de Quiroga apela para a razão, mas podemos ver aqui um outro componente importante: o corte racial. Era mais fácil para a coroa confiar nos colonos não porque fossem bons súditos, mas simplesmente por serem espanhóis. Os índios, ao contrário, tinham dificuldade em obter a confiança do rei, a despeito de sua lealdade e razão, pelo fato de serem índios. Entre o que já se conhece e o novo, parecia melhor à coroa ficar com a primeira opção.

Para converter os índios e transformá-los em bons súditos, necessariamente nessa ordem, era preciso cessar com a escravidão, afinal um escravo nunca é um súdito. Quiroga (2002, p. 75) é sutil na crítica ao rei: “y también porque no se estén ni perseveren en sus tiranías pasadas en tiempo de Majestad tan católica”. Com a permissão da escravidão o rei se igualaria aos “tiranos” indígenas. Quiroga procura deixar claro que o rei católico não poderia fazer o mesmo que era condenável para os “gentios”.

Adiante a crítica de Quiroga chega a um ponto culminante e se torna explícita: as coisas iriam bem “si el antiguo conturbador Satanás así ahora con esta nueva provisión todo no lo contaminara y conturbara” (QUIROGA, 2002, p. 75). A permissão da escravidão era obra do diabo, e uma majestade tão católica não poderia seguir os passos do enganador.

Podemos até mesmo pensar que as “tirantias” indígenas anteriores à conquista eram menos agressivas que a escravidão implantada pelos espanhóis – esta era praticamente um sentença de morte. Quiroga (2002, p. 75) fala sobre “la confusión y

infierno de las minas, *donde no hay orden alguno, sino habita un horror sempiterno*², donde estos probrecillos miserables, que así han de ser herrados, han de ir a maldecir el día en que nacieron”. A escravidão tirava qualquer esperança que os espanhóis pudessem ter dado aos índios, por exemplo, ao libertá-los de seus antigos senhores. Quiroga cita o *Eclesiastes* (4, 1-3) para afirmar que, ante a impossibilidade de obter justiça, seria melhor estar morto do que vivo. Com isso diminuía também a esperança de sucesso na colonização.

Para mostrar qual devia ser a ênfase da coroa, Quiroga menciona a bula do papa Alexandre VI e da obrigação de levar a cabo a missão cristianizadora. É um constante esforço de mostrar para a coroa qual deveria ser a prioridade. A permissão da escravidão só podia ser resultado de um olhar apressado sobre a questão, mas Quiroga (2002, p. 77) alertava: “no basta mediana diligencia, ni mirarlo así como quiera y como de paso, porque de este poco miramiento y recatamiento nace el error en las cosas”.

Mesmo que a permissão da escravidão fosse resultado de decisões apressadas e da falta de informação (ou de informações falsas) era uma flagrante violação do direito. Primeiro, do direito dos índios; segundo, do direito canônico, pois não se estava respeitando as bulas papais. Somente dando prioridade para a evangelização e respeitando as normas jurídicas e religiosas seria possível que a colonização fosse benéfica tanto para os espanhóis quanto para os índios, ao menos era essa a visão de Quiroga.

Información en derecho – Capítulo II

O segundo capítulo começa com uma severa crítica da cobiça dos espanhóis:

Que los inconvenientes que parece que hay en estas partes en los esclavos de guerra son, en los yapacíficos, la codicia desenfrenada de nuestra nación; y, en los por pacificar, su defensa natural, que parece que naturalmente tienen contra nuestras violencias, fuerzas, opresiones y mala manera que tenemos con ellos en su pacificación por nuestra codicia, para que, vistos, se vea cómo no se deben permitir en esta tierra ni esclavos de guerra ni de rescate, estaba muy bien santa

y justamente prohibido por la Primera Provisión³. (QUIROGA, 2002, p. 79, grifos meus)

Na tradição cobiça é reconhecidamente um pecado e há muitas referências bíblicas a esse respeito⁴. Quiroga estabelece uma relação entre o pecado da cobiça e a colonização: a cobiça atrapalhava, ao invés de beneficiar, as pretensões dos espanhóis, na medida em que despertava reações contrárias dos índios. A tentativa é vincular os campos espiritual e social, mostrando que o pecado tinha consequências danosas já na vida presente, na sociedade, e não somente no além.

É interessante também que as reações dos índios sejam vistas como naturais, como resposta às agressões dos espanhóis. Com isso, mesmo que aceitasse a ideia de *guerra justa*, Quiroga deixa claro que não era cosa ali. Os sujeitos da violência eram os espanhóis cristãos, e não os índios pagãos. Era a cobiça dos espanhóis e não a barbaridade dos índios que provocava os conflitos. As ações dos índios eram de defesa, não de ataque. Ademais, sendo natural, era legítima, por isso a única opção aceitável era eliminar as causas: a cobiça e a violência dos espanhóis. Nisso residia a importância da atuação dos religiosos, tanto no campo missionário quanto na argumentação legal e teológica.

Para Quiroga a proibição da escravidão era santa e justa, ou seja, unia o campo espiritual com o social, seguindo a ideia da chegada do Reino de Deus contida nos evangelhos. A cobiça dos espanhóis, seu desejo desenfreado de escravizar os índios para mandá-los trabalhar nas minas resultava no seguinte: “a los ya pacíficos y asentados los levantan, y siempre han de levantar que rabian, y los han de hacer levantadizos, aunque no quieran ni les pase por pensamiento [...]” (QUIROGA, 2002, p. 79).

Os índios naturalmente queriam conservar suas vidas, de forma que resistiam à escravidão e à bastante provável morte nas minas. Quiroga mostra que a ordem das coisas estava invertida nas narrativas enviadas à coroa: os índios não eram escravizados por serem rebeldes, mas se rebelava, por serem escravizados injustamente – se é que alguma escravidão pode ser justa –, por sofrerem violências da parte dos espanhóis.

3 A *Primera Provisión* a que se refere Quiroga era a que havia proibido a escravidão.

4 Por exemplo: Salmo 119, 36; Eclesiastes 6, 9; I Timóteo 6, 10; Tiago 1, 15; I João 2, 16.

Quiroga (2002, p. 80) prossegue, afirmando o seguinte:

[...] la buena conversión de esta tierra, que yo no sé cómo ésta en ella se haga, ni como crezcan y convalezcan, ni vengan en conocimiento de ella, si en nosotros no hallan fe ni seguridad alguna para con ellos, y, se de vosotros estas gentes no se fían, por nuestro poco sosiego y desenfrenada codicia, ni sienten que nos fiamos de ellos.

Como os índios poderiam se converter ao catolicismo se os espanhóis, os católicos, não se mostravam nem um pouco confiáveis? Essa é uma pergunta importante pois Quiroga, ao que parece, tinha uma preocupação verdadeira com a conversão dos índios. Ele não era apenas um arauto da colonização fingindo religião. É claro que se pode contestar a intenção de converter outros à sua religião, mas nesse caso entraremos em outro debate – que deve resvalar no anacronismo, na medida em que essa ressalva com relação aos processos de conversão é muito mais de nossa época, depois que já vimos as atrocidades coloniais e o massacre dos povos nativos, do que do século XVI. A questão aqui é que Quiroga não aceitava a colonização a qualquer custo, tentava impor-lhe limites. E o trabalho sagrado e primordial de conversão dos índios – que considerava útil também para a própria Espanha, para o rei e os colonos de boa fé – estava dentro desses limites aceitáveis.

Se considerarmos que Quiroga apenas usava a religião para atender os interesses coloniais estaremos fazendo dele um retórico cínico. Além disso estaremos ignorando ou tratando de forma superficial o fenômeno da fé religiosa. Uma abordagem meramente materialista deixaria passar muitos aspectos essenciais para a compreensão desse período. Sem dúvida a fé é um deles.

A interpretação de que Vasco de Quiroga apenas usava a religião para levar a cabo um outro projeto é ingênua e só pode ser proposta se assumirmos uma série de pressupostos: que a fé religiosa, como um fenômeno humano, não existe verdadeiramente; que todos os que professam alguma fé – no caso colonial, o catolicismo – estão mentindo de forma consciente e deliberada; que a fé não serve como fenômeno explicativo para os fenômenos históricos. Muitas vezes esse último pressuposto aparece como uma conclusão quando na verdade é um ponto de partida.

Por outro lado não é o caso de simplesmente tratar Quiroga como um herói e ignorar seus vínculos com o projeto colonial espanhol. O aspecto religioso se vinculava a questões filosóficas, econômicas, políticas, a diversas relações de poder que se entrecruzavam o tempo todo. Se quisermos compreender o período precisamos ao menos tentar observar esses variados aspectos.

Para que consigamos fazer isso precisamos, antes de mais nada, ler com cuidado nossas fontes, de onde tiraremos nossas informações e interpretações. Aceitar uma formulação teórica antes de dar atenção para as fontes é cair numa armadilha: teremos as respostas antes das perguntas e faremos um trabalho de identificação na fonte do que preconiza a teoria. O conhecimento, no entanto, é produzido a partir de perguntas. Dessa forma a nossa formação teórica deve dialogar com nossas fontes, de forma que possamos aceitá-la, reformulá-la ou rejeitá-la e, a partir disso, propor uma nova formulação teórica que poderá dialogar com outros estudos. A ideia de que a teoria é anterior e se sobrepõe a tudo é apenas mais um pressuposto não declarado por muitos. Aqui ele é rejeitado.

Adiante, Quiroga cita a primeira carta de Pedro (5, 8) para explorar uma metáfora. Nesse texto bíblico o leão é associado ao diabo, rondando os cristãos para devorá-los. Para Quiroga os espanhóis eram como esse leão, rugindo e devorando os índios, que reagiam apenas porque o leão insistia em atacar. Essas inversões de Quiroga, tratando os espanhóis, pretensamente cristãos, como se na verdade estivessem associados ao diabo, é importante para entendermos seus argumentos, feitos dentro da lógica da religião. Algo semelhante aparece também em Las Casas (BRUIT, 2003) e Guaman Poma de Ayala (DUSSEL, 2008).

A seguir Quiroga (2002, p. 83) começa a mostrar as vantagens de seu projeto de *hospitales-pueblo*:

Aprovecholes mucho la idea que allí fui, y el pueblo-hospital de Santa Fe que yo allí dejé comenzado, al cual ha dado y da Dios tal acrecentamiento de cristiandad, que, en la verdad, no parece obra de hombres, sino de sólo El, como yo creo cierto que lo es, puesque El solo lo sustenta, al parecer maravillosamente, y aquello pienso que es gran parte de la bondad no creída ni pensada, antes muy desconfiada

de la gente de aquella tierra. A Dios se den las gracias de todo, pues a El solo se deben.

Os *hospitales-pueblo* eram, para Quiroga, uma obra divina. Essa compreensão é muito importante para sua defesa, já que era um argumento forte na perspectiva da Igreja Católica. O bom funcionamento dos hospitais também era um fundamento para validar as propostas, pois mostraria que era possível e viável uma outra forma de colonização. Justamente o contrário do bom funcionamento que se via nos *hospitales* ocorria quando se deixava livre a cobiça dos espanhóis.

Além dos desígnios divinos, um elemento essencial para o sucesso do empreendimento era a bondade dos índios. Essa bondade certamente atraía o favor divino e a junção desses dois fatores resultava no sucesso descrito. Os espanhóis podiam negar a bondade dos índios, tratando-os como bárbaros, mas ela era evidenciada pelo bom andamento dos *hospitales*. Ou seja, a direção da argumentação é que os espanhóis estavam indo contra a vontade de Deus. Essa conclusão, se verdadeira, rompe com a ideia de um sentido único da colonização, em que a coroa espanhola, a Igreja Católica e os colonos espanhóis estavam todos unidos e preocupados somente em conquistar e explorar os índios. O processo de colonização tem muitas vozes, muitos sentidos, e Quiroga nos ajuda a entender isso.

Um outro argumento importante de Quiroga (2002, p. 83) está na seguinte passagem:

En cuanto a los que nunca fueron sujetos ni requeridos ni pacificados, si queremos también en esto estar recatados y mirar bien en lo que pasa, no hay duda sino que aquéstos no nos infestan, ni molestan, ni resisten a la predicación del santo Evangelio, sino defiéndose contra las fuerzas y violencias y robos, que llevan delante de sí, por nuestras y por adalides, los españoles de guerra, que dicen que los van a pacificar.

Aqui está derrubado o argumento da guerra justa. Os índios não “pacificados” não atacavam os espanhóis, afirma Quiroga, e tampouco resistiam à pregação do evangelho. Como já dissera antes, os índios apenas se defendiam das violências dos espanhóis. A crítica da violência e da hipocrisia dos espanhóis é clara, mas restam

questões: apesar de aceitarem bem o evangelho, os índios teriam o direito de rejeitá-lo e de permanecer vivendo em suas sociedades, mantendo sua religião?

Em sua argumentação Quiroga parece desconsiderar essa possibilidade, já que sempre destaca a boa aceitação do cristianismo por parte dos índios. Isso pode significar que, percebendo o movimento inexorável da colonização, ele entendia que era impossível os índios continuarem em seu mundo, da forma como era antes, e que a melhor forma de conduzir esse movimento imparável era através da pregação do evangelho. Como dito antes, Quiroga lidava com o movimento concreto da história, não apenas com ideias abstratas.

Por outro lado podemos entender que Quiroga simplesmente não reconhecia o direito dos índios de recusar o cristianismo. É uma interpretação mais difícil, dada a sua constante defesa do direito de resistência às violências coloniais. Essa posição traz consigo uma necessária ausência de alteridade, uma incompreensão dos índios em si mesmos. Ouvindo o evangelho, não haveria possibilidade de recusarem, parece pensar o bispo de Michoacán.

De fato a resposta não está nesse escrito de Quiroga. A possibilidade de os índios não aceitarem a mensagem cristã parece inconveniente para a sua argumentação, pois se isso acontecesse tanto a igreja quanto a coroa teriam os seus interesses prejudicados. Assim, ao que tudo indica, ele omite um assunto espinhoso para não prejudicar sua tese. Daí a ênfase na aceitação do evangelho.

O argumento parece apontar para o seguinte: a evangelização não trazia inimigos para a coroa e a igreja, ao passo que as violências dos colonos espanhóis provocavam levantes de índios. De qualquer forma está claro que Quiroga não é, nesse sentido, tão radical quanto Las Casas, que deixa explícito o não reconhecimento da autoridade da igreja e da coroa sobre os índios, a não ser que estes a aceitassem.

Seguindo seu argumento, Quiroga (2002, p. 84) defende as obras de misericórdia “con que, sin duda alguna, muy mejor vendrán al conocimiento de Dios, y se allanarían y pacificarían sin otro golpe de espada ni lanza ni saeta ni otros aparatos de guerra que los alborota y espanta”. Essas boas obras, como as que estava fazendo nos *hospitales*, ainda que não tivessem como objetivo atrair os índios para a autoridade da coroa,

seriam mais eficazes para isso do que a guerra e a escravidão.

E prossegue: “Porque a las obras de paz y amor responderían con paz y buena voluntad, y a las fuerzas y violencias de guerra, naturalmente, han de responder con defensa; porque la defensa es de derecho natural, y también les compete a ellos como a nosotros” (QUIROGA, 2002, p. 84). O argumento segue a linha do humanismo cristão e equipara os índios aos espanhóis, o que não é pouca coisa numa época em que se discutia a humanidade dos nativos da América.

Além de criticar as violências dos colonos espanhóis, Quiroga enfatiza que isso atrapalhava a obra missionária. Tratando da dificuldade de compreensão dos índios, por causa da barreira do idioma, diz:

Y, aunque lo entiendan, no creen sino que es engaño y ardid de guerra, viendo la gente en el campo tan apercebida y a punto para dar sobre ellos, y las obras y muestras tan contrarias a la paz que les dicen y requieren. Y, aunque lo crean, tienen mucha razón de no se fiar así luego de gente tano extrañã a ellos y tan brava y que tantos males y daños les va haciendo. (QUIROGA, 2002, p. 84)

Podemos ver aqui uma demonstração de alteridade: a tentativa de compreender o estranhamento dos índios com relação aos espanhóis. Essa pode ser também uma chave interpretativa do período, pois enquanto os colonos espanhóis estavam interessados no ouro, os índios faziam um duro esforço para entender o que se passava. Quiroga mostra a incoerência de exigir a paz quando se oferece a guerra. Além do choque cultural, as ações dos espanhóis justificavam plenamente a desconfiança, de forma que mesmo quando aceitavam o cristianismo não podiam confiar plenamente nos cristãos.

Considerações finais

Os argumentos prosseguem no terceiro capítulo, mas as bases já estão dadas aqui. Vasco de Quiroga mostra o imbróglio da colonização, tentando convencer as autoridades espanholas da necessidade de cessar com as violências, de proibir a escravidão e de tratar os índios bem para receber em troca uma boa aceitação. A compreensão da *Información en derecho* não é tão simples, da mesma forma que o período colonial. A sua leitura, a despeito da complexidade, é importante para

entendermos o processo de colonização e as diversas possibilidades no tenso jogo de poder do século XVI.

Mais do que conclusões, aqui é possível apenas oferecer algumas perguntas que podem nortear o futuro desta investigação. Quiroga pretendia efetivamente converter os índios? A resposta a essa pergunta norteia a interpretação de sua obra, independentemente de considerarmos boa ou má a possibilidade de conversão. Ao que tudo indica, dentro de sua lógica, Quiroga entendia que estava oferecendo liberdade aos índios, livrando-os das tiranias dos antigos chefes nativos. Era o reino de Deus chegando até os índios!

Seria Quiroga um cínico, estaria apenas usando o trabalho missionário para favorecer outros objetivos, ou ele de fato acreditava na centralidade do trabalho missionário? Ele amava os índios, procurava o seu bem? Como a dificuldade de compreender o outro afetou a obra de Quiroga? A alteridade é, sem dúvida uma outra chave interpretativa sem a qual não compreenderemos as relações estabelecidas no início da colonização da América.

Podemos dizer, é claro, que o trabalho de Quiroga junto aos índios cooperou para a colonização espanhola. Isso independe das respostas que dermos para as perguntas anteriores. Podemos pensar que seu trabalho serve a outros propósitos que não os seus, ou então teremos que aceitar que ele simplesmente trabalhou em prol da colonização, em detrimento dos interesses dos índios e da sua própria fé. Não parece ser o caso.

A obra de Quiroga desperta muitas perguntas a respeito do século XVI na América. Desvela também uma polifonia de vozes e de possibilidades interpretativas que vão muito além de uma percepção esquemática da realidade. A América é um labirinto, mas vamos caminhando. Apesar de cometermos erros, é preciso caminhar, pois se ficarmos parados teremos apenas a certeza da cegueira e da solidão.

REFERÊNCIAS

BRUIT, Hector H. Uma utopia democrática do século XVI. **Revista Eletrônica da Anphlac**. n. 3, 2003, p. 5-23.

DUSSEL, Enrique. Meditaciones anti-cartesianas. **Tábula Rasa**. Bogotá – Colombia, n. 9, p. 153-197, 2008.

LAS CASAS, Bartolomé de. **Brevísima relación de la destrucción de las Indias**. Barcelona: Ediciones Orbis, 1986.

_____. **O paraíso destruído**: a sangrenta história da conquista da América Espanhola. Porto Alegre: LP&M, 2011.

MORE, Thomas. **Utopia**. Organizada por George M. Logan e Robert M. Adams. Tradução Jefferson Luiz Camargo e Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

QUIROGA, Vasco de. **La utopía en América**. Edición de Paz Serrano Gassent. Madri: Dastin, 2002.

OS CIGANOS E USOS DOS ESPAÇOS NA CIDADE

Gilmara Tavares Batista

gilmara.batista@live.com

Universidade Federal de Campina Grande

Mestranda em História – PPGH/UFCG

CAPES

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar dois “despejos” de grupos ciganos, que foram efetuadas em Campina Grande em momentos e espaços distintos: em 1989, fomentando a expulsão de cerca de 500 pessoas e outro despejo em 1994. Os grupos de ciganos que “acampam” nesta cidade provocaram medo à população, segundo os discursos apresentados pela imprensa local que circulava à época. A partir das nomeações feitas pelos jornais para classificar este grupo étnico, que utilizou espaços ditos modernos desta cidade para fixar moradia, mesmo que temporária, percebemos que diversas representações negativas acerca das imagens dos ciganos foram construídas e divulgadas. Desta forma, podemos compreender como através das representações, são classificados ou excluídos sujeitos sociais de um tempo ou de um espaço.

Palavras-chave: Cidade, Representações, Ciganos.

Abstract

This study aims to examine two "evictions" of Roma groups, which were made in Campina Grande in different spaces and times: in 1989, promoting the expulsion of about 500 people and another dump in 1994. The gypsies who "camped" in this city caused fear in the population, according to the speeches made by the local press that circulated at the time. From the nominations made by the newspapers to rate this ethnic group, which used spaces called modern this city to secure housing, even if temporary, we realize that many negative representations about the images of Roma were constructed and disseminated. Thus, we can understand how through the representations, are rated or excluded social subjects of a time or a space.

Keywords: City, Representations, Gypsies.

INTRODUÇÃO

Pessoas aglomeradas em um terreno visivelmente desabitado chamou atenção da população campinense. Havia algo de diferente na “ocupação” daquele espaço¹. Quem o ocupava, eram famílias de ciganos. Homens, crianças, mulheres e idosos se organizaram em barracas de lona, nas quais viveram durante 3 meses em Campina Grande - isto em 1989, até que fossem expulsos do local. Já em 1994, aproveitando-se deste mesmo terreno, outros ciganos voltaram a acampar nesta região, provocando uma nova ação de despejo. São dois momentos históricos diferentes, porém, bem associados, o que nos permite compreender melhor, o que aconteceu com estes ciganos ao se “instalarem” nesta cidade.

Os ciganos aparecem como personagens exóticos não somente em romances, mas também em outras produções humanas. Estas produções culturais também tiveram sua parcela na construção de imagens acerca dos ciganos, não apenas no Brasil, pois enquanto produção cultural, estes foram escritos, lidos, interpretados, encenados a partir de representações que partem de interesses individuais e/ou coletivos.

Os ciganos constroem suas identidades a partir do relacionamento com outras culturas. No Brasil, alguns dos motivos pelos quais os ciganos foram trazidos da Europa, foi o fato de sua religiosidade era diferenciada. Ao que parece, às suas religiosidades são acrescentadas, outras crenças e hábitos de outras religiões. A afirmação das identidades, nesse sentido, se dá a partir do momento em que se defrontam uma cultura com outra.

A construção de imagens *anticiganas*, analisada por Frans Moonen, identifica os primeiros estereótipos formulados em torno dos ciganos desde o século XV: “1) eram nômades, que nunca paravam por muito tempo num mesmo lugar; 2) eram parasitas, que viviam mendigando; 3) eram trapaceiros (...); 4) eram avessos ao trabalho regular;

*A pesquisa desenvolvida pela mestrandia é orientada pelo Prof^o Dr. Antônio Clarindo Barbosa de Souza, associado ao corpo docente do PPGH/UFMG.

¹ Ver CERTEAU, Michael de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de Fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. Em que podemos analisar o *lugar* como o conjunto de elementos espaço a serem praticados, e o *espaço* é a significação destes elementos, a partir da prática do homem ordinário. Neste caso, o *lugar* pode ser significado pelas experiências humanas.

5) eram desonestos e ladrões; 6) eram pagãos que não acreditavam em Deus (...)" (MOONEN, 2008. p. 81).

Isto faz parte de um imaginário criado em torno destes sujeitos, que agregados a diversas formas de produção cultural do ser humano, construíram imagens para os ciganos. Durante muito tempo suas vidas passaram despercebidas, como se eles não existissem. Ao preconceito que os atingia foram acrescentados o fascínio, o medo e a injustiça, que nos dias de hoje ainda podem ser percebidos. Entretanto, apesar dessas imagens negativas, os ciganos são marcados também pela imagem de um povo alegre, musical, e colorido.

Nesse sentido, tentamos empreender uma análise sobre as experiências urbanas vividas por ciganos em Campina Grande, destacando, estas ações de despejo que os ciganos enfrentaram. A partir dos discursos dos jornais que circulavam à época², procuramos compreender, ainda, como os não ciganos reagiram a estes episódios.

ACAMPAR NA CIDADE: REPRESENTAÇÕES JORNALÍSTICAS DE UM VIVER CIGANO

“Uma estranha determinação”. Esta foi uma das chamadas publicadas no Jornal Diário da Borborema, em 23 de outubro de 1989, para apontar aos leitores um problema que os campinenses estavam enfrentando. Problema este causado, sobretudo, pela estranheza que os ciganos causaram.

Enquanto veículo de comunicação, os jornais informam cenas do cotidiano na cidade e, para melhor fornecer informações, o Diário da Borborema foi até o acampamento cigano, investigar como viviam os ciganos acampados naquela região, passando a narrar detalhes de uma possível cultura cigana que foi encontrada sob as lonas coloridas: “Cumprir uma determinação de Deus. É essa a explicação dada pelos ciganos, que há mais de três meses encontram-se acampados nas proximidades do

² Utilizamos para produção deste artigo jornais do Diário da Borborema e do Jornal da Paraíba.

Terminal Rodoviário³, para justificarem o grau de miséria em que costumam viver” (Diário da Borborema, 23 de outubro de 1989). Destacamos este fragmento para refletirmos sobre uma questão, que nos estudos que se faz sobre os ciganos, costumam ser apontados com frequência - por ser uma característica peculiar a esta etnia - que é o nomadismo⁴. Neste caso, a matéria jornalística afirma a partir de entrevista realizada com o chefe cigano Luciano Feitosa – único com direito à fala – que eles seriam nômades, por terem recebido uma determinação de Deus, “que deixou os ciganos com o destino de andar pelo mundo, não se fixando em lugar”.

Esta preocupação do jornal em decifrar e conhecer este estrangeiro procurava enquadrá-los, para melhor acompanhar e mostrar esta novidade, assim como apontar os perigos aos quais a população campinense estava exposta, uma vez que, segundo anunciava o Jornal da Paraíba em 26 de outubro do mesmo ano, “muitas queixas de roubos praticados pelos ciganos foram registradas nas delegacias da cidade”.

As sensações se deslocam rapidamente da noção de uma cultura que prefere o movimento, a errância, com explicações míticas para tal, para chegar numa leitura que já os apontaram como desordeiros e ladrões, que provocaram insegurança. Em busca de saber os motivos que levaram os ciganos, em várias regiões do mundo, a preferirem uma vida nômade à “sedentária”, diversos pesquisadores se debruçaram sobre esta questão, numa tentativa de responder às curiosidades que atentam para este tema.

Nesse sentido, buscamos o diálogo com historiadores, antropólogos, sociólogos, entre outras áreas do conhecimento humano, a fim de mapearmos alguns traços desta ideia de nomadismos e notamos diversas explicações. Morais Filho (1981) faz um

³ Sobre as transformações ocorridas em Campina Grande nas últimas décadas, ver: Batista, Péricles Alves. **O Boulevard Shopping Center e a formação de uma Nova Centralidade em Campina Grande-PB**. João Pessoa, 2011. Que nos traz informações sobre a importância deste aparelho moderno da cidade, o “também conhecido popularmente por “Rodoviária Nova”, tem o nome oficial de “Terminal Rodoviário Argemiro de Figueiredo” (p. 121). Vale salientar que No caso específico de Campina Grande, durante muito tempo a cidade passou a se beneficiar da função de “nó rodoviário”, além de também se constituir como “ponta de trilhos” e “boca do sertão”, o que ajudou a consolidar a sua posição de capital regional (p. 30), o que nos faz pensar que esta cidade era local de passagem de ciganos com frequência, como atestam os jornais.

⁴ Neste caso, entendemos que os ciganos são nômades que podem ser chamados de os desterritorializados por excelência, já que as vidas destas pessoas são marcadas pela mobilidade contínua. Ver: DELEUZE, Guilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 5. São Paulo: Ed. 34, 1997.



percurso em várias obras que falam sobre a migração dos ciganos no mundo. Entre estas, uma nos chama atenção que é a referida por ele como tendo sido colocada por D. Rafael Bluteau que afirma:

Ciganos – Nome que o vulgo dá a uns homens vagabundos e embusteiros, que se fingem naturais do Egito e obrigados a peregrinar pelo mundo, sem assento nem domicílio permanente, como descendentes dos que não quiseram agasalhar o Divino Infante quando a Virgem Maria Santíssima e São José peregrinavam com ele pelo Egito (BLUTEAU apud MORAIS FILHO, 1981, p. 23).

Ao falar de nomadismos, migrações, os autores fazem, na verdade, uma tentativa de abalizar uma possível origem para os ciganos. Vários autores, segundo Melo Moraes, vão registrar suas hipóteses acerca da origem dos ciganos em torno da Índia. Porém ressalta o autor, que devido às dificuldades em descobrir as origens dos ciganos, foi possível saber mais sobre as migrações que ocorreram na Europa desde o século XIV, do que sobre a própria origem.

Ainda sobre o nomadismo cigano e esta busca de decifrar os motivos pelos quais os ciganos, em sua maioria, são nômades, Costa (1985) nos indica algumas explicações míticas, como as provindas da Bíblia. Nesse interim, buscamos estas referências que apontam que Caim, filho de Eva (a pecadora do paraíso celeste), por ter assassinado seu irmão Abel, recebeu um castigo de Deus: “Por isso você é amaldiçoado por essa terra que abriu a boca para receber seu irmão. Ainda que você cultive o solo, ele não lhe dará mais o seu produto. Você andarà errante se perdido pelo mundo” (Gênesis, 4; 11-13). A partir deste tipo de explicação para o nomadismo, os ciganos foram vítimas de diversas sanções e políticas anticiganas no mundo, que tentaram promover sedentarizações forçadas.

Além das tentativas de explicações sobre estes ciganos que estavam acampados, o jornal aponta características que seriam “naturais” à sua cultura.

Vivendo da troca de objetos e da Quiromancia – a arte de se prever o futuro pelos contornos da palma das mãos – os ciganos ali instalados precariamente, em barracas de lonas e de plástico, não possuem as mínimas condições de higiene e suas crianças, via de regra, convivem com toda sorte de doenças. A quase totalidade do grupo não sabe ler (Diário da Borborema, 23 de outubro de 1989).

Estas referências são visíveis ao jornalista que escreveu esta matéria e que foi ao acampamento colher informações. Os jornais apontam diferentes leituras sobre estes sujeitos, e até mesmo as informações nem sempre conferem uma com a outra. Percebemos isto quando, por exemplo, tentam decifrar a quantidade de pessoas no acampamento montado em 1989. O Diário da Borborema alega a presença de 200 pessoas, enquanto o Jornal da Paraíba apresenta outros dados, mostrando o acampamento com cerca de 500 pessoas.

Esta matéria, anterior à da expulsão, parece com um relatório de estudos de campo, uma vez que o jornalista entra no seio da comunidade para obter conhecimento sobre a mesma, descrevendo depois para o público, as visões obtidas. Entre as descrições podemos notar que estes ciganos eram pobres ao ponto de não terem nem mesmo animais para se deslocarem, fazendo com que viajassem de um estado para o outro a pé ou pegando caronas:

Eles se dizem pacíficos e afirmam não serem ricos, como muitos pensam, vivendo de favores em todos os lugares que chegam. Para viajar, os ciganos ficam na beira da estrada, a procura de carona, ou conseguem com as autoridades locais um carro fretado, o que nem sempre acontece. Ao todo são cerca de 200 ciganos, a maioria crianças, sendo todos familiares de sangue, conforme lembrou Luciano Feitosa, o único autorizado a falar em nome dos demais. A curiosidade parece ser um fato típico dos ciganos, sendo isso facilmente visível por quem visita o acampamento (Diário da Borborema, 23 de outubro de 1989).

O jornal mostra ainda uma realidade que pode ser encontrada em outras comunidades ciganas, em acampamentos, ou mesmo com relação a ciganos sedentários

na contemporaneidade, que não difere de uma realidade brasileira no tocante a pessoas não ciganas, que também tem índices elevados de analfabetismo, afirmando que,

Poucos são os que sabem ler entre os ciganos, e a tendência é que as crianças se tornem adultas analfabetas, uma vez que não frequentam escolas, pelas constantes viagens que fazem e também por que a própria índole cigana não induz a leitura como uma necessidade para eles (Diário da Borborema, 23 de outubro de 1989).

Nesse sentido, entendemos que os ciganos, por terem uma cultura diferente, não têm certos apegos a alguns valores que os não ciganos têm como, por exemplo, o trabalho e a escola. Sobre isto, podemos afirmar que as escolas, como afirma Ivatts (1975), não estão preparadas para esta rotatividade cotidiana dos ciganos. Uma questão muito importante para os ciganos e para sua cultura é a oralidade, que mantém vivas suas histórias para as gerações.

Porém, nota-se que à medida que os ciganos abandonam a vida nômade, a tendência é “que por razões de emprego, segurança e informação, é indispensável saber ler e escrever, para não ser um verdadeiro inválido social” (p. 6). E isso devido ao fato de que o nomadismo é uma característica que fez com que os ciganos não aproveitassem as possibilidades de educação. Só que no caso da matéria, o que percebemos é que os ciganos estão sendo representados como pessoas que não se sabe como sobreviviam, tendo em vista este modo de vida em que viviam.

Na lógica de vida do ocidental, é preciso trabalhar para conseguir sobreviver e os ciganos são expulsos da cidade porque além de não trabalharem, sob a lógica dos não ciganos, roubavam para comer e assim sobreviver, desta forma afirmam os jornais:

O delegado Nilo Siqueira, da 1ª Delegacia Distrital, em José Pinheiro, deu prazo até as 22:00h de ontem, para que os ciganos acampados nas proximidades do terminal Rodoviário de Passageiros, em Campina Grande, deixassem a cidade, uma vez que várias eram as queixas registradas contra eles, naquela DD, dando conta do sumiço de vários objetos e animais, de casas existentes nas proximidades por onde eles estavam instalados (Diário da Borborema, 26 de outubro de 1989).

Os ciganos que se encontravam acampados nas proximidades do Terminal Rodoviário, ao bairro do Catolé, foram expulsos do local, por determinação do delegado Nilo Siqueira, que deu um prazo de 24 horas para que eles se retirassem da cidade imediatamente. O motivo que levou o delegado a tomar tal atitude foram as inúmeras denúncias de roubos feitas contra os ciganos, contra os quais pesa a acusação de terem roubado eletrodomésticos e criações inteiras de galinhas e ovelhas (Jornal da Paraíba, 26 de outubro de 1989).

E este tipo de episódio e de imaginário sobre o cigano vai se repetir à medida que os ciganos surgem em qualquer outro momento nesta cidade, como é o que acontece em 1994, que são acusados mais uma vez de roubos e desordens. Estes episódios marcaram as vidas de muitos outros ciganos que percorreram as cidades brasileiras ou ainda percorrem. A chegada de ciganos não é apenas motivo de curiosidade, mas há os sentimentos de repulsa, desconfiança e medo.

Vale acrescentar que quando outro grupo de ciganos surge na cidade em 1994, acamparam no mesmo local que os ciganos que se instalaram durante três meses em 1989, e se tornam logo motivo de matérias jornalísticas, inclusive com fotografias do local, das barracas armadas e dos ciganos. E desta vez, foram nomeados pelos jornais como pragas que se proliferaram pela cidade, causando preocupação às autoridades locais e à população:

A procuradoria Jurídica do DER – Departamento de Estradas e Rodagem deve entrar na justiça com uma ação de despejo, para retirar os ciganos acampados nas proximidades do Terminal Rodoviário de Passageiros Argemiro de Figueiredo. Segundo o administrador do terminal, Adalberto Ferreira, a invasão da área tem causado muita polêmica e transtornos aos passageiros, visto que os ciganos fazem abordagem às pessoas e até jogam “praga” àquelas que não aceitam a leitura de mãos [...] Como se não bastasse a invasão ao terreno, com a instalação de sofisticadas barracas, A “ciganaria” diariamente investe contra os passageiros, pedindo trocados, exigindo ler mãos e até mesmo agredindo aquelas pessoas que se recusam aos seus pedidos. (Jornal da Paraíba, 3 de dezembro de 1994).

As autoridades locais passaram a tentar soluções para expulsar os ciganos da cidade. O administrador do terminal rodoviário se mostrou impotente para resolver o problema, vez que dependeria de recursos do DER para cercar a área e promover a expulsão dos ciganos. Considerados como problema “muito grave”, foi necessário a intervenção policial para retirar os ciganos deste terreno. Há um agravante no discurso do jornal quando afirmam que a “ciganaria”, além de atacar os passageiros pedindo dinheiro para ler a mão, estaria utilizando os serviços do terminal, a exemplo dos banheiros. Acrescenta-se que “o clima no terminal rodoviário é de intranquilidade. Os passageiros estão assustados, principalmente com as ‘pragas’, quando a pessoa não aceita ler a sua mão” (Jornal da Paraíba, 3 de dezembro de 1994).

Neste sentido, apoiamos a nossa pesquisa em escolhas teóricas que são guiadas por referenciais da História Cultural e primando pelas concepções acerca da espetacularização da violência na cidade, das práticas culturais⁵ e de *espaços e lugares*, para que possamos pensar o cotidiano dos ciganos na cidade. As cidades, também entendidas como construções textuais e imaginárias, se tornam visíveis quando exteriorizadas pelas experiências cotidianas da vida de seus habitantes. Estes sujeitos, com suas identidades que se mostram múltiplas, contribuem para a apresentação deste caráter diverso que possuem as cidades. E é nesta diversidade que encontramos uma fortuna em histórias que marcaram experiências urbanas vivenciadas por ciganos num outro tempo.

Buscar representações inscritas nas fontes, em busca de analisar imaginários sobre as cidades se tornou ainda mais instigante com os impulsos das análises provocadas pela história cultural⁶, que favoreceu grandemente os estudos em torno das experiências humanas nas cidades. Nesse sentido, “a cidade se torna, mais do que um espaço, um tempo qualificado” (PESAVENTO, 2003, p. 114).

⁵ Nesse sentido, para compreender melhor a ideia de prática cultural, entendida como comportamentos do cotidiano e que traduzem uma cultura, ver: **A Invenção do Cotidiano: 2. Morar e cozinhar**. Organização: Michel de Certeau, Luce Giard, Pierre Mayol. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

⁶ Ver: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica 2003. Em

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A possibilidade do trabalho com os ciganos na cidade nos foi possível a partir das análises proporcionadas pela História Cultural, notando as histórias das práticas culturais com densidade sócio-cultural. Assim sendo, pensamos esta forma de produção histórica como:

A história cultural é a que fixa o estudo das formas de representação do mundo no seio de um grupo humano cuja natureza pode variar – nacional ou regional, social ou política –, e de que analisa a gestação, a expressão e a transmissão. Como é que os grupos humanos representam ou imaginam o mundo que os rodeia? Um mundo figurado ou sublimado (...) mas também um mundo codificado (...), contornado (...), pensado (...), explicado (...), e parcialmente dominado (...), dotado de sentido (...), um mundo legado, finalmente, pelas transmissões devidas ao meio, à educação, à instrução (RIOUX, 1998, p. 20).

Percebemos que há uma considerável produção acadêmica relativa ao tema dos ciganos no Brasil. Numa breve análise, pensando ciganos e cidades, vemos que há a possibilidade destes estudos, já que o comércio e outras atividades, ou mesmo necessidades de sobrevivência dos ciganos, são providenciadas a partir de seus contatos com a cidade, com a população cidadina⁷.

Em se tratando de ciganos no Brasil, China (1936) tenta montar o que ele chama de subsídios históricos sobre ciganos, utilizando de documentos oficiais, onde aponta diversos decretos desde os exílios dos ciganos de Portugal para o Brasil até mesmo atas de Senado da Câmara do século XVIII, entre outros, com medidas que deviam ser tomadas pelos governantes, contra ciganos que surgiam pelas cidades brasileiras. Neste trecho, trata-se de São Paulo: “erão prejudiciais a este povo por que andavão com jogos

⁷ Ver: Moraes Filho (1981), China (1936), Borges (2007), Silva (2011), Teixeira (2009), Benjamim (2004), entre outros que narram episódios de ciganos nas cidades em suas obras.

e com outras mais perturbassoins” (p. 64) e o que notamos é que as notícias sobre a chegada de ciganos na cidade faziam os governantes e população se mobilizarem.

Tratando de discriminação étnica, Benjamim (2004) coloca o tema como sendo problemático, pois afirma que prevalece no Brasil o preconceito com relação à cultura cigana. Para justificar, traz alguns recortes de jornais, que mostram discursos sobre a cultura cigana em Pernambuco, como vemos neste trecho: “Ainda não consegui saber o motivo por que as autoridades brasileiras consentem que os chamados “ciganos” perambularem por todos os Estados, principalmente no Norte e Nordeste do País” (BENJAMIM, 2004, p. 308)⁸.

Na dissertação de mestrado *Cidades de Portas Fechadas: A Intolerância Contra os Ciganos na Organização Urbana na Primeira República* (2007), a historiadora Isabel Cristina Borges expõe traços da trajetória dos ciganos em Minas Gerais nas últimas décadas do século XIX, nos mostrando que uma suposta intocabilidade entre os ciganos e não ciganos nunca existiu de fato, mas que a trajetória destes grupos nesta cidade foi marcada, sobretudo, por intolerância e perseguições, sempre considerando o contexto histórico brasileiro em que estavam estabelecidos.

Logo, “os ciganos são atores inseridos no contexto da história brasileira, e sua caminhada foi influenciada por transformações que permearam a conjuntura nacional, em diferentes momentos, alterando a dinâmica interna desses grupos” (BORGES, 2007, p. 3). Interessante é que, também em Minas Gerais, mas no século XIX, “as autoridades policiais encaravam os ciganos como perturbadores da ordem”, e em geral organizavam-se diligências a fim de “expulsá-los para fora dos limites do município”.

Na cidade de Esperantina – PI, no início do século XX, ciganos foram massacrados pela polícia local, pois segundo a imprensa e outras denúncias, estes andavam a praticar furtos pela região. Silva (2011) chama atenção neste trabalho para o fato de que após as mortes estes ciganos, houve uma inversão de papéis sociais dos ciganos que “acabou de transformá-los em mártires e o local do sepultamento em espaço de romaria e preces”. Acrescenta-se a isto o fato de os ciganos estarem pela

⁸ Diário de Pernambuco 06 de junho de 1979 (Benjamim, 2004).

cidade causando temor à população. Segundo a autora, “a imprensa adjetivava os ciganos de “bandidos”, “trapaceiros”, “cangaceiros cearenses”, que saqueavam cereais e animais, para transporte e alimentação” (SILVA, 2011, p. 14).

Todo este imaginário narrado sobre os ciganos nos fez refletir sobre as passagens de pessoas desta etnia em Campina Grande, pensando em como suas práticas culturais foram representadas discursivamente pelos jornais. Procuramos observar suas experiências de vida na cidade, como utilizaram os espaços “invadidos”, a construção de laços afetivos em que foram emaranhados e que como percebemos, deram fôlego aos discursos que recheiam esta história.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D’Assunção. **Cidade e história**. 2 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

BATISTA, Péricles Alves. **O Boulevard Shopping Center e a formação de uma Nova Centralidade em Campina Grande-PB**. João Pessoa, 2011.

BENJAMIM, Roberto Emerson Câmara. Ministério Público e discriminação étnica: o caso dos ciganos. In: MOTA, Ático Vilas-Boas da. (org.) **Ciganos – Antologia de ensaios**. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 305-316.

BIBLIA SAGRADA. Editora Paulus, 1999.

BORGES, Isabel Cristina Medeiros Mattos. **Cidades de portas fechadas: a intolerância contra os ciganos na organização urbana na primeira República**. Dissertação de Mestrado, Juiz de Fora, UFJF, 2007.

BURKE, Peter. (org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

CASTRO, Alexandra. **Ciganos e desigualdades sociais: contributos para a inflexão de políticas públicas de cariz universalista**. Fórum sociológico [online]. 20/2010.

CERTEAU, Michael de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de Fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____, **A Invenção do Cotidiano: 2. Morar e cozinhar**. Organização: Michel de Certeau, Luce Giard, Pierre Mayol. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre práticas e representações. 2 ed. Difel, 2002.

CHINA, José de Oliveira. **Os ciganos do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1936.

COSTA, Cristina Pereira da. **Povo cigano**. Gráfica MEC: Rio de Janeiro, 1985.

COSTA, Maria Elisa Lopes da. **Contributos ciganos para o povoamento do Brasil** (séculos XVI-XIX). Arquipelago. História, 2ª série, IX, 2005. p. 153-182.

DELEUZE, Guilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 5. São Paulo: Ed. 34, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. 3. ed. Rio de Janeiro: DP& A, 1999.

IVATTS, Arthur R. **Os ciganos no mundo moderno**. Da escola ao caminho da escola. Correio da Unesco. Nº 3, ano 3. Janeiro, 1975.

MOTA, Ático Vilas-Boas da. (org.) **Ciganos – Antologia de ensaios**. Brasília: Thesaurus, 2004.

MOONEN, Frans. **Aticiganismo: os ciganos na Europa e no Brasil**. Juiz de Fora: centro de Cultura Cigana, 2008.

MORAIS FILHO, Melo. **Os ciganos no Brasil e o cancionero dos ciganos**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. (orgs.) **O historiador e suas fontes**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

RIOUX, Jean-Pierre. Um domínio e um olhar. In: RIOUX, Jean-Pierre. SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa, Editorial Estampa: 1998.

SILVA, Luciana Estevam da. **Cidade e Violência: Campina Grande na década de 1980 e as representações do “Mão Branca” nos jornais**. Campina Grande, 2010. Dissertação de Mestrado.

SILVA, Maria Auxiliadora Carvalho e. **De salteadores errantes a mártires e milagreiro:** representações sociais de ciganos na cidade de Esperantina-Piauí (1913-2010). Dissertação de Mestrado -PPGHB - Universidade Federal do Piauí, 2011.

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Cartografias e imagens da cidade:** Campina Grande, 1920-1945. Doutorado.

Souza, Antônio Clarindo Barbosa de. **Lazeres Permitidos, Prazeres Proibidos.** Sociedade, Cultura e Lazer em Campina Grande (1945-1965). Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. **História dos ciganos no Brasil.** Núcleo de estudos Ciganos, Recife, 2ª Ed. 2008.

JORNAIS UTILIZADOS:

DIÁRIO DA BORBOREMA, outubro de 1989.

JORNAL DA PARAÍBA, outubro de 1989.

_____, dezembro de 1994.

MEMÓRIA: O PATRIMÔNIO DA CIDADE

Giovana Emos da Luz
giovanaemos@yahoo.com.br
Universidade Estadual de Goiás
Mestre

Resumo

Atualmente, o cotidiano urbano brasileiro é invadido por discursos e projetos que pregam a recuperação dos mais diversos vestígios do passado. A justificativa invariável é a necessidade de preservar a memória. O passado das cidades brasileiras está sendo revalorizado principalmente através da preservação/recuperação/restauração do que já foi construído em outros tempos. Nessa perspectiva, mesmo cidades relativamente novas já adotam a prática de preservar os vestígios materiais mais significativos da sua história. Entendemos que a memória de um lugar, a memória de uma cidade, é uma memória compartilhada, ou seja, coletiva. E objetivamos compreender a complexa correlação entre Patrimônio e Memória nas cidades. Para tanto, tomamos como modelo exemplar o caso do Patrimônio Cultural edificado da Cidade de Goiás.

Palavras-chave: Memória, Patrimônio, Cidades.

Abstract

Nowadays, the Brazilian urban daily life is invaded by speeches and projects that preach the recovery of various vestiges of the past time. The invariant justification is the need to preserve the memory. The past time of Brazilian cities is getting value again, mainly through the preservation/ recovery/ restoration of what has already been built at other times. In this perspective, even young cities have adopted the practice of preserving the material vestiges that are the most meaningful in its history. We understand that the memory of a place, the memory of a city, is a shared memory, or collective. And we aim to understand the correlation between Heritage and Memory in the cities. Therefore, we take as an example, the cultural heritage of the Town of Goiás.

Key- words: Memory, Heritage, City.

Atualmente, a (re) valorização do passado das cidades é uma característica comum às sociedades. Nas últimas décadas, o processo de globalização e a ideia de pós-modernidade originaram no imaginário ocidental uma busca de referenciais identitários por parte das comunidades nacionais (HALL, 2006). É proveniente dessa necessidade, a valorização atual do passado e da memória das cidades. Nessa perspectiva, os investimentos nas ações de preservação se devem, em grande medida, à necessidade de se reagir localmente às transformações das estruturas da economia mundial (TAMASO, 2007). Essa dinâmica social indica que é nos momentos de ruptura da continuidade histórica que as atenções tendem a se direcionar mais para a memória (DUVIGNAUD, 1990). Tal constatação se aplica ao período denominado de globalização, que é sem dúvida um momento de ruptura e de importantes mudanças no mundo. Essa realidade dá margem ao aparecimento de reflexões teóricas de peso. Diferentes reflexões são unânimes ao apontar para o tempo como a categoria de análise fundamental para a compreensão do momento histórico atual.

Para Lepetit e Pumain (1993) os períodos de transição são momentos de perda de concordância de tempos: os antigos tempos hegemônicos passam a co-existir e, obrigatoriamente, a interagir com novos tempos emergentes. As visões de mundo são, então, reorientadas em função das realidades do presente. As ressalvas em relação ao futuro geram o reconhecimento da sedimentação do passado. Para Le Goff (1996), a valorização atual do passado tem muito a ver com o fim da era de perspectiva positiva em relação ao futuro e à ideia de progresso geral, iniciadas pela filosofia do Iluminismo. O autor indica que nesse contexto aconteceu a transferência do foco de atenção da humanidade para o futuro, independente de uma escatologia. A partir daí, o olhar de reverência para o passado se tornou sinônimo de atitude tipicamente reacionária. No entanto, os acontecimentos de potencial destrutivo em escala planetária ocorridos no século XX minimizaram as perspectivas de certeza de progresso para o tempo futuro da humanidade. Assim, a situação se reverte novamente em favor do passado. Stuart Hall (2006) coloca que *tempo* e *espaço* são coordenadas básicas de todos os sistemas de representação. E que, diferentes épocas culturais têm diferentes formas de combinar essas coordenadas espaço-tempo. Na atualidade, a aceleração temporal suprime o

espaço devido ao fenômeno de globalização; os *tempos* são os mesmos em espaços diversos, ou no mínimo, muitos locais são afetados pelo processo global e seus *tempos* genuínos são alterados. Esse fato estaria causando a desintegração das identidades nacionais que eram localizadas nos distintos espaço e tempo simbólicos.

Em síntese, a globalização é um complexo de processos e forças de mudanças atuantes em escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integram e conectam realidades e experiências. As transformações (sócio-culturais, político-econômicas e tecnológicas) têm ritmo acelerado, contínuo e são de alcance global. Estas transformações abrangem o tempo e o espaço como universais e extraem as relações entre indivíduos dos contextos locais, alterando as características das identidades nacionais. A intensidade e o impacto dessa suposta homogeneização e da pluralidade cultural provocam, seguidamente, o revival do *local* e a exploração das diferenças (HALL, 2006).

Nesse sentido, Maurício de Abreu (1998) aponta para uma dialética fundamental do entendimento dos *lugares* da cidade nos dias de hoje: a homogeneização do espaço global devido à chamada compressão espaço-tempo é estímulo para que cada lugar procure se diferenciar o mais que possível dos demais. Quanto a isso, vale ressaltar que uma das dimensões mais importantes dessa busca de singularidade é materializada na paisagem das cidades. O autor afirma que poucas são as cidades brasileiras que ainda apresentam vestígios materiais consideráveis do passado. Ele exemplifica com as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Olinda, todas fundadas no século XVI. Estas cidades têm a maior parte das suas edificações situadas em seus “corredores culturais” construídas no início do século XX e muito pouco existe nelas dos períodos colonial e imperial. Outras cidades como é o caso de Salvador e Ouro Preto, respectivamente dos séculos XVI e XVIII, podem gabar-se de manter um patrimônio histórico-arquitetônico considerável, que não foi substituído por novas edificações devido à longa decadência econômica pela qual passaram e que atenuou o impacto dos projetos políticos modernizadores que vigoraram no Brasil durante o século XX.

Na Europa, apesar da ultrapassagem da era Iluminista, o passado sempre acompanhou o processo de desenvolvimento das sociedades; ele sempre fez parte do

presente e da ideia de futuro. No Brasil do século XX, o presente e o futuro não se desenrolaram a partir de uma sólida base material e simbólica herdadas do passado, apesar do passado ter sido lembrado, em alguns aspectos, para sedimentar a identidade nacional que estava sendo forjada. Por outro lado, o projeto modernizador do século XIX tornou-se uma forte ideologia a partir da República e no decorrer do século XX (MACHADO, 1995). A dimensão continental do país, com seus “espaços vazios” remetia para um futuro de novas construções históricas e de superação do passado. Territorialmente, o Brasil era um país de projeção e as reformas urbanísticas em diversas cidades viabilizavam a concretização desta ideia. O movimento de valorização dos projetos modernizadores justificou intervenções, muitas vezes radicais, sobre as paisagens herdadas do passado.

Na atualidade, ocorre um movimento inverso, o cotidiano urbano é invadido por discursos e projetos que pregam a recuperação dos mais diversos vestígios do passado. A justificativa invariável é a necessidade de preservar a memória. Ressaltando que a memória das cidades é um elemento fundamental da constituição da identidade de um lugar. No Brasil, essa tendência inédita reflete a grande relevância que as cidades e suas transformações passaram a ter em quase todas as partes do mundo, em geral, e no país, em particular. O passado das cidades brasileiras está sendo revalorizado principalmente através da preservação/recuperação/restauração do que já foi construído em outros tempos. Nessa perspectiva, mesmo cidades relativamente novas já adotam a prática de preservar os vestígios materiais mais significativos da sua história.

A década de 1970 foi marcada pela intensificação dos processos de patrimonialização em todo o mundo junto à UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. No caso brasileiro, as ações da UNESCO são intermediadas pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. No Brasil, os processos de Tombamentos¹ se iniciaram na primeira metade do

¹ O tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público, nos níveis federal, estadual ou municipal. Os tombamentos federais são responsabilidade do IPHAN e começam pelo pedido de abertura do processo, por iniciativa de qualquer cidadão ou instituição pública. O objetivo é preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo a destruição e/ou descaracterização de tais bens. Pode



século XX, mas as patrimonializações só se formalizaram a partir da década de 1980. A cidade de Ouro preto foi declarada Monumento Nacional em 1933 e tombada pelo IPHAN em 1938 por seu conjunto arquitetônico e urbanístico, sendo declarada pela UNESCO como patrimônio mundial em 1980. A inscrição de Olinda na Lista do Patrimônio Mundial se deu em 17 de dezembro de 1982. O conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico do Centro Histórico de Salvador foi inscrito no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 1984. Em 5 de dezembro do ano seguinte, sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial foi ratificada pela UNESCO. O conjunto urbanístico-arquitetônico de Brasília foi inscrito no Livro de Tombo Histórico pelo IPHAN em 14 de março de 1990. A cidade de São Luís, capital do Maranhão, foi inscrita como Patrimônio Mundial em 04 de dezembro de 1997. A UNESCO elevou Diamantina, situada no estado de Minas Gerais, à condição de Patrimônio Mundial, em 04 de dezembro de 1999.

A busca da memória urbana, que caracteriza os dias atuais, é explicada de forma multifacetada. Nem sempre é motivada por razões exclusivamente identitárias, mas a imagem urbana é uma mercadoria que gera lucros. Exemplo disso é a Europa, onde em plena era industrial cidades transformaram-se em burgos medievais murados para atrair os visitantes. Essa é uma forte razão para a valorização do passado ou do que sobrou dele na paisagem ou nas “instituições de memória” (museus, arquivos, bibliotecas, etc.). A conservação do patrimônio artístico e cultural é verificada enquanto metodologia operativa nas cidades e lugares *históricos*².

ser aplicado aos bens móveis e imóveis, de interesse cultural ou ambiental. É o caso de fotografias, livros, mobiliários, utensílios, obras de arte, edifícios, ruas, praças, cidades, regiões, florestas, cascatas etc. Somente é aplicado aos bens materiais de interesse para a preservação da memória coletiva (<http://portal.iphan.gov.br>).

² As cidades qualificadas de *históricas* são aquelas que foram construídas no período designado pré-industrial, isto é, antes da modernidade ocidental que se inicia em meados do século XVIII, e que se diferenciam das cidades chamadas de *modernas* que foram aquelas desenvolvidas nos períodos industrial ou pós-industrial. Atualmente, discute-se a ruptura de continuidade e a impossibilidade de desenvolvimento contíguo entre cidades “históricas” e cidades “modernas”. Na verdade, toda cidade antiga - ou no caso do Brasil, toda cidade colonial - em relação aos tempos atuais, é complementada por setores modernos, que surgiram e se desenvolveram com o

No que diz respeito ao processo de patrimonialização da cidade de Goiás, constata-se que ocorreu em toda a segunda metade do século XX. Durante o século XIX, confirma-se diante de ampla documentação (legislativa/administrativa), que por meio das reformas, a imagem da cidade colonial apresentou certa continuidade e fixou-se na paisagem local. A cidade de Goiás passou por fases sucessivas de estruturação e organização do espaço urbano. E no século XX, a reformulação patrimonial empreende a recuperação do passado restituído ao presente, através da recomposição restauradora da forma da cidade. Mas, nesse trâmite, o passado não é resgatado e sim (re) criado, (re) inventado e por fim transformado funcionalmente. Essa transferência espaço-temporal é manifesta na cidade. Nos dias de hoje, não se fala apenas em conjunto arquitetônico e urbanístico, mas também em “paisagem cultural”, que inclui os bens de natureza imaterial. O *Patrimônio* é histórico, arquitetônico, arqueológico, natural, paisagístico e cultural. A manutenção e a preservação do aspecto físico da cidade têm uma função social cognitiva: a imagem da cidade é a forma mais sólida de manifestação e transmissão da sua história, cultura e tradição. A imagem é, realmente, o apoio da recordação e o impedimento do esquecimento. Assim como comenta Arrais (2010, p. 190): “Seu poder de perpetuação se faz presente porque consegue cristalizar um determinado sentido para sua necessidade de presença no futuro”.

Dentro dessa temática, a memória é discutida como elemento essencial da identidade de um lugar, por isso a elegemos como conceito fundamental de análise.

Entendemos que a memória de um lugar, a memória de uma cidade, é uma memória compartilhada, ou seja, coletiva. Contudo, a ligação inextricável que se estabelece entre espaço e tempo no campo da memória individual é um importante aporte para a discussão que pretendemos fazer sobre a memória coletiva. Proust (*In: Poulet, 1992*) analisa que as imagens das recordações que são fixadas na mente são ancoradas tanto no tempo como no espaço. A memória individual pode, portanto, contribuir para a recuperação da memória das cidades a partir de seus registros. Mas,

passar do tempo. Isso gera a artificiosa concentração da historicidade intrínseca da cidade no núcleo antigo, aceito como histórico (ARGAN, 1995).

devido à mobilidade dos lugares no pensamento, a fixidez dos objetos situados nos lugares é ilusória. No espaço da memória individual, as localizações podem ser fluidas e deformadas; a referenciação entre o “espaço real” e o “espaço da memória” pode ser distorcida. Segundo Poulet (1992), os lugares (materiais) oferecem precisão às imagens, que por sua vez fornecem o suporte necessário para a lembrança no espaço mental. Então, na memória, o tempo e o espaço que estão perdidos, são reencontrados quando as imagens retornam e reocupam o lugar primitivo, causando sensação de segurança às impressões individuais. Na recuperação da memória das cidades a ancoragem tem que ser objetiva, o que não impede que seja complementada com uma série de lembranças subjetivas constituindo, assim, a intersubjetividade dos lugares.

De acordo com essa linha de pensamento, podemos entender que a memória das cidades é coletivizada através dos marcos referenciais comuns à maioria das pessoas, mas também é complementada por lembranças individuais diferenciadas.

Apesar de a memória ter uma dimensão individual que é por definição única, muitos dos seus referentes são sociais; o que permite o seu compartilhamento. Maurice Halbwachs (1990), sociólogo francês, estudou as diversas formas sociais da memória. Sobre a memória coletiva, enfatiza a inseparabilidade do tempo e do espaço na memória. O autor considera que o tempo da memória só se concretiza quando encontra a resistência de um espaço. Um determinado espaço compartilhado por uma coletividade no decorrer de um tempo. Mas, a capacidade de recordar depende da aderência do grupo àquele mesmo espaço em que se viveu ou em que o grupo atuou de alguma forma; seja a residência familiar, o espaço habitado da comunidade, cidade, bairro, vizinhança, o local de trabalho, etc. A memória coletiva está sempre se transformando e se redefinindo porque ela é uma corrente de pensamento contínuo que só retém do passado o que ainda está *vivo*; os acontecimentos que ainda estão presentes na consciência dos indivíduos que são membros dos grupos, de acordo com o que lhes importa e interessa. Com o passar dos tempos e a sucessão das gerações nem todas as lembranças são preservadas. Portanto, a memória coletiva é um conjunto de lembranças construídas socialmente e que tem caráter grupal.

Em Maurice Halbwachs, o funcionamento da memória pessoal/coletiva é dialético, pois só é possível com a ajuda de instrumentos emprestados do meio social. A memória individual também se reporta a pontos de referência fixados pela sociedade. Assim, a memória coletiva serviria de aporte exterior, o qual a memória individual assimilaria e incorporaria de maneira progressiva em sua substância. Acontece um processo de complementaridade que define a memória. Lembrando que esta memória social envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. Quando algumas lembranças individuais penetram nas recordações coletivas elas “mudam de figura assim que sejam *recolocadas* num conjunto que não é mais [aquele da] consciência pessoal” (HALBWACHS, 1990, p.53-54).

Fica posto, que o suporte da memória coletiva é o grupo limitado no espaço e no tempo. E Halbwachs ainda insiste na exigência de ancoragem objetiva das memórias compartilhadas: “Não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial” (HALBWACHS, 1990, p.143).

Neste estudo, é também imprescindível discutir o papel desempenhado pela História na recuperação da memória das cidades, portanto, é preciso compreender as diferenças fundamentais que existem entre *história* e *memória*. A história é uma operação intelectual, que busca a objetividade, segue um método científico, e que é posta à prova continuamente. Por isto, a história está sempre sendo reconstruída e reinterpretada, e é isto que permite a correção de interpretações equivocadas. A história é registro, distanciamento, problematização, crítica, reflexão. Já a memória, seja individual ou coletiva, procede de forma seletiva, é descontínua, parcial e relativa. A história recupera e reavalia os referenciais que contextualizam a memória, ou seja, a história verifica a memória (NORA, 1993). A objetivação da história não será plena. Por isso mesmo, Lowenthal (1985) alerta que “o passado é um país estrangeiro”, e nunca conseguiremos conhecê-lo plenamente. No entanto, sabemos que o resultado do trabalho do historiador deve ser verossímil (ANKERSMIT, 2006).

A memória de uma cidade, assim como a memória individual e a coletiva, é ancorada simultaneamente no tempo e no espaço. Os termos “memória da cidade” ou “memória urbana” são denominadores do passado de uma determinada

cidade. A distinção é que “memória urbana” trata do estoque de lembranças do modo de vida urbano em si, sem obrigação de relacioná-las a uma base material particular, e “memória da cidade” referencia obrigatoriamente essas mesmas lembranças a uma base material precisa (ABREU, 1998). Mas na verdade, quem se lembra desse passado são as pessoas relacionadas aos lugares (que vivem, viveram ou estiveram no lugar). E, apesar de possíveis imprecisões conceituais, de forma generalizada pode-se afirmar que:

...a verdade é que os termos “memória urbana” e “memória da cidade” vingaram, e dizem respeito, não à capacidade de lembrar de indivíduos ou grupos, mas ao estoque de lembranças que estão eternizadas na paisagem ou nos registros de um determinado lugar, lembranças essas que são agora objeto de reapropriação por parte da sociedade (ABREU, 1998, p.89).

A história tem um papel muito importante para o resgate do passado de um lugar. Ao utilizar os vestígios dos tempos antigos, a história reavalia e contextualiza os referenciais de suporte da memória; sejam eles uma forma arquitetônica que subsiste na paisagem ou um documento que ainda está guardado nas instituições de memória. É preciso reconhecer que qualquer vestígio do passado não é neutro, é preciso conhecer o contexto que o produziu e não aceitar como definitivas as interpretações dadas. Nesse sentido, a história consegue distanciar-se da seletividade da memória e das singularidades do lugar (que são impregnadas na memória) e aproximar-se de referenciais mais universais. Em contrapartida, para se realizar uma análise completa, é preciso recuperar além da dimensão universal dos lugares o seu par dialético que é a dimensão da singularidade. Todos os lugares, por definição são únicos. As duas frentes de investigação, universal e singular, levam a sintetizar a relação entre o geral e o particular em cada cidade. A recuperação de uma memória da cidade só é possível se pudermos trabalhar ao mesmo tempo com as duas dimensões:

Finalmente, é fundamental que não esqueçamos jamais que a história de um lugar é o resultado da ação, num determinado momento e sobre um determinado espaço, de processos que atuam em escalas que são ao mesmo tempo desiguais e combinadas. Assim, a história de um lugar não pode se ater aos processos puramente locais que aí tiveram

efeito. Ela precisa relacioná-los a processos mais gerais, que atuam em escalas mais amplas (regional, nacional, global) da ação humana. Isso não pode ser feito, entretanto, às expensas da compreensão das singularidades locais e da sua devida valorização (ABREU, 1998, p.88).

Nesse ínterim, Milton Santos (1998) esclarece que a história do urbano seria a história das atividades que se realizam na cidade, no que diz respeito ao ambiente urbano de modo geral, e teria como referencial, preferencialmente, o abstrato. Já a história da cidade seria a história dos processos sociais, no tempo e no espaço, que se materializam de forma mais objetiva. O conjunto das duas esferas, a cidade e o urbano, é a síntese de como as duas histórias se empirizaram, como materialidade e como ação humana, no espaço geográfico e no *lugar*. Para tratar da memória do lugar há que se trabalhar também na recuperação simultânea dessas duas esferas.

Para realizar uma análise com esse nível de abrangência, que abarque conjuntamente todas essas dimensões e esferas (universal/singular, geral/particular, cidade/urbano, sítio-geográfico/lugar), é necessário um estudo histórico-científico que enfatize a relação espaço e tempo. Esse tipo de trabalho não pode se limitar à descrição e reestruturação de antigas formas morfológicas acompanhadas no tempo. Contudo, é comprovado que os resultados da morfologia urbana conseguem resgatar as antigas paisagens da cidade. Portanto, o trabalho é importante porque a recuperação material das sociedades do passado possibilita reconstituir as memórias coletivas e a memória da cidade na sua ancoragem espacial. E, finalmente, as formas morfológicas são a empirização e a materialização do tempo na paisagem.

Para se estudar e interpretar os espaços do passado é preciso definir categorias de análise e metodologias. No estudo de uma cidade, *espaço e tempo* são ideias que comandam a elaboração de sua história urbana. É no espaço da cidade que se constitui a sociedade. A cidade é um local de disposição valorativa entre as pessoas e os objetos concretos, então, a cidade e a sociedade são duas realidades coextensivas. Mas, diante do objeto de estudo que é uma cidade, não se pode privilegiar apenas os processos sociais ocorridos no espaço-tempo. O ponto de partida deve ser a compreensão da sua historicidade, ou seja, sua origem e desenvolvimento; saber como a cidade se criou e se

historicizou. A materialidade objetiva pode ser o recurso adequado para realizar essa interpretação, pois não há paisagem indiferenciada de um ponto de vista histórico que permita teorizar o lugar.

As construções mais antigas são os resíduos das estruturas (materiais, sociais, temporais) que foram presentes no passado. Cabe, então, pensar a diversidade dos tempos da cidade e suas relações com os usos e práticas sociais: as modalidades de reutilização das formas urbanas do passado; as atualizações possíveis das formas passadas de organização do espaço em novas combinações; a presentificação como atualização das formas antigas. É preciso extrair as diferentes temporalidades dos elementos que compõem a cidade, pois esses elementos que estruturam a dinâmica urbana não têm a mesma duração. Além da dimensão espacial é preciso atentar para a dimensão das temporalidades, que são diversificadas.

As variações de época das construções expressam o conjunto de temporalidades próprias daquele lugar específico. Na medida em que se confirma a variedade das formas concretas da cidade, do ponto de vista “genético”, e, ao mesmo tempo, a sua ação temporal conjunta por meio das relações funcionais, identificamos que cada lugar é um sistema espacial, independente da datação de seus elementos:

Uma vez que o espaço nunca é portador de técnicas da mesma idade ou de variáveis sincrônicas, pode-se dizer que se trata de um espaço assincrônico, ao mesmo tempo revelador e organizador de sincronia. Os elementos do espaço, quando considerados dentro de uma totalidade concreta, um lugar, são vistos como sincrônicos (SANTOS, 1998, p.66).

Os elementos de um lugar podem ser assincrônicos no tempo e sincrônicos no espaço. Por isso, na cidade as temporalidades são diversas, mas parecem homogêneas porque se integram na ação conjunta situacional. A cidade está situada em dois planos: sincrônico e diacrônico. Ocorre na cidade um ajustamento das temporalidades, formando um quadro único funcional, no qual a história da cidade se dá. Operacionalizar a localização dos diversos tempos nos espaços da cidade, sem reduzir o



análise a complexidade desse objeto de estudo. Essa metodologia pode ser um meio mais seguro de se recuperar as histórias e memórias da cidade devido ao seu potencial de exploração espaço/temporal.

Os objetos tradicionais (aqueles considerados *antigos*, datados do período colonial ou imperial, séculos XVIII e XIX) do centro histórico da cidade de Goiás são vistos (pelo público geral: simples observadores ou mesmo pesquisadores) como sistemas porque são tratados como conjuntos de materialidades que têm gêneses em comum: participaram das mesmas condições de realização e das mesmas determinações de funcionalidades a nível global; e foram criados para responder às necessidades das ações hegemônicas dentro da sociedade. A imagem que prevalece é a de um passado único. É interessante perceber que o conjunto arquitetônico do centro histórico aparenta uma unidade. Mas as diversidades são reveladas nas histórias separadas de cada elemento (prédios, monumentos, largos) desse conjunto, porque os momentos da concepção, criação e produção dos objetos - que se tornam funcionais, transmissores e representativos - são variados. As reformas pelas quais esses objetos passaram, sendo recriados e reproduzidos, ou acrescidos e alterados, também aconteceram em momentos diversos da história da cidade.

Uma rápida observação em uma das edificações existentes na cidade de Goiás pode auxiliar na percepção das questões até aqui abordadas. Isso porque sua eleição está associada ao fato de que a mesma se destaca na *história social da recordação* na cidade de Goiás. São objetos que apresentam a problemática da *memória da cidade* interconectada com a problemática do espaço e das temporalidades. São imagens cristalizadas e sincronizadas no tempo e na memória. Imagens que revelam, nas formas, suas funções sociais.

As imagens que estão fixadas na memória social atual são marcos memoriais imagéticos da cidade de Goiás. De acordo com Lynch em *A imagem da cidade* (1994), os “marcos visuais” são elementos pontuadores da trajetória imaginativa. Mas a imaginabilidade, ou melhor, a qualidade física que confere ao objeto uma elevada probabilidade de evocação, não leva em consideração o caráter temporal dessas construções e suas sucessivas apropriações: foram construídas e ressignificadas com o

passar do tempo, mas são “lidas” pelo público como se pertencessem a uma mesma época: “o passado”. Segue-se a observação de uma das construções pertencentes ao conjunto arquitetônico patrimonial e que pode ser explorada analiticamente em imagens registradas em fotografias e desenhos.

A “Casa Velha da Ponte”, onde viveu a poetisa Cora Coralina³, é um marco visual pontuador da trajetória histórica da cidade de Goiás. Foi provavelmente construída na década de 1770, pelo capitão-mor Dr. Antônio Souza Teles de Menezes para uso dos “Recebedores do Quinto Real”⁴. Porém, em prospectos da Vila datados de 1751, é possível identificar a casa edificada (COELHO, 2001). Brito e Seda (2009) dizem algo interessante sobre a polêmica:

Supõe-se que, por volta de 1732, Thebas Ruiz teria construído a Casa da ponte para a arrecadação do Quinto Real, imposto devido à Coroa Portuguesa. A narrativa de Cora Coralina revela ter sido este Thebas, para fugir de uma devassa, quem enterrou grande quantidade de ouro no porão da casa e logo após, para não ir preso para Portugal, suicidou-se sem revelar o esconderijo. Foi aí que começaram as especulações e “causos” que até hoje embalam o imaginário vilaboense em torno de um possível tesouro escondido na casa velha (BRITTO; SEDA, 2009, p.19).

Goiás foi a vila mais importante na ocupação do território do Centro-Oeste entre os séculos XVIII e XIX. A cidade nasceu, cresceu e se desenvolveu às margens do Rio Vermelho e “nos alicerces de uma casa atrelada à beira da ponte” (BRITTO; SEDA,

³ Cora Coralina, pseudônimo de Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas (1889-1985), foi poetisa e contista. Considerada uma das principais escritoras brasileiras, teve seu primeiro livro *Poemas dos Becos de Goiás e Estórias Mais* publicado em 1965, quando tinha 75 anos de idade. Produziu uma obra com motivos do cotidiano brasileiro, em particular da cidade de Goiás. Em 1978 seus poemas ganharam divulgação nacional. Em 1980 foi saudada por Carlos Drummond de Andrade no Jornal do Brasil. Recebeu o título de Doutor Honoris Causa da UFG em 1983 e, no mesmo ano, foi eleita *intelectual* do ano pela União Brasileira dos Escritores. Após sua morte Cora torna-se autora canônica e sua primeira e principal obra foi aclamada uma das 20 principais obras do século XX (Acervo do Museu Casa de Cora Coralina, Cidade de Goiás).

⁴ De acordo com uma Planta de Vila Boa existente no Arquivo Ultramarino de Portugal (BERTRAN, 2004).

2009, p. 17). Isso significa que a história da cidade iniciou-se onde existe hoje a secular casa, que foi uma das primeiras construções da cidade, no Largo da igreja da Lapa.

Um indivíduo que nunca visitou a cidade de Goiás poderia reconhecê-la facilmente por esta fotografia, pois essa paisagem é conhecida em todo o país e pode ser considerada o seu maior marco referencial. Por causa disso, a casa foi escolhida para uma possível análise a respeito das temporalidades que anuncia no espaço. A observação desta foto, bem como de fotos mais antigas dessa mesma paisagem, apresenta uma imagem aparentemente intacta:



Figura 1: vista do Museu Casa de Cora Coralina. Disponível em: <http://www.Abemdanacao.blogs.sapo.pt>. Acesso em: agost/2013.

Na ilustração acima podemos observar diversas temporalidades sobrepostas, a começar pela imagem emanada do meio ambiente: o rio que não passa; as águas podem transbordar, mas não secam. O rio está ali em condição atemporal, assim como os morros que circundam a vista. O meio ambiente naturaliza a eternidade da paisagem e a imagem pronuncia a mensagem do durável, do contínuo, imutável: a origem é histórico-natural, como o tempo da longa duração proposto por Braudel (1989). A construção é feita com estrutura de madeira e paredes em adobe e pau-a-pique. Em decorrência da

declividade do terreno, o nivelamento do piso provocou o surgimento de um porão onde se encontra uma bica d'água. Toda a casa é assentada sobre alicerces de pedra, criando com isso uma muralha de contenção para as águas do Rio Vermelho. Ela se encontra praticamente sobre o rio, causando uma impressão de integração entre a paisagem natural e a construída, como se na década de 1770 a casa tivesse se erguido na estabilidade do lugar.

Já a “Casa de Cora” propriamente dita, e isolada das articulações com o meio ambiente, representa o modelo típico da arquitetura residencial desenvolvida no Brasil durante o período da colônia (principalmente nos séculos XVII e XVIII). A temporalidade que anuncia é a do “estilo colonial” tão propagado no Brasil. Adriana Mara Vaz Oliveira (2001) realizou um estudo histórico-arquitetônico das casas da cidade de Pirenópolis (Goiás) construídas no século XIX. A forma dessas casas, interiores e fachadas, foram edificadas seguindo o modelo das casas coloniais, que foram aquelas construídas no período do Brasil Colônia, do século XVI até o início do XIX. A autora descobre que a uniformidade dos programas arquitetônicos dessas moradias expressa a necessidade de representar a continuidade do período colonial. A partir da estrutura das casas revela-se, por exemplo, a diferenciação entre o ambiente público e o privado, a segregação feminina e a separação entre os moradores e os empregados nos espaços residenciais. Esses valores foram forjados nos períodos anteriores e eram reproduzidos no século XIX, porque ainda eram vividos pelas pessoas. E da mesma forma que essas casas meiapontenses foram assim construídas, as casas originais do período colonial na cidade de Goiás foram assim conservadas. A casa em questão, a “Casa de Cora”, é um exemplo típico dessa permanência na cidade de Goiás.

A casa teria sido adquirida pela família de Cora no início do século XIX. Essa aquisição muda a função do espaço, que antes era de uso domiciliar-administrativo (BRITTO; SEDA, 2009) - alojamento para os recebedores da Coroa, que se hospedavam na casa, mas porventura também realizavam no lugar recebimentos de impostos, ou resolviam questões burocráticas - passando ao uso residencial tradicional. Mas nem a mudança de função e nem a mudança de “período histórico”, que muda a

Império, afetam o “olhar” do observador sobre a leitura que extrai do aspecto físico da casa. Ela é indiscutivelmente uma “casa colonial”. Independentemente das funcionalidades diferentes que teve, ou dos contextos variados que fizeram parte do passado.

A ponte também é um elemento importantíssimo nessa paisagem, porque a casa, além de ser a “Casa de Cora”, é a “Casa da Ponte”. A ponte que aparece na fotografia acima apresentada foi reconstruída no ano de 2002 após a última grande enchente do Rio Vermelho, em dezembro de 2001. No entanto, parece ser a mesma ponte de “todos os tempos”, articulada na paisagem, compondo o seu todo. Como lembra Martins (2004), os produtos históricos posteriores aos originais, modernos ou contemporâneos, são inseridos no tecido urbano antigo, integram-se a ele sem romper com a leitura do conjunto. Não interferem de modo incisivo na compreensão do desenho original da cidade. Não se encontra registro nos arquivos ou no IPHAN sobre a data da construção da primeira ponte naquele local, mas um desenho do início do século XIX mostra a ponte sobre o rio no Largo da Lapa:



Figura 2: Burchell, Ponte do Rosário, 30-7-1828. (FERREZ, 1981).

O quadro paisagístico da Casa de Cora é formado pelo ajustamento das temporalidades no espaço e na história da cidade.

Choay (2001, p.16) explica que, ao longo dos tempos, vários estilos arquitetônicos coexistem justapostos e articulados em uma mesma cidade, e que a variabilidade das formas demonstra a particularidade do lugar. Considerando essa informação poderíamos analisar todo o cenário histórico da cidade, que é admirado em seu conjunto, e perceber que a diversidade estilística é negligenciada em suas temporalidades. Apontamos como outro exemplo, o espaço do chamado “Largo do Chafariz”, que também é visto na condição de *sistema espacial* sincrônico. A obra de inspiração barroca foi construída em 1778; é um palco grandioso feito para receber simples bicas d’águas. Notadamente, sua beleza é acentuada na amplidão do largo, vislumbrado como um magnífico conjunto cenográfico pertencente ao “passado histórico” da cidade. Na mesma praça estão inseridos dois prédios de grande importância política, administrativa e militar e de maior destaque na praça, são o

Quartel do Vinte, que data de 1747, e a Casa de Câmara e Cadeia, construção que data de 1766. Esses grandes prédios têm diferenças de poucas décadas entre os períodos de suas construções, mas seus estilos arquitetônicos são totalmente diferenciados. Os objetos desse espaço adquiriram funções de acordo com a posição que ocupam e as relações que mantêm com o sistema integral. Nesse sentido, o Largo é estruturado, espacialmente e temporalmente, pela combinação totalizada das formas.

A junção entre o espaço e o tempo ocorre porque os indivíduos associam essas duas categorias; as noções sempre aparecem juntas e indissociáveis. As construções das cidades coloniais brasileiras, apesar de pertencerem aos mesmos séculos (XVI, XVII ou XVIII), possuem diferenças consideráveis e expressam a diversificação das tendências naqueles períodos, o que mostra um genuíno contexto histórico de concepção e criação de cidades. A mistura de estilos e a imprecisão tipológica formam um mosaico arquitetônico e urbanístico que reflete em grande parte o caráter experimental e autêntico da colonização européia no continente americano. E, no entanto, as cidades coloniais são *lidas* como se fossem previamente projetadas analogamente, até mesmo, como se fossem todas semelhantes, sendo algumas “mais bonitas” que outras. Para o público elas representam, incontestavelmente, o passado da nação. Mas a leitura da cidade não é historicizada, pensada, refletida, ou problematizada. Ela é confinada a um determinismo colonial mesmo diante de um cenário histórico discrepante.

Essa generalização dificulta as distinções históricas em termos locais, e como consequência, dificulta a recuperação das memórias sobre o passado do lugar. Por isso, a forma de abordar o estudo a cerca das construções materiais de uma cidade é determinante para os resultados que se esperam ser alcançados. Apanhar os conjuntos urbanísticos e arquitetônicos levando em conta as temporalidades diversificadas nos espaços é um modo de desvendar e respeitar a particularidade do lugar. E parece ser esta a busca de singularidade manifesta atualmente, principalmente, nas cidades detentoras do título Patrimônio Histórico.

A história urbana pode ser percebida através do que foi construído, se configurou como paisagem e impulsionou em algum grau e medida o estilo e a vida da e na cidade. O exame crítico das práticas sociais urbanas vinculadas aos seus espaços de

realização contribui para resolver a dificuldade interpretativa das cidades. O entendimento do desenvolvimento das atividades urbanas, em cada cidade, inserido na dimensão espaço-temporal possibilita discernir suas diretrizes (sócio-culturais, política e econômica) e assim descobrir o que elas significam a nível global. Esse procedimento conduz à formulação da problemática da cidade e à interrogação sobre os *usos* e os *usuários* da cidade. Na cidade, espaço e tempo são coeficientes substancialmente equivalentes, na medida em que ambos são inseparáveis da experiência e da vivência urbanas. Esse é o ponto precípua para muitos teóricos, especialistas em estudos sobre a cidade e o urbano (ARGAN, 1995; LEFEBVRE, 1991; SANTOS, M.; 1997).

A revalorização atual do passado gera uma constante demanda pela memória dos lugares, principalmente, das cidades. A tarefa não é fácil, pois os resultados obtidos nem sempre correspondem às expectativas dos pesquisadores, das instituições e autoridades ou do público geral interessado no Patrimônio. As memórias coletivas que ainda estão vivas no cotidiano atual da cidade seriam os alicerces mais sólidos da memória dos lugares, mas muitas delas se perdem. Não há como impedir seu desaparecimento sem serem registradas. A reconstituição da memória de uma cidade deve ser ancorada adequadamente em seu pilar fundamental, que é o espaço (ABREU, 1998, p.95). O passado histórico é redefinido cada vez que se concretiza, no presente, uma possibilidade que ele permitiu que fosse realizada (LEFEBVRE, 1991). E os órgãos ligados ao Patrimônio institucionalizado carregam a bandeira de redefinir o passado histórico concretizado no presente através das reconstruções, reformas e recuperações históricas e memoriais, ou seja, através das culturas materiais e imateriais. É notável, que essa presentificação do passado e da memória também passa a ser uma causa para a maioria da população da cidade, ou, melhor dizendo, os habitantes do *lugar*.

A reconstituição constante do objeto de estudo *cidade* ocorre de maneira a conservar a história local, representada e configurada imagetivamente em uma cidade do período colonial, tendo nosso modelo exemplar, a cidade de Goiás. Conserva-se inerente a materialidade da cidade, memória coletiva, quer dizer, a recordação social atualizada através das formas. Essa dinâmica contribui para a superação da perda de concordância de tempos dentro de um período de transição como foi dito, a

globalização, onde os antigos tempos hegemônicos co-existem e interagem com novos tempos emergentes. A promoção do patrimônio, o qual materializa a memória no monumento, fortaleceu a relação identitária entre as sociedades do final do século XX e os conjuntos espaciais que lhes dão localização no mundo.

Agora, essa dinâmica está intensificada sob a forma de diferenciação e promoção do que é propriamente pertencente a cada cidade. Enfim, cada cidade procura se diferenciar o mais que possível das demais. E no que tange às edificações, o complexo das características e informações contidas no conjunto das cidades coloniais, remetentes à lembrança do passado da nação, é substituído por seu valor memorial; cada lugar faz recordar pontos específicos da sua história particular nos chamados *lugares de memória*.

Pierre Nora (1993) ao criar o conceito de *lugares de memória* relata que, no século XX, o fenômeno de materialização física da memória culmina na patrimonialização dos monumentos e dos lugares consagrados pela tradição. Tal fenômeno enfatiza a emergência da memória patrimônio, vinculada a determinados espaços urbanos. Promovendo debates sobre o Patrimônio buscamos perceber os espaços e formas por meio dos quais as memórias constituem sua materialidade na cidade. A apreciação do patrimônio concede eficácia ao lugar: a) evoca a memória para reafirmar ou não a história. Isso provoca a emergência das memórias coletivas em espaços e tempos mais particulares. b) privilegia o patrimônio no espaço e no presente, possibilitando a (re) articulação da memória social e das identidades. A ênfase na temporalidade do contexto presente permite corrigir as imposições de lembranças tradicionalmente vinculadas às generalizações históricas. c) os “lugares de memória” possuem um papel central no controle do espaço em relação às práticas de homogeneização cultural e como lugares de (re) afirmação de discursos. Mas no presente tais práticas e discursos podem ser (re) constituídos e (re) arranjados culturalmente.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. A. Sobre a memória das cidades. In: Revista da Faculdade de Letras – Geografia I série, Vol. XIV, Porto, 1998, pp. 77-97.

ARGAN, G. C. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ARRAIS, C. A. *Monumentalidade, linhagem e estrutura narrativa: o horizonte de expectativa do projeto urbanístico de Goiânia*. ArtCultura, Uberlândia, vol. 12, nº 21, p. 181-193, jul. – dez., 2010.

BRAUDEL, F. *Gramática das Civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BRITTO, C. C.; SEDA, R. E. *Raízes de Aninha. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2009*.

BURKE, P. História como memória social. In: *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

DUVIGNAUD, J. “Prefácio”. In: HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais. 1990.

FERREZ, G. (Org.) *O Brasil do Primeiro Reinado visto pelo botânico Willian John Burchell 1825/1829*. Rio de Janeiro: Fundação João Moreia Salles; Fundação Pro-Memória, 1981.

LEPETIT, B. & PUMAIN, D. (Orgs.). *Temporalités urbaines*. Paris: Anthropos, 1993.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais. 1990.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Ed. 11. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.

LE GOFF, J. *Documento e Monumento*. In: *História e Memória*. Editora da Unicamp. Campinas, 1996.

LYNCH, K. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MACHADO, L. O. "Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem". In CASTRO, Iná Elias de. et al (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

MARTINS, F. M. *A arquitetura vernacular de Goiás: análise de um patrimônio cultural*. 2004, Dissertação (Mestrado em arquitetura e urbanismo). Universidade de Brasília, 2004.

NORA, P. "Entre Memória e História: a problemática dos lugares", In: Projeto História. São Paulo: PUC, 1993.

OLIVEIRA, A. M. V. *Uma ponte para o mundo goiano do século XIX: um estudo da casa meiapontense*. Goiânia: Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2001.

POULET, G. *O espaço proustiano*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

SALGUEIRO, H. A. *Por uma nova História Urbana: Bernard Lepetit*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

SANTOS, M. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. *Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1998.

TAMASO, I. *Em nome do patrimônio: representações e apropriações da cultura da cidade de Goiás*. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de Brasília, 2007.

A MODERNIDADE ELABORADA DE GOIÂNIA NAS FOTOGRAFIAS DE ALOIS FEICHTENBERGER (1936-1938)¹

Guilherme Talarico

talarico.gui@gmail.com

Universidade Federal de Goiás

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História

Resumo:

Partindo de uma abordagem benjaminiana, aprofunda-se na discussão sobre a construção de uma modernidade possível em Goiânia. As elaborações de uma concepção peculiar de modernidade que atendessem ideologicamente ao momento político e social estão presentes nas imagens produzidas pelo fotógrafo Alois Feichtenberger, um imigrante austríaco que chega ao canteiro de obras da nova capital contratado para prestar serviços ao Departamento de Propaganda e Expansão do Estado. A análise de algumas de suas fotografias deste período, realizadas entre 1936 e 1938, e muito difundidas posteriormente, possuem elementos de choque e fantasmagoria na sua percepção que refletem os embates entre a implantação do novo e a manutenção das tradições.

Palavras-chave: Modernidade, imagens, Goiânia.

Abstract

Approach starting from Walter Benjamin's concepts, deepens the discussion on the construction of a possible kind of modernity in Goiania. The elaboration of a unique

¹ Parte deste trabalho trará elementos que se encontram em fase de desenvolvimento, análise bibliográfica e pesquisas para a tese de doutoramento em História, pela UFG, com título provisório de “Alois Feichtenberger – fotógrafo: diferentes olhares e temporalidades sobre Goiás e o interior do Brasil (1928-1986)”, sob a orientação da Prof^a Dr^a Fabiana de Souza Fredrigo.

conception of modernity that would meet the ideologically political and social moment are present in the images produced by the photographer Alois Feichtenberger, an Austrian immigrant who arrives at the construction site of the new capital engaged to provide services to the Department of Propaganda and Expansion of the State. The analysis of some of his photographs from this period, carried out between 1936 and 1938, and later widespread, have elements of shock and phantasmagoria in their perception that reflect the conflicts between the implementation of the new and the maintaining elements tradition.

Keywords: Modernity, images, Goiânia.

Avaliar criticamente as construções históricas legadas pela produção historiográfica sobre a “chegada da modernidade” em Goiás, especialmente pela carga imagética da época de construção da cidade, esta a principal proposta deste texto. Em segundo lugar, contribuir com novos elementos de discussão a respeito da percepção de qual modernidade seria possível para aquele momento, como foi construída esta percepção e, em última instância, como as raízes deixadas por esta construção são perfeitamente perceptíveis na estética urbana de Goiânia.

Antes mesmo de tratar das percepções que as imagens feitas pelo fotógrafo Alois Feichtenberger nos trazem a respeito da ideia de modernidade que se vislumbrou com a construção de Goiânia, em meados da década de 1930, convém traçar um resumo de sua formação e por quais caminhos esse jovem imigrante austríaco desembarcou no cenário de canteiro de obras, em pleno cerrado. Seu acervo se encontra sob a guarda do Museu da Imagem e do Som de Goiás, que pôde, por meio de patrocínio do BNDES, entre 2008 e 2011, desenvolver o projeto de higienização, arrolamento, acondicionamento, disponibilização e difusão do seu legado, que compreende não apenas a documentação fotográfica (43.032 negativos, 7.637 ampliações, 386 diapositivos e 4 álbuns), mas também a documentação textual (14 diários, 750 cartas pessoais e comerciais, 58 livros, 33 revistas, 380 periódicos, 43 artigos e 500 documentos pessoais), além de objetos

personais e de trabalho. Sua produção profissional vai de 1929 a 1986. O período coberto pela documentação é de 1910 a 1986.

Oriundo de uma família de imigrantes austríacos, Alois Feichtenberger chegou ao Brasil em novembro de 1925, então com dezoito anos, e, não diferente da grande maioria dos imigrantes europeus pós-primeira guerra, estava em busca de melhores condições de trabalho e sobrevivência. Mas foi em meio à desilusão com o futuro que lhe surgiu a possibilidade vivenciar novas aventuras, e outras experiências, pelas terras brasileiras, que Alois se envolveu com a fotografia. Após os primeiros anos de trabalho na capital paulista, conhece o senhor Walter Baummel, um explorador alemão, que atuava como ‘exportador’ de espécies nativas da fauna e flora, além de fotos, para institutos de pesquisas, cientistas e universidades europeias, mais precisamente, Alemanha e Áustria. Baummel convida Alois para auxiliá-lo em uma excursão pelo pantanal matogrossense: “Que outra pessoa senão eu mesmo para este trabalho” – anotou em seu diário, considerando ainda a crise do café e o intenso desemprego que assolava São Paulo, em 1929, afinal “cavalgar, caçar e fotografar, as coisas que mais queria fazer”. Pelo que se percebe de suas anotações pessoais, Alois não tinha afeição por idealismos e sua condição de estrangeiro o afastava das movimentações de trabalhadores, bastante intensas na capital paulista na época. Talvez alguma má lembrança dos dias difíceis em sua cidade natal, o polo industrial de Steyr, cerca de 170 quilômetros a oeste de Viena, na Áustria. Mas o caso é que Alois, avesso às revoluções, buscou no Brasil um percurso pelas regiões onde as fronteiras estavam sendo abertas e as oportunidades afloravam, talvez nem tanto para um fotógrafo, mas sim para um jovem aventureiro.

Com Baummel, Alois aprendeu não só a fotografar, mas também as potencialidades do ofício. Como negociar uma boa imagem para um jornal, buscar as imagens que interessavam à mídia europeia, estreitou contatos com jornais e revistas estrangeiros, foi até às colônias de imigrantes para retratar suas dificuldades e conquistas. Sempre retornava a São Paulo para renovar seus equipamentos e estoque de

material fotográfico². No período de quase dez anos ele percorreu mais de dez mil quilômetros, por meio de via férrea, fluvial e pelas precárias estradas da época, como mostra a panorâmica dos caminhos por ele percorridos durante este período, na Figura 1 abaixo:



Figura 1: Viagens de Aloys Feichtenberger entre 1929 e 1938: partindo de São Paulo (A) ao norte e oeste do Paraná, região dos rios Aquidauana e Corumbá, Terenos e Miranda, no Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul) (B), volta ao norte do Paraná e se estabelece por um período no litoral paranaense (C), retorna a São Paulo e parte para o Triângulo mineiro (D), volta a São Paulo e é convencido a ir para Goiânia, de onde parte para uma expedição ao norte do Estado, iniciando pela cidade de Goiás e Aruanã subindo o Rio Araguaia até Marabá, no Pará, e Imperatriz, no Maranhão (E) e retornando via Rio Tocantins, por Porto Nacional e Natividade, depois via terrestre até Santa Luzia (Luziânia), Anápolis e Goiânia (F).

Aloys já havia acumulado, portanto, alguma experiência como fotógrafo quando veio parar em Goiânia. No período em que esteve nos garimpos do Triângulo Mineiro, Aloys conheceu o senhor Divino de Oliveira, que viria a se tornar assessor do primeiro prefeito da nova capital, Venerando de Freitas Borges. Este contato prontificou a sua contratação como fotógrafo do Departamento de Propaganda e Expansão do Estado, então sob a direção de Joaquim Câmara Filho, que além de político, foi o fundador e diretor do maior jornal em circulação no Estado de Goiás, até hoje. Coincidentemente o período em que Aloys presta serviços para o Estado marca a transferência da empresa J. Câmara e Irmãos para Goiânia, em 1936.

Mas a efetiva atuação de Câmara Filho era percebida no público alvo do Departamento de Propaganda e Expansão, muito intensamente na região do Triângulo

² Estas informações apenas são possíveis por ser o Acervo Aloys Feichtenberger considerado um “acervo orgânico”, em que as informações em diferentes tipologias de documentos se entrecruzam e complementam os dados sobre sua trajetória e as imagens por ele produzidas: além dos diários, o acervo também é composto de artigos escritos por Aloys, correspondências de trabalho e pessoais, envelopes de negativos, recibos e contratos, roteiros de viagens, cartões de visita, hemeroteca, e outras fontes.



Mineiro. Como exemplo, reproduzo o interessante relato do senhor Paulo Augusto de Figueiredo, que foi Promotor Público e professor na Faculdade de Direito, sobre as notícias que chegavam sobre a construção de Goiânia pelos jornais locais de Uberaba, Minas Gerais:

“Lavoura e Comércio” era como que um jornal semi-oficial do Estado de Goiás. Publicava muita matéria sobre esse Estado, inclusive matéria oficial, paga, do governo. Principalmente sobre Goiânia. E o que vinha da nova metrópole, remetido por Câmara Filho, era simplesmente fantástico. Falava-se em verdadeiro Eldorado. Era um Brasil desconhecido que estava nascendo no Planalto. Havia ouro e diamantes pelas ruas, a terra dava tudo, os animais eram fabulosos. Até um King Kong tinha aparecido lá pelo Araguaia, conforme mandara dizer Câmara Filho... (in: TELES (Org.), 1986, p. 150)

Este, então, foi o cenário em que Alois chegou para trabalhar em Goiânia, efetivamente seu primeiro contrato formal de trabalho como fotógrafo. Sua função era registrar as obras de implantação da nova capital e a chegada do progresso para todo o Estado. Fazer panorâmicas gerais do surgimento de uma nova cidade, cenas que seriam usadas, naquele momento, para ilustrar o maior feito da nova concepção de se fazer política e atrair novos empreendedores. Estando, portanto, alinhado à tese comumente aceita, dentro do contexto da Marcha para o Oeste, onde se tinha a necessidade de se romper com a visão de atraso, de isolamento, de rusticidade, ao qual se associava o sertão goiano. Mas estas imagens também serviram, num segundo momento, para incutir na mentalidade dos goianos, a tal ideia de modernidade. Principalmente no período pós construção de Brasília, em que se dava destaque ao pioneirismo e apoio de Goiânia à grande obra da modernidade nacional.

Alois Feichtenberger teve seu primeiro escritório num cômodo do Palácio das Esmeraldas, sede do governo do Estado, obviamente, ainda em construção, que também lhe servia de *dark room*, depósito e dormitório. Com a conclusão das obras e mudança do definitivo dono, Alois alugou um quarto em uma pensão de Campinas, onde as dificuldades para a reprodução fotográfica eram muitas. Mas permaneceria ali por pouco tempo, pois logo partiria numa longa caravana, acompanhando alguns políticos pelo norte do Estado. O trecho de suas memórias em que narra o momento de sua

chegada ao canteiro de obras demonstra quais as impressões do fotógrafo que o processo de rememoração, exercitado pela redação da sua autobiografia, pôde recompor daquele período³:

Foi em 1936, quando Alois, atendendo convite do seu amigo Divino, desembarcou no ponto final da estrada de ferro, Leopoldo Bulhões e de lá viajando de caminhão na estrada poeirenta chegou pela primeira vez em Goiânia. A surpresa foi grande, quando viu no meio do cerrado alguns prédios modernos, quase pronto: o futuro palácio do Governo e as secretarias da fazenda e da justiça, com carros de boi chegando e saindo, carregados com material de construção. Na chamada Avenida Goiás, tinha outro prédio novinho, o Grande Hotel, com seriemas passeando folgadas em sua frente e soltando os seus gritos marcantes.

O ambiente era alegre e de pioneirismo, mesmo com a constante falta de dinheiro daquela época, quando todo mundo andou “duro”, começando com o governo e da prefeitura para baixo.

Foi Divino J. de Oliveira na função de secretário do prefeito Venerando de Freitas, que arranjou e facilitou os primeiros serviços para Alois e apresentou-o para as autoridades, Dr. Pedro, Dr. Joaquim Camarada, que mais tarde fundou o jornal “O Popular”. Os irmãos Jerônimo e Abelardo Coimbra Bueno, construtores de Goiânia, e outros.

Mais tarde Alois contratado pelo Dr. Câmara para trabalhar no departamento de propaganda e expansão econômico do estado e conseguiu arranjar um quarto no “Palácio das Esmeraldas”, para instalar o laboratório, onde tinha até luz elétrica na base de gerador. Infelizmente esta maravilha durou pouco, porque, com o palácio e suas instalações prontas, Dr. Pedro, que estava morando na Rua 20, na casa, onde mais tarde funcionou a faculdade de direito, mudou-se para lá, tomando conta do palácio como primeiro legítimo dono da casa.

Em Campinas, na pensão da dona Filinha, esposa de Divino, a vida do fotógrafo foi bem mais dura, pois o principal para o serviço de laboratório, luz elétrica e água corrente, não existia. As chapas de vidro 10/15 foram reveladas de noite e as cópias, expostas com luz natural levadas para o rio Cascavel, o único lugar com “água corrente”. Poluição graças a deus ainda era desconhecida! (FEICHTENBERGER, 1976, p. 1-2)

³ Manteve-se a redação original do texto de Alois Feichtenberger, que apesar de não estar datado, conclui-se, por referência ao mesmo em cartas particulares, ter sido escrito aproximadamente entre 1978 e 1980. A construção narrativa em autobiografias e o uso deste tipo de fonte para a História, que não são temas abordados neste texto, são elementos fundamentais para o desenvolvimento da tese sobre a trajetória do fotógrafo.

Mas, atentando ao nosso propósito, o que proponho é um olhar diferenciado sobre algumas imagens feitas por Alois Feichtenberger da Goiânia de 1936, e como estas análises podem colaborar para a compreensão, ou, ao menos levantar novas possibilidades para tanto, da construção de uma noção particular aos goianos do que se entendeu, ou que ainda se entende como o momento em que Goiás se insere na “modernidade”. Para tanto, alguns conceitos e proposições elaborados por pensadores das relações imagem-tempo-espaço, como Roland Barthes, Michael Foucault e Walter Benjamin (nenhum deles historiador), serão basilares para algumas considerações. Para chegar a um referencial consistente para tratar das possibilidades entre História e imagens, pretendo me aproximar também de Vilém Flusser, que define imagem por “superfície significativa na qual as ideias se inter-relacionam magicamente” (1985, p. 5). Uma vez que não pretendo trabalhar apenas com as fontes imagéticas de Alois Feichtenberger, mas também com a sua produção textual, esta “inter-relação” entre as fontes é fundamental.

Roland Barthes nos apresenta a um tipo de “fotografia unária” que pela unidade dos elementos enquadrados transmita uma ideia elementar. Em algumas das cenas registradas pelo fotógrafo austríaco é possível enxergar o que Michael Foucault chamou por “heterotopia”, no sentido de que há um choque entre o espaço sacralizado e as relações entre passado e futuro enquadrados em algumas imagens de Alois (Foto 1). Mas, sobretudo, utilizando das proposições de Walter Benjamin, analiso com certa liberdade a “fantasmagoria de tempo” e/ou a “fantasmagoria de modernidade” que essas imagens transmitem. A partir daí, e pela decomposição das imagens selecionadas, ponderar sobre o choque, ou não, que se instala no imaginário do povo goiano com a chegada e o avanço da “civilidade”, do “progresso” e da “modernidade”. Vejamos a autenticidade da cena eternizada por Alois, investigando, ainda que minimamente, a composição feita com os carros de bois, os carreiros (como tipos humanos), o símbolo do poder e os espaços vazios.



Foto 1: Carro-de-bois na Praça Cívica. 1937. Acervo Alois Feichtenberger - MIS|GO.

A presença do carro de bois causa um tipo de “choque” por estar disposto à frente do Palácio das Esmeraldas em construção? Avaliando-se o contexto histórico, em que o transporte de carga feito por tração animal está absolutamente adequado geográfica e temporalmente (e ainda hoje é facilmente encontrado no interior de Goiás), a resposta à pergunta seria negativa (o próprio Acervo Alois Feichtenberger, do MIS-GO, possui uma série de vários carros de bois que circulavam por Goiânia). Mas então, porque houve tanta produção para se realizar a foto? Porque não apenas enfatizar as imagens em que se registra o transporte de materiais de construção, com o carro carregado e os carreiros e animais em movimento? Um carro de bois é, usualmente, composto por quatro ou cinco juntas (pares de bois), dependendo da carga. Um segundo cabeçalho (conjunto de juntas) foi alinhado à frente do primeiro, o que se comprova também pela presença dos dois carreiros. Por que razão? Seja para se ter uma ideia de grandiosidade dos trabalhos, ou para uma melhor perspectiva do prédio, ou por alguma outra razão estética, o que importa é avaliar de que maneira esta escolha reflete numa melhor representação, ou talvez devesse dizer, numa melhor “apresentação” do novo tempo de civilidade, progresso e modernidade que se queria refletir⁴. Tomamos o termo benjaminiano de apresentação, uma vez que o homem não cria interpretações das imagens no presente, elas são construções históricas e possuem, portanto, historicidade.

⁴ Sobre a percepção de elementos tradicionais em fotografias urbanas dos séculos XIX e XX, pretendo traçar um comparativo entre as imagens de Alois Feichtenberger e as referências deixadas no Álbum Comparativo da Cidade de São Paulo 1862-1887, de Militão Augusto de Azevedo (Cosac & Naif, 2012) e em Transformações Urbanas – São Paulo 1893 – 1940 (Fundação de Energia e Saneamento de São Paulo, 2013).



Fotos 2 e 3: Construção de Goiânia. Alois Feichtenberger, 1936. Acervo MIS|GO. A foto 2 mostra o pátio de obras do Palácio das Esmeraldas sem qualquer maquiagem para ser fotografado. Este registro faz parte de uma série que não compõe o álbum oficial do Departamento de Propaganda e Expansão. A qualidade da imagem não é boa, a luz e a exposição não estão apropriadas. A foto 3 retrata um depósito de materiais nas proximidades do Córrego Botafogo. Aparecem trabalhadores sob o Sol alto, alguns aguardam o carregamento na sombra.

Parece pertinente avaliar que se buscava uma “foto unária” para a ideia de modernidade cabível, aceitável e convincente, em que o carro de bois é elemento de acomodação a uma modernidade que não rompe com a tradição. Ao invés disso, o elemento tradicional é utilizado como amalgama. Porque não estão presentes na imagem os trabalhadores, os mestres de obras, nem mesmo os engenheiros? A cena está limpa como na estética higienizada dos cartões postais ou dos reclames das modernas revistas.

Outras alegorias que a imagem transmite estão relacionadas a termos muito recorrentes na fala de pioneiros da cidade, quando se trata da construção de Goiânia: saga, utopia, bravura, heroísmo, aventura, e assim por diante⁵. A construção de uma cidade moderna no meio do cerrado foi o mote de muitos discursos acalorados entre os palanques políticos, até muitos anos após a inauguração da nova capital. A exaltação à grandiosa empreitada aparece com destaque em diferentes depoimentos de pioneiros da cidade. O registro de Alois como que corrobora com estas falas, em que se estava

⁵ Sobre depoimentos de pioneiros sobre a transferência da capital e a construção de Goiânia ver, especialmente, as coletâneas: Memória Cultural – Ensaio da história de um povo, editado pela Prefeitura de Goiânia, em 1985; Memórias Goianienses, organizado por José Mendonça Teles, editado pela Universidade Católica de Goiás, em 1986. Além de inúmeros livros de memórias e reminiscências.

fazendo o melhor possível com os recursos que disponíveis. Neste sentido, Alexandre Ribeiro Gonçalves foi muito feliz ao contextualizar aquele momento:

Nos anos 30 instalou-se uma modernidade possível em Goiás. Seu lugar foi Goiânia, que pode ser entendida como uma cidade de fronteira. Caracterizou-se por padrões de planejamento e expansão condicionados tanto por propostas de adesão à modernidade quanto pelas condições de sua execução. (GONÇALVEZ, 2003, P.19)

Mostrar que apesar de todas as dificuldades e oposições a grande obra estava sendo levada a efeito e a contento, parece ser um ponto em comum nos depoimentos de muitos dos pioneiros da cidade. Bernardo Elis, ao relatar sobre a construção da primeira Assembleia Legislativa em Goiânia (Foto 4), dá pistas sobre como a população goianiense em geral tenderá a enquadrar questões relevantes para a construção de uma identidade local e quanto ao destino apropriado do seu patrimônio edificado:

(...) urgia uma Casa para funcionamento da Assembléia; teria que ser um prédio com grande salão para o plenário, com instalações condignas, prédio cuja construção demandava tempo. Nada de vacilações: era meter os peitos. Quarenta e cinco dias depois de iniciado, para o edifício entrava a Assembléia Estadual. Você me pergunta que edifício é este? Pois lhe respondo com muito prazer: é aquele no cruzamento da Avenida Tocantins com a Rua 12... Nunca se construiu tão rapidamente em todo o Brasil Central! Também nunca um prédio feito para uma finalidade, serviu tão pouco tempo a essa finalidade. (GOIÂNIA, 1985, p. 56)



Foto 4: Primeira Assembleia Legislativa, na Av. Tocantins, com Grande Hotel ao fundo. Alois Feichtenberger, 1936. MIS|GO.

Nas imagens de Alois Feichtenberger, o produto “Goiânia” é apresentado para os seus consumidores. A escolha da sede de governo, o Palácio das Esmeraldas, para a principal imagem de divulgação da nova capital também é um fato relevante, que merece ser evidenciado. O foco para a divulgação da nova capital parte, então, do “monumento”, ainda que este não estivesse carregado com as premissas de “artefato que nos interpela para nos fazer lembrar” (CHOAY, p. 10), nem sequer estava pronto para uso. Mas o fato é que a categoria de monumento atribuído ao edifício sede do governo, em um nível até hierárquico em relação às outras construções no estilo art déco, deve ser analisada como tal: prédio sede do poder, ainda que a figura do detentor do poder estabelecido, o próprio interventor responsável pela mudança da capital, não componha a utilizada como difusora de seu feito. Valorização exacerbada de poder, mas talvez não tanto para aquele momento, em que os detentores do poder eram os direcionadores dos valores culturais.

Talvez as casas tipo que surgiam no entorno da Praça Cívica, não fossem referências à altura para a eloquência que se tinha em mente, ou que se pretendia criar na mente dos receptores. Nem o Grande Hotel, nem tão pouco o traçado urbanístico, ainda este mais divulgado que as próprias casas particulares (que eram aproximadas a um estilo modernista e eclético, do que propriamente art déco). As casas tipo tinham custo subsidiado e financiadas pelo Estado e destinadas ao funcionalismo público de alto escalão, destacando-se as primeiras que surgiram na Rua 20 e proximidades. Eram construídas a partir de uma paleta de opções já previamente estabelecidas pela Construtora Coimbra Bueno Ltda, tomadas pela metragem do lote, quantidade de cômodos, suítes, fachada, etc, e serviam de modelo para as futuras construções. Foram poucos os imóveis na região do centro da cidade que escaparam dessa padronização, mais raros ainda são os imóveis que ainda existem.

A imagem dos novos edifícios brotando no descampado (Foto 4) também é marcante como alegoria do progresso. Surgiam tão rapidamente, ou tão lentamente, dependendo-se do referencial de tempo que se adote, e num processo tão organizado devido ao traçado urbano planejado, que o que mais chama a atenção é os espaços vazios. Eles nos remetem ao silêncio, à heterotopia construída entre o tempo de



construção e o vazio. Obviamente este vazio é inevitável para aquele momento, mas foi uma elaboração do fotógrafo, ou do seu contratante. Apesar disso, faltam as pessoas nas primeiras cenas urbanas de Goiânia. Mesmo Levi-Strauss não viu as pessoas, preferiu enfatizar, no seu relato em *Tristes Trópicos* a um tipo de fantasmagoria da modernidade. Se não, vejamos:

Visitei Goiânia em 1937. Uma planície sem fim, que tinha algo de terreno baldio e campo de batalha, erçada de postes elétricos e estacas de agrimensores, deixava entrever uma centena de casas dispersas pelos quatro cantos do horizonte. A mais importante de todas era o Hotel, um paralelepípedo de cimento que fazia lembrar, no meio daquela planície, uma aero estação ou um fortim; de boa vontade lhe chamaríamos “bastião da civilização”, já não num sentido figurativo, mas direto, que adquiriria assim um valor singularmente irônico, pois nada podia ser tão bárbaro, tão desumano, como essa iniciativa no deserto. Aquele edifício sem graciosidade era o contrário de Goiás; não havia história, duração ou hábito que lhe saturasse o seu vazio ou adoçasse a sua rigidez; sentíamo-nos ali sempre como passageiros e nunca como residentes, como numa estação ou num hospital. Só o receio de um cataclisma podia justificar aquela casamata. Tinha-se, com efeito, verificado um, cuja ameaça era prolongada pelo silêncio e imobilidade reinantes. Cadmus, o civilizador, semeou os dentes do dragão. Numa terra esfolada e calcinada pelo sopro do monstro esperava-se que os homens medrassem. (LEVI-STRAUSS, 2001, p. 128)

Obviamente, os homens não medraram. “O sertanejo é antes de tudo, um forte”, Euclides da Cunha sentenciou. A cidade de meados dos anos 1930 era de funcionários públicos, e é bem provável que uma rua estivesse mesmo deserta numa tarde qualquer de um dia qualquer. Como também é provável que os construtores tenham ficado parados por falta de material, que levava até quarenta dias para chegar ao canteiro de obras. As poucas casas de comércio estavam concentradas no acesso à Campinas, carroças de entregadores circulavam pelas ruas apenas tracejadas do núcleo pioneiro da cidade. Os tipos humanos vão aparecer apenas em cenas posteriores a esse período, quando já podiam circular por calçadas. Para o momento em tela, o “indivíduo” não condiz com a imagem que se pretende da nova cidade: higienizada, ordeira, quase estática. Os poucos trabalhadores que aparecem são como elementos do cenário, não deixam rastros, não há testemunhas do tempo. “A cidade foi esvaziada”, como diz

Benjamin, em *Pequena história da fotografia* (2012, p. 109). Este pensador também comenta, na letra N de suas *Passagens*, que ao se excluir as pessoas da imagem também se esvazia a noção de tempo, evidencia-se uma ruptura com a tradição, fator determinante para a adesão à ideia de progresso (2007, pp. 499-531).

Se “tudo era organizado para durar”, como lembra Benjamin sobre as primeiras fotografias, nestas primeiras imagens de Goiânia o que cresce dentro da imagem não era o modelo (personagem da imagem como linguagem), mas quem está posando é a modernidade. Esta é a personagem principal, é “o contraste mais definitivo do instantâneo” (2012, p.102). Feichtenberger busca o elemento mais representativo para vender o seu produto. Pois foi esta a finalidade de seu contrato, para isto foi remunerado. É a mais bela imagem que se pôde apresentar sobre o tema que lhe foi dado a registrar. A cena foi sim organizada para durar, e o fotógrafo parecia ter a convicção de que seu registro se eternizaria. Esta é a memória que nos foi apresentada da cidade. Amplamente reproduzida e divulgada, principalmente em momentos de comemoração do aniversário da cidade nas décadas seguintes a 1960, e agora espalhada por lugares de destaque e inusitados, como shoppings e supermercados. Porém, a associação entre o novo e o tradicional é um contraste desvantajoso tanto para o avanço da modernidade, já que o crescimento urbano, o desenvolvimento, o progresso, são concepções freadas pelo tempo das tradições, como também é desvantajoso para a manutenção dos elementos tradicionais, pois a urgência do desenvolvimento é associada aos novos elementos da modernidade.

Estas colocações surgiram da leitura das teses VI e VII do conceito de história benjaminiano, e de suas interpretações em Jeanne Marie Gagnebin (1985), Michael Löwy (2005) e Maria João Cantinho (2010). Tento, assim, refletir sobre a apropriação da tradição pela classe dominante e, escovando a história da transmissão dos bens culturais a contrapelo, tento revelar essa “imposição” violenta das “majestosas e magníficas” carruagens da civilização, progresso e modernidade (LÖWY, 2005, p.73) na peculiaridade da construção de Goiânia.

Goiânia é uma cidade sem memória? Ou possui uma memória oficiosa? Sua identidade é construída por quem e para quem? Seu conjunto patrimonial urbano é dos

edifícios públicos. Predomina a ideia tradicional, romântica, concepção rechaçada por Walter Benjamin, de modernidade associada ao progresso. A sua “aura” é fluida como os espaços vazios⁶. Arrancaram-se, aos poucos, os dentes do dragão que o civilizador semeou. As casas tipo deram lugar aos estacionamentos, drogarias, restaurantes, *outlets*, necessidades da população flutuante, funcional, que passa pelo centro da cidade, mas que não necessariamente se sente pertencente ao centro. Negação do centro. Mas o patrimônio cultural, referência de identidade da cidade é sua arquitetura, “concha reificada da cultura oficial” (LÖWY, 2005, p. 80) e, complementando para o caso do patrimônio edificado de Goiânia, é apresentado pelos prédios oficiais. E sua imagem arquetípica nos é dada a pensar pelo Palácio moderno associado à figura alegórica do carro de bois. Essa é minha tentativa de ver no presente as consequências da manutenção dos elementos dominantes, a imposição da modernidade pela apropriação de elementos tradicionais ou tradicionalistas, e a luta de classes que fundamenta a concepção de História benjaminiana.

Se Nietzsche tinha razão, em sua “Segunda consideração intempestiva”, avaliando os excessos de uma vida em sociedade conduzida, entre outras leis, pela “verdade histórica”, mas que, se com nossas virtudes também cultivamos nossos erros e, da mesma forma, “uma virtude hipertrofiada pode ser tão boa para a degradação de um povo quanto um vício hipertrofiado” (2003, p. 6), então peço perdão por insistir no que pode parecer um excesso de revisionismo sobre um tema aparentemente tão esgarçado quanto a ideia de modernidade em Goiânia, mas acredito errar pelo excesso em apresentar novos elementos que me pareceram ainda retomar e contribuir com o debate.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. A Câmara Clara. Nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

⁶ Ainda será avaliada, na construção de algumas imagens de Alois Feichtenberger, o seu estatuto artístico. Neste sentido a obra de Jacques Rancière, especialmente no tocante às relações entre estética e política, e na utilização do conceito de modernidade, tem sido o caminho utilizado para se chegar a algumas proposições.



BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaio sobre literatura e história da cultura*. 8ª edição revisada. São Paulo: Brasiliense, 2012. *Obras Escolhidas Vol. I*.

_____. Charles Baudelaire um Lírico no Auge do Capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989. *Obras Escolhidas Vol. III*.

_____. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

BERMAN, Marshall. *O despertar da cidade: as cidades e o modernismo*. In: SCHÜLER, Fernando; AXT, Gunter; SILVA, Jurandir Machado da (Orgs). *Fronteiras do Pensamento: Retratos de um mundo complexo*. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2008. P. 361-370.

CANTINHO, Maria João. *Modernidade e alegoria em Walter Benjamin*. *Espéculo – Revista de Estudos Literários*. Universidad Complutense de Madrid. 2003. Disponível em: <http://www.ucm.es/info/especulo/numero24/benjamin.html>. Acessado em 11 de agosto de 2013.

CHAUL, Nasr Fayad. *A Construção de Goiânia e a Transferência da Capital*. Goiânia: CEGRAF-UFG, 1988. *Coleção Documentos Goianos*, 17.

_____. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Ed. UFG/UCG, 1997.

_____. *Marchas para o Oeste*. In: SILVA, Luiz Sérgio Duarte da (Org). *Relações Cidade – Campo: Fronteiras*. Goiânia: Ed. UFG/AGEPEL, 2000. P. 113-128.

CHOAY, Françoise. *A propósito de cultos e de monumentos*. In: RIEGL, Alois. *O Culto Moderno dos Monumentos: sua essência e sua gênese*. Goiânia: Ed. da UCG, 2006. P. 7 – 17.

COLLARES, Gabriel. *Imagem digital e manipulação: A contribuição de Walter Benjamin para a era da reprodutibilidade de verossimilhanças*. In: PERNISA Jr, Carlos; FURTADO, Fernando Fiorese; ALVARENGA, Nilson A. (Orgs.). *Walter Benjamin: Imagens*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. P. 7-26.

FOUCAULT, Michael. *Outros espaços, heterotopia*. Conferência no Cercle d'Études Architecturales, em 14 de março de 1967. Disponível em: <http://www.aufklarungsofia.wordpress.com/2011/06/17/o-conceito-de-heterotopia-em-foucault/>. Acessado em: 23 de julho de 2013.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. *Walter Benjamin ou a história aberta*. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaio sobre literatura e história da cultura*. 8ª edição revisada. São Paulo: Brasiliense, 2012. Obras Escolhidas Vol. I.

GOIÂNIA. *Memorial Cultural: ensaios da história de um povo*. Goiânia: Prefeitura Municipal; Assessoria Especial de Cultura, 1985.

GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. *Goiânia: Uma Modernidade Possível*. Brasília: Ministério da Integração Nacional/UFG, 2002. (Coleção Centro-Oeste de Estudos e Pesquisas, 10).

LEVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro. *Fotografias: Usos sociais e historiográficos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs). *O Historiador e Suas Fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. P.29-60.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira; MACHADO, Laís Aparecida (Orgs). *Formas e Tempos da Cidade*. Goiânia: Cãnone Editorial/UCG, 2007.

NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda Consideração Intempestiva. Da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

TELES, José Mendonça (Org). *Memórias Goianienses*. Goiânia: UCG/SUDECO, 1986.

DOCUMENTOS DO ACERVO ALOIS FEICHTENBERGER – MIS|GO

FEICHTENBERGER, Alois. *Flagrantes da vida de um fotógrafo*. (datilografado). 1976.

SOBRE A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO DE UMA FREGUESIA: UM OLHAR A PARTIR DO SERTÃO DA CAPITANIA DO RIO GRANDE

Helder Alexandre Medeiros de Macedo

heldermacedox@gmail.com

Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Doutor em História – Universidade Federal de Pernambuco

Resumo

Apresentamos, com esta comunicação, considerações acerca do processo de produção do território de freguesias coloniais instaladas no sertão da Capitania do Rio Grande, no período colonial, no contexto da expansão da pecuária. O estudo de caso parte do trabalho que desenvolvemos desde o mestrado com a Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó, cuja sede ficava na Capitania do Rio Grande, tomando como principais fontes de análise o livro de tombo, livro de fábrica, livros de registro de paróquia, sesmarias, demarcações de terra e inventários post-mortem.

Palavras-chave: Freguesia, Seridó, Território

Abstract

We present in this communication, considerations about the production process of the territory of colonial parishes installed in the interior of the sertão of Rio Grande, in the colonial period, in the context of the expansion of livestock. The case study of the work that developed from the master to the Parish of Seridó, whose headquarters were in the Capitania of Rio Grande, taking as main sources of analysis various sources.

Key- Words: Parish, Seridó, territory.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“O século XVIII é a época do povoamento do interior norte-riograndense” (CASCUDO, 1984, p. 107). Com essa afirmação o historiador Luís da Câmara Cascudo sintetiza o período em que o sertão do Rio Grande, decorrido o processo depopulativo de grande parte dos nativos, passou a ser efetivamente ocupado pela população branca - e, por conseguinte, negra e mestiça -, impulsionada pela pecuária. Lado a lado aos colonos, aos currais e ao gado, a fé e a religiosidade também imprimiam seus sentidos nos caminhos de penetração da pastorícia nesse sertão, ocupando espaços outrora apadroados pelas divindades índias e demarcando territórios através da edificação de templos cristãos com oragos dedicados à Virgem Maria ou a santos do panteão católico romano. É o caso da ereção de um templo em 1695 dedicado a Sant’Ana, padroeira dos pastores, nas proximidades do rio Seridó, que daria origem, no futuro, à cidade de Caicó. Mas, não foi apenas nessa ribeira que a cristandade se personificou por meio de uma crença. Também nas Ribeiras do Piranhas e do Acauã, a crença num ente sagrado feminino daria a possibilidade para a construção de um templo e consequente surgimento de um povoado. Nossa Senhora dos Aflitos e Nossa Senhora da Guia seriam, respectivamente, as escolhidas, por meio do investimento que as populações dessas ribeiras fizeram, para que a crença se imortalizasse e um culto surgisse.

Seridó, Piranhas, Acauã. Uma dessas manchas populacionais, que pouco a pouco ia aumentando em termos demográficos, dada a antiguidade de seu templo, foi escolhida para sediar uma cartografia da fé. As autoridades coloniais, mormente as eclesiásticas, manifestaram preferência pela Povoação do Caicó para servir de sede para uma freguesia (terminologia colonial para designar a paróquia), que seria intitulada de *Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó* (criada em 1747 e instalada um ano depois), para cujo concurso contaram com a contigüidade dos espaços marcados pela pecuária nas Capitânicas do Rio Grande e Paraíba. Interessa-nos, com esse texto, perscrutar a respeito de como se deu a produção do território dessa freguesia, ou seja, entender como se deu a sua territorialização dentro do processo mais amplo da expansão

do criatório pelo sertão do Rio Grande, que iniciou-se na segunda metade do século XVII.

LIMITES DA PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO

A excelência dos pastos do sertão, notadamente das Ribeiras das Espinharas e do Acauã, aliada à necessidade de campos para refrigerar e acomodar os rebanhos de gado vacum, já havia chamado a atenção de colonos desde, pelo menos, os anos de 1670. As sesmarias doadas nessas ribeiras a duas grandes famílias, a dos Oliveira Lêdo e a dos Albuquerque da Câmara - que cobrem o período de 1670 a 1684 -, farão referência a um sertão hostil, inóspito, ermo e ignoto, paradoxalmente recheado de “tapuias” ou de índios Janduí e Canindé. Os Oliveira Lêdo os Albuquerque da Câmara são as principais famílias, entretanto, peticionários de outros grupos familiares também juntaram-se aos primeiros nas solicitações de terra (MEDEIROS FILHO, 1984. p. 105-16). Provavelmente a relação dos sesmeiros recém-chegados ou de seus curraleiros e prepostos com os grupos indígenas não foi de instantânea indisposição (LOPES, 2003, p. 133), malgrado a constante remissão ao “gentio bravo” nos textos dos pedidos de concessão de datas e sesmarias.

Todavia, essa relação de convivência estaria abalada, vez que a interiorização da pecuária na Capitania do Rio Grande implicou no confronto entre dois mundos diferentes, o europeu e o nativo. Não tardaram a surgir conflitos entre os curraleiros e os índios, tendo como cerne as questões que envolviam a ocupação das reservas naturais com o gado. Conflitos esses que já aconteciam no Recôncavo da Bahia de Todos os Santos desde, pelo menos, os anos 50 do século XVII e caminhavam *pari passu* com o movimento das trilhas do gado rumando em busca do interior das Capitanias do Norte. Os documentos oficiais da época trataram essa resistência indígena à colonização com a denominação de Guerra dos Bárbaros (ver, a esse respeito, TAUNAY, 1995; PIRES, 1990 e PUNTONI, 1998).

Massacres sangrentos ocorridos nas Serras da Rajada (1689) e Acauã (1690), perpetrados sob o comando de terços militares enviados pelas autoridades coloniais, indicam a que ponto chegou a investida da Coroa Portuguesa para *despovoar* o sertão de

índios e *povoá-lo* com seus súditos. No contexto desses conflitos, duas pequenas fortificações foram erguidas no solo do sertão do Rio Grande, com o objetivo de proteger os colonos - e as tropas militares enviadas em seu socorro - dos ataques dos indígenas. Uma na confluência do Rio das Espinharas com o Piranhas, entre os atuais municípios de Serra Negra do Norte e Jardim de Piranhas, onde ficou hospedado Domingos Jorge Velho e seu séquito. A outra, conhecida como Casa-Forte do Cuó (já edificada em 1683), ficava localizada às margens do então Rio Acauã (hoje, Seridó), em terras que pertencem ao município de Caicó nos dias de hoje¹. Na Casa-Forte do Cuó ficaram abrigados sucessivos terços militares enviados pela Coroa para o combate aos índios revoltados, como os do Coronel Antonio de Albuquerque da Câmara a partir de 1687 (co-proprietário da data de sesmaria da Ribeira do Acauã) e posteriormente do Mestre-de-campo do Terço dos Paulistas, Domingos Jorge Velho. Também as tropas do Coronel Jerônimo Cavalcanti de Albuquerque e do Capitão-Mor Afonso de Albuquerque Maranhão estiveram alojadas na mesma casa-forte (MEDEIROS FILHO, 1984; MACEDO, 2004).

Cessado, em grande parte, o conflito e aldeada grande parcela da população indígena em missões religiosas, foi celebrado no ano de 1695 um tratado de paz entre Bernardo Vieira de Melo, Capitão-Mor do Rio Grande, e Taiá Açu, *principal* dos Janduí. Essa convenção primava pela paz ditada entre luso-brasileiros e índios, embora os conflitos perdurassem até a segunda década do século XVIII em outras ribeiras do Rio Grande e mesmo outros tratados fossem firmados com diversos grupos indígenas. Coincidentemente, no mesmo ano de 1695, foi construída nas proximidades da Casa-Forte do Cuó um templo, intitulado na documentação da época de “Capela da Senhora Santana do Vale do Acauã”. Seu objetivo era dar assistência religiosa à região e foi benta um ano depois por intermédio do frei Antonio João do Amor Divino, paroquiano de Olinda. Diminuídos os conflitos entre os índios e as forças coloniais, a ereção de uma

¹ O historiador Antonio Soares, porém, afirma que a Casa Forte do Cuó localizava-se no Açu, pelo fato de haver nesse município uma serra com esse nome (SOARES, 1988. p. 91). Opinião compartilhada por Augusto Tavares de Lira (1982, p. 112). No entanto, havia realmente uma outra casa forte às margens do Rio Açu, onde ficaram acomodadas as tropas de Manuel de Abreu Soares (MEDEIROS FILHO, 1984, p. 118-9).



capela dedicada à Senhora Santa Ana fez com que as populações que já freqüentavam o local durante os perigos da guerra pudessem fixar-se de forma definitiva nas ribeiras. Partindo desse pressuposto, ao redor da capela devem ter surgido ranchos ou mesmo casas de fazenda, e o espaço antes ocupado pela convulsão entre colonos e índios passou a ser um arraial (MACEDO, 2004). A “fundação” do “Arraial do Caicó” se deu no ano de 1700, por Manuel de Souza Forte, fazendeiro na região, e pode ser compreendida como a resposta aos anseios do Senado da Câmara da Cidade do Natal em favor do povoamento do sertão com os vassalos do Rei de Portugal².

Vinte e seis anos depois de instituído o arraial, a administração militar passou a preencher o espaço ocupado pelos moradores nos arredores da Capela da Senhora Santana. Data do ano de 1726 o início, até onde se pôde precisar, do funcionamento de Companhias de Ordenanças na Ribeira do Seridó, cuja sede deveria ficar no Arraial do Caicó³. Essas companhias eram o reflexo da administração colonial nos rincões da colônia e “funcionavam como fonte de recrutamento para suprimento das fileiras da tropa regular e miliciana” (LEONZO apud SILVA, 1986, p. 323-8) e seus corpos, instituídos pelo Regimento Geral das Ordenanças de 1570, eram formados pelo “engajamento obrigatório de todos os moradores de um termo (jurisdição administrativa) com idade entre 18 e 60 anos, com exceção dos eclesiásticos e dos fidalgos” (PUNTONI, 1999, p. 189-204). O Regimento de Ordenanças da Ribeira do Seridó teria o seu primeiro coronel na pessoa de João Gonçalves Melo - soldado desde 1726 e sargento-mor desde 1741 - nomeado através de carta-patente de 23 de junho de

² Segundo Augusto Tavares de Lira, o Senado da Câmara da Cidade do Natal, em 28 de agosto de 1692, dirigiu-se a El-Rei, reclamando medidas de defesa para a capitania. Dentre estas, “Pela grande extensão dos sertões considerava conveniente que Sua Majestade mandasse fundar quatro arraiais nos lugares Jaguaribe, Açu, Acauã e Curimataú, sendo mantidos e sustentados pela gente do Arco Verde e do Camarão, que existia de Pernambuco ao Ceará, ficando sob direção do referido mestre-de-campo, e só assim, flanqueando cada arraial pela sua parte a campanha, ver-se-iam povoar os sertões, recuperando desta sorte as perdas que tinham tido os dízimos reais”. LIRA, Augusto Tavares de. (LIRA, 1982, p.116).

³ Conforme Olavo de Medeiros Filho, “na ribeira do Seridó (Caicó) já funcionavam os corpos de ordenanças desde, pelo menos, o ano de 1726, o que aponta a presença de um arraial e de seus moradores, muito antes da fundação da freguesia”. Essa constatação decorre do fato de se saber que “o Terço dos Paulistas permaneceu no sertão até o ano de 1725. É de supor-se que, com a sua saída, tenha sido o mesmo substituído por uma companhia de ordenanças, composta de moradores locais, na qual tenha ingressado na qualidade de soldado, no ano de 1726, a pessoa de João Gonçalves de Melo” (MEDEIROS FILHO, 1984, p. 143-4).

1749, emitida pelo Capitão-Mor do Rio Grande, Francisco Xavier de Miranda Henriques (MEDEIROS FILHO, 1984).

O arraial que sediava o Regimento de Ordenanças da Ribeira do Seridó foi elevado ao status de “Povoação do Caicó”⁴ em 07 de julho de 1735, numa cerimônia de instalação da qual nos chegou o relato oficial. O ato solene ocorreu na Fazenda Penedo às sete horas da manhã, iniciando com a alocução do Coronel de Cavalaria Manuel de Souza Forte, proferindo as palavras indicadas nas Ordenações Filipinas e ordenando a fixação do pelourinho, “para serem applicados castigos aos criminosos, aos escravos, aos ladrões e aos filhos desobedientes aos paes”⁵. Vivas foram irrompidas ao Rei de Portugal, Dom João V; ao Vice-Rei do Brasil, Conde de Sabugosa; ao Governador da Capitania do Rio Grande, João Teive Barreto de Menezes e ao próprio Coronel Manuel de Souza Forte. Seguiu-se a celebração da Santa Missa na “Praça da Capella e da Caza da Supplicação”, pelo Padre Messias José Pereira, natural de Goiana⁶, e bênção da imagem de “Sant’Anna”, ofertada pelo cearense Luís da Fonte Rangel, seguida do “beijo”⁷. Lavrada a ata, três vias foram confeccionadas, sendo uma destinada ao Governador da Capitania do Rio Grande e duas ao Vice-Rei do Brasil, para que uma cópia fosse remetida ao Rei de Portugal⁸.

Duas cartografias tinham sido traçadas para o sertão do Rio Grande. A da *ribeira*, que considerava como seu contorno a região cortada pelo rio Seridó e pelos riachos que para este afluíam, apropriando-se, portanto, da toponímia desses cursos d’água para designar o espaço de instalação das fazendas de criar gado. Essas fazendas

⁴ Os documentos do período 1735-1788 trazem duas denominações para a povoação instalada em 1735, oscilando entre Povoação do Caicó (os mais antigos) e Povoação do Seridó (à medida que se aproxima o ano da criação da Vila Nova do Príncipe, 1788).

⁵ Acta da instalação da povoação do Caicó in Livro nº 2 da Prefeitura Municipal de Caicó (1734-1804). Transcrita por Olavo de Medeiros Filho (1984, p. 149-50).

⁶ O templo referido é a Capela da Senhora Santana, edificada há quase meio século atrás (1695).

⁷ O “beijo” se constitui num ritual católico em que os fiéis literalmente beijam a imagem de um santo ou do crucifixo, e em seguida ofertam donativos para a igreja. No caso específico da cerimônia de instalação da Povoação do Caicó, após a missa “o povo beijou reverentemente o símbolo da nossa fé, ofertando donativos tão propios de solenidades taes”.

⁸ A transformação de arraial em povoado indica que esse pequeno núcleo populacional estava se tornando visível perante os olhos da burocracia colonial, embora a administração civil somente pudesse ser exercida de fato na vila - patamar que somente seria alcançado em 1788 (GOUVÊA apud VAINFAS, 2000, p. 17).

possuíam um símbolo que as distinguiu, o ferro de marcar, que era aposto no corpo das reses objetivando a sua vinculação a um proprietário e, por conseguinte, a uma propriedade rural. Além do ferro de marcar do fazendeiro, havia outra insígnia que era aplicada no couro do animal, a da ribeira. Tratava-se de uma marca comum a todos os fazendeiros da região. No caso da Ribeira do Seridó, o ferro da ribeira que era utilizado junto com o do colono era representada por um “S”. Não há certeza, ainda, sobre o significado exato dessa letra: se remetia ao nome do rio que cortava a região (Seridó) ou se dizia respeito à Santa Ana, cujo templo erguido no distante 1695 a tornou patrona da ribeira (FARIA 1984, p.41-52).

A outra cartografia era a da *povoação*⁹, tímida mancha urbana surgida a partir do Arraial do Caicó e às margens do Rio Seridó, cujas edificações dos moradores iam sendo construídas no largo da Capela da Senhora Santa Ana ou nas proximidades. No povoado as Companhias de Ordenanças da ribeira assumiam a função de administração civil, disciplinando o povo e conclamando a todos para a observância das normas de conduta social, até mesmo as previstas na legislação. De outro lado, os sacerdotes que celebravam missas na Capela da Senhora Santana convocavam os fiéis para o respeito, o recato, a observância dos costumes pios da religião. Ambos, as Ordenanças e os sacerdotes, representavam as duas instituições máximas na Colônia, o Estado e a Igreja. Na falta de uma dessas autoridades na povoação, a representação do Rei e do Papa não emudecia por completo, já que dois marcos simbólicos impingiam a ordem, fomentando, inclusive, as constantes relações de poder entre a Coroa e seus súditos: a capela e o pelourinho¹⁰.

⁹ Conforme Ione Rodrigues Diniz Morais (2004, p. 78), “Na evolução política do Caicó, chama atenção o fato de que alguns elementos como o coronel de cavalaria, a igreja e o pelourinho, identificados pela historiografia como inerentes à formação de uma vila, já se fizeram presentes no ato de instalação da povoação, forma primeira de institucionalização de um espaço político-administrativo. É como se esta já tivesse nascido com ares de vila, expressos em algumas atribuições que passou a desempenhar no que se refere à organização e ao disciplinamento social.”

¹⁰ Para maiores detalhes a respeito das relações de poder construídas em torno da capela ou do cruzeiro e do pelourinho, marcos da presença do Estado e da Igreja nas concentrações populacionais da Ribeira do Seridó, verificar Muirakytan Kennedy de Macêdo (2005, p. 70-76).

Nos anos 40 do século XVIII, na Ribeira do Seridó e seus afluentes, o painel que se apresentava era o de um território pontilhado por fazendas de criar gados e cuja concentração de pessoas se acumulava em quatro manchas populacionais, surgidas nos arredores de templos católicos situados nos terraços fluviais dos rios Seridó, Piranhas, Espinharas e Acauã. Os anos de 1695, 1710, 1735 e 1738 correspondem, respectivamente, aos marcos de edificação dessas capelas, dedicadas a Santa Ana, Nossa Senhora dos Aflitos, Nossa Senhora do Ó e Nossa Senhora da Guia. Decerto a guarda das chaves e mesmo a manutenção desses templos ficava a cargo das famílias tradicionais que moravam nas proximidades e que detinham sob seu manto fazendas de gado, lavouras e escravos. Do ponto de vista da assistência espiritual, na falta de um sacerdote residente, esta era feita através das desobrigas, jornadas em que os padres, acompanhados ou não de um sacristão, percorriam as fazendas e povoados no intuito de levar os sacramentos aos lugares mais ermos e distantes. Em ocasiões como estas, casavam-se várias pessoas de uma vez só, aproveitando a presença do presbítero, quando ocorria também batizados e crismas (LAMARTINE, 1965, p. 55-7).

Em se tratando da hierarquia da Igreja Católica Romana na América Portuguesa, a Capela da Senhora Santana era subordinada ao Bispado de Olinda, sobretudo, pelo fato de ter sido um frei da “Capela de Olinda” o intermediador de sua construção. Confirmando nossa assertiva, encontramos Francisco dos Santos Rocha, em 1699, escrevendo da Casa-Forte do Cuó e solicitando a El-Rei, por meio do Vice-Rei do Brasil, que fossem concedidos perdão de presos; indulgências para a Capela da Senhora Santana, através dos missionários de Olinda e o aval para que a mesma capela pudesse comandar os batizados e atos da religião pelos curas do Piencó, “dignados a entrar-se nos sertões” (MACEDO, 2004).

Piencó designava a ribeira de mesmo nome, tributária da Ribeira do Piranhas, no território da Capitania da Paraíba. No Piencó funcionava, desde a última década do século XVII, o Arraial das Piranhas¹¹. Neste encontravam-se reduzidos¹² os índios Pega

¹¹ Esse arraial, depois conhecido como Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso ou de Piranhas, foi elevado à vila, com o nome de Pombal (numa homenagem ao Marquês de Pombal) em 1766 (PINTO, 1977, p. 164)

por intermédio do Capitão-Mor das Piranhas e Piancó, Teodósio de Oliveira Lêdo. Posteriormente, em 1701, foi erigido um pequeno templo no arraial, de qual não se tem mais vestígios. Sucedeu-se a construção de novo templo, a Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso, iniciada em 1719 e concluída em 1721. A conclusão dessa matriz gerou a Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó (SEIXAS, 1961, p.19-47; MEDEIROS FILHO, 1981, p. 5, todavia, discorda dessa data, afirmando que somente em 1731 a Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso fora constituída em freguesia). Embora não saibamos com exatidão os seus marcos delimitatórios e tampouco desconheçamos seu ato de criação, supomos que deveria abarcar as Ribeiras das Piranhas e de Piancó com seus afluentes - incluindo a do Seridó -, dados os limites entre as Capitânicas do Rio Grande e Paraíba serem tênues o bastante para que as possessões de uma avançassem sobre a outra e vice-versa.

Numa época onde a demarcação das capitânicas era vaga e a vastidão da Freguesia do Piancó reinava sobre a quantidade reduzida de ministros eclesiásticos, tornou-se interesse da Igreja Católica a racionalização do seu território. Essa preocupação tornou-se mais evidente quando Dom Frei Luís de Santa Teresa, Bispo de Pernambuco, baixou ato em Olinda no dia 20 de fevereiro de 1747, ordenando ao padre Manuel Machado Freire que, em visita aos Curatos do Icó e do Piancó, os dividisse da melhor forma possível, a fim de criar novas freguesias. O discurso do Bispo de Pernambuco é bastante notório ao referir-se à atenção com seu aprisco, quando declara que

Por termos cabal noticia do copioso povo que nos Sertões do Nosso Bispado há, e que cada vez cresce mais em numero, principalmente nos Districtos do Icó, e Piancó, e incumbir ao Nosso Pastoral officio *acudir com o Pasto Espiritual a tantas Ovelhas Nossas; e vemos que a providencia mais efficaes que lhe podemos dar, é a divisão das Igrejas* e multiplicidade dos Parochos para que mais prontamente se acuda com os Sacramentos e fiquem mais bem assistidos os Parochianos (grifos do autor).

¹² A *redução* “é o processo através do qual os povos indígenas aceitam viver em contato com os portugueses, sob a vassalagem do rei de Portugal. Esta pode se dar de forma pacífica, através dos convencimento; ou violenta, como resultado de um acordo de pazes” (MEDEIROS, 2000, p. 150).

Em atenção à ordem de Dom Luís, o padre Manuel Machado Freire, “Visitador Geral dos sertões da parte do Norte”, estando no Piancó, desmembrou da Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso uma nova freguesia, com título e invocação a “Santa Anna”. Era 15 de abril de 1748. Nascia, naquele momento, a Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó, com sede na Povoação do Caicó, cujos limites também foram deliberados pelo visitador. A forma como os contornos foram traçados pelo visitador demonstra que o sertão já tinha seus caminhos, rios, serras e vales parcialmente conhecidos. A demarcação feita por esse vigário quando visitou o Piancó, baseava-se no curso natural dos rios, agregando duas ribeiras: a das Espinharas, das suas nascentes até a foz - de onde uma linha imaginária era percorrida até atingir os limites da Freguesia de São João Batista do Açu e a “Ribeira do Seridó, suas vertentes e todas as mais que d’esta parte correm para o dito Rio de Piranhas” (MONTEIRO, 1945. p. 40). Esse texto nos permite ter a visibilidade da “primeira delimitação do espaço que viria a ser conhecido como Seridó”, que não mais se representa apenas pelo curso d’água homônimo: “Agora, é uma malha de rios: Acauã, Seridó, Espinharas e Piranhas. Estende-se seu espaço de abrangência, um território que deveria acomodar um domínio institucional, um *locus* esquadrihado para que o poder se exerça” (MACÊDO, 2005, p. 67-8).

Passados três meses da visita do padre Manuel Machado Freire ao Piancó, homens, mulheres e crianças aglomeravam-se na pequena Povoação do Caicó, notadamente numa área plana e ladeada por serrotes e cordões de pedra, próxima a um poço d’água no leito do rio Seridó. Provavelmente era manhã quando o padre Francisco Alves Maia, perante a multidão presente na planície, abençoou uma cruz, símbolo do martírio de Cristo, para que servisse de marco do local onde deveria ser *fundada e erecta a Matriz com a invocação de Senhora Sant’Ana, por ser este o lugar mais cômodo e para onde podia concorrer o povo com conveniencia comum para todos*. Um lugar cômodo e conveniente para todos, já que a pequenina capela de que dispunha o povoado, erguida há pouco mais de meio século - no fenecimento das batalhas

sangrentas entre os nativos e as tropas coloniais -, ficava encravada num alto, em terreno acidentado e lastrado de serrotes de pedra, aonde se chegava após a passagem do leito do rio Seridó. Espaço que, decerto, dificultava o acesso aos fiéis, especialmente os de avançada idade. Imaginamos que as paredes dessa capela - também dedicada à Senhora Santa Ana - não fossem mais capazes de reunir, sob o mesmo teto, os moradores da povoação e dos arredores, cujas cifras aumentavam ao passo que também se avultava o número de fazendas de criar gado na Ribeira do Seridó e, por conseguinte, da presença de famílias com seus agregados. Era necessário, naquele momento, que um novo templo - maior e situado em terreno de melhor acesso - pudesse suprir as necessidades espirituais dos moradores do Caicó e das fazendas situadas à pequena distância. Com a instalação da freguesia, a outrora Capela da Senhora Santana, contígua à antiga Casa-Forte do Cuó, ficou reduzida eclesiasticamente à condição de Capela de Nossa Senhora do Rosário (conforme MEDEIROS FILHO, 1984, p. 143, esse templo ainda existia no ano de 1788, vindo a desaparecer os anos de 1789 e 1800, por razões que ainda não se pôde determinar).

A determinação de um local para a construção do novo templo somente foi possível naquele momento graças à doação de uma faixa de terras pelo Tenente José Gomes Pereira e sua esposa, dona Ana Maria da Assunção, onde deveria ser levantada a matriz e a casa do *Reverendo Pároco e seus sucessores* (MONTEIRO, 1945, p. 33-4). Corria o ano de 1748 e a cerimônia presidida pelo padre Francisco Alves Maia no dia 26 de julho - dia dedicado, no calendário da Igreja Católica, à Santa Ana - consubstanciava a instalação da Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó. Com efeito, somente podemos compreender o surgimento dessa freguesia se a enxergarmos como sendo parte integrante de um movimento mais amplo, o de colonização do sertão da Capitania do Rio Grande, possibilitado pelo alargamento da fronteira da pecuária, à medida que o Rei de Portugal - através do capitão-mor - doava porções de terra para serem ocupadas pelo gado e pelos cristãos.

Acreditamos que a estrutura da Freguesia de Santa Ana do Seridó se assemelhava à de uma freguesia portuguesa do século XVIII. Esta última tinha seus setores fundamentais representados e visibilizados no próprio desenho dos templos



cristãos, que tinham seu território demarcado da seguinte forma: 1) o coro e a capela-mor, partes em que o *sacro* era mais evidente, indo desde o arco até o altar e capela-mor, sob responsabilidade do pároco; 2) do arco para baixo até o adro (ou átrio), ou seja, a nave, cujos pontos de sustentação eram “o campanário com os seus sinos que eram o símbolo da solaridade comunitária e o adro onde normalmente se reuniam os fregueses para tratar de assuntos comunitários”; 3) um número variável de confrarias e irmandades, que combinavam elementos das duas partes anteriores, transfigurando-se em minúsculas freguesias, em microcosmos da religiosidade popular, muitas vezes; confrarias essas que mantinham altares colaterais ou mesmo capelas subsidiárias (JOHNSON, 1985).

Essa similaridade com o modelo de freguesia portuguesa no Setecentos pode ser evidenciada se olharmos de perto os livros de assento da Freguesia de Santa Ana. Como era de praxe na América Portuguesa, a freguesia serviu de instrumento da burocracia colonial, como conseqüência dos laços do Padroado. Além da função de cuidar das almas e da consciência cristã de seus fregueses, deveria cumprir outra tarefa, a de fornecer ao Reino listas de seus súditos, de forma que o controle populacional pudesse ser exercido com mais acuidade. Livros próprios para assentos de batizados, casamentos e mortes eram comuns nas freguesias, especialmente após a edição da primeira legislação eclesiástica colonial, as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, de 1707. Tais registros davam condições aos curas de conhecer os suspiros de vida e de morte de seus fregueses e, de quebra, às autoridades coloniais, de estar por dentro do crescimento do contingente populacional de determinado território da América Portuguesa. Os assentos de morte, sobretudo, nos permitem identificar como as relações sociais da colônia se refletem no microcosmo da freguesia, já que, nas partes que se aproximavam do altar-mor, dentro do chamado *cruzeiro*, costumavam se sepultar autoridades da região e indivíduos da elite, cabendo à grande massa populacional o enterro na nave, *das grades abaixo*. Para índios, negros e desvalidos, muitas vezes, o enterro era feito fora do templo, no adro (FREGUESIA DA GLORIOSA SENHORA SANTA ANA DO SERIDÓ. Livros de Enterros nº 01 (1788-1811) e nº 2 (1812-1838)).

Outro ponto fulcral de aproximação do modelo metropolitano de freguesia com a realidade da América Portuguesa remete à presença das confrarias ou irmandades, associações de leigos que costumavam zelar por devoções particulares e também pela manutenção de determinados altares dentro dos templos cristãos. No decorrer do século XVIII identificamos, na Freguesia de Santa Ana, a presença das irmandades de Santa Ana (fundada em 1754), do Santíssimo Sacramento (1756), de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (1775) e das Almas (1791), sitas na Matriz do Seridó, além da Irmandade do Senhor do Bom Jesus, da Capela do Acari. No caso das irmandades do Caicó, ambas estão em funcionamento até hoje.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção do território da Freguesia de Santa Ana deu-se a partir dos últimos anos do século XVII, avançando pelos anos de 1700, época em que a pastorícia começou a exercer uma posição social e cultural na América Portuguesa, completando a obra da colonização (LINHARES, 1995, p. 5). O surgimento das freguesias no século XVIII, por conseguinte, acompanhava o ritmo do povoamento e o território que abrangiam possuía “uma forte homogeneidade econômica e social” (SILVA & LINHARES, 1995, p. 4). Assim, a instalação de um cruzeiro no dia de Santa Ana de 1748, na Povoação do Caicó, significava mais que a delimitação de um território da cristandade: era a própria reafirmação de posse da terra pela Coroa Portuguesa, amalgamada com a Igreja Católica pelos liames do Padroado Régio.

Do ponto de vista da população nativa, à medida que o sistema colonial se complexificava na Ribeira do Seridó, via implantação de determinadas cartografias de poder - o arraial, a povoação, a freguesia, a vila -, o número de índios ia diminuindo nas estatísticas oficiais dos assentos. Isso não quer dizer que tenham desaparecido por completo, como ficou prescrito na historiografia regional. Penetrando nas folhas do livro de assento de enterros mais antigas da freguesia, que vai de 1788 a 1811, constatamos que 2,66% de um total de 976 defuntos falecidos no período era composto de índios. Número diminuto em relação aos demais grupos sociais que habitavam a freguesia, o que indica que não podemos fechar os olhos à crueldade dos massacres

cometidos contra os grupos indígenas durante a resistência dos séculos XVII e XVIII. Essa mesma cifra nos mostra que os nativos não foram totalmente nulificados, convivendo com brancos, negros e mestiços durante o Setecentos e primeiras décadas do século XIX, seja nas fazendas de gado, seja nas manchas urbanas que paulatinamente surgiam no sertão.

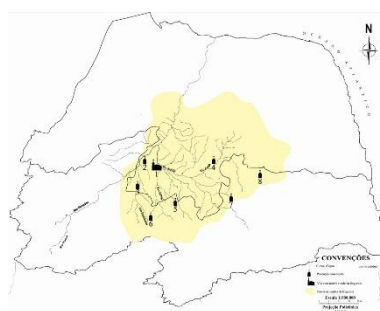
A partir de 1788 o território da Freguesia do Seridó passaria por diversas fragmentações, quando perdeu certas partes de seus domínios territoriais devido à criação de novas freguesias. Situação que se sucederia tendo em vista uma questão de ordem crucial: “um território demasiadamente extenso para o eficiente desempenho dos serviços religiosos” (MORAIS, 2004, p. 80). Inicialmente, de seu território, originou-se a Freguesia de Nossa Senhora da Guia dos Patos, na Ribeira das Espinharas, por ato de Dom Diogo de Jesus Jardim, Bispo de Pernambuco, de 10 de julho de 1788 (MONTEIRO, 1945, p. 41-2).

Aliás, é no ano de 1788 que podemos vislumbrar, tendo em vista o que a documentação colonial nos aponta, os limites dessa freguesia, entendida enquanto cartografia do poder eclesiástico na América Portuguesa. Até esse ano, a freguesia era constituída de uma matriz na sede (Matriz da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó), circundada por oito capelas: Nossa Senhora do Rosário (próxima ao Rio Seridó e à antiga Casa-Forte do Cuó), Nossa Senhora dos Aflitos (no Rio Piranhas, próxima à Povoação do Jardim), Nossa Senhora do Ó (no Rio das Espinharas, próxima à Povoação da Serra Negra), Nossa Senhora da Guia (na Povoação dos Patos), Santa Luzia (na povoação de mesmo nome), Nossa Senhora da Guia (no Rio Acauã, próxima à Povoação do Acari), Nossa Senhora da Luz (na Ribeira do Quinturaré, próxima à Povoação de Pedra Lavrada) e Nossa Senhora das Mercês (na Povoação da Serra do Cuité), que juntavam residências nos seus arredores, formando povoações que no futuro transformar-se-iam em cidades.

Elaboramos um mapa da extensão máxima da freguesia, a partir dos indícios deixados nas fontes coloniais, que traz uma aproximação do que seriam os limites da mancha ocupada por essa cartografia no sertão das Capitânicas do Rio Grande e Paraíba, até o ano de 1788.

Em 1801 seria a vez da Serra do Cuité e limítrofes transformarem-se em freguesia, com o título e invocação a Nossa Senhora das Mercês, através de Edital do Visitador João Feio de Brito Tavares, em nome do Bispo de Pernambuco, Dom José Joaquim da Cunha e Azevêdo Coutinho, datado de 12 de agosto daquele ano (PINTO, 1977, p. 224-6). No ano de 1835, por seu turno, desmembrou-se da freguesia-mater do Caicó a de Nossa Senhora da Guia, do Acari, na Ribeira do Acauã, institucionalizada pela Lei Provincial nº 15, de 13 de março de 1835 (CASCUDO, 1972, p. 213).

Figura 1 - Provável área de abrangência da Freguesia de Santa Ana do Seridó até 1788



Fonte: Macedo (2011, p. 87)

Importante anotarmos que, tendo a Igreja Católica papel crucial na organização do espaço colonial, a redução das terras sob jurisdição da Gloriosa Senhora Santa Ana não representavam apenas a diminuição da freguesia, mas, a reorganização territorial das Capitânicas do Norte - sobretudo a do Rio Grande e a da Paraíba. Assim, “A fragmentação da Freguesia da Gloriosa Senhora Sant’Anna implicou em um rearranjo da estrutura regional, com implicação na identificação de localidades. Ao vincular os nomes dos lugares aos das freguesias, a Igreja Católica semeava vestígios de identidade entre os homens e o espaço” (MORAIS, 2004, p. 82). Embora fragmentada, a Freguesia de Santa Ana concorreu para a construção dos contornos territoriais que, no futuro, iriam imprimir os sentidos de uma *região* chamada de *Seridó*. Isto porque

particularmente no período colonial, a administração eclesiástica precedeu em muito as estruturas administrativas civis. Assim, tendo em vista as necessidades da catequese - pilar da colonização lusa - criar-se-iam, de forma precoce, as estruturas da paróquia e, somente bem mais tarde, chegariam os forais estruturadores das câmaras e vilas. Decorria, desta forma, com naturalidade que o poder público recorresse aos párocos para obter informações e serviços de que necessitava, compondo-se, assim, a estrutura básica do padroado. Desta forma, a administração pública, de cunho civil, confundia-se claramente com a estrutura administrativa da Igreja, onde a área de atuação dos párocos era bastante bem definida, impondo-se que as áreas de administração religiosa, fossem tomadas como unidades básicas da administração pública (SILVA & LINHARES, 1995).

Na Ribeira do Seridó essa situação não foi diferente. A demarcação da Freguesia de Santa Ana serviu de base para os limites territoriais da primeira unidade administrativa municipal da ribeira, a Vila Nova do Príncipe. Esta foi criada por Alvará de 31 de julho de 1788, expedido pelo Capitão-Mor de Pernambuco, Dom Tomás José de Melo, por intermédio do ouvidor geral da Comarca da Paraíba, Desembargador Antonio Filipe Soares de Andrade Brederodes (AUGUSTO, 1954, p. 11-2). A vila foi estabelecida sobre dois contornos, o da Freguesia de Santa Ana e o da Povoação do Seridó, abrangendo, portanto, glebas da Capitania do Rio Grande e da Paraíba.

Por causa disso, querelas incessantes entre as autoridades políticas da Paraíba e do Rio Grande teriam lugar desde o final do Antigo Regime, prosseguindo pelas Cortes Imperiais, em torno da posse do território da Ribeira do Seridó. Índios, brancos, negros e mestiços seriam as personagens que conviveriam no espaço marcado por essa (sempre presente) superposição de cartografias de poder. As questões territoriais envolvendo a incompreensão dos limites das duas capitanias citadas, advindas da expansão da fronteira pecuarística e da instalação de uma freguesia católica no sertão do Rio Grande, perdurariam até os anos 30 do século XIX. Nesse momento, a Ribeira do Seridó e de seus afluentes encontrava-se sob a proteção, na sua banda ocidental, da Senhora Santa Ana e, na oriental, da Virgem da Guia - oragos que representavam as duas maiores freguesias da porção centro-sul da Capitania do Rio Grande.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, José. *Seridó*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1954.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 2.ed. Rio de Janeiro: Achiamé; Natal: Fundação José Augusto, 1984.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Uma história da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte*. Natal: Fundação José Augusto, 1972.

FARIA, Oswaldo Lamartine de. *Ferro de Ribeiras do Rio Grande do Norte*. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1984 (Col. Mossoroense, série C, v. CCXLI). p. 41-52.

FREGUESIA DA GLORIOSA SENHORA SANTA ANA DO SERIDÓ. Livros de Enterros nº 01 (1788-1811) e nº 2 (1812-1838).

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Administração. In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1822)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

JOHNSON JR., Harold B. *Para um modelo estrutural da freguesia portuguesa do século XVIII*. Conferência dada na Universidade Nova de Lisboa, em 11 de nov. 1985. Disponível em <http://www.people.virginia.edu/~hbj8n>. Acesso em: 02 de abr. 1999.

LAMARTINE, Juvenal. *Velhos Costumes do meu Sertão*. Natal: Fundação José Augusto, 1965.

LEONZO, Nanci. Instituições militares in SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *O Império Luso-Brasileiro (1750-1822)*. Lisboa: Estampa, 1986. p. 323-8.

LINHARES, Maria Yedda Leite. Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII). *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, Le Portugal*

et l'Europe Atlantique, le Brésil et l'Amérique Latine. Mélanges offerts à Frédéric Mauro, vol. XXXIV, Lisboa, Paris, dez.1995.

LIRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. 2.ed. Natal: Fundação José Augusto; Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1982.

LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte*. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado; Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003. (Col. Mossoroense, série C, v. 1379).

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de Macedo. *Populações indígenas no sertão do Rio Grande do Norte: história e mestiçagens*. Natal: EDUFRRN, 2011.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Os documentos do Cartório de Pombal-PB e sua importância para o entendimento da História Colonial do Sertão do Rio Grande do Norte . *Mneme - Revista de Humanidades*. Caicó, v.5, n. 12, out. /nov.2004. Bimestral. ISSN 1518-3394. Disponível em <http://www.seol.com.br/mneme>. Acesso em: 12 de mar. 2005.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense*. Natal: Sebo Vermelho, 2005.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Índios do Açu e Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhas famílias do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. *O descobrimento dos outros: povos indígenas do sertão nordestino no período colonial*. 2000. 280p. Tese (Doutorado em História do Brasil). Universidade Federal de Pernambuco. Recife. p. 150.

MONTEIRO, Eymard L'Eraistre. *Caicó: subsidios para a historia completa do municipio*. Recife: Escola Salesiana de Artes Gráficas, 1945.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. *Seridó norte-rio-grandense: uma geografia da resistência*. 2004. 448p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal.

PINTO, Irineu Ferreira. *Datas e notas para a História da Paraíba*, v. 1. 2.ed. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 1977. (Col. Documentos Paraibanos, v. 3, ed. fac-similar).

PIRES, Maria Idalina Cruz. *Guerra dos Bárbaros: resistência e conflitos no Nordeste Colonial*. Recife: Secretaria de Cultura, 1990.

PUNTONI, Pedro. A arte da guerra no Brasil: tecnologia e estratégia militar na expansão da fronteira na América Portuguesa (1550-1700). *Novos Estudos CEBRAP*, n. 53, mar. 1999, p. 189-204.

PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. 1998. 200p. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo. São Paulo.

SEIXAS, Wilson. *O Velho Arraial de Piranhas (Pombal) no centenário de sua elevação a cidade*. João Pessoa: A Imprensa, 1961.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da & LINHARES, Maria Yedda L. Região e história agrária. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995, p. 17-26.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Pecuária, agricultura de alimentos e recursos naturais no Brasil-Colônia. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. *História econômica do Período Colonial*. São Paulo: Hucitec/FAPESP/ABPHE, 1997. p. 123-59.

SOARES, Antonio. *Dicionário Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, v. I. Mossoró: s/e, 1988. (Col. Mossoroense, CDXVII).

TAUNAY, Afonso de E. *A Guerra dos Bárbaros*. 2.ed. Mossoró: FVR/ETFRN/UNED; Natal: Secretaria de Educação, Cultura e Desportos do Estado do Rio Grande do Norte, 1995 (Col. Mossoroense, Série C, 864).

EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL EM MUSEUS: UMA NOVA PRÁTICA DE CIDADANIA?

Ivanilda A. A. Junqueira
ivanildaj@yahoo.com.br

Universidade Federal de Goiás-UFG

Doutora em História/UFU, docente do Curso de Museologia FCS/UFG

Agência Financiadora: CNPq

Resumo

Este estudo analisa o processo histórico que consolidou o funcionamento do Museu Antropológico da UFG enquanto espaço de educação não-formal, considerando as questões da memória que lhe são inerentes e suas significações para os diversos públicos que a visitam. É importante destacar que os museus têm se caracterizando cada vez mais como lugares de memória, os quais despertam o interesse das comunidades nas quais estão inseridos pelo potencial que possuem de estabelecer um permanente diálogo entre educação e cultura. Por meio da coleta, organização e preservação de seus acervos, as instituições museais têm por missão contribuir para o ensino, pesquisa e extensão, voltando-se para uma perspectiva histórica dos fatos, no contexto brasileiro, regional e local.

Palavras-chave: Educação não-formal. Memória. Cidadania. Museus Universitários.

Abstract

This study analyzes the historic process that consolidated the operationalization of the Anthropological Museum of the UFG while space non-formal of education, considering the questions of the memory that are inherent and your significations for the various publics that visit this space. Is Important detach that the museums have been characterized more and more as a memory space, this spaces arouse the interest of communities where they are inserted because of the your potential to establish a permanent dialogue between education and culture. Through of collect, organization and preservation of your collections, the museums has mission of contribute for the teaching, research and extension, related to a historical perspective of facts, in the Brazilian context, regional and local.

Keywords: Non-formal education. Memory. Citizenship. University Museums.

Introdução

Qual a relação entre um museu e a educação?

Essa é uma questão que tem despertado o interesse de pesquisadores e museólogos ao longo das últimas décadas e dentre as possíveis respostas destaca-se aquela que nos mostra a importância da ação educativa como meio de comunicação com o público. Os museus têm se caracterizando cada vez mais como espaços de educação não-formal e considerados como lugares de memória, os quais despertam o interesse das comunidades nas quais estão inseridos pelo potencial que possuem de estabelecer um permanente diálogo entre educação e cultura. Por meio da coleta, organização e preservação de seus acervos, as instituições museais têm por missão contribuir para o ensino, pesquisa e extensão oferecendo suporte à pesquisa para os diversos setores, das ciências humanas ou não, voltadas para uma perspectiva histórica dos fatos, no contexto brasileiro, regional e local.

Cabe lembrar, que os museus são “lugares” em que os processos históricos são retomados e reconstruídos, frutos de uma multiplicidade de documentos produzidos em distintas épocas. Longe de serem simples depositários de objetos, eles “oferecem o passado trazendo a história em narrativas que reencontram o indivíduo nos ambientes intersubjetivos nos quais experimentou - não sem contradições, a si mesmo e ao mundo” (BENJAMIN, 1987, p. 52 - 60). A documentação guardada nestes espaços traz à tona fatos, versões, acontecimentos, memórias que sobrevivem ao tempo, possibilitando olhares e abordagens diferenciadas. Nesse sentido, ao mencionar a(s) memória(s) (LE GOFF, 1996, p. 112-123) não estamos falando, pura e simplesmente, de “nostalgia”, mas do “amor pelo passado. (...) A nostalgia nasce no espírito indefeso que não suporta a visão do presente e então se evade: foge para o passado, um passado

de ouro, meio falsificado e que distrai nossas dores. A memória, pelo contrário, é ir ao encontro do presente depois de ter se banhado nas visões de um outro tempo.

Preservar a memória é, sem dúvida alguma, uma das formas de garantir o direito à história dos vencedores e dos vencidos. “A memória regula posições existenciais e políticas, fazendo buscar no passado seiva e inspiração para as apostas ativas de futuro”.

O objetivo desse estudo consiste principalmente em compreender as formas de interação entre museus, comunidade, e fontes diversificadas de aprendizagens. Pretende-se por meio da pesquisa documental desvelar saberes e fazeres peculiares de uma determinada cultura, um período histórico específico, e, além disso, refletir sobre a representatividade de monumentos, obras de arte, manifestações culturais, objetos, coleções que “falam” e por meio dos quais se pode “decifrar” muitos fatos e versões de uma mesma história. A proposta é conhecer o cotidiano dos profissionais que atuam nos diversos setores, compreender a concepção dos espaços educativos, refletir sobre o que vem sendo chamado de educação museal e até que ponto, uma educação que extrapola os muros da escola e interage com a cidade em suas múltiplas dimensões, beneficia a comunidade à qual pertence.

A hipótese da qual partimos é que, apesar dos diversos debates estabelecidos nas últimas décadas sobre o papel educativo dos museus, muito ainda está por ser feito, principalmente em cidades que se encontram no interior do território brasileiro, como é o caso de Goiânia. Os investimentos em ações culturais e educativas de caráter contestador, criativo, transformador; enfim, capazes de facilitar a execução de processos museais mais ajustados às necessidades dos cidadãos, por meio da participação, visando ao desenvolvimento social, têm sido escassos por parte do poder público. Entretanto, ainda assim, acredito que uma investigação participativa deve ser uma alternativa para oferecer uma nova explicação da realidade.

O Museu Antropológico da UFG, cujo principal objetivo é apoiar e desenvolver a pesquisa antropológica interdisciplinar, tem sido o nosso objeto de estudo. Seu acervo é decorrente de pesquisas científicas e se compõe de objetos arqueológicos, de cultura

indígena, e da cultura popular. Além disso, possui um importante acervo documental como fotos, imagens digitais, vídeos, livros e outros documentos e uma de suas principais ações são os trabalhos de documentação, conservação e comunicação do acervo através dos recursos expográficos e das ações educativo-culturais. Conhecer o cotidiano dos profissionais que atuam nos diversos setores dessa instituição, compreender a concepção dos espaços educativos, refletir sobre as práticas de educação museal e até que ponto essas ações beneficiam a comunidade na qual está inserido, foi um de nossos objetivos principais quando iniciamos esta pesquisa.

Alguns questionamentos nos instigam a conhecer a sua história, dentre eles, até que ponto o museu se adequou às novas propostas para a área da museologia. Conforme Cabral e Rangel (CABRAL & RANGEL, 2008, p. 159-161), a educação em museus no Brasil tem início a partir da década de 1920. As autoras ressaltam que a criação do Ministério da Educação em 1930 sob a liderança dos educadores Roquette Pinto e Anísio Teixeira, contribuíram para a valorização do papel educativo nos museus. Mais tarde, na década de 1950, dois encontros importantes, colaboraram para que a área de educação em museus tivesse maior destaque, reforçando o papel pedagógico dessas instituições, neste caso, em 1956 o I Congresso Nacional de Museus em Ouro Preto, Minas Gerais e em 1958 o Seminário Internacional sobre o papel pedagógico dos Museus. Entretanto, segundo as autoras, foi “somente nas duas últimas décadas que os responsáveis por ações educativas em museus começaram a apresentar maior reflexão sobre sua atuação”.

Nesta mesma direção, Judite Primo destaca que os documentos produzidos no Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus, Rio de Janeiro em 1958; na Mesa Redonda de Santiago do Chile em 1972; no I Atelier Internacional da Nova Museologia em Quebec no Canadá em 1984; na Reunião de Oaxtepec, no México em 1984 e na Reunião de Caracas na Venezuela, em 1992, traduzem o “pensar museológico no nosso século e que, principalmente, levaram os profissionais da área a aplicar esta ‘ciência’, de forma menos hermética e a entender sua prática” (PRIMO, 1999: 7). Os documentos orientaram o desenvolvimento de ações interdisciplinares no

campo da museologia, incentivando a interação entre os sujeitos sociais e os museus e resultaram da reflexão conjunta de profissionais que buscavam a evolução de idéias na sua área de atuação, reconhecendo que dialogar com profissionais das áreas afins foi um passo importante para ampliar as possibilidades de atuação no campo da museologia.

Em 1958, vários profissionais se reúnem para discutir a função educativa dos museus considerados por muito tempo como espaço adequado para se exercer a educação formal (PRIMO, 1999, p. 10-46). O documento produzido no Rio de Janeiro, resultado do Seminário Regional da Unesco sobre a Função Educativa dos Museus, sofreu influência do panorama socioeconômico e político brasileiro marcado pelas reformas trabalhistas da Era Vargas, pela modernização do tecido industrial. No âmbito internacional, generalizava-se o processo de descolonização. Na China e em Cuba, organizavam-se movimentos que se orientaram pelo ideal do Comunismo. Destaca-se a modernização da indústria na Europa, implantam-se ditaduras na América Latina, sem contar que vários territórios encontravam-se destruídos pela Segunda Guerra Mundial. É nesse contexto que ocorre a criação do Conselho Internacional de Museologia-ICOM, sob a proteção da Unesco. A Declaração de Santiago do Chile, de 1972, foi a primeira reunião interdisciplinar que discutiu claramente o papel do Museu na sociedade. Suas propostas enfatizaram a importância da instituição como instrumento de mudança social e agente de desenvolvimento assumindo sua responsabilidade junto à comunidade. A instituição museal passa a ser vista enquanto instrumento de mudança social e a museologia se dedica a compreender a relação do homem com o patrimônio cultural. A ação educativa dialógica passa a compreender o homem como ser participativo que pauta suas ações na colaboração e união com seus pares, cuja relação se fundamenta no diálogo. Ora, aqui fica explícito o desafio quanto à adoção de novas estratégias de comunicação como condição necessária para a efetivação desse diálogo.

Em Oaxtepec, no México, em 1984, a relação território, patrimônio e comunidade foi considerada indissolúvel sendo marcada pelo diálogo e participação comunitária. Propôs-se a defesa do patrimônio “*in situ*” com a justificativa de que ao retirar o patrimônio do seu contexto, modifica-se a idéia original segundo a qual foi

criado. Ampliou-se a idéia de patrimônio cultural, propondo-se ainda uma visão integrada da realidade, e, neste sentido, entendemos que já se tornava necessário a utilização de novas estratégias de comunicação como forma de democratizar a cultura.

A Declaração de Caracas, em 1992, reafirmou a necessidade de integração do museu com a comunidade, considerando as mudanças sociopolíticas, econômicas e tecnológicas dos últimos vinte anos na América Latina. Nesse momento o conceito de Museu Integral evoluiu para o de Museu Integrado na comunidade o que influenciou a criação dos ecomuseus e museus comunitários. Recomendava-se a reformulação de políticas museais em função do estabelecimento de uma relação com a comunidade. Propôs-se ampliar o papel do Museu como gestor social por meio de projetos museológicos que refletissem o interesse da comunidade e considerassem a realidade social. E como pensar tais propostas sem que se desenvolva uma estratégia eficaz de comunicação?

Sabemos que a comunicação não se restringe ao processo de montagem de exposições, pois tanto as ações museológicas de pesquisa e de preservação também podem ser consideradas como um processo de comunicação. Maria Célia Santos argumenta que tais ações são gestadas "por meio de um processo constante de interação em uma ação pautada no diálogo, levando-se em consideração as características dos grupos envolvidos e as diversas maneiras de estar no mundo e de se expressar por meio de diferentes linguagens" (SANTOS, 2005, p.61-76). É importante dizer que as ações de pesquisa, preservação e comunicação estão integradas entre si e se alinham aos objetivos dos diferentes projetos que são pensados pelas instituições museais.

O Museu Antropológico da UFG, desde a sua criação em 1969, já se apresentava como uma instituição com fins educacionais. Por meio da Portaria 467/71, publicada em 24 de março de 1971, o museu foi subordinado à Reitoria, entretanto, manteve seu vínculo pedagógico com o Departamento de Antropologia e Sociologia do Instituto de Ciências Humanas e Letras da UFG. Devido ao seu caráter educativo, em seu espaço foram desenvolvidos vários projetos que tinham como objetivo principal, a

interpretação e o uso do patrimônio cultural de forma a possibilitar a inclusão social e o exercício da cidadania. A preocupação já era em propor ações que despertassem os sujeitos sociais para a compreensão do espaço que habitavam, para as questões culturais, de forma que refletissem sobre a sua realidade procurando soluções para os problemas por meio do diálogo, da troca da interação com o outro.

Desde esse momento a intenção já era pensar o "processo museológico como um processo educativo e de comunicação, capaz de contribuir para que o cidadão possa ver a realidade e expressar essa realidade, qualificada como patrimônio cultural - expressar-se" e transformá-la. O Museu Antropológico se originou da iniciativa de professores do Departamento de Antropologia e Sociologia (DAS) da UFG, vinculado ao antigo Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), a partir da realização de uma pesquisa no Parque Indígena do Xingu pelos professores Acary de Passos Oliveira, Vivaldo Vieira da Silva, Antônio Theodoro da Silva Neiva, já falecidos, e o Pe. José Pereira de Maria, atualmente professor aposentado pela UFG.

Conforme o relatório de estudos remetido à Profa. Lena Castelo Branco, na ocasião diretora do ICHL, um plano de pesquisa com o objetivo de estudar as populações do Xingu e criar um museu antropológico na UFG foi sugerido pelos pesquisadores, dando início também ao acervo que hoje está sob a guarda da instituição. A proposta consistia em salvaguardar a cultura material indígena da Região Centro-Oeste do Brasil, e, com essa perspectiva, o Museu Antropológico da UFG foi criado em junho de 1969, sendo inaugurado em 5 de setembro de 1970.

Segundo informações constam no documento Diagnóstico Museológico de 1998, o seu acervo material é composto por objetos etnográficos indígenas e de cultura popular e se constitui por matérias-primas orgânicas diversas, como plumárias, cerâmicas, madeiras, fibras, entre outras, reunindo mais de quatro mil peças acondicionadas em reserva técnica destinada à sua guarda e conservação, e representam aspectos da cultura material das diversas populações da Região Central do Brasil. Já o acervo arqueológico contém testemunhos provenientes de diversas pesquisas, alcançando mais de cento e quarenta mil peças, as quais ilustram a cultura material das

populações pré-colonial e colonial, que habitaram ou transitaram pela Região Centro-Oeste, em espaços diferenciados e em momentos distintos. É constituído, principalmente, por objetos líticos e cerâmicos.

Esse acervo, ao longo dos anos, tem servido como fonte de pesquisa para as diversas áreas que atuam e/ou atuaram no Museu com o objetivo de produzir conhecimento de forma interativa com as comunidades. Nei Clara de Lima argumenta que “desde a sua fundação, o órgão tem oferecido ao público a possibilidade de universalização do conhecimento cultural acerca das comunidades locais e de sua diversidade. Com esse intuito, atividades e eventos que possibilitassem uma maior interação com a sociedade passaram a ser implementadas”. Destacamos o apoio a pesquisadores e a outras instituições quanto ao desenvolvendo pesquisas científicas; a realização projetos de ação educativa para as redes publicas e particulares de ensino, o que possibilita a interação entre museu e escolas. Neste sentido, Lenir Magalhães, professora aposentada da Faculdade de Educação, ressalta que:

Nossa atuação no Museu está relacionada com a disciplina de estágio curricular que nós tínhamos na Faculdade de Educação, o estágio dos alunos de Ciências Sociais. A proposta integrada ao Museu Antropológico surgiu ao trabalhar com os alunos os conteúdos sobre cultura, quando nós nos vimos ligados à atividade cultural que o Museu da própria universidade já fazia. Resolvemos, então, nos integrar a essa estrutura que tinha aqui. Os alunos de Ciências Sociais faziam opção, porque os conteúdos eram vastos, de primeira à oitava série e o segundo grau também. Se eles fizessem essa opção, nós passávamos a trabalhar com essa integração e desenvolvíamos esses trabalhos junto às escolas e o Museu Antropológico, que nessa época, [mi novecentos e] oitenta e cinco, já tinha condições de nos dar toda essa estrutura. Foi muito bom, pois já havia o setor educativo dentro do Museu. Esse trabalho integrado se pautou por fornecer todos os subsídios que os nossos alunos necessitavam na época para desenvolver práticas educativas dentro da escola. Trabalhamos muito no colégio Olga Mansur. Eu me lembro muito bem que nós despertamos tanto os alunos para esse trabalho junto à comunidade que eles propuseram fazer um museu dentro da escola. Eles trouxeram tudo que era da família. Então, cada aluno no estágio ia desenvolvendo isso dentro da escola (MUSEU ANTROPOLÓGICO SÉRIE DOCUMENTOS N.5, 2011, p.48).

O depoimento da Professora Lenir nos chama a atenção para a importância de se investir na relação museu/escola e nas propostas que visem promover a interlocução entre os vários sujeitos sociais que passam a usufruir do espaço museológico quando tais ações são postas em prática. Santos destaca que a interação com os nossos pares e com os demais sujeitos sociais envolvidos nos projetos sociais ali desenvolvidos possibilita o estabelecimento de metas e objetivos no sentido de promover "a qualificação da cultura em um processo interativo de ações de pesquisa, preservação e comunicação, objetivando uma nova prática social.

Segundo a Professora Marcolina Martins, sua experiência no Museu Antropológico se deu desde as primeiras iniciativas de criação:

Era uma idéia! Enquanto aluna da Universidade Federal de Goiás, quando fazíamos o curso de Geografia e História, nós tivemos a oportunidade de visitar o Parque Nacional do Xingu com o professor Vivaldo [Vieira] Silva e o professor Acary de Passos Oliveira, quando o Museu era apenas uma idéia que estava na cabeça de algumas pessoas da Universidade, e mesmo de fora da Universidade, como é o caso do professor Acary. Nessa época, também o professor Juarez Costa Barbosa era um defensor dessa idéia, da necessidade de criação de um espaço em que os alunos da área, principalmente do curso de Ciências Sociais e também da área de História, tivessem como desenvolver uma atividade prática, uma atividade que não fosse apenas repetitiva, teórica, dos livros. Então, enquanto aluna, em 1968, nós estivemos no Parque Nacional do Xingu e eu era monitória do Professor Vivaldo. Depois, já pertencente à Universidade, eu estive lá novamente, para fazer uma pesquisa e coleta de material com o professor Vivaldo, para um trabalho dele que era, se não me engano, sobre a organização social entre os índios do Parque Nacional do Xingu, principalmente os índios Waurá. E aí nós já coletamos algum material para o Museu Antropológico, já dentro dessa idéia de realização, de concretização deste (MUSEU ANTROPOLÓGICO SÉRIE DOCUMENTOS N.5, 2011, p.78).

A professora destaca que a necessidade de pesquisa foi um dos fatores que impulsionou a criação do museu e ressalta que sua participação enquanto pesquisadora ocorreu com a pesquisa "A Tecelagem Artesanal em Hidrolândia – um estudo etnográfico", desenvolvida em Hidrolândia, Goiás. Ela fala da influência recebida pelo fato de sua mãe ter sido tecedeira e da importância que os objetos que foram coletados durante o trabalho de campo foram importantes

para a constituição do acervo do Museu Antropológico e como se destacam na exposição de longa duração "Lavras e Louvores":

O acervo já foi adquirido pela Universidade Federal de Goiás. Então não é um acervo que eu adquiri com os meus recursos e passei para a Universidade não. A universidade adquiria e eu apresentava recibos, porque o pessoal não tem como dar nota fiscal; e já vinha com todas as informações. O que me coube como pesquisadora foi ter aquele cuidado de pegar os dados sobre cada peça e na hora, dentro do museu, a sequência, mostrar com uma proposta mais didática possível, para as pessoas compreenderem todo um processo, que no trabalho que nós fizemos vai desde o plantio até a venda do produto acabado. Mas tem, como dizia a minha orientadora, a saudosa Tekla Hartmann, tem toda uma parafernália e toda uma sequência de uso. Então, na exposição, que não está montada atualmente, tinha a preocupação dessa sequência do uso dos instrumentos, da tecelagem artesanal na ordem, ou seja, tinha tipos de sementes de algodão diferentes, porque na semente está contida toda a idéia do pé de algodão e do algodão em si. Olhaque coisa bonita, em uma semente você tem toda uma idéia de uma planta futura, com todos os seus detalhes. E a gente tinha algodão com cores diferentes, então procuramos coletar sementes do algodão pardo, sementes do algodão maranhão, sementes do algodão comum; enfim, essa semente tem também a parte da tintura dos tecidos, da fibra. Então tinha objetos representativos dessa tintura, como o açafraão, o anil, enfim, diversos que constam também no trabalho, que foi publicado pela universidade. Primeiro vem o arco que é para “fofear” o algodão, depois vem a carda, que é para organizar em “pastas”, depois vem a roda, que é para fazer o fio, depois vem um instrumento para retirar esse fio da roda, que é o caneleiro, depois vem a urdideira, que já é para urdir. Na urdição já tem a programação do padrão do tecido, do comprimento e da largura do tecido. E isso tudo baseado em pequenas amostras chamadas repassos (MUSEU ANTROPOLÓGICO SÉRIE DOCUMENTOS N.5, 2011, p.78).

Por meio do depoimento das professora Lenir Magalhães e Marcolina Martins, compreendemos a importância da pesquisa não apenas para a constituição do acervo do Museu Antropológico, mas também para a produção do conhecimento. Em vários momentos fica evidente que o interesse em conhecer os modos de fazer e o cotidiano dos sujeitos sociais aproxima o professor universitário da comunidade. Isso se torna possível porque o cotidiano comunitário passa a ser valorizado, e, o papel do professor é

atuar de forma integrada e participativa, incentivando o questionamento, a reflexão conjunta sobre a realidade local.

Percebemos também, que desde a década de 1980 várias iniciativas voltadas para a educação não-formal têm sido implementadas no Museu Antropológico, e que ao longo de seus quase quarenta anos, o Museu Antropológico se consolidou na região como uma referência no campo museológico, tanto pela riqueza de seu acervo arqueológico e etnográfico, quanto pela tradição de suas pesquisas e ações educativo-culturais. Desde 1982, suas preocupações em relação às atividades educativas, se voltaram também para o atendimento aos professores de ensino fundamental. Nesse sentido, os maiores avanços na parte de projetos pedagógicos ocorreram a partir de 1984/1985 quando alguns projetos pedagógicos foram realizados de forma a contribuir com a sistematização das ações educativas.

Além disso, por meio dos projetos propostos, foi possível participar de editais publicados por órgãos de fomento como a Fundação Vitae, o IPHAN, além de financiamentos da iniciativa privada por meio de projetos de salvamento arqueológico, cujo objetivo foi conseguir investimentos para laboratórios de conservação e de arqueologia bem equipados. Em 2006, inaugurou a nova exposição de longa duração Lavras e Louvres.

Destaca-se ainda o fato de que a demanda recebida pelo museu para prestar assessoria tanto para criação de museus em outros municípios do estado de Goiás, quanto para qualificar os profissionais de instituições museais de várias cidades do Estado de Goiás. Na medida do possível essas solicitações têm sido atendidas por meio de consultorias de seus profissionais aos projetos de criação e organização de museus e também por meio de oficinas e cursos de capacitação oferecidos com alguma regularidade, através de financiamentos da UFG e do IBRAM.

Durante o período de 2000 a 2002, foi oferecido um curso de especialização em Museologia, vinculado academicamente à então Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da UFG que resultou na formação de 18 especialistas, inclusive de



profissionais que atuam em museus no interior do Estado de Goiás. Assim como esta, outras iniciativas também foram postas em prática nos anos anteriores, como por exemplo, na década de 1980, o “Curso de Atualização Abordagens Metodológicas e as Propostas Alternativas do Museu Escola”, que segundo a professora Lenir Magalhães, foi uma semente plantada para que os professores da rede pública interagissem com as atividades realizadas pelo museu:

Olha, para os cursos aqui no Museu vinham diversos profissionais. Eu fiz vários cursos aqui, uma bateria que deu para mim até - eu não tenho o mestrado, mas eu quase cheguei ao doutorado de tanta carga horária de cursos que eu fiz aqui. Porque eu tinha a minha disciplina e era difícil uma saída na Faculdade de Educação, então eu aproveitava o máximo aqui no Museu Antropológico. Foram vários cursos com profissionais muito bons, principalmente de São Paulo, Rio, Belém do Pará. Nossa, em todas as áreas aqui do Museu eu fiz cursos, tive uma ótima visão, e o pessoal foi muito bem preparado. Eu acho que a equipe que a professora Edna preparou na época, em relação a esses cursos, foi muito boa. Cursos de especialização, inclusive. [...] Eles pensam o museu. É uma coisa linda! porque quando você passa a fazer parte disso com qualquer objeto você dá uma aula, você resgata a cultura. Era isso que eu ensinava para os meus alunos, que com qualquer coisa, qualquer situação, por exemplo, uma situação em sala de aula que hoje a gente vê aí, pode-se trabalhar esses temas (MUSEU ANTROPOLÓGICO SÉRIE DOCUMENTOS N.5, 2011, p.48).

A vocação educacional do Museu Antropológico da UFG se comprova por meio dos depoimentos citados e a prática da ação educativa continua a ocorrer de variadas formas. O atendimento ao público escolar das redes municipal, estadual e particular de ensino é feito por meio de agendamento e, alunos e professores participam de projetos de ação educativa, que reforçam o potencial do museu como espaço de educação não formal. Uma das etapas do atendimento que considero essencial para uma aprendizagem positiva, consiste na realização de reuniões prévias com os professores com o objetivo de orientá-los para que possam contribuir no planejamento das atividades a serem desenvolvidas com os alunos. A garantia de uma interação e aproximação permanente com o público, depende também do acervo que compõe a Biblioteca Especializada, que

conta com obras e periódicos nas áreas de Antropologia, Arqueologia, Etnologia Indígena, Etnolinguística e Educação Indígena.

Outra ação desenvolvida nos últimos anos e de grande importância para a valorização das culturas tradicionais foi a pesquisa que subsidiou o registro do ofício e modos de fazer das bonecas karajá, aprovado em 25 de janeiro de 2012. Vale destacar que, além de serem uma referência cultural nas aldeias indígenas, representam, muitas vezes, a única fonte de renda das famílias. A pesquisa recebeu financiamento, no ano de 2008, pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás - FAPEG, e contou com o apoio da Secretaria de Estado de Políticas Públicas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial - SEMIRA. Em 2010, o projeto contou com a parceria e o financiamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN - Superintendência de Goiás. A equipe do Museu Antropológico, composta pelos antropólogos Manuel Ferreira Lima Filho, Nei Clara de Lima, Rosani Moreira Leitão e Telma Camargo da Silva, teve uma participação efetiva no trabalho em campo, na realização de exposições em algumas cidades brasileiras e na produção de um catálogo que registra o processo de produção das bonecas karajá. Segundo Telma Camargo da Silva:

o conhecimento sobre o modo de fazer a boneca cerâmica Karajá está entrelaçado nas histórias locais sobre brincadeiras infantis, nas narrativas femininas de atribuições de gênero, na reprodução material do imaginário mítico. Mas também nas mãos das oleiras e no cuidadoso fabricar de cada um dos artefatos. Logo, as narrativas estão além da oralidade, provocam a sensibilidade do olhar por parte do/da antropólogo/da e o exercício de outras formas de construção de dados, como o uso da fotografia (SILVA, 2013, p. 170-192).

Segundo os pesquisadores do Museu Antropológico, o objetivo do projeto consistiu em descrever e documentar o ofício da ceramista Karajá e os modos de fazer as bonecas de cerâmica para subsidiar o pedido de registro como patrimônio nacional. A pesquisa revelou que, mais do que artesanato, as ritxoko ou bonecas de cerâmicas carregam significados complexos que remetem aos referenciais culturais e identitários Karajá e são importantes instrumentos pedagógicos usados na educação das gerações

mais jovens. O ceramista Mahuederu destaca que elas “servem para contar a história dos Iny para crianças e jovens” e ainda como expressou Kuanajiki, com mais de 80 anos: "sem as crianças não haveria ritxoko”.

Conforme as informações disponibilizadas na página do Museu Antropológico, com formas de figuras individuais, conjuntos de personagens ou cenas sociais com representações do nascimento à morte, as bonecas se constituem em importantes formas de expressão do universo social e cosmológico do povo Karajá remetendo tanto aos aspectos da sua estrutura social e às atividades cotidianas, como às cenas rituais e narrativas mitológicas. Assim, além de significativa fonte de renda, quando vendidas como artesanato, elas revelam temas variados do universo cultural do povo Iny e seus distintos significados que são materializados pelas mãos das mulheres, por meio da arte de modelar o barro¹.

Por meio de ações como essas, a democratização do acesso aos bens e espaços culturais se amplia e o exercício da cidadania se efetiva. E, para que o público possa ter uma experiência completa e transformadora no momento da sua experiência museal, professores, pesquisadores da área, equipes educativas e pessoas que atuam como mediadores em espaços culturais são, cada vez, mais importantes e cada vez mais precisam realizar o processo museológico de forma a promover o diálogo e a interação constante entre os membros da comunidade.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. (Obras escolhidas - vol. 1.). São Paulo: Brasiliense, 1985.

¹ Para saber mais, acesse: <http://www.museu.ufg.br/pages/33706> . A página virtual do Museu Antropológico da UFG disponibiliza informações sobre as atividades ali realizadas e sobre a história da instituição.



CABRAL, Magaly e RANGEL, Aparecida. Processos educativos: de ações esparsas à curadoria. In: Cadernos de Diretrizes Museológicas 2: mediação em museus: curadorias, exposições, ação educativa / Letícia Julião, coordenadora; José Neves Bitencourt, organizador. Belo Horizonte: Secretaria do Estado da Cultura de Minas Gerais, Superintendência de Museus, 2008.

CARDOSO, Rafael. Coleção e Construção de Identidades: museus brasileiros na encruzilhada. In: BITTENCOURT, José Neves; BENCHETRIT, Sarah Fassa; TOSTES, Vera Lúcia B. (Orgs.) História representada: o dilema dos museus. Livro do Seminário Internacional. Rio de Janeiro: MHN/MinC/IPHAN, 2003, pp. 183-196.

COSTA, Lygia Martins. Os Museus do Brasil e perspectivas de adaptação ao mundo contemporâneo. In: De Museologia, Arte e Políticas de Patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2002.

FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e história social. *Projeto História*, n. 10, São Paulo, PUC/Educ, 1993, p. 73-90.

GONÇALVES FILHO, José Moura. Memória e sociedade. *Revista do Arquivo Nacional*, n. 200, São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico Municipal, 1992, p. 55-75.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. *Educação patrimonial: orientações para professores do ensino fundamental e médio*. Caxias do Sul, Maneco Livraria & Editora, 2004.

MARSON, Adalberto. Reflexões sobre o procedimento histórico. In: SILVA, Marcos A. (org.). *Repensando a história*. Rio de Janeiro/São Paulo: Marco Zero/ANPUH/SP, 1984.

MENESES, Ulpiano Bezerra. O museu e o problema do conhecimento. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br>. Acessado em 29/08/2011.

_____. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes. (org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Unesp/FAPESP, 1999.

NORA, Pierre. Nora, Pierre. *Os lugares de Memória: a problemática dos lugares*. In: Proj. História, São Paulo, (10), dez. 1993, p. 10.

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: *Direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.

PRIMO, Judite Santos. *Pensar Contemporaneamente a Museologia*. In: Cadernos de Sociomuseologia, n. 16, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. Lisboa/Portugal: Edições Lusófonas, 1999.

SAMUEL, Raphael. História local e história oral. *Revista Brasileira de História*, v. 9, n. 19, São Paulo, ANPUH, 1989/1990, p. 219-243.

_____. Teatros da Memória. In: Projeto História, São Paulo, (14), fev. 1997.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museus Brasileiros e Política Cultural. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 55.

SILVA, Telma Camargo. Registro Fotográfico e a Dinâmica das Negociações na Construção da Etnografia: minhas experiências com a pesquisa "Bonecas Karajá". *Iluminuras*, Porto Alegre, v.14, n.32, p. 170-192, jan./jun. 2013.

A RECEPÇÃO CRÍTICA NA INVENÇÃO DAS ORIGENS: A ICONOGRAFIA DE NAZARENO CONFALONI E A CULTURA GOIANA

Jacqueline Siqueira Vigário
vigario.jacqueline@gmail.com
Universidade Federal de Goiás – UFG
Mestre em História – PUC – GO
Bolsista CAPES

Resumo

O objetivo deste artigo é compreender como a crítica de arte em Goiânia interpreta o conjunto da obra do artista Nazareno Confaloni (1917-1977) como ícone de modernidade associado ao mito fundador da nova capital no Batismo Cultural goianiense. Analisa a conjuntura das primeiras décadas da construção da cidade, as atividades relacionadas à criação da Escola Goiana de Belas Artes (EGBA) e o debate de intelectuais e artistas em torno de uma campanha modernista, vez que Goiânia foi criada como estratégia da modernidade e sob a égide da cultura.

Palavras-Chave: Crítica de arte, Modernidade, Cultura goiana.

Abstract

This article plans to understand how the art review in Goiânia presents NazarenoConfaloni's (1917-1977) work as a modernity icon affiliated to the founder myth of the new city: the Cultural Baptism (Batismo Cultural). It analysis the conjunctures of the first decades of the city's delevopment, the activities related to the creation of the School of Fine Arts of Goiânia and the deliberations between artists and the intelligentsia about a modernist movement. Goiânia is founded as strategy of modernity and with the blessings of the culture.

Key words: art review, modernity, culture from Goiás

Frei Nazareno trouxe sem dúvida para Goiânia uma grande contribuição humanística, pelo que deve ser também considerado como um pioneiro da cidade, porque pioneiros não são só os que lançam a pedra fundamental, e plantam as primeiras árvores, e levantam as primeiras casas: pioneiros são aqueles que abrem horizontes novos e lançam sementes das ideias e constroem o edifício social; e ele foi sem dúvida, por tudo o que realizou, um edificador moral e intelectual de Goiânia.

Emílio Vieira¹

Em “Visão e Cores de Nazareno Confaloni” (1978, p. 15), o crítico de arte Emílio José Vieira, quando das homenagens póstumas de um ano de falecimento do artista plástico², lançou um conjunto de proposições indicativas da ação cultural moderna em Goiás nas artes plásticas em 1950. Confaloni foi por ele considerado um ícone da modernidade, em contraposição ao passado goiano e à sua dinâmica político-social baseada na rusticidade. Sua pintura, segundo o crítico, é uma reinterpretação visual do sagrado e uma sacralização do homem sertanejo, maneiras de refundar uma história já escrita, de apontar novas possibilidades de pensar a sociedade, a política e a religião. Sua militância artística, associada a uma nova visão de mundo, foi adequada aos novos tempos vividos nos primeiros anos da jovem capital, edificada sob a onda do Estado Novo, com ideais de modernização e modernidade.

¹ Crítico de arte, advogado e escritor, membro da Academia Goiana de Letras. Tem graduação e pós-graduação nas áreas de Artes e Letras. É especialista em História da Arte, língua e cultura italiana, membro da UBE – União Brasileira de Escritores – Seção de Goiás. Membro da Comissão Estadual de Folclore e da União Brasileira de Professores Italianos. É autor de várias obras: Conjunto dos murais da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos na cidade de Vila Boa de Goiás. Afrescos no altar mor da Igreja São Judas Tadeu, na cidade de Goiânia. Mural intitulado: *Os Bandeirantes antigos e modernos*, na antiga Estação Ferroviária de Goiânia.

²Frei Nazareno Confaloni (1917-1977), pintor, desenhista, muralista, nasceu em Grotte de Castro, na região de Viterbo, centro da Itália, em 23 de Janeiro de 1917. Aos dez anos de idade, foi admitido na Escola do Convento Dominicano de San Marco, em Florença. Passou a frequentar aulas de desenho fora do convento. Aos 23 anos, foi estudar na Academia de Belas Artes de Florença. Frequentou aulas no Instituto Beato Angélico de Pintura em Milão, Escola de Arte de Brera de Milão e a Escola de Pintura Al' Michelângelo com Felipe Carena Baccio, Maria Bacci e Primo Conti, um dos membros do movimento futurista do começo do século. Em Roma, participou do Salão Minerva (1948) e de uma coletiva em Milão (1949). Em 1972, foi premiado com o segundo lugar no concurso realizado pela Galeria Ieda de Florença.

Foi aos moldes de cenas sociais e político-culturais que Goiânia nasceu. A predominância de uma nova mentalidade político-administrativa se traduziu na racionalização da ação do Estado, que afirmou a sua identidade, distanciando-se da tutela da “familiocracia” que havia marcado a ordem oligárquica anterior. Em decorrência de tais mudanças, uma irrupção modernizante possibilitou um reflorescimento da vida cultural na cidade logo nas primeiras décadas.

Goiás nas primeiras décadas de utopias modernas

A construção da cidade de Goiânia só pode ser entendida pelo pensamento progressista e desenvolvimentista da política de Getúlio Vargas. A ação política do Estado Novo significou, sobretudo no campo político, a configuração de um novo grupo instalado para garantir efetivamente a sua sobrevivência no poder.

A nomeação de Pedro Ludovico Teixeira como interventor e a deposição de antigas oligarquias que ocupavam o poder do Estado e tinham seu núcleo de poder concentrado na cidade de Goiás foram imprescindíveis à viabilização do projeto de mudança da capital. Goiânia nasceu com a promessa do novo, com temáticas que versavam sobre o progresso e o desenvolvimento de Goiás e pela integração da região ao resto do país.

Com a inauguração de uma cidade de futuro promissor, o grupo que se instalara no poder apresentava a jovem capital cultural como o feito e o engrandecimento políticos que perpassavam o ideário moderno. Nesse sentido, ao privilegiar o cultural, Pedro Ludovico Teixeira rompia com o passado oligárquico e tirava o estigma propagado de que, na região de Goiás, imperavam a violência e o banditismo.

Por se tratar de um contexto que reunia, em um mesmo ambiente, intelectuais, artistas e políticos em torno de práticas, sonhos e utopias, entre as ações políticas do interventor esteve a providência pela transferência imediata do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (1933) e da Academia Goiana de Letras (1939) antes da inauguração oficial da nova cidade. O envolvimento dessas instituições na realização de uma série de medidas, no valer-se da cultura como estratégia política para se afirmar no

poder e propiciar ao Estado de Goiás a dimensão de modernidade, foi expresso por meio do discurso do fundador do IHGG, Colemar Natal³.

Porém, deve-se notar desde já o enaltecimento dessas ações presentes por meio do acontecimento conhecido como Batismo Cultural de Goiânia.

O Batismo Cultural, ocorrido a 05 de Julho de 1942, representou a certidão de nascimento de Goiânia. Fundada a partir desse um ato cultural, intelectuais, artistas e políticos congregaram-se em torno dos mesmos ideais, resultando na criação de instituições culturais que tiveram um papel relevante nesse processo histórico. Entre os festejos que marcaram esse Batismo estão: a inauguração do Cine Teatro Goiânia, da Escola Técnica Federal de Goiás e Rádio Clube de Goiânia; a reunião preparatória da Assembleia dos Conselhos Nacionais de Geografia e Estatística; o VIII Congresso Brasileiro de Educação; uma Exposição de Goiânia, montada na Escola Técnica Federal; e a Criação da *Revista Oeste*, considerada a maior expressão escrita da cerimônia.

Reconhecida como um instrumento político-cultural, essa revista organizou a cultura e fez de Goiás um ponto privilegiado de articulação entre região e nação. Nasceu sob tutela do governo de Pedro Ludovico Teixeira e era editada pela Imprensa Oficial do Estado. Com orientações voltadas para a política desenvolvimentista e populista de Vargas, foi transformada em veículo de comunicação oficial do governo, cuja finalidade era, na área cultural, a divulgação literária e sociológica, autenticada pelo Decreto Lei do ano de 1943.

Num primeiro momento, a revista foi definida como uma revista literária. Entretanto, na sua segunda tiragem, já seria redefinida como uma revista cultural. Contou com a participação de vários intelectuais e pensadores ligados à literatura (poetas, escritores, prosadores), jornalistas e historiadores, que buscavam, por meio de suas narrativas, propagar o compromisso de Goiás com o futuro, como se destaca num trecho do discurso de apresentação da revista proferido pelo então interventor federal Pedro Ludovico Teixeira.

Oeste nada mais é que um corolário dessa oxigenação por que passa o Estado de Goiás, proveniente da edificação de Goiânia.(...) Esta revista e esta cidade se confundem, se amalgamam, se entrelaçam em um mesmo objetivo, no afã de concorrer para o progresso espiritual e material de nossa terra. (NEPOMUCENO, 2000,p.1).

Apesar de manter um viés cultural literário nas edições apresentadas, os intelectuais agregavam aos seus textos discussões político-ideológicas, destacando os feitos políticos realizados, o compromisso da vida intelectual no projeto de modernidade, que envolvia o desenvolvimento do Estado e sua integração ao restante do Brasil, conforme afirma Bernardo Élis Fleury de Campos Curado, membro do corpo diretor da revista e que nela escreveu ao longo de sua existência:

[...] Na primeira, materializada apenas no fascículo 1, Oeste esteve sob a direção de Zecchi Abrahão. Nesta, pretendeu ser fundamentalmente um veículo literário incentivador e apresentador do intelectual jovem goiano;- na fase seguinte, materializada nos fascículos que vão do número 2 ao 13, “Oeste” tentou conciliar o papel de veiculadora da literatura, com o papel de instrumento divulgador dos princípios político-ideológicos do Estado Novo. Nesta fase, transformou-se, também, em veículo de propaganda de Goiânia e do Interventor Pedro Ludovico. Neste período, que vai de março de 1942 a março de 1943, a Revista foi dirigida por Gerson de Castro Costa;- na última fase, que corresponde à dos fascículos 14 a 23, Oeste passou à responsabilidade de Vasco dos Reis Gonçalves. Aí, a Revista se definiu como instrumento exclusivamente político-ideológico do Estado Novo e órgão de propaganda do Interventor Pedro Ludovico (Cf. ÉLIS, 1983, p. 20).

O programa da *Revista Oeste* tomou como modelo os princípios fundamentais do movimento modernista nacional, que se sintetizavam no seguinte: “a) direito permanente à pesquisa; b) atualização da inteligência artística brasileira; c) estabilização de uma consciência criadora nacional”.(NEPOMUCENO,2000 p.2). Ademais, com a

movimentação de escritores, criava-se um ambiente propício à renovação de valores estéticos, além de uma produção efetiva de textos e lançamento de livros⁴.

De maneira que se pode afirmar que o Batismo Cultural de Goiânia alcançou de forma satisfatória a superação do passado cultural de condição periférica em que se encontrava Goiás. As razões podem ser muitas. Ao se considerar a criação de instituições culturais de peso durante o evento, como a *Revista Oeste*, percebe-se que os ideais de modernidade marcaram e deram o tom daquilo que se buscava: os propósitos de uma rede de produção de bens culturais que se delineou logo com o nascimento da jovem capital, composta por um grupo de intelectuais fomentador das primeiras manifestações de adesão ao modernismo em Goiás, e que se institucionalizaram.

Se a efervescência modernizante havia movimentado a vida cultural literária nos primeiros anos da jovem capital, três anos depois, em 22 de Outubro de 1945, era fundada a Sociedade Pró-arte⁵, um espaço cultural de incentivo à produção e exposição de artes plásticas. Os idealizadores e criadores dessa Sociedade foram: José Amaral Neddermeyer, pintor, escultor, musicista e arquiteto, paulista trazido por Pedro Ludovico Teixeira para projetar edificações em Goiânia; e José Felix de Souza, José Edilberto da Veiga Jardim, Antônio Henrique Peclát, os dois últimos professores do Liceu de Goiás, que vieram para nova capital no período de sua fundação para dar continuidade às suas atividades de ensino. A Sociedade Pró-arte, ao contrário da *Revista Oeste*, não nasceu com o espírito imbuído da atitude de destruição, do combate à mentalidade acadêmica tradicional, que ditava os preceitos estéticos em Goiás. Antes,

⁴Uma das realizações importantes do periódico em parceria com o governo foi a criação da “Bolsa Hugo de Carvalho Ramos”, por decreto da Prefeitura Municipal de Goiânia. Esta veio solucionar um problema editorial, na falta de recursos para os escritores editarem seus livros. Dessa iniciativa criada, foram lançadas as primeiras obras modernistas em Goiás: *Ermos e Gerais* (1944), de Bernardo Élis, e *Rio do Sono* (1948), de José Godoy Garcia.

⁵A Sociedade Pró-Arte iniciou suas atividades em novembro de 1945. Foi inaugurada com um grande concerto da orquestra recém-formada pelo maestro Érico Pliiper, junto com a I Exposição de Pintura, Escultura e Arquitetura do Estado. Todavia, embora acobertasse todas as artes, teve principalmente na música o seu gênero estético mais presente e atuante, em especial devido à professora Belkis Spenciêre Carneiro de Mendonça que, recém-chegada de uma temporada de estudos no Rio de Janeiro, logo juntou-se ao grupo.

tratava-se de uma iniciativa que intentava a aproximação entre os artistas que trabalhavam isoladamente em Goiás⁶.

No trânsito das artes plásticas para a literatura, ainda em 1945 formou-se um grupo chamado Geração 45, composto por José Décio Filho, José Godoy Garcia, Domingos Félix de Souza, João Accioli e Bernardo Élis. A atuação desse grupo no meio literário propiciou, definitivamente, a ruptura com o passado, com a tradição romântica, sobretudo com a literatura de tendência nacionalista. Alguns de seus membros passaram, inclusive, a fazer parte da crítica de arte na década de 1960, como veremos.

Embora tenham sido dados os primeiros passos para um local que representasse as artes plásticas em Goiânia, a experiência da Sociedade Pró-Arte durou quatro anos. Contudo, levou seus idealizadores e alguns artistas ligados ao meio a se sentirem inquietos quanto ao futuro das artes em Goiânia, e a ideia fixa para a fundação de uma Escola de Belas Artes tomou o seu lugar.

A Criação da Escola Goiana de Belas Artes: Confaloni como ícone de Modernidade

Em 1º de Dezembro de 1952, nascia a Escola Goiana de Belas Artes (EGBA)⁷, primeira instituição escolar de ensino superior especializada no ensino artístico em Goiânia. Na ata de fundação, constam os nomes de oito professores que fizeram parte do primeiro corpo docente da Escola, entre os quais, seus idealizadores: Frei Nazareno

⁶Desde José Joaquim da Veiga Valle⁶ (1806- 1874) a alguns artistas cujas experimentações artísticas eram voltadas para desenhos e pinturas de paisagens, como Octo Marques (1915-1988), Goiandira do Couto (1915 – 2011) e Antônio Henrique Pèclat (1913 – 1988),este último de estilo acadêmico. O grupo reuniu um pequeno grupo de alunos e começou a dar aulas de desenho e pintura sem custo algum, ao ar livre, na Praça Cívica, em frente ao Palácio das Esmeraldas, sede do governo, como forma de denúncia e reivindicação de um espaço para o ensino da arte em Goiânia. Segundo Aline Figueiredo, “Era o impressionismo chegando à província”. (1979, p.93).

⁷ Em reportagem ao *Jornal OÍÓ*, Frei Confaloni fala,para o crítico de arte José Godoy Garcia, do encontro com Luiz Curado e Henning Gustav Ritter, conforme trecho transcrito: “Foi um dia a meu atelier, na velha Goiás, o nosso Luiz e aí travamos a nossa grande amizade. Luiz Curado me informou da presença em Goiânia de um bom artista alemão, Ritter, escultor de grande força. Ritter vivia há anos em Goiânia e vivia completamente desconhecido. Finalmente, com ele e Luiz Curado, levamos a termo a realização daquela ideia. Há quatro anos existe a EGBA”(GARCIA, 1957, s/p).

Confaloni, Luiz da Glória Mendes, José Lopes Rodrigues, Henning Gustav Ritter, José Edilberto Veiga, Jorge Félix de Souza, Antônio Henrique Péclat e Luiz Augusto do Carmo Curado.

Com o seu regimento interno integralmente aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, a Escola surgia com a clara intenção de integrar valores artísticos e a urgente necessidade de formar novos elementos, servindo de apoio para plano de pesquisas e trocas de ideias, conforme aponta Costa (1955, p. 9) a partir do regimento interno aprovado no Artigo 1º e 2º e 3º da *Revista Renovação*. A elaboração desse regimento obedeceu ao modelo da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), porém com inovações: a primeira escola a registrar, oficialmente, no Brasil, o Curso de Desenho Aplicado.

Inicialmente, a EGBA funcionou no prédio cedido pela viúva de Neddemeyer, Dona Ruth, localizado na Rua 9, entre as ruas 4 e 5, no Centro de Goiânia. Posteriormente, mudou-se para o andar superior do prédio do Museu Zoroastro Artiaga. Mais tarde, por intermédio do Departamento de Viação e Obras Públicas (D.V.O.P.), ocupou um prédio situado à Av. Anhanguera, ao lado do Hotel Bandeirantes, esquina com Rua 8, Centro, onde permaneceu até sua sede ficar pronta.

Para abrigar a escola definitivamente, o governo estadual fez a doação de um lote situado em área reservada no Setor Universitário em Goiânia, com o total de 14.961,30m². Ficaram encarregados da apresentação do projeto para a construção do prédio Henning Gustav Ritter e Jorge Félix de Souza.

Antes de sua inauguração oficial, os professores fundadores começaram a dar aulas com autorização do Decreto nº 32.258, de maio de 1953. Para que nos exames de habilitação ao ano seguinte os alunos tivessem um nível superior de conhecimento em

⁸“Artigo 1º - a Escola Goiana de Belas Artes é uma instituição de ensino superior, sem nenhum propósito lucrativo, destinada a promover a cultura e o exercício das artes que têm como fundamento o desenho, mediante o ensino organizado e disciplinado em base e método didático. Artigo 2º - no campo social, as atividades da Escola aliar-se-ão às da Sociedade Pró-Arte de Goiás no sentido de congregar elementos e propugnar pela difusão das artes no Estado, bem como pela formação do bom gosto e consciência artísticos, combatendo o ecletismo, a cópia desonesta e o diletantismo desorientado. Artigo 3º - a Escola Goiana de Belas Artes ministrará: - curso de pintura, - curso de escultura, - curso de desenho aplicado”.(COSTA, 1955, p. 9)

arte, foi-lhes oferecido um curso preparatório, constituído de três disciplinas: Desenho Artístico e Pintura, ensinado por FreiConfaloni e Péclat; Desenho Geométrico, por José Edilberto Veiga; e Modelagem, por Henning Gustav Ritter.

Em 1953, as atividades da Escola foram marcadas por uma Exposição Coletiva de trabalhos dos professores⁹. A importância dessa exposição para a história da ação cultural moderna em Goiás na década de 1950 reside na sua abertura para a influência de poéticas modernistas. Em discurso proferido por ocasião da inauguração oficial da EGBA, o professor Jordão de Oliveira¹⁰, da Escola Nacional de Belas Artes, fez um breve histórico das artes no Brasil e da importância da abertura da EGBA para uma cidade como Goiânia com projeção para o futuro. Segundo ele, “a escola nascia com mestres artistas modernos vindos do estrangeiro, com ensino dinâmico e atualizado.” (COSTA, 1955, p. 10) Contudo, a modernidade do grupo ainda não era vista de forma tão engajada e tampouco como de vanguarda.

A sua estrutura curricular foi feita com base no regimento interno da ENBA, como dissemos, em razão da influência que essa Escola tivera na formação dos professores Luiz Curado e Jorge Félix. Ambos buscaram copiar o padrão da instituição que tinham como referência.

No entanto, a EGBA foi a responsável pela formação de uma geração de artistas e promoveu eventos importantes, como o I Congresso de Intelectuais, em 1954, evento organizado pelos seus membros professores e obteve bastante sucesso na Exposição de Artes realizada nesse mesmo evento, conforme pode ser conferido na opinião da crítica nacional e estrangeira a esse respeito, como aponta Aline Figueiredo (1979):

⁹ Em um artigo publicado pela Faculdade de Artes visuais da UFG, o professor Luiz Edegar diz: [...] “se podemos afirmar que não há ainda modernismo nas artes plásticas goianas nos primeiros esforços de criação de um meio artístico local, através da organização de exposições e da fundação de escolas de artes, no entanto, já em primeira hora, a ação dos artistas estrangeiros citados antes contribuiu para romper com o isolamento local, abrindo espaço para que temas do modernismo brasileiro pudessem repercutir nas artes plásticas goianas”. (COSTA, 2006, p. 40).

¹⁰ Jordão de Oliveira foi professor da Escola Nacional de Belas Artes. Artista de renome e laureado com prêmios de viagem ao estrangeiro, medalha de ouro e outras, pronunciou, por ocasião da “inaugural” da E.G.B.A, uma conferência, representando o Dr. Rodrigo de Melo Franco (COSTA, 1955, p. 10)

[...] Cette exposition me semble très bien agencée beaucoup d'expression et de goût, autant dans les gravures que dans les sculptures. Felicitations d'une Dominicainefrançaise. M. Agnés de Jésus, Op. – Superiora Geral da Ordem em França. : [...] Encontrei nesta escola um grande exemplo de tenaz e persistente vontade de dar ao Brasil o que os artistas, dignos dele, devem dar sem regateios. – Abelardo da Hora – Escultor pernambucano. [...] De uma reportagem de Ivonne Jean, estampada em Folha da Manhã (SP) e Diário Carioca, destaca o seguinte trecho: A Escola Goiana de Belas Artes organizou uma das mais belas exposições que já vi. [...] Da revista Horizonte de Porto Alegre, destacamos o seguinte: O Congresso de Intelectuais de Goiânia foi uma demonstração de unidade sem precedente. Apesar de extrema diversidade de orientação existente entre os congressistas, a consciência comum do dever de organizar a defesa de nossa cultura nacional foi a nota dominante de todas as discussões e de todas as conclusões do congresso(sic). (FIGUEIREDO, 1979, p.102)

A Exposição de Arte como parte do evento significou não só uma atualização e aproximação com a realidade cultural de centros irradiadores de arte do país, como, em sua intenção, descortinou a cultura goiana no seu primeiro momento, buscando assumir as condições locais, e isso implicou em uma linguagem estética popular e regional.

O que foi a Exposição da EGBA no I Congresso Nacional de Intelectuais

O Congresso Nacional de Intelectuais contou com a participação de escritores e intelectuais conceituados do Brasil e da América Latina. O auge do evento foi o acontecimento da Exposição de Artes organizada pelos artistas plásticos Nazareno Confaloni, Henning Gustav Ritter e Luiz Curado. Foram exibidas 317 obras, inclusive de artistas de outros estados, entre pinturas, desenhos e gravuras. Frei Confaloni e Luiz Curado haviam viajado pelo interior goiano na busca por peças de valor artístico que pudessem dar um tom regional à Exposição. Foram expostas peças de arte popular, como: cerâmica indígena Karajá¹¹, imagens de ex-votos e dezessete imagens do escultor José Joaquim da Veiga Valle.

Se a ação política modernizadora tinha a intenção de mostrar a superação do atraso no planalto central, ao privilegiar a arte Karajá no convite do evento os organizadores afirmaram a importância, a subsistência e a originalidade de elementos autóctones regionalistas dessa arte popular presente. Afinal, a temática e as produções artísticas que deveriam se formar em torno do evento haviam sido bem delineadas por meio dos boletins de preparação impressos, que divulgaram as diretrizes e metas com a seguinte descrição: “I)- Defesa da cultura brasileira e estímulo ao seu desenvolvimento, preservando-se as suas características nacionais; II)- Intercâmbio cultural com todos os povos; III)- Problemas éticos e profissionais dos intelectuais.” (MENESES, 1998, p.45).

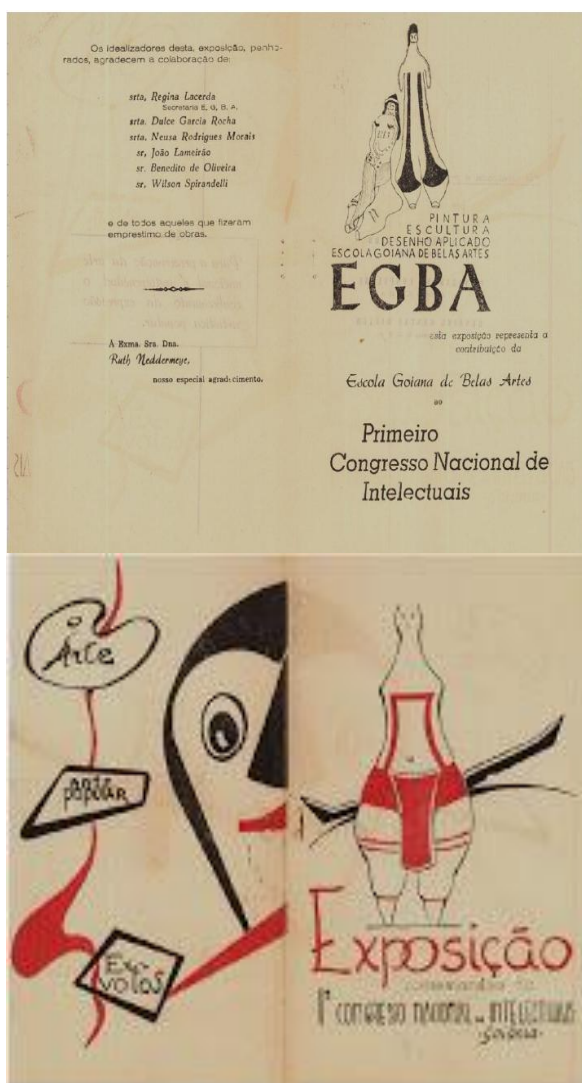


Figura 1 e 2 – Partes do Convite da Exposição organizada pela EGBA no I Congresso Nacional de Intelectuais

Goiânia, 1954.

Fonte: Acervo do MAG.

Contudo, é importante ressaltar que a ação cultural moderna representada nas obras expostas no I congresso de Intelectuais não seguiu um programa de ideologia estética, como fora a domodernismo nacional.

O modernismo cultural em Goiâniateve suas próprias tonalidades e singularidades na captação de novos elementos que rodeavam a cultura de ambiente urbano que se configurava na nova capital a partir do seu Batismo Cultural. Os avanços estéticos nas artes plásticas contaram com artistas de diferentes lugares do Brasil e da Europa. De Goiânia, entre outros, participaram: Frei Nazareno Confaloni, artista italiano, ordenado frei dominicano da Ordem dos Pregadores aos 22 anos de idade. Na Itália, Confaloni havia frequentado a Academia de Belas Artes de Florença, o Instituto Beato Angélico de Pintura, a Escola de Arte Brera de Milano e a Escola de Pintura Al'Michelângelo em Roma; tambémHenning Gustav Ritter, nascido em Gesthacht, distrito de Hamburgo, Alemanha, que iniciara seus estudos de arte em Hamburgo e viera para a América Latina em meados da década de 30 (Peru) e, no ano seguinte, para o Brasil, naturalizando-se brasileiro e radicando-se em Goiânia em 1947; e o brasileiro goiano Luiz Curado, nascido na cidade de Pirenópolis – Go, escultor, gravador , professor e diretor da EGBA, que atuava junto aos problemas administrativos e da coordenação das atividades didáticas da Escola. Luiz Curado recebera suas orientações de artistas da Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, instituição que servira de modelo para criação da EGBA, como dissemos.

De outro lado, outros artistas, que não faziam parte do grupo de fundação,passaram, posteriormente, a integrar o quadro docente da EGBA. Um deles foi DJ Oliveira (Bragança Paulista), egresso do Grupo Santa Helena¹² (SP), que passou a

¹² Grupo Santa Helena foi o nome atribuído pelo crítico Sérgio Milliet aos pintores que, a partir da década de 1930, se reuniam nos ateliês de Francisco Rebolo e Mário Zanini. Os ateliês estavam situados em um edifício da Praça da Sé, na cidade de São Paulo, denominado “Palacete Santa Helena”. Este prédio foi demolido em 1971, quando da construção da Estação de Metrô da Sé.

integrar o quadro de professores em 1961. DJ Oliveira chegou a Goiânia com novas técnicas adquiridas em um lugar como São Paulo, onde a vida cultural era mais intensa, vindo para uma cidade que ainda caminhava a passos lentos para uma arte moderna. Mas deixou a sua marca. Trabalhou de início como pintor e decorador de parede, mas, pela sua grande habilidade artística, logo começou a trabalhar como cenógrafo com o diretor de teatro João Bênio. Além dos cenários que fazia para a apresentação de peças, expunha seus quadros na recepção para vendê-los. Seu contato com Frei Confaloni tornou-se diário, e, nessa troca, convivendo em um ambiente que não tinha um fluxo cultural intenso, ambos se influenciaram na pintura. Siron Franco, ao comentar o ambiente artístico da época, concluirá: [...] “o Oliveira teve influência do Frei, que por sua vez teve influência do Oliveira. Isto é natural, tão normal, porque estavam vivendo numa cidade onde não tinham outra coisa para se ver a não ser eles mesmos”. (FRANCO, 1982, p. 82).

Outro docente da EGBA foi Cleber Gouvêa (Belo Horizonte) que, em 1962, a convite da professora Maria Guilhermina, foi trabalhar no IBAG (Instituto de Belas Artes de Goiânia). Cleber havia conquistado alguns prêmios, como o de Escultura, em 1959, no Salão Municipal de Belas Artes da cidade de Belo Horizonte. Em 1961, obteve o segundo prêmio de Escultura no Salão Universitário. Introduziu a litografia em Goiás e, por um período, dedicou-se a ela e à xilogravura. Todavia, o que sempre motivou seu caminho foi retomado no final da década de 1960 - a pintura -, consagrando-o no cenário artístico goiano. Cleber, juntamente com uma geração de ex-alunos da EGBA e do IBAG, passou a compor a cena cultural de Goiás a partir dos anos 70, assim como Iza Costa, Ana Maria Pacheco, Washington Honorato Rodrigues, Heleno Godoy, Vanda Pinheiro, Siron Franco e Paulo Fogaça. Este último havia retornado do Rio de Janeiro na década de 70, trazendo na mala novas linguagens.

Assim, na trajetória cultural goiana, a EGBA foi a precursora da sistematização do ensino de arte na década de 1950. A contribuição de artistas que vieram do estrangeiro foi importante para que se começasse a encarar uma produção pictórica com critérios investigativos à luz da filosofia da arte e de métodos pedagógicos teóricos, teórico-práticos e de práticas e práticas especiais (GOYA, 2010).

Por outro lado, a cidade nova exigia também um ambiente cultural integrado e renovado desde que, quanto ao seu aspecto físico, a nova capital era notável pelas criações e transformações em relação à antiga capital – Goiás. Essa iniciativa levou à criação do MAG (Museu de Artes de Goiânia) em 25 de Janeiro de 1959. Infelizmente, o MAG sobreviveria por somente dois anos, padecendo de sérios problemas financeiros, da mesma forma que a EGBA que, criada sem fins lucrativos, também era carente de recursos financeiros e ainda expunha uma diferença nos salários de professores que atuavam nas áreas teórica e prática. Essas razões acabaram por alimentar uma crise na Escola, levando-a a graves problemas políticos internos. Um desses problemas foi a cisão de alguns professores quando da contratação de DJ Oliveira, que passou a ocupar a cadeira de pintura. Segundo Goya (2010), a rejeição à renovação, o autodidatismo e a impossibilidade da EGBA de aderir à UFG, ideia levantada e discutida na época pelos professores, impediram o avanço e instalaram uma crise na Escola. Edna Goya (2010, p. 2030) elucida que, embora não existam documentos que expliquem a cisão da Escola, percebe-se que existiam conflitos políticos e disputas de poder por parte do seu grupo de professores. De um lado estavam Henning Gustav Ritter, Maria Guilhermina e Antônio Péclat, que se opunham à direção de Luiz Curado, que, de sua vez, contava com o apoio de Confaloni e Edilberto da Veiga. Com a criação da Faculdade de Arquitetura junto à Universidade de Goiás (antiga Universidade Católica de Goiás e hoje PUC-Goiás) e o posicionamento de Confaloni junto à Igreja, Luiz Curado se isolou e, diante desses problemas, a Escola não conseguiu se manter.

Desde a época da fundação da EGAB, havia um acordo entre o arcebispo de Goiânia, Dom Emanuel Gomes de Oliveira, e os seus criadores, no sentido de anexar a escola futuramente à Universidade de Goiás, que já se estruturava no final da década de 1950¹³. Mediante isso, o grupo de professores formado por José Lopes Rodrigues,

¹³A Ata da 17ª reunião da Congregação da Escola Goiana de Belas Artes, realizada no Salão Veiga Valle, às 19hs, do dia 25.08.1959, confirmava o compromisso firmado entre a EGBA e a Sociedade Goiana de Cultura, mantenedora da UCG: “1)- que o patrimônio da escola não fosse desviado de sua finalidade; 2)- que as verbas obtidas em nome da Escola Goiana de Belas Artes só nesta fossem aplicadas; 3)- que a escola movimentasse suas rendas; 4)- que os atuais professores fossem mantidos enquanto servissem e não houvesse concursos (...)”. (GOYA, 2010, p. 2030).



Henning Gustav Ritter, Antônio Henrique Péclat e Maria Guilhermina (esta última recém-formada e ex-aluna de Ritter e Confaloni na EGBA) fundou o IBAG¹⁴, com a adesão de Antônio Nery da Silva, Orlando Ferreira de Castro, ZofiaStamirowska, Violeta Bitars, Adelmo de Moura Café. Em 1962, o IBAG contrataria Cleber Gouvêa.

A incorporação da EGBA à Universidade Católica de Goiás aconteceu em 23 de agosto de 1969, passando a se chamar Escola de Belas Artes da Universidade de Goiás e levando ao fim a EGBA. Em entrevista ao crítico de arte Miguel Jorge (1973, p.11), Confaloni fala do carinho que tinha pela instituição que havia criado com o grupo: “trabalhei com muita paixão e fui muito querido pelos alunos. E quando a Universidade Católica matou nossa Escola de Belas Artes foi como se tivessem matado meu filho”.

Foi, no entanto, a coexistência dessas duas escolas de artes em Goiás na década de 1960 que fortaleceu o impulso para a pesquisa contínua no processo de reflexão, investigação e criação artística do Estado: a fundação da EGBA na década de 50 e, em 1960, o IBAG. Ambas forneceram condições para que os novos artistas desenvolvessem novas linguagens visuais, estendendo Goiás ao campo nacional, com artistas, como, por exemplo, Siron Franco e Ana Maria Pacheco (ambos crias da EGBA), e ao reconhecimento da crítica internacional na década de 1970.

Se Goiânia foi criada como uma estratégia da modernidade com apoio na cultura, que seria um seu elemento de identificação, Confaloni respondeu bem a isso com a criação da EGBA, e foi muito bem visto pela crítica que o identificou como ícone dessa modernidade. A apropriação da crítica a Confaloni sob a égide da cultura foi fundamental para se pensar a modernidade em Goiás, uma vez que o termo cultura ainda era cunhado àquele tempo como sinônimo de civilização.

Nazareno Confaloni: a modernidade na recepção da crítica em Goiás

¹⁴IBAG – Instituto de Belas Artes de Goiás, instituição fundada em março de 1962, posteriormente seria anexada à Universidade Federal de Goiás, passando a se chamar Faculdade de Artes da UFG e, em 1969, Instituto de Artes da UFG, agregando o Conservatório de Música. Atualmente, denomina-se FAV - Faculdade de Artes Visuais.

A partir da década de 50, com a criação da EGBA, as artes rompiam com a visão acadêmica dos pintores goianos, cujas temáticas estavam voltadas para pinturas de paisagens. Esse movimento cultural na nova capital propiciou o nascimento de uma crítica de arte mais ativa e preocupada em discutir questões da cultura e da arte. Assim, alguns periódicos da época (*Jornal O Popular*, *Jornal OÍÓ*) começaram a dedicar parte de seus noticiários às questões culturais. Logo criaram um suplemento cultural diário e a crítica passou a ter mais espaço e a divulgar eventos de maior importância artístico-cultural na capital. Exercida quase que exclusivamente por escritores vinculados a instituições literárias da época, esses críticos usavam uma linguagem rebuscada, embora de rigor interpretativo para discutir os traços formais da obra.

As críticas/recepção da obra de Nazareno Confaloni foram profícuas desde essa época e três delas serão abordadas a seguir, de acordo com as décadas nas quais exerceram maior influência: a de Jordão Oliveira (professor da ENBA), pela pertinência de seu discurso em relação às hipóteses levantadas neste artigo; a de José Godoy Garcia, poeta, escritor, um dos membros da chamada Geração 45¹⁵, grupo responsável pela modernização tardia da poesia em Goiás. É preciso ressaltar que grande parte dos membros desse grupo pertencia a partidos de esquerda do país e empenhou-se, desde logo, na liderança de ações intelectuais decorrentes da implantação do ideário modernista operado na ordem política e social¹⁶ do país; e a de Emílio Vieira, crítico com graduação e pós-graduação nas áreas de Artes e Letras.

¹⁵O grupo que fez parte da Geração 45 em Goiás foi responsável pela modernização tardia da poesia em Goiás. Com poesia de cunho social, um dos seus membros, José Godoy Garcia, buscou não só retratar elementos de cultura regional como também abordar o cotidiano de classes menos favorecidas à época. Esses jovens escritores, em sua maioria, pertenciam à esquerda política do país. Esse movimento surgiu na literatura e caracterizou-se pela restauração da forma que os poetas de 1922 haviam desrespeitado. Seus intelectuais passaram a escrever uma poesia de amplitude universal, mais humana, voltada para o contexto social da época. A Geração 45 goiana foi um movimento descentralizado do eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, e esteve, portanto, presente em vários estados brasileiros. Foi o momento em que as metrópoles voltaram seus olhares para o que estava sendo produzido no interior do país.

¹⁶[...] “em Goiás, a implantação do ideário modernista decorria da modificação operada na ordem política e social se assim se pode dizer. Em outras palavras, nosso modernismo veio depois da fundação da Goiânia, no período mesmo da vigência da Carta Constitucional do Estado Novo. Ora, para Mario de Andrade, “os movimentos espirituais precedem sempre as mudanças e ordem social (*O Movimento Modernista*, Rio, 1942). No caso particularíssimo de Goiás, as mudanças na ordem social é que determinaram o movimento espiritual. (JUBÉ, *O Popular*, 7 de Março de 1963, pp. 5 e 6)

Se o terreno fértil era o discurso do novo, na crítica do professor Jordão de Oliveira (Escola Nacional de Belas Artes) à pintura de Confaloni (1954) a referência à capital “que mal nascia para a cultura” segue o mesmo teor:

Frei Confaloni, discípulo de Primo Conti, é um pintor adulto, dotado de uma sensibilidade tão apurada que não sabemos se a sua personalidade de artista é integrada pelo sacerdócio ou este o é por aquela... Tivemos autêntica surpresa da obra desse dominicano ilustre, absolutamente liberto no modo de articular sua linguagem. Na pintura a óleo, é o mestre artista largo, movimentado, sintético, logrando os melhores efeitos lineares ou cromáticos da composição; jogando com os quentes e os frios, queremos dizer, com toda gama aparentada aos amarelos e aos azuis, num enriquecimento completo da área do quadro, como se fosse fazer um pintor de larga experiência.

[...] é de esperar que a mocidade goiana cheia de aspirações não se disperse, não se afaste, da conquista lenta desta coisa tão séria, tão grave e tão fugidiva que é a arte.[...] já vemos que ela começa bem, servida pela colaboração de homens arejados e capazes de grandes promessas à história de sua cultura. Nessa cidade que veio audaciosamente para o alto, levantando consigo os horizontes, alargando a visão, preparando-se, afinal, através de suas realizações e de grandes projetos para receber a população do futuro, também a arte deverá assumir esses mesmos compromissos, que tudo por aqui assume neste momento, nos mais variados setores de atividade (COSTA, 1955, p. 10)

Há, nesse depoimento, a perspectiva convergente com a estratégia do discurso da crítica que associa Confaloni ao discurso da modernidade. Confaloni fora parte de um trio articulador da construção da ideia de modernidade associada à cultura: criou a EGBA com papel similar ao que a Academia Imperial de Belas Artes, posteriormente ENBA, teve no Brasil. O mesmo papel desempenhado pela ENBA para a nação teve a EGBA na refundação da história da região sob novas bases e assumindo novos contornos. Essa reformulação seria feita no tripé: uma nova história, uma nova política e uma nova cultura. Ademais, Confaloni se preocupou em incorporar a tradição a esses elementos que apontavam para um futuro moderno. Era importante exaltar o novo, com suas imagens sacras fora dos padrões clássicos. A sacralização do humano e a

humanização do sagrado seriam os experimentos diante do processo singular de profundidade criativa.

De seu lado, José Godoy Garcia destacaria os elementos identificadores da obra de Confaloni que ressaltavam a sua preocupação social: uma arte relacionada à aproximação das questões do povo. Para ele, em Confaloni,

A terra é um elemento vibrante em seu pincel. Em suas mãos as cores se reúnem e se transformam em seres humanos, esmulbados, famintos, desesperados, simples, bons, humildes. O humanismo da arte de Frei Confaloni fixa, em nossa época, uma mensagem. A terra e os homens que nela trabalham aparecem na sua tela, como figuras trágicas, que o artista vê com grande relevo, nascendo daí uma composição de alto significado humano, pela simpatia, pelo protesto e fidelidade que encerra. Neste sentido é um dos poucos pintores em nosso país que já viu com tal dramaticidade a existência de nosso lavrador.

[...] Naturalismo – em sua pintura a naturalidade é a mesma das coisas que nascem pelas mãos da natureza. Realismo – uma pintura sem intento de protesto, mas que nisto mesmo resulta, pela visão do real, no que ele tem de degradante. Goianidade – ressalta-se o fundo real de sua pintura, Goiás verídico – a pobreza, a miséria social, a humildade dos tipos humanos – é uma autenticidade clamorosa, recriada numa plástica de insígne beleza. Espiritualidade – é cheio de bondade e dignidade em suas cores. Nos tons claros suaves. Tudo é uma imensa alma de criança olhando o mundo. (GODOY Apud VIEIRA, 1978, p 15)

A força criadora do artista, na visão do crítico, estaria ligada ao seu amadurecimento artístico, partindo dos conhecimentos adquiridos com os mestres florentinos que o influenciaram (Primo Conti e Carena), este último, nas palavras do Frei, “grande compositor de pinceladas sempre gordurosas, mostrando as injustiças sociais, e na obra religiosa, é pintor de figuras longínquas, atormentadas, sempre emolduradas sinteticamente”. (GODOY, 1957, p.3). Para o crítico, Confaloni rearranjava esses conhecimentos de forma atualizada, a partir do que via no seu entorno, nas suas andanças como missionário. Na apreciação dos aspectos formais, faz referência à sobriedade das figuras inspiradas do seu cotidiano, sempre espiritualizadas. Destaca a

produção confaloniana como rica em várias fases, tendo sempre como preocupação central das suas temáticas o homem. É importante destacar, que a preocupação central na obra literária do crítico José Godoy é o homem dentro da sua problemática existencial. O artista moderno tinha uma missão social, que seria a de expressar a realidade do homem, obedecendo aos parâmetros das linguagens plásticas modernas.

Contemporâneo de José Godoy Garcia, o crítico Emílio Vieira, amigo de Confaloni e grande admirador de sua obra, não poupou esforços no sentido do reconhecimento do artista de técnica bastante apurada e intimista.

Confaloni é claro, simples, lúcido, pode ser lido compreendido por todos. Pois em verdade há sempre uma estrutura clara das coisas e um ponto de partida para a sua interpretação, quer no plano racional ou artístico. [...] é claro em sua expressão artística, seguro e equilibrado em sua temática: embora esteja sempre num caminho de evolução de pesquisa inquieta, é possível entendê-lo em cada sua fase nova, sentir a sua mensagem (mais do que um simples impacto), fruir a sua obra em toda a sua significação filosófica e poética. Embora sua técnica já esteja amadurecida, é um artista ainda em franca evolução – nota-se em seus trabalhos das diversas fases um contínuo processo dialético, nos níveis do conteúdo e da linguagem – que se orienta em busca de uma síntese – o que é uma perspectiva otimista para sua arte. Não obstante ele próprio aceite e caracterize como síntese sua fase atual de “purificação”, no sentido estético, e como mística, no sentido temático. (*O popular*, 13.07.1975).

As considerações de Emílio Vieira, sobretudo quanto à linguagem visual e as temáticas da obra de Confaloni, ou propriamente ao caráter social e filosófico da sua obra, foi uma especificidade da crítica do período do artista. É necessário ressaltar que, por mais que os pareceres dessa crítica de época viessem de um entendimento ainda inicial sobre a arte moderna, ela procurou se aprofundar nas interpretações sobre a obra de Confaloni.



Figura 3: Madona s/d Fonte: MAG – Goiânia. Figura 4: Homem e mulher (Paisagem da região de Nerópolis).
1,18 x 0,88m. 1960-62. Fonte: Folder da Exposição & Homenagem na MultiArte Galeria, Goiânia-Go.

Os novos modernistas literatos e críticos goianos puderam, sobretudo, acompanhar e dialogar com alguns artistas recém-chegados na capital nos anos 50. As manifestações de modernidade nos anos 50 parecem assumir uma conotação heroica, característica da primeira fase do modernismo no Brasil. O fato de Confaloni ter conseguido atingir avanços estéticos e críticos pode-se explicar, em parte, pela forma como ele viu a “ruptura”: sua condição de “vanguarda” num contexto histórico periférico, aliado ao seu senso apurado e ao espírito do seu tempo e ao seu lugar social. Todos esses aspectos o ajudaram numa atitude singular, mas de não rebeldia, distanciando-o, nesse sentido, das vanguardas modernistas da primeira geração no Brasil.

De modo que importou mais o caminho aberto pelo grupo de professores artistas para as gerações futuras. O trio articulador da construção da modernidade associada à cultura abarcou tanto a tradição quanto o novo. Desejosos de construir uma região moderna, desenvolveram as artes e foram seguidos nas letras e na música. Prepararam um terreno fértil para novas tendências, novas ideias, novos autores, novas obras, que tiveram como herança pontos referenciais e diferenciados de incorporação de valores da

modernidade, num momento inaugural que se configurou num diálogo entre o novo evocado pelo progresso, pelo moderno, que representaria Goiânia, e as inovações de linguagens artísticas por meio da literatura, num primeiro momento, e, num segundo, por meio das artes plásticas e da música.

REFERÊNCIAS

COSTA, Luís Edegar de O. *Paulo Fogaça nas Artes Plásticas em Goiás: Indícios de Contextualização*. Revista da Universidade Federal de Goiás, Goiânia-GO, v. 3. n° 1, p. 39-43, Jun. 2006.

COSTA, Waldir. *Caderno da Escola de Belas Artes. Revista Renovação*. v.1, Goiânia, Oficinas “INGRA” S.A., 1955.

FIGUEIREDO, Aline. *Artes Plásticas no Centro-Oeste*. Cuiabá: Edições UFMT/Museu de Arte e de Cultura Popular, 1979.

Folder da Exposição & Homenagem da MultiArte Galeria – Goiânia ao Frei Giuseppe Nazareno Confaloni. Goiânia, 1984.

FRANCO, Siron. *Confaloni por Siron Franco*. In: *Revista Goiana de Artes*, 3(1): 81-86, Janeiro-Junho, 1982.

GODOY, Garcia José. *Goiás e a Presença de Nazareno Confaloni: um pouco da vida de Frei Nazareno – Sua obra de artista – Os primeiros tempos na Itália – Vila Boa. Depois Goiânia*. *Jornal OIO*, s/p. Goiânia, Abril, 1985.

GOYA, Edna J. de. *O Ensino Superior de Artes Plásticas em Goiás: a Escola Goiana de Belas Artes*. Bahia: EGBA. Disponível em Associação Nacional de

Pesquisadores em Artes Plásticas.
In: www.anpap.org.br/anais/2010/pdf/ceav/edna_de_jesus_goya.pdf. Acesso em www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/838.pdf

MENEZES, Amaury. *Dicionário das artes plásticas em Goiás: da caverna ao museu*. Goiânia: Editora da Fundação Pedro Ludovico Teixeira, 1998.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo. *A Revista “Oeste”: Seus intelectuais e a organização da Cultura e Modernidade em Goiás (1942–1944)*. In: www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/838.pdf. Acesso em www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/838.pdf

Revista Oeste. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 1983. [Reprodução fac-similar dos 23 fascículos publicados em Goiânia no período de julho de 1942 a dezembro de 1944].

NETTO, Pimenta. *Anais do Batismo Cultural de Goiânia* - Reedição Histórica, 1942. Goiânia: Prefeitura Municipal de Goiânia/Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, 1993.

SABINO JÚNIOR, Oscar. *Goiânia Documentada*. São Paulo: Edigraf, 1960.

SILVA, Colemar Natal e. Apresentação In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*.v. 1, n.1, Goiânia, 1972.

VIEIRA, Emílio. Visão e Cores de Nazareno Confaloni. *O Popular*, Caderno 2, 04.11.1978. Goiânia, Go.

_____. Frei Confaloni: arte e equilíbrio. *O Popular*, Caderno 2 , 13.07.1975. Goiânia, Go.

TRABALHADORES, ESCOLAS E CIDADE: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE EXPERIÊNCIAS DE ESTUDANTES DA EJA NA CIDADE DE UBERLÂNDIA-MG¹

Janaína Ferreira Silva
janainafferreirasilva25@hotmail.com
Universidade Federal de Uberlândia
Doutoranda em História Social
Bolsista CAPES


Resumo

A pesquisa em estágio inicial de desenvolvimento que visa o doutoramento em História Social relaciona as temáticas de Cidade, Escola e Memórias em Uberlândia-MG. A problemática que motiva a investigação surgiu da minha prática como professora de História na rede pública da cidade, mais especificamente na Escola Estadual de Uberlândia, que foi tombada como Patrimônio Histórico Municipal em 2005, e popularmente conhecida como “Museu”. Nesse local há uma memória que faz referência há um passado na cidade de que educação era sinônimo de distinção social. Percebemos então que o educar e o estudar em Uberlândia-MG não esteve fora das relações de luta de classes, e que na atual conjuntura é ainda uma questão que envolve vários embates e conflitos, e o estudo reflete essas relações na vida dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos, que são em maioria trabalhadores. As fontes são fundamentalmente: imprensa e narrativas orais.

Palavras-chave: Uberlândia-MG- Trabalhadores- Escola.

Abstract

This research, in its early stage of development, aimed at PhD in Social History. It relates the following subjects: City, School and Memories in Uberlândia-MG. The problem that motivates the research emerged from my practice as a history's teacher, specifically in the “Escola Estadual de Uberlândia”, which was declared a city's Historical Heritage in 2005, and is popularly known as “Museu” (“Museum”). There is a memory about this place that references when education was synonymous with social distinction. We realized that the education and study in Uberlândia-MG was not out of the relations of class struggle. The study reflects these relationships in the lives of

¹ Esta pesquisa é orientada pela Prof.Dr.^a Célia Rocha Calvo que se vincula ao Núcleo de Pesquisas em História, Cidade e Trabalho (NUPHECIT) dentro da linha Trabalho e Movimentos Sociais da Universidade Federal de Uberlândia. 

students of “Educação de Jovens e Adultos” (Youth and Adults Educationa), who are mostly workers. The sources are mainly: press and oral narratives.

Keywords: Uberlândia- MG – Working class - School

A investigação dessa pesquisa envolve os seguintes temas: “*Cidade*”, “*Escola*”, “*Trabalhadores*” e “*Memórias*”. Não os entendendo em separados, mas em suas relações imbricadas dentro de um processo social mais amplo vivido na cidade de Uberlândia. Esse estudo se fundamenta no campo da História Social, que tem um acúmulo de pesquisas, debates e produção de conhecimento que buscam pensar seus objetos não em separados.

Déa Fenelon no texto, “O historiador e a Cultura Popular: história de classe ou história do povo?” traz por meio de citação Hobsbawm essa noção com qual trabalha o historiador social “(...) os aspectos sociais do ser humano não podem ser separados dos outros aspectos do seu existir... dos modos pelos quais os homens constroem o seu viver e se relacionam com o meio ambiente... não podem ser separados de suas ideias (...)” (FENELON, 1992, p.5-21) É nesse campo de estudos que afirmo o lugar dessa pesquisa, não havendo, portanto, o objetivo da escrita da história de nenhuma instituição, especificamente.

A proposta de pesquisa, que em sua problemática traz aquelas temáticas, foi elaborada na prática enquanto professora de história na cidade. Ela se fortaleceu quando trabalhava em uma escola que teve para os moradores da cidade seus significados modificados ao longo de sua existência e atuação. É conhecida popularmente como “Museu”, mas oficialmente é chamada Escola Estadual de Uberlândia.²

Partindo do fato que a classe trabalhadora da cidade vive o direito à escola, e uma delas é o “Museu” - que se constitui como um espaço representativo desse processo -, a minha problemática é: saber *como* esses sujeitos (trabalhadores) viveram e

² Essa escola mantém seu funcionamento em Uberlândia desde 1912, e está no mesmo prédio desde 1921, data em que foi finalizada a sua construção. Foi a primeira instituição a oferecer o ensino secundário público na cidade. Em 1929 foi estadualizada, antes disso era particular e atendia estudantes enquanto internato e também externato. A escola foi tombada como Patrimônio Histórico em 2005, as pessoas na cidade não conhecem a escola pelo seu nome oficial, mas por “Museu”.

vivem o processo social de direto à escola em Uberlândia, em uma conjuntura onde se anuncia a falência de nossas escolas públicas, e ainda onde observamos a existência de uma memória da educação na cidade que valoriza práticas educacionais de um processo histórico onde a distinção social marcava os espaços sociais escolares.

Saber *o quê* esses lugares sociais da cidade, que possibilita o conhecimento da classe trabalhadora, mas que é controlado e dirigido por setores dominantes da sociedade, passaram a significar em termos de sentimentos e valores em suas vidas. O foco é a escola na *cultura* (THOMPSON, 1981, p. 190-200) de classe dos trabalhadores. Entendendo que projetos dominantes classistas não estão fora do campo de disputas quando o assunto envolve nossas escolas e o viver na cidade.

Trabalhei como professora de história naquela escola por quatro anos, tanto no turno da tarde, no Ensino Fundamental, quanto no noturno, com Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. Esse tempo pode parecer pouco, mas foi o suficiente para ouvir várias histórias sobre a escola, professores e alunos. Elas eram contadas em sua maioria por professores que tinha mais tempo de trabalho, em média trinta anos de exercício na escola, alguns inclusive haviam sido alunos ali. As histórias contadas enalteciam a escola como uma instituição de destaque na cidade, seja pelo trabalho realizado pelo corpo docente, ou pelos alunos, alguns dos quais tornaram-se autoridades políticas ou econômicas na cidade. A impressão que tive naquele momento foi a de estar trabalhando em uma escola que tinha uma “história importante” para a cidade e que restaram apenas essas memórias, ou seja, ela já não mais ocupa esse lugar de importância, por não atender mais estudantes das classes dominantes. Aconteceram mudanças naquele espaço social escolar que são desvalorizadas.

Por incrível que pareça, trabalhar como professora contratada pode ter uma vantagem: acabamos por conhecer várias outras escolas e saber das peculiaridades de cada uma delas e de sua comunidade. Antes de trabalhar no “Museu” ministrei aulas em outras instituições públicas da cidade, experiência essa que reforçou a ideia de que trabalhar naquela escola ligava-se a uma questão de distinção social, e que se torna viva, por meio daquelas memórias pelo menos em dois pontos. O primeiro deles é o fato de muitas pessoas conhecerem a escola, claro que não pelo seu nome oficial, mas pelo seu

apelido “Museu”. Era muito comum amigos e familiares perguntarem: onde você está trabalhando? e ao responder todas elas conhecerem e saberem onde fica a escola, isso quando já não haviam estudado no local. É um lugar conhecido da cidade por aquelas memórias, diferentemente de outras escolas onde trabalhei como professora como, por exemplo: E.E Inácio Castilho, no conjunto Santa Luzia, E.E. Ignácio Paes Leme, no bairro Martins e E.E. Tubal Vilela, também no Martins.

O segundo ponto é ter trabalhado em um lugar que tem um pouco mais de oito décadas de funcionamento no mesmo local, e ter sido, como já mencionado, uma escola pública onde se tinha estudantes das classes dominantes. Com uma existência tão longa, parece ser comum haver tantas histórias a serem contadas. Os professores com mais tempo na escola, ao fazerem referências àquelas histórias entre os intervalos e conversas informais, deixaram-me indícios de que se sentiam honrados por trabalharem em uma instituição que teve um passado valorizado para uma memória, que é quase sempre significado como um tempo melhor, onde alunos eram mais dedicados, disciplinados e professores mais competentes.

Ao observar esse espaço social e as práticas de alguns de seus professores, foi se formulando o questionamento sobre se os outros locais que trabalhei como professora não tinham também histórias, ou pelo menos que se destacassem na relação com a cidade de Uberlândia. Ao refletir sobre esses diferentes espaços sociais em que trabalhei e suas relações com a cidade, principalmente no “Museu”, a problemática dessa pesquisa foi se constituindo com ligações mais precisas sobre o direito à escola na cidade.

Ao tomar conhecimento que a maioria da população trabalhadora de Uberlândia nunca pôde estudar na Escola Estadual de Uberlândia uma primeira questão foi elaborada: *como moradores da cidade viviam essa condição marcada pela distinção social do não poder estudar nesse local?*

Essa primeira questão e ampliação do direito a escola, que lemos em diversos estudos³ e chegava por meio de debates em aulas durante o curso de graduação, foi adquirindo forma ao refletir sobre o “Museu” na cidade de Uberlândia. Ao observar historicamente a escola, os colegas de trabalho e estudantes, surgiu uma série de questões, que podem ser colocadas em única frase: mudanças aconteceram na educação para os trabalhadores na cidade e o “Museu” foi um espaço social que acompanhou esse processo histórico.

Ao trabalhar na escola pude observar que muitos dos estudantes eram de diferentes e distantes bairros da cidade (alguns até da zona rural que vinham para cursar o ensino médio), e era muito comum ver vários deles em pontos de ônibus após o término das aulas. Eram constantes justificativas na sala da diretoria por chegarem atrasados, pelo fato dos ônibus percorrerem longas distâncias dos bairros para se chegar à escola. A maioria desses estudantes são filhos da classe trabalhadora da cidade, e no noturno são os próprios trabalhadores que procuram a escola para terminar os estudos seja no ensino regular ou na modalidade de educação de jovens e adultos.

Nessas primeiras questões tive a curiosidade de fazer um levantamento bibliográfico pesquisas a respeito dessa escola e tomei conhecimento que o “Museu” já havia sido objeto de estudo de alguns trabalhos acadêmicos. Através desses fui reconhecendo e identificando algumas das memórias narradas pelos colegas de trabalho na escola. Todos esses trabalhos acadêmicos trazem em suas entrelinhas o objetivo de destacar a história da instituição em si mesma; frequentemente mencionam os ex-alunos da escola que se tornaram autoridades, deixando a entender que aqueles ocupam posições de poder e destaque por terem estudado naquela instituição. A ideia formulada é de que a escola se constitui como referência pelo sucesso profissional na cidade de seus ex-alunos.

Ao me deparar com essas ações de força ativa que envolvem “escola”, “cidade” e “memórias”, surgiu-me a problemática que possibilita a produção dessa pesquisa, que

³ Estudos esses que são bem questionáveis pelo seguinte aspecto: muitos usam o termo *massificação* da escola, onde entendemos como pejorativo e que desvaloriza o direito à escola pelos trabalhadores. Um desses textos é: NADAI, Elza. O Ensino de História e a “pedagogia do cidadão”. In: Ensino de História: e a criação do fato. Jaime Pinsky (org.). Editora Contexto. São Paulo, 2009.

se pauta no entendimento que vivemos em uma sociedade marcada por conflitos e embates classistas, que por sua vez se originam nas relações capitalistas. A desumanização é um fator necessário para a manutenção desse sistema econômico e político. Ao afirmar essas noções básicas, venho com essa pesquisa traçar caminhos de investigação diferentes daquelas produções acadêmicas do curso de pós-graduação em Educação. Não é a escola pela escola, não é o aluno por si mesmo que se faz em sua posição social e nem a cidade como cenário para as suas instituições que colaboraram para o seu desenvolvimento econômico e político. As disputas estão postas e venho por meio dessa tese afirmar posições que se constituem de maneira mais complexa dentro de um campo de forças, onde a história não se coloca por linearidades encaixadas e harmônicas, com sujeitos que “deram certo na vida” e instituições escolares que deixaram saudade pela maneira como se davam as suas relações de ensino-aprendizagem.

Sobre pesquisas historiográficas produzidas no campo da educação, aquelas que tratam especificamente do Museu e focam a história da instituição - que atendia com qualidade a classe dominante na educação de seus filhos - e descrevem as matérias lecionadas, o corpo docente em suas características, que possibilitavam com a rigidez um maior aproveitamento do ensino, entendo surgir uma posição política intelectual que se esforça em criar um descrédito ao que a escola é hoje, aos professores que estão lá trabalhando e aos estudantes. Há o reforço também de uma memória da escola que se alia com a de uma cidade desenvolvimentista dirigida por aqueles que lá estudaram. A sociedade e os seus pilares de injustiça não são mencionadas e por isso surge a questão: onde estão os trabalhadores da cidade? Uberlândia era formada apenas por seus dirigentes egressos das notáveis instituições de ensino da cidade?

Buscar o processo histórico de embates pelo direito a escola na cidade irá colaborar para a compreensão dos conflitos que envolvem a dinâmica social, assim como as significações elaboradas pelos trabalhadores. Conforme os caminhos de pesquisa esses conflitos vêm se explicitando, por exemplo, quando estudantes-trabalhadores retornam à escola hoje na modalidade de Educação de Jovens e Adultos,

frente a uma pressão de projetos políticos que defendem a educação escolar como qualificação para o trabalho, mostrando a tensão que existe sobre as funções da escola.

Estar na escola, ou retornar para ela, significa para os trabalhadores preparar-se melhor para o trabalho? E será que esse trabalhador espera ter de fato uma educação para o trabalho quando se está na escola? O direito de estar na escola deve significar ao mesmo tempo garantia de trabalho, Ou a sua qualificação para ele?

Para realizar essa proposta de investigação vou utilizar as seguintes evidências históricas: entrevistas orais com trabalhadores da cidade, imprensa, correspondências enviadas à Câmara Municipal de Uberlândia (estas encontram-se no Arquivo Público Municipal de Uberlândia e constam os arquivos com correspondências desde 1948 até 1994), Correspondências da Associação do bairro Santa Mônica e Bom Jesus (estas encontram-se arquivadas no Centro de Documentação Histórica mantido pela Universidade Federal de Uberlândia e são em sua maioria dos anos de 1980) , mais especificamente aquelas que fazem referências as suas escolas.

As correspondências são um grupo de evidências que trazem uma realidade social da cidade de Uberlândia bastante diferenciada, principalmente em comparação à imprensa. Elas, em sua maioria trazem a demanda e a necessidade das pessoas ou bairros em variados aspectos ligados à vida na cidade (asfalto, energia elétrica, escolas). As pessoas escrevem pedindo - e às vezes exigindo – e, sobretudo, se colocam frente às autoridades deixando indícios e impressões sobre a realidade vivida, o que colabora com a investigação às evidências serem cruzadas.

A imprensa compõe outro grupo de evidências que permite o contato com algumas informações, mas que devem e precisam ser problematizadas. E ainda se faz, ou pelo menos tenta, força ativa nos processos históricos, ou seja, se faz presente nos embates através de suas reportagens, ou muita das vezes, através de seu silêncio ou negligência frente ao que é vivido pelas classes trabalhadoras. A imprensa por outro lado não está ileso às pressões sociais e constrói constantes diálogos com outros grupos, mostrando que se pronuncia de um lugar da sociedade, é um agente ativo e constitui e é

constituído nas relações sociais.⁴ Desse modo, observa-se de maneira esporádica algumas colunas que explicitam conflitos e tensões.

O grupo documental central da pesquisa são as narrativas orais. Elegi-as por entender que me permitirão compreender o vivido pelos trabalhadores nos processos históricos de disputas que envolvem a educação escolar na cidade. A produção de entrevistas na investigação e a opção que faço em utilizá-las estão relacionadas por compartilhar com a concepção materialista da história, entendendo que vivemos em uma sociedade dividida em classes sociais, onde há espoliação de uma classe sobre a outra. Existe a necessidade para essa pesquisa de aprender e explicitar o como e de que maneiras os trabalhadores se compõem como classe ao procurarem formas de cooptação, inconformação, insubordinação e por outro lado ao assumirem perante disputas posições de conformidade e de submissão.

As entrevistas orais na investigação histórica⁵ assumem uma posição importante por dois fatores. Primeiro, pelos trabalhadores serem pouco abordados em outras evidências históricas, como a imprensa, fato que prejudica as análises e interferem nos objetivos desse trabalho. Segundo, pelas narrativas serem uma maneira subjetiva de compreender os processos vividos pelos trabalhadores nos conflitos classistas.⁶ Essas evidências tornam-se assim uma peça fundamental no todo, por haver vários registros históricos armazenados e preservados que asseguram poucas versões sobre os processos históricos, sem explicitar as tensões e embates próprios da nossa sociedade classista. Isso nos diz que o que se preserva normalmente em arquivos e são considerados documentos históricos estão marcados por interesses e disputas, devem ser entendidos

⁴ Um texto que gostaria de destacar que tem colaborado muito para refletir sobre imprensa é: CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do R. da C. **Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa.** Projeto História n.º 35, dez. 2007. PUC/ São Paulo.

⁵ São muitos os artigos sobre história oral que foram usados na produção desse texto e que vou ainda fazer referências, mas nesse ponto quero destacar: KHOURY, Y. **Narrativas orais na investigação da História Social.** Projeto História. Nº 21, jun. 2001. PUC/SP. CALVO, Célia Rocha. **Muitas Memórias, outras histórias de uma cidade.** Lembranças e experiências de viveres urbanos em Uberlândia. In: **Muitas Memórias, outras histórias.** Olho d'água. 2004. São Paulo.

⁶ Outro texto da professora Yara Khoury que colaborou foi: KHOURY, Y. **Muitas Memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história.** In: **Muitas Memórias, outras histórias.** Olho d'água. 2004. São Paulo.

enquanto documentos históricos dentro das próprias relações sociais de classe que vivemos.

Outro aspecto que proporciona um grande diferencial às narrativas orais é o fato de estarmos diante de uma pessoa que vamos, através da entrevista, construir um diálogo e, assim, entrar em contato com suas subjetividades e memórias sobre o vivido no processo histórico. Alessandro Portelli contribuí com essa reflexão, principalmente na maneira de entender as pessoas que se dispõem a construir suas narrativas conosco.

O autor é enfático ao dizer que não estudamos os sujeitos entrevistados, mas que estamos na verdade é aprendendo um pouco sobre os temas e questões que são colocadas para a construção da narrativa. Esse é um ponto que na minha compreensão ganha destaque por trazer concepção de pesquisador que devemos assumir ao lidar com as narrativas orais, onde não prevalece um observador neutro com a sua supremacia analítica, mas sim aquele que concebe o entrevistado como um sujeito histórico que com toda a sua subjetividade traz elementos complexos da realidade social vivida, que podem nos auxiliar em nossas investigações e explicações, principalmente naquilo em que subverte a ordem.

O respeito pelo calor e pela importância de cada indivíduo é, portanto, uma das primeiras lições de ética sobre a experiência com o trabalho de campo na História Oral. Não são exclusivamente os santos, os heróis, os tiranos – ou as vítimas, os transgressores, os artistas – que produzem impacto. Cada pessoa é um amálgama de grande número de histórias em potencial, de possibilidades imaginadas e não escolhidas, de perigos iminentes, contornados e por pouco evitados. Como historiadores orais, nossa arte de ouvir baseia-se na consciência de que praticamente todas as pessoas com quem conversamos enriquecem nossa experiência. (PORTELLI, 1997, p. 13-33)

Nesse sentido, Portelli diz que estamos na posição de aprender e não estudar narrativas orais, e dessa forma também acontece a potencializa-se a ação dos sujeitos na escrita da história. Aprender um pouco com os nossos entrevistados através de suas narrativas é um dos vários aspectos éticos que devemos ter quando lidamos com a história oral.

A pesquisa em história com o uso de narrativas orais como fontes possibilita a nós historiadores do social um caminho para uma reflexão aproximada das proposições colocadas por E. P. Thompson ao se referir ao “*Termo Ausente: experiência*” (THOMPSON, 1981, p. 180-200). Para o historiador britânico, pensar o capitalismo sem conhecer a “experiência humana” é algo que não nos permite aprofundar nas análises das contradições do sistema, a incompletude fixa-se, deixando um grande vão sobre o eixo que sustenta as relações sociais capitalistas, o ser humano, e mais precisamente aquela que nos interessa: a classe trabalhadora.

As narrativas orais tornam-se um grupo de evidências que colaboram para o fortalecimento da ideia de que homens e mulheres são parte ativa e operante dentro dos processos históricos, assim como entendia e defendia E.P. Thompson. A materialidade do processo histórico é vivida por aqueles agentes, e investigar os sentimentos, memórias, valores e significados elaborados ao decorrer da ação de experimentação significa compreender a história e, principalmente, os sujeitos e as contradições existentes oriundas das experiências vividas.

As entrevistas realizadas até o momento têm apresentado uma característica em comum: os entrevistados têm demonstrado entusiasmo em falar e responder as questões propostas. As primeiras entrevistas são com estudantes da modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Entendo que sua disposição em falar significa colocarem-se como pessoas com força de vontade, valorizando assim sua ação de voltar para a escola. Há, portanto, um reconhecimento não só do espaço, mas principalmente da prática social do buscar a escola, o que parece constituir um significado de valorização, não como trabalhador, mas enquanto ser humano dentro das relações sociais. Aprender um pouco com os estudantes da EJA ajuda a pensar as tensões que estão sendo vividas, quando projetos classistas tentam refazer as funções que são colocadas as nossas escolas públicas. Existem interesses capitalistas, como força ativa que tentam descaracterizar os nossos direitos na relação com a educação.

O retorno, que se apresenta como um grande feito, pode ser sinal de que a espaço escolar em geral foi em outro momento um lugar que significava dificuldade. Na proposta da pesquisa há a intenção de sair das razões para a evasão escolar que são,

muitas vezes, ligadas a falta de responsabilidade dos alunos e seus familiares. O intuito é trazer as escolas para o seu devido lugar, o emaranhado das relações sociais, marcadas pelas tensões e disputas, investigando-as no âmbito da história social e não dentro do seu campo que lhe parece próprio, o da pedagogia. Logo a questão da dificuldade precisa ser analisada na sua complexidade.

Por esses caminhos o historiador Thompson, mais uma vez, colabora com a reflexão sobre a questão entre “*Educação e Experiência*” (THOMPSON, 2002, p. 12-47). As suas avaliações durante a palestra, proferida em 1968, se assemelha com a realidade social que temos vivido, mais precisamente sobre a relação entre educação, mobilidade social, prestígio profissional e fracasso humano. O caminho pelo qual se tem deslocado a escola é o de uma educação que visa a mobilidade social, sendo este somente para aqueles estudantes que fizeram por merecer: resta apenas o sentimento de fracasso para os que não conseguiram alcançar um lugar mais alto na escala profissional.

A sua exposição defende a relação dialética entre educação e experiência, o que de fato não acontece, e a sociedade muito perde ao não dividir os conhecimentos e não reconhecer a experiência dos trabalhadores como parte de um todo, necessária para a produção do conhecimento humano em geral. É por essa constatação da realidade social que se avalia que as nossas escolas são lugares que expressam em suas relações um processo histórico de mudanças – de direito para os trabalhadores – e o tipo de educação e os significados que elas imprimem sobre os trabalhadores é o cerne da questão.

Cleideane Tomé, aluna da Educação de Jovens e Adultos da Escola de Educação Básica (ESEBA) colégio de aplicação da Universidade Federal de Uberlândia, foi uma das pessoas entrevistadas que me chamou a atenção pela disposição para a entrevista; mesmo sendo uma pessoa tímida, que se sentava ao canto da sala com uma voz muito baixa e de pouca conversa, se prontificou a participar, avaliando que a escola não foi um lugar para quem tem dificuldades como ela. Na curta entrevista, Cleideane deixou bem claro que ter dificuldades no aprendizado foi um fator de grande peso para que abandonasse a escola. A dificuldade relacionou-se com a vida como um todo, ao ponto de ter que deixar o país para trabalhar na Bélgica com apenas 14 anos de idade.



Cleideane: Quando eu deixei de estudar? Ah era muito difícil, porque eu trabalhava também...

Janaína: Você trabalhava de quê?

Cleideane: Eu trabalhava de babá. Eu trabalhava de manhã e fui estudar à noite, mas era muito complicado para mim, eu ganhava muito pouco,..., o ensino da noite era muito fraco, aí assim fui desmotivando, aí para mim não compensava... eee trabalhar tanto... E o Brasil não me..., Eu não via futuro aqui, aí eu fui embora...⁷

Trabalhar por trabalhar, jovem e ainda de maneira intensa, Cleideane fez a sua escolha, procurando outro país. Quando jovem, a escola era relacionada com a formação de um profissional valorizado e menos explorado, com futuro, fato que não era vivido no social por trabalhar tanto, ainda com seus poucos anos de vida. Acredito ter sido essa relação que foi significada como complicada por Cleideane.

Janaína: E como é que está sendo esse retorno pra escola?

Cleideane: (respirou fundo) É pra muito difícil! Tá sendo difícil porque é acostumar com a linguagem do professor, é coisas que eu nem sei se estudei, porque (...) Eu falo assim porque eu passei assim empurrada certamente porque eu não lembro de nada. Então... Você também, quando a gente tá mais velha a gente estuda, igual eu tô estudando com prazer, e antes não era assim, não tinha nada que motivasse a ir pra a escola, eu tava indo pra fazer um agrado pra minha mãe, então quer dizer...Agora que passo pra mim tá sendo difícil pra mim, porque eu não aprendi no passado, eu não aprendi... É isso que tá sendo difícil pra mim, mas eu vou chegar lá!

Ao se referir à escola no passado, sua memória se constitui naquilo que hoje ela não quer que aconteça: *ser empurrada*, interessante é que ela deposita na escola a responsabilidade, e não em si mesma, a sensação de fracasso por não ter finalizado seus estudos. Assim reconhece que era indesejada no espaço escolar por não injetar expectativas e motivação em estar nesse lugar social.

A escola era e podia ser frequentada pela filha de trabalhadores, mas o “como” que é preciso avaliar; e investigar se o processo de democratização significou na vida dos estudantes-trabalhadores o direito a uma educação para a vida, e não apenas para o

⁷ Entrevista com Cleideane Tomé, 33 anos, trabalhou como cuidadora de crianças e idosos na Bélgica por 18 anos, aluna da EJA da Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia, entrevista realizada julho/2012.

trabalho. É dessa maneira que Cleideane entende a escola quando a deixou, para agora ter uma diferente interpretação da sua relação com o espaço escolar.

Janaína: Porque você voltou para escola?

Cleideane: Ah (respirou fundo) chega um certo momento que a gente fica até sem diálogo com as pessoas. Você fica sem... Você não sabe... (pausa) Ver um jornal, porque eles são, usam outro vocabulário, você não entende o que eles falam... Mesmo pra você conversar com uma pessoa assim tem que ter argumento, você tem que saber fala de tudo, então quando a gente não sabe a gente fica um pouco excluída e isso pra mim é muito difícil, não é..., Igual voltei não tanto pelo diploma, eu voltei porque eu quero aprender, eu quero entender! Lê, até mesmo ler um jornal, você sabe o que ele está falando, a partir do momento que você não tem um vocabulário, a gente não sabe nem lê e nem conversar a gente fica totalmente excluída da sociedade... Então por isso que decidi tanto também pelos meus filhos que estão começando, que eu possa dar exemplo também, porquê penso que no futuro você não vai estudar? Ah mas você não fez! Também não gostaria de ter essa cobrança, nem por isso... Aí eu falei assim também, dever deles..., meu filho tem nove anos, então tem dever dele que eu não sei fazer... Então tem momento que você se sente um pouco constrangida, eu me sinto muito constrangida daí esse ponto.

Para além de um diploma, Cleideane sabe que os conhecimentos sociais humanos são de direito e exige da escola e da sociedade além de um simples papel, mas um pertencimento e chance de transitar sobre os variados modos e maneiras de interpretar, denominar, vocabularizar e compreender a realidade social. Avalio que Cleideane ao dizer “*eu quero entender!*” na prática mostra que a escola não tem de fato cumprido a função esperada pelos trabalhadores em geral, mesmo que vem a se configurar como direito. Cleideane pode não entender o jornal e o linguajar de uma determinada parte da sociedade, mas vive e sabe que existem limites que são impostos aos trabalhadores acerca de vários conhecimentos dos quais não temos contato e direito do aprender, sendo a escola um local de criação, difusão e expansão.

REFERÊNCIAS

- CALVO, Célia Rocha. **Muitas Memórias, outras histórias de uma cidade.** Lembranças e experiências de viveres urbanos em Uberlândia. In: *Muitas Memórias, outras histórias.* Olho d'água. 2004. São Paulo.
- CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do R. da C. **Na oficina do historiador:** conversas sobre história e imprensa. Projeto História n.º 35, dez. 2007. PUC/ São Paulo.
- FENELON, Déa. **O Historiador e a Cultura Popular:** história de classe ou história do povo? In: *História e Perspectivas.* n.º 6, Jan-Jun – 1992. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. Pág. 5- 21.
- GATTI, Giseli Cristina do Vale. **História e Representações Sociais da Escola Estadual de Uberlândia (1929-1950).** Dissertação de mestrado. Uberlândia/MG. Universidade Federal de Uberlândia.
- GATTI, Giseli Cristina do Vale. O Gymnásio Mineiro de Uberlândia: entre finalidades e práticas escolares. In: **Tempo de Cidade, lugar de escola: dimensões do ensino secundário no Gymnásio Mineiro de Uberlândia (1929-1950).** Tese de Doutorado em Educação. Uberlândia/MG. Universidade Federal de Uberlândia.
- KHOURY, Y. **Narrativas orais na investigação da História Social.** Projeto História. N.º 21, jun. 2001. PUC/SP.
- KHOURY, Y. **Muitas Memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história.** In: *Muitas Memórias, outras histórias.* Olho d'água. 2004. São Paulo.
- NADAI, Elza. O Ensino de História e a “pedagogia do cidadão”. In: *Ensino de História: e a criação do fato.* Jaime Pinsky (org.). Editora Contexto. São Paulo, 2009
- PORTELLI, A. **Tentando Aprender um pouquinho.** Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. Projeto História. N.º 15, abr. 1997. PUC/SP.
- PORTELLI, A. **O que faz a História Oral diferente.** Projeto História. N.º 14, fev. 1997. PUC/SP.

PORTELLI, A. **Forma e Significado na História Oral**. Projeto História. São Paulo, n.º14, fev. 1997. p.7-24. PUC/SP.

THOMPSON, E.P. **O termo ausente: experiência**. In: A Miséria da Teoria ou um planetário de erros. Ed. Zahar. Rio de Janeiro. 1981.

THOMPSON, E. P. **O termo Ausente: experiência**. In: A miséria da Teoria ou um planetário de erros. Ed. ZAHAR. 1978. São Paulo.

THOMPSON, E.P. **Educação e Experiência**. In: Os Românticos: A Inglaterra na era revolucionária. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 12-47.

O CINEMA EDUCATIVO CONSRUINDO A SUA HISTÓRIA NA DÉCADA DE 1930

Janaína Resende Abreu

janaina_ina26@hotmail.com

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Mestranda do CEFET e bolsista da CAPES.

Co-autoria: Prof^a. Dr^a. Maria Aparecida da Silva

masilva988@hotmail.com

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Professora Doutora do CEFET

Resumo

Este artigo visa a discutir a relação do cinema com a educação, como uma mídia de massa, pelo viés tecnológico. Essa temática será abordada no período do governo Vargas, na década de 1930, quando foi criado o Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE) e o Cinejornal Brasileiro (CJB), ambos órgãos oficiais do governo de Getúlio Vargas. O INCE foi idealizado por Roquette-Pinto, com o objetivo de implementar, nas escolas, o cinema educativo. No mesmo período, o CJB, o qual, também por meio do cinema, transmitia para a maioria dos brasileiros, curtas metragens. Tais curtas eram exibidos antes dos filmes principais nas salas de cinema, veiculando a propaganda nacionalista do governo Vargas. Desta forma, questiona-se quais os fundamentos do cinema como tecnologia educativa veiculada pelos órgãos do governo Vargas, INCE e do CJB, para atingir a maioria dos brasileiros?

Palavra-chave: Cinema. INCE e CJB. Governo Vargas.

Abstract

This article aims to discuss the relationship between cinema and education, as a mass media, the technological bias. This theme will be addressed during the Vargas government in the 1930s, when it was created the National Institute of Educational Cinema (INCE) and newsreel Brazilian (CJB), both official organs of the Getulio Vargas. The INCE was designed by Roquette-Pinto aiming to implement in schools educational cinema. And in the same period the CJB also through film, broadcasting to most Brazilians, short films, which were shown before the main film in theaters, conveying the government's nationalistic propaganda Vargas. Thus, the question is what are the fundamentals of cinema as an educational technology disseminated by government agencies Vargas, INCE and CJB to achieve most Brazilians?

Keyword: Cinema. INCE and CJB. Vargas government.

Introdução

Este artigo visa discutir o cinema, na década de 1930, como mídia educativa. Em janeiro de 1937, foi criado o Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), órgão oficial do governo Vargas e idealizado por Roquette-Pinto. Roquette-Pinto que foi o grande pensador do uso das mídias de massa, como o rádio e o cinema, no desenvolvimento e promovendo a transformação da sociedade por meio desses meios de comunicação de massa. Ele afirmava que o cinema estenderia o conhecimento a todos os cidadãos. Ele reconhecia o potencial educativo do cinema, mas negava que este tivesse um estatuto artístico. (RANGEL, 2010, 56)

Em consonância com o governo de Vargas, Roquette-Pinto dizia que a ciência, exigia, por um lado, o desbravamento moral e intelectual do país, por meio do mapeamento das potencialidades naturais e humanas e, por outro, a organização nacional. Para Roquette-Pinto e Vargas o cinema era um instrumento que atingia o povo diretamente, ou seja, ensinando independente da vontade de aprender e que chegava muito longe no espaço geográfico, por causa da sua linguagem visual, que até as crianças e analfabetos compreendiam. Dessa forma, o cinema passa a ser percebido como grande potencial, tanto pelos educadores, e pelos políticos como importante meio de auxiliar o professor em sala de aula, quanto para difundir a propaganda nacionalista¹ do governo de Getúlio Vargas.

¹ Nacionalismo: doutrina política que atribui à nação, um valor absoluto, considerando uma determinada nação como superior às outras, valorizando tudo que é nacional em detrimento do que é estrangeiro. (JAPIASSÚ, Hilton. Dicionário Básico de Filosofia. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

No glossário do HISTEDBR, encontra-se que “o nacionalismo pode ser considerado como doutrina ou filosofia política que prega valores tais como: bem estar social, e que o indivíduo deve guardar lealdade e devoção à nação. Assim, o Estado nacional é entendido como um conjunto de pessoas unidas num mesmo território por interesses comuns. Portanto, o nacionalismo pode ser entendido como um movimento político-social que visa uma organização social que se fundamenta na coesão social, a identidade coletiva e a cultura das nações”. Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_nacionalismo.htm. Acesso em 06/09/2013.

J. H. Weber aborda a construção do nacionalismo no Brasil, indicando duas vertentes: “uma que entende a nação como uma entidade objetivamente demarcada por fronteiras lingüísticas, culturais e territoriais e outra como aquela resultante imaginária de um conjunto de seres que se supõem integrantes de uma determinada nacionalidade, constituída por aqueles que, unidos em torno de algumas fidelidades subjetivamente instituídas, desejaram, em algum momento, integrar uma nação”. (Weber *apud* Santos, 2010, p. 91).

As imagens do cinema seriam a expressão da melhoria, já que eram capazes de reproduzir fielmente o real, tendo a possibilidade de gerar progresso pelos exemplos que veiculariam. O cinema era eficaz, com seu caráter de espetáculo, na transmissão de mensagens e conseqüentemente capaz de vencer as resistências da ignorância do poder local e do atraso em que se encontrava o país naquele momento. Mas isso é claro, se colocado em mãos conscientes e competentes, ou seja, colocando o poder do cinema a serviço da educação. (HAAG, 2010, p 87)

Na visão de Vargas e de Roquette-Pinto, as pessoas seriam obrigadas a ter com o cinema uma relação pautada pela razão fria, ou seja, não pelo sentimento que era o principal apelo dos filmes internacionais. O que se pretendia era formar um público visto como um todo homogêneo, que não iria sofrer a influência negativa das fitas ditas comerciais. Eles se preocupavam com as crianças, consideradas pelos educadores vulneráveis as mensagens ditas negativas transmitidas pelos filmes comerciais. O Brasil precisava investir na educação, capacitando a população de origem pobre, primeiro, a produzir as riquezas para seu sustento, em segundo, produzir a expansão da economia.

Roquette-Pinto tinha preocupação social com a camada menos favorecida da população e com os negros. Ele afirmava que a distribuição da população foi responsável pelo progressivo desaparecimento do negro, que antes na sociedade escravista desempenhava um papel decisivo no mundo da produção, e depois da abolição recolhia-se aos bastidores para morrer nas cidades sem função produtiva.

O Estado se responsabiliza pela questão cinematográfica no País estabelecendo medidas por meio de decreto, 21.240 em 1932, tais como, entre outras medidas, a obrigatoriedade da exibição de um curta metragem nacional antes da projeção de um longa de ficção. No texto, destaca-se, a importância dos filmes educativos. Estes eram instrumentos auxiliares para a instrução do público e da propaganda do país, Lucas (2005) cita esse decreto 21.240 de 04 de abril de 1932

Considerando que o cinema, sobre ser um meio de diversão, de que o público já não prescinde, oferece largas possibilidades de atuação em benefício da cultura popular, desde que convenientemente regulamentado; (...)

Considerando que o filme documentário, seja de caráter científico, histórico, artístico, literário e industrial, representa, na atualidade, um instrumento de inigualável vantagem, para a instrução do público e propaganda do país, dentro e fora das fronteiras;

Considerando que os filmes educativos são material de ensino, visto permitirem assistência cultural, cora vantagens especiais de atuação direta sobre as grandes massas populares e, mesmo sobre analfabetos; (...)

Considerando que a exemplo dos demais países e no interesse da educação popular, a censura dos filmes cinematográficos deve ter o cunho acentuadamente cultural, e, no sentido da própria unidade da nação, como vantagens para o público, importadores e exibidores, deve funcionar como um serviço único, centralizado na capital do país (...). (LUCAS, 2005, p 114)

O caráter educativo do cinema não estava restrito apenas ao INCE. No mesmo período, o governo cria outro órgão oficial, o Cinejornal Brasileiro (CJB), responsável pela produção dos curtas, com cunho educativo, que seriam exibidos antes dos filmes principais. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), agência governamental, orientava a produção dos cinejornais, os quais eram produzidos pela Cinédia, produtora de Adhemar Gonzaga, amigo de Vargas. O DIP resultou no aperfeiçoamento dos meios de intervenção estatal na área da comunicação. O cinema se transformou em propaganda dos símbolos nacionais do Estado e das suas instituições de cultura. As imagens cinematográficas ganharam um estatuto igual ao das artes plásticas. (HAAG, 2010, p 88)

O Estado tinha se antecipado e compreendido a importância dos instrumentos de propaganda, ou seja, quem detivesse o controle desses mecanismos culturais conceberia o sentido que deveria tomar a opinião pública nacional. Nesse sentido, o Estado passou a atuar não apenas como censor dessas atividades culturais, mas principalmente como produtor de sua própria imagem, por meio do CJB, e apropriando-se dos mais diversos dispositivos de propaganda. (NUNES, 1998, p 9).

No cinema, há o aparecimento de um artifício que vem atribuir maior autenticidade às imagens, criando definitivamente as condições para que a população se reconheça nelas, ou seja, o movimento. O movimento do cinema devolve nas imagens a realidade, torna-as produto passível de identificação, uma vez que não há massas organizadas sem suportes visuais de identificação. (NUNES, 1998, p 15).

Cinema e História

O cinema, na década de 1930, foi considerado uma importante inovação tecnológica. Essa nova tecnologia, à época, promovia a socialização como expressão cultural e como mídia educativa. O cinema como expressão cultural cria uma auto-imagem social por atingir um número grande de receptores com suas imagens e como mídia educativa, o cinema foi utilizado, em sala de aula, por meio de filmes educativos. Vargas tinha por objetivo, em seu governo, mostrar o Brasil aos brasileiros, dessa forma poderia dar uma identidade cultural ao País. O cinema seria um dos veículos utilizados devido à possibilidade da transmissão das imagens, onde o sertão poderia apreciar o litoral e a parte litorânea do país conheceria o sertão por meio das imagens. (NUNES, 1998, p 11).

O cinema na década de 1930 foi vislumbrado pelos intelectuais e educadores da época, Roquette-Pinto e outros, como mídia educativa. Roquette-Pinto foi o principal idealizador do Instituto Nacional de Cinema Educativo, criado em janeiro de 1937, com o objetivo de implementar o cinema em sala de aula. No mesmo período, o próprio governo, percebendo a abrangência do cinema, cria o Cinejornal Brasileiro (CJB), como expressão cultural de seu governo e, indiretamente, como meio de divulgar sua propaganda nacionalista. Estes dois órgãos governamentais – INCE e CJB – que utilizavam o cinema como mídia educativa e de comunicação de massa, pelo viés tecnológico, são o objeto de estudo desse artigo.

Os intelectuais brasileiros do início do século XX perceberam a modernização do país considerando fortemente a aposta de intervenção do Estado na articulação e/ou moderação de forças sociais. O papel e importância do cinema na definição de uma

cultura nacional foi percebido por vários setores sociais e políticos. O cinema como meio privilegiado de comunicação e integração social pode ser identificado, no período, tendo sempre o Estado como interlocutor das mensagens dos curtas ou promotor, financiando as produções.

Os idealizadores do INCE, principalmente Roquette-Pinto, viam o cinema como veículo de difusão de conhecimentos. Além da função de auxiliar no ensino escolar por reproduzir imagens concretas dos objetos sobre os quais recaem coisas, fatos, atos e fenômenos, o cinema representava o movimento, o qual estava além dos livros didáticos, transmitindo informações e enriquecendo o aprendizado sem a necessidade de que os alunos se deslocassem das salas de aula. Os filmes educativos eram projetados nas escolas. O próprio Estado, por meio do CJB, percebia o cinema como tendo a possibilidade de difundir o nacionalismo às massas que vinham recebendo dos meios de comunicação à época, uma cultura, que, cada vez mais se divorciava da realidade nacional. (RANGEL, 2010, 80)

Vargas tinha uma preocupação em redesenhar o Brasil politicamente, desta forma, o Estado Novo se constituiu em decorrência de uma política de massas, que se foi definindo no país, a partir da Revolução de 1930. Correntes intelectuais e políticas de diferentes matizes revelavam extrema preocupação com a questão social e muito se discutia sobre novas formas de controle das massas.

O cinema, como veículo de comunicação de massa, era dotado de importância fundamental como tecnologia auxiliar à formação da população brasileira. Para que esta formação da população viesse a se concretizar, a criação do ideal de brasilidade era necessário e ajudaria a conhecer e mostrar o Brasil ao próprio Brasil, para que esse pudesse se mostrar ao mundo. Nesse sentido, a descoberta de especificidades brasileiras, as quais deveriam ser moldadas e unificadas em torno de uma cultura nacional e principalmente com a possibilidade de ampliar a difusão de ideias por meio da reprodução cinematográfica. O governo Vargas sempre esteve atento à importância do cinema como elemento de unidade nacional e símbolo do progresso. O Estado Novo apresentava características próprias, de um Estado forte e autoritário, encarregado de

gerar as mudanças consideradas necessárias para promover o progresso dentro da ordem.

Os meios de comunicação, na década de 1930, mais especificamente o cinema, que se configura como importante objeto de estudo dos pesquisadores que visam explicar o processo dinâmico da história, foram cerceados na liberdade de expressão, ficaram impedidos pela censura de Vargas, de externar suas opiniões bem como de expressar as opiniões alheias contrárias ao regime. Os órgãos opositores foram silenciados e os adeptos do regime tiveram como missão enaltecer os atos do governo, os quais eram veiculados pelo Cinejornal Brasileiro, antes dos filmes principais, nas salas de exibição.

O governo Vargas procurou ampliar a base de apoio por meio da propaganda política, arma muito importante num regime que se volta para as massas. Os organizadores da propaganda política se valeram de símbolos e imagens na busca de consentimento e adesão da sociedade. A bandeira brasileira e a figura de Vargas foram os símbolos mais explorados nas representações visuais do Estado Novo.

O INCE, como órgão oficial do governo Vargas, produzia filmes educativos, os quais seriam veiculados nas escolas brasileiras e chegou a produzir curtas metragem diretamente ligados a questão de ensinamentos sobre a higiene pessoal, para a população brasileira. As imagens e os símbolos eram difundidos nas escolas com o objetivo de formar a consciência do pequeno cidadão. Nas representações do Estado Novo, a ênfase no novo era constante, ou seja, o novo regime prometia criar o homem novo, a sociedade nova e o país novo. (NUNES, 1998, p 12)

Sendo assim, analisando as fontes documentais e bibliográficas o que se percebe é que existia uma ambigüidade que se estabelecia entre um cinema que tinha como objetivo um caráter educativo e formativo, por meio do INCE, tal como idealizavam os educadores da época e outro caráter mobilizador e propagandístico por meio do CJB, produção que foi realizada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Os dois órgãos do governo Vargas tinham objetivos similares, mas com aplicações bem distintas. O objetivo principal da utilização do cinema era educativo, de acordo com o decreto-lei 21.240 de 04 de abril de 1932.

Esse decreto não aborda o cinema como um meio de diversão, mas como cinema educativo. O cinema oferece possibilidades de atuação em benefício da cultura popular, desde que devidamente direcionado. O filme documentário deve ter caráter científico, histórico, artístico, literário e industrial. O cinema representou na década de 1930 um instrumento que proporcionou muitas vantagens para a instrução do público e da propaganda do país. Os filmes educativos eram considerados materiais de ensino, visto permitirem assistência cultural e vantagens especiais de atuação direta sobre as grandes massas populares e mesmo sobre os analfabetos. (LUCAS, 2005)

Havia uma luta de cineastas da época para a formação de uma indústria cinematográfica nacional, o que justificava a união entre cineastas e educadores. A película era importada e com valores altos, neste sentido não poderia ocorrer erros no momento das filmagens, pois não havia material suficiente para refazer a cena.

Metodologia

Buscou-se por meio da pesquisa documental, identificar informações factuais nos documentos a partir das questões pertinentes de acordo com o objetivo desse artigo, ou seja, o cinema na década de 1930, difundido por dois órgãos governamentais de Vargas – INCE e o CJB -. Buscou-se nos documentos todas as pistas capazes de fornecer informações interessantes e importantes. O cinema tornou-se uma arte e seus pioneiros passaram a intervir na História. O cinema foi um importante meio de registro de imagens, experiências, natureza, fatos históricos, até que os filmes de ficção passaram a dominar a atenção de seus espectadores. O cinema na década de 1930, com o viés educativo e de mídia de massa, era instrumento ativo de tomada de consciência social, ou seja, auxiliava o professor em sala de aula e encurtava as distâncias, por meio das imagens, para que os brasileiros tivessem a oportunidade de conhecer o país sem precisar viajar. (FERRO, 2010, p 14)

INCE e CJB

Anísio Teixeira (2010) menciona a experiência educativa, de acordo com o pensamento do filósofo John Dewey, em consonância com os ideais do Estado Novo, como sendo essa experiência inteligente, em que participa o pensamento, por meio do qual se vêem a perceber relações e continuidades antes não percebidas. O cinema era exaltado, na década de 1930, pelos intelectuais da época, como Roquette-Pinto, não só pela sua capacidade de observação da realidade, mas representava a passagem de uma civilização de comunicação verbal para uma sociedade industrial que veiculava de forma acelerada as imagens audiovisuais, ou seja, era a chegada do mundo moderno, marcado pela presença da visualidade e da sonoridade. O cinema estava ao alcance de todos, desta forma, o cinema era percebido como uma mídia de massa pautada na democracia de acesso da população. A visão dos políticos, educadores e intelectuais com relação à educação tem uma abrangência maior, e por isso o cinema é posto como um fator de educação ou até mesmo como um elemento civilizador.

Segundo Simis (1996), em seu livro “Estado e Cinema no Brasil”, o cinema poderia ser um importante meio para a veiculação do nacionalismo. Durante o governo de Vargas, o nacionalismo teve destaque nos problemas políticos e econômicos brasileiros. O cinema, como meio de comunicação de massa, não se restringindo apenas ao cinema educativo. A propaganda nacionalista do governo Vargas utiliza-se desta ferramenta também por meio dos cinejornais. (SIMIS, 1996)

De acordo com Simis (1996), sobre a relação do Estado com o cinema,

a análise do discurso de Getúlio Vargas que ressalta as possibilidades oferecidas pelo cinema, demonstra como o Estado que se instaura em 1930 usurpou da sociedade o que havia de novidade. Valendo-se das possibilidades da sua técnica, projetou a reforma da sociedade pela via da reforma do ensino e propaganda o aspecto integrador e centralizador da ideologia nacionalista. (SIMIS, 1996, p 92.).

A construção de um país nacionalista, idealizado por Getúlio Vargas, perpassa pela educação para todos os brasileiros e pela comunicação de massa. Na década de 1930, os meios de comunicação começavam a ter destaque devido à possibilidade de abrangência territorial e rapidez nas informações. O governo se apropriando destes

meios com diversos fins, utilizou-os tanto na educação, por meio de filmes educativos quanto em sua propaganda nacionalista por meio dos cinejornais. (SIMIS, 1996) O caráter pedagógico do cinema ultrapassou a sala de aula e ganhou ressonância junto ao poder, em meados de 1930, tanto que Getúlio Vargas ainda em seu governo provisório aludia à contribuição que o cinema daria à formação da Nação de um Brasil Uno, como preconizava o seu projeto político. (SIMIS, 1996)

Em abril de 1932, Vargas promulgou o Decreto-lei nº 21.240 que criava a obrigatoriedade da exibição de um filme nacional, mas que entraria em vigor apenas em 1934. Pela primeira vez o Estado brasileiro criava uma medida efetiva de proteção ao cinema nacional, embora o decreto fizesse referência direta exclusivamente à obrigatoriedade de exibição de filmes educativos, também deixava em aberto a possibilidade de incluir na determinação outros gêneros cinematográficos que não o educativo como o filme de longa-metragem de enredo. O que se percebe, é que o Estado estava valorizando o cinema mais pelo seu caráter educativo do que industrial. O que se destaca na publicação do Decreto é o interesse do Governo em intervir na questão, regulando as atividades cinematográficas no País, em especial aquelas vinculadas ao cinema educativo.

Goulart (1990) aborda a questão da ideologia no Estado Novo, tendo como foco os cinejornais, que tinham um caráter educativo e estavam diretamente ligados à propaganda e à censura do governo Vargas. Segundo Goulart (1990, p.56), estes curtas traduziam em imagens a crônica da política nacional; a voz e a imagem de Getúlio Vargas e de Ministros de Estado; inaugurações de obras públicas; cerimônias oficiais; manobras militares; desfiles comemorativos registrando o reaparelhamento das Forças Armadas. (GOULART, 1990, p56)

O cinejornal era um meio de comunicação de massa orientado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), agencia governamental, por meio do qual o Estado veiculava seu projeto político ideológico procurando firmá-lo como socialmente dominante. Os meios de comunicação veiculados por meio de órgãos oficiais do governo Vargas, como o INCE e CJB, não estão isentos de indiretamente transmitirem a ideologia do governo Vargas principalmente visando à construção de um

país industrializado e nacionalista, ou seja, o Brasil, um país do futuro. (SIMIS, 1996) Mesmo que o INCE apresentasse um caráter educativo e voltado para as escolas brasileiras, também chegou a produzir curtas, com assuntos voltados à necessidade do governo Vargas, como a temática sobre a higiene e sobre as vacinas.

Roquette-Pinto, como o principal idealizador do INCE, apontava algumas questões importantes para a produção dos filmes educativos, tais como: um filme nítido, minucioso e detalhado; para que a compreensão dos alunos não fosse ambígua. Outro ponto pertinente ressaltado era que o filme deveria ser claro e sem dubiedades para a interpretação dos alunos; lógico no encadeamento de suas seqüências; movimentado, porque no dinamismo existe a primeira justificativa do cinema; ou seja, o movimento era o que provocava o encanto dos alunos pelos filmes. O filme também deveria ser interessante no seu conjunto estético e nas suas minúcias de execução para atrair em vez de aborrecer. Vargas via o cinema além desta possibilidade educativa, mas como um meio para aproximar os povos e a população interna. Além de considerar os filmes educativos como material de ensino, visto que permitem assistência cultural com vantagens especiais de atuação direta sobre as grandes massas populares e mesmo sobre os analfabetos.

Um dos objetivos de Vargas, desde o início do Estado Novo era o de unir o país, desunido pela distância geográfica e pelas diferenças raciais, econômicas e sociais. Como veículo aproximador, o cinema, por meio dos filmes, se valiam de suas imagens, símbolos e mensagens para cumprirem sua missão. Para Getúlio Vargas o movimento de aproximação promovia um conhecimento interno, fundamental para despertar o patriotismo, pois só o conhecimento promoveria o crescimento.

Considerações Finais

Embasado pelo conteúdo das fontes analisadas, considera-se que o cinema ensaiava os seus primeiros passos no País, na década de 1920. Durante o governo Vargas, os políticos, os intelectuais e os educadores perceberam a abrangência do cinema como tecnologia e mídia de comunicação de massa. O potencial

cinematográfico poderia ser utilizado tanto na educação escolarizada por meio de filmes educativos, como na mídia de massa difundido os ideais nacionalistas do governo de Getúlio Vargas, com um caráter educativo mais amplo.

Os potenciais do cinema foram explorados por meio do filme educativo produzido pelo INCE sob a orientação de Roquette-Pinto, com o objetivo de que todas as escolas brasileiras tivessem acesso aos filmes educativos como instrumentos auxiliares do professor. Os cinejornais eram produzidos pela Cinédia sob a orientação do DIP. Os curtas produzidos tinham um cunho educativo de acordo com o Decreto 21.240 de 1932. Direta ou indiretamente o cinema teve a sua importância, pois buscou atingir a maioria da população, à época, ainda não letrada. Mesmo os que não soubessem ler e escrever eram capazes de compreender a linguagem visual cinematográfica. Ao mesmo tempo, por meio dos filmes poderia conhecer o País, com a possibilidade de encurtar as distâncias geográficas. Em suma, o cinema tinha esse potencial de mostrar o Brasil aos brasileiros por meio das imagens em movimento.

O cinema seria implementado nos moldes educativos, objetivando informar a população brasileira, por meio do cinejornal. Nos projetos do governo Vargas, havia necessidade de curtas voltados para a temática da higiene, da vacinação, entre outros temas pertinentes, com o intuito de conscientizar a população.

O INCE projetava os filmes educativos com temas variados. Tanto o INCE quanto o CJB tinham objetivos semelhantes com relação ao cinema educativo, mas em perspectivas diferenciadas. O INCE estava diretamente relacionado as escolas e o CJB voltado para as exposições nas salas de cinema. Ambos priorizavam os filmes educativos.

O cinema faz parte, portanto, do processo de modernização do país, por meio da tecnologia. Novas práticas pedagógico-educativas foram introduzidas nas escolas brasileiras. E antes dos filmes principais nas salas de exibição a população era informada com notícias sobre o governo Vargas. O aprender pela visão da linguagem do Estado, por intercinematográfica inaugurou o processo de modernização pela disciplina do olhar, ou seja, induzir o olhar para os aspectos que o Estado, na pessoa de seu governante – Vargas – e dos intelectuais que o assessoravam queriam chamar a atenção, por meio do enquadramento da imagem em torno de seus propósitos. A imagem do País

estava sendo construída por meio das mídias produzidas pelo INCE e pelo CJB, o Brasil se mostrava a si mesmo e ao mundo.

REFERÊNCIAS

- FERRO, Marc. **Cinema e História**. São Paulo. Paz e Terra, 2010
- GOULART, Silvana. **Sob a verdade oficial ideologia, propaganda e censura no Estado Novo**. São Paulo: Marco Zero, 1990. 175 p.
- HAAG, Carlos. A história no Escurinho do Cinema. **Revista Pesquisa FAPESP**, edição 175, setembro 2010.
- JAPIASSÚ. Hilton. **Dicionário Básico de Filosofia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- LUCAS, Tais Campelo. **Cinearte: o cinema brasileiro em revista (1926-1942)**. Dissertação Universidade Federal Fluminense 2005.
- NUNES, Clarice. Historiografia comparada da escola nova: algumas questões. **Revista da Faculdade de Educação**. vol.24 n.1 São Paulo Jan./Jun. 1998
- PINTO, Álvaro Vieira. **O Conceito de Tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto 2005.
- RANGEL. Jorge Antonio. **Edgard Roquette-Pinto**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed Massangana, 2010.
- SANTOS, Ademir Valdir dos. Educação e nacionalismo: configurando a escola primária catarinense na Era Vargas. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas-SP n 24 p 83-111, set/dez 2010.
- SIMIS, Anita. **Estado e Cinema no Brasil**. São Paulo: Annablume, 1996.
- WESTBROOK, Robert B. TEIXEIRA, Anísio. ROMÃO José Eustáquio. **John Dewey**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed Massangana, 2010. Coleção Educadores.

**FOLIA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO EM PIRENÓPOLIS: VIVÊNCIAS
SOBRE O PROCESSO DE REGISTRO**João Guilherme da Trindade Curado
joajgguilherme@gmail.comUniversidade Estadual de Goiás/Unidade Universitária de Pirenópolis
Doutor em Geografia
Fapeg/UEGCo-autoria: Tereza Caroline Lôbo
terezacarolinelobo@gmail.comUniversidade Estadual de Goiás/Unidade Universitária de Pirenópolis
Doutora em Geografia
Fapeg/UEG**Resumo**

A Festa do Divino Espírito Santo que ocorre em Pirenópolis a cada Pentecostes, desde o século XIX, foi reconhecida como Patrimônio Cultural do Brasil desde 2010. Para o registro desta Celebração foi necessário a realização de um minucioso inventário que demandou significativo tempo e diversos deslocamentos, antes, durante e depois das festividades. Como pesquisadores participantes de tal processo propomos expor sobre as experiências e vivências festivas durante o período destinado ao desenvolvimento das atividades elencadas pelo instrumento que culminou no dossiê apresentado como requisito para o título. A Folia do Divino Espírito Santo é uma manifestação que desloca no tempo e no espaço e que define o início das festividades, o que a torna um importante referencial para a cultura local.

Palavras-chave: Folia do Divino Espírito Santo; Cultura; Pirenópolis

Abstract

The Holy Divine Spirit Festival that happens every Pentecost since the XIX century was recognized as Cultural heritage of Brazil in 2010. In order to register this Celebration it necessary to conduct a thorough inventory that required significant time and many trips before, during and after the festivities. As participating researchers in such process we propose to expose the experiences and living during the festive period for the development of the activities mentioned by the instrument which culminated in the dossier submitted as a requirement for the title of Cultural Heritage. The “Folias” of the



Holy Spirit is a manifestation that shifts in time and space and that defines the beginning of the festivities, making it an important reference for the local culture.

Keywords: The Holy divine Spirit “folia”; Culture; Pirenópolis

Os festejos em homenagem ao Divino Espírito Santo ocorridos em Pirenópolis, estado de Goiás, são considerados como patrimônio cultural imaterial brasileiro desde 2010, sendo a segunda manifestação registrada no Livro das Celebrações. Os bens de natureza imaterial que compõem estas festividades incluem os modos de fazer e de viver da população pirenopolina, ou seja, os saberes e expressões que dão sustentação e permitem que uma festa em louvor ao Divino Espírito Santo perpetue por séculos.

No intuito de salvaguardar o patrimônio imaterial, entendido como parte integrante do patrimônio cultural de um povo, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) desenvolveu uma metodologia de pesquisa própria que levou em conta que as “criações culturais de caráter dinâmico e processual, fundadas na tradição e manifestadas por indivíduos ou grupos de indivíduos como expressão de sua identidade cultural e social” (<http://www.iphan.gov.br>), necessitam de um tratamento específico para identificação e documentação. Sendo, portanto, um instrumento que se propõe a registrar e reproduzir os saberes, fazeres e expressões que dão existência às manifestações culturais de uma comunidade.

Objetiva-se neste trabalho relatar a experiência de aplicação desta metodologia contida no Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC, 2000), assim como a vivência em campo que possibilitou inúmeros contatos com os partícipes, o que resultou em horas de entrevistas gravadas ou filmadas, uma rica produção de fotografias, depoimentos e observações de momentos diversos da Folia, culminando no dossiê apresentado como requisito para o título de patrimônio cultural brasileiro. Devido à extensão da festa, quase dois meses, o foco central da abordagem proposta será a Folia do Divino Espírito Santo, celebração que marca o início das festividades sendo responsável pela disseminação da rede de envolvimento, articulada para que o ciclo festivo do Divino em Pirenópolis aconteça como determina a tradição.

A Festa do Divino: uma celebração

A Festa do Divino Espírito Santo está presente em Pirenópolis há quase dois séculos, desde 1819 (JAYME, 1971), conforme os primeiros registros documentais encontrados, e vem congregando ao longo deste período várias festividades: cavalcadas — encenação das lutas entre mouros e cristãos —, reinados e juizados — festas originadas nas manifestações dos negros escravos no período da mineração do ouro —, teatros, novenas, rezas de terços, desfile de mascarados e as folias, dentre outras manifestações culturais, conforme observou Brandão em estudos realizados em 1974 e 1978. Os inúmeros rituais que compõem a festa arregimentam personagens e partícipes da cidade, dos povoados e municípios vizinhos formando uma intensa rede festiva (MAIA, 2002) que produz e reproduz saberes, fazeres e expressões numa gama de diversidade que dá sentido e constitui a cultura local.

Estudando a Festa do Divino em Pirenópolis, com destaque para a romanização, a festa patrimônio e suas tradições, Silva afirma que, “calcadas no sincretismo, na diversidade simbólica e na circularidade cultural, as festas foram as grandes expressões da sociabilidade destas comunidades, gerando ‘formas específicas de sociabilidade’” (2001, p. 24). Sociabilidades estas assentadas num complexo sistema de produção e circulação de bens e dádivas que são acumulados e distribuídos entre os pares compondo todas as dimensões da vida social. Isso permite compreender a festa como um “fato social total” na concepção de Mauss (2003). Estes pressupostos fundamentaram o reconhecimento da Festa do Divino de Pirenópolis como patrimônio cultural integrante da diversidade que identifica a cultura nacional.

Num misto de ações entre a Igreja, o poder público e a população a Festa do Divino de Pirenópolis pouco se difere das festividades em homenagem ao Divino Espírito Santo espalhadas pelo Brasil. Embora sofrendo transformações ao longo dos séculos a estrutura festiva pouco foi alterada e vem mantendo-se fortemente ligada às tradições calcificadas pelo ciclo de realização da festa. O jeito de “ser no mundo” (HEIDEGGER, 2009) de quem vivencia e está no lugar da festa a coloca como parte do

cotidiano e da própria existência do ser que participa de uma cultura, no caso a pirenopolina ligada às inúmeras devoções ao Divino.

O mosaico de festejos que integram a festa em Pirenópolis é composto de rituais independentes e simbolismos próprios que dão singularidade a cada celebração, mas que em Pentecoste se fundem em um culto de devoção ao Espírito Santo. Este alia o sagrado e o profano, o catolicismo popular e o oficial num intenso envolvimento da população da local.

Desse modo são definidas as celebrações compostas pelo império, constituído pelas ações desempenhadas pelo imperador na organização da festa; pelo reinado de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e o Juizado de São Benedito festas de coroação de reis negros aglutinada à Festa do Divino desde finais do século XIX (LÔBO, 2006); pela cavalhadinha mirim, versão infantil da “festa maior” celebrada no feriado de Corpus Christi (SILVA, 2004) e as Folias (do padre, da cidade e da roça) que perfazem o seu “giro” em busca de donativos para realização da festa, objeto de estudo de Veiga (2002).

A tradicional Banda de Música Phoenix, as cavalhadas, os mascarados e a revista as Pastorinhas foram registradas como forma de expressão presentes na festa, são componentes essenciais para que a realização dos festejos se cumpra conforme a tradição. Mas, para que tudo isso se articule e se efetive os ofícios exercidos pelas costureiras, artesãos, carpinteiros, cozinheiras e os modos de fazer as máscaras, as flores, as verônicas — doces de açúcar confeccionados e distribuídos na festa — as vestimentas dos personagens etc., são entendidos não só como elementos constitutivos da festa, mas como a festa em si.

O envolvimento da ampla maioria da população e a sobreposição de tantos festejos impõe um território de domínio da festa que ocupa quase todo sítio urbano, composto pelo largo da Matriz, igreja mor e marco zero da cidade, o largo do Bonfim, na parte leste, o campo das cavalhadas ao sul e a casa do imperador que é definida após sorteio do mesmo que decidirá se fará a festa em sua residência ou alugará algum imóvel que atenderá as necessidades do encargo.

O território da festa é dilatado quando acontecem as manifestações das folias do Divino. O espaço de domínio das folias, tanto a urbana quanto a rural, potencializa a área de atuação da festa uma vez que inclui os bairros periféricos da cidade onde são realizados os pousos da folia da rua, bem como integra à rede festiva as fazendas e povoados que fazem parte do município de Pirenópolis, pois os giros — rota circular percorrida pelas folias — além de juntar cavaleiros de toda região e cidades circunvizinhas acabam por envolver os visitados no clima da festa.

A partir do exposto acima, é possível relacionar o que Santos aponta como “os novos recortes do território: verticalidades e horizontalidades”, com o que se refere à Folia do Divino em Pirenópolis. Sendo que a Folia ao realizar seu giro, tanto pela cidade quanto pela área rural estaria ao encontro do que o autor denominou como sendo “as horizontalidades [que] serão os domínio da contigüidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial” (SANTOS, 2008, p. 139). É desta maneira que a Folia organiza seus pousos, pela proximidade da localização das casas ou fazendas dos fieis que se dispõem, em homenagem ao Divino, organizar um pouso, para que o giro prossiga, assim como a tradição da folia se perpetue por mais um ano. Segue o geógrafo explicando que as verticalidades “seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais” (SANTOS, 2008, p. 139). O que seria a ligação entre habitantes de bairros afastados, que no cotidiano não se frequentam, mas que ao portarem a bandeira do Divino tornam-se a devoção comum e os deslocamentos fluem, mesmo que a distância seja longa, o que lhe provê, desta maneira, a acentuação, também, do caráter sacrificial da fé.

Portanto, a religiosidade expressa no culto ao Espírito Santo, as sociabilidades oriundas da organização dos festejos e as territorialidades desenvolvidas demonstram a diversidade de comportamentos presentes na festa; assim, a complexidade da trama que forma o tecido festivo e as distâncias espaciais que as celebrações das folias abarcam, são fatores que ao mesmo tempo instigaram e dificultaram o trabalho de documentação do registro desta manifestação. Consideramos, ainda, território como uma trama constituída “em relação com a história, a economia, a política e a cultura” (SILVA, 2013, p. 203). As vinculações apresentadas pela autora para identificar um território vão

ao encontro de uma dos marcos teóricos do INRC, que “deverá ter efeitos sobre o processo social e político pelo qual se forma, legitima-se e dá-se publicidade ao patrimônio cultural, com consequências para a formação e a reconfiguração das identidades dos grupos e categorias sociais envolvidas” (INRC, 2000, p. 5).

Os obstáculos encontrados na pesquisa e, principalmente durante o trabalho de campo das folias do Divino, vieram em função da natureza do objeto pesquisado, pois o bem cultural que constitui o patrimônio imaterial está

enraizado no cotidiano das comunidades e vinculado ao seu território e às suas condições materiais de existência, o patrimônio imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado e apropriado por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos de sua identidade (www.iphan.gov.br).

O dinamismo e a densidade das negociações presentes na organização da Festa do Divino e especialmente nas folias foram responsáveis pelo prolongamento do tempo estipulado para execução do trabalho de registro e documentação. Assim como, pelo envolvimento dos pesquisadores que para dar conta das dificuldades impostas pelo pouco tempo e pela intensa dinâmica do fenômeno tiveram que estreitar relações com os partícipes na busca de informações e intensificar as visitas em campo para melhor compreender o objeto de estudo e acompanhar seu constante processo de recriação.

Desde o início da pesquisa estava claro para a equipe que a realização do inventário e conseqüente posterior registro da Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis era apenas o começo do processo que tinha data para começar e não para encerrar. Eram preocupações constantes da equipe e dos partícipes, especialmente os entrevistados, quais seriam as medidas de apoio e fomento que o registro propiciaria e se haveria recursos financeiros para tal. Ou seja, os projetos de salvaguarda. As discussões dominaram o cenário da festa ainda na fase do registro.

A Festa do Divino do ano de 2009, ano da realização dos trabalhos de campo para compor a documentação do registro, foi um ano atípico para a festa, pois além dos conflitos naturais e recorrentes entre a Igreja e os leigos, os políticos e os participantes,

os de dentro e os de fora — insiders e outsiders (ELIAS; SCOTSON, 2000) — as discussões gravitaram ainda sobre as discussões se o registro traria benefícios ou não para a continuidade da festa, se haveria recursos para os projetos de salvaguarda que seriam apresentados e quem administraria as verbas. E ainda: se o reconhecimento como patrimônio cultural nacional intensificaria o processo de espetacularização dos festejos e se isso alteraria substancialmente as tradições, concorrendo para o afastamento da comunidade.

Ao propor relatar as experiências vivenciadas no processo do registro com foco no trabalho de campo realizado nas folias intenta-se descrever, mesmo que brevemente, sobre a aplicação da metodologia proposta pelo Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) e, passados quatro anos, avaliar o que o registro representou para as folias do Divino em Pirenópolis.

O Inventário

Resultado dos inúmeros debates presentes durante a Assembleia Nacional Constituinte, que culminou com a Constituição de 1988, um grupo de trabalho, voltado para uma nova maneira de se conceber o patrimônio brasileiro, conseguiu aprovar não só o artigo 216 em que altera a concepção outrora materialista do patrimônio brasileiro, mas principalmente as diretrizes do que posteriormente materializou-se no Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000, que em seu *caput* “institui o Registro de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências” (IPHAN, 2006, p. 129).

Assim como o tombamento, o registro se dá com a inscrição do bem em um livro, neste caso da imaterialidade os livros são quatro, a saber: Livro de Registro dos Saberes, Livro de Registro das Celebrações, Livro de Registro das Formas de Expressão e Livro de Registro dos Lugares. A Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis foi inscrita no Livro das Celebrações, pois é naquela categoria que se assenta os “rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social” (IPHAN, 2006, p. 129). Continua o Decreto salientando para o fato de que “a inscrição num dos livros de registro terá sempre como

referência a continuidade do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira” (IPHAN, 2006, p. 129-130).

Devido a grande novidade do novo instrumento de trabalho do Iphan, no que se refere ao patrimônio denominado como imaterial, é que foi realizada uma oficina nacional que aconteceu em Pirenópolis, no ano de 2001, quando o INRC foi estudado por representantes das equipes de todas as Superintendências Regionais do Iphan, e quando a Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis foi utilizada como laboratório de aplicação das fichas, mesmo não sendo seu período de ocorrência. Um texto-base que direcionou várias discussões durante a oficina foi “Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio” (FONSECA, 2000).

Com relação ao Inventário ocorrido sobre a Festa do Divino Espírito Santo em Pirenópolis, nos limitaremos a apresentar as práticas e resultados referentes à Folia do Divino, seguindo as etapas metodológicas propostas no INRC, que são ao todo sete itens. Na parte introdutória se expõe os objetivos: “identificar, documentar e registrar sistematicamente o *patrimônio imaterial* formador da diversidade cultural no Brasil” (INRC, 2000, p. 2). Sobre a Folia, foi necessário, seguindo a proposta, identificar a existência de três delas, sendo que duas giram pela área rural e uma terceira pela área urbana, sendo que todas passaram pelo processo de documentação que culminou com o registro desta manifestação junto à Festa do Divino.

O marco teórico, segundo ponto do INRC, aponta para possibilidades de construção do objeto de pesquisa, direcionado pela noção de inventário e delimitação do universo a ser trabalhado, a Festa do Divino como um todo, mas salientando suas partes, inclusive a Folia e suas características.

A terceira etapa versa sobre o processo de trabalho, desde a constituição da equipe, que necessariamente deve conter integrantes da comunidade que tenham de preferência formação e envolvimento com o bem a ser inventariado, o que acaba por contribuir com a legitimação e facilitação da pesquisa, uma vez que se conhecem os rituais e as pessoas que os produzem. Assim os diálogos com os alferes e com os demais integrantes da Folia foram facilitados e realizados em diversos momentos, abrangendo o antes, o durante e o depois do giro.

Os procedimentos de pesquisa foram pautados por um conjunto de formulários, delimitados pelo levantamento preliminar, que no caso estendeu a Festa do Divino a todas as manifestações que ela engloba. No caso da Folia em especial demarcou-se os espaços do giro, os trajetos, os rituais, os encargos, a devoção, além dos modos de fazer as comidas, de executar as músicas e até mesmo de organizar os acampamentos. Tal planejamento auxiliou em muito o aproveitamento do tempo, uma vez que duas Folias acontecem simultaneamente, assim como os deslocamentos da equipe. Ainda neste conjunto de ações foram levantadas as referências bibliográficas sobre a Festa do Divino, com destaque para a de Pirenópolis e a elaboração de listas, por temas, de pessoas a serem entrevistadas. Esta etapa, mesmo sendo inicial, foi desenvolvida até o fechamento da pesquisa, pois foliões foram trazendo novas informações, no decorrer dos trabalhos. A documentação, principalmente a desenvolvida em campo, seguindo as diretrizes do INRC, é “de natureza eminentemente etnográfica” (INRC, 2000, p. 22).

O quarto ponto é a identificação do sítio e localidades em que o bem a ser inventariado compreende. Na Festa do Divino o epicentro da festividade vem da Matriz, que já fora investigada como sendo “Matriz de Festas” (LÔBO; CURADO, 2008), além de perpassar por outras localidades, sendo que as Folias foram responsáveis pelo grande incremento de localidades constituidoras da Festa, uma vez que no ano da pesquisa (2009) foram nove pousos na Folia da Rua, assim como na Folia do Padre e mais oito na Folia Tradicional; perfazendo a necessidade de pontuar sobre 26 pontos pelos quais a Folia do Divino, em suas atuais três variações, girou.

Além da descrição do sítio, que constitui localização, paisagem natural e os marcos edificados, há a necessidade dos registros fotográficos que expliquem visualmente as localidades em análise. Este item se mostra como o mais complexo do INRC, pois aglutinam, ainda, as referências bibliográficas levantadas, os registros produzidos e levantados do audiovisual, assim como os bens culturais inventariados que compõe a Celebração, ou parte dela.

A identificação dos bens culturais, que constitui a quinta etapa do INRC, ocorre após a identificação dos bens culturais, quando “as informações necessárias poderão ser obtidas a qualquer tempo, pela pesquisa de campo, com o uso de questionários e/ou de

gravações” (INRC, 2000, p. 51). Foi neste momento que se gravou não só as narrativas da Folia, mas principalmente as músicas e orações, por exemplo. É o momento de sistematizar as fichas a partir dos questionários e formulários aplicados nas etapas anteriores.

A montagem do Relatório Final, material a ser encaminhado para apreciação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural a fim de aprovação que resultará no registro do bem. O Relatório possui uma dinâmica em que os sítios são destacados, seguidos pelas localidades. Assim, ao sítio Pirenópolis foi imediatamente apoiado pelas localidades, inclusive dos locais dos pousos de Folia.

O item final são os anexos — material referencial bibliográfico — que são constituídos por textos sobre diversos aspectos do patrimônio cultural imaterial e que foram fundamentais para a elaboração da pesquisa que resultou no relatório do registro, aprovado em 15 de abril de 2010.

Durante a preparação do inventário, a equipe de pesquisadores, composta por profissionais de áreas diversas e uma estagiária, sendo a coordenadora e um dos pesquisadores, moradores recentes de Pirenópolis e os demais integrantes pirenopolinos com formação na área de Humanas e com envolvimento com a Festa do Divino, o que facilitou em muito os contatos e mesmo os campos que foram bastante importantes para a aplicação dos formulários e o desenvolvimento do relatório final encaminhado para apreciação.

As atividades destinadas à elaboração do inventário contaram, basicamente, com duas etapas distintas, mas complementares: o gabinete e o campo. No primeiro foram levantadas pesquisas bibliográficas, elaborados cronogramas e planos estratégicos de ação, considerando a simultaneidade das várias manifestações que compõe a Festa do Divino, incluindo as Foliás, para tanto conversamos com os alferes, com promotores dos Pousos de Folia, foliões, músicos de Folia, cozinheiros e demais partícipes. Aglutinamos para leituras e debates a produção bibliográfica existente sobre Folia e busca de audiovisuais e fotografias que se referiam ao bem em questão: a Folia (assim como demais aspectos que juntas constituem a Festa do Divino de Pirenópolis).

Para o campo instrumentos indispensáveis foram as máquinas fotográficas digitais amadoras — que em substituição ao antigo caderno de campo utilizado pelos antropólogos — possibilitaram registros fotográficos, em vídeos e sonoros das manifestações festivas, dentre elas da Folia. Propiciaram, ainda, mecanismos que auxiliaram nas descrições das localidades e dos demais aspectos a comporem o inventário.

Descrição do campo: Folia

O município de Pirenópolis vem passando por diversas transformações ligadas principalmente à proximidade das capitais — Goiânia e Brasília — e pelo intenso fluxo turístico, fatores que têm contribuído para modernização do lugar. Aliado a isso, a herança cultural e as tradições pirenopolina têm passado por permanentes atualizações. Mas, ao observar e estudar suas festas tradicionais como a Festa do Divino Espírito Santo e especialmente as Foliás do Divino percebe-se a manutenção e a valorização da cultura ligada à ruralidade que dominou o município por mais de dois séculos, e ainda hoje se faz presente.

Concordamos que “a identidade rural vigente em Pirenópolis é reforçada pelas foliás do Divino” (VEIGA, 2002, p. 171). Esta é a primeira impressão que se tem ao ver dezenas de foliões montados a cavalo — como ocorre nas foliás rurais — ou enfileirados pelas ruas rumo à casa que sediará o pouso — na folia urbana. Estas manifestações têm estruturas ritualísticas próprias e complexas, como será demonstrado aqui na descrição da vivência em campo, e que, apesar de seu dinamismo carrega memórias e experiências coletivas e individuais que fundamentam as identidades ali constituídas.

Na realização do Inventário Nacional de Referência Cultural (INRC) foi necessário primeiramente identificar os bens culturais e caracterizá-los. Desse modo, a Folia do Divino foi classificada como uma celebração e, apesar da semelhança dos rituais foram descritas três manifestações da Folia: Folia do Padre ou da Renovação Cristã, Folia da Roça e Folia da Rua. Cada uma das foliás apresentou enorme



capacidade de agregar participantes, mobilizando e criando envolvimento com a Festa do Divino como um todo.

Para atender todos os itens da ficha de identificação das celebrações a equipe de pesquisa precisou organizar um planejamento estratégico para conseguir descrever o bem e produzir a documentação necessária para o registro. Pouco mais de um mês antes do início da festividade o grupo de pesquisadores começou a visitar os responsáveis pela organização das folias para mapear os locais de realização dos principais rituais e realizar algumas entrevistas. A Folia do Padre sai para o seu giro uma semana antes da Folia da Roça e da Folia da Rua, mas, pouco antes da chegada desta as outras duas estão saindo simultaneamente. Com uma equipe pequena de cinco pesquisadores e outra equipe de documentação audiovisual planejou-se o acompanhamento das três festividades sem que se perdessem aspectos considerados importantes no preenchimento da ficha de identificação das celebrações.

Na identificação do bem foi necessária a descrição das folias e dos lugares das celebrações atentando para as características gerais, as formas de agenciamento do espaço para as celebrações e o tempo de ocorrência de cada folia. O referencial teórico sobre a folia foi incansavelmente buscado e estudado, pois, é uma manifestação muito antiga, trazida para o Brasil ainda no período colonial e já naquela época era descrita como “bando precatório que pede esmolas para a festa do Divino Espírito Santo (Folia do Espírito Santo) ou para a festa dos Santos Reis Magos (Folia de Reis)” (CASCUDO, 2012, p. 305).

Em Pirenópolis existiu diversas folias espalhadas por todo município e dedicadas a variados santos, mas a que conseguiu arregimentar o maior número de partícipes foi a do Divino Espírito Santo. A Folia da Roça é a mais antiga das três, sua origem remonta ao século XVIII e a mais recente é a do Padre, surgida em 2003 com o objetivo de contrapor-se aos excessos ocorridos na Folia da Roça, ou seja, a valorização dos rituais religiosos em detrimento dos profanos, a Folia da Rua é do início do século XX.

Em relação à sua composição a folia é “um grupo de homens, usando símbolos devocionais, acompanhando com cantos o ciclo do Divino Espírito Santo, festejando-

lhe a véspera e participando do dia votivo” (CASCUDO, 2012, p. 305). Há uma hierarquia bem definida formada pelos alferes, embaixadores, regentes, procuradores e salveiros, cada um com atuações específicas, os demais partícipes são denominados apenas por foliões. O folião de atalho ou cata-pouso é aquele que participa em determinados momentos, mas não percorre o caminho da folia, é hoje a grande maioria dos participantes. São poucas as mulheres que participam dos giros ocupando cargos ou portando a “guia” ou “divisa” — pequeno pombo preso a um crachá com a especificação do cargo ocupado e vem junto à camisa —. Mas, nos animados bailes e nas fartas distribuição de comidas as mulheres se fazem presentes.

Com a missão de levar o Divino, estampado nas bandeiras portadas pelos alferes, nas casas visitadas e angariar donativos para a Festa do Divino, as Folias têm início nas casas do “junta”, residência que reúne os foliões para o início da jornada de oito a nove dias. Aí acontecem as rezas nos altares, as bandeiras são bentas, os foliões são alimentados e as danças do catira são realizadas numa demonstração de alegria. Estes rituais vão se repetir em todas as casas que abrigar o pouso da folia. As Folias do Divino percorrem seu trajeto circular durante o dia e à noite os foliões param para os pousos. O percurso é realizado a cavalo pelos participantes das folias rurais e a pé durante a urbana.

As distâncias percorridas pelas Folias do Padre e da Roça são muito grandes, são várias as fazendas visitadas e diversas as histórias de fé, devoção e acontecimentos nos caminhos, impossíveis de serem descritos com a observação da festa de um único ano.

A chegada dos foliões nas casas dos pousos é rica em detalhes, pois, todo espaço é preparado para a festa, os currais são transformados em espaço para dança, os pastos em estacionamentos, as casas são ornamentadas e geralmente uma cozinha é improvisada no quintal para a produção de grandes quantidades de comidas. Não há, portanto, um marco natural ou uma edificação específica para a realização dos pousos de folias, tudo é provisoriamente organizado para o momento e logo em seguida ao término do pouso é desmontado. Esta efemeridade foi um dificultador do trabalho de campo, pois exigia a presença da equipe nos três momentos dos acontecimentos

festivos: a preparação, a festa propriamente dita e o desmonte, para assim ter a dimensão das alterações das paisagens durante a Folia.

A rede de envolvimento criada pelos rituais que estruturam as folias é constituída a partir da participação de cada personagem e/ou partícipe. E, é esta rede, em que cada folião e devoto se sentem parte integrante é que mantém viva as folias, fazendo com que estas se realizem ano após ano. São vários os níveis de participação e envolvimento que vão desde a doação de um pacote de arroz para o jantar dos foliões passando pelo empréstimo da fazenda para realização do pouso, até o pagamento de promessa ao Divino. Devido à dimensão destas festividades é impossível calcular a quantidade de donativos e identificar os doadores, pois muitas ações são veladas e envoltas em um universo de fé e negociação com o santo, e, portanto, portadoras de uma subjetividade difícil de ser percebidas pela observação dentro do parco limite de tempo que foi dispensado para a pesquisa do inventário.

Consideração finais

As Folias em homenagem ao Divino Espírito Santo que acontecem atualmente em Pirenópolis são celebrações que junto como as outras festividades que compõem a Festa do Divino é um patrimônio cultural do Brasil pela forma como se encontram enraizada no modo de ser e viver da população pirenopolina e assim, são demonstrativas da diversidade de manifestações presentes no país.

O dinamismo e a diversidade na história e nos símbolos presentes na realização destas folias, bem como sua representatividade na cultura local demonstram sua vitalidade e explicam sua realização no tempo presente. A comunidade faz a festa e a percebe como uma forma de compreensão e interpretação da própria existência.

No entanto, não é possível desprezar que mesmo diante de toda a pesquisa desenvolvida com o intuito de inventariar e posteriormente registrar a Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis como patrimônio cultural brasileiro, fosse minimizado os aspectos de articulação política, quando os sujeitos partícipes da festa foram convidados a falar e externalizar seus conhecimentos, além de encabeçarem, formalmente, os documentos de solicitação do registro junto com os poderes constituídos, mesmo não

participando dos momentos ápices decisórios promovidos até hoje, como por exemplo, a entrega do título do registro.

Passados mais de três anos do reconhecimento oficial do título de patrimônio cultural brasileiro o material da pesquisa ainda não foi publicado e nem ficou arquivado no Escritório Técnico do Iphan em Pirenópolis, todo material produzido em campo foi levado para Goiânia e o que tem sido apresentado à população é o vídeo produzido pela equipe de audiovisual sobre a Festa do Divino de 2009, que contém todos os bens culturais inventariados pela equipe.

Faz-se necessário discutir os projetos de salvaguardas, e mais do isso, pensar formas de atuação que não interfiram nas redes de sociabilidades tramadas pela população e levem em conta as relações sociais e as representações que dão forma e sustentação para que a festa aconteça respeitando as negociações e os interesses locais.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Cavalcadas de Pirenópolis**: um estudo sobre representações de mouro se cristãos em Goiás. Goiânia: Oriente, 1974. 180p.

_____. **O Divino, o Santo e a Senhora**. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1978. 159p.

CÂMARA CASCUDO, Luís da. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 12. ed. São Paulo: Global, 2012. 756p.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 224p.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: **Patrimônio Imaterial**: O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Iphan, 2000. 208p.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. (Trad. Márcia de Sá Cavalcanti Schuback). 4. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009. 598p.

<<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso a várias páginas do site entre os dias 20 e 29/09/2013.

Instituto do Patrimônio Histórico de Artístico Nacional. **Inventário Nacional de Referências Culturais**. Brasília: Iphan/Departamento de Identificação e Documentação, 2000. 134p.

_____. **Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio**. Rio de Janeiro: Iphan, 2006. 320p.

JAYME, Jarbas. **Esboço Histórico de Pirenópolis**. Goiânia: UFG, 1971. Vols I e II. 624p.

LÔBO, Tereza Caroline. **A singularidade de um lugar festivo: o Reinado de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e o Juizado de São Benedito em Pirenópolis/Goiás**. Goiânia: IESA/UFG, 2006. 152f. (Mestrado em Geografia).

LÔBO, Tereza Caroline; CURADO, João Guilherme da Trindade. Matriz de Festas. In: **Ateliê Geográfico**. Goiânia: UFG, vol. 2, n. 2, agosto, 2008. pp. 40-54.

MAIA, Carlos Eduardo Santos. **Enlaces Geográficos de um Mundo Festivo — Pirenópolis: a tradição cavaleiresca e sua rede organizacional**. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 2002. 300 f. (Doutorado em Geografia).

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003. 536p.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EdUSP, 2008. 176p. (Coleção Milton Santos, Vol. 7).

SILVA, Ana Cristina de. **Território e significações imaginárias no pensamento geográfico brasileiro**. Goiânia: Ed. UFG, 2013. 318p.

SILVA, Fernanda Adamski. “Já faz parte da alma da criança” As cavalhadinhas de Pirenópolis: reinventando uma tradição. In: **Anais do XI Congresso Brasileiro de Folclore**. Goiânia: Kelps/Unesco/comissão Nacional de Folclore, 2004. pp. 321-335.

SILVA, Mônica Martins da. **A festa do Divino: Romanização, patrimônio e tradição em Pirenópolis (1890-1988)**. Goiânia: Agepel, 2001. 229p.

VEIGA, Felipe Berocan. **A Festa do Divino Espírito Santo em Pirenópolis, Goiás: polaridades simbólicas em torno de um rito**. Niterói: PPG em Antropologia e Ciências Políticas/UFF, 2002. 220f (Mestrado em Antropologia).

O PROCESSO DE “MUDANÇA” DE COMPANHIA PARA ESCOLA DE APRENDIZ DE MARINHEIRO DO RIO DE JANEIRO NO SEGUNDO REINADO: PRIMEIRAS QUESTÕES

Jorge Antonio Dias
[diantj@hotmail.com](mailto:diasantj@hotmail.com)

Docente Ferp/UGB

Doutorando do Programa de Pós-graduação em História, Políticas e Bens Culturais
Fundação Getúlio Vargas/CPDOC

Resumo

Durante o segundo reinado (1840-1889), importantes transformações políticas e sociais foram sendo paulatinamente construídas. Uma delas, especificamente vinculada à formação profissional dos marinheiros foi à transformação das companhias de aprendizes marinheiros em escolas. Para além da mudança semântica, nosso objetivo é identificar os diferentes aspectos técnicos que engendraram essa nova forma de ver, pensar e refletir sobre a formação dos marinheiros.

Palavras Chaves: Companhias, Escolas, Marinheiros

Abstract

Over the second reign (1840-1889), important political and social transformations were gradually built. One of them, specifically linked to the training of sailors was the transformation of companies apprentices sailors in schools. Beyond the semantic change, our objective is to identify the different technical aspects that engendered this new way of seeing, thinking and reflecting on the training of sailors.

Key-words: Companies, Schols, Saylor

1. Aspectos Gerais do trabalho e pesquisa:

Em 1885, o Decreto Legislativo nº 9371¹, de 14 de fevereiro de 1884, deu nova organização às Companhias de Aprendizes Marinheiros. No primeiro relatório ministerial, encaminhado pelo então Ministro da Marinha Alfredo Rodrigues Chaves, observamos um certo descontentamento em relação ao conteúdo expresso no referido decreto. Principalmente, no que dizia respeito à diminuição do número de Companhias de Aprendizes Marinheiros de 18, para 12 Escolas. Assim como, das províncias escolhidas para abrigá-las. Justificando que estas, dando exemplo o caso da província de São Paulo, cujo contingente havia sido excedido e foi, anexada a Escola da Corte. Anexação inclusive não realizada por não ter acomodações necessárias para todos os aprendizes marinheiros.

A execução do referido decreto tem patentado a necessidade de ser alterado em muitos pontos. Por ele se reduziram a 12 escolas as 18 companhias de aprendizes marinheiros existentes, e nas escolhas das províncias em que se conservaram tais estabelecimentos, não foram bem atendidas as circunstâncias em que se achavam essas companhias (Relatório do Ministro da Marinha, 1885, p. 16)²

Os relatórios dos Ministros da Marinha, disponíveis e digitalizados desde os anos de 1827 a 1959, podem ser consultados via rede mundial de computadores, através do Center for Reserchs Libray, da Universidade de Chicago/USA, assim como, junto ao acervo do CEDAP – Centro de documentação e apoio à pesquisa da UNESP – Universidade Estadual de São Paulo, em forma de microfilme, vem ao longo de quase todos os trabalhos historiográficos, reconstruindo e constituindo-se em relatos minuciosos de aspectos variados pertinentes a Marinha brasileira.

¹ CLI – Coleção de Leis do Império 1885.

² <http://brazil.crl.edu>

Essa documentação, é importante. Todavia, não é fonte unívoca para que possamos compreender os aspectos políticos e sociais presentes nos processos de mudanças engendrados principalmente a partir do segundo reinado, no que diz respeito à nova organização do Estado brasileiro. O corpus documental, tanto para a realização desse artigo, como para a realização da pesquisa como um todo, foi ampliado; privilegiando entre outros, documentos redigidos aos comandantes das companhias e escolas de aprendizes, códigos militares e disciplinares, código criminal do império, Livros de Registro Geral e livros auxiliares de Socorros (cadernetas dos marinheiros).

Como sinalizado anteriormente, esse corpus documental vêm embasando diferentes trabalhos historiográficos cujo foco é a Marinha, ou comumente chamada por historiadores do período – Armada Imperial. Não muitos, se comparados às pesquisas envolvendo militares do Exército em diferentes contextos da história do Brasil. Porém, esse número que perde em quantidade, ganha em qualidade, inclusive nos aspectos ligados a interdisciplinaridade.³ Nesse sentido, observamos também, em comum a quase todos os trabalhos sumariados abaixo, uma preocupação com as múltiplas origens, de recrutas e marujos e sua formação profissional, que por consequência traziam consigo uma profunda pluralidade de trajetórias.

³ **César Castro** – *Navegar é preciso – A escola de aprendizes Marinheiros do Maranhão Império*, **Rozenilda Maria de Castro** – *Do suprimimento humano para a Marinha de Guerra Nacional, escola para a criança pobre: interesses recíprocos no surgimento da companhia de aprendizes do Piauí*; **Solyane Silveira Lima** – *A educação para crianças e jovens desamparados na companhia de aprendizes marinheiros de Sergipe (1868-1885)*, **Matilde Araki Crudo** – *Infância, trabalho e educação: os aprendizes do Arsenal de Guerra de Mato Grosso/Cuiabá (1842-1899)*, **Gisele Machado** – *Escreveu não leu, pau comeu – A escola de aprendizes marinheiros de Santa Catarina (1889-1930)*, **Saulo Álvaro de Melo** – *O Arsenal da Marinha em Mato Grosso Projeto político de defesa nacional e de disciplinarização do trabalho. Do planalto à planície pantaneira (1719-1873)*, **Arias Neto** – *Em busca da cidadania - praças da Armada nacional (1867-1910)*, **Álvaro Nascimento** – *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*; **Sílvia Capanema** – *Nous, Marins, citoyens brésiliens et républicains: identités, modernité et mémoire de la revolte des matelots de 1910* e **Silvana Jaha** – *A galera Heterogênea: naturalidade, trajetória e cultura dos recrutas e marinheiros da Armada Nacional e Imperial do Brasil c. 1822-1854.*

2. Por uma Marinha forte, homogênea e exercitada:

Este subtítulo, foi extraído do livro “Subsídios para a história Marítima do Brasil,” cujo trecho em destaque, foi escrito por Lucas Alexandre Boiteux, Capitão de Mar e Guerra, quando das comemorações do primeiro centenário da criação das companhias fixas de aprendizes marinheiros (1833). Da forma como esta apresentada, a primeira vista, somos remetidos a aspectos mais gerais, que não remetem as profundas mudanças ocasionadas por esta forma de pensar a organização militar da Armada Imperial.

A Marinha Imperial Brasileira não apresentava uma organização de ramo regular do serviço público, regido por normas e preceitos definidos (MAIA, 1975); isso até meados do século XIX. Contudo, a origem da Marinha do Brasil se funda na própria criação do Império, na emancipação política do Brasil em relação a Portugal em 1822; a defesa do vasto litoral significava a defesa da posição de independência e demandou a criação de uma pequena esquadra marítima, que foi possível organizar devido aos navios que haviam transportado a comitiva real em 1808, e que aqui haviam permanecido. Tendo participado ativamente dos movimentos que garantiram a Independência brasileira, e posteriormente das guerras externas, a Marinha se tornou, ao longo do século XIX, uma instituição de prestígio político (BANDEIRA, 2010).

Dentro desse contexto histórico, podemos acrescentar a preocupação emergente com a formação de pessoal para as fainas⁴ nas embarcações e quartéis da Marinha. Nisso podemos situar a criação das Companhias de Aprendizes Marinheiros que passaram durante a vigência do segundo Reinado a se constituírem como Escolas de Aprendizes Marinheiros, enfatizando que a educação oferecida deveria subordiná-los a uma disciplina regular e uniforme e dotar os alunos das características de asseio e subordinação (BARREIRO, 2008).

⁴ Trabalho desenvolvido pelos marinheiros embarcados ou em terra nos quartéis.

Para além da simples mudança de nomenclaturas, há também uma mudança no sentido da formação dos marinheiros. Trata-se de um período marcado pela construção da ordem sob a orientação de uma elite política (CARVALHO, 2007), cuja vinculação das ideias era permeada por uma forma de modernização conservadora. Afinal, a formação social que corresponde ao Segundo Reinado caracteriza-se pela predominância das relações escravistas de trabalho; por uma estrutura social desigual e, conseqüentemente, oportunidades educacionais extremamente escassas. Bem como uma forma de governo monárquica e uma administração burocrática e centralizada (MATTOS, 1990; CARVALHO, 1997).

Notamos a existência de uma ambigüidade em relação ao ingresso de jovens nos serviços militares, em especial na Marinha. Se por um lado o processo de modernização da sociedade em curso exigia formação adequada para se alcançar à ascensão social, o sistema de ensino ainda não havia se estruturado nesses moldes; cabendo então como uma das alternativas aos desfavorecidos socialmente, o ingresso nas fileiras militares, a fim de alcançarem educação e uma profissão de status, que num futuro próximo garantiria o sustento individual ou mesmo familiar. Por outro lado, o ingresso desses jovens aprendizes nos quadros da Marinha revelou-se um importante instrumento de controle social, resolvendo “em parte” os problemas da Marinha e da sociedade emergente conforme apontam os relatórios do Ministro da Guerra⁵.

Havia ainda duas questões a ser resolvidas, e que por algum tempo impactou diretamente a formação, aumento e manutenção dos quadros da Marinha. Os remanescentes lusitanos e outros grupos de estrangeiros que compunham a Armada e, paralelamente, segundo apontavam os seguidos relatórios ministeriais, a repugnância dos brasileiros pela vida marítima.

Esses dois aspectos foram sendo paulatinamente tratados em conjunto e com soluções “caseiras”. Por um lado, a Escola Naval ocupava-se por substituir lentamente os oficiais estrangeiros por nacionais formados nessa escola. Por outro lado, com a necessidade premente de equipar os navios da Armada com quantitativo de pessoal

⁵ AHEx – Arquivo Histórico do Exército. Relatórios do Ministro da Guerra: 1828-1878.

necessário para mantê-los em mar, foi organizado o novo depósito de Marinhagem e Recrutadas – a *Nau Vasco da Gama* (1826).

Entretanto, essa iniciativa, comandada pelo Capitão de Fragata Francisco de Assis Cabral e Teive, obedecia a “instruções”, que versavam sobre disciplina, trabalho, formação para marinhagem e as primeiras letras. Esta iniciativa pioneira, contudo, só pode ser tomada e ampliada por diferentes comandantes de outros navios, face as diferentes formas de engajamento e recrutamento. Segundo Silvana Jaha (2011, p. 42-3), existiam cinco maneiras de tripular os navios da Armada. Sendo três delas compulsórias e duas, contratuais. Das formas compulsórias:

1. Recrutamento forçado de nacionais e muitas vezes estrangeiros por policiais, militares, recrutadores de ocasião. Os recrutadas eram enviados às presidências das províncias, que os expediam ao Ministério da Marinha. Os secretários da Polícia da Corte não raro os enviavam diretamente ao Ministério. Muitos tenentes da Marinha praticaram o recrutamento em regiões portuárias, recrutamento esse que seria orientado pelo regulamento de 10 de julho de 1822 até 1874, e por inúmeras outras leis, muitas vezes dissonantes em relação a ele.
2. Raptos em navios mercantes e regiões portuárias de marujos estrangeiros ou nacionais (razias, no entender do historiador militar Juvenal Greenhalg). Esse modo de tripular um navio era comum na maior parte dos países atlânticos. Até o início do século XIX, a Inglaterra foi a maior praticante de recrutamento violento, de nacionais e estrangeiros. Os marujos eram registrados como engajados, mas na realidade eram forçados a embarcar, conforme demonstram inúmeros ofícios de cônsules estrangeiros para os ministros da Marinha.
3. Cumprimento de penas criminais. Era essa, talvez, a maneira menos usual. indivíduo que cometera algum crime, dentro ou fora da Marinha, passava de um a dois anos servindo sem receber soldo.

Sobre as contratais:

1. Engajamento em países estrangeiros (principalmente Inglaterra e Portugal) por meio dos consulados e de agenciadores diversos.
2. Engajamento e/ou voluntariado de estrangeiros e nacionais em portos. Mesmo recrutados a força, os nacionais estavam cumprindo um tipo de trabalho compulsório legal, o chamado “tributo de sangue”, relacionado ao pertencimento da nação, o que não fazia muito sentido para a maioria, e de certa maneira dava continuidade a um tipo de recrutamento de tempos coloniais. A historiografia do recrutamento normalmente aborda esse tipo, que era o único para o Exército, à exceção dos batalhões de estrangeiros da década de 1820. Como o engajamento foi fundamental nos primeiros anos da Armada, é preciso estudar os modos de angariar homens para a Armada e o Exército distintamente, ainda que haja intersecções entre ambos.

Esses aspectos contudo, nos fazem refletir, primeiramente sobre a necessidade de se criar uma cultura marítima em meio a um heterogêneo grupo que formava a Armada Imperial. Esse aspecto, foi apontado pelo ministro da Marinha:

A heterogeneidade da tripulação dos nossos navios de guerra, que infelizmente não podemos ainda destruir, é talvez causa de não poucos males que tenhamos sofrido. Qualquer que seja a habilidade dos marinheiros estrangeiros, é claro que tomarão, como nós, tanto interesse pelo país a que servem, e ninguém ignora os prodígios de que é capaz o entusiasmo pela glória nacional, e quando muitas vezes dele a sorte dos combatentes. (Relatório do Ministro da Marinha, 1832).

Como observamos, na leitura dos seguidos relatórios ministeriais, permanece, segundo a visão dos ministros, uma composição defeituosa e desarmonizante fatal ao serviço. Salientando contudo que, o *engajamento e recrutamento*, das formas descritas anteriormente, só seriam tomadas a cabo quando falhava o primeiro.

As diferentes experiências, cujos objetivos, a priori era equipar com pessoal a Marinha de Guerra, transformou-se numa verdadeira ideologia da vadiagem (SOUZA, 2004). Jorge Prata de Souza (1998), Renato Pinto Venâncio (2010) e José Carlos Barreiro (2005), discutem a participação de mão de obra de homens e mulheres, livres, libertos e escravos, ingênuos, órfãos e vadios nas estruturas produtivas do Império e das forças Armadas, como forma de manter a ordem econômica e diminuir as possíveis tensões sociais. Preocupação comum nesses autores, são as formas empregadas pelos oficiais e comandantes dos navios para manter a ordem e a disciplina a bordo, assim como o recrutamento desse contingente de mão de obra para suprir as fileiras da corporação. Importante ressaltar que o recrutamento de crianças e adolescentes, para além das formas tradicionais, entende-se o recrutamento “forçado” pelas autoridades policiais, versão consagrada pela historiografia e na memória. Convivendo com a busca pelas próprias famílias populares de todo o país pelas instituições militares, como forma de oferecer formação e alternativa de vida aos filhos. Nesse sentido, como via de mão dupla, foram criadas em 1836, as companhias de aprendizes Marinheiros.

3. As Companhias de aprendizes Marinheiros

Em 1836, o ministro Salvador José Maciel, criou, as companhias fixas de marinheiros, onde deveriam servir:

todos os rapazes sem meios de subsistência, e os que não se aplicarem assiduamente a algum ofício ou ocupação; estes corpos devem ser organizados de tal forma, que se tornem aptos para todo o serviço de mar, e aprendam conjuntamente o manejo de artilharia, de fuzil e de todas as armas, que se usam nos combates navais e nos de terra. (Relatório do Ministro da Marinha, 1836, p. 8)

Segundo Arias Neto (2001), o pensamento de Maciel, era o mesmo de Rodrigues Torres, (seu antecessor); o recrutamento deixaria de recair sobre “trabalhadores produtivos e necessários” e passaria a visar meninos e “desocupados”, conforme aponta a decisão de nº 6 de janeiro de 1834: “isentando do recrutamento para os navios de

guerra os indivíduos que, como marinheiros, estejam matriculados em embarcação do comércio de cabotagem e de pescaria”.⁶ Os desocupados deveriam ser "educados" nos princípios que orientam os serviços de Marinha: a mais irrestrita subordinação. O referido autor ainda argumenta, o que de certa forma já expomos, sobre a nacionalização da força e a militarização da Armada, em seu sentido mais stricto, ou seja, sofisticação do processo de recrutamento forçado e da composição das guarnições da Armada.

Diferentes questionamentos podem ser extraídos desse processo, e caminhos, também diferentes podem ser tomados. Como salientado e sumariado nos diferentes trabalhos acadêmicos apresentados, existe uma linha que os une, sendo essa a formação profissional, de um grupo heterogêneo orientado pela exclusão política e social. Fica notório esse processo quando da leitura de diferentes decisões compreendidas entre os períodos de 1833 a 1836:

Ordenando que não assente praça a bordo dos navios de guerra a indivíduo algum que para esse fim seja enviado com a nota de criminoso, ou cujos costumes sejam incompatíveis com a moralidade e subordinação que deve haver a bordo dos navios de guerra. (Decisão nº 30 de 22/01/1834).

Recomenda que os juízes de paz, remetam para o Arsenal da Marinha da Corte, os recrutas para a Armada e Corpo de Artilharia da Marinha, com declaração das qualidades que devem ter tais recrutas – moços de 12 a 16 anos, não mal feitos, criminosos, não ser entregue ao refugio da população. (Decisão nº 31 de 23/01/1834).

Constituídas como o mais importante viveiro de marinheiros,⁷ as Companhias de Aprendizes Marinheiros, que posteriormente foram transformadas em Escolas de aprendizes Marinheiros, guardam consigo possibilidades de pesquisa ainda a serem trabalhadas. Inicialmente criadas em número de quatro, uma na corte e outras três em províncias do norte do Brasil, eram compostas sucessivamente de cem praças cada uma: 01 Capitão da Companhia, 01 Tenente da Companhia, 02 guardas marinha, 01 contra-mestre, 01 guardião, 01 primeiro forriell, 01 segundo forriell, 04 cabos de marinheiros,

⁶ Fonte: Leis e Decisões 1834 –CLI parte I.

⁷ Relatório do Ministro da Marinha, 1906.

18 primeiros-marinheiros, 18 segundos-marinheiros, 26 terceiros-marinheiros e 26 aprendizes-marinheiros. Achando-se já formadas as quatro companhias fixas de marinheiros, o Regente, em nome do Imperador, pelo decreto de 17 de março do ano de 1837, resolveu designar um oficial superior da Armada para comandante Geral das mesmas. Tais instituições tinham como principal requisito: “formar uma escola de Marinheiros Nacionais, próprios para todo o serviço da Esquadra Brasileira, tanto na paz como na guerra” (Decreto de 1º de julho de 1837 – CLI). Curioso entender que o Nacional, aqui apresentado, é utilizado em oposição ao estrangeiro, ao que não é nativo do território, nem naturalizado.

Pela decisão de nº 385 de 1836, a Regência determinava aos presidentes das províncias do Império que fizessem recrutar e enviar para a corte, quando houvesse embarcação:

o número possível de rapazes de 14 anos para cima, que não se aplicando a ramo algum de indústria, nem tendo ocupação pela qual ganhem honestamente os meios de subsistência, sejam idôneos grumetes da Armada, a fim de aprenderem na Escola de Marinagem, estabelecida na corte a bordo da fragata Príncipe-Imperial, devendo recomendar-se ao Comandante do Navio, em que vierem tais rapazes, o melhor tratamento dos mesmos.

Para além dos aspectos do engajamento e recrutamento forçado, outra questão se faz importante destacar. A idade para o recrutamento militar. Até meados dos anos 1870, o recrutamento foi feito com base no regulamento de 1822 (Decisão nº 67, 1822), onde: “ficam sujeitos ao recrutamento todos os homens brancos solteiros, e ainda pardos libertos de idade de 18 a 35 anos que não tiverem a seu favor as exceções”. Contudo, em diferentes momentos de consulta a documentação pertinente ao período de criação das companhias de aprendizes, até 1889, o que observamos é uma alternância de idades e possibilidade de recrutamento e engajamento que se alternam. Ao longo do século, a idade mínima dos recruta, de dezoito anos, foi diminuindo para dez anos, assim como, estabelecidos à quantidade máxima destes nas embarcações:

Convindo regular o número de grumetes menores que pode ter cada um dos navios de guerra, fora da lotação, e que freqüentam as escolas nas embarcações onde são permitidas, previno Vm^a de que os grumetes de 12 anos para menos dever ser considerados menores, e destes poderão ter, fora da lotação, as fragatas de 1^a ordem 25, de 2^a ordem 20, corvetas 16 e brigues 12.(Decisão nº 452 de 19/12/1834).

A esses dois aspectos, podemos acrescentar outros a exemplo: qual era a natureza e como funcionavam essas companhias e escolas, onde se localizavam e quais os critérios para essa localização, quais seriam os projetos da Marinha para essas instituições? Os aprendizes, quem eram, como viviam? Quais temas eram discutidos e privilegiados em sua formação? Algumas dessas questões ainda precisam ser estudadas.

Uma das nossas preocupações para este artigo, e conseqüentemente para a pesquisa que caminha, é a diversidade que no estágio inicial foi ponto da principal companhia de aprendiz de marinheiro – da Corte. Afinal, como apontado, havia por parte da legislação pertinente a obrigatoriedade do envio desses jovens para corte, que agregava um número maior de aprendizes em relação a demais companhias e escolas durante todo o período imperial. Com isso, compactuamos com Silvana Jaha, quando a mesma afirma que:

A Corte foi tanto uma força centrípeta quanto centrífuga de recrutas. Homens de toda a parte eram enviados à capital do Império e, dali, realocados em outras províncias. Se, por um lado, o Estado criou esse processo de migração forçada, por outro, esse trânsito de pessoas gerou redes de informações incontroláveis, que devem ter engendrado algumas noções de pertencimento a um lugar maior do que aquele de nascimento e residência, enfim um sentimento de nacionalidade ao avesso, de baixo para cima.(JAHA, 2011,P. 126).

E assim, nosso objeto se construiu. O presente artigo, não tem a incumbência de dar respostas às questões anteriormente formuladas. Mas, salientar sua importância no contexto historiográfico a que se destina. Nossa pesquisa, ainda em sua fase inicial, persegue a linha deixada por outros historiadores que, da mesma forma procuraram trilhar por espaços, caminhos e mares nunca antes navegados.



4. Considerando...

O que foi até aqui exposto, de forma a atender as prerrogativas do que se destina, não pretendo me alongar nessas considerações finais. Mas, não poderia deixar de salientar que o foco desse trabalho, ainda que privilegiando a história vista de baixo, ou como até bem pouco tempo, diziam alguns historiadores e sociólogos, a história dos subalternos; não foi neste artigo, e também não será minha intenção ao término da pesquisa, ainda que atento às questões do presente, redimir papéis que por ventura tenham assumidos oficiais, inferiores e aprendizes dentro do processo histórico. Não descarto, como elemento fundamental do processo de “mudança”, tal qual sinalizado no título desse artigo à heterogeneidade. Não apenas dos jovens “presos para recrutas”, mas também dos oficiais em sua relação íntima e direta com os marinheiros. Relação esta, cristalizada pela historiografia sempre como tensa e desigual.

Uma questão em aberto nos trabalhos que foram aqui elencados, é exatamente, o papel dos oficiais no processo direto de disciplina e formação profissional dos aprendizes marinheiros. Afinal, ainda que pertencendo a uma classe, dentro do mundo do trabalho, diferenciada é certo; até que ponto estariam da mesma forma sujeitos à regulação política e social da Marinha e por consequente do projeto de Nação que estava se construindo?

Até que ponto, tais estudos, não podem privilegiar institucionalmente a história da Marinha, agregando a ela personagens marginalizados, excluídos, mas que de certa forma contribuíram para uma Marinha forte, homogênea e exercitada.

REFERÊNCIAS

ARIAS NETO, José Miguel. Em busca da cidadania: Praças da Armada Nacional (1867-1910). Tese de Doutorado. USP, 2001.

BANDEIRA, Fabiana Martins. Disciplinando homens, Fabricando marinheiros: Relações de poder no enquadramento social da corte (1870-1888). Dissertação de Mestrado em História Social, Uni-Rio, 2010.

BARREIRO, José Carlos. Os relatos do Ministério da Marinha como fontes para a análise da formação da disciplina de trabalho na Marinha do Brasil (1780-1850). Revista Patrimônio e Memória. Unesp – Fclas – CEDAP, vol. 1, n.2 2005.

CAPANEMA, Silvia. Nous, Marins, citoyens brésiliens et républicains: identités, modernité et mémoire de la révolte des maletots de 1910. Tese de Doutorado. École de Hautes Études em Science sociales. França, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem: a elite Imperial. Teatro das Sombras: a política Imperial. 3ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DIAS, Jorge A. O tio-navio revolta-se contra o sobrinho-presidente. Historiografia e os usos políticos da memória dos Marinheiros de 1910 pelo Movimento Negro Brasileiro. Dissertação de Mestrado História Social. PPGHS/USS, 2012.

JAHA, Silvana. A galera heterogênea: naturalidade, trajetória e cultura dos marinheiros da Armada Imperial (1822-1864). Tese Doutorado. Puc/RJ, 2011.

MAIA, João do Prado. A Marinha de Guerra do Brasil na colônia e no Império: tentativa de reconstituição histórica. 2ª ed. Rio de Janeiro, Cátedra; Brasília, 1975.

SOUZA, Jorge Prata de. A mão de obra de menores escravos, libertos e livres nas instituições do Império. Apud: SOUZA, Jorge Prata de (org.) Escravidão: ofícios e liberdade. Rio de Janeiro: Arquivo Público de Estado do Rio de Janeiro – APERJ, 1998.

SOUZA, Laura de Mello e. Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII. 2.a ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Os Aprendiz da Guerra. Apud: História das Crianças no Brasil. PRIORE, Mary Del (org.) 7ª ed. – São Paulo: Contexto, 2010.

PAISAGENS NARRATIVAS: A CONSTRUÇÃO DA CIDADE ATRAVÉS DA FOTOGRAFIA

Juçara de Souza Nassau
jsouzanassau@gmail.com
UFG/UNIMONTES
Mestranda em Cultura Visual

Resumo

Este estudo possui referência nos álbuns fotográficos realizados nos fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, no Brasil. Neles as transformações sofridas pelas cidades são notáveis, inclusive as que se encontram do interior do país, principalmente aquelas realizadas em Montes Claros-MG, que é uma das ênfases desta pesquisa. Nas fotografias que compõem os álbuns fotográficos, verifica-se a modernização das cidades, no entanto, de maneira idealizada pelos primeiros fotógrafos, já que estavam ligados a interesses políticos. Os álbuns fotográficos, criados para a divulgação dos empreendimentos realizados na cidade e utilizados como propaganda do desenvolvimento econômico pelos governantes, no entanto, geraram resultados significativos na memória e no imaginário social.

Palavras chaves: história social, fotografia, paisagens urbanas

Keywords: social history, photography, urban landscapes

Introdução

A primeira imagem fixada sob um suporte, por Joseph Niépce, em 1824, é uma vista parcial dos arredores de uma cidade. Poucos anos depois, o primeiro daguerreótipo é realizado na América do Sul (mais especificamente em 1840, no Brasil, pelo abade Louis Compte) e mostra o “Paço da cidade” do Rio de Janeiro (KOSSOY, 2002, p. 111). A partir destes fatos é possível verificar que, desde os primeiros registros produzidos ainda no século XIX, a fotografia se interessou em registrar a cidade. Como observa Vasquez (2003, p. 111),

o amor dos fotógrafos pela cidade, por todas as cidades, edificou ao longo do último século e meio um interminável labirinto de papel. Labirinto mágico e sedutor, do qual ninguém deseja escapar, ansiando ao contrário por nele se embrenhar cada vez mais, para construir na imaginação uma cidade ideal. A urbe argêntea, a encantada cidade onde as ruas são efetivamente de prata, posto que pavimentadas com os sais de prata das emulsões fotográficas.

Segundo Lima (2008, p. 66), a produção de “vistas fotográficas da cidade” não era insignificante e se intensificou gradualmente atingindo o seu ápice nas primeiras décadas do século XX, “com a febre dos cartões postais”. Também neste período, a urbanização dos centros urbanos se intensificou no Brasil, coincidindo com o início da divulgação desta transformação da cidade através da fotografia, na busca constante por “uma cidade ideal” (VASQUEZ, 2003, p. 112).

Pretendia-se, portanto, mostrar a cidade e as mudanças nela ocorridas. Neste caso, concordamos com Leite (2005, p. 28) quando ela propõe que alguns aspectos culturais são campos propícios de estudo das “ligações entre as transformações da fotografia e da cidade”. Neste contexto, casam-se perfeitamente a tecnologia fotográfica e o ideal realista da fotografia. Segundo Pereira,

a fotografia fruto do século XIX foi um dos meios de comunicação e informação que pontuou e acompanhou as transformações urbanas ocasionadas pela modernidade, revelando a intensidade e rapidez de como ocorreram. [...] Os fenômenos urbano e fotográfico permitiram

o surgimento de discussão sobre a problemática da construção e da perpetuação de uma memória da cidade. (2006, p. 87)

Verificamos, portanto, a representatividade da cidade através da imagem que cria uma nova realidade. Para Leite (2005), a realidade da representação confronta-se com a realidade material e possivelmente daí reside “o ponto nodal da expressão fotográfica”:

[...] uma realidade moldável em sua produção, fluida em sua recepção, plena de verdades explícitas (análogas em sua *realidade exterior*) e de segredos implícitos (sua história particular, sua *realidade interior*), *documental, porém imaginária*. (2005, p. 44, grifos da autora)

A partir desta “realidade moldável”, é possível deduzir os motivos que levaram a utilização da fotografia como veículo de divulgação da imagem da cidade, já que o seu aspecto documental sugeria uma verdade, ao mesmo tempo em que as imagens veiculadas aguçavam a imaginação do seu receptor. A fotografia, portanto, servia ao propósito de se imaginar a cidade nos moldes da modernidade que se queria criar a partir de duplos sentidos: na construção da cidade material e na criação da cidade imaginada.

O presente artigo surge do profundo interesse em abordar estes dois temas: fotografia e cidade. Para investigar as relações entre eles, a proposta desta pesquisa é desenvolver um estudo crítico do álbum fotográfico de Montes Claros (MG), produzido em 1927.

O Álbum de Montes Claros foi produzido pelo jornalista Hugo Leal Netto dos Reys, que veio do Rio de Janeiro a convite do governo municipal para confeccionar o álbum a ser apresentado na *Exposição Mineira de Agricultura e Comercio de Bello Horizonte* (sic), em maio de 1927, e apesar de não ficar pronto a tempo de ser mostrado nesse evento, mesmo assim, foi concluído, lançado e divulgado. Nele, a cidade é mostrada sob dois ângulos: as suas melhores construções e os seus mais ilustres habitantes. Segundo Oliveira (1927), no Álbum de Montes Claros estão presentes “as melhores vistas relativas a nossos melhores e mais importantes edifícios”, assim como

“os retratos e bibliografia dos montesclarenses mais em evidência por sua posição de destaque” (OLIVEIRA, 1927, p. 03).

De acordo com Vasques (2003), a criação da coleção de fotografias de cidade reunidas em álbuns surgiu em meados do século XIX com o intuito de divulgar o progresso e promover a cidade através da propaganda.

No ano de 1927 foram produzidas um expressivo número de fotografias urbanas da cidade de Montes Claros¹, nelas a cidade se constrói com ares de modernidade. Para Carvalho (2012), as autoridades locais ansiavam por uma cidade moderna e, de acordo com as reportagens publicadas nos jornais de Montes Claros, seria possível estabelecer um índice daquilo que era considerado “moderno” e “civilizado” nesse período:

a construção do prédio do cinema vinha de encontro a um anseio pela renovação estética da cidade, por uma continuidade da “revolução arquitetônica” em curso no município, pois, a partir da instalação da estação ferroviária, por exemplo, foram criadas 38 novas ruas, duas praças, duas avenidas e várias travessas. O aspecto antigo dos prédios urbanos, no entanto, tornou-se um incômodo para as autoridades municipais e a construção do cinema suscitava o problema pela renovação estética urbana. O ponto de vista daqueles que escreveram sobre a cidade, sem algum vínculo com ela, propicia-nos perceber o índice de preocupação das autoridades municipais e de outros segmentos, como os editores de jornais e os seus leitores, quanto ao aspecto fisionômico da cidade (CARVALHO, 2012, p. 4).

Analisando a imagem através das fotografias de Montes Claros é perceptível a preocupação com o “aspecto fisionômico da cidade”. Neste contexto, o pesquisador descobrirá que analisa-las demandará mais que um simples exercício de observação, pois como bem especificou Burke (2004, p. 24) “deve-se aconselhar alguém que planeje utilizar o testemunho de imagens que inicie estudando os diferentes propósitos dos realizadores destas imagens”. Para o autor, seria imprudente atribuir aos fotógrafos um

¹ De economia diversificada, o município possuía entre suas várias atividades um comércio movimentado, que abastecia grande parte das cidades do norte mineiro. Nos últimos anos, a cidade se transformou em um importante polo universitário, que atrai estudantes de várias partes do país. Atualmente, Montes Claros possui cerca de 400 mil habitantes. Disponível em http://www.montesclaros.mg.gov.br/cidade/aspectos_gerais.htm, acesso em 29 de julho de 2013.

“olhar inocente” e totalmente objetivo, livre de expectativas e de preconceitos ao viabilizar a fotografia. No entanto, não se trata de procedermos no sentido de detectar se as imagens podem ser confiáveis ou não, apenas propomo-nos a verificar o seu conteúdo.

As imagens da cidade levaram-nos a vários caminhos, mas descobrimos que eles sempre retornam a um ponto comum: a utilização dos contextos culturais como geradores de conhecimento histórico. Torna-se necessário, portanto, ultrapassar as fronteiras de um olhar passivo frente aos inúmeros desafios que a fotografia e até mesmo os álbuns fotográficos provocam e ir à busca de novos significados.

Álbum de Montes Claros

Esse álbum foi produzido pelo jornalista carioca Hugo Leal Netto dos Reys, em 1927. Segundo Oliveira (1927), Reys teria vindo do Rio de Janeiro “à recomendação do Ex. Sr. Francisco Sá²” para confeccionar o Álbum de Montes Claros “à semelhança dos que já possuem os principais municípios mineiros”. Assim Oliveira tenta persuadir os leitores do jornal *Gazeta do Norte* a participarem do álbum:

Como no puro commercio, como em tudo, enfim que precisa expandir-se, uma cidade que se desdobra como a nossa, uma zona cuja grandeza se cristaliza, como a de Montes Claros, deve fazer a sua propaganda. Nunca a nossa Camera Municipal tomou essa iniciativa. Foi preciso que por admiração do nosso magnanimo Dr. Francisco Sá e para realçar o seu glorioso berço, viesse de longe um extranho para revelar-nos aos olhos do paiz. O album será um cartão de visita que a nossa Camera deverá galantemente enviar aos demais municípios, bem como as principais autoridades políticas. [...] traduzirá pello conjunto de suas paginas lindamente impressas, o que realmente pelo valor de seus homens mais distinctos como fatores de intelligencia e trabalho (OLIVEIRA, 1927, p.3).

² Francisco Sá (1862- 1936), nasceu em Grão Mogol (MG). Elegeu-se Deputado Provincial pelo Estado de Minas e depois Deputado Geral pelo Ceará. Em Minas Gerais desempenhou as funções de Diretor do Serviço de Terra e Colonização e Secretário da Agricultura, na presidência Bias Fortes. Como Ministro da Viação na presidência de Nilo Peçanha e na de Arthur Bernardes, construiu estradas de ferro, portos, aumentou as linhas telegráficas e as comunicações postais, iniciou o combate às secas e estimulou a exploração de minérios. Para Montes Claros, por se ter esforçado ao máximo para ali inaugurar a E.F. Central do Brasil, o que se concretizou a 1º de setembro de 1926. (VIANNA, 1964, p. 240)

O Álbum de Montes Claros é construído aos moldes de uma revista ilustrada em formato retangular e exibe a cidade em aproximadamente 250 fotografias, todas em preto e branco, das quais 88 são retratos e em 33 aparecem apenas animais criados em fazendas de Montes Claros e municípios vizinhos. Além das fotografias que pretendem exibir a cidade de Montes Claros, o Álbum apresenta ainda uma fotografia de um estabelecimento comercial em Belo Horizonte e outras duas com propagandas de lojas no Rio de Janeiro. As fotografias se encontram, na maioria das vezes, recortadas e não excedem o tamanho de 9 X 11 cm. O Álbum é composto de 66 páginas não numeradas, que se dividem entre imagens e textos cuja autoria não é indicada, com exceção do texto introdutório, apresentado nas quatro primeiras páginas do álbum, e escrito por Urbino Vianna.

Segundo Lima e Carvalho (1997, p. 182), nos álbuns do início do século XX produzidos em São Paulo, “a cidade era sinônimo de espaço público, externo e diurno” e não havia nenhuma preocupação em associar qualquer segmento social com as imagens de cidade já que “pela concepção de cidade, não deixavam espaço para a figura humana”. No entanto, o Álbum de Montes Claros está repleto de retratos dos seus mais abastados habitantes.

Além disso, ainda segundo as autoras (1997, p. 24), existiam outras publicações comemorativas e informativas, veiculadas no início do século XX, que trataram o tema da participação dos agentes sociais nas cidades. Nessas publicações, eram apresentados textos biográficos e fotografias de industriais, ou dos assim chamados “financeiros e capitalistas”, dos engenheiros e arquitetos, dos empresários da agricultura, em geral dos profissionais que de alguma forma estavam ligados à cidade ou auxiliaram na sua construção. Nessas publicações tanto eram inseridos os retratos desses profissionais quanto as descrições de suas propriedades, contando até mesmo com a fotografia da família em questão. Sendo assim, nelas apareciam apenas os grupos familiares desses personagens e de grupos sociais prestigiosos da sociedade paulistana. No aspecto formal, o álbum de Montes Claros assemelha-se a tais publicações.

A cidade e seus habitantes

Nas páginas do Álbum de Montes Claros, a cidade se mostra através dos retratos dos políticos, comerciantes, industriais e fazendeiros locais, na maioria das vezes acompanhados das repartições públicas, de suas lojas e de suas casas ou nas paisagens de suas fazendas, como verificamos, por exemplo, nas Figuras 1 e 2 . Assim, as imagens disputam espaço entre si e com o texto sobre o cidadão em destaque, conforme podemos observar na Figura 1. Segundo Lima e Carvalho (1997, p. 187),

em uma sociedade de consumo, nada mais eficiente do que medir o prestígio e a força pessoal através da exibição da capacidade do indivíduo em acumular mercadorias. Esta capacidade está presente nos álbuns na forma de exibição não mais da pessoa, mas, de suas propriedades.



Figura 1: Página do Álbum de Montes Claros.
Fonte: REYS, 1927.

Em todo o Álbum de Montes Claros observa-se o forte estilo comercial, produzido como uma propaganda das posses materiais e intelectuais de cada uma das personalidades da cidade. Em resumo, eram apresentadas as propriedades rurais e os estabelecimentos urbanos, assim como os produtos que estavam disponibilizados à venda. Como nos anúncios em revistas, o produto era apresentado ao consumidor ressaltando suas qualidades comerciais ou os benefícios dos serviços a serem prestados ao público, como podemos observar na Figura 2 o oferecimento de peças e carros e também “officinas mechanicas”. O comércio se apresentava a varejo pelas lojas ou fazendas ou no atacado pelas fábricas da cidade.



Figuras 2: Página do Álbum de Montes Claros.
Fonte: REYS, 1927.

Assim como mostrado em uma vitrine, vemos na fotografia (Figura 2) o luxuoso automóvel, enorme e imponente, abrangendo quase toda a fotografia e, ao fundo da imagem, o proprietário, em tamanho menor ou, ainda, na Figura 1, a fábrica é retratada em um canto e à esquerda da fotografia, sobrepõe-se um pequeno retrato, em formato 3X4 cm, do industrial. Talvez, essas imagens alcançassem o público consumidor ou pudessem aguçar a competição entre os próprios comerciantes.

Em ambos os casos (e em outros contidos no álbum), a imagem do objeto (do "produto anunciado") se destaca mais do que a figura humana. Mostram-se os bens e, conseqüentemente, criam-se significações de prestígio. Talvez por esse motivo, os retratos dos proprietários e de suas famílias aparecem relativamente em menor quantidade que as suas propriedades.

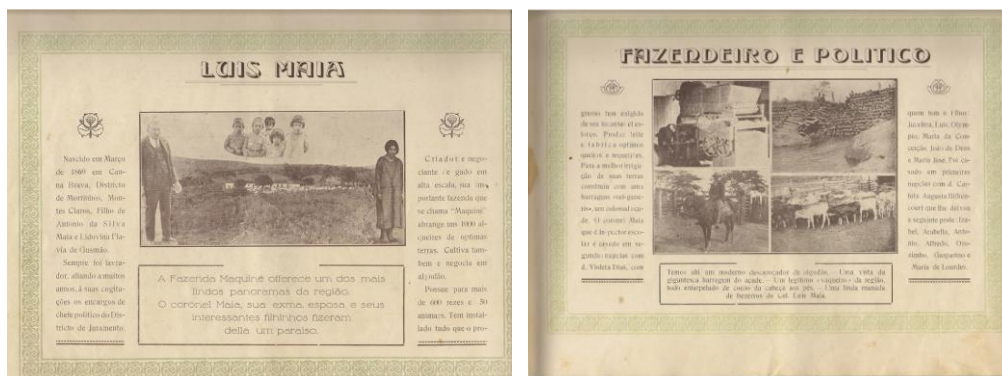
Deduz-se que, por razões políticas, esta oposição visual entre posse e proprietário, às vezes, aparece invertida. Assim, o merecido destaque do "fazendeiro e político" é acentuado. Vemos nas Figuras 3 e 4 "Luis Maia" e sua família em primeiro plano, recortados e fixados sobre a imagem da sede da fazenda. Essa montagem ocupa uma página inteira do álbum. A segunda página dessa sequência ilustra e reforça o seu empreendedorismo: "tem instalado tudo que o progresso tem exigido no seu incansável esforço". Observa-se que os políticos sempre aparecem acompanhados de suas famílias e são os que mais se destacam nas páginas do Álbum, seja pelo tamanho da reportagem ou pelo texto repleto de elogios.

Além desse fato, outro motivo explicado por Oliveira (1927), provavelmente fez com que alguns personagens se destacassem em relação aos outros: a ajuda na

obtenção de informações ou na captação de possíveis candidatos a serem representados no álbum:

O Cel. Luiz Maia tem-se mostrado incansável em proporcionar ao Dr. Hugo Leal todas as provas de sua alta compreensão pelo assunto do Album de Montes Claros, quer informando com o seu vasto conhecimento da região de tudo que mais interessante se evidencia quer acompanhando pessoalmente o Dr. Hugo Leal aos demais fazendeiros pleiteando dos mesmos a sua representação no Album. (OLIVEIRA, 1927, p.3)

A pretensão de construir, editar e divulgar o álbum em tão pouco tempo (da ideia de sua criação até a pretensão de expô-lo na capital mineira, o tempo previsto não ultrapassava três meses) deve ter demandado a efetiva ajuda de muitos moradores locais ou regionais, na captação de material para que fosse concluído no prazo estabelecido.



Figuras 3 e 4 : Páginas do Álbum de Montes Claros.

Fonte: REYS, 1927

Apesar de a principal função do álbum ser mostrar a cidade e o seu progresso, ele se encontra repleto de paisagens tipicamente rurais. Assim, veem-se no álbum imagens das pessoas e das construções competindo entre si no pequeno espaço das páginas com os mais diversos animais. Porcos, vacas e cavalos aparecem junto aos seus donos (Figura 5). Talvez isso seja recorrente pelo fato de naquela época Montes Claros ainda ser uma cidade que se formava e que tinha como principal atividade econômica a agropecuária.



Figura 5: Página do Álbum de Montes Claros.
Fonte: REYS, 1927.

As famílias de alguns desses ilustres montesclareses aparecem junto à imagem de suas casas, mas raramente vemos os seus funcionários no interior de suas lojas, os boiadeiros em seus currais ou os operários trabalhando em suas fábricas. Os funcionários, geralmente, não estão no seu lugar de trabalho no instante da realização da fotografia. Se existem, vamos percebê-los, poucas vezes, através do recorte fotográfico. A exemplo disso, podemos citar a página destinada ao Cel. João Bernadino de Figueredo (Figura 6) em que não vemos qualquer menção aos seus funcionários, mas se pode ler nas referências das imagens daquela página, "além da família do Cel. João de Figueredo, a sua bôa casa da fazenda, um capado de suas 10 arrobas, os ganhões 'Pandick' e 'Primor', um lote de gado no curral, e no primeiro plano uma vaca com duas crias gêmeas".

Assim, através do álbum não se estabelecem comparações ou diferenças sociais, já que praticamente se apresentam apenas as classes mais favorecidas e suas propriedades.



Figura 6: Página do Álbum de Montes Claros.
Fonte: REYS, 1927.

A cidade, portanto, se constrói através da imagem dos bem-sucedidos. Discriminação e hierarquia são abafadas pelas bonitas paisagens rurais e pelas riquezas urbanas. Assim, segundo Lima e Carvalho (1997), os nomes, sobrenomes e fisionomias são as formas de apresentação dos grupos sociais da sociedade brasileira, tanto quanto como suas propriedades:

as imagens de interiores de indústrias, maquinários, escritórios figuravam como ramificações destes grupos, como a materialização de suas ações, logo, como extensão de sua pessoa. O trabalhador urbano se mantém invisível (1997, p. 183).

Mostrando a cidade em pleno desenvolvimento e a riqueza material de alguns de seus habitantes, o álbum não se apresenta condizente com o contexto e finalidade para o qual foi produzido, sendo confeccionado de maneira acanhada, com papel de pouca gramatura. Se comparado esteticamente aos álbuns das grandes cidades deste período encontraremos, análogos a estes, apenas o título escrito em dourado com letras cursivas: “Álbum de Montes Claros” (Figura 7).

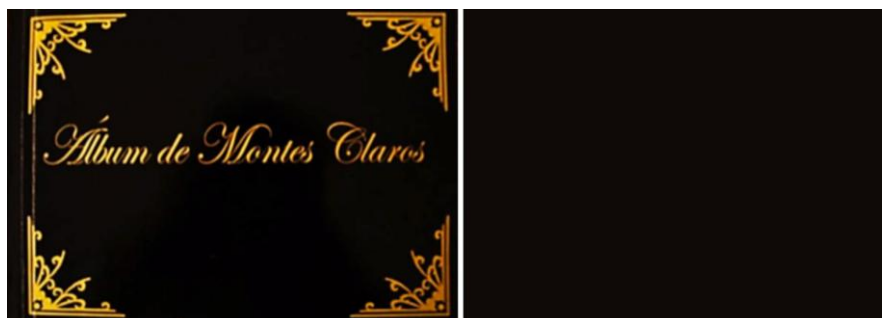


Figura 7: Capa e contracapa do Álbum de Montes Claros.
Fonte: REYS, 1927.

As páginas introdutórias escritas, segundo Reys (1927), pelo “notável e erudito polygrapho Bahiano” Urbino Vianna, fazem menção à cidade no ano em que o referido álbum foi produzido, 1927. São citadas detalhadamente as escolas existentes na região e em Montes Claros, o grupo escolar Gonçalves Chaves que estava “instalado em confortável edifício” e que era “um estabelecimento de nove cadeiras”, e dois

“collégios”, sendo um para meninas, o “Immaculada Conceição”, e outro para meninos, “Collégio Montes Claros”.

No Álbum, verificamos ainda a descrição de datas e dados numéricos do contínuo progresso que, naquela época, se instalava na cidade. Assim, os detalhes se amontoam nas páginas do Álbum e, a partir deles, constrói-se imagetivamente a cidade moderna: a chegada do primeiro bispo e da primeira “estação ferrada”; o grande movimento nos serviços da “estação telegraphica”, a instalação da “rede telephonica”, desde 1912; a nomeação dos “estabelecimentos públicos mais notáveis”, citando o mercado, o cinema, a Santa Casa, o asilo, as confrarias, entre outros; a instalação da “usina electrica que fornece luz e força à cidade” e as fábricas de botões “de banha, óleos e conservas: salsichas, sabões e sabonetes; costumes, sapatarias, sellarias e chapéus, colchoarias, cerâmicas, bebidas e licores”.

Nas fotografias que compõem o álbum predominam as fachadas dos prédios, dos sobrados e das casas da cidade, as igrejas, o fórum, o palácio do bispo, o cartório, a agência do correio; algumas vezes aparece o interior de algumas igrejas, o Tribunal do Juri ou o juiz de direito em sua sala; algumas “ruas e praças principaes” da cidade também se fazem presentes; a construção da rodovia, os “trechos da estrada de rodagem ligando Montes Claros a Brejos das Almas” (Figura 8).

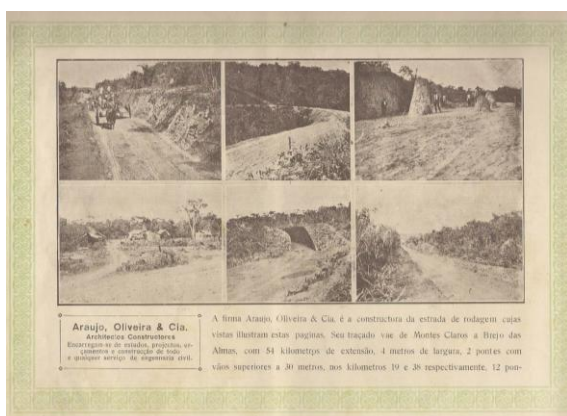


Figura 8: Página do Álbum de Montes Claros.
Fonte: REYS, 1927.

Além destas imagens, outras fotografias ilustram o álbum e aparecem pela primeira vez na sexta e sétima página (como dissemos, as páginas do álbum não são

numeradas) uma ao lado da outra, formando quatro imagens panorâmicas da cidade, como uma fotomontagem (Figura 9).

As imagens

Segundo Pavan (2008), a fotomontagem foi inventada no século XIX para resolver dois problemas técnicos da fotografia: o primeiro era a impossibilidade de fotografar uma mesma cena que apresentasse, ao mesmo tempo, diferentes condições de luminosidade, como, por exemplo, o contraste de um céu muito claro e uma paisagem; o segundo era a imperfeita focalização dos diversos planos. A solução, assim, consistia em “uma única tomada para cada plano, fotocompondo posteriormente a paisagem completa”. Essa técnica resultava numa fotografia de “aparência natural” (PAVAN, 2008, p. 251).



Figura 9: Fotomontagem.

Fonte: Reys, 1927.

Na introdução do Álbum, as imagens fotomontadas começam a ser apresentadas. Através delas, procurou-se construir quatro vistas panorâmicas da cidade, em todas as suas direções – Leste, Oeste, Norte e Sul . Segundo Oliveira (1927), essas fotografias foram tiradas do alto da torre do Mercado Central e procuram mostrar a cidade de diversos ângulos de visão.

As fotografias também aparecem recortadas e colocadas, às vezes, uma sobre a outra e ora uma ao lado da outra. Desta forma, às vezes, as imagens constituem um

pequeno mosaico – uma fotomontagem de imagens recortadas toscamente e sobrepostas uma sobre a outra; outras vezes, as fotografias aparecem, uma ao lado da outra, como em uma colcha de retalhos em preto e branco. Essa prática estética se intensifica por todo o álbum. Neste caso, um dos possíveis motivos de sua recorrência, talvez, esteja calcado na proporção apresentada entre o proprietário e a sua propriedade. Neste caso, observamos sempre um tamanho maior do retratado que parece (em quase todas as fotografias) aumentar o seu tamanho ao ponto de ser possível reconhecer, de pronto, a sua fisionomia - como mostrado na Figura 10, em que podemos distinguir claramente a “Agencia de Automoveis Chevrolet”, o proprietário dessa agencia, A. Cardoso Mayor e a sua esposa senhora Lourinda Fonseca Mayor. Outras vezes, verificamos que ao recortar, ladear, sobrepor e compor as fotografias sobre as páginas do álbum, produz-se uma nova relação entre elas e, conseqüentemente, uma nova imagem. Cria-se, assim, outra narrativa passível de se atribuir novos significados.

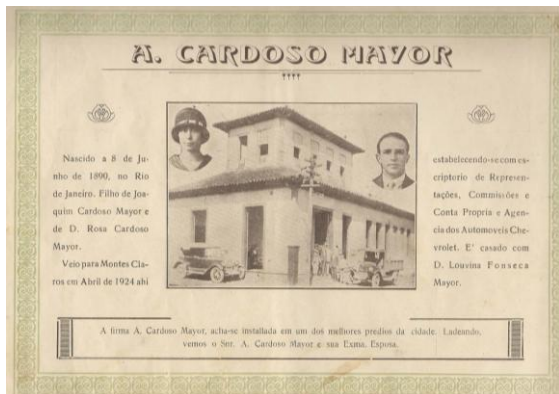


Figura 10: Página do Álbum de Montes Claros.
Fonte: REYS, 1927.

Assim, sobrepõem-se ou intercalam-se as fotografias dos lugares com os retratos de algumas personalidades locais: dos engenheiros, dos doutores, do bispo, dos diretores, dos juizes, dos professores que se apresentam, nas fotografias, sempre muito bem vestidos. Neste caso, as personalidades distinguem-se e, em cada fotografia, são visíveis os traços da personalidade dos retratados, constituindo a individualidade de cada um e conferindo-lhes um sentimento de austeridade e respeito.

1.4.3. Relações entre texto e imagens

A décima segunda página, por sua vez, se difere das imagens que comentamos até então. Nela, as fotografias não estão legendadas, a disposição das imagens se modifica e dois pequenos textos são inseridos. Texto e imagem informam e apresentam a “Escola Normal Mello Vianna”. Assim, pela primeira vez no álbum, aparecem algumas mulheres, “as gentis alunas em classe”, que aparecem junto aos professores e diretores da escola, através de montagens. Torna-se importante lembrarmos que a grande maioria das mulheres não é nomeada, elas são apenas referenciadas por se apresentarem ao lado do marido ou do pai e identificadas como suas esposas ou filhas (Figura 11).

Em outra fotografia, na parte inferior desta mesma página, aparecem mais cinco mulheres, bem vestidas, sentadas ou em pé, ao lado de alguns homens de terno. Ao lado desta imagem, é sobreposto o retrato de um homem (Figura 11). No canto direito da página, em sequência à esta colagem, lemos o título “Doutor Urbino Vianna” e a seguinte homenagem:

O notavel e erudito polygrapho Bahiano que todo o Brasil conhece, a quem muito deve o editor deste Álbum pelos inestimaveis auxílios prestados á sua confecção. (REYS, 1927,p. 7)



Figura 11: Página do Álbum de Montes Claros.
Fonte: REYS, 1927.

No entanto, não é possível afirmar que exista uma organização ou disposição das fotografias em relação à importância de cada uma para a cidade. Apenas supomos

que, nestas primeiras páginas ou até mesmo no álbum todo, apresenta-se a cidade resumida a seus mais importantes acontecimentos, seus mais ilustres representantes e seus principais avanços sociais e econômicos:

A fotografia, nesse sentido, parece ter tido papel fundamental na construção de uma visualidade de acordo com o novo ideário. Ao recortar a cidade, o olhar do fotógrafo tenta desenhar no domínio visual o que as reformas e remodelações fazem no domínio do espaço urbano [...]. Os álbuns, ao selecionarem estas imagens, tentam elaborar uma síntese desta cidade, narrativa que apresenta uma ordenação lógica e onde os elementos estão dispostos de forma hierárquica. (POSSAMAI, 2005, p. 14)

Não é perceptível uma sequencia lógica ou disposição hierárquica, nas páginas restantes do Álbum de Montes Claros através da forma em que são apresentadas as pessoas e as suas posses. Entretanto, é visível o destaque dado às personalidades públicas a partir da análise do tamanho do espaço que ocupam na página do álbum. Neste caso, na maioria das vezes, o sujeito é apresentado em uma única folha do álbum, como podemos perceber na Figura 12 ou outras vezes são destinadas duas folhas para uma só pessoa se apresentar e exibir os seus bens, como mostramos nas Figuras 3 e 4.

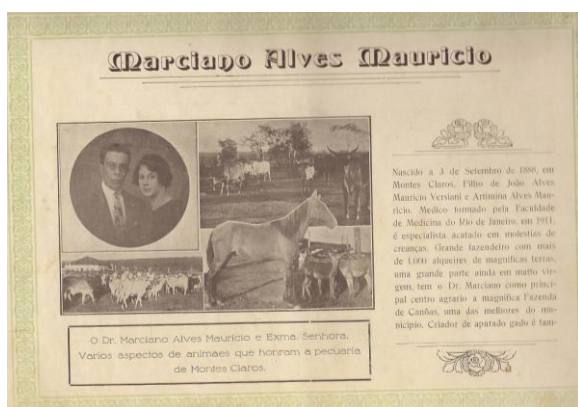


Figura 12: Página do Álbum de Montes Claros.
Fonte: REYS, 1927.

. Observamos, no entanto, que texto e imagem progressivamente diminuem na mesma proporção das posses dos cidadãos descritos, e, ao final, duas ou três pessoas dividem uma mesma página do álbum, como podemos observar na Figura 13, que

dividem o espaço da mesma página os proprietários dos estabelecimentos comerciais: “Casa Iris” e da “Casa Carvalho”.



Figura 13: Página do Álbum de Montes Claros.
Fonte: REYS, 1927.

Instalam-se, assim, no álbum as relações de poder que se estabelecem entre os homens de destaque na cidade, mas que se diluem pelas páginas do mesmo através dos mais galantes elogios a todos, indistintamente.

Como podemos perceber, o álbum é permeado de texto e principalmente de fotografias com a finalidade de objetiva criar um ideário de cidade rica e moderna. Nesse sentido, independentemente da disposição das fotografias dos convidados (ou das “brilhantes personalidades”, nas palavras de Oliveira), a intenção de confecção do Álbum é clara:

Figuraram nas paginas do Album de Montes Claros todas as vistas relativas aos nossos melhores e mais interessantes edificios, as suas ruas por seus aspectos mais interessantes, bem como os retratos e a bibliografia dos montesclarenses mais em evidência por sua posição de destaque (OLIVEIRA, 1927, p. 1).

Dessa maneira, as fotografias constroem a cidade ou, segundo Pereira, “imaginam a nação”:

De certo modo, as fotografias também, tal como os romances ou a imprensa, desempenham papéis importantes no processo de imaginação da nação. Elas oferecem imagens para que se promovam sentimentos de identificação ou de alteridade; apresentam retratos de sujeitos tidos como modelo de conduta; divulgam as conquistas da modernidade industrial; proporcionam a formação de um imaginário sobre a cidade moderna; servem como meio de arquivamento da memória nacional; apresentam projetos/propostas de determinados grupos como se fossem de todos. Dessa forma, as fotografias imaginam a nação (PEREIRA, 2006, p. 240).

Assim, o Àlbum de Montes Claros, criado para mostrar a cidade através da propaganda, possibilitou retratar os montesclarenses “tidos como modelos de conduta” e ao mesmo tempo propiciou um “meio de arquivamento da memória” da cidade. Portanto, se “as funções especiais de uma cidade são a troca, a informação, a vida cultural e o poder” (LE GOLF, p. 29), a cidade mostra o seu desempenho através deste álbum. Nele, vemos a atuação de suas personalidades e a vida que se desenvolvia a sua volta.

REFERÊNCIAS

- BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Trad. Vera M. X. dos Santos. São Paulo: Edusc, 2004.
- CARVALHO, Jailson Dias de. Representação de progresso: as salas exibidoras de cinema...de Montes Claros- MG. Revista de Educação, Ciência e Cultura. Uberlândia, v. 17, n. 2, jul./dez. 2012. Disponível em <http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/index/search/authors/view?firstName=Jailson&middleName=Dias&lastName=Carvalho&affiliation=Universidade%20Federal%20de%20Uberl%C3%A2ndia&country=BR>
- KOSSOY, Boris. **Dicionário histórico- fotográfico brasileiro: fotógrafos e ofícios da fotografia no Brasil (1833-1910)**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002.
- LE GOFF, Jacques. Por amor às cidades. Trad. Reginaldo Corrêa de Moraes. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- LEITE, Mirian Lifchitz Moreira. Retratos de família: imagem pragmática no passado e no presente. In Etienne Samain (Org.). **O Fotográfico**. São Paulo: Editora Senac, 2005.
- LIMA, Solange Ferraz de. O Circuito social da fotografia: Estudo de caso II. In **Fotografia: Usos e Funções no Século XIX**. Annateresa Fabris(org.) 2 ed./ reimpresso. São Paulo: Edusp, 2008
- LIMA, Solange Ferraz de, CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Fotografia e cidade: da razão urbana á lógica de consumo: álbuns de São Paulo (1887-1954)**. Campinas: Mercado das Letras, 1997.
- OLIVEIRA, José Thomaz de. Album de Montes Claros. In: **Gazeta do Norte**. Montes Claros, n. 735, 02 de abril de 1927, p.01.
- _____, Album de Montes Claros. In: **Gazeta do Norte**. Montes Claros, n. 746, 10 de maio de 1927, p.03.

- PAVAN, Margot. Fotomontagem e pintura Pré- Rafaelista. . In **Fotografia: Usos e Funções no Século XIX**. Annateresa Fabris(org.) 2 ed./ reimpresso. São Paulo: Edusp, 2008
- PEREIRA, Rosa Cládia Cerqueira Pereira. **Paisagens urbanas: Fotografia e modernidade na cidade de Bélem (1846-1908)**. 190 f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.
- POSSAMAI, Zita Rosane. **Cidade Fotografada: memória e esquecimento nos álbuns fotográficos- Porto Alegre, décadas de 1920 e 1930**. 364 f. Tese (Doutorado em História)- Universidade Federal do rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- REYS, Hugo Leal Netto dos. **Álbun de Montes Claros**. Belo Horizonte; Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1927.
- VASQUEZ, Pedro Karp. **O Brasil na fotografia oitocentista**. São Paulo: Metalivros, 2003
- VIANNA, Nelson. **Efemérides Montesclareses – 1707- 1962**. Rio de Janeiro: Irmãos Ponguete, 1964.

AS NARRATIVAS ORAIS DE TRABALHADORES E A CONSTITUIÇÃO DOS TERRITÓRIOS URBANOS¹

Juliana Lemes Inácio

Julianalemes05@gmail.com

Universidade Federal de Uberlândia

Doutoranda

Resumo


As experiências de trabalho de sujeitos que vivem na cidade de Nova Ponte/MG vêm sendo problematizadas com o intuito de refletir a respeito das memórias e histórias que compõem o social, focalizando os embates, as tensões e as relações de classe que se constituem nos territórios urbanos. O objetivo desta comunicação é apresentar algumas preocupações presentes na pesquisa em andamento realizada no curso de Doutorado em História pela Universidade Federal de Uberlândia. O destaque é para a importância das narrativas orais na compreensão das culturas, dos valores, dos sentidos e dos significados atribuídos pelos sujeitos históricos aos seus modos de ser e de viver, privilegiando a análise das maneiras como as transformações sociais emergem nas interpretações destes sujeitos.

Palavras-chave: cidade; trabalhadores; memórias

Abstract

The work experiences of individuals who live in the city of Nova Ponte / MG have been questioned in order to reflect on the memories and stories which compose the social, focusing on the conflicts, tensions and class relations that constitute in urban territories. The purpose of this communication is to present some concerns present in the ongoing research in the course of doctorate in History at the Federal University of Uberlândia. The emphasis is on the importance of oral narratives in the understanding of cultures, values, meanings and the meanings attributed by historical subjects and their ways of being and living, focusing on an analysis of the ways social change emerge in the interpretations of these subjects.

Keywords: city, workers, memories.

¹ Este texto traz algumas reflexões possibilitadas pela pesquisa de Doutorado que vem sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, no Núcleo de Pesquisa e Estudos em História, Trabalho e Cidade, sob orientação da Profa. Dra. Célia Rocha Calvo. 

Todos os que até hoje venceram participaram do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê tem uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como a corveia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não é isenta de barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela.

Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo.

Walter Benjamin

Problematizar as experiências de trabalhadores moradores de Nova Ponte/MG tem significado trazer aquela cidade em memórias que vem sendo apagadas. A pesquisa, sobretudo por meio das narrativas orais, vem evidenciando contradições sociais e trajetórias representativas de lutas empreendidas por trabalhadores, embates que têm sido deixados a margem de interpretações produzidas a respeito das transformações vividas na cidade.

Relações de trabalho, práticas sociais, costumes, sociabilidades, territorialidades, hábitos, valores, resistências, estratégias criadas na tentativa de driblar dificuldades, as maneiras como os sujeitos se movimentam na cidade, que emergem nas narrativas, mas também disputas de interesses e a presença do hegemônico nas suas múltiplas formas, visualizadas em outros registros, estão sendo problematizados numa perspectiva relacional, procurando compreender os significados de se viver naquela cidade, sem perder de vista a dimensão da luta de classes, os elementos contraditórios do processo histórico.

Nova Ponte/MG, localizada no Triângulo Mineiro a aproximadamente setenta e cinco quilômetros da cidade de Uberlândia, é conhecida na região pelos carnavais que acontecem as margens do lago da represa da Usina Hidrelétrica de Nova Ponte, implantada pela CEMIG a partir do ano de 1987. A cidade é comumente lembrada também pela “relocação” que ocorreu devido ao represamento das águas do Rio

Araguari. Uma nova cidade foi construída a três quilômetros de onde se situava antes e foi inaugurada em 1994.

Estes eventos, a chegada da hidrelétrica e a relocação a cidade, são os mais lembrados, mas ao mesmo tempo, também os mais disputados nas versões explicativas forjadas em documentos da CEMIG, em jornais ou em trabalhos acadêmicos. Especialmente em relatórios, livros, fotografias, estatísticas, boletins informativos e demais materiais produzidos pela CEMIG, mas também em Nova Ponte, em documentos da Prefeitura e da Câmara Municipal, como em atas e em fotografias, é possível encontrar evidências dessas memórias.

Nestes registros, experiências de trabalho, lutas empreendidas no dia a dia, práticas sociais de trabalhadores, ou seja, seus modos de viver vêm sendo ocultados. A noção predominante é de que a nova cidade rompe com todo um passado, se não, com pelo menos parte desse passado. Ou seja, é uma cidade sem memória. É como se a história da cidade tivesse sido “afogada” com o represamento do rio. Nesse sentido, torna-se emblemático a compreensão a respeito dos sentidos e dos significados que são atribuídos as mudanças pelas quais a cidade passou.

No Jornal Correio do Triângulo, jornal articulado a grupos dominantes da região, há uma pista a respeito das versões interpretativas que ganham visibilidade quando o assunto é a história da cidade de Nova Ponte. Uma notícia mencionava que para o prefeito da cidade

“a população ganhou na loteria, com a construção da nova cidade. ‘Nova Ponte tem 100% de infra-estrutura’, salientou. ‘Isto representa desenvolvimento com qualidade de vida para todos’, completou ele. Não se pode deixar de ressaltar as divisas sócio-econômicas-culturais, geradas por esta grande obra’, finalizou o presidente da Cemig” (Jornal Correio do Triângulo, 1993, p.09)

A reportagem intitulada “Usina de Nova Ponte entra em funcionamento em agosto de 1994”, apresentada no caderno Cidades daquele jornal, dava destaque a visita feita pelo então presidente da CEMIG para conhecer detalhes da obra da hidrelétrica. Embora a notícia mencione o descontentamento de alguns moradores com a mudança da cidade, o destaque é para a construção de uma cidade melhor estruturada.

No trecho destacado acima, o foco é para a narrativa do prefeito da cidade e do presidente da CEMIG. Suas considerações a respeito da chegada da hidrelétrica a cidade são similares. Ambos se remetem a construção de uma nova cidade exclusivamente pelos seus aspectos positivos e o projeto de intervenção ocorrido é exaltado. Sem esperar uma postura distinta dessa, uma vez que as narrativas são de sujeitos que apoiaram aquele projeto, importa compreender que são essas interpretações, construídas naquele presente, que vão ser divulgadas na cidade e região.

O que é valorizado quando o assunto é a “relocação” da cidade? Qual passado é ativado? Quais espaços e eventos são lembrados? Quais são as disputas presentes?

A materialidade da cidade é uma das evidências que expressa mudanças, mas também a concretização de um projeto de classe que saiu vitorioso. A cidade, antes da sua relocação, era pequena, com aproximadamente três mil habitantes. Sua infraestrutura não contava com asfalto nem com tratamento de água. A cidade era entrecortada pelo Rio Araguari, elemento marcante nas memórias de muitos narradores.

Diferentemente desta cidade, a cidade nova, construída em função da instalação da hidrelétrica, foi planejada. Desenhada em xadrez, ela conta com ruas e avenidas dispostas de modo a fazer com que o trânsito flua. Há uma longa avenida que perpassa a cidade como um todo. Ela tem início no trevo de entrada, as margens da rodovia MG190, e finda num caminho que foi construído para ligar a cidade ao lago. Este lago também é um novo elemento na paisagem da cidade. A Prefeitura Municipal criou um local que ela chama de Balneário, mas que é conhecido pelos moradores da cidade e da vizinhança como prainha, destinado a realização de eventos, sobretudo shows e prática de esportes náuticos.

O que essa nova disposição expressa? A perspectiva que orienta minhas análises são inspiradas no entendimento de que é importante

“...valorizar a memória, que não está apenas nas lembranças das pessoas, mas tanto quanto no resultado de suas marcas que a história deixou ao longo do tempo em seus monumentos, ruas e avenidas ou nos seus espaços de convivência ou no que resta de planos e políticas oficiais sempre justificadas como o necessário caminho do progresso e da modernidade”. (FENELON, 1999, p.07).

Quais memórias os monumentos construídos na cidade exprimem? O que o traçado planejado permite ver do processo histórico que o engendrou? A existência de uma nova cidade, a presença da usina hidrelétrica e do lago, indicam a interferência de um projeto hegemônico capitalista. Estas são marcas de um projeto que visa atender a interesses dominantes de classe. A implantação de uma usina hidrelétrica na cidade objetivava produzir eletricidade sobretudo para atender demandas da indústria e do agronegócio. Essa é a natureza das modificações que se passaram na cidade de Nova Ponte. Portanto, além de versões como aquelas publicizadas no jornal, o próprio desenho de uma nova cidade também se remete a memória e a presença da CEMIG e de interesses hegemônicos.

Uma das preocupações presentes na pesquisa é trazer as contradições, ir além das versões dominantes que apresentam a cidade e a chegada da hidrelétrica como marcos de “desenvolvimento”. O objetivo não é o de determinar as análises das políticas públicas para produção de energia, nem tão pouco o de reproduzir uma versão de história que se prenda a descrição daquilo que se ganhou e que se perdeu com a chegada da usina, ou de como era a cidade antes e depois da sua “relocação”. Importa levar em consideração os modos de ser e de viver de trabalhadores moradores de Nova Ponte, as maneiras como suas memórias fazem ver disputas e contradições sociais, mas também seus valores, os significados que eles atribuem as transformações.

Levando, portanto, em consideração que algumas mudanças que se processaram no período que me proponho a estudar não estão necessariamente atreladas a presença ou não da hidrelétrica, busco no diálogo que disponho a produzir com os trabalhadores, pensar outras histórias e memórias a partir daquilo que surge nos seus enredos mesmos.

Até os anos 1980 as atividades de trabalho mais comuns no município eram aquelas realizadas no campo. Plantação de pequenas lavouras, capina e colheita, o manuseio com gado, sobretudo por meio da produção de leite – produto destinado ao uso doméstico, mas também vendido na cidade e região – e o trabalho na Cerâmicas São Miguel eram as atividades mais frequentes. A cerâmica era uma das empresas que mais empregava trabalhadores. Ela deixou de existir depois da transferência da cidade porque o rio de onde se extraía toda a argila necessária a produção de tijolos e de telhas,

principais produtos fabricados, foi repesado. Algumas entrevistas foram representativas destas experiências.

Ao produzir entrevistas tenho procurado conhecer os sujeitos com os quais dialogo, acreditando que a compreensão a respeito das suas experiências contribui para um melhor entendimento do seu enredo. Parto da perspectiva de que as interpretações construídas para as perguntas que nós pesquisadores direcionamos são elaboradas pelos narradores a partir do seu conhecimento de mundo, das suas culturas. As narrativas são tomadas, portanto, como representativas do campo de possibilidades vividas.

Alessandro Portelli corrobora para este entendimento ao afirmar que “No plano textual, a representatividade das fontes orais e das memórias se mede pela capacidade de abrir e delinear o campo de possibilidades expressivas.” (PORTELLI, 1996, p.70). No entanto, é do historiador o papel de desvendar as maneiras como os narradores percebem a vida, se inserem na sociedade e a interpretam quando narram.

Neste sentido, como propõe Khoury, busco ir além das características informativas das fontes orais, procurando tomar as narrativas

“...como textos impregnados de significados, mediados por formas como a consciência se forja nessa experiência de luta e como ela influi na atribuição de sentidos à realidade vivida e na construção dos destinos sociais. Compreendendo que o trabalho da consciência se faz numa articulação entre passado e presente, tem sido um exercício complexo explorar, de maneira relacionada, como significam e usam o tempo passado e presente, a partir das interpretações que fazem da vida e de si mesmos, ao mesmo tempo em que traduzem elementos de culturas e relações vividas.” (KOURY, 2006, p.31)

A produção de narrativas tem sido significativa por nos tornar mais próximos das culturas e das experiências de membros das classes trabalhadores. Elas são registros importantes para a compreensão dos sentidos e dos significados que os trabalhadores atribuem ao tempo passado a partir do presente em que narram, portanto, são um caminho para fazer ver as suas memórias e histórias.

Ao irem e virem no tempo, para utilizar expressão de Alessandro Portelli, os narradores se remetem ao tempo e aos eventos que lhe interessam, deixam claro aquilo que para eles é importante, as dimensões da vida com as quais estão preocupados e,

neste sentido, cabe ao historiador problematizar suas narrativas em busca da compreensão da dinâmica do processo histórico, levando em conta as memórias dos narradores.

A perspectiva de análise presente nesta pesquisa se aproxima da história social, campo a partir do qual busco dialogar. As abordagens de E.P. Thompson, de Raymond Williams e de Richard Hoggart orientam minhas propostas de investigação no sentido de me mover a atentar para a relevância da experiência social como processo, para a compreensão dos conceitos como algo a ser problematizado e para a percepção das múltiplas linguagens como instituinte e constituinte da realidade e também para os valores constituídos nos viveres dos membros das classes trabalhadoras.

Desse modo, o intuito é o de democratizar a escrita da história, fazer com que os narradores se reconheçam nesta escrita, considerando que o ofício do historiador inclui a preocupação de produzir e problematizar narrativas históricas que questionem a ordem vigente, que expressem posicionamentos e interesses múltiplos². A partir deste entendimento algumas narrativas foram produzidas.

Uma das entrevistas realizadas foi com o Sr. José Custódio que tem experiências de trabalho representativas a respeito daquilo que era comum no município de Nova Ponte. Ele trabalhou no campo, lidando “a meia” em pequenas lavouras, prática comum a outros entrevistados moradores da cidade. Também trabalhou na cerâmica e depois em uma empresa de reflorestamento que atua no município e que ainda hoje é uma das principais empregadoras de mão de obra na cidade.

Conheci o Sr. José Custódio por meio do meu pai. Meu pai viveu em Nova Ponte antes de se casar, nos anos 1970, e também morou em uma fazenda naquele município onde trabalhava com meus tios e avô em lavouras de arroz também “tocadas à meia”. Meu pai e o Sr. José Custódio moravam e trabalhavam relativamente próximos.

² Corroboram para essa perspectiva algumas reflexões presentes nos seguintes trabalhos: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de.; KHOURY, Yara Aun (orgs.) **Outras Histórias: Memórias e Linguagens**. São Paulo: Olho d'água, 2006 e FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de.; KHOURY, Yara Aun (orgs.). **Muitas Memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'água, 2004.

Antes de começar a gravação da entrevista, o Sr. José Custódio contou a respeito da vida levada com seus familiares nas fazendas localizadas nas proximidades de Nova Ponte. Por considerar suas experiências representativas daquilo que foi vivido por muitos trabalhadores que habitavam aquela região a partir dos anos 1970 e acreditando que ouvir o que ele tinha a dizer a respeito dos trabalhos que realizava no campo poderia ajudar na compreensão a respeito dos viveres construídos na cidade, pedi a ele que me falasse mais sobre como era a vida quando ele morava na roça e ele narrou o seguinte:

“Pois é, quando nós morava na roça, igual eu estava falando que a gente lá (...) de lá pra cá a gente sofreu muito. De lá pra cá, que nós morou aqui no Delino aqui, acho que dois anos, nós largou lavoura pra trás, nós trouxe de alimento pra cidade velha, nós trouxe meio saco de polvilho, mantimento, hum hum (sinal de negação com a cabeça). Então, por aí nós começamos, aí chegou um dia nós achou casinha pra nós alugar, nós alugava que nós não tinha condições de pagar aluguel, que nós não tinha ganho, não tinha nada, era aquele sofrimento, era aquele sofrimento. A mesma hora que nós estava num lugar nós estava em outro, é aquele sofrimento que nós foi viver. Dali, agente sofreu muito, eu vivi sofrendo, daquele jeito. Um dia apareceu uma família que falou pro meu pai “velho, mora naquele barraquinho lá, ó, eu não vou te cobrar nada não, mora lá o tanto que você quiser”, aí nós morou. Aí, um dia o meu pai saiu e topou com o Pedro Tomé, o Pedro Tomé falou assim, “olha, eu tenho um trem espetado ali num terreno, se você quiser comprar ele”. Naquele tempo o meu pai comprou por 400 cruzeiros, como diz o ditado, com a cara e a coragem porque ele não tinha nada, o meu pai tinha um machado, uma serra e um traçador, que ele vivia mexendo com serra, essas coisas. E ele foi fazer lenha para os outros, o meu pai chegou em casa com 5 cruzeiro, eu falei assim, “pai, mas isso aí não dá pra pagar nem a prestação da casa, como é que nós vai fazer?” Eu quase morri de trabalhar na cerâmica!

Juliana: o senhor trabalhou na cerâmica também?

Zé Custódio: trabalhei

Juliana: muito tempo?

Zé Custódio: muitos anos

Maria Aparecida (esposa do Sr. José Custódio): quando o seu pai comprou essa casa lá, você foi trabalhar na cerâmica pra pagar a casa

Zé Custódio: eu trabalhava na cerâmica um dia eles me levaram quase morto para Uberaba, eu fugi do hospital de Uberaba, vim embora pra casa, continuei trabalhando e paguei a casa.”³

³ Sr. José Custódio de Oliveira, conhecido como Zé Vieira, 59 anos, casado. Entrevistado em sua residência em 12/01/2012.

Essa narrativa traz elementos significativos e que devem ser problematizados. Primeiramente, chama a atenção o termo cidade velha utilizado pelo narrador para discriminar a cidade num tempo passado. Essa é uma expressão corriqueira entre os trabalhadores/moradores da cidade e que também dá dimensão das mudanças ocorridas. Essa expressão é datada do início dos anos 1990, quando a cidade foi mudada, e só passou a existir em virtude dessa transferência. Nas narrativas dos trabalhadores, como nesta do Sr. José Custódio, a expressão cidade velha se remete a uma temporalidade de trabalho, de pobreza e de privação.

A palavra sofrimento foi repetida pelo Sr. José Custódio, é o que marca este trecho da narrativa e não pode passar despercebida. O sofrimento ao qual ele se refere dizia respeito a dificuldades com a própria alimentação. Este é o sentido que marca a memória que o narrador constrói do momento em que deixou o campo e se mudou para a cidade. A colheita deixada para traz e a lembrança de levar consigo apenas um saco de polvilho são os meios encontrados por ele para identificar sua trajetória para a cidade.

Contudo, o conteúdo da palavra sofrimento também emerge na menção que ele faz aos problemas relacionados à moradia. Primeiramente ele destacou a falta de condições de pagar aluguel, o que fez com que ele e sua família se vissem obrigados a se mudar com frequência, passando por diferentes casas até permanecer por um tempo numa moradia cedida. Essa falta de condições é distinguida pelo próprio narrador como algo que advinha da falta de remuneração, ou na ausência de ganhos, nas suas palavras.

Era em meio a este campo de lutas que as relações de solidariedade iam se constituindo. A experiência de ter vivido numa casa cedida evidencia estratégias criadas pelos próprios trabalhadores para os desafios cotidianos. Isso permite ver maneiras como os sujeitos se comportavam ante um campo de possibilidades que compartilhavam. Para além dos valores cristãos de ajuda ao próximo que permeiam estas práticas, não se deve descartar o fato de que o receio de que um dia viessem a ficar sem um local para morar tenha sido o que moveu os proprietários do imóvel a cedê-lo para a família do Sr. José Custódio.

Há que se levar em consideração que a vida levada no campo e em pequenas cidades nessa região nos anos 1970 era caracterizada pela pouca circulação de dinheiro.

Muitos trabalhadores recebiam gêneros alimentícios como forma de pagamento ou a execução de outro serviço como forma de compensar um trabalho realizado. Circunstâncias como estas conviviam simultaneamente com a exploração das classes dirigentes, como o pagamento de baixos salários, sobretudo, por fazendeiros da região, práticas que estavam inseridas numa dinâmica social mais abrangente e complexa naquela conjuntura.

A memória que o Sr. José Custódio traz da cidade velha é composta, portanto, pelo “sofrimento” na sua busca pela casa própria e, além de evidenciar que o direito a moradia não estava assegurado, revela ainda condições de classe. Os instrumentos simples de trabalho que o pai do narrador possuía permite inferir que era de serviços eventuais que ele vivia, não havia um emprego fixo. Este deve ser um dos elementos que fez o Sr. José Custódio fosse procurar trabalho desde jovem. Em outro trecho da entrevista ele contou que foi ainda adolescente trabalhar na cerâmica e que isso aconteceu para que seu pai pudesse comprar a casa.

Sua narrativa é construída a partir do presente. Hoje ele é proprietário de sua casa. Desse modo, o narrador procura valorizar a casa própria ao mesmo tempo em que percebe que a sua volta nem todos são proprietários das casas em que vivem, compreendendo que a sociedade na qual está inserido é desigual.

No trecho de entrevista destacado, a lembrança do trabalho realizado na cerâmica é também traduzida como um sofrimento. Ao longo da narrativa ele detalhou as atividades realizadas na empresa, destacando que os serviços eram pesados e que eram muitas horas despendidas de trabalho. Isso permite acreditar que quando ele diz ter quase morrido na cerâmica é a estas situações que ele se refere.

Essa narrativa é, portanto, representativa de contradições sociais, da vida difícil levada por trabalhadores que viviam na cidade, mas também no campo, nas fazendas do município. Trajetórias como esta indicam os modos como a vida de muitos trabalhadores era permeada por lutas e contribui para o entendimento das formas como estes sujeitos vão lidar com a relocação da cidade, uma vez que para eles ter uma casa nova tinha um significado importante. Sobretudo, contribui para elucidar modos de viver que vem sendo ofuscados.

Outra narrativa, gravada com a Sra. Maria Páscoa, também teve como foco a descrição da luta cotidiana. Conheci a Sra. Maria Páscoa por meio de outro entrevistado, o Sr. Manoel. Na ocasião eu disse a ele que gostaria de conhecer e produzir uma entrevista com uma mulher, objetivando tomar conhecimento das atividades de trabalho por elas desempenhadas.

A Sra. Maria Páscoa trabalhou em lavouras, cuidando de gado, trabalhou como empregada doméstica, além de ser também dona de casa. Quando pedi para que ela me falasse sobre os trabalhos que realizava na cidade, ela narrou o seguinte:

“É, que aí, na época que a gente era pequeno o meu pai foi um homem, assim, muito rude com a família. Eu sofri muito porque eu que, as outras tudo era pequena e doente, né, a mais velha era muito doente. Então, eu era o pau de toda obra, desde pequetinha, olha, eu ajudei mexer com boi, eu ajudei amansar cavalo na carpideira, eu capinava. E o meu pai é um homem que nunca deixou um filho por um pé numa escola. Nós somos tudo analfabeto, porque meu pai nunca aceitou (...)

O trabalho na roça, quando ele (o pai dela) dava uns pedacinho de terra pra gente plantar. Aí o dia que estava trabalhando pra nós eu estava cozinhando e carregando pra eles, aí quando era no serviço do meu pai eu estava “embandeirada” junto, capinando, mexendo com cavalo, com boi, com tudo! Essas vaca doida que o trem paria pra lá, o trem saía até com cerca na cabeça...”⁴

Respondendo a uma questão específica por mim direcionada, a narradora trouxe um pouco do universo das relações de trabalho vivenciadas no município de Nova Ponte. Da mesma forma que o Sr. José Custódio, também a Sra. Maria Aparecida vivia no campo, em pequenas fazendas nas proximidades do município. Contudo, diferentemente do Sr. José Custódio, ela indicou que sua família possuía alguma propriedade e que era dela que eles tiravam o seu sustento.

Mesmo para sujeitos que como ela tinham “um pedacinho de terra para plantar” a vida que se levava não era fácil. Os trabalhos com animais e na lavoura compunham o campo de possibilidades de trabalho e de vida presente entre aqueles que vivenciaram a cidade nos anos 1970 e 1980. Além destes, também chama a atenção a indicação da

⁴ Sra. Maria Páscoa de Jesus, 67 anos, divorciada, teve 7 filhos. Entrevistada em sua residência em 20/04/2013.

dinâmica do trabalho doméstico como algo inerente a rotina. Cozinhar para os peões e levar marmitas para as roças eram práticas corriqueiras.

As lembranças do tempo de infância e do convívio familiar são atreladas ao trabalho. As muitas atividades realizadas, seja porque ela considera que seu pai era um homem severo, seja porque ela era uma das únicas que tinha condições inclusive físicas de exercer os trabalhos, ganham destaque na sua narrativa. A impossibilidade de frequentar a escola e o peso de ter que viver sendo analfabeta compõe outro campo de embates vivenciados.

As memórias destes trabalhadores tem revelado um cenário de relações de luta a ser mais bem explorado. Essas lutas empreendidas cotidianamente compõe o contraditório social e não se apagou das memórias de sujeitos que vivem na cidade. São experiências como estas que vem sendo anuladas em nome da chegada da usina hidrelétrica e da construção de uma nova cidade.

Os modos de viver dos trabalhadores passam por um processo não apenas de apagamento, mas sobretudo, por um processo de reapropriação. Nos registros produzidos e vinculados aos grupos dominantes a cultura de trabalhadores é muitas vezes desvinculada da perspectiva da luta social. Desse modo, a rotina de trabalho, a pobreza e a exploração passam despercebidas uma vez que estes são introduzidos a versões explicativas que tem o propósito de apresentar o passado sem relações de classe, como um tempo tranquilo. Ou, se for o contrário disso, esse tempo passado é mostrado como de carências, carência que teria sido suprida com a chegada da hidrelétrica. Em ambas visões, as percepções de mundo dos trabalhadores, ou seja, as maneiras como eles próprios entendem e explicitam mudanças e permanências são ofuscadas.

Um dos objetivos presentes na pesquisa que venho desenvolvendo é problematizar o campo de relações de trabalho, mas também de sociabilidades, como um modo de compreender as maneiras como os sujeitos se movimentam na cidade. Os serviços realizados, seja no campo, seja na cidade, e também no ambiente doméstico, compõem as práticas empreendidas por trabalhadores na cidade, os modos como a vida era levada, dizendo dos seus valores e das maneiras como essa memória se faz presente.

A perspectiva de “escovar a história a contrapelo” busca chegar as memórias e histórias destes sujeitos.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia; Experiência e pobreza; O narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov; Sobre o conceito da História. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura.** Obras Escolhidas, v.01, 7ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, p.91-107; p.114-119; p.197-221; p.222-232.

FENELON, Déa R. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? **História e Perspectiva.** Revista dos Cursos de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, EDUFU, n. 6, p. 5-23, 1992.

_____.(Orgs). Introdução. In:_____. **Cidades.** Programa de Estudos Pós Graduated. PUC. São Paulo: Olho d'água, 1999, p.05-13.

FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de.; KHOURY, Yara Aun (orgs.). **Muitas Memórias, outras histórias.** São Paulo: Olho d'água, 2004.

HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do popular. In: _____ **Da diáspora: Identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p.231-247.

HOGGART, Richard. Quem são as classes trabalhadoras?; “Nós” e “Eles”; O mundo das pessoas tais como elas são. In: _____. **As utilizações da cultura.** Aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos. Lisboa: Editorial Presença, 1973, p.15-32; p.87-122; p.123-158.

_____. **As utilizações da cultura 2: Aspectos da vida cultural da classe trabalhadora.** Lisboa: Presença, 1975.

ROLNIK, Raquel. Lei e Política: a construção dos territórios urbanos. In: **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós Graduated em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.** São Paulo: Educ, 1999. n 18 maio.p. 135-154.

RONCAYOLO, Marcel. Região; Território; Cidade. In: **Enciclopédia Einaudi.** Região, v8. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984, p.161-189; p.262-290; p.396-487.

KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da História Social. **Revista Projeto História.** São Paulo, PUC, n. 22, jun. 2001, p.79-103.

_____. O historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: KHOURY, Yara Aun; ALMEIDA, Paulo Roberto de.; MACIEL, Laura Antunes (orgs). **Outras Histórias: Memórias e linguagens.** São Paulo: Olho d'água, 2006, p.22-60.

MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de.; KHOURY, Yara Aun (orgs.) **Outras Histórias: Memórias e Linguagens.** São Paulo: Olho d'água, 2006.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo: PUC, Programa de Estudos Pós Graduados em História, nº10, dez.1993, p.07-28.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos; memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Revista Projeto História**. São Paulo, PUC, n. 10, p. 41-58, 1993.

_____. A filosofia e os fatos; narração, interpretação, e significado nas memórias e nas fontes orais. **Revista Tempo**. Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

_____. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade; O que faz a história oral diferente. **Revista Projeto História**. São Paulo, PUC, Programa de Estudo Pós-Graduados em História, n 14, p. 7-24; p. 25-39, 1997.

SARLO, Beatriz. Um olhar político. In: _____. Paisagens Imaginárias. São Paulo: Edusp, 2005, p.55-63.

THOMPSON, E. P. Intervalo: A Lógica Histórica; O Termo Ausente: Experiência. In: _____. **Miséria da Teoria ou um planetário de erros**; uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p.47-62; 180-201.

_____. Introdução: Costume e Cultura; Patrícios e Plebeus; A economia moral revisitada; Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial; A venda das esposas. In: _____. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p.13-24; p.25-85; p.203-266; p.267-304; p.305-354.

WILLIAMS, Raymond. Cultura; Língua; Hegemonia; Tradições, instituições e formações; Dominante, Residual e Emergente; Estruturas de Sentimentos; A situação Estética e Outras. In: _____. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p.17-26; p.27-49; p.111-117; p.118-123; p.124-129; p.130-137; p.151-157.

_____. Campo e cidade; Cidade e Campo; Transformações na cidade; Gente da cidade; Cidade de trevas e de luz; A figura humana na cidade. In: _____. **O campo e a cidade** na história e na literatura. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p.11-20; 69-79; p.199-213; p.214-227; p.291-313; p.314-333.

Usina de Nova Ponte entra em funcionamento em agosto de 1994. **Jornal Correio do Triângulo**. Uberlândia/MG, 15 out. 1993, Caderno Cidades, p.09. Este jornal consta no Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

MEMÓRIA, BIOGRAFIA E CINEMA: TRÊS DIFERENTES MANEIRAS DE DAR VOZ AO OUTRO¹

Kamyla Faria Maia

maia.kamyla@gmail.com

Universidade Federal de Goiás

Mestranda

Integrante da Goiana de Pesquisa em Interartes- processos e sistemas interartísticos
intertextualidade, interculturalidade e estudos de performance
Bolsista da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás- Fapeg

Co-autor: Márcio Pizarro Noronha

marcio.pizarro@hotmail.com

Universidade Federal de Goiás

Doutor

Coord. da Rede Goiana de Pesquisa em Interartes- processos e sistemas interartísticos
intertextualidade, interculturalidade e estudos de performance- Fapeg

Resumo:

Este artigo reflete sobre a busca do cinema documental em dar voz ao outro e sua memória (lembança, afetiva e ficcionalizada) na construção de uma história biográfica em formato audiovisual. O documentarista pode se utilizar de diferentes técnicas cinematográficas, alinhadas ao cinema clássico ou da hibridização ficção e documentário, tais como as dos filmes pesquisados *O Velho*, *Prisioneiro da Grade de Ferro* e *Terra Deu, Terra Come*. O historiador das artes e das mídias analisa os lugares da narrativa em primeira pessoa como testemunho e representação dos fatos e acontecimentos da vida do biografado, num modelo anunciado por Sigmund Freud e reinterpretado por Paul Ricoeur, nos estudos da narração como forma de correlação entre o individual-social, o ficcional-testemunhal-real, a imaginação-fantasia-memória.

Palavras-Chave:

Memória, narrativa biográfica, cinema documentário.

1 Texto resultado de estudos realizados durante as disciplinas do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás, que será usado como base para a redação da dissertação de mestrado.

Abstract

This article reflects on the pursuit of documentary cinema to give voice to the other and its memories (memory, affective and fictionalized) in the construction of a biographical story in audiovisual format. The documentary can use different film techniques, aligned to the classic cinema or to the film genre which fiction and documentary are mixed, such as the works researched "*O Velho*", "*Prisioneiro da Grade de Ferro*" and "*Terra Deu, Terra Come*". The historian of the arts and medias analyzes the narrative space in the first person as a witness and representation of facts and events in the life of the biography, in a model announced by Sigmund Freud and reinterpreted by Paul Ricoeur, in studies of narrative as a form of correlation between the individual-social, the fictional-testimonial-real and the imagination-fantasy-memory.

Keywords

Memory, biographical narrative and documentary filmmaking.

INTRODUÇÃO

Ao longo de mais de um século de existência o documentarismo retratou de forma contraditório suas personagens, entendidas segundo Consuelo Lins como o outro de classe (2008, p.20), indivíduo que geralmente se encontra em posição inferiorizada em relação ao realizador. Inicialmente elas eram usadas meramente para comprovar um discurso pré-estabelecido e ao longo do desenvolvimento do gênero e com suas evoluções em termos estéticos e éticos, o documentário alcançou uma representação de diferentes personalidades que pode ser considerada mais fidedigna.

Essa evolução pode ser comprovada nos documentários nacionais, como se propõe a fazer esta pesquisa, a qual é um desenvolvimento de trabalhos anteriores acerca da voz do outro no documentário e das mudanças éticas e estéticas do gênero e também dos estudos desenvolvidos dentro do Programa em Pós-Graduação da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás.

Por meio da análise de três filmes nacionais, premiados na categoria melhor documentário nacional no Festival Internacional de Cinema Documentário É Tudo Verdade em diferentes momentos, sendo estes O Velho²; Prisioneiro da Grade de Ferro³ e Terra Deu, Terra Come⁴, o trabalho pretende comprovar que é possível a partir dos filmes documentais trazer a tona histórias de vida e assim fazer biografias audiovisuais dos sujeitos representados.

1. Documentário e a Representação do Outro

A palavra documentário começou a se estabelecer como forma de nomear um domínio específico do cinema no final dos anos de 1920, principalmente com a escola de documentaristas ingleses, como descreve Francisco Elinaldo Teixeira (2006, p.253). Este conceito “traz as marcas de sua significação, surgida na metade do século XIX no campo das ciências humanas, para designar um conjunto de documentos com a consistência de prova” (2006, p.253). Por isso, a definição do gênero acaba carregando uma forte conotação comprobatória, de algo que atesta o que de fato ocorreu.

Comparando os dois gêneros mais comuns, ficção e documentário, Bill Nichols afirma que todo filme pode ser considerado, a priori, um documentário, já que evidencia a cultura que o produziu e reproduz a aparência das pessoas que fazem parte dele (2001, p.26). Existiram então dois tipos de filmes: os documentários de satisfação de desejos,

2 O Velho: a história de Luís Carlos Prestes- longa metragem dirigido por Toni Venturi em 1996. Cinebiografia com rico material de depoimentos e que reconta a história do político Luís Carlos Prestes (1898-1990). Vencedor da categoria Melhor Documentário Nacional na primeira Mostra Competitiva do Festival Internacional de Cinema Documentário, realizada na segunda edição do festival, em 1997.

3 O Prisioneiro da Grade de Ferro: autorretratos- longa metragem dirigido por Paulo Sacramento, que foi lançado comercialmente em 2004. É resultado de uma oficina realizada com detentos e funcionários do Complexo Prisional do Carandiru, em São Paulo, e mostra a visão dos presidiários acerca da sua realidade. Vencedor das categorias Melhor Documentário Internacional e Melhor Documentário Nacional da oitava edição do Festival Internacional de Cinema Documentário É Tudo Verdade, em 2003.

4 Terra Deu, Terra Come- média metragem dirigido por Rodrigo Siqueira em 2010, Conta a história de Seu Pedro de Alexia, o último cantador do vissungos (cantos em língua africana trazidos pelos escravos) e morador do antigo quilombo Quartel de Indaiá, em Minas Gerais. Vencedor da categoria Melhor Documentário Nacional na décima quinta edição do Festival Internacional de Cinema Documentário É Tudo Verdade, em 2010.

ou seja, as ficções, e os documentários de representação social, ou seja, as obras de não ficção.

Usando a mesma ideia de comparação de gêneros, mas partindo de outra premissa, Sílvio Da-Rin, discorda radicalmente de Nichols ao afirmar que o documentário é “uma ficção como outra qualquer” (2004, p.221). Segundo este autor:

Uma vez que não se pode conhecer uma realidade sem estar mediado por algum sistema significante, qualquer referência cinematográfica ao mundo histórico terá que ser construída no interior do filme e contando apenas com os meios que lhe são próprios. Sob este aspecto, o documentário é um constructo, uma ficção como outra qualquer. (DA-RIN, 2004, p. 221)

A apreensão do real, objetivo primordial dos documentários, não se dá de forma tão direta, uma vez que os fatos retratados pelos filmes estão mediados pelas câmeras. Da mesma forma, as escolhas que são feitas pelos documentaristas fazem um recorte específico da realidade. Tais afirmações nos apontam que o documentário é “uma representação do mundo em que vivemos e não uma reprodução direta dele”, ou seja, que é uma representação de determinada visão de mundo (2001, p.47), como assim define Nichols.

Num movimento circular é necessário lembrar que, apesar de ser o ponto de vista de um cineasta, a obra documental, de forma geral, toca a realidade na medida em que se utiliza de situações, ambientes e pessoas que existem mesmo sem a realização do filme. Assim ela “mostra aspectos ou representações auditivas e visuais de uma parte do mundo histórico” (NICHOLS, 2001, p.30), representam questões, aspectos, características e problemas encontrados neste mundo.

Como destaca Nichols:

A tradição do documentário está profundamente enraizada na capacidade de nos transmitir uma impressão de autenticidade. (...) Os cineastas são frequentemente atraídos pelos modos de representação do documentário quando querem nos envolver em questões diretamente relacionados com o mundo histórico que todos compartilham. (NICHOLS, 2001, p.20)

No documentário brasileiro os cineastas começaram a se preocupar com os problemas sociais do Brasil e em representar o outro de classe, os pobres, excluídos e marginalizados apenas nas décadas de 1950 e 1960, principalmente com o *Cinema Novo*. A maior parte destes filmes seguia um modelo chamado de sociológico (BERNARDET, 2003, p.12), no qual o realizador produzia um discurso a respeito da realidade, utilizando-se geralmente de uma voz off e apenas dando voz ao outro como forma de comprovar este discurso, como amostragem ou tipificação de uma tese já construída.

Depois de décadas de desenvolvimentos e estagnações no cinema nacional como um todo e também no gênero não ficcional, o documentário contemporâneo (LINS, 2008, p.10-11) continua lidando com a representação do outro. Agora, em grande parte, de uma forma que podemos classificar como mais ética, privilegiando a afirmação dos sujeitos singulares e recusando o que é representativo. As obras em questão podem ser classificadas como etnográficas, já que se aproximam de uma “proposta de saber compartilhado, entre entrevistador e entrevistado”, em que o importante é o encontro entre cineasta e personagem e o que surge disto.

2. Memória e Biografia

A todo o momento os documentários lidam com um campo rico e controverso, o da memória. Entendida sob o conceito de *anamnesis* trazido por Ricouer no livro *A Memória, a História e o Esquecimento*, a memória seria a recordação dos fatos passados por meio de uma busca ativa, um esforço intelectual, a presentificação do passado por meio das lembranças que são re(a)presentadas, “no duplo sentido do re: para trás e de novo (2007, p.56).

(...) a iniciativa de busca está na dependência de um ‘poder buscar’ que é nosso. O ponto de partida fica em poder do explorador do passado, mesmo que o encadeamento que se segue dependa da necessidade ou do hábito. Além disso, durante o trajeto, diversos caminhos permanecem abertos a partir do mesmo ponto inicial. A

metáfora da caminhada então é induzida pela da mudança. (2007, p.37-38).

A memória pode ser verbalizada e transmitida de diferentes formas pelo sujeito que realiza esta busca consciente ou pelo sujeito que vai em busca das memórias de alguém. Essa verbalização compõe uma narrativa muito próxima às narrativas de ficção, já que ambas utilizam as mediações imaginárias na refiguração do tempo. São momentos nos quais ocorre um encontro entre vida íntima do indivíduo e sua inscrição numa história social e cultural.

Podemos elencar, pensando exclusivamente nos objetivos desta pesquisa, algumas formas de narrativas biográficas, como os diários, as correspondências, as autobiografias e, por fim as biografias. Esses diferentes relatos biográficos são utilizados tanto no campo da historiografia quanto no campo literário:

Na *literatura*, as obras de caráter autobiográfico se publicam em toda parte, colocando ao alcance do público histórias de vida em escritos tão diversos como a autobiografia literária, a autobiografia intelectual, o diário íntimo, o diário de pesquisa, o diário de escritor, os relatos de viagem, a correspondência e as memórias, em geral, enunciados na primeira pessoa, embora por vezes na segunda ou mesmo na terceira, visando à construção de um relato a ser recebido como verídico pelo leitor. (MALATIAN, 2008, p.22)

Os diários íntimos e as correspondências são consideradas como escritas ordinárias, onde o sujeito trata de fatos corriqueiros da sua vida ou remete informações pessoais a um terceiro. Seriam então, atos de memória que dão ensejo à percepção e a representações de um tempo (CUNHA, 2007, p.46-47). A autobiografia é outra forma de autorrelato, no qual o sujeito está “consciente de si, em posse de uma memória íntegra de sua vida e capaz de abarcar seus elementos divergentes em uma narração” (GALLE, 2006, p. 68).

Já a biografia seria o momento em que o autor reconta a história de vida de outro sujeito; descreve situações vividas e argumenta sobre problemas enfrentados e como o biografado se relacionou com isso. As cartas, as correspondências e as autobiografias constituem um campo imenso de possibilidades para o historiador (MALATIAN, 2008,

p.22), ou melhor, para aquele que produz uma narrativa biográfica. O trabalho de constituição de uma biografia pode ser feito em diferentes suportes, tanto por historiadores, escritores, jornalistas e também documentaristas.

Essas maneiras de revisitar a memória feita pelo sujeito, seja ele o autor ou a personagem biografada, estão intimamente ligadas à noção de testemunho, momento em que o homem verbaliza suas recordações e faz a “passagem constante, necessária e impossível entre o real e o simbólico, entre o passado e o presente” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p.82). As personagens seriam as *superstes*, testemunhas que “subsistem além de” e que são ao mesmo tempo sobreviventes de eventos limítrofes. Enquanto rememoram suas vivências para nos contar, cada um destes indivíduos transforma os fatos, “cita a história, mas nesse momento mesmo, ela a destrói e a recria, dando início a um processo potencialmente sem fim de escritura e disseminação”. (SELIGMANN-SILVA, 2005, p.78).

As narrativas biográficas são constantemente afetadas pela interpretação do sujeito ou de quem organiza a narrativa biográfica. Este interlocutor não está passivo dentro do processo dialógico, pois também participa da criação de conhecimento. Narrativas como esta lidam com uma identidade inventada e reinventada, “configurações intencionais, que muitas vezes, ajustam o passado conforme as necessidades do momento” (GALLE, 2006, p.74). Por isso, como lembra Teresa Maria Malatian ao citar Peter Gay, é preciso tomar cuidado com as escritas de si, por suas táticas evasivas e jogos de exposição e proteção, que mais ocultam do que revelam (2008, p.24).

Em decorrência desta constatação é necessário pensar no trabalho do investigador que faz o trajeto de buscar as memórias e também na noção de prova, principalmente aquela trazida pelo pesquisador italiano Carlo Ginzburg. É preciso lembrar que o passado não pode ser reconstruído em sua totalidade e que para chegar a um relato autêntico é preciso rever indícios e testemunhos, numa busca por “pensar e representar a realidade, como todos os equívocos e ambiguidades que isso comporta” (LIMA, 2007, p.111).

3. O Documentarismo e as Biografias Visuais

As obras não ficcionais, entendidas como um campo propício para a criação de narrativas biográficas, devem ser analisadas sob estes mesmos conceitos. O cineasta invade a vida das personagens tanto para deixar que elas falem sobre si e recriem sua experiência, quanto para recriar a si mesmo a partir da história delas, para viver a realidade que elas vivem. Desta forma o filme se transforma em um testemunho de vida e assim nos leva a conhecer o mundo histórico dos indivíduos. Como define Eliseu Souza (2008, p.1) tais documentários podem ser percebidos como “modos de narração constituídos de discursos da memória, a partir da centralidade do sujeito que narra”.

No entanto, o dispositivo fílmico traz um diferencial à construção de narrativas biográficas, já que, diferente de um relato escrito, estas obras nos possibilitam ver a imagem da personagem biografada. Deparamo-nos com o sujeito em seu todo por meio da imagem em movimento. Nas obras documentais temos a possibilidade de ver suas expressões faciais no momento em que a personagem relata suas lembranças, seus movimentos corporais, suas hesitações, enfim, a emoção que cada momento do testemunho traz a tona.

Apesar de não ser um relato totalmente colado ao real, como já foi exposto na primeira parte deste trabalho, o cinema não ficcional oferece mais material para a análise da construção de narrativas biográficas, consideradas neste caso narrativas audiovisuais, pois nos trazem o som e imagem das personagens e locais retratadas. Por meio dele podemos perceber o ato de construção dos relatos e em grande parte, o processo de busca das lembranças e a forma como os sujeitos se reinventam ao se autorrepresentarem.

Para a análise destes filmes é preciso levar em conta as reações do biografado frente ao aparato cinematográfico, a relação dele com o realizador e as intervenções deste último sujeito na construção da obra. A forma de abordagem e angulação dos filmes pode interferir de forma significativa na maneira como as histórias de vida são relatadas. O documentarista neste caso é o observador corporalmente situado no mundo e auxiliado por um dos mecanismos de maior penetração, a câmera filmadora, que

produz sentido ao se colocar por trás por sua posição “constitui, em toda a construção perspectiva, um poderoso mecanismo gerador de sentido” (FRAYZE-PEREIRA, 2005, p. 110-113).

A seguir analiso três obras, que representam diferentes maneiras de representar o outro e de criar biografias audiovisuais, que atestam de que forma o dispositivo cinematográfico pode se utilizar das histórias de vida das personagens.

3.1. O Velho (1996)

Resultado de exaustiva pesquisa, o filme *O Velho- a história de Luis Carlos Prestes*, de Toni Venturi⁵, pode ser enquadrado em duas categorias, pois é tanto um filme histórico quanto uma cinebiografia. Utilizando do rico material de arquivo, como fotos e imagens de época e depoimentos tanto de Prestes quanto de familiares, amigos, políticos, historiadores e jornalistas, o filme reconta toda a trajetória do Cavaleiro da Esperança ao mesmo tempo em que analisa a história política recente do Brasil e do mundo.

Para narrar os fatos que ocorreram durante todo o século XX, a obra feita, antes da retomada do cinema nacional, usa narrativa cronológica e recursos técnicos convencionais, bem aos moldes do documentário clássico: voz off que narra e comenta os fatos e cria um discurso, que é comprovada pelo rico quadro de depoimentos. Em momentos importantes para a narrativa, a obra usa o recurso da dramatização. Isso ocorre principalmente nos momentos em que o filme trata da relação de Prestes com a mãe. Todos os depoimentos são em preto e branco, o que cria uma unidade estética ao longo de todo o filme. Apenas as dramatizações e as imagens mais atuais são coloridas.

Para garantir melhor compreensão dos espectadores e para dar um certo respiro poético, *O Velho* faz referência ao gosto de Prestes pela jardinagem. São diferentes

5 Cineasta paulista, graduado em Artes Fotográficas - Cinema, pela University Of Ryerson, no Canadá, e em Comunicação Social – Cinema, pela Universidade São Paulo. Foi produtor e diretor de diversos curtas e longas nacionais.

metáforas criadas usando um jardim como cenário que dividem o filme em etapas, cronologicamente relacionadas com a vida do político: inocência, coragem, a esperança, a sombra, a maturidade e o resto dos dias.

Pelo apuro com que tece a grande quantidade de falas com as imagens de arquivo o longa consegue fazer um panorama de Prestes enquanto homem político ao privilegiar os feitos revolucionários, as prisões e os exílios. A vida pessoal de Prestes é subvalorizada ao longo de quase todo o filme, aparecendo apenas em alguns momentos, como a relação dele com a mãe, o envolvimento amoroso com a alemã Olga Benário e o encontro com a filha, nascida em um campo de concentração. Somente ao final da obra, quando os filhos e a segunda esposa lembrar os últimos anos do político é que sua figura parece mais humanizada.

Analisando a obra no contexto de sua produção percebemos que levar ao conhecimento do público a história de vida de personalidades políticas marcantes para o país, assim como é Carlos Prestes, se fazia necessário naquele momento de democracia recente depois de mais de vinte anos sob uma ditadura e do surgimento de diversos escândalos políticos. Desta maneira, a forma de narração que mais se enquadraria no desejo de participar ativamente deste processo histórico seria a narrativa clássica do documentário, balizada nas noções de fidelidade dos acontecimentos e testemunhos e representação mais próxima do real.

Em decorrência desta abordagem, o documentarista assume uma postura ingênua frente à personagem representada. Toni Venturi cai na armadilha de tentar ser o mais verossímil possível em sua narrativa, com cronologia ordenada, mostrando a personalidade coerente do homem político Carlos Prestes, deixando quase que totalmente de fora as incertezas e contradições que definem os sujeitos.

3.2. O Prisioneiro da Grade de Ferro (2004)

Um caminho bem diferente foi escolhido por Paulo Sacramento⁶ para representar o cotidiano do Complexo Prisional do Carandiru, em São Paulo. O filme *Prisioneiro da Grade de Ferro- autorretratos* é resultado de uma oficina realizada pelo diretor e sua equipe com os detentos e funcionários da Casa de Detenção. Com a reunião das imagens captadas pelos próprios presidiários a obra busca mostrar o ponto de vista de quem vive dentro do cárcere.

O resultado final do documentário se apresenta como uma colagem de diferentes imagens e depoimentos, alguns demonstrando a falta de conhecimento técnico dos presos, separadas por cartelas que apresentam locais ou personagens, sem a utilização de voz off. Este apanhado geral da vida na prisão, em uma aparente inexistência de roteiro que norteia e que dê uma linearidade à narrativa, parece ser a demonstração de que houve a mínima interferência dos realizadores no processo de produção do filme. Os seres que sempre estiveram prioritariamente no papel de seres a serem representados pelos cineastas, toma uma posição de empoderamento e pode falar de sua própria história.

Deste o início *Prisioneiro* já se identifica como a representação mais fidedigna da realidade do presídio, o que pode ser visto no rap cantado durante a apresentação do documentário. O aparato cinematográfico é explicitado, não há tentativa de esconder a construção do filme. É possível em vários momentos do documentário ver imagens dos presos usando as câmeras, em alguns momentos até demonstrando sua inexperiência na empreitada, assim como dos realizadores que participam do projeto.

O cotidiano do Carandiru é representado minuciosamente por meio de imagens de diferentes momentos vividos na prisão, desde a intimidade das celas; passando pela divisão dos Pavilhões, cultos religiosos e atividades desenvolvidas; até as relações de poder dentro do Complexo. O longa traz os retratos biográficos dos detentos que estavam no Complexo no ano anterior sua demolição, feitos por eles mesmos. Os

⁶ Montador, diretor e produtor paulista que estreou em 2002 na direção de longa-metragem com o documentário *O Prisioneiro da Grade de Ferro*. Formou-se em cinema pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e presidiu a Associação Brasileira de Documentaristas de São Paulo em 1997. Montou diversos curtas-metragens e longas nacionais.

presos, vistos pelo sistema carcerário apenas como números, ganham rostos e nomes, num processo de humanização por meio das autorrepresentação. Em certa medida, o filme faz também uma biografia do homem encarcerado, como uma personagem coletiva, já que não há privilégio sobre a história de nenhum deles.

Prisioneiro também pode ser entendido como o resgate da memória do Complexo do Carandiru, que ficava localizado no meio da cidade de São Paulo desde 1920 e foi desativado em 2002. Com a demolição de parte da estrutura e o desmonte da casa de Detenção, as histórias ocorridas ali dentro, como o massacre de 11 presos em 1992, acabariam virando pó assim como os escombros dos prédios implodidos. O filme resgata parte dessas memórias e faz um processo de reconstrução simbólica do Carandiru, assim como é explicitado na imagem invertida da demolição da estrutura, logo nos primeiros minutos de filme.

O longa em questão pode ser entendido como resultado de um processo que não é recente mas que ainda está em andamento no cinema nacional, no qual o documentário tenta se afastar de suas premissas mais clássicas, buscando novas maneiras de lidar com a realidade. A possibilidade de mostrar o ponto de vista das próprias personagens, sem uma interferência tão marcante do realizador, é uma alternativa que se mostra mais fidedigna com as histórias de vida representadas.

Da mesma forma a falta de uma coerência cronológica parece ser mais adequada ao objetivo do longa, dar possibilidade de que os detentos se autorrepresentassem. Ao tentar interferir minimamente na construção do discurso fílmico, *Prisioneiro* alcança em muitos momentos o sujeito inconstante e múltiplo que se encontram no Complexo. O intento também é feliz ao não criar um estereótipo do presidiário e mostrar os mais diferentes tipos humanos que habitavam o Carandiru.

3.3. Terra Deu, Terra Come (2010)

Em uma representação de caráter bem mais radical está situado *Terra Deu, Terra Come*, filme do estreante Rodrigo Siqueira⁷, que conta a história de Pedro de Almeida, garimpeiro de 81 anos de idade, que vive com sua família no remoto quilombo Quartel do Indaiá, distrito de Diamantina, Minas Gerais. Ele é último cantor dos vissungos, os cantos em língua africana trazidos pelos escravos, principalmente aqueles vindos da Angola.

O mote principal da obra é mostrar o velório, o cortejo fúnebre e o enterro de João Batista, que morreu com 120 anos, segundo Pedro de Alexina, que atua como um mestre de cerimônias do evento. O rito funerário é permeado por vários momentos em que Seu Pedro, familiares e um vizinho recontam memórias familiares e do garimpo, em histórias, principalmente aquelas contadas pela personagem central, carregadas de poesia e significados metafísicos, que nos põem em dúvida o tempo inteiro.

Em *Terra Deu, Terra Come* também está presente a discussão a respeito do fazer documental, já que em vários momentos o aparato cinematográfico e o caráter de construção de discurso ficam em evidência, como no momento em que uma das personagens vê pela primeira vez uma câmera de filmagem, a qual chama de feitiço. Da mesma forma, o cineasta não se esconde durante as filmagens, em uma clara referência ao trabalho de Eduardo Coutinho, privilegiando a relação com a personagem, de onde surgem momentos inusitados.

Memória, realidade e fantasia se misturam em um nível raro dentro do documentarismo brasileiro. O primeiro ponto desta obra que suscita discussões é a atuação de Pedro e seus familiares frente à câmera, que a partir de uma mise-en-scène instigante nos fazem perder a noção do que é real e do que é imaginário, na qual documentação e ação ficcional não se distinguem. Não é possível saber até que ponto Seu Pedro e os familiares representam em frente às câmeras ou apenas dão vazão a

7 Jornalista mineiro formado pela PUC Minas e editor na TV pública e educativa de Minas Gerais. Entrou para o cinema em 2002, quando começou uma pesquisa para Helvécio Rattton que estava fazendo um filme *Uma Onda no Ar*, 2002.

pensamentos e emoções sinceras. O momento crucial desta confusão é quando o idoso coloca uma máscara e começa a interpretar uma personagem que está defendendo seu tesouro.

A maquinação do enterro, que ao final se mostra uma grande trapaça, também embaça a fronteira entre o real e a ficção. O documentário pode ser entendido como um marco do cinema não ficcional nacional, pois esse gênero que se percebe como intimamente ancorado na realidade, se deixa seduzir pela ficcionalização do real e deturpa o método clássico, visto em filmes como *O Velho*. Este filme, assim como classifica Lins, “perturba a percepção do espectador em relação ao tema e faz com que a percepção da obra esteja muito mais no sensório do que no campo intelectual” (LINS, 2008, p.81).

Da mesma forma, a narrativa biográfica sobre Seu Pedro alcança uma forma de representação que leva em conta a fantasia e a constante reinvenção das lembranças e conseqüentemente do sujeito que conta suas memórias. O documentário parece não buscar a autenticidade, tão debate no gênero, mas sim alcançar um registro de toda a complexidade do ser humano no trabalho de recontar sua história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a presente análise trago a tona discussões a respeito do componente mais importante dos documentários: o ator social e a forma como sua narrativa biográfica é utilizada pelos realizadores na tentativa de se criar biografias audiovisuais.

Por meio da análise de três documentários paradigmáticos do cinema nacional é possível perceber o caminho de evolução transcorrido por este gênero para alcançar um modo de representação que possibilite o mergulho em diferentes realidades. Essa evolução em percurso leva a uma separação cada vez mais tênue entre realidade e ficção e busca não apenas permitir que o outro fale de si por meio da representação produzida pelos cineastas, detentores do aparato cinematográfico, mas que tenham em mãos os recursos para se autorrepresentar.

REFERÊNCIAS

BERNARDET, Jean-Claude. **Cineastas e Imagens do Povo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CARVALHO, Isabel Cristina M.. **Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica**. Horizontes Antropológicos. Vol. 9, nº 19. Porto Alegre: 2013.

CUNHA, Maria Teresa. **Do Baú ao Arquivo: escritas de si, escritas do outro**. Patrimônio e Memória. UNESP – FCLAs – CEDAP. Vol.3, nº 1, São Paulo: 2007.

DA-RIN, Sílvio. **Espelho Partido: Tradição e Transformação do Documentário**. Rio de Janeiro. Azougue Editorial, 2004.

FRAYZE-PEREIRA, João A. **Arte, Dor: inquietudes entre estética e psicanálise**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

FURTADO, Beatriz. **O Documentário como Obra de Arte**. In: FURTADO, Betariz (org). **Imagem Contemporânea: cinema, tv, documentário, fotografia, videoarte, games...** Vol. 1. São Paulo: Hedra, 2009.

GALLE, Helmut Paul Erich. **Elementos para uma Nova Abordagem da Escrita Autobiográfica**. Matraga: Rio de Janeiro, v. 18, p. 64-91, 2006.

GONÇALVES, Gustavo Soares. **Panorama do Documentário no Brasil**. Doc On-line, nº 1, dezembro de 2006. Disponível em: http://www.doc.ubi.pt/01/artigo_gustavo_soranz_brasil.pdf. Acesso em 30 de maio de 2011.

LIMA, Henrique Espada. **Narrar, Pensar o Detalhe: à margem de um projeto de Carlo Ginzburg**. ArtCultura. Vol. 9, nº 15, p. 99-111, Uberlândia, jul.-dez., 2007

LINS, Consuelo. **Filmar o Real**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

NICHOLS, Bill. Tradução de Mônica Saddy Martins. **Introdução ao Documentário**. Campinas: Papyrus, 2005.

MACHADO, Roberto. **Deleuze, a Arte e a Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

MALATIAN, Teresa Maria. **A Biografia e a História**. Cadernos Cedem. Vol. 1, nº 1. 2008.

NICHOLS, Bill. Tradução de Mônica Saddy Martins. **Introdução ao Documentário**. Campinas: Papyrus, 2005.

MELO, Cristina Teixeira Vieira de. **O Documentário como Gênero Audiovisual**. In: Comum. Inf, vol. 5, nº ½, pag. 25-40, jan./ dez. 2002.

PELBART, Peter Pal. **Imagens**. In: PELBART, Peter Pal. O Tempo não Reconciliado. São Paulo: Perspectiva, 1998.

RICOUER, Paul. **A Memória, a História e o Esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2010.

SELIGMANN-SILVA, Marcio. **Testemunho e a Política da Memória: O Tempo Depois das Catástrofes**. São Paulo: Projeto Historia, 2005. Disponível em: [www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/volume30/04-Artg-\(Marcio\).pdf](http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/volume30/04-Artg-(Marcio).pdf). Acesso em 02 de setembro de 2013.

SILVA, Marco Aurélio da. **Documentário Brasileiro: Entre o Modelo Sociológico e o Etnográfico**. PPGAS/UFSC, 2001. Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos-pdf901/documentario-brasileiro/documentario-brasileiro.pdf>. Acesso em 02 de setembro de 2013.

SOUZA, Elizeu Clementino. **(Auto) Biografia, Identidade e Alteridade: Modos de Narração, Escritas de Si e Práticas de Formação da Pós-Graduação**. Dossiê Fórum, POSGRA/UFS, Ano 2, Volume 4, 2008. Disponível em: www.posgrap.ufs.br/...identidades/.../DOSSIE FORUM Pg 37 50.pdf. Acesso em 02 de setembro de 2013.

TEIXEIRA, Francisco Elinaldo. **Documentário Moderno**. In: MASCARELO, Fernando (org.) História do Cinema Mundial. Campinas: Papyrus, 2006.

VANOYE, Francis e GOLIOT-LÉTÉ, Anne. **Ensaio sobre a Análise Fílmica**. Campinas: Papyrus, 1994.

MATERIAL AUDIOVISUAL

O Prisioneiro da Grade de Ferro: autorretratos. Direção: Paulo Sacramento. Documentário. Olhos de Cão Produções, Brasil, 2004. 123 min. Col.

O Velho: a história de Luís Carlos Prestes. Direção Toni Venturi. Documentário. Olhar Imaginário e Casa da Produção, Brasil, 1996. 115 min. Col/PB.

Terra Deu, Terra Come. Direção: Rodrigo Siqueira. Documentário. Sete Estrelo Filmes, 2010. 88 min. Col.

A REPRESENTAÇÃO VISUAL DOS TRABALHADORES NO *TRIBUNA POPULAR* (1945-1947)

Karina Pinheiro Fernandes
pinheiro.karina@gmail.com
PPGHIS- UFRJ
Doutoranda em História Social

Resumo

Este artigo propõe uma análise da representação visual dos trabalhadores urbanos do Rio de Janeiro produzida pelo *Tribuna Popular*, vinculado ao Partido Comunista do Brasil (PCB), entre 1945 e 1947. Este jornal era publicado diariamente e procurava atingir um público amplo, apresentando conteúdo variado e linguagem acessível ao proletariado, incluindo a forma como eram representados visualmente. O periódico publicava ilustrações que estavam ligadas a matérias geralmente sobre problemas dos trabalhadores, trazendo propostas de organização e cobranças ao poder público. Neste artigo procuro analisar a representação visual dos trabalhadores nos desenhos, buscando problematizar a relação imagem-texto.

Palavras-chave: trabalhador; representação visual; *Tribuna Popular*

Abstract

This article proposes an analysis of the visual representation of urban workers in Rio de Janeiro produced by *Tribuna Popular*, linked to the Communist Party of Brazil (PCB), between 1945 and 1947. This newspaper was published daily and tried to reach a wide audience, presenting varied content and language accessible to the proletariat, including how they were represented visually. The journal published illustrations that were linked to matters generally on problems of workers, bringing organization proposals and demands to the government. In this article I analyze the visual representation of workers in the drawings, seeking to confront the image-text relationship.

Key-words: worker; visual representation; *Tribuna Popular*

Em 1945 o PCB¹ voltou à legalidade depois de dez anos de registro cassado devido ao Levante Comunista de 1935. Essa conquista duraria apenas dois anos, no entanto, seriam anos marcantes na história do partido, anos em que ocorreriam grandes modificações políticas no país e que o PCB teria relevante participação no cenário político e também cultural nacional.

O período entre o início de 1945 até o final de 1947 seriam anos gloriosos para o PCB. Nesse momento, o partido conquistaria um aumento exponencial de membros, passando de cerca de cinquenta mil filiados em 1945 para cerca de duzentos mil em 1946. Ainda nesses anos elegeu deputados e vereadores e atuaria politicamente em torno de grandes acontecimentos do país como a entrada do Brasil na 2ª Grande Guerra, a formação da Constituinte e a elaboração da Constituição, entre outros.

No período de reorganização do PCB, ainda em 1942, começa a se reestruturar uma rede de publicações periódicas e editoriais mostrando os primeiros passos do que seria uma estrutura complexa de imprensa. Neste momento o Partido Comunista do Brasil ainda está na ilegalidade, no entanto quando começa a reestruturar seus núcleos e comitês também começa a organizar editoras para publicação de obras políticas que divulguem suas bases ideológicas².

Em 1945, já era grande a rede de publicações impressas por essa organização política. A linha que seria perseguida se inspirava nas proposições de Lênin. Se Vladimir Lênin proclamava essas importantes funções para a imprensa, o PCB corroborava este como um caminho prodigioso com uma estrutura de imprensa bem planejada³. A atenção que o Partido Comunista

¹ É importante ressaltar que o PCB foi fundado sob a denominação Partido Comunista do Brasil em 1922, e manteve esse nome até 1961, quando o PCB modificou suas diretrizes e procurou mostrar seu distanciamento das crueldades praticadas por Stalin. Segundo Ângelo Segrillo “O Comitê Central do partido procurou “suavizar” e adequar alguns itens de seu programa com vistas à possível legalização da entidade, inclusive mudando o nome para Partido Comunista Brasileiro (PCB)”, mantendo assim a sigla original. (SEGRILLO, 2005.p.113 e 114). Portanto, vale esclarecer que, cabe a este artigo a utilização da nomenclatura do período analisado.

² De acordo com Edgar Carone: “Além de que, ‘a partir de 1942 ressurgem toda uma linha de publicações e de editoriais, e ao lado das publicações panfletárias ilegais aparecem livros e revistas de caráter permanente e legal. É natural que o processo seja lento, metódico e cauteloso, mas muitas das casas editoriais da época da legalidade do PCB (1945) nascem nestes anos obscuros e difíceis.’”. (CARONE, 1976:238).

³ Para Lênin as publicações periódicas têm um papel fundamental para o partido, pois através delas é possível divulgar os objetivos políticos, educar ideologicamente as pessoas em um esforço de conscientização política e promover a coesão interna dos membros do partido. A

do Brasil deu à questão da imprensa aumentava ao passo que percebiam a importância que deveriam empregar nesse meio de propagação da sua política e das atividades do partido. A preocupação era com a melhoria do nível técnico empregado e com o conteúdo político a ser divulgado.

Todavia, a partir das ideias do *realismo socialista*, é possível observar congruências na feitura de uma obra de caráter pedagógico e de fácil entendimento. É possível ainda dizermos que os elementos presentes nas imagens têm uma linguagem que busca uma identificação do observador com os personagens. Uma característica marcante do *realismo socialista* é justamente a representação de trabalhadores e temas referentes à suas vidas nas obras, visto que são voltadas a este público (BOWN, 1991).

O jornal *Tribuna Popular* tinha grande importância política para o Partido Comunista do Brasil. Sua configuração era estratégica e abrangia uma larga gama de temas. Este jornal foi publicado diariamente na cidade do Rio de Janeiro (exceto às segundas-feiras), entre os anos de 1945 e 1947. Era composto na maior parte de sua existência de oito páginas, em alguns períodos contou com até doze páginas. O jornal *Tribuna Popular* possuía um caráter específico entre os periódicos diários que circulavam também no Rio de Janeiro. Esta especificidade é inerente ao seu papel de divulgador das propostas do Partido Comunista do Brasil para um público mais amplo e popular e abrangendo assuntos diversificados, de vários âmbitos do cotidiano da população.

Destarte, este periódico não poderia deixar de fora as proposições do partido no tocante às artes de um modo geral e ainda às artes plásticas. O uso da imagem no jornal tinha um papel estratégico, e muitos artistas plásticos estavam vinculados ao partido neste momento de reestruturação. A relação do jornal com as imagens era estreita. Eram comuns fotografias em reportagens diversas, mas o recurso à ilustração é uma característica desta publicação. Pode-se ressaltar a contribuição do artista plástico Paulo Werneck. Este militante do PCB produziu ao longo dos quase três anos no qual circulou cerca de 300 ilustrações para o periódico, sendo esta a contribuição de maior destaque do artista em relação ao Partido Comunista do Brasil.

Os diferentes efeitos que uma imagem pode causar sobre seu observador pode trazer memórias, fazer pensar sobre algum assunto ou até mudar opiniões. “E, na realidade, é

organização dos diferentes setores sociais em prol da ação do partido e a propagação das ideias propostas por ele são outros fatores que tornam a imprensa um meio de grande importância para o crescimento do partido (LÊNIN, 1979).

exatamente o efeito do quadro que nos interessa: tem de ser assim. Mas termos dessa categoria tendem a ser um pouco fáceis e, às vezes, nossa percepção do efeito se adapta melhor a vias indiretas.”(BAXANDALL,2006:38)

Baxandall escreveu essas palavras mostrando a preocupação com o efeito da obra no espectador e da relevância de compreender não apenas o processo de feitura, mas também a recepção da obra. Para tanto, este autor sugere que logo após o reconhecimento dos efeitos que a obra causa em nós, façamos inferências sobre as razões para a imagem nos causar tais efeitos (BAXANDALL,2006:38). É a partir de tal pressuposto que serão analisadas as ilustrações e matérias correspondentes a seguir.

No dia 4 de março de 1947, foi publicada uma tira de quadrinhos no jornal *Tribuna Popular* (Figura 1). Esta tira era composta por cinco quadrinhos dispostos lado a lado e na parte superior da página. Os quadrinhos eram ilustrados por cenas acompanhadas por uma legenda explicativa. Em um primeiro olhar para a página esta sequência de quadros chama atenção por estas características. A tira de quadrinhos se destaca na página. Quando procuramos as razões, é possível considerar a localização na parte superior da página, o tamanho e o título em letras grandes que definem o conteúdo das legendas: “Melhores condições de trabalho para melhor produtividade”. Há ainda o fato de serem quadrinhos desenhados de forma detalhada, com um texto acompanhando cada quadrinho. Essa última característica ressalta uma peculiaridade desta imagem em relação às outras recorrentes no jornal.



Figura 1 - *Tribuna Popular*. 4-03-1947. P.8. Detalhe. Rio de Janeiro. Acervo Biblioteca Nacional.

Baxandall nos atenta para o fato de que a explicação de imagem vai além da caracterização dos efeitos que esta causa em nós. Primeiramente a descrição que fazemos mostra o que pensamos sobre a obra, e assim podemos ressaltar o que nos interessa nela.

A explicação de um quadro depende do relevo que escolhemos dar em sua descrição verbal. Essa descrição representa, antes de tudo, o que pensamos sobre esse quadro. As palavras que a constituem são instrumentos de generalização, que muitas vezes são não só indiretos – permitem inferir causas, caracterizar efeitos, fazer diversas comparações –, como assumem o significado que efetivamente vamos usar apenas a partir de um jogo recíproco com o quadro em si, que é um objeto singular. E por trás de tudo isso está o desejo de assinalar nosso interesse no quadro. (BAXANDALL,2006:43)

Se nas quadrículas do jornal parece que o que nos chama atenção são os desenhos, é importante destacar que as cenas desenhadas e o conteúdo do texto que as acompanham são também importantes. Para compreendermos essa imagem, antes é necessária uma descrição dos quadrinhos para posteriormente tentar explicar. Baxandall escreveu que “Mas, se é verdade que a ‘descrição’ e a ‘explicação’ se interpenetram, isso não nos deve fazer esquecer que a descrição é a mediadora da explicação”. (BAXANDALL,2006:32)

Após olhar pela primeira vez a última página da edição de 4 de março de 1947 do jornal *Tribuna Popular* e reparar nas quadriculas acima da página e na sua especificidade de ser composta por desenhos com legendas um olhar mais atento pode ser instigado. Quando olhamos mais atentamente para cada quadricula vemos uma sequência do que seria o dia sofrido de um trabalhador urbano brasileiro.



Figura 2 - *Tribuna Popular*. 4-03-1947. P.8. Detalhe. Rio de Janeiro. Acervo Biblioteca Nacional.

Na primeira quadricula (**Figura 2**) podemos ver três homens trabalhando num local fechado, sem muito espaço e com algumas ferramentas. Na legenda há uma crítica às condições dos ambientes de trabalho, denunciando a possibilidade de o trabalhador desenvolver doenças por conta da insalubridade dos locais:

O trabalhador neste local de trabalho, primitivo e anti-higiênico, não pode, na verdade, produzir com entusiasmo e melhor rendimento. Aos poucos sua saúde vai se consumindo e amanhã será mais um chefe de família sem forças para lutar contra a maior miséria. (TRIBUNA POPULAR, 1947:8)

Não sabemos se a imagem foi feita antes ou depois do texto. No entanto, podemos notar que além de linguagens diferentes, a forma como o assunto é interpretado e organizado são claramente diferentes. Jean Claude Schmitt diz que:

As respectivas especificidades da imagem e da língua impedem que a primeira seja jamais designada como ilustração de um texto, mesmo no caso de uma miniatura pintada tendo em vista um texto e em relação direta como seu conteúdo. O texto evoca seus significados na sucessão temporal das palavras; a imagem organiza espacialmente a irrupção de um pensamento figurativo radicalmente diferente. Ora, a construção do espaço da imagem e a organização entre as figuras nunca são neutras: exprimem e produzem ao mesmo tempo uma classificação de valores, hierarquias, opções ideológicas. (SCHMITT, 2007:34)

Se levarmos em conta essas considerações de Schmitt poderemos perceber ainda nas outras quadriculas essas diferenças radicais as quais o autor se refere. Na segunda quadricula (Figura 3) podemos ver um desenho no qual dois homens estão fazendo uma refeição, com o que parece ser uma marmita na mão, sem mesa, sem condições adequadas.



Figura 3 - Tribuna Popular. 4-03-1947. P.8. Detalhe. Rio de Janeiro. Acervo Biblioteca Nacional.

Na legenda, o modelo do primeiro quadro se repete, e há uma crítica a essa falta de estrutura para a refeição, denunciando o problema de conservação dos alimentos que são comidos frios. Nesta legenda aparece uma ideia que corrobora a ideia do título que visa a maior

produtividade. Ao final o autor da legenda diz que a falta de uma alimentação adequada desestimula o trabalhador e diminui a produtividade.

Depois do trabalho em condições tão penosas, eis a refeição. Comem à beira da sarjeta: em cima de velhos caixotes, uma comida fria e sem gosto apenas para enganar o estômago. Claro que esse almoço em nada estimula o operário para aumentar a produtividade do seu trabalho.(TRIBUNA POPULAR, 1947:8)

Essa condução do discurso mostra que o jornal procura justificar a necessidade de melhorias nas condições de trabalho para que a produtividade aumente. Interessante que é um discurso que pretende propagar essa ideia, mas que segue uma linha que possa convencer os patrões de suas razões. No quadro anterior a justificativa da denúncia era o risco de doenças que poderia deixar a família do trabalhador sem seu “chefe de família”. Agora é um pouco diferente. O desenho deste quadrinho parece manter uma linha de poucas especificidades em relação ao texto, o que define o tema, mas que abre espaço para uma legenda que poderia ser diferente, que não está restrita.

A terceira quadricula (**Figura 4**) traz um desenho com cerca de sete pessoas no entorno de um bonde com parte da palavra *suburbio* escrito na sua dianteira. Estas pessoas dão a impressão de fazerem parte de um aglomerado que pretende subir no bonde. A imagem mostra muita gente para pouco espaço.



Figura 4- *Tribuna Popular*. 4-03-1947. P.8. Detalhe. Rio de Janeiro. Acervo Biblioteca Nacional.

A legenda dessa quadricula trata do problema do transporte público, dizendo que seria um tormento para as pessoas que todo dia após o trabalho precisam dele para voltar para suas casas. O texto há referência a lotação e a dificuldade de o trabalhador tomar a condução: “E

agora a condução, Deus do céu! E isto todo dia! Depois do batente, sai cansado e faminto da fábrica e se consegue pegar uma condução, vejam que tormento! Milhares e milhares de trabalhadores sofrem, todos os dias, o mesmo drama que lhes parece cada vez pior.” (TRIBUNA POPULAR, 1947:8).

No quarto quadrinho (**Figura 5**) podemos observar que há casas humildes, um varal improvisado, e uma mulher ao fundo com um rosto indefinido. A legenda abaixo se refere ao problema de moradia urbana nas chamadas favelas. O texto aborda a insalubridade das residências que, assim como no local de trabalho, faz com que o trabalhador esteja passível de adquirir alguma doença. Há ainda uma referência aos baixos salários que levam a uma má alimentação, e provavelmente seja também um dos motivos de não ser possível uma estrutura melhor de habitação. Esses dois fatores, alimentação e habitação, também contribuiriam para a suscetibilidade a contaminação por doenças.



Figura 5- *Tribuna Popular*. 4-03-1947. P.8. Detalhe. Rio de Janeiro. Acervo Biblioteca Nacional.

“Chega enfim a casa. Casa? Nada mais, nada menos do que um velho barraco sem higiene, onde a tuberculose, que muitas vezes o operário adquire na oficina, na fábrica, ou devido aos baixos salários que geram a subalimentação, vai desenvolver-se e contagiar toda a família” (TRIBUNA POPULAR, 1947:8).

Na quinta imagem (**Figura 6**) há um homem e uma mulher com uma sacola em uma feira. O casal parece olhar para alguns produtos expostos nas bancas, mas não os pegam. Ao fundo há uma placa com o preço de algum produto, e é possível que seja um preço alto. Na legenda há uma referência à carestia de vida, este era um problema constantemente denunciado.

As altas dos preços e a falta de produtos alimentícios nos mercados eram questões recorrentes no período de circulação desse jornal.

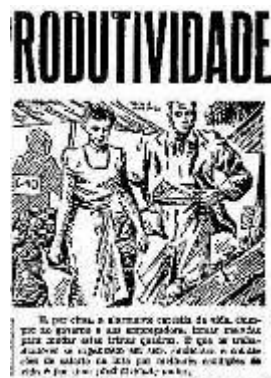


Figura 6- *Tribuna Popular*. 4-03-1947. P.8. Detalhe. Rio de Janeiro. Acervo Biblioteca Nacional.

Por fim, neste último quadrinho, a legenda tem um caráter conclusivo. São exigidas providências do governo e dos empregadores para resolver estas questões. E ainda estimula que os trabalhadores se organizem para reivindicar as devidas melhorias. A última frase retorna à ideia de incentivar o esforço por uma maior produtividade. Esta parece ser uma tentativa de amenizar o discurso e ainda atrair os leitores mais moderados e tentar convencê-los pela via do lucro que essas melhorias para o trabalhador beneficiaria também aos empregadores.

E, por cima, a alarmante carestia da vida. Cumpre ao governo e aos empregadores tomar medidas para mudar estes tristes quadros. E que os trabalhadores se organizem em seus sindicatos e comissões de salário na luta por melhores condições de vida e por uma produtividade maior. (TRIBUNA POPULAR, 1947:8)

Entretanto, para entender esses desenhos, foi necessária uma descrição e análise de seus elementos. A partir de então, surge a indagação por uma questão posta por Michael Baxandall: “Quando queremos explicar um quadro, no sentido de revelar suas causas históricas, o que de fato explicamos não é tanto o quadro em si quanto uma representação que temos dele mediada por uma descrição parcialmente interpretativa”. (BAXANDALL, 2006:43)

Ao descrevermos, então, a sequência de quadrinhos, foi feita uma interpretação com base na representação que tivemos desta tira formada por cinco partes. Ao falarmos das legendas ampliamos nossa análise no esforço de compreender essas imagens. O texto tem um

caráter sequencial, e acaba justificando a disposição dos quadrinhos. No entanto, essas quadriculas procuram figurar o decorrer do dia de um trabalhador, pois na primeira há uma cena no local de trabalho, na segunda uma refeição improvisada, na terceira muitos trabalhadores tentando subir no bonde que os leva para casa, e na quarta algumas casas humildes onde devem morar essas pessoas. No quinto quadrinho há uma cena na feira que engloba uma instância do dia a dia das pessoas mas que está diretamente ligada ao trabalho e a remuneração que recebem.

Schmitt diz ainda que é importante entender que apesar de poder haver um acordo entre imagem e texto, há limitações:

O ardil das palavras que se articulam em nossos lábios num certo tempo está em nos levar a pensar por oposição a unidade e simultaneidade do pensamento; o ardil das imagens que se apresentam como fixas através dos tempos está em reunir percepções, saberes, utopias, que concordam entre si apenas fragmentariamente. Eis porque os mecanismos da língua e os da figuração são irredutíveis uns aos outros. (SCHMITT, 2007:34)

Portanto, sem as legendas é possível compreender um sentido na disposição dos quadros, no entanto, já temos essas informações e não podemos nos desfazer deste conhecimento prévio. No entanto, estas imagens ainda trazem muitas questões. Para compreendermos o que elas são, começamos dizendo o que elas nos apresentam, descrevendo-as. Mas para dizer o que elas são é fundamental buscar entender para que elas foram feitas, qual sua função.

Reteremos enfim, como ideia central, que a imagem não é a expressão de um significado cultural, religioso ou ideológico, como se este lhe fosse anterior e pudesse existir independentemente dessa expressão. Pelo contrário, é a imagem que lhe faz ser como o percebemos, conferindo-lhe sua estrutura, sua forma e sua eficácia social. Dito de outro modo, **a análise da obra**, de sua forma e de sua estrutura é indissociável do estudo de suas **funções**. Não há solução de continuidade entre o trabalho de análise e a interpretação histórica. (SCHMITT, 2007:43)

Schmitt nos diz da importância do estudo das funções da imagem e destaca que esta é indissociável da análise da obra. Então, é importante questionar qual a função desta tira de quadrinhos que foi publicada no jornal *Tribuna Popular* em 1947. Para tanto, é necessária a compreensão deste jornal e suas características. Como diz o autor:

(...) e as próprias imagens conseguem mais de uma vez nos lembrar que sua **função** é menos representar uma realidade exterior do que construir o real de um modo que lhe é próprio. Para o historiador, a questão será assim menos a de isolar e de ler o conteúdo da imagem, do que compreender sua totalidade, em sua forma e estrutura, em seu funcionamento e suas funções. (SCHMITT, 2007:27)

O jornal *Tribuna Popular* valia-se de estratégias para alcançar as *massas populares*, e aumentar desta forma o número de filiados e ampliar o acesso das pessoas às suas propostas foi a estruturação de uma imprensa engajada forte, ativa e que chegasse às pessoas de forma fácil e no seu dia-a-dia (BUONICORE,2010).

Schmitt nos traz ainda uma consideração que sustenta a importância de compreender essa função da obra a partir do lugar onde foi veiculada originalmente, e o efeito que poderia causar no espectador.

Na relação entre a forma e a função da imagem, encontra-se expressa a intenção do artista, do financiador e de todo o grupo social envolvido na realização da obra; nesta se inscrevem de antemão o olhar do ou dos destinatários e os usos, por exemplo litúrgicos, da imagem. Devem ser levados em conta não somente o gênero da imagem, mas o lugar ao qual era destinada (bem diferente do museu ou da biblioteca onde na maior parte das vezes encontra-se hoje), sua eventual mobilidade (ela podia, por exemplo, ser levada em procissão) assim como o jogo interativo dos olhares cruzados que as figuras trocam entre si no interior da imagem e com os espectadores fora da imagem.(SCHMITT, 2007:47)

No entanto, dado este entendimento é pertinente retomar uma frase de Jean Claude Schmitt afirmando que “a imagem não é a expressão de um significado cultural, religioso ou ideológico, como se este lhe fosse anterior e pudesse existir independentemente dessa expressão”(SCHMITT, 2007:43). Podemos concordar com essa declaração, mas é importante considerarmos os significados ideológicos, não como determinantes, mas como fator relevante.

As imagens da tira de quadrinhos estão no jornal *Tribuna Popular* que era vinculado ao PCB. A partir dessa afirmação podemos compreender um pouco da sua função, que seria atrair o leitor para a leitura do jornal, e ainda das legendas que explicitam mais especificamente o objetivo do jornal: denunciar problemas da cidade e das condições de trabalho e vida da população. Desta forma pretendia aumentar o número de membros, simpatizantes e eleitores. Neste período o número de filiados do PCB aumentou exponencialmente em poucos anos,



chegando a 300 mil e obtendo até 10% dos votos nas eleições presidenciais, o que é de considerável relevo.

A recorrência de desenhos como os dos quadrinhos ao longo dos anos nesse jornal mostra que essa estratégia tinha uma eficácia reconhecida pela edição do jornal. No entanto, não podemos descartar a ideia de que a feitura das ilustrações foram feitas por um artista, no caso são de autoria de Paulo Werneck, artista plástico filiado e atuante no Partido Comunista do Brasil. Este artista, como qualquer indivíduo, tem sua compreensão própria das questões políticas e ideológicas promovidas pelo partido. Desta forma sua expressão artística traz a especificidade tanto da linguagem visual, quanto da expressão individual.

Michael Baxandall nos lembra que “Nós não explicamos um quadro: explicamos observações sobre um quadro.”(BAXANDALL, 2006:31) e ainda que:

A respeito do quadro é a forma correta de propor a questão. Uma segunda área de problemas diz respeito ao fato de que muitas ideias que desejamos explicar não têm uma relação direta com o quadro. Muitas vezes, os pensamentos não se referem diretamente ao quadro – pelo menos considerado como um objeto material (que não é como o veremos) –, pois nossas melhores ideias ou nossos melhores comentários serão um tanto periféricos com relação ao quadro propriamente dito.(BAXANDALL, 2006:37).

Desta forma, ainda há muitas perguntas e possíveis respostas que podem surgir a partir da observação destas e outras imagens. No entanto, o historiador pode, hoje, contar com a arte e imagens em geral para, justamente, ampliar suas possibilidades de compreensão e estudo historiográfico. Desta forma: “Recolocar as imagens no conjunto do imaginário social, com suas implicações de poder e de memória, sem negar a contribuição específica dos historiadores da arte ao conhecimento das obras e das tradições artísticas, eis qual deve ser atualmente nossa tarefa comum.”(SCHMITT, 2007:46) Pois, como diz ainda Schmitt: “Um duplo desafio – analisar a arte em sua especificidade e em sua relação dinâmica com a sociedade que a produziu – apresenta-se assim ao historiador da imagem.”(SCHMITT, 2007:33)

As imagens destes quadrinhos podem ser compreendidas por diferentes aspectos. A questão dos efeitos deste tipo de representação visual no observador é o objeto deste artigo. Desta forma, deve-se atentar para as intenções do jornal *Tribuna Popular* e sua relação direta como produto do PCB.

As situações mostradas são de desrespeito e indiferença por parte dos patrões e do governo. Os textos ratificam os problemas que envolvem diferentes esferas da vida dos trabalhadores. Têm caráter de denúncia, mas também de propostas para melhorias. Os desenhos trazem a questão à visualidade e promovem em seu conjunto um padrão de representação visual do trabalhador.

Nestes quadrinhos pode-se notar a recorrência de determinados elementos, como casas e trajas simples, por vezes pessoas descalças, ambientes sujos, desconforto, enfim, grande pobreza ressaltada pelos olhares tristes dos personagens. Seria assim todo trabalhador carioca que se busca representar? Estas imagens podem não abarcar todos, mas, certamente, uma parcela significativa dos trabalhadores urbanos no Rio de Janeiro se identificaria com este tipo de representação. Outros muitos reconheceriam uma realidade que mesmo que não vivenciada devia ser conhecida. Portanto, fazem as imagens um apelo à sensibilização do observador à questões de exclusão sócio-espacial, falta de acesso à direitos e recursos mínimos, assim como a propagação do discurso do jornal, que pretende ser porta-voz dos anseios populares, além de valer-se destes motes para expor suas propostas partidárias.

REFERÊNCIAS

BAXANDALL, Michael. *Padrões de Intenção. A explicação histórica dos quadros*. Companhia das Letras. São Paulo, 2006.

BOWN, Matthew Cullerne. *Art Under Stalin*. Holmes and Meier. New York, 1991.

BUONICORE, Augusto. *Comunistas, Cultura e Intelectuais entre os anos de 1940 e 1950*.

Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/032/32cbuonicore.htm>, acessado em 25-09-2010.

CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro, São Paulo, DIFEL, 1976.p. 238

LENIN, Vladimir. *Quê fazer?* Editora Hucitec - São Paulo, 1979

SCHMITT, Jean-Claude. *O corpo das imagens: ensaios sobre a cultura visual na Idade Média*. Edusc. São Paulo, 2007.

SEGRILLO, Angelo. *Rússia e Brasil em transformação. Uma breve história dos partidos russos e brasileiros na democratização política*. Rio de Janeiro. 7 letras, 2005.

Tribuna Popular. 4 de março de 1947. Rio de Janeiro. Arquivo Biblioteca Nacional.

CULTURA VISUAL E HISTÓRIA: PERSPECTIVAS PARA A PESQUISA

Karinne Machado Silva
histka25@hotmail.com
Instituto Federal de Goiás (IFG)
Mestre

Resumo

A presente comunicação pretende discutir algumas perspectivas e problemas teóricos que envolvem a pesquisa histórica. Sabemos que a cultura visual é uma parte fundamental no processo de construção das representações que os indivíduos têm de si mesmos, do mundo que o cerca e no modo de pensar-se (HERNÁNDEZ, 2000). Sendo assim, a cultura visual fundamenta-se na maneira como os indivíduos relacionam-se com os significados culturais, meios tecnológicos e comunicacionais. Acredito que a relação entre cultura visual e a história é um problema de primeira ordem. Pois, as representações visuais não são reflexos puros da realidade histórica, mas evidências históricas que podem contribuir para a pesquisa e para o olhar do historiador.

Palavras-chave: cultura visual, história, pesquisa.

Abstract

This communication will analyse some perspectives and theoretical issues involved in historical research. We know that visual culture is an important part of the process in which individuals make representations of themselves and of the world around them (HERNÁNDEZ, 2000). Therefore, visual culture is based on how individuals handle with cultural meanings, technology and communications tools. I believe the association between visual culture and history is an urgent issue, because visual representations are not reflection of reality, but evidence that can contribute to historical research.

Keywords: visual culture, history, research.

A natureza que fala à câmara não é a mesma que fala ao olhar: é outra, especialmente porque substitui a um espaço trabalhado conscientemente pelo homem, um espaço que ele percorre inconscientemente [...] a fotografia revela este inconsciente ótico, como só a psicanálise revela o inconsciente pulsional. [...]

(Walter Benjamin, 1985).



Cultura visual: visualidade como categoria de análise

A proposta da fotografia como documento histórico surgiu no campo historiográfico a partir da Nova História. O conhecimento histórico e as fontes documentais sofreram uma significativa abertura teórica e metodológica. Essa abertura justifica-se pela percepção, por parte dos historiadores e cientistas sociais, que os modelos metodológicos baseados unicamente nas fontes escritas não respondiam mais as demandas de pesquisa e conhecimento social.

Entretanto, reconhecer o valor documental da fotografia significava inseri-la dentro de um contexto interdisciplinar. Nesse sentido, torna-se fundamental pensar a fotografia como objeto da cultura visual. Ao realizar esse movimento de inserção, a imagem fotográfica toma uma dimensão mais complexa e contextualizada com o momento histórico que ela é produzida.

Estudos relativos à cultura visual são recentes. Eles passaram a ocorrer em meados da década de 1990 nos Estados Unidos a partir de uma abordagem multicultural. As áreas da antropologia, história, sociologia, comunicação e artes visuais passaram a dialogar no sentido de aprofundar questões ligadas ao universo imagético. Dentro desse debate surgiram duas perspectivas que iriam orientar os futuros estudos ligados à cultura visual. A primeira perspectiva diz respeito ao papel exercido pela imagem na sociedade contemporânea, principalmente, as virtuais e digitais. A segunda perspectiva aponta para as diferentes experiências visuais nas sociedades passadas.

Segundo Charles Monteiro,

Os estudos sobre cultura visual problematizam a forma como os diversos tipos de imagens perpassam a vida social cotidiana (a visualidade de uma época), relacionando as técnicas de produção e circulação das imagens à forma como são vistos os diferentes grupos e espaços sociais (os padrões de visualidade), propondo um olhar sobre o mundo (a visão), mediando a nossa compreensão da realidade e

inspirando modelos de ação social (os regimes de visualidade).
(MONTEIRO, 2012, p. 11)

A partir dessa reflexão podemos afirmar que a visualidade é o modo como a sociedade, com todas as suas tensões, seus campos de forças e suas disputas simbólicas, deixa-se ver e se conhecer. A visualidade é constituída pelas imagens fotográficas, digitais, virtuais, pictóricas e por todo o universo imagético. Portanto, a visualidade é o conjunto de imagens, em diferentes suportes, que uma determinada sociedade constrói e consome.

Ao aprofundar o conceito de visualidade, o historiador Ulpiano Menezes esclarece que a proposta de uma visualidade estaria alicerçada em três dimensões, a partir das quais discursos visuais são produzidos: o *visual*, o *visível* e a *visão*. Nas suas palavras,

É preciso procurar identificar os sistemas de comunicação visual, os ambientes visuais das sociedades ou cortes mais amplos em estudo. Assim também, as instituições visuais ou os suportes institucionais dos sistemas visuais [...], e as condições técnicas, sociais e culturais de produção, circulação, consumo e ação dos recursos e produtos visuais. (MENEZES, 2003, p. 34).

A identificação das instituições produtoras de imagens, das condições de produção e de apropriação da imagem constituiria o visual. A esfera visual é a responsável pela produção de um conjunto de *imagens-guia* de uma sociedade. A palavra guia refere-se à capacidade de algumas imagens de interagir com a sociedade em determinados contextos significativos.

O visível seria o poder e o controle de normatizar o que deve ou não ser visto; o modo como devem ser observados os objetos; os preceitos culturais e sociais que direcionam a produção de imagens. Em outras palavras, o que é possível de tornar-se visível ou o que deve permanecer invisível. Na sociedade moderna o visível é a “[...] assimilação do conhecimento à visualização (como nos telejornais), à aceitação de que o

evento se realiza na imagem ou não tem existência social. Aliás, a imagem acaba por dispensar o evento [...]” (MENEZES, 2003, p. 37).

Com relação à visão, ela abrange os instrumentos de observação, o observador e sua visão de mundo, além das diferentes modalidades do olhar. Pode-se mesmo afirmar que a visão é uma construção histórica. Por isso, cada época tem *olhares* diferentes que são lançados sobre as produções visuais contemporâneas e as produções de épocas anteriores. O olhar modifica-se de acordo com os contextos e instituem novas formas de percepção dos fenômenos sociais, dos costumes, dos valores e do senso estético.

O olhar na história

Pensar a imagem na pesquisa histórica a partir da perspectiva da cultura visual é considerar que a imagem não está desvinculada de um contexto histórico e cultural. A fixação das representações de si próprios e do mundo que cerca os diferentes indivíduos é possível, em larga medida, porque a cultura visual media dois processos: o de como olhamos o mundo e como nos olhamos.

Esses processos ocorrem porque os indivíduos constroem suas identidades mediadas pelos os meios comunicacionais e suportes imagéticos. A revolução tecnológica e a era da reprodutibilidade em grande escala, ocorridas em meados do século XX, trouxeram para a história a necessidade questionar o papel das imagens dentro das configurações sociais. Isso porque as imagens não são reflexos puros da realidade ou mesmo refração da realidade histórica. São, na verdade, evidências da experiência histórica dos sujeitos no tempo.

Podemos afirmar que além das imagens constituírem-se como documentos históricos, o olhar também possui uma dimensão que é histórica. Nesse sentido, podemos dizer que cada época constrói um modelo de *regime escópico* que é baseado no tripé da visualidade: o visual, o visível e a visão. Conforme já foi discutido, o visual engloba a produção, circulação, consumo, agências produtoras das imagens e os



produtos visuais. Já o visível refere-se às esferas do poder, a distinção do que deve ou não ser visto, observado e considerado como importante ou não.

A dimensão da visibilidade também comporta a invisibilidade. De modo que o que deve ser preservado na memória pertence ao visível e o que deve ser excluído pertence ao invisível. A visão, por sua vez, diz respeito aos regimes de observação, aos papéis do observador e as modalidades do olhar (MENEZES, 2003).

Os indivíduos em diferentes períodos históricos possuem maneiras de ver a realidade. O olhar possui historicidade e ao longo da história passou por mudanças significativas. A percepção dos sujeitos ao longo história sobre o mundo circundante ou sobre uma pintura ou sobre um desenho ou sobre uma fotografia modificou sensivelmente.

Quando olhamos a história identificamos que existem diferentes hierarquias de sentido (WALKER; CHAPLIN, 2002) que foram sendo construídas ao longo do tempo e que a visão nem sempre esteve em posição privilegiada frente aos outros sentidos. Fato que nos provoca reflexões, já que na sociedade contemporânea a visão tem uma posição de destaque no conhecimento do mundo que nos cerca.

Na Idade Média eram a audição e o tato os sentidos privilegiados do indivíduo no seu conhecimento do mundo. A imagem não era tratada de modo sistemático ou como fonte de conhecimento social, cultural ou histórico. Havia uma autoridade demiúrgica intrínseca as representações visuais. Os indivíduos tinham uma relação afetiva, religiosa e subjetiva com as imagens.

Já na Renascença houve o início da perspectiva linear e da emergência de representar o espaço. Foi um período inundado por imagens tanto da Antiguidade como da contemporaneidade. Os mapas cartográficos e os desenhos de anatomia apontavam para uma transformação radical com relação às imagens: o tratamento da imagem como objeto de conhecimento social e científico. A imagem deixava de ser apenas objeto de adoração dentro da configuração do cristianismo, passava para o campo do

conhecimento histórico e estético. A visão passava, então, a ocupar uma posição privilegiada na hierarquia dos sentidos.

Na Idade Contemporânea outra importante mudança na cultura visual e na reflexão sobre os sentidos: a invenção da fotografia. Em meados do século XIX a apreensão da imagem pela câmara escura representou um marco: a apreensão do tempo por meio químico, automático e sem a aparente intervenção humana. Pela primeira vez foi possibilitado ao homem congelar, reter e fixar um fragmento do tempo na película.

Além de simbolizar a necessidade do homem de resistir ao tempo, a fotografia representava uma expressão estética, uma produção autoral, um recorte subjetivo e criativo da realidade. Essa seleção autoral do fotógrafo possibilitou a ampliação do campo de conhecimento da cultura visual e consolidaria a visão como o principal sentido do homem moderno.

A visão na centralidade dos sentidos

O surgimento da fotografia inicialmente suscitou uma grande controvérsia. Entendia-se a fotografia como a imitação fidedigna da realidade. Ela teria o poder de reproduzir o mundo de modo mecânico e objetivo. Não se levava em conta a intervenção do fotógrafo. Fato que instigava desconfiança e ao mesmo tempo o fascínio de reter o tempo sem a intervenção humana.

Entre a invenção do daguerreótipo (1839), e a fabricação em grande escala de máquinas portáteis, houve quatro décadas de uma espantosa evolução na tecnologia empregada na produção de fotografias. Cada vez mais, a fotografia tornava-se popularmente conhecida e saía do espaço limitado dos ateliês. Empresas europeias e norte-americanas, como a do empresário George Eastman, que em 1888 registrou a marca Kodak, já se interessavam em lançar máquinas mais leves, portáteis e fáceis de manusear. Esse mercado, voltado para a comercialização de máquinas mais práticas e modernas, visava tanto fotógrafos profissionais quanto amadores.

Fixar imagens em uma superfície sensível, exposta à ação da luz, significou um grande passo em direção às novas possibilidades de comunicação e um sinal do avanço tecnológico que o homem podia produzir. Basta dizer que a máquina fotográfica surgiu no momento em que a humanidade passava por grandes transformações, principalmente advindas da invenção da máquina a vapor, aceleração da industrialização e expansão dos meios de comunicação.

A máquina fotográfica, nesse panorama de novas descobertas vinculadas à técnica, foi vista como mais uma máquina que passaria a fazer parte do cotidiano da sociedade. Entretanto, com uma singular diferença, de que ela era capaz de fazer o que nenhuma outra possibilitava: interromper no tempo e no espaço um pequeno fragmento da realidade.

A apreensão instantânea de fragmentos da realidade e a popularização cada vez maior das máquinas fotográficas tiveram como consequência direta a reprodução ilimitada da imagem. Acontecimento que colocaria em pauta a complexa relação entre imagem e sociedade moderna.

Sobre esse ponto, autora Susan Sontag (1981) afirma que a modernidade que conhecemos no último século relaciona-se profundamente com a fotografia. Pode-se mesmo dizer que ela é uma condição para uma sociedade considerar-se realmente moderna. Em suas palavras:

[...] uma sociedade tornar-se “moderna” quando uma de suas principais atividades passa a ser a produção de imagens, quando as imagens, que possuem poderes extraordinários para determinar as nossas exigências com respeito à realidade e são elas mesmas substitutas cobiçadas da experiência autêntica, tornam-se indispensáveis à boa saúde da economia, a estabilidade política e a busca da felicidade individual. (SONTAG, 1981, p. 147).

O desejo por consumo de imagens esteve diretamente ligado às grandes transformações na morfologia das cidades, ao enfrentamento de novas situações vivenciadas e à ampliação dos meios técnicos de reprodução da imagem fotográfica. Para o homem desse período tudo cheirava a novo. As mudanças deveriam ser apreciadas e estar ao alcance de todos.

A partir do advento da fotografia a visão passava a ocupar uma posição privilegiada frente aos outros sentidos. O olhar iniciava seu processo de centralidade dentro da cultura Ocidental.

Portanto, na sociedade contemporânea, os sentidos auditivo e tátil foram substituídos pelo sentido da visão. Isso representou uma importante mudança. Pois a visão tem um duplo caráter: ela informa e é informada. Ou seja, ela fornece informações ao indivíduo sobre a realidade que o cerca, contribui para adoção de sentido sobre o mundo e ao mesmo tempo é formada pelos diversos interesses e pelas relações sociais que existem entre quem percebe e quem ou o quê é percebido.

A fotografia enquanto artefato histórico

Além dos aspectos estéticos da imagem fotográfica a imagem também é uma leitura da realidade. Leitura construída materialmente pelo fotógrafo e socialmente apropriada pela sociedade que consome as imagens. Devido a essa dimensão social considera-se a imagem um artefato histórico.

Para o historiador Artur Freitas, descrever “[...] uma imagem como coisa é vê-la como artefato, resultado de um trabalho que teve circulação, construiu um circuito de relações com outras ‘coisas’ e eventualmente engendrou valores” (FREITAS, 2004, p.13). Nessa linha de pensamento, a fotografia é considerada na sua especificidade, que é a de linguagem visual, parte constitutiva da esfera social que a produziu.

Em consonância com a perspectiva da fotografia como artefato histórico o historiador Ulpiano Menezes define:

O artefato é um segmento da natureza socialmente apropriado, ao qual se impôs forma e/ou sentido. Espaços, estruturas, objetos [...], todavia, foram produzidos por forças que não é possível excluir do entendimento: forças econômicas, territoriais, especulativas, políticas, sociais, culturais, em tensão constante num jogo de variáveis [...]. Em última instância, o artefato é sempre produto e vetor deste campo de forças nas suas configurações dominantes e nas práticas que ele pressupõe. (MENEZES, 1996, p.149).

A imposição de sentidos ao artefato fotográfico ocorre porque a identificação dos conteúdos implícitos na imagem depende fundamentalmente do contexto de sua apresentação, dos propósitos do autor (fotógrafo), do suporte, da abrangência de sua circulação, dos discursos escritos, orais e visuais que a cercam. Todos esses elementos, ligados a produção e circulação das imagens, contribuem para o entendimento de suas mensagens.

Nessa perspectiva, a fotografia torna-se um artefato porque pode ser entendida na sua forma plástica e conjugada a valores sociais, a demandas políticas e aos campos de força presentes na sociedade. É somente mediante a apreensão da atribuição de sentidos impostos à fotografia que se torna possível a ponte entre a sua forma imagética e sua função histórica.

Importante ressaltar que os elementos que definem a imagem fotográfica como resultado de um processo químico e mecânico, levam ao perigo de considerá-la uma cópia fiel dos acontecimentos registrados pela câmera. A chamada interferência do homem, aparentemente, começaria na escolha do que deve ser fotografado e terminaria no *clic* da máquina fotográfica. Entretanto, o autor da imagem interfere muito mais, e de maneira mais complexa, do que apenas o domínio técnico do processo.

Levando em consideração essa interferência que envolve a composição imagética, uma das primeiras tarefas do historiador das imagens é desconfiar e

questionar a noção de realismo impregnada na fotografia. Uma das grandes dificuldades de *desconstruir* o código fotográfico é justamente a naturalização, a aparente autossuficiência, a evidência imediata da realidade presente na fotografia.

A elaboração fotográfica acaba perpassando três campos: a cultura, a estética e a técnica. A preferência por determinada hierarquia no enquadramento dos elementos icônico, a escolha de panos de fundo e de personagens demonstram que a forma estética deixa evidências para a descoberta dos conteúdos ideológicos implícitos ou explícitos nas imagens.

Tendo uma realidade própria, fruto do seu processo de criação, a imagem impressa na fotografia não necessariamente correspondente ao contexto do seu objeto. Isso porque o processo de construção fotográfica envolve tecnologia, fotógrafo e assunto. O produto dessa construção autoral do fotógrafo são as representações de realidades. Tais representações instituem o que o historiador Boris Kossoy chamou de *segunda realidade*.

A *primeira realidade* é o fato propriamente dito, independente do registro fotográfico, ou seja, o contexto de onde o assunto selecionado foi imobilizado pela câmara escura. A *segunda realidade* é o produto final do trabalho fotográfico, isto é, a representação material daquele assunto selecionado na *primeira realidade* (KOSSOY, 1989).

A diferenciação entre primeira e segunda realidade é fundamental na pesquisa com imagens porque impede que o historiador considere a imagem como reflexo dos fatos ou da realidade vivenciada. A fotografia é uma representação da realidade e não a realidade em si.

Em sintonia com a questão, o historiador Peter Burke (2004) defende que a fotografia não responde nada. Pelo contrário, ela mais omite do que revela, mais confunde do que esclarece. Cabe ao historiador das imagens fazer inferências,

cruzamento de dados, associações e comparações com outros tipos de documentos para confrontar e aprofundar o que é dado a ser olhado na imagem.

Em verdade, o que de fato acontece na edição final de imagens é o apontamento de uma série de elementos extraquadro¹, ou seja, de questões e elementos sobre a realidade que vão muito além do enquadramento da fotografia. Elementos que não são dados a ver num primeiro olhar, que não são explicitados pela cena retratada. Mas que podem ser identificados a partir do cruzamento de informações contidas em outras fontes de pesquisa. Portanto, o extraquadro refere-se aos indícios extraídos dos detalhes, do que há de implícito, ou seja, do que se esconde atrás das aparências.

Ainda sobre a edição de imagens e as interferências envolvidas na composição visual, um dos recursos utilizados de manipulação propositada da quebra do realismo e sugestão intencional de uma ilusão é a técnica de fotomontagem.

Para a autora Margot Pavan, a fotomontagem, criada no século XIX, surgiu como um dos reflexos entre as disputas que envolveram a pintura, considerada arte, e a fotografia, desconsiderada enquanto tal. O desprestígio da fotografia vinha do fato de que, não era preciso compreender de estética ou ter imaginação para realizá-la, bastaria um apertado de botão para acionar o mecanismo capaz de captar a luz dos objetos. A pintura, ao contrário, era resultado de um processo criativo e imaginativo que exigia um apurado aprimoramento técnico.

Com o aprofundamento dos recursos técnicos, dos materiais e do maior domínio do processo de revelação, os fotógrafos perceberam que poderiam utilizar pinturas e outros suportes em suas composições. O que acarretou em uma transformação nas artes visuais.

A partir desse momento, diminuiu-se o fosso entre processo mecânico e criação artística. O fotógrafo, assim como o pintor, era capaz de exaltar o belo, criar sensações,

¹ O termo foi encontrado pela primeira vez na tese de doutorado da historiadora Suzana B. Ribeiro (2003), intitulada *Percursos do olhar na fotografia profissional e amadora de Campinas: (1900-1915)*, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: 2003.



cumprir desejos e manifestar originalidade. Com sua imaginação e com maior controle da imagem, o fotógrafo poderia *criar realidades*. Assim, com a fotomontagem, a ilusão tornou-se possível na imagem fotográfica.

Desta forma, o historiador, na condição de leitor, precisa realizar dois níveis de leitura do artefato visual. Num primeiro momento, o nível interno, limitado à superfície do texto visual, que tem como base as estruturas espaciais, aquelas referentes ao espaço fotográfico, de caráter não verbal. Num segundo momento, o nível externo, originado a partir de aproximações com outros textos, visuais ou escritos do mesmo período.

Essa insuficiência da imagem fotográfica não é um problema exclusivo desse tipo de fonte. Todas elas seja a escrita, os tradicionais documentos administrativos, os relatos orais ou toda a sorte de documentos da cultura material são sempre indícios parciais da realidade passada. O problema do olhar parcial das fontes somente se resolve com uma leitura multidisciplinar de diferentes fontes documentais.

É importante destacar o papel do pesquisador em estabelecer mediações entre o estudo iconográfico da fotografia, como um documento que tem imprimido em si processos de *construção de realidades* e os diversos elos que permanecem desconexos até o momento de esforço intelectual em uni-los em um processo histórico compreensivo.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. **A câmara clara: notas sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História & Fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BURKE, P. **Testemunha Ocular. História e Imagem**. Bauru: EDUSC, 2004.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

FREITAS, artur. “História e imagem artística: por uma abordagem tríplice”. In: Revista Estudos Históricos. **História e Imagem**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, n.º 34, jul-dez, pp. 3-21, 2004.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

_____. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.

MENESES, Ulpiano T. B. de. “Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares”, Revista Brasileira de História, vol. 23, n.º 45, julho de 2003.

_____. “A fotografia como documento. Robert Capa e o miliciano abatido na Espanha: sugestões para um estudo histórico”. Tempo (Niterói), v. 7, n. 14, jan-jun., 2003, p. 131-151.

MONTEIRO, Charles. **Fotografia, história e cultura visual: pesquisas recente**. Charles Monteiro (Org.). Porto Alegre: DIPUCRS, 2012. Disponível: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/fotografia.pdf>.

PAVAN, Margot. Fotomontagem e Pintura Pré-Rafaelista In. FABRIS, Annateresa (org). **Usos e Funções da Fotografia no Século XIX**, São Paulo: Edusp, 1992.

SONTAG, Susan. **Ensaio sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Editora Arbor, 1981.

WALKER, John A., CHAPLIN, Sarah. **Una introducción a la cultura visual**. Barcelona: Ediciones Octaedro, 2002.

DZI CROQUETES – CORPO, PURPURINA E MANIFESTAÇÃO DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL

Keides Batista Vicente

profkeidesueg@gmail.comProfessora do Curso de História – UEG Unu Morrinhos
Mestre em História Social.**Resumo**

Durante a década de 1970 um grupo composto por treze homens vestidos de mulheres, é organizado em torno de um espetáculo artístico, envolvendo dança, música e teatro, o Dzi Croquetes. O grupo carrega na estrutura das apresentações, a imagem e a proposta do confronto as mentalidades atuantes na sociedade, utilizando o sacarmos e o escracho. Esta proposta torna-se evidente com a utilização da sexualidade e sensualidade perceptível nas imagens femininas, masculinas e homossexuais durante as apresentações artísticas do grupo. Nestes aspectos a presente pesquisa analisa a utilização do corpo nas referidas apresentações como mecanismo de linguagem artística e manifestação de gênero, sendo possível a compreensão de uma dinâmica de cores, formas, figurino, com tons de ousadia, beleza e brilho.

Palavras-chave: corpo, gênero, contestação.**Abstract**

During the 1970s a group of thirteen men dressed as women, is organized around an artistic spectacle, involving dance, music and theater, Dzi Croquettes. The group carries the structure of the presentations, the image and the proposed active confrontational attitudes in society, using sacarmos and Escrache. This proposal becomes evident with the use of sexuality and sensuality noticeable in the female images, and male homosexual during artistic performances of the group. In these respects the present research analyzes the use of the body in such presentations as a means of artistic language and expression of gender, it is possible to understand the dynamics of colors, shapes, costumes, with shades of boldness, beauty and brilliance.

Keywords: body, gender, contestation.

Em pleno período da história política brasileira conhecido como *Anos de Chumbo*¹, um grupo com treze homens travestidos de mulheres, são organizados em torno de um espetáculo artístico, envolvendo dança, música e teatro, chamando assim a atenção de uma sociedade reconhecida como tradicional, para questões políticas e sociais vigentes no país. Desta forma o grupo composto por Lennie Dale, Wagner Ribeiro de Souza, Cláudio Gaya, Cláudio Tovar, Ciro Barcelos, Reginaldo de Poli, Bayard Tonelli, Rogério de Poli, Paulo Bacellar, Benedictus Lacerda, Carlinhos Machado e Eloy Simões, formavam o Dzi Croquettes.

Assim a presente pesquisa pretende discutir a formação e apresentação do grupo Dzi Croquettes no que refere os aspectos formais da dança, com os elementos cênicos e as várias linguagens utilizadas como posicionamento crítico as imposições sociais e culturais do início da segunda metade do século XX. Para a realização da pesquisa será utilizado o conteúdo visual e as informações contidas no Filme-documentário *Dzi Croquettes* (2009), dos diretores Tatiana Issa e Raphael Alvarez, visto a dificuldade de encontrarmos informações ou produções sobre o grupo, mantido ainda distante dos estudos sobre a técnica artista utilizada, ou ainda pesquisa acadêmicas sobre os aspectos políticos, culturais e sociais da obra.

O grupo que se organiza em Santa Tereza no Rio de Janeiro associa arte e prazer, em uma vertente contrária a defendida pela arte do período, como afirmava Vianinha, representante do Teatro de Arena, arte política engajada e partidária. Assim “Arte não é prazer, mas atividade de mensagem e comunicação” (PEIXOTO, 1983 p. 70).

Desta forma ocorre então o distanciamento do discurso burguês da arte e da política-partidária, tendo como representante a imagem do “povo” e da “nação”, para questões próximas ao discurso cotidiano da sociedade brasileira. Isso torna-se possível

¹ O termo foi usado inicialmente para explicar um fenômeno relacionado a Guerra Fria e a estratégia de tensão na Europa Ocidental. No Brasil compreende o período pós 13 de dezembro de 1968, com o Ato Institucional n.05, ao final do Governo Médici em 1974. Desta forma foi marcado pelo processo repressivo aos movimentos contrários a ditadura militar, com perseguições, prisões, mortes e exílio de vários envolvidos nos grupos definidos como revolucionários. In: GASPARI, Elio. A Ditadura envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

diante dos fatores associativos a sexualidade e figuras históricas do âmbito político, religioso, cultural e popular.

Para Ridenti (1993) o Brasil ao que refere aos aspectos e debates culturais, estava no período pós-60, polarizado em duas correntes estéticas: *formalista ou vanguardista* e outra que defendia o *nacional e popular* (p.82). O primeiro *faria apologia do mercado e da indústria cultural capitalista, identificando aí o moderno, supostamente revolucionário, que romperia com um Brasil culturalmente arcaico*. Desta forma, continua o autor *apostariam tudo no mercado social e estético crescente e libertador da expansão dos meios de comunicação de massa* (p.86).

O segundo *empenhados na busca das raízes da cultura brasileira, da libertação nacional, no avanço pela superação do imperialismo e dos supostos resquícios feudais nas relações de trabalho no campo* (p.82). No entanto para o autor mesmo com o caráter revolucionário permaneciam conservadores na forma, utilizando textos que geravam emocionalismo passivo do público e não reflexão e ação, e no conteúdo, baseado na louvação ao povo, integrando a justificativa da *indústria cultural capitalista brasileira* (p.86).

Diante do exposto buscamos indícios para pensar o grupo Dzi Croquette como revolucionários e como vanguarda, para isso, no decorrer do texto apontaremos questões que abraçam os dois aspectos acima discutidos.

O referido grupo surgiu no ano de 1972, com o nome inspirado no conjunto norte-americano “The Coquettes” e no movimento gay atuante na *off-Broadway*, considerado *como vanguarda nos anos 70, com características do travestismo, ao deboche, à exploração do virtuosismo dos membros do elenco – na leveza admirável de cada passo d Dale – , à caricatura, à farsa e à comédia de costumes*, como afirma a jornalista Andreia Macondo².

² <http://paceisthetrick.wordpress.com/2010/08/20/dzi-croquetes-nem-homem-nem-mulher-pura-purpurina/> Acesso em 25/12/2012

O grupo ressurge – para muitos o contato com as informações e com o grupo é permitido no tempo presente da elaboração do documentário - no cenário nacional graças ao filme-documentário *Dzi Croquettes* (2009), dos diretores Tatiana Issa e Raphael Alvarez. Chamando assim a atenção para as questões culturais do período e para uma percepção da conjuntura política, social e cultural do regime militar diferente do conceito cultural utilizado pelo Teatro de Arena, Cinema Novo, CPC da UNE, entre outros grupos político – cultural. Abaixo a capa do documentário:



No entanto o Dzi Croquettes acompanha a linguagem crítica as instituições convencionais com humor, enfatizando a caracterização de personagens religiosos, políticos e a estrutura familiar, como nos outros movimentos culturais citados, porém utilizam o deboche na elaboração do figurino, maquiagem e linguagem. O grupo inaugura no Brasil a crítica a estrutura de dança, fugindo do estereótipo do balé

romântico, clássico ou moderno, elaborando uma crítica comportamental como base nos movimentos, cores, sons e luzes.

Desta forma o grupo carrega na estrutura das apresentações, a imagem e a proposta do confronto ao pensar e as mentalidades atuantes na sociedade, utilizando o sarcasmo e o escárnio. Esta proposta torna-se evidente com a utilização da sexualidade e sensualidade perceptível nas imagens femininas, masculinas e homossexual.

Diante das imagens das apresentações do grupo torna-se perceptível o posicionamento de alegria, liberdade de conceitos impostos socialmente. Para isso utilizam uma linguagem de cabaré, usando o carnaval como mecanismo de materialização do descontentamento ou crítica, visto que é o momento cultural onde os homens se transformam, isto é, ocorre a transgressão de valores sociais. Como podemos observar na imagem abaixo disponível no <http://www.bia-sion.com/blog/?p=34>:



Esta linguagem é traduzida em três espetáculos, e mesmo três momentos de formação e ideologia do grupo. O primeiro denominado *Dzi Croquettes* com características de deboche a sociedade vigente, marcado pelos personagens e improvisos; o segundo *O Romance*, baseado no triângulo amoroso Pierrô, Colombina e Arlequim, considerado por Jorge Fernando como comédia musical sem a exuberância do primeiro; e o terceiro *Les Speakerines – As locutoras*, formando a *Tv Croquette*, o que segundo Marcos Jatobá é o retorno da proposta inicial do espetáculo e

consequentemente do grupo, finalizando assim a década de 1970 com grande repercussão. Este último espetáculo é finalizado com a frase que dá o título a presente pesquisa *Já que somos todos ignorantes, enlouqueçamos, pois* proferida por Claudio Tovais³. Um último espetáculo ocorre em 1991, quando Lennie Dale, infectado com o vírus da AIDS propõe um reencontro.

Desta forma para a elaboração da análise dos aspectos formais do espetáculo de dança nos direcionaremos a composição da primeira fase do grupo Dzi Croquettes. A escolha justifica-se pelo momento de organização, fundamentação e explosão do grupo. Outro fator é a participação do único dançarino estrangeiro no grupo e que empregou a técnica ao grupo, Lennie Dale, famoso pela expressividade corporal e pelo gênio explosivo, o que levou ao rompimento com o grupo em um descontentamento com o cenário para uma apresentação em Salvador, após a volta de uma turnê pela Europa. Associado a estas justificativas está as imagens contidas no Filme-documentário *Dzi Croquettes* (2009), que abordam em maior quantidade a referida fase⁴.

Nestes aspectos Lennie Dale veio dos Estados Unidos no início da década de 1960, a convite do empresário Carlos Machado, se aproxima do grupo carioca que frequentava o *Beco das garrafas*, em Copacabana, e começa a realizar espetáculo com música e ritmo brasileiro. No início da década de 1970 é apresentado ao espetáculo por Wagner Ribeiro e convidado a participar, integrando e transformando o grupo, incluindo o rigor da dança em ensaios das novas coreografias, dando assim o formato ao Dzi Croquettes. Lennie, como afirma o músico César Camargo Mariano, inaugura um novo estilo de apresentação artística envolvendo no mesmo ritmo efeitos de luz de acordo com o som e movimentos do corpo, propondo e instituindo o profissionalismo na arte e expressão corporal envolvendo a dança. Diante da expressividade corporal e a arte que inaugura, Lennie é denominado como *Fantástico*⁵. Ao performance do

³ In: Filme-documentário *Dzi Croquettes* (2009), dos diretores Tatiana Issa e Raphael Alvarez.

⁴ Segundo Gil Seria vão descrever o movimento dançado querendo aprender todo o seu sentido. Como se o seu nexo pudesse ser traduzido inteiramente no plano da linguagem e do pensamento expresso por palavras p. 67. Assim as análises aqui apresentadas são tentativas iniciais do espetáculo.

⁵ In: Filme-documentário *Dzi Croquettes* (2009), dos diretores Tatiana Issa e Raphael Alvarez.

dançarino pode ser compreendida pela imagem abaixo, disponível em <http://m.fotos.noticias.bol.uol.com.br/entretenimento/2012/09/19/veja-imagens-historicas-dos-dzi-croquettes.htm?imagem=8>:



Imagem representativa na junção de corpo com purpurina, uma luva de box e a sensualidade dos dançarinos, como segue na fotografia disponível em <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-183523/fotos/detalhe/?cmediafile=19980025>:



A proposta apresentada pelo Dzi Croquettes e incrementada por Lennie Dale, incorpora uma dança que prima pela sincronia entre mãos, pés, cabeça e braços. São homens com longas pernas peludas, calçadas em botas ora femininas ora masculinas ou com sapatos de salto alto, tronco peludo, nu e purpurinado em movimento, nádegas a mostra, bigodes, cabelos longos, raspados ou perucas, compondo a estrutura da apresentação corporal. Movimentos estes na diagonal, com pernas e joelhos flexionados, braços abertos e cabeça para trás, utilizando a ponta dos pés para o retorno ao ponto ereto, utilização dos ombros e expressão facial, tronco inclinado ou em encontro com pernas e pés. Leveza de passos em contraposição a passos rápidos,

Para a composição do espetáculo envolvem passos de samba, tango, ritmos africano entre outros, ora com a caracterização de personagens artísticos como Chaplin

e Carmem Miranda, político como Hitler e militares, religioso como mães de santo e freiras. Além dos personagens do cotidiano como baianas, melindrosas, camponesas ou malandros, e até mesmo personagens de contos infantis como Chepeuzinho Vermelho, incorporando sexualidade e sarcasmo aos personagens e na apresentação. Como podemos observar na imagem abaixo disponível no <http://djoh.wordpress.com/tag/dzi-croquettes/>:



O espetáculo carrega a expressividade do deboche e da crítica aos conceitos sociais e culturais impostos e atuantes na década de 1970 no país, utilizando artifícios sonoros e visuais, como o figurino exagerado nas cores, nas roupas, perucas, botas, sungas, purpurina, corpo pintado, capas esvaziadas, compondo assim movimentos, leveza e formas. Além dos corpetes, espartilhos, meias arrastão, ternos, chapéus de malandro, fraque, bengalas, sungas, sapatos femininos com salto alto, sapatos masculinos em discordância com o figurino.

Em uma fase da apresentação do espetáculo analisado, a relação entre música (texto e melodia), figurino e dança mostra em sincronia. O grupo se apresenta vestidos de malandros, com ternos e chapéus brancos, tronco peludo e amostra e pupurizados, sapatos, lenços vermelhos alternando com flores no pescoço. Alternando palmas entre os momentos da música, corpos em rodopio, mexer de ombros, inclinação de joelhos, passos de samba, jogar de pernas para frente e atrás, posicionamento dos braços acima da cintura, posicionamento do tronco ereto alternando com inclinações abaixo da cintura, e segurando chapéu, tocando o tronco nu e purpurizado.

Nesta apresentação Lennie está posicionado na frente do grupo, seguido por outros três componentes, acima do palco 4 componentes. Seguido de uma composição Lennie na frente, 3 atrás, em um palco acima 3, e outro palco mais acima mais 4 componentes, totalizando 11 componentes. Esta apresentação é realizada ao som da música, por eles cantada *pare, repare, bole, rebole, corra, recorra, volte, revolte, plane, replane, pare, repare, cite, recite...*

Tal organização nos aproximam das considerações de Gil (2004) *O sentido do gesto não é equívoco; pelo contrário, é até inteiramente unívoco e singular. A sua singularidade vem do fato de ele ocupar no espaço uma posição única* p. 74.

Diante destas informações o grupo Dzi Croquette em sua expressão artística demonstra o ineditismo, originalidade e excentricidade em uma sociedade sob a égide de um regime que impõe em seus Atos Institucionais um rigor que busca descaracterizar o humano em função do político. Desta forma a identificação do público com o espetáculo é possível pela aproximação com a representação de funções sociais do cotidiano, utilizando o novo e o escracho para apontar o que a sociedade não poderia reconhecer, isto é, o próprio corpo e suas necessidades imediatas.

Em um momento do espetáculo uma conversa entre três dançarinos alternam discussões entre inglês e português que enfatizam em uma frase a proposta do espetáculo, isto é, a identificação e aceitação social através do pensamento crítico da

realidade da sociedade vigente, *Nos não somos mulheres também não, (...) nos somos gente*⁶.

Para isso utilizam a imagem cênica e figurativa, a composição da apresentação como a ideia da continuidade e da fragmentação, o androginismos como formação do ser humano, da raça humana. Um grupo caracterizado pelo humor caustico, com a banalização da imagem da mulher, das imposições sócias, da moda, dos conceitos de beleza, do rigor político que constrói uma sociedade. Enfim do Dionisíaco.

REFERÊNCIAS

GASPARI, ELIO. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIL, José. *A dança e a linguagem*. In: *Movimento Total*. São Paulo: Iluminuras, 2004.

PEIXOTO, Fernando (org.). *Quatro instantes do teatro no Brasil*. In: *Vianinha: Teatro, televisão e política*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

<http://paceisthetrick.wordpress.com/2010/08/20/dzi-croquetes-nem-homem-nem-mulher-pura-purpurina/> Acesso em 25/12/2012.

<http://alessandraalves.blogspot.com.br/2010/07/dzi-croquettes.html>. Acesso em 18/08/2012.

<http://www.bia-sion.com/blog/?p=34>. Acesso em 18/08/2012

<http://www.adorocinema.com/filmes/filme-183523/fotos/detalhe/?cmediafile=19980025>. Acesso em 18/08/ 2012

FONTE

Filme-documentário *Dzi Croquettes* (2009), dos diretores Tatiana Issa e Raphael Alvarez.

⁶ Ibidem.

EXPERIÊNCIA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA EM PATRIMÔNIO CULTURAL: PAISAGEM CULTURAL DO CAFÉ

Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa
lilianrosa@ipccic.com.br
IPCCIC; CBM
Doutora

Resumo

Reflexões baseadas na experiência interdisciplinar da Rede de Cooperação Identidades Culturais, entre 2010 e 2013, grupo interdisciplinar responsável pela aplicação do INRC em Ribeirão Preto, SP. O projeto foi orientado pelo Iphan-SP, como parte de uma política pública cuja base é a noção de “referências culturais”. Um dos focos da discussão é como esta política pública do Iphan foi recebida neste município e colaborou para a construção de políticas endógenas, numa visão abrangente dos elementos que caracterizam as identidades culturais dos grupos constituidores da sociedade, sendo capaz de estabelecer pactos entre vários setores em prol da pesquisa e da proteção do patrimônio cultural.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; política pública; Iphan.

Abstract

Research about interdisciplinary experience of the Cultural Identities Cooperation Network, from 2010 to 2013, which has been carried out INRC in Ribeirão Preto, SP. The project has been conducted by Iphan-SP, as part of a public policy whose guideline base is the notion of “cultural references”. One of the focus of discussion is the way this public policy carried out by Iphan was accepted in this commune and so collaborated to endogenous policies, in a comprehensive view of elements characterizing cultural identities of groups constituting society and so being able to set up pacts among many sectors for the sake of research and preservation of cultural heritage.

Keywords: Cultural Heritage; public policy; Iphan.

Introdução

O Simpósio Temático “Patrimônio Cultural: reflexões interdisciplinares sobre referências culturais e desenvolvimento” é parte da programação do VI Simpósio Internacional de História: Culturas e Identidades. Propõe um debate entre pesquisadores oriundos de diversas áreas que tenham, em comum, trabalhos ligados ao patrimônio cultural.

Tem crescido a discussão em torno do universo teórico-metodológico que envolve esse conceito. Movido por tendências relacionadas à antropologia interpretativa e influenciadas pela intersecção entre várias áreas, novas percepções sobre o patrimônio cultural vem sendo cada vez mais discutidas e problematizadas. Isto tem ocorrido a partir da ideia de cultura como uma dimensão viva, caracterizada por uma rede de significados que evidencia a realidade como multicultural.

Esse movimento têm colocado desafios aos pesquisadores. O primeiro deles é o abandono de posturas metodológicas definidas por visões *apriorísticas*, que pressupunham a existência de valores intrínsecos aos bens culturais. Partindo do princípio que todo significado é conferido, há uma demanda pela compreensão da dinâmica de atribuição de valores e significados a determinados objetos e processos. Outro desafio envolve a análise das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural, tendo em vista que estas inserem o sentido de patrimonialização na realidade das comunidades estudadas.

Com o objetivo de inserir-se no debate proposto pelo Simpósio, esta comunicação apresenta as reflexões sobre a pesquisa da Rede de Cooperação Identidades Culturais. Este grupo interdisciplinar e de origem multi-institucional executou em Ribeirão Preto, SP, o projeto “Paisagem Cultural do Café” que, entre outras atividades realizou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) na área central do município e no Distrito de Bonfim Paulista, com orientação técnica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), entre 2010 e 2013.

Ao longo do texto serão discutidas questões sobre as contribuições metodológicas da história para os estudos de políticas públicas de cultura. Baseando-se

nos pressupostos teórico-metodológicos apresentados, serão abordadas questões relativas à política pública estabelecida pelo Iphan, cuja diretriz orientadora é a noção de “referência cultural”; como esta política foi implementada no município de Ribeirão Preto, por meio do projeto Paisagem Cultural do Café e da criação de uma rede de pesquisa e apoio à gestão pública de patrimônio cultural; e, finalmente, os impactos da sua execução no âmbito municipal, no que tange à construção de conhecimentos sobre os elementos caracterizadores das identidades culturais dos grupos constituidores da sociedade local e à formação de bases para o desenvolvimento de políticas endógenas.

Contribuições da história: questões de método para o estudo de cultura e políticas públicas

Tendo em vista que o presente texto se insere na análise de políticas públicas de cultura, especificamente de patrimônio cultural, considera-se importante pensar como a história enquanto disciplina pode contribuir metodologicamente na compreensão dos conceitos de cultura e política.

Entre 1989 e 1991, Jean-François Sirinelli e Jean-Pierre Rioux conduziram o seminário “*Politiques et institutions culturelles de La França contemporânea*” orientado pelos autores no Instituto de História do Tempo Presente. O resultado deste trabalho foi publicado no Brasil em 1998, no livro Para uma história cultural (RIOUX; SIRINELLI, 1998). A proposta da coletânea foi apresentar reflexões teóricas e metodológicas de historiadores de gerações diferentes sobre o “adjetivo cultural”. Em sua apresentação, Rioux (1998) discute que o fim da bipolaridade entre leste e oeste, o desenvolvimento técnico-científico e dos meios de comunicação formaram um panorama no fim do século XX constituído por um terreno fértil para a compreensão da dimensão cultural como aquela capaz de configurar-se como vínculo e produtora de sentido entre os homens. Diante de uma realidade que não seria mais a mesma, com parâmetros de vivência coletiva alterados, o autor defende a cultura como a parte intrínseca das relações sociais.

E o cultural distendido e imperioso passa a ser não só a instância mais qualificante da nossa mutação, após tantas decepções econômicas e sociais, como também, confusamente, a verdadeira textura do laço entre os homens [...]”.

O novo rumor do mundo reabriu em primeiro lugar e de repente à investigação da história todas as acepções, universais, sociais e individuais, da palavra ‘cultura’; a mais ontológica, que distingue a existência humana do estado natural [...]; a mais antropológica, que faz da cultura um conjunto de hábitos e de representações mentais próprios de um dado grupo num dado momento [...]; finalmente a mais ‘clássica’ [...], que reconduz a cultura ao saber, um processo no decorrer do qual o indivíduo pensante estimula as faculdades do espírito (RIOUX; SIRINELLI, 1998, p. 16-18 passim).

Sendo assim, alteradas as formas pelas quais essas relações se dão entre os integrantes de uma sociedade e dela com o meio, alteram-se também os elementos que tornam inteligível o que é “cultura”.

A mudança no objeto de estudo tornam insuficientes os modelos de análise clássicos, levando a historiografia a se voltar para a compreensão das formas perceptíveis da cultura em todo o seu dinamismo e complexidade: as representações. Para Chartier (1989), tudo isso leva à necessária abertura e ampliação da compreensão do “mundo das representações”. Dessa forma, a historiografia, em especial aquela dedicada particularmente ao campo da cultura, estabeleceu margens metodológicas seguras que pudessem ser usadas pelos historiadores dedicados ao entendimento do campo cultural, numa percepção a partir da história do tempo presente:

- 1) a história das políticas e das instituições culturais [...] observação desse domínio institucional e normativo permite, além disso, conduzir comodamente uma perspectiva na direção das relações entre o político e o cultural, quer se trate de ideais, de agentes ou de culturas políticas; [...];
- 2) a história das mediações e dos mediadores, no sentido estrito de uma difusão instituída de saberes e de informações [...] dos suportes veiculares e dos fluxos de circulação de conceitos, de ideais e de objetos culturais; das maneiras à mesa na escola, do rito religioso em voga [...];
- 3) a história das práticas culturais, [...] continuando a aumentar, com discernimento, a densidade de um sócio-cultural firmemente fixado no horizonte da investigação, mas revisitando a religião vivida, as sociabilidades, as memórias particulares, as promoções identitárias ou os usos e costumes dos grupos humanos;
- 4) finalmente, a história dos signos e símbolos exibidos, dos lugares expressivos e das sensibilidades difusas, solidamente fiada nos textos e nas obras de criação, carregada de memória e de patrimônio, sempre íntima, alegórica e emblemática, realçando as ferramentas mentais e as evoluções dos sentidos, misturando os objetos, as práticas, as configurações e os sonhos [...] (RIOUX; SIRINELLI, p. 20-21).

Se essas margens metodológicas abrem caminho para a história contribuir para análise da dimensão cultural a partir de novas abordagens, cumpre agora pensar qual a contribuição do método da história para a análise das políticas públicas.

Alinhando-se aos estudos renovados de história política e sua intersecção com a história cultural, uma postura teórico-metodológica de René Rémond (2003) é a compreensão da esfera política como um espaço privilegiado das práticas sociais. Coadunando com o posicionamento de Rioux e Sirinelli (1998), no campo político, envolvendo as instituições, as normas e as relações de poder, é possível analisar as relações entre as esferas política e cultural, tratando de orientações teóricas de políticas públicas, agentes, culturas políticas, culturas históricas (percepções comuns do passado), etc. René Rémond, teórico francês, abriu caminho para pesquisadores que, como ele, usaram ferramentas multidisciplinares de maneira integrada, ampliando a visão sobre o campo político, aprofundando o relacionamento com as outras esferas da realidade social, como a cultura. Propondo uma análise orientada pela “pluralidade de ritmos, pela articulação entre o contínuo e o descontínuo, combinando o instantâneo e o extremamente lento” para ampliar a interpretação da realidade. É a ideia de política, no sentido geral usado por Rémond (2003) que é expressa neste texto, entendida como as questões que se relacionam ao Estado, ao poder e às disputas por sua conquista ou conservação.

Contudo, como afirmou Eugenio Lahera, a “política” e as “políticas públicas” são entidades diferentes, embora se influenciem mutuamente. A política é um conceito mais amplo, relacionado ao poder em geral. A distinção feita pelo idioma inglês torna mais fácil a compreensão do leitor. Nesse caso, diferenciam-se claramente dois termos: *politics* (política em geral) e *policy*, no plural, *policies* (política específica) (LAHERA, 2004, p. 7). No primeiro caso a palavra designa a articulação de estratégias e ações que define um modo próprio de atuação de um determinado sujeito (coletivo ou individual). Pode ser aplicada como sentido de caracterizar determinadas “regras de jogo específicas” (DIAS; MATOS, 2012). Já o termo *Policy* é representativo das ações do governo de um determinado Estado. Quando adjetivada em função da especialização do

órgão governamental, refere-se à formulação, planejamento, execução e avaliação das suas ações: *Public Policy* (DIAS; MATOS, 2012).

Como área de conhecimento, a política pública consolidou-se como subárea das Ciências Políticas nos Estados Unidos, rompendo com a tradição europeia anterior de enfatizar os estudos neste sentido em análises sobre o Estado e suas instituições. No caso norte americano, alguns trabalhos enfatizavam a análise da ação dos governos (SOUZA, 2003). O fundador dessa área foi H. Laswell (1936 apud SOUZA), com a expressão *policy analysis*, cujos estudos focavam o racionalismo. Avançadas as investigações nessa área, Easton (apud SOUZA, 2006) definiu política pública como um sistema caracterizado pelas relações entre formulação, resultados e o ambiente. Coadunando com a opção teórica aqui adotada, opta-se pela definição de “política pública” adotada por Mead (1995), que afirma ser esta uma área definida dentro do estudo da dimensão política, cujo objetivo é analisar o governo em relação às demandas públicas. Nessa linha pressupõe a existência de determinados domínios da atividade humana nos quais é preciso ocorrer a intervenção governamental para garantir o bem comum (DIAS; MATTOS, 2012).

No que tange à especificidade deste artigo, a análise das ações governamentais na área da cultura, em especial quanto à preservação do patrimônio cultural brasileiro, deve assim ser entendida.

[...] uma política cultural atualizada deve reconhecer a existência da diversidade de públicos, com as visões e interesses diferenciados que compõem a contemporaneidade. No caso brasileiro, temos a premência de reverter o processo de exclusão, da maior parcela do público, das oportunidades de consumo e de criação culturais (CALABRE, 2007, p. 11).

Essa ideia sugere que as políticas públicas de cultura atuais tendem a demolir a concepção tripartida do mundo da cultura em três estratos: culto, popular e massivo. Isso evitaria a condução de ações que são formuladas com caráter universal, mas são executadas em uma sociedade marcada pela “desigualdade natural das necessidades culturais” (BOURDIEU, 2003, p. 69). O franqueamento das atividades culturais em diversas áreas ao conjunto da sociedade deve considerar a diversidade cultural e o

compartilhamento de múltiplos códigos de linguagem. Para Bourdieu (2007), os emissores de políticas públicas devem conhecer os consumidores e produtores de bens culturais; e, ao mesmo tempo, identificar as variadas e diversas maneiras e condições sociais de apropriação desses bens. Nessa linha teórica, Ventura (2005) afirma que o desafio para políticas públicas de cultura seria elaborar, implantar e acompanhar ações que estejam em consonância com os direitos de cidadania universais, mas que respeitem e valorizem as identidades culturais.

Outro desafio igualmente complexo, diante da estrutura institucional existente, da cultura política e das características dos processos políticos do Estado brasileiro, seria o abandono de uma “visão limitada ao acontecimento episódico, ao evento”, adotada por muitos gestores da área política (CALABRE, 2007, p. 12). Em outras palavras, se os processos de gestão requerem diretrizes, planejamento, execução e avaliação de resultados, com a cultura não pode e não deve ser diferente. É necessário que haja coerência entre os objetivos propostos e à multiplicidade de efeitos buscados. Ou seja, as ações públicas devem apresentar um nexos entre o que se “diz buscar e as ações postas em prática” (CALABRE, 2007, p. 12).

Política pública de preservação do Iphan: a noção de referência cultural

A história do Iphan é parte fundamental do processo de institucionalização das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural no Brasil. O órgão foi antecedido pela Inspetoria de Monumentos Nacionais (IPM) criada em 1934. Três anos depois, em 1937, foi instituído o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) pela Lei n. 378, dentro do organograma do Ministério da Educação e Saúde, dirigido por Gustavo Capanema. Também em 1937 foi publicado o Decreto-Lei n. 25, que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Em 1946 o Sphan deixou de ser “Serviço” e passou a ser “Departamento”, passando a chamar-se Dphan. Posteriormente, em 1970, o órgão assumiu a atual nomenclatura, Iphan, e desde 1995 está subordinado ao Ministério da Cultura – MinC (FONSECA, 1997).

Embora haja um consenso de que o IPHAN é a primeira instituição do gênero criada na América Latina, sendo desde os anos 1930 o responsável pela elaboração e implantação da política de preservação no Brasil, existem indicativos da existência de ações isoladas de preservação levadas a cabo pelo poder executivo antes disto. José Ricardo O. Fernandes (2010) defende que embora seja atribuído ao SPHAN, o pioneirismo na implementação de uma política de patrimônio, o autor afirma que é necessário pensar a constituição destas políticas como um processo cujo início está na criação de outras instituições de cunho nacional, entre elas o IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Arquivo Nacional, ambos de 1838 (FERNANDES, 2010).

Pensando historicamente, para Fernandes (2010) a “construção da memória nacional”, objetivo que pautou a atuação do IPHAN desde a sua origem até os anos 1970 e 80, não se deu apenas com a criação do SPHAN, constituído sob a influência da tradição modernista e que definiu o barroco colonial como o elemento fundante da identidade nacional (FERNANDES, 2010, p. 2). Este autor aponta a genealogia desse processo na formação do próprio Estado Nacional, no século XIX, particularmente na ação do IHGB em “construir” uma narrativa oficial e contínua que desse forma a ideia de Brasil refletida numa História Nacional.

Pactuando com Fernandes (2010) de que as ações públicas de memória e de preservação antecederam ao Sphan e mesmo a República, cabe enfatizar que foi somente com este órgão que houve a implantação de uma “política pública de patrimônio” propriamente dita, no sentido conceitual que será discutido mais adiante neste texto. Independente do debate sobre a gênese desse processo, cuja discussão é relevante para apreender os processos de continuidade e ruptura na história cultural brasileira, há consenso entre vários pesquisadores, entre eles Cecília Londres Fonseca (1997), José R. O. Fernandes (2010), Leonardo Castriota (2009) e outros de que a política de preservação, conservação, valorização e difusão do patrimônio constituiu-se a partir da ideia de constituição de um acervo que contribuísse para a consolidação e o fortalecimento de uma identidade nacional.

Durante meio século, as políticas públicas conduzidas por este órgão federal enfatizaram a preservação de bens móveis e imóveis de natureza material, reconhecidos

por técnicos do governo e intelectuais como de excepcional valor histórico e artístico e representativos da nação brasileira. Durante esta fase, o tombamento (ato administrativo do poder executivo que registra o bem em livro tombo, passando o Estado a ser corresponsável pela conservação do mesmo) foi praticamente o único instrumento legal desta política de preservação (Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937).

De acordo com Fonseca (2000) nos anos 1970 os critérios adotados pelo Iphan passaram por reavaliações motivadas por fatores internos e externos. Entre eles, a ampliação do debate sobre a importância da preservação de bens de natureza intangível (imaterial). Isto ocorreu por influência de ideias advindas de debates em torno da ampliação do conceito de cultura.

Essa inflexão teórica condicionou mudanças nas diretrizes do órgão federal, inserindo em sua política pública noções consideradas inovadoras, como o conceito de “referência cultural”. Esses avanços no campo epistemológico foram em parte motivados pela antropologia interpretativa, que entende a esfera cultural como uma dimensão viva, caracterizada por uma rede de significados (GEERTZ, 1978). Esse movimento levou à ampliação da percepção da realidade social como multicultural e à valorização da cultura como algo essencialmente ligado à identidade de variados grupos formadores da sociedade (SILVA; ROSA et al, 2012). Outra mudança foi um novo olhar para os bens culturais, enfatizando-se a importância de preservar a dimensão simbólica (intangível) de maneira integrada à produção material (tangível).

Do ponto de vista dos marcos legais deve-se lembrar de que na Constituição Federal de 1988, no artigo 216, a definição de patrimônio cultural já apontava essas inovações conceituais, alinhando-se ao que já vinha ocorrendo em outros países, em particular, europeus. Nela o conceito de patrimônio cultural foi ampliado, deixando de ser caracterizado como o conjunto de bens representativo de uma única identidade nacional de caráter homogêneo e tornando-se aquele que é “portador de referência” a vários grupos formadores da sociedade. A partir de então, a problemática da diversidade cultural e das identidades culturais tornou-se uma das principais diretrizes para as políticas públicas de patrimônio a partir de então.

A matriz colaborativa, entendida no sentido de firmar pactos com a sociedade civil, passou a ser parte da política de Estado para esta área. Além disso, enfatizou-se a importância de ações de conhecimento do patrimônio, como registros e inventários.

Estabelecidos os novos parâmetros legais de atuação, iniciaram-se discussões e testes metodológicos que pudessem viabilizar o diagnóstico e a identificação no campo das práticas sociais das referências culturais representativas da diversidade cultural do país, para que os dados alimentassem a nova política de preservação. Resultante disto foi publicado o Decreto n. 3.551, de quatro de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, que constituem patrimônio cultural brasileiro. No mesmo decreto foi criado o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, cuja função seria a implementação de política específica de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio.

Para a execução desta política foi elaborado o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), que tem sido um dos principais elementos de diagnóstico para o estabelecimento da nova política. Este se caracteriza como um instrumento de identificação e de documentação de bens culturais materiais e imateriais, formatado entre 1995 e 1999 e lançado em 2000 (IPHAN, 2000, p. 7).

Mesmo sendo fruto de um debate que vinha ocorrendo há cerca de quase 30 anos no Brasil e no exterior (CHOAY, 2001), talvez a questão mais inovadora do INRC seja a adoção da noção de “referências culturais” como base para novas políticas de patrimônio cultural. A reavaliação de antigos pressupostos teóricos no meio acadêmico teve como resultado mudanças no campo da gestão pública. Isto é perceptível nos objetivos do INRC, que se propõe a gerar condições de apreensão dos sentidos, dos significados, e das transformações e atualizações do objeto de estudo, partindo da percepção daqueles que os produzem, considerados como intérpretes da cultura local (HENRIQUE, 2011).

O seu uso deve fomentar uma inversão na ótica do que deve ser preservado. A legitimidade para selecionar os bens culturais de relevância para uma sociedade não estaria somente na *expertise* dos técnicos, mas, predominantemente nos sujeitos para os

quais determinados bens tem importância (IPHAN, 2000, p. 11). Em busca das referências culturais de uma comunidade (aquilo que dá forma à sua identidade) deve-se perguntar para quem elas fazem sentido (são importantes para quem?) (FONSECA, 2000). A dimensão simbólica do lugar inventariado (e que será alvo de políticas públicas) para os habitantes deve ser observada como “necessariamente plural e diversificada” (IPHAN, 2000, p. 14).

Uma política pautada nesta noção, portanto, deve levar em conta os valores atribuídos aos bens por uma sociedade marcada pela pluralidade. Isto define uma postura que relativiza o papel dos “saberes técnicos” e valoriza os saberes tradicionais. Castriota (2009), que participou de projetos de aplicação do INRC reafirmou como essa ferramenta tem sido importante para a definição de políticas públicas de patrimônio. Contudo, com mais de uma década de aplicação prática de uma política pública que se autocompreende como inovadora, os gestores ainda são colocados diante de desafios de natureza prática, de gestão do patrimônio, envolvendo distensões entre os saberes técnico e tradicional no momento de definir como e o que deve ser preservado (FONSECA, 2000).

Pensando nisso cabe refletir sobre a coerência da política de preservação do IPHAN com a sua diretriz norteadora baseada na noção de “referências culturais”, desde o início dos anos 2000.

Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens – que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu “peso” material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados (FONSECA, 2000, p. 11-12).

Adotar esse conceito como diretriz de ação política, significa, então, valorizar a diversidade cultural, tanto na sua dimensão material como simbólica, levando-se em conta a produção de sentidos e os valores atribuídos por diferentes sujeitos e grupos aos bens e práticas sociais. Em termos de adoção de diretrizes para políticas públicas, deveria agregar aos velhos critérios objetivos (utilizados para nortear as interpretações e

atuações no campo da preservação de bens culturais) as perspectivas dos sujeitos, tanto no que tange à administração como ao reconhecimento oficial dos bens (FONSECA, 1997).

Em outras palavras, antes inserir-se em uma localidade, o órgão responsável pela política pública em questão precisaria munir-se de conhecimentos que norteiem sua ação. Esse diagnóstico deve perceber os múltiplos interesses, a diversidade cultural, as tensões internas e externas e, principalmente, as expectativas dos envolvidos. Nessa perspectiva, é necessário identificar as referências culturais para que a ação seja pautada em características endógenas e não exógenas.

O estabelecimento da política pública de patrimônio do Iphan em Ribeirão Preto, SP: Paisagem Cultural do Café.

Em 2010 a Secretaria da Cultura de Ribeirão Preto, município do nordeste do estado de São Paulo, iniciou o Programa Café com Açúcar, política pública municipal cujos objetivos eram concentrar e organizar projetos de diagnóstico, mapeamento e difusão das referências culturais locais decorrentes do período compreendido entre o final do século XIX e o início do XX, quando a cidade era um grande centro produtor de café (SMCRP, 2010, *on line*). O seu principal argumento era a importância de diagnosticar as referências culturais constituidoras da sociedade ribeirão-pretana, para gerar dados que pudessem subsidiar políticas públicas de cultura de caráter endógeno. Em outras palavras, o poder público se comprometia não somente com a execução de ações, mas fundamentalmente com uma pesquisa que gerasse conhecimentos sobre a realidade local, identificando os elementos que “faziam sentido” para a população. A finalidade da Secretaria Municipal da Cultura de Ribeirão Preto era desenvolver programas e projetos que encontrassem eco nas identidades culturais locais.

Visando gerar as condições técnicas para levar a diante este Programa, a Secretaria Municipal firmou um convênio com o Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para o biênio de 2010 e 2011, posteriormente renovado para 2012 e 2013 (REDE, 2010, *on line*). Com este documento estabeleceu-se uma cooperação técnica entre o poder executivo municipal e o órgão federal de preservação

para aplicar em Ribeirão Preto o INRC - Inventário Nacional de Referências Culturais, instrumento fundamental da política pública de patrimônio do Iphan para a geração de conhecimento sobre a diversidade cultural brasileira.

Caracterizada como uma Secretaria Municipal que historicamente não apresentava políticas de cultura com poucos funcionários concursados para funções técnicas específicas¹, a pasta não apresentava pessoal qualificado em número e diversidade suficientes para executar o INRC, ação que, necessariamente, demandava uma equipe multidisciplinar. Objetivando dirimir este problema e estabelecer um pacto colaborativo com a sociedade civil, a Secretaria assinou termos de cooperação com universidades, empresas privadas e entidades de classe constituindo a Rede de Cooperação Identidades Culturais. O grupo era formado por pesquisadores e profissionais oriundos de diversas áreas de conhecimento: arquitetura, história, sociologia, antropologia, educação e comunicação.

Entre 2010 e 2012, este colegiado de pesquisa e a aplicação do INRC tornaram-se a prioridade da política pública municipal de cultura, constituindo-se como um exemplo de integração entre o poder público e sociedade civil (SMC, 2010, *on line*). Essa experiência municipal cooperada com o Iphan e a iniciativa privada, já foi alvo de análise no artigo Projeto Paisagem Cultural do Café, publicado na revista Labor & Engenho, em 2012.

A efetivação de um termo de cooperação técnica com o Iphan para a aplicação do INRC em uma determinada localidade, neste caso o município de Ribeirão Preto, envolveu responsabilidades de ambas as partes. No caso do órgão federal, este deveria fornecer orientação técnica para a implementação do inventário, bem como a transferência de metodologia. Quanto ao município coube a infraestrutura física e técnica para a execução dos trabalhos. A primeira foi garantida pela Secretaria Municipal da Cultura e a segunda articulada pela já citada Rede de Cooperação Identidades Culturais.

¹ Entre 2009 e 2012 a Secretaria Municipal da Cultura de Ribeirão Preto, um município com mais de 600.000 habitantes, não contava com funcionários efetivos na área de arquitetura, museologia, arquivologia, entre outros.

O processo de capacitação dos pesquisadores locais pelos técnicos do Iphan envolveu uma forte recomendação do uso da noção de “referências culturais” e de uma postura metodológica que visava garantir a apreensão do patrimônio cultural de maneira integrada, evitando a consagrada dicotomia entre bens materiais e imateriais. O material recomendado pelo órgão federal para capacitar o grupo de pesquisadores foi o Manual do INRC, cujo texto teórico é de Cecília Londres Fonseca (IPHAN, 2000). O acompanhamento do processo foi feito por meio de visitas semestrais ao município de dois técnicos (um da área de antropologia e outro da arquitetura) da 9ª. Regional do Iphan-SP. Estabeleceu-se a partir de então uma dinâmica complexa de apropriação da metodologia federal por parte de um grupo multidisciplinar que trazia consigo bagagens teóricas e percepções diversas a partir das quais decodificava o patrimônio cultural.

Ao final de 2010 a Rede de Cooperação disponibilizou o Relatório da Fase 1 do INRC. Após a apreciação do texto, o Iphan realizou uma análise da execução do projeto em Ribeirão Preto, considerando que:

1) a pesquisa no decorrer de 2010 atendeu plenamente ao critério de que os sentidos culturais devem ser apreendidos a partir da perspectiva dos sujeitos sociais envolvidos;

2) o Relatório da Fase 1 ainda manteve a divisão entre bem material e imaterial, com capítulos separados para cada categoria. Sugere para a fase 2 que sejam utilizadas as categorias de celebrações, ofícios e modos de fazer, formas de expressão, lugares e edificações. Indicou ainda que o uso das categorias patrimônio material e imaterial para quando forem estudados os instrumentos de proteção dos bens identificados;

3) a realização da pesquisa por meio de amostras populacionais com critérios pré-estabelecidos permitiu visibilizar a percepção dos moradores das localidades selecionadas sobre os bens culturais e a ação municipal na área, apresentando um instrumento original para fazer parte dos inventários;

[...] Finalmente o IPHAN considerou que a experiência de realização do INRC em Ribeirão Preto havia sido original e exemplar ao: a) considerar a realização de uma pesquisa de caráter cultural como instrumento de gestão e de articulação com outros setores de atuação do poder público municipal; b) articular as esferas do poder público e da sociedade civil; c) estar orientada para dialogar com os sentidos culturais e sociais da população local; d) propor diretrizes de ação

para o poder público (DOSSIÊ QUARTEIRÃO PAULISTA, 2011)².

A avaliação feita pelo Iphan sobre o relatório da fase 1 do inventário explicitou ainda, que a experiência de Ribeirão Preto era um caso paradigmático dentro do campo da cultura e do patrimônio, sendo considerado como um piloto pela 9ª. Regional do Iphan, que poderia depois pensá-lo como método/tecnologia social a ser referenciada e multiplicada.

Entre 2011 e 2012, a Rede de Cooperação continuou a aplicação do INRC, com foco na área central e no Distrito de Bonfim Paulista. Definiu como objetivo e execução da **segunda fase** do plano de trabalho proposto pelo Manual de Aplicação do Inventário de Referências Culturais. Chamada de “Identificação”, essa segunda etapa se caracterizou pela descrição e tipificação das ocorrências relevantes; pelo mapeamento das relações entre os itens identificados e destes com outros bens e práticas relevantes; e pela identificação de aspectos básicos de seus processos de formação, assim como – no caso de atividades – seus executantes, mestres, aprendizes e seu público. Essa fase se desenvolveu principalmente através de entrevistas com pessoas residentes nas localidades escolhidas e pelo trabalho de campo para a identificação das referências culturais edificadas.

Considerações finais

A aplicação do INRC em Ribeirão Preto, instrumento por meio do qual houve a inserção da política pública de preservação do Iphan no município colocou desafios para a localidade em questão e despertou reflexões do grupo de pesquisadores que participou do projeto Paisagem Cultural do Café. Entre elas, o fato que ainda não é possível analisar com clareza o impacto real da inserção da política de preservação do Iphan no âmbito municipal. O que é possível afirmar até o presente momento é que houve um “despertar” para os bens culturais e uma busca pela construção de um passado comum, que identifique o ribeirão-pretano como tal.

Ao analisar a paisagem cultural, compreendida como um “sistema agregador

de diferentes valores”, onde deve se levar em conta as relações sócio-culturais e o conjunto dos bens culturais referentes às diversas identidades coletivas (CASTRIOTA, 2009, p. 13), os pesquisadores depararam-se com o desafio de pensar os elementos constituidores dessas identidades como profundamente dinâmicos e difíceis de serem identificados e categorizados de acordo com a proposta do INRC. Ao aplicar um instrumento de pesquisa estruturado a partir de uma política pública nacional que, embora tenha como objetivo conhecer a diversidade cultural do país, tem um alcance limitado quando os elementos encontrados na localidade não se “enquadram” nas cinco categorias contempladas no INRC: Edificações, Formas de expressão, ofícios e modos de fazer, lugares, celebrações (IPHAN, 2000).

É preciso frisar que há uma necessidade de aprofundamento dos estudos sobre os impactos da política de preservação do Iphan e o desenvolvimento de ações concretas por parte do órgão federal nas várias localidades onde foi aplicado o INRC até o momento, entre elas Ribeirão Preto. Estudos sobre a recepção dessa política no âmbito municipal podem vir a ajudar no esclarecimento das orientações teóricas, ações práticas e resultados obtidos quando ocorre a inserção do Iphan na realidade local.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007. 560 p.

BOURDIEU, P. e DARBEL, A. **O amor pela arte**: os museus de arte na Europa e seu público. São Paulo: Edusp/Zouk, 2003.

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. **III Enecult**. Anais do Terceiro encontro de estudos multidisciplinares em Cultura. Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBa, 2007.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural**. Conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, 2009.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Ed. UNESP; Estação Liberdade, 2001.

DIAS, Reinado; Matos, Fernanda. **Políticas públicas**: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.

EAGLETON, Terry. A ideia de cultura. São Paulo: Unesp, 2005, p. 204.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). **Políticas culturais: teorias e práxis**. 2010. Disponível em: < <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2010/09/18-JOS%C3%89-RICARDO-ORI%C3%81-FERNANDES.1.pdf>>. Acesso em 02 set. 2013.

FONSECA, Maria Cecília Londres. A noção de referências culturais como base para políticas públicas. In: **Manual de Aplicação do INRC**. Brasília: IPHAN, 2000.

____. **O patrimônio em processo-trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, IPHAN, 1997.

IPHAN. **Inventário Nacional de Referências Culturais**: manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. – Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

LAHERA, Eugenio. **Política y políticas públicas**. Santiago do Chile: CEPAL, 2004.

LASWELL, H. D. **Politics: Who gets What, When, How**. Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.

MEAD, Lawrence M. **Public Policy: vision, potential, limits**. Policy currents, Fevereiro: 1-4. 1995.

REDE de Cooperação Identidades Culturais. **Relatório Fase 1 do INRC**. 2010. Disponível em: < <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/relatorio.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2013.

RÉMOND, R. (org.). **Por uma História Política**. 2ª. Ed, Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIOUX, Jean- Pierre. Introdução. Um domínio e um olhar. In RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. Para uma história cultural. Tradução de Ana Moura. São Paulo: Estampa, 1998. P. 11 – 21.

SILVA, Adriana; ROSA, Lilian R. O.; SILVA, Michelle C. C. et al. Projeto Paisagem Cultural do Café: experiências com a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). **Labor & Engenho**, Campinas [Brasil], v.6, n.2, p.77-96, 2012a. Disponível em: <www.conpadre.org> e <www.labore.fec.unicamp.br>. Acesso em 12 jun. 2013.

SMCRP – Secretaria Municipal da Cultura de Ribeirão Preto. **Programa Café com Açúcar**. Disponível em: < http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/i14cafe_acucar.php>. Acesso em 10 set. 2013.

VENTURA, Tereza. Notas sobre política cultural contemporânea. In: Revista Rio de Janeiro, n. 15, jan-abr 2005. p.77-89.

DO ROMANTISMO À CONDENAÇÃO SOCIAL: NOÇÕES ROMÂNTICAS, PSICOLÓGICAS E MÉDICAS COMO SUSTENTAÇÃO DOS CRIMES PASSIONAIS

Lívia Batista Costa
livicosta@gmail.com
UFG

Resumo

A comunicação pretende discutir, do ponto de vista histórico, como os argumentos ligados às noções de amor, de ciúme, de problemas psicológicos e médicos se transformaram nas principais justificações da violência contra a mulher. Percebe-se que entre as décadas de 1930 e 1940 os sentimentos de paixão e de amor - argumentos dos agressores ao assassinares suas parceiras - eram associados à loucura e percebidos por alguns criminologistas da época como um problema criado pelo romantismo do século XIX. Tais questões continuaram presentes na década de 1980. A pergunta “Mata-se por amor?” esteve no cerne das discussões acerca da violência conjugal nas matérias jornalísticas da cidade de Goiânia. Todavia, notam-se várias mudanças na interpretação de significados por parte da imprensa escrita goianiense.

Palavras-chave: Gênero, Violência e Romantismo.

Abstract

The communication to argue, from sight historical point , the arguments related to the notions of love, jealousy, psychological and medical problems have become the main justifications of violence against women. It can be seen that between the 1930s and 1940s the feelings of passion and love - the arguments of the aggressors murdered their partners – it was associated with madness and perceived by some criminologists in the period as a problem created by nineteenth-century Romanticism. Such issues were still present in the 1980s. The question "Do you kill for love?" It Was at the core domestic violence's discussions in newspaper Goiânia's articles . However, it observe several changes are noted in the interpretation of meaning from the “goianiense”written press.

Keywords: domestic, Violence and Romanticism.

[...] a causa da absolvição de tais criminosos passionais não é a paixão mesma, é a loucura, de que a paixão é apenas uma manifestação. Assim, para que a paixão exclua a responsabilidade de criminoso, é preciso que esta seja louca e aquela uma forma de loucura [...] (ROBERTO LYRA, 1932, p.20).

A citação acima refere - se a uma das interpretações dos crimes passionais entre as décadas de 1930 e 1940 no Brasil. Os sentimentos de paixão e de amor serviram como argumentos dos agressores ao assassinarem suas parceiras, pois eram associados à loucura e percebidos por alguns criminologistas da época como um problema criado pelo romantismo do século XIX.

Tais interpretações continuaram presentes em outras décadas e são perceptíveis nos crimes passionais notificados na imprensa escrita goianiense na década de 1980. Nesse sentido, o texto propõe discutir como essas noções românticas tornaram-se as principais justificativas dos crimes passionais. Essa discussão faz parte dos resultados parciais de uma pesquisa, que continua em andamento, sobre violência contra a mulher na cidade de Goiânia.

Uma das obras que contribuem para essa discussão é O Amor e a Responsabilidade Criminal (1932) do autor Roberto Lyra. Segundo o teórico, a benevolência do Tribunal do Júri com os crimes baseados na paixão ocorridos na cidade do Rio de Janeiro na década de 1930, fez com que parte dos juristas brasileiros e membros do Conselho Brasileiro de Higiene Social passassem a questionar esses crimes. Por meio de fatos concretos julgados no Tribunal do Júri nesse período, ele demonstra por intermédio de alguns libelos – exposição feita ao Juiz - como o amor e a paixão foram condenados pela sociedade e, conseqüentemente no Tribunal.

No prefácio da obra de Lyra, Afrânio Peixoto, criminologista da época, alega que a paixão e o amor, baseados no romantismo do século XIX, geraram a glorificação do crime passional, levando os advogados de defesa a serem benevolentes com os

crimes baseados no amor. Segundo Peixoto, “amor invocado”, certa a absolvição. Para ele,

[..] o romantismo, já o disse, já o disseram, é uma tumultuária moda, não apenas literária, mas filosófica, política, jurídica, social, doutrina científica, e também literária [...] mas é tempo que se torne a sabedoria, ao juízo, depois de experimentadas as calamidades do sensualismo individualista [...] Dessas paixões, a do amor, absorveu todas as outras, chegando no seu delírio, à glorificação do crime passionnal. Passional, isto é, restrictivamente, erótico, amoroso. Mesmo sem amor, quase sempre; o crime em que a paciente, raramente o paciente, seja uma criatura de outro sexo [...] os advogados de defesa descontam a benevolência do jury, quando os abomináveis são classificados de passionais [...] (PEIXOTO in prefácio, LYRA, 1932, p.11).

Afrânio Peixoto, Roberto Lyra e outros juristas da época, foram contra a absolvição dos criminosos passionais. Para tanto, começaram a questionar tais noções, como matar por amor, que levavam os agressores a serem absolvidos. Nas notas publicadas por Lyra, ele indica os argumentos feitos pelos promotores públicos da época relativos a esses crimes passionais. Geralmente, o promotor público questionava a auto caricatura do criminoso passionnal. O perfil psicológico do acusado era sempre requisitado por parte de alguns promotores públicos, aqueles contrários a absolvição desses criminosos, pois a maioria alegava ter perdido a cabeça no momento do crime, estando em pleno estado de loucura. Os advogados de defesa se apoiavam nesse argumento da loucura, fazendo com que parte do júri popular e a própria população acreditassem nessa versão. Lyra, promotor atuante na época, ressaltava ironicamente:

[...] para que a paixão exclua a responsabilidade de um criminoso, é preciso que este seja louco e aquela uma forma de loucura [...]. O arrastamento passionnal que leva ao crime não pode ser um fenômeno patológico isolado; só pode ser a transformação de uma moléstia nervosa, em indivíduos dotados desses temperamentos [...] desequilibrados, predispostos à alienação mental, nos quais a paixão é uma neuropatia em evolução para a loucura, é uma nevrose precursora [...] o crime passionnal marca o período em que a tendência para a

loucura tornou-se loucura. A loucura simplesmente passional, que só aparece em indivíduos sãos na ocasião do crime, que não existia antes dele e que deixa de existir depois dele, é uma criação da imaginação dos poetas e da fantasia dos romancistas e dramaturgos, mas que não é admitida na medicina legal, nem pelo direito penal. (LYRA, 1932, p.20).

No decorrer de todo o livro, o autor critica a justificativa da paixão que leva à loucura, pois vários criminosos nunca tinham apresentado esse estado mental até o momento do crime. Para ele, esse argumento só servia para justificar o crime passional. Ao questionar o perfil psicológico do criminoso era realizado o auto-exame de sanidade mental do acusado, calculando as medidas do cérebro e da face. Em seguida, era verificado se o acusado era um tipo normal, aquele sem “alienação mental, nem dotado de patologia, irritabilidade do humor e dos sentimentos [...] não é um neuropata predisposto para a loucura [...]” (LYRA, 1932, p.42).

Esse argumento da loucura apoiava-se no Código Penal de 1890, o qual aludia tanto o estado de completa, total e inteira perturbação dos sentidos quanto da inteligência nos crimes cometidos por amor, ódio, ciúme e cobiça. Segundo Lyra, a maioria dos homicidas, quando não alegava o argumento da legítima defesa da honra, se apoiava diretamente nesse artigo do código penal, de que o delito fora consequência de um desvario, de um ato inconsciente, caracterizado por uma total perturbação dos sentidos.

Segundo Lyra, na década de 1930, nos laudos criminais, era descrito e questionado a hipótese ou simulação da amnésia, o ato consciente ou inconsciente ligado ao estado de perturbação dos sentidos movidos pela paixão. Ao discutirem esses problemas, os promotores públicos da época liam nos tribunais trechos dos pensamentos de médicos e psiquiatras retirados da literatura médica parisiense que repercutiam no Brasil. A paixão não era vista como um fenômeno patológico, mas ao contrário, como um sentimento bastante racional. Porém, era necessário conter o ímpeto das paixões:

[...] a paixão por mais violenta que seja, nos momentos de sua maior agitação, deixa o homem consciente do que faz, em vez de apagar a inteligência, atíça-a; longe de embotá-la, aguça-a [...]. O homem, sob o império da paixão, mesmo inteiramente dominado por ela, não perde de todo a consciência, o governo de si próprio [...] pode, em qualquer fase da paixão, recuar na sua conduta, deixar de seguir a senda do crime; e si não teve força para parar a tempo de não chegar ao crime, é sempre um responsável. (LYRA, 1932, p.69, apud MATOS e MORAIS).

Por trás de todos esses questionamentos do amor e da paixão no Tribunal do Júri, o problema central era se o criminoso oferecia perigo ou não à sociedade. No prefácio do livro de Lyra, Afrânio Peixoto apresenta o seguinte argumento: as paixões que levavam a matar são insociáveis, pois “só as atividades limitadas, os impulsos contidos, permitem a vida da sociedade [...]. As paixões ingovernáveis seriam a desordem e o extermínio [...]. Não deve haver socialmente lugar para as paixões sceleradas”. (PEIXOTO in prefácio LYRA, 1932, p.11).

Peixoto analisava essa paixão que levava a matar como o contrário do amor verdadeiro, mas também da razão. O crime passional tornava-se uma ameaça para a sociedade e principalmente para a desestruturação da família. A partir dessas discussões, parte dos juízes, advogados e especialistas em medicina legal promoveu, por meio do Conselho Brasileiro de Higiene Social (CBHS), uma campanha contra os crimes passionais na década de 1930, na cidade do Rio de Janeiro. Roberto Lyra e Afrânio Peixoto foram dois dos fundadores da campanha. Tinha como objetivo principal da campanha foi expor os motivos causadores desses crimes, no sentido de reeducar a sociedade, rejeitando, condenando as doutrinas, convenções sociais, as quais absolviam esses crimes. Os juristas pretendiam rever o Código Penal de 1940, pois esse especificava que a emoção ou a paixão não eliminam a responsabilidade criminal.

Esclarece Susan Besse (1989), essa campanha decorreu de uma preocupação social intensa no Rio de Janeiro no período de 1910 até os anos de 1930, em um momento em que o alarde sobre os crimes passionais crescia gradativamente na imprensa popular, nas revistas femininas e nos tribunais. Para a autora, os advogados

vendiam sua oratória dos tribunais para os jornais, os quais se apoiavam em um forte sensacionalismo. Lyra, em sua obra, no ano de 1932, já descrevia uma matéria publicada no jornal A Esquerda, do dia 28 de abril de 1931:

não há dia em que se não registre um homicídio bestial, que para maior escarneo do nosso orgulho de civilizados e comprometimento absoluto do nosso crédito de sentimentais, se oculta sempre sob as dobras de um romance de amor e ainda tem a irrisão de culminar num suicídio frustrado do matador passionnal [...] uma rajada de insânia que desencadeasse sobre a família carioca, estraçalhando lares [...]. (LYRA, 1932, p. 86).

Dessa forma, nota-se que os crimes passionais dessa época tornavam-se um problema social na cidade do Rio de Janeiro, na medida em que o Estado, por meio do Conselho Brasileiro de Higiene Social, começou a adotar medidas de prevenção contra esses crimes. Porém, a principal significação deles era com a ameaça à civilização e também à destruição da família, a qual era a instituição considerada na época do Estado Novo como a base da nação.

Como ressalta BESSE (1989, p.196), o motivo real dessa campanha era o fato dos crimes passionais terem se tornado uma ameaça à desagregação da família, pois essa era vista como a base para proporcionar estabilidade e continuidade das grandes transformações sociais pelas quais passava a cidade do Rio de Janeiro à época. Nesse sentido, a campanha fazia parte de um projeto mais amplo do Estado, a intenção “era moralizar a sociedade, disciplinar as paixões e racionalizar o amor, a fim de torná-lo socialmente útil como base de relações familiares estáveis”. O Conselho Brasileiro de Higiene Social apresentava a campanha como um trabalho de higiene social e moral. Para tanto, “envolvia o Estado no disciplinamento das paixões humanas”. O alto índice desse tipo de delito simbolizava um retrocesso para a civilização, como empecilhos a ordem e ao progresso que deveriam prevalecer no crescimento da sociedade urbana industrial do Rio de Janeiro nessa época. Aqui, percebe-se a intervenção do Estado na esfera do privado:

[...] casamentos sadios e equilibrados, em que a razão se associe ao sentimento [...]. O Estado tinha o dever de supervisionar os casamentos e até desmanchar os romances “em nome da saúde, da disciplina, da moralidade” e deveria evitar o casamento dos loucos de paixão. Ao impedir casamentos inconvenientes, promovendo os higiênicos, o Estado defendia a conservação da vida, o aperfeiçoamento da espécie, a organização social, a civilização. (CAUELFIEL, 2002, apud LYRA 1932, p.181).

Percebe-se que, para conter essas paixões no âmbito do privado, o Estado, por meio do Conselho Brasileiro de Higiene Social e da própria divulgação da imprensa, mobilizou a população em torno dos crimes movidos pelo amor, a fim de assegurar seus interesses, disseminando princípios no âmbito familiar, que deveriam tornar-se civilizado. O discurso higienista diagnosticou o amor romântico como delírio, como também correlacionou a ele a intervenção médica sobre as famílias e as condutas afetivas. Como aponta COSTA (1999, p.231), “o ponto culminante da união conjugal era o amor. Mas, ao contrário do amor romântico, o amor higiênico era pragmático [...] a cumplicidade com o romantismo sentimental tinha limites [...]”.

Explicita Lyra (1932) o público comovido pela campanha e pelo alarde dos crimes passionais, lotava os tribunais para assistir e julgar esses crimes. Muitas vezes, a própria imprensa criticava esse sensacionalismo, pois poderia contribuir no número de absolvições:

[...] Corram ao Júri. Corram aos jornais [...]. Nunca deixem vazia a tribuna da acusação particular nos tribunais do povo [...]. Façam sentir à consciência dos juizes de fato que as vítimas dos matadores passionais não são apenas os esquemas que os autos arquivam [...] eram criaturas vivas, cheias das ilusões que povoam sempre a alma e o coração [...]. E o maior rigor que o tribunal terá para com esses abutres que fazem do amor apenas o pretexto para a satisfação dos seus pendores sanguinários - há de servir de antídoto a muito paroxismo sentimental. Por outro lado evitem que os jornais, em que tantas colaboram, a que tantas emprestam o prestígio da sua inteligência e a irradiação do seu encanto, sirvam de pasto ao sensacionalismo odioso das grandes reportagens policiais. No dia que o assassinio de uma mulher, em vez de esmiuçar os antecedentes quase sempre desfigurados da sua vida íntima constituir-se, apenas, um libelo

desassombrado contra a covardia da besta humana [...], os homicídios passionais decrescerão noventa por cento. (LYRA, 1932, p.88).

Portanto, nesse momento, na cidade do Rio de Janeiro, houve o combate a esses crimes passionais e sua relevância sobre a ameaça à honra da família, mas também da cidade. Em Goiânia, essa preocupação com a honra das famílias como base da nação só foi perceptível nas primeiras décadas da cidade, porém, ligada a crimes externos às famílias. Contudo, no que tange à problematização desses tipos de crimes, acompanhados dessas noções românticas, ela só surge nessa capital, na década de 1980, após a transformação desses tipos de crimes passionais em um problema social.

A maioria dos crimes registrados na imprensa escrita goianiense na década de 1980 é relativo aos crimes passionais. Eles foram problematizados por meio de noções românticas, tais como: amor e paixão, referentes à maioria das justificativas dos agressores. Todavia, os seus significados não estão ligados a problemas de ordem moral e de ameaça a civilização como nas décadas de 1930 e 1940. Essas noções eram debatidas pela imprensa como denúncias de assassinatos, mas também de agressões físicas contra as mulheres, pois eram os argumentos referidos pelos agressores, por terem cometido tais delitos.

Nesse contexto, jornais como: o Diário da Manhã e O Popular, além de noticiarem os principais crimes passionais que ocorriam na cidade, passaram a registrar e debater sobre as causas desse fenômeno. Representantes da sociedade, como o próprio corpo jurídico, passaram a manifestar suas posições diante de questões pertinentes no julgamento desses crimes, como a própria noção de legítima defesa da honra. O Juiz de Direito Fausto Vicente Monterio de Sá, atuante na década de 1980, ressaltou:

O crime passional é uma ficção popular [...]. Aquele que realmente ama não mata nunca [...]. Discordando da tese da legítima defesa da honra que vem sustentando a impunidade da maioria dos matadores de mulheres, observa o juiz: “A honra é um bem jurídico inalienável porque diz respeito à personalidade e, como tal, constitui um

patrimônio da sociedade. Portanto não pode ser objeto de legítima defesa. Para o Juiz, as absolvições sob fundamento da legítima defesa da honra, nada mais são que um gesto de complacência do júri, atendendo às peculiaridades de cada caso [...]. Grande parte das absolvições de marido assassinos por parte do júri popular resulta de uma filosofia humanística peculiar dos jurados, que representam a sociedade no tribunal [...] o júri popular, do ponto de vista do juiz é muito benevolente [...] essas absolvições são também uma espécie de válvula de escape, já que o sistema penitenciário em vigor ainda não oferece condições ideais [...]. (Fausto Vicente Monteiro de Sá. *A honra não pode ser objeto de legítima defesa. Cinco de Março*, Goiânia, 02 de agosto de 1981, ed.extra).

Assim, os crimes passionais justificados pelo amor, entram em cena na imprensa goianiense. Esse amor romântico, na cidade do Rio de Janeiro nas décadas de 1930 e 1940, foi alvo de intervenção do Estado, contra um sentimento irracional associado à loucura, uma vez que representava um retrocesso à civilização e à destruição das famílias. Pois essas eram consideradas como a base da nação. E em Goiânia, esse sentimento sustentou o alto índice de mortalidade das vítimas de crimes passionais. A preocupação não era com a destruição das famílias, mas com as mulheres, vítimas de assassinatos cometidos por seus parceiros, os quais se apoiavam no argumento do amor e do ciúme.

A problematização dessas noções românticas, suscitada pelos criminosos de mulheres, esteve ligada à discussão das origens sociais desses crimes movidos pela paixão. Não havia uma preocupação diretamente com a instituição da família, mas sim com a vítima de violência e com a punição dos agressores. Todavia ressalta-se, que os argumentos das noções românticas associados à loucura permaneceram presentes, mesmo com a determinação do código penal de 1940, no qual a emoção ou a paixão não eliminavam mais a responsabilidade criminal, aliás, tornavam-se fatores atenuantes.

Alguns crimes passionais ocorridos na década de 1980 se destacaram na mídia, tais como os de Lindomar Castilho e Doca Street. Ocorridos em São Paulo, os advogados de defesa continuaram a se apoiar no argumento de que os réus agiram por um momento de forte emoção. No caso de Doca, a perícia médica chegou a realizar um

exame de sanidade mental e não constatou nenhum estado de perturbação emocional. Em outros casos pesquisados, destaques na cidade de Goiânia, os advogados afirmavam que os agressores necessitavam de tratamento médico.

No dia 04 de julho de 1981, o jornal Diário da Manhã notificou o caso do procurador do Tribunal de Contas do Estado, Joaquim Gomes de Brito, que assassinou sua esposa, Maria Mazarello, alegando infidelidade da parte da vítima. O caso ficou conhecido como o Caso do Jaó, pelo fato dos cônjuges residirem nesse bairro de Goiânia. Após ter cometido o crime, o acusado teve de ser internado. O crime foi repercutido com intensidade.

Da mesma forma, o caso do agressor Waldir Roma, que mandou assassinar sua ex-mulher, Maria Helena Caiado, no ano de 1980, causou ampla repercussão. Constantemente, o jornal registrava fatos, tais como: [...] Esta era a segunda vez que Waldir Roma deixava a Casa de Detenção para tratamento psiquiátrico [...] (Caso Maria Helena. Waldir desaparece. *Cinco de Março*, Goiânia, 20 de agosto de 1981. p.02).

Portanto, os periódicos registravam como a sociedade percebia essas justificativas. Na concepção do psiquiatra da época, Eduardo Verano, ao contrário do amor, era o sentimento do ódio que levava a matar:

Quais as causas da violência do homem contra a mulher? [...]. Para o psiquiatra Eduardo Verano [...], o fator principal que leva o homem a agredir sua companheira é uma vida emocional estruturada imaturamente [...]. Quando o homem espanca a mulher por imaturidade emocional e ela não se rebela por medo, continuando ambos a viver juntos, os dois são considerados desajustados [...]. Não se destrói nada por amor. Destrói-se por ódio, pois, matar é um gesto de desamor. Embora confessando que sua opinião seja passível de discussões do ponto de vista psiquiátrico, conclui: O amor, no sentido adulto, é um tipo de sentimento que não admite exclusividade ou posse. O amor somente é egoísta quando neurótico. (Eduardo Verano. *Assassinatos de Mulheres. Os casos que abalaram Goiás. Diário da manhã*, Goiânia, 02 de agosto de 1981. ed.extra).

Percebe-se que há uma discussão de como os sentimentos de ódio e amor permeavam uma relação conjugal violenta. Na posição do psiquiatra, o ódio torna-se uma das causas que levam o homem a violentar sua parceira. Ou seja, na versão do psiquiatra, as causas desses crimes são de origem emocional.

Essa percepção também é ressaltada por Eluf (2003, p.11), procuradora de Justiça do Estado de São Paulo. Ela analisa o problema dos crimes passionais, com o seguinte argumento, “a paixão que move a conduta criminoso não resulta do amor, mas sim do ódio, da possessividade, do ciúme ignóbil, da busca da vingança, do sentimento de frustração aliado à prepotência, da mistura de desejo sexual frustrado com rancor”.

O sentimento do ciúme associado ao sentimento de posse, como justificativa do crime, predominou na maioria dos casos noticiados pelo Diário da Manhã. A não aceitação da separação tornou-se um fato constante. No dia 17 de julho de 1983, o jornal publicou uma cronologia dos assassinatos, tanto nas cidades do interior, quanto em Goiânia:

20 de abril de 1965 - Belgina Marques Rezende, funcionária do “Cepaigo” [...], desapareceu, depois de ter sido vista dentro de um carro em companhia de João Alberto Magalhães Borges, fiscal de rendas do Estado, sobrinho do ex-governador Pedro Ludovico, [...], com quem mantinha um romance a mais de quatro anos [...]. Motivo: ela queria o rompimento definitivo do romance a fim de se casar com o noivo, que não era senão o diretor do presídio [...]. Após a morte, João Alberto colocou o corpo no banco traseiro do carro [...], e o jogou dentro do Ribeirão de Anicuns [...]. Cinco meses depois [...]. João Alberto, submetido a dois júris populares, foi absolvido por unanimidade de votos por inexistência do corpo de delito.

17 de abril de 1967 - Maria Helena Di Simiema Mendonça, funcionária pública estadual, 24 anos, casada, mãe de dois filhos, morreu pelas mãos do ex-marido, o professor e advogado Evandro Mendonça Ribeiro [...]. Em sua defesa, Evandro declarou que Maria Helena era adúltera [...]. Os argumentos de Evandro foram acatados pelo corpo de jurados e ele foi absolvido em legítima defesa da honra.

22 de abril de 1977 - Maria Augusta Xavier Sabag [...], foi brutalmente espancada até a morte pelo marido, o advogado Marcos Sabag [...], o advogado confessou o crime dizendo que não pretendia matar sua mulher, mas que não conteve o ciúme que ela tinha por ele [...]. Talvez por ser Maria Augusta pertencente a família influente,

tendo seu próprio tio, Rivadávia Xavier Nunes, ex-secretário da Segurança Pública [...]. Marcos foi um dos raros casos (ou o único?) de matadores de mulheres condenados em Goiás. Sua pena foi de 21 anos de prisão [...].

19 de maio de 1980 - Joana D'arc Guerra, 25 anos, estudante de direito na UFG, desquitada há um ano e meio, foi assassinada pelo ex-marido Eduardo Rosa [...]. No processo, uma testemunha declarou que o motivo provável do crime foi o ciúme [...] Ao apresentar sua versão, Eduardo disse que tudo começou com uma discussão em que sua ex-mulher lhe exigia um veículo [...] Joana D'arc se apossou da arma que estava dentro do carro de Eduardo e ele, ao tentar desarmá-la, teria disparado acidentalmente [...]. O processo ainda encontra-se em fase de inquirição de testemunhas [...]. (*Diário da manhã*, Goiânia, 17 de julho de 1983. ed.extra).

Percebe-se que os crimes registrados na reportagem não estão ligados aos problemas de ameaça a família, a sociedade e ao retrocesso da civilização, mas às agressões físicas cometidas pelos agressores. Porém, os argumentos da legítima defesa da honra e do ciúme permaneceram como principais justificativas nos crimes contra as mulheres.

Nota-se que os outros crimes citados envolvem esses fatores. Independente do status social dos cônjuges, os crimes passionais foram considerados pelo jornal *Diário da Manhã* como um dos grandes problemas sociais da época. Todavia, os crimes que envolveram agressores ou vítimas pertencentes às camadas altas da sociedade eram retratados como patológicos. As vítimas tornavam-se culpadas e os agressores usavam como pretexto a legítima defesa da honra. O argumento dos agressores era de que no ato do crime, eles foram levados por um momento de forte emoção. Algumas matérias jornalísticas da década de 1980, evidenciou *slogans*, como: “Assassinos ricos necessitam de tratamento médico”.

O argumento de ter agido em um momento de forte emoção, fez parte dos principais crimes passionais com repercussão nacional e na imprensa goianiense nessa década. Dentre eles, encontra-se o de Doca Street contra Ângela Diniz. Segundo Eluf (2003), foi a partir desse delito que o ciúme, o argumento de ter agido sob forte emoção e o slogan “quem ama não mata” começaram a repercutir na imprensa escrita e falada.

O caso ocorreu no dia 30 de dezembro de 1976. Doca alegou ter assassinado Ângela devido ao seu ciúme, pelo fato dela tentar seduzir uma outra mulher, uma alemã chamada Gabrielle Dayer. Após matar Ângela, ele declarou à imprensa que a amava. Eluf aponta que a primeira providência tomada pelo advogado contratado pela mãe de Doca foi procurar realizar uma perícia médico-psiquiátrica para justificar a tese defensoria de violenta emoção.

Dessa forma, Doca, instruído por seu advogado, apresentou uma versão passional para o crime cometido, tendo uma outra mulher como pivô. No entanto, a perícia médica não conseguiu confirmar um estado emocional que justificasse a agressão de Doca. O segundo advogado do agressor usou a tese da legítima defesa da honra, com excesso culposo, e conseguiu uma pena diminuta de dois anos. No entanto, em novembro de 1981, o acusado foi levado novamente a julgamento devido a pressão das feministas - com o slogan: “quem ama não mata” - , e dos próprios promotores de justiça, que não se conformaram com a decisão do Júri. Ele foi condenado a 15 anos de reclusão por homicídio qualificado. O Júri entendeu que ele não agiu em legítima defesa, muito menos para defender sua honra ferida (ELUF, 2003, p. 68-69).

Ao analisar esse crime, Eluf cita que a revista Veja, no dia 11 de novembro de 1981, após o julgamento de Doca, registrou que a organização feminista SOS Mulher de São Paulo, catalogou 722 crimes impunes de homens contra mulheres. Esses alegaram ter assassinado suas parceiras por ciúmes. Segundo a autora, iniciava-se na sociedade brasileira um processo de mobilização contra os crimes passionais, movidos pelo amor.

Outro crime, considerado como um dos principais crimes passionais à época, foi do cantor goiano Lindomar Castilho. Esse assassinou a ex-esposa Eliane Grammont, em uma boate em São Paulo, no ano de 1981. Eliane estava cantando ao lado de um primo de Lindomar que, segundo os comentários jornalísticos, tinha um relacionamento amoroso com ela. Por ciúmes, o artista assassinou a ex-mulher. Após confessar o crime, disse à imprensa que a amava com certeza total, mas no momento agiu sob um momento de forte emoção.

Ressalta Eluf (2003) ressalta que o argumento de ter agido sob um momento de forte emoção resultou na tese de homicídio privilegiado: resultante de violenta emoção. Esse argumento foi utilizado pelo advogado de Lindomar. No entanto, no último julgamento do caso, realizado em 1984, o Júri alegou ter ocorrido homicídio qualificado: meio que impossibilita a defesa da vítima. O advogado Márcio Tomaz Bastos, contratado pela família de Eliane, em entrevista concedida à folha de São Paulo, o dia 23 de agosto de 1984, declarou:

Não se aceita mais um crime como este [...] é o chamado falso crime passionnal. Lindomar se dizia apaixonado e traído pela mulher, mas eles já estavam separados há um ano. Foi um crime premeditado [...] Ele finalizou repetindo quem ama não mata, frase cunhada pelos movimentos feministas de então. (ELUF, 2003, p.78).

Portanto, a questão do amor foi invocada no tribunal do júri, pelo movimento feminista, inclusive por diversas opiniões registradas nos jornais. No caso de Lindomar Castilho, desde o primeiro julgamento, as feministas manifestaram-se na porta do Primeiro Tribunal do Júri da cidade de São Paulo, gritando o slogan: “quem ama não mata”, “sem punição mais mulheres morrerão”. O jornal Diário da Manhã, de Goiânia, acompanhou todos os passos de investigação policial, até a condenação do cantor. O crime causou revolta no grupo, pelo fato de continuar fazendo shows normalmente após cometer o crime: Dado confirmado no jornal Diário da Manhã, com a matéria intitulada: Primeiro Show após o crime. Lindomar ainda crê na paz e no amor. *Diário da Manhã*, Goiânia, 02 de outubro de 1981, p.02).

Percebe-se então, as questões do amor, do ciúme e do argumento defensivo de ter agido em um momento sob forte emoção, tornaram-se os principais dispositivos atuantes no problema da violência contra a mulher, especialmente nos chamados crimes passionais. Ressaltei esses crimes alegados sob o argumento do amor, para demonstrar a ênfase dos jornais ao assunto. A imprensa, ao discutir se o agressor assassinou por amor ou por ter agido sob um momento de forte emoção, demonstra que o problema, doravante, foi colocado em termos das causas e das origens dessa violência.

Nesses casos específicos de crimes, eram essas noções românticas que permaneciam nas justificativas dos criminosos. Ou seja, houve uma mudança nas interpretações dessas noções. No contexto das décadas de 1930 e 1940 elas eram associadas ao romantismo do século XIX, foram alvo de campanhas contra os crimes passionais que atingiam a honra das famílias e significavam um retrocesso à civilização. Todavia, essas noções românticas como justificativas dos agressores permaneceram na sociedade, ligadas ao sensacionalismo da imprensa, do tribunal do júri e da própria parte da população. Isso permitiu que essas noções fossem realmente contestadas pela sociedade, suscitando novas forças atuantes, como os grupos feministas que surgiram na década de 1980.

Diferentes segmentos da sociedade, como as feministas, os advogados, juízes, dentre outros, passaram a explicar, de acordo com suas opiniões específicas, o que pensavam dessas noções românticas como justificativas da violência contra a mulher.

Dessa forma, foi após a atuação do movimento feminista que os crimes passionais foram destacados na sociedade e especialmente na imprensa escrita. Por isso destaca-se novamente esse conceito relativo aos crimes cometidos por paixão. Com aponta Eluf (2003, p.111), de todo crime conceituado como passional derivam, no sentido amplo do termo, os crimes decorrentes de uma paixão. Vários tipos de homicídios, muitas vezes, são classificados como passionais. Todavia, na linguagem jurídica, o termo passional designa apenas os crimes cometidos em razão de relacionamento sexual e amoroso.

No dia 02 de agosto de 1981, o Diário da Manhã divulgou uma matéria extra intitulada: “Assassinatos de Mulheres. Os Casos que abalaram Goiás”. A reportagem é rica em problematizações sobre as causas dos crimes passionais, preenchendo cinco folhas do jornal. Ela exemplifica como essas noções românticas passaram a ser problematizadas. Segundo a matéria,

[...] Ao todo, de janeiro até agora, apenas o Diário da Manhã noticiou que outras 14 mulheres foram mortas pelos seus maridos, ex-maridos, companheiros, todos que diziam amá-las, a tiros de revólver, golpes

de machado, espancamentos e facadas. As razões apresentadas pelos assassinos são invariavelmente seu próprio ciúme e pretensa infidelidade conjugal das vítimas. E numa sombria perspectiva de impunidade para esses criminosos, somente neste ano já foram absolvidos dois matadores de mulheres. Em maio, foi absolvido Agnaldo Nepomuceno que, no dia 22 de outubro de 1976, matou sua amante Divina Lima de Souza, com várias facadas. Sua liberdade deveu-se a um simples atestado médico que o definia como epilético, e portanto, inconsciente dos seus atos. No mês de junho, sustentando a tese de “legítima defesa da honra” [...] foi igualmente absolvido Divino Vieira da Cunha [...].

Nota-se que as questões relativas à impunidade, ao amor, o ciúme, a infidelidade, mas também a legítima defesa da honra, permeavam o debate sobre esses crimes. Porém, a grande preocupação era com o índice de mortalidade de mulheres vítimas de agressões cometidas por seus parceiros. Os abusos sofridos pelas vítimas, por meio de facadas e espancamentos, tornam visível o conjunto das marcas da violência inscrita nos seus corpos.

A dimensão da violência física registrada nos jornais reflete a inversão do significado dessas noções românticas que permeavam as relações conjugais. Elas não estão mais ligadas a uma violência a qual afeta a moral e a honra das mulheres, da família, mas a uma violência que gera danos físicos na vítima de agressão, até no limite, a morte. Todavia, as noções de amor, de paixão associadas a fatores médicos, psicológicos e médicos, mesmo não sendo mais respaldadas pelo código penal de 1940, continuaram presentes.

Para Eluf (2003, p.11), “a paixão que move a conduta criminosa não resulta do amor, mas sim do ódio, da possessividade, do ciúme ignóbil, da busca da vingança, do sentimento de frustração aliado à prepotência.”

No dia 17 de julho de 1983, o jornal Diário da Manhã publicou uma cronologia dos assassinatos ocorridos nesse mesmo ano, tanto nas cidades do interior, quanto em Goiânia:

[...] 18 de abril – Em Pires do Rio, Terezinha de Jesus Ribeiro era morta a tiros e facadas por seu cunhado Milton Luz Vieira. Motivo: ciúmes. 14 - de maio – O fazendeiro Sebastião Alves Garcia, de 50

anos, que estava separado de sua esposa [...], em virtude dos espancamentos constantes, tentou-se reconciliar. Maria não aceitou e foi morta a tiros. Dois dias depois, o gerente da fazenda São Bento, em Bela Vista [...], discutiu com sua mulher [...]. Ele pensava que estava sendo traído pela esposa e, inconformado com esse pesadelo que o perseguia, esfaqueou Valdeci até a morte e depois se suicidou com um tiro no peito [...]. 9 de junho-Vanderlei de Moura Rodrigues estava separado judicialmente de sua mulher [...]. Tentou fazer com que ela desistisse da ação de desquite. Não conseguiu e matou-a com dois tiros [...]. (Polícia. 15 mulheres mortas em 60 dias. *Diário da Manhã*, Goiânia, 17 de julho de 1983. p. 24).

Essas causas dos crimes contra as mulheres apoiadas nas justificativas dos agressores, eram apreendidas como uma ameaça às vítimas de agressão. O Grupo Feminista de Estudos afirmava:

[...] O AMOR. Com relação à afetividade, ao sentimento que se presume existir em uma relação mulher/homem, muitas ressalvas se têm a fazer [...]. Como podemos falar de amor em uma relação onde um domina e o outro é dominado? [...] Será possível falarmos em amar uma pessoa, ao mesmo tempo em que a ignorarmos enquanto sujeito? Será possível amarmos uma pessoa que nos oprime e nos sufoca? [...] (Feminismo. Grupo Feminista de Estudos. *Diário da Manhã*, Goiânia, 22 de julho de 1982, p.43).

Para as feministas da década de 1980, todas as causas relacionadas ao problema da violência contra a mulher estavam inseridas nas relações desiguais entre os sexos construídas historicamente. O próprio amor era associado à relação de dominação.

Deste modo, destaca-se esses crimes para enfatizar que, após a década de 1980, há um novo cenário diante dessas noções românticas que sempre fizeram parte dos crimes passionais. Quando esses crimes se tornam em um problema social, ligado a uma violência contra a própria mulher, por meio das denúncias dos grupos feministas e diversos segmentos da sociedade, essas noções passam a ser questionadas em relação a suas origens sociais; sejam elas nas formas de educação que geram a desigualdade entre os sexos, a sociedade patriarcal, nas formas culturais da sociedade, ligadas à questões da religião ou de problemas de gênero.

Portanto, essas noções românticas deixaram de ser apenas uma associação ao romantismo do século XIX, ao estado de loucura dos agressores e se transformaram em alvos de condenação social, após a década de 1980. Dessa forma, pode-se enfatizar que do romantismo à condenação social, às noções de amor, de ciúme, de problemas psicológicos, médicos sempre fizeram parte do cenário dos crimes contra as mulheres, independente das diferentes interpretações em épocas distintas.

REFERENCIAS

ABREU, Mayra Regina Saraiva de. **Cidadania, Movimento Feminista e Feminismo Pragmático em Goiás**. 2002. 114 f. (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal de Goiás, 2002.

ÁRIES. Philippe. Por uma história da vida privada. In: CHARTIER, Roger (org.). **História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

AZEVEDO, Maria Amélia de. **Mulheres Espancadas: A violência denunciada**. São Paulo: Cortez, 1985.

BESSE, Susan.K. Crimes Passionais: A Campanha contra Assassinatos de Mulheres no Brasil: 1910-1940 In: BRESCIANI, Maria (org). **A Mulher no Espaço Público**. São Paulo: Anpuh, 1989. p. 181-197.

CAULFIELD, Suan. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas: Unicamp, 2000.

CHAUL, Nasr NAGIB Fayb. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. 2 ed. Goiânia: UFG, 2001.

COSTA. Jurandir Freire. **Ordem médica e ordem familiar**. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

DONZELOT, Jaques. **A polícia das famílias**. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e Doutores. Saber Médico e Prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ELUF, Nagib. **A paixão no banco dos réus: casos passionais célebres: de Pontes Vigueira a Pimenta Neves**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

PESAVENTO, Sandra. **Uma outra cidade. O mundo dos excluídos no final do século XIX**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

FAUSTO Boris. **Crime e Cotidiano: A Criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

FARGE, Arlete. Famílias. A honra e o sigilo. In: CHARTIER, Roger (org.). **História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GROSSI, Mirian Pillar. Rimando amor e dor: Reflexões sobre a violência no vínculo afetivo conjugal. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Mirian Pillar. (org). **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinidade**. Florianópolis: Mulheres, 1998.

JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ, 1981, 1982, 1983, 1987, 1988.

JORNAL O POPULAR: 1990.

LYRA, Roberto. **O amor e a responsabilidade criminal**. São Paulo: Saraiva, 1932.

ROCHA, Maria José P.; BICALHO, Elizabete. **Luta e resistência de mulheres em Goiás (1930-1993)**. Goiânia: UCG, 1999.

SOARES, Bárbara Musumeci. **Mulheres Invisíveis. Violência Conjugal e as novas políticas de segurança**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

SORJI, Bila. O Feminismo e os Dilemas da Sociedade Brasileira. In: BRUSCHINI, Cristina. ; UNBEHAUM, Sandra G. (Org). **Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira**. São Paulo: FCC/ Ed.34, 2002.

TELES, José Mendonça. **A Imprensa Matutina**. Goiânia: Cerne, 1989.

RAYMOND WILLIAMS E O CONCEITO DE CULTURA: ALGUMAS PONTUAÇÕES

Lívia Brisolla

liviabrisolla@gmail.com

Universidade Federal de Goiás

Doutoranda

Agência Financiadora: Capes

Co autora: Estelamaris Brant Scarel

estelaprof@bol.com.br

Universidade Federal de Goiás

Doutoranda

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a partir da obra do sociólogo Raymond Williams o conceito de cultura. Apresenta-se também o histórico da vida acadêmica de Raymond Williams e sua estreita relação com a cultura. Compreende-se a ideia de cultura a partir do seu percurso histórico. Busca-se entender o conceito de hegemonia e sua aproximação com os termos “base” e “superestrutura”. Propõe-se uma reflexão histórica com base em autores como Raymond Williams, Alfredo Bosi e Antonio Gramsci das ciências sociais na intenção de evidenciar a complexidade e as singularidades imbricadas no conceito de cultural após a Revolução Industrial. Reflete-se assim, sobre os impactos do crescimento industrial capitalista e suas principais mudanças na sociedade e, sobretudo, sua relação com a cultura.

Palavras-Chave: Cultura, Conceito, Raymond Williams

Abstract

This article aims to analyze from the work of sociologist Raymond Williams the concept of culture. It also presents the history of the academic life of Raymond Williams and his close relationship with culture. One understands the idea of culture from its historical path. Seeks to understand the concept of hegemony and its convergence with the terms "base" and "superstructure". We propose a historical reflection based on authors such as Raymond Williams, Antonio Gramsci Alfredo Bosi and social sciences in an attempt to highlight the complexity and overlapping singularities in the concept of culture after the Industrial Revolution. It reflects well on the impacts of industrial growth capitalist and major changes in society, and especially its relationship to culture.

Keywords: Culture, Concept, Raymond Williams

Introdução

Neste texto, pretende-se trazer algumas contribuições acerca do conceito de cultura e da relação entre cultura e hegemonia, fundamentada nas concepções de autores como Alfredo Bosi, Antonio Gramsci e Raymond Williams. O interesse no presente tema surgiu a partir do estudo aprofundado da obra *Cultura e Materialismo* de Raymond Williams.

Não se intenciona dissecar por completo o tema, mas apenas apresentar-se uma visão geral e ao mesmo tempo sucinta sobre a ideia de cultura. Dessa forma, num primeiro momento, propõe-se uma breve visão sobre o surgimento do conceito e, para isso, faz-se necessário compreender o cenário histórico e social a partir da Revolução Industrial. No segundo momento percorrer-se-á a história de vida de Raymond Williams, no sentido de buscar-se aparato para o entendimento da sua trajetória de vida acadêmica científica. Já no terceiro momento explica-se o presente objeto de reflexão, a fim de, a partir da sua compreensão, captar o conceito de hegemonia que é o assunto do quarto momento.

Antes de apresentar-se o conceito de cultura, torna-se importante entender suas origens, no que se refere à história e aos significados desse termo, assim como sua função social.

A palavra cultura surgiu a partir do pensamento dos ingleses na época da Revolução Industrial, cuja sociedade naquele período era dividida em população rural e urbana. A Revolução Industrial já existia na Europa antes da constituição desse modelo de produção, mas foi somente por volta do século XVIII que o processo industrial ganhou mais força ao se organizar como um novo sistema, consequentemente consolidando-se como um paradigma hegemônico, pelo menos na Europa daquele período histórico. Nas palavras de Hobsbawm (2011)

A maior parte da expansão industrial do século XVIII não levou de fato e imediatamente, ou dentro de um futuro previsível, a uma revolução industrial, isto é, à criação de um ‘sistema fabril’ mecanizado que por sua vez produz em quantidades tão grandes

e a um custo tão rapidamente decrescente a ponto de não mais depender da demanda existente, mas de criar seu próprio mercado (HOBSBAWM, 2011, p. 64).

Esse crescimento tinha como primeiro mandamento o lucro, no intuito de comprar mais barato e vender mais caro. Nessa perspectiva, percebe-se um impacto sobre a sociedade que, segundo Williams (2011b), produziu um modelo de mudança, ou melhor, uma sociedade nova, que invadiu a maior parte do mundo, naquele momento, principalmente os grandes centros como Inglaterra e França. Foi um marco histórico decisivo, em que “[...] novas formas de pensamento e de arte foram criadas como reação a elas” (WILLIAMS, 2011b, p.11).

O crescimento industrial no modo de produção capitalista representou a principal mudança estrutural na sociedade e, conseqüentemente, sua relação com a cultura. O atrelamento sociedade e cultura são importantes para se pensar a obra de Williams, bem como a contribuição de outros teóricos, que procuram encontrar respostas para [...] as transformações sociais, políticas e econômicas pelas quais estão passando. Respostas estas que muitas vezes se repetem dentro de uma mesma tradição e que propõem soluções para o ‘estado das coisas’ (TAVARES, 2008, p.14)

Williams (2011b) não propôs refletir sobre a cultura isolada da sociedade, mas considerando as ações e acontecimentos que foram responsáveis pelas transformações sociais, políticas e econômicas vivenciadas por aquele contexto.

Para se compreender como a ideia de cultura se consolidou nos séculos XVIII e XIX, convém que se lance um breve olhar sobre os séculos XVI e XVII no que tange a esse conceito entre estes séculos, o termo cultura significou, por semelhança, o cuidado com o desenvolvimento humano e o cultivo das mentes deixando de se tratar apenas da terra e dos animais. Com o advento do processo de dominação política e econômica europeia, o intuito foi o de consolidar a diferença entre o culto e não culto para reforçar o poder do colonialismo.

Já nos séculos XVIII e XIX, o termo passa a ser utilizado para designar o próprio estágio civilizatório da humanidade. Naquele espaço temporal, o homem vive uma relação de interdependência, gerada pela produção e relação do indivíduo com o

produto, essas relações são materiais. Segundo Marx (1993) o material do trabalho e o homem se conectam pela história constituindo-se no quesito social e universal de todo o movimento de produção. É essa forma de produção humana que contribui para o processo civilizatório no campo da cultura na sociedade industrial.

Esse processo na sociedade capitalista não se desvincula das mudanças ocasionadas no campo da cultura, mudanças essas causadas por lutas e divisões internas, por conseguinte revestindo essa cultura de um caráter hegemônico. Tal hegemonia, conforme Williams (2011b) que interfere no desenvolvimento dos processos culturais dos indivíduos que se encontram presentes naquela sociedade.

A compreensão do conceito de cultura é estudada em diferentes áreas do conhecimento humano, pois a cultura se concretiza na relação do homem com o outro e nas suas relações com o trabalho. Em face disso, constata-se a influência da sociedade em diferentes momentos históricos na construção desse conceito, assim como a hegemonia presente nos diversos campos de atuação do homem em sociedade. É o que se tentará fazer neste estudo, conforme já se pontuou.

1. Considerações sobre a história acadêmico-científica de Raymond Williams

Raymond Williams nasceu em uma cidadezinha chamada Pandy, um local situado na fronteira entre o País de Gales e a Inglaterra. Sua família era socialista e, por isso, sua infância foi vinculada ao movimento dos trabalhadores desde muito cedo. Na fase escolar se dedicou pouco às leituras que não fossem os livros didáticos, esse comportamento ainda refletiu no ensino médio (TAVARES, 2008). De família proletária, em casa possuía poucos livros, com exceção da bíblia, do manual de criador de abelhas e livros populares para crianças. Primava por livros da área de literatura e linguística – inglês, francês e latim. A visão crítica de Williams sobre o ensino de história era a seguinte:

A história que nós aprendemos na escola elementar foi uma variedade tóxica de um chauvinismo galês romântico e medieval dado pelo nosso mestre-escola. As leituras não eram tão terríveis, mas do tipo de como um príncipe medieval galês derrotara os saxões e pegara deles grandes quantidades de gado e ouro. Tudo isso me engasgava. Não era somente porque ela não tinha conexão. Ela era absolutamente contraditória com o que nós éramos agora [...] Eu não senti qualquer perda naquele tempo. Mas eu senti essa perda enormemente mais tarde, quando tive que me estabelecer e ler o corpo principal da história britânica – incluindo, naturalmente, a história do País de Gales (WILLIAMS apud Tavares, 2008, p. 31).

Estudou na universidade de Cambridge nos Estados Unidos e cursou Letras, sendo membro do Partido Comunista do Clube Universitário Socialista. Foi nesse período que ele conheceu, dentre importantes teóricos, Eric Hobsbawm, e juntos escreviam informativos e artigos para o Partido Comunista (TAVARES, 2008).

Williams se desligou do Partido Comunista ao se alistar no exército britânico, [...] “serviu como capitão no regimento Antitanques da Guarda da Divisão entre 1941 e 1945, participando das ações militares da Normandia à Alemanha” (TAVARES, 2008, p.07). Após a 2ª Guerra Mundial, ele se sentiu desmotivado por não estar mais ativo nas discussões dentro das universidades, pois sua geração já não era mais a mesma, havia uma diferença expressiva naquela cultura, é o que se percebe na exposição abaixo:

[...] Eu constatei que uma única palavra me preocupava, cultura, que parecia escutar-se com muito mais frequência: não só, naturalmente, em comparação com as conversas em um regimento de artilharia ou em minha própria família senão em um cotejo direto com o ambiente universitário de poucos anos atrás (WILLIAMS apud Tavares, 2008, p.34).

O interesse pela cultura nasceu de sua observação no que se refere à utilização da palavra antes e depois da guerra. Antes da guerra o significado de cultura percorria dois caminhos

Um típico dos ‘salões de chá’ e que parecia significar uma espécie de superioridade social, não pelas idéias ou educação escolar e nem pelo dinheiro ou posição, mas pelo comportamento, pelo gosto refinado, algo como que uma permanência da sociedade de corte. O outro sentido seria aquele

relacionado ao que chamamos cultura artística, ou seja, o conhecimento de poemas, romances, cinema, artes plásticas, teatro, etc (TAVARES, 2008, p.34).

Após a guerra ele constatou que cultura estava mais ligada à particularidade do modo de vida da sociedade, como cultura inglesa, cultura francesa e outras. De seu interesse pelo conceito de cultura derivou a obra *Cultura e Sociedade*, lançado em 1958. No livro, o autor faz uma crítica à relação entre *Cultura e Sociedade*. Foi a partir dessa obra que iniciou sua trajetória intelectual, pautada em princípios marxistas do pós-guerra. Foi um escritor que imergiu em diferentes categorias como críticas literárias e dramáticas, sociologia e ficção.

No sentido de contribuir para novos conhecimentos, Williams resignou o conceito de cultura a partir de contribuições de autores como Gramsci, Benjamin, Adorno e outros. A preocupação do autor era a de dar mais atenção à cultura, enquanto pensamento teórico, no sentido sendo de contribuir socialmente. O livro destacou-se e o ajudou a voltar à Cambridge em 1961, tornando-se professor de Dramaturgia. A obra *Cultura e Sociedade* mapeia a história das questões culturais presentes na tradição britânica entre 1780 a 1950 e discute a mudança da ideia de cultura.

Outra importante contribuição de Raymond Williams é a obra intitulada *Cultura e Materialismo*, escrita entre 1958 e 1959. A obra, com base na concepção marxista e na política socialista, aborda temas como literatura e sociologia, teoria da cultura e da natureza, formas de produção cultural dominante, como também trata de discutir as estruturas da sociedade capitalista tardia e de uma posterior ordem socialista.

Enfim, esse é em linhas gerais, o percurso teórico-metodológico do autor que se pode vislumbrar na presente reflexão.

2. Cultura em Raymond Williams

Autores como Richard Haggart, William Morris e Edward Thompson, dedicaram-se a escrever sobre o momento efervescente que cresceu com a Revolução

Industrial a qual deu início a uma nova tradição intelectual e política na Europa. Foi a partir desses autores que Raymond Williams fundamentou seus escritos com vistas à compreensão do significado de cultura.

Cultura está diretamente ligada as grandes mudanças históricas. Nesse sentido, ela [...] não foi apenas uma reação aos novos métodos de produção, à nova indústria” (WILLIAMS, 2011a, p.20). A ideia de cultura queria ultrapassar os muros da nova industrialização, não sendo apenas uma reação e sim uma relação complexa aos problemas de classe social e democracia. Na arte, sua reação foi ao modo de experiência pessoal, no entanto, não pode ser refletida como mais um processo social, ela é cultural assim como outras práticas humanas. Esses pontos traçados são um primeiro passo para a compreensão da ideia de cultura em Raymond Williams.

Para refletir sobre o conceito de cultura com base em Raymond Williams se faz necessário pensar sobre os termos “base” e “superestrutura”. Para ele esses dois termos são considerados elementos ilustrativos para possível análise cultural marxista. O termo base é determinante e compete ao campo social, no qual as diferentes instituições se fazem presentes. Instituições podem ser compreendidas no campo jurídico, político, religioso, educação e outros. De acordo com Williams (2011a)

Base é a existência social real do homem. ‘A base’ são relações reais de produção que correspondem a uma fase do desenvolvimento das forças produtivas materiais. ‘A base’ é um modo de produção em um determinado estágio de seu desenvolvimento. Tomamos e repetimos proposições desse tipo, mas o seu uso é bastante divergente da ênfase de Marx nas atividades produtivas em relações estruturais específicas que constituem o alicerce de todas as outras atividades (WILLIAMS, 2011a, p.46).

Durante algum tempo, “a base” foi pensada como um objeto de forma estática. Para Marx (1993) essa compreensão não é tão simples, pois pairam contradições nas relações de produções, assim como nas relações sociais.

Na concepção de Williams (2011a) a palavra base se refere a um processo, nessa perspectiva ela é dinâmica e sofre variações advindas da superestrutura, é o que se percebe na seguinte afirmação:

Temos de reavaliar a ‘superestrutura’ em direção a uma gama de práticas culturais relacionadas, afastando-a de um conteúdo refletido, reproduzido ou especificamente dependente. E, fundamentalmente, temos de reavaliar ‘a base’, afastando-a da noção de uma abstração econômica e tecnológica fixa e aproximando-a das atividades específicas de homens em relações sociais e econômicas reais, atividades que contêm contradições e variações fundamentais e, portanto, encontram-se sempre num estado de processo dinâmico (WILLIAMS, 2011a, p.47).

O termo “superestrutura” é determinado e pode ser entendida como o campo das ideias, conseqüentemente, não pode ser pensada de forma isolada e sim em consonância com a economia e a política.

Ainda de acordo com a análise de Williams (2011a), a ‘superestrutura’ aponta alguns pressupostos. Um primeiro é a noção de reflexo ou reprodução da realidade da base, pois certos tipos de atividades no campo cultural, como a filosofia, encontram-se afastados de atividades econômicas primárias. Um segundo ponto que se deve considerar é a análise a partir desses pressupostos mais contemporâneos, em termos de “mediação”, por meio da qual a superestrutura acontece de forma ativa, não se limitando à mera reflexão ou reprodução e, sim, a partir das práticas culturais relacionadas.

A base não se reduz à economia e sim às atividades complexas que sofrem mudanças num processo dinâmico, ligado às forças produtivas. Para se entender melhor o lugar das forças produtivas, convém observar a seguinte afirmação de Williams (2011a, p.48) “o fabricante de pianos é a base, mas o pianista é a superestrutura”. Como se pode ver, trata-se de uma concepção marxista acerca da relação de produção de mercadorias na sociedade capitalista.

Para o teórico, a cultura produz a realidade, enquanto energia produtora que impulsiona a construção do mundo historicamente. Para isso, há relação de meios materiais como, por exemplo: a língua, a escrita e outros. O produto cultural se constitui a partir das relações sociais que modificam a consciência prática que a produz.

Aqui tem que se levar em conta as contradições pairam sobre a ideia de cultura ao considerá-la de todos e ao mesmo tempo não ser igual para todos. A desigualdade no âmbito da produção capitalista inviabiliza, na prática, o direito aos processos simples pelos quais a igualdade do ser é pretendida. Dessa forma, percebe-se o quanto é desafiador tratar a teoria da cultura na categoria marxista, mas torna-se imprescindível conhecer suas nuances e seus espaços de reflexão. Este é um processo dinâmico que abarca implicações seja na vida intelectual, seja nas artes, exigindo espaço de reflexão mais amplo. Daí a necessidade de se refletir sobre o conceito de hegemonia para melhor compreender a cultura.

3. Hegemonia

Outro importante conceito que não pode ficar à deriva da presente discussão é o termo hegemonia que, para Williams (2011a), é complexo e não pode ser desprezado. Hegemonia abarca a realidade da dominação, e suas estruturas internas “[...] devem ser renovadas, recriadas e defendidas de forma contínua; pelo mesmo motivo, podem ser constantemente desafiadas e, em certos aspectos, modificadas” (WILLIAMS, 2011a, p. 52). Diante disso, percebe-se que hegemonia, assim como cultura, não são termos estáticos, uma vez que promove um movimento de caráter interno que é contínuo.

Para se captar, então, esse movimento estrutural constante faz-se necessário um olhar histórico sobre uma determinada época da sociedade, no sentido de se levantar os aspectos históricos neles presentes. Nesse sentido, “[...] em qualquer sociedade e em qualquer período específico há um sistema central de práticas, significados e valores que podemos chamar apropriadamente de dominante e eficaz” (WILLIAMS, 2011a, p.53). Esse sistema central, para o autor, pode ser entendido como um sistema carregado

de significados e valores que não são contemplativos ou desprovidos de uma essência. Nas suas palavras:

Trata-se de todo um conjunto de práticas e expectativas; o investimento de nossas energias, a nossa compreensão corriqueira da natureza do homem e do seu mundo. Falo de um conjunto de significados e valores que, do modo como são experimentados enquanto práticas, aparecem confirmando-se mutuamente. A hegemonia constitui, então, um sentido de realidade para a maioria das pessoas em uma sociedade, um sentido absoluto por se tratar de uma realidade vivida além da qual se torna muito difícil para a maioria dos membros da sociedade mover-se, e que abrange muitas áreas de suas vidas (WILLIAMS, 2011a, p.53).

Como se pode verificar, sua concepção no sentido de um conjunto de práticas amplia-se e configura-se em conexão com a realidade trazida ou experimentada para a maior parte das pessoas de uma determinada sociedade. Entretanto, como já se mencionou, não como um sistema estático e abstrato, e sim como um processo social, como, por exemplo, a educação, conforme expõe o autor:

As instituições educacionais são geralmente as principais agências de transmissão de uma cultura dominante eficaz, e essa é agora uma atividade tanto econômica quanto cultural prioritária; na verdade, são ambas ao mesmo tempo (WILLIAMS, 2011a, p.54).

O processo educacional é um espaço de contínua formação social, por isso não se pode considerá-lo somente como um espaço ideológico, mas atribuir-lhe forças constantes num movimento flexível de aproximação e distanciamento de práticas de uma cultura dominante.

Williams (1979) define a cultura como um “processo social total” e argumenta que a hegemonia vai além do conceito de cultura, porque esse processo relaciona-se com distribuições específicas de poder. No entanto, esse processo social, que não é vivido numa consciência ‘falsa’, mas como um senso comum, que inclui as relações de

dominação e subordinação como uma saturação efetiva do processo de vida como um todo, não consiste numa atividade social, mas também de todas as relações vividas.

Uma estrutura eficaz de domínio contínuo de uma classe hegemônica nunca fala de um processo estático. Williams (1979) considera que a hegemonia é de fato uma cultura, mas uma cultura que deve ser considerada também como a dominação viva e subordinada a classes particulares.

Uma hegemonia vivida é sempre um processo. Não é, exceto analiticamente, um sistema ou uma estrutura. É um complexo realizado de experiências, relações e atividades, com pressões e limites específicos e mutáveis. Isto é, na prática a hegemonia não pode nunca ser singular. Suas estruturas internas são altamente complexas, e podem ser vistas em qualquer análise concreta. Além do mais (e isso é crucial, lembrando-nos o vigor necessário do conceito), não existe apenas passivamente como forma de dominação. Tem de ser renovada continuamente, recriada, defendida e modificada. Também sofre uma resistência continuada, limitada, alternada, desafiada por pressões que não são as suas próprias pressões (WILLIAMS, 1979, p.113).

Como se percebe, o autor esclarece a questão da hegemonia como sendo importante, ao afirmar que a cultura é produzida e reproduzida pelo próprio homem. E sua ação move o mundo, uma ação que acontece de forma coletiva, pois toda a produção individual na realidade é produção social.

Em síntese, a cultura é o espaço hegemônico de constante produção das práticas, significados e valores que alimentam o debate sobre os destinos da sociedade. A totalidade é a configuração teórica que engloba essas práticas, significados e valores, sua história e seus limites, cuja meta é a impor determinadas direções para a construção do futuro.

4. Outras contribuições

Apesar de este não constituir no objeto da presente reflexão, crê-se que se tornam-se necessários fazer-se umas breves pontuações sobre outros olhares a respeito da concepção de cultura.

A análise do conceito de cultura para Bosi (1992) está sedimentada na história da sociedade no que se refere às concepções de colonização, no cuidado e cultivo da terra e como espaços de interações sociais. É neste sentido que o autor vincula o termo cultura historicamente aos conceitos “*colo*”, “*cultus*” e “*culturus*”. “*Colo*”, entendida como “matriz de colônia enquanto espaço que se está ocupando, terra ou povo que se pode trabalhar e sujeitar” (BOSI, 1992, p.11). Já o termo “*Cultus*” [...] atribuía-se ao campo que já fôra arroteado e plantado por gerações sucessivas de lavradores. *Cultus* traz em si não só a ação sempre reproposta de *colo*, o cultivar através dos séculos, mas principalmente a qualidade resultante desse trabalho e já incorporada à terra que se lavrou (BOSI, 1992, p.13).

Verifica-se que esse termo “*Cultus*” esta relacionado a dois aspectos, um no sentido dos campos já trabalhados por gerações, o que foi cultivado. E o outro, no sentido de enterro dos mortos, ritual em memória dos antepassados.

E o um último termo “*Culturus*”, entende-se “[...] o que vai trabalhar, o que se quer cultivar. O termo, na sua forma substantiva, aplicava-se tanto às labutas do solo, agri-cultura, quanto ao trabalho feito no ser humano desde a infância” (BOSI, 1992, p.16).

Ambos os termos, “*colo*”, “*cultus*” e “*culturus*”, relacionam-se com a ideia de colonização, domínio de território, tanto do passado quanto do futuro. Cultura, assim se origina de um processo de colonização que se configurou no diversos âmbitos da vida social, política e econômica.

Ainda para Bosi (1992) “[...] cultura é o conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social”. Na organização da vida mais civilizada, cultura recebe o sentido de condição humana de vida de forma mais ou menos consciente pelas classes sociais. Nessa perspectiva, considera-se uma “[...]”

consciência grupal operosa e operante que desentranha da vida presente os planos para o futuro” (BOSI, 1992, p.16).

Para Williams (2011), Bosi (1992) e Gramsci (2001), não há espaço para a cultura popular e cultura erudita, pois há uma relação de interdependência, e nesta lógica se existe culturas diferentes, não existe hegemonia. No texto “Dialética da colonização”, de Bosi (1992), percebe-se que a cultura esta relacionada à memória de tradição seculares, isto é, que existe há muito tempo.

Com base no pensamento de Bosi (1992) cultura ainda pode ser entendida como processo de transformação dinâmica com traços que permanecem enquanto tradição.

Já na concepção de Gramsci (2001), não se separa economia, política e cultura, pois nessas três dimensões há um equilíbrio. Para esse autor, cultura não é sinônimo de hegemonia e de ideologia, pois, hegemonia é mais do que cultura, é a materialização dos sentidos e significados que cada grupo atribui. Segundo este mesmo autor, o cultural é aceito como um espaço estratégico na luta para ser espaço articulador de conflitos. Além disso, Gramsci (2001) estabelece o termo cultura como um processo de auto-domínio e autoconhecimento, que pode ser compreendido como o alicerce de uma consciência crítica, uma ‘nova cultura’, apesar de ser vista por alguns autores de forma idealista, por isso fortemente criticada.

De acordo com Gramsci (2001), a cultura não se constrói no homem enquanto indivíduo ou mesmo no coletivo de forma espontânea e natural por meio de ações e reações independentes à própria vontade. O homem é uma criação histórica sendo, assim, possível alcançar a consciência crítica, que é o alicerce da cultura.

Na perspectiva dos estudos culturais, o termo possui sentido diferente, pois prioriza o estudo do multiculturalismo, que tem por fundamento divergentes categorias culturais como o estudo de grupos que se unem por concepções parecidas, como, por exemplo, os grupos dos homossexuais, das crianças e outros numa discussão acerca da subjetividade sobre a organização e experiências de determinado grupo. Nesse sentido, a diferença social não ganha espaço e sim as diferenças culturais. A crítica que se faz aos estudos culturais recai justamente na sua ausência de fundamentação teórica nas diferentes áreas do conhecimento, como a sociologia, antropologia, filosofia, e outras.

Considerações finais

Os estudos sobre a cultura foram respeitáveis pela nova forma de enxergar e atribuir significados culturais para a sociedade. A contribuição e legado teórico deixado por Raymond Williams é de extrema importância na medida em que sinaliza as formas de transformações dos sentidos e da própria função social da cultura ao longo dos tempos e, por conseguinte, chama a atenção para as contingências presentes nos contextos sociais.

Frente aos aspectos aqui expostos sobre a concepção de cultura, compreende-se que ela estará sempre reinterpretada por diferentes autores em diferentes épocas históricas. Isso demonstra uma dimensão de movimento no curso da história. A cultura se constitui não só enquanto trabalho, ou reposição das necessidades humanas, por meio de produtos materiais gerados pelo trabalho, mas se constitui também como um sistema de significado pelo qual uma ordem social é comunicada, reproduzida, experimentada e explorada.

Sendo assim, partir do conceito de hegemonia, advertido por Gramsci para se entender que as práticas culturais deixar de ser relativamente simples, estáticas e de uso comum, uma vez que a hegemonia é o conceito que “[...] corresponde à realidade da experiência social muito mais nitidamente do que qualquer outra noção derivada da fórmula de base e superestrutura” (WILLIAMS, 2011b, p.51).

Para Williams (2011a), a cultura é entendida como uma construção de sentidos e significados impregnada pela dinâmica dos processos. Esta, por sua vez, está carregada de definições e valores experimentados como práticas concretas e centradas por transformações e acomodações entre a cultura dominante e de formas residuais emergentes¹.

Contudo, destaca o teórico que, ao invés da hegemonia, deve-se, partindo do seu fundamento, pensar-se em uma forma de análise que enxergue as relações de dominação

¹ Emergente no sentido de que “[...] novos significados e valores, novas práticas, novos sentidos e experiências estão sendo continuamente criados” (WILLIAMS, 2011a, p.57).

e subordinação presentes nas consciências práticas, e principalmente, refletir sobre “[...] permite esse tipo de variação e contradição, com seus conjuntos de alternativas e seus processos de mudanças” (WILLIAMS, 2011b, p.52). Pois, uma cultura dominante não permite que muito dessa consciência fique fora do seu domínio, entretanto mesmo sobrepressões algumas formas de resistência sobrevivem.

A cultura, nesta perspectiva, instiga e propõe alternar realidades sociais que colaborem para o crescimento do ser humano no intuito dele desenvolver seu lugar enquanto possibilidade de se tornar um cidadão crítico e socializado. Por isso, a urgência em se chamar a atenção para o estudo da cultura, pois ele tende a ser pouco discutido na atualidade, a fim de se compreender, de fato, a dinâmica social cultural com todas as contradições.

REFERÊNCIAS

- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- GRAMSCI, Antonio. **Caderno do cárcere**. São Paulo: Civilização Brasileira. Vol. 1 e 4, 2001.
- HOBBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- MARX, Karl. **Manuscritos Econômico -Filosóficos**. Trad. Artur Morão, Lisboa: Edições 70, 1993.
- TAVARES, Hugo M. Raymond Williams: pensador da cultura. In: **Revista Ágora**. Vitória, n. 8, p. 1-27, 2008.
- WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. Trad. André Glaser. São Paulo: Unesp, 2011a.
- _____. **Cultura e sociedade**. Trad. Vera Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2011b.
- _____. **Marxismo e literatura**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

A PAIDÉIA ATENIENSE E A KYLIX F2285 DE DOURIS.

Luana Neres de Sousa

Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

neresluana@gmail.com

Resumo: A sociedade ateniense do período clássico atribuía uma atenção muito particular à formação de seus cidadãos, exercendo a Paideia um papel proeminente no exercício da cidadania. Nosso objetivo neste artigo é identificar os elementos que constituíam a Paideia ateniense presentes na *kylix* F2285 de Douris, comparando-os à descrição proferida por Protágoras acerca da educação básica recebida pelos filhos dos eupátridas no diálogo platônico que leva seu nome.

Palavras-chave: Paideia, Douris, Protágoras.

Abstract: The classical period Athenian society attributed a very particular attention to its citizens' education, exercising Paideia, a prominent role in the exercise of citizenship. Our goal in this article is to identify the elements that constituted the Athenian Paideia shown in Douris's *kylix* F2285, comparing it to the description given by Protagoras about the basic education received by Eupatrids' children in the Platonic dialogue that bears its name.

Key-words: Paideia, Douris, Protagoras.

A Paidéia, ideal grego de educação, possuía elementos que visavam tanto a formação intelectual quanto artística e militar do futuro cidadão ateniense durante o período clássico. O propósito desta formação era a constituição do *kalokagathos*, modelo de homem virtuoso, tanto moral quanto esteticamente, capaz de defender sua polis no decurso das guerras e deliberar na Assembleia durante as sessões públicas. Acerca do processo educacional do futuro cidadão ateniense, Henri Marrou elucidou-nos que:

O ideal dessa educação antiga continua sendo de ordem ética: resume-se numa palavra: a *καλοκάγαθια*, “o fato de ser um homem belo e bom”. Bom (*ἀγαθός*) é o aspecto moral, essencial, como vimos, com os matizes social e mundano que provém das origens. Belo (*καλός*) é a beleza física, com a inevitável *aura* erótica que necessariamente tem de acompanhá-la (MARROU, 1990, p.77-78).

Embora Marrou tenha restringido a noção de *kalós* na passagem acima à beleza física, Giovanni Lombardo nos chama atenção para o fato de que a concepção de beleza para o grego antigo era mais ampla que para o homem moderno:

Nós, leitores de hoje, gostaríamos, evidentemente, que o critério do prazer e do útil levasse a distinguir os usos estéticos dos usos práticos ou éticos da noção do belo. Mas sabemos que, para os antigos gregos, os dois aspectos não eram facilmente separáveis: o conceito de ‘belo’ abarcava também os aspectos da ‘funcionalidade de aplicação’, da ‘admiração’ e da ‘nobreza’, de tal modo que, muitas vezes, juízos técnicos e juízos morais eram apresentados como juízos estéticos (LOMBARDO, 2003, p.53).

A citação de Lombardo nos auxilia na compreensão do que era a beleza (*kalon*) inserida na noção de *kalokagathia*: *kalos* era o homem belo, tanto em seus atributos físicos, quanto em suas atitudes, ou seja, um homem virtuoso. E para alcançar essa beleza era necessário conjugar na *Paidéia* tanto atividades corporais, quanto intelectuais.

Em seus primeiros anos de formação, o *paîs* (menino) ateniense recebia lições de ginástica, aprendia a ler, a escrever e a contar. Além disso, era instruído lições de canto, de dança e de execução da lira. Finalizando o programa educacional básico do futuro cidadão, lições de poesia, mais especificamente poesia lírica, faziam parte de sua formação, por possuir primordial importância na cultura grega.

Possuímos tanto registros escritos acerca da *Paideia* realizada no período clássico, como por exemplo o trecho proferido pelo sofista Protágoras no diálogo intitulado por seu nome e escrito pelo filósofo Platão, quanto arqueológicos, como a *kylix* F2285 do acervo do Museu de Berlin atribuída ao pintor Douris, quanto em textos.

Denominada em língua portuguesa por cálice, por taça ou por copo, a *kylix* (pl. *kylikes*) é um recipiente utilizado pelos gregos antigos para a ingestão de vinho durante os

sympósia, possuindo muitas vezes um interior adornado que só seria revelado à medida em que o vinho fosse sendo ingerido. A *kylix* F2285 analisada neste trabalho e que também é conhecida por *kylix* escola (*Douris's 'school cup'*) é assinada por Douris, pintor ateniense que viveu entre o final do séc. VI a.C e primeira metade do séc. V a.C. Produzida em cerâmica, pintada através da técnica de figuras vermelhas provavelmente entre 490 a.C. e 480 a.C (CALAME, 2005, p.94), esta *kylix* proveniente da Etrúria¹ possui 28.5cm de diâmetro, 11.5 cm de altura e pertence atualmente à coleção de Antiguidades do Museu de Berlin, encontrando-se em bom estado de conservação. John Boardman informa-nos que são atribuídos a Douris cerca de trezentos vasos enquanto pintor, alguns destes também como oleiro (BOARDMAN, 2010, p. 137).

No lado interno da *kylix* encontramos uma imagem fragmentada (Figura 1a) na qual é possível identificar um jovem nu desatando ou calçando a sandália do pé direito, enquanto seu pé esquerdo está calçado. Atrás do jovem repousa um cajado sobre um *louterion*² e há a presença de um manto sobre algo que acreditamos ser um banquinho, havendo ainda a representação de um *aryballos*³ compondo a cena.

Figura 1a



¹ Alexandre Lima informa-nos que “as imagens nos vasos estão intimamente relacionadas ao contexto político, econômico e social das póleis” e que “a elite etrusca importava vasos coríntios e áticos” (LIMA, 2011, p. 39). Pelo fato de se tratar de uma *kylix* encontrada na Etrúria, inferimos que seu dono fosse membro da elite etrusca uma vez que importar cerâmicas gregas tivesse um alto custo.

² Recipiente utilizado para armazenar água ou vinho.

³ Frasco esférico utilizado na Grécia para armazenar perfume e azeite.

Figura 1b



A análise da imagem leva-nos a inferir que se trata de uma cena de higienização e a presença do cajado indica-nos que se trata de um jovem bem nascido. Na parte superior da imagem (Figura 1b), próximo à cabeça do jovem, encontramos a inscrição DORISEGRAPHSEN (*Douris egraphsen*) cujo significado é “Douris desenhou” (CALAME, 2005, p. 95).

O lado externo da F2285 é adornado com a cena que se passa em uma palestra, na qual figuram simetricamente em cada uma das duas faces, dois pares de professores e alunos e um adulto sentado à direita, portando um cajado, indicação de que se trata de um *paidagogos* (CALAME, 2005, p. 98), haja vista o cajado representar autoridade e também cidadania (LIMA, 2011, p. 42). Sabemos que o *paidagogos* se tratava, na maioria dos casos, de um escravo e por este motivo não possuir o direito à cidadania. Todavia, por ser o responsável por tutelar a educação do *paîs* este detinha autoridade em relação ao menino.

Figura 2



Figura 3



FACE A

Na face A da *kylix* (Figura 3) observamos um adulto segurando o pergaminho aberto que contém a seguinte inscrição: ΜΟΙΣΑΜΟΙ - ΑΦΙ ΣΚΑΜΑΝΔΡΟΝ - ΕΥΡΩΝ ΑΡΧΟΜΑΙ - ΑΕΙΝΔΕΝ (μοισα μοι αμφι σκαμανδρων ευπωρων αρχομ αιειδεν). Tal inscrição, segundo John Davidson Beazley, é associada ao poeta Estesícoro⁴ (BEAZLEY, 1948, p. 337), podendo ser traduzida por “Musa, para mim (...) eu começo a cantar sobre o Escamandro de largo curso”. Pierre Grimal informa-nos que Escamandro é o rio da planície de Tróia, também chamado de Xanto (o Vermelho) em decorrência da cor de suas águas (GRIMAL, 1992, p. 149).

Estão penduradas na parede duas *lyras*, duas *kylix* e um tipo de cesta que segundo Calame era utilizada em colheitas de frutas, mas que neste caso, poderia servir para armazenar rolos de papiros. Ao redor da imagem observamos a inscrição HIPODAMOSKALOS, que significa “belo Hipodamos”. De acordo com Jesper Svenbro, a onomatopéia, a inscrição de nomes próprios em objetos, possibilitava a leitura sonora do nome grafado e conseqüentemente a possibilidade da imortalização do evocado, ou seja, a sua *kléos*.

⁴ Poeta lírico que viveu aproximadamente entre 632 a.C. e 553 a.C. Seu verdadeiro nome era Tísias, mas ficou conhecido por seu apelido que significa “dirigente do coro”.

Figura 4



FACE B

Na face B (figura 4) há a representação de dois pares professor-aluno, sendo tanto o *auletes* quanto o *grammatitês* imberbes, indicação de que ainda se tratam de jovens. Identificamos também presença de um adulto barbado sentado à direita e portando um cajado, observando de perto o *páis* em sua aula. A análise da referida *kylix* leva-nos à problematização sobre quais lições compunham o processo educacional do menino ateniense e se essas ocorriam simultaneamente.

Alan Booth observa que as representações do *kitharistes*, do *grammatites* e do *paidagogos* na Face A da *kylix* F2285 não se diferem acentuadamente e que esta figuração estilizada dos adultos confirma que o ensino de letras e de música constituíam o pilar da educação do menino ateniense, todavia, sem significar que a presença simultânea do *grammatites* e do *kitharistes* na cena queira dizer que ambas lições ocorressem concomitantemente. Para Booth, o desejo de Douris constituiu-se em representar a educação típica de um típico menino ateniense (BOOTH, 1985, p. 276; 280).

Para uma melhor compreensão das etapas que compunham o processo educacional do *páis* ateniense, recorreremos à análise de outra espécie de documentação, mais especificamente o discurso proferido por Protágoras no diálogo platônico que leva seu nome.

Elaborado por Platão na primeira metade do século IV a.C, o diálogo *Protágoras* tem como enredo o debate entre o filósofo Sócrates e o sofista Protágoras sobre o fato de a Virtude ser possível ou não de ser ensinada, interessando-nos especialmente o trecho no qual são descritos os elementos que integravam o processo de formação dos filhos dos homens ricos de Atenas. Protágoras expõe que desde a tenra idade até o último dia de suas vidas, os

meninos recebiam ensinamentos daqueles que os cercavam: inicialmente da mãe, da ama de leite, do pai e do *paidagogos*, que lhes mostravam o que era justo e injusto, o nobre e o vil, o sagrado e o profano, o que se deveria ou não fazer. Em seguida, o *paides* era encaminhado às palestras para que aprendesse tanto a ler, quanto ter uma boa conduta. Quando os meninos assimilavam a leitura, recebiam obras de bons poetas para que as lesse e as decorasse, a fim de que através da emulação dos atos nobres dos heróis desejem se tornar como eles. Depois, os *kitharistai* zelavam pela boa conduta de seus alunos, ensinando-os a tocar cítara enquanto os acompanhavam nas recitações dos grandes poetas. Por último, o pai encaminhava o filho ao *paidótribes* para que exercitassem seus corpos e se sentissem encorajados para atuarem na guerra. Protágoras finaliza afirmando que todas essas atividades eram realizadas pelos mais capazes, os mais ricos.

Ensinam-no e o corrigem desde a infância até o último dia de suas vidas. Assim, até que um deles compreenda o que é dito, a ama de leite, a mãe, o **tutor da criança**⁵ e o próprio pai se esforçam muito para que a criança possa se tornar melhor, através de cada ato e palavra ensinam para mostrar-lhe que o que é justo e injusto, que uma coisa é nobre, outra desprezível, uma sagrada, outra profana, e que se deve fazer isso e não aquilo. Se ele prontamente obedece, excelente; mas se não, eles tratam-no como um pedaço dobrado e trançado de madeira e a endireitam-na através de ameaças e golpes. Após isso, eles enviam-no para a escola e dizem ao **mestre** que este se dedique mais a boa conduta de seu filho que ao ensino da leitura, da escrita e da cítara. Os mestres se esforçam nesse sentido, e quando as crianças aprendem as letras e a palavra escrita como compreendiam antes a falada, recebem obras de bons poetas para ler enquanto se sentam na sala de aula, e também aprenderem de cor: nelas se encontram muitas admoestações, muitas descrições e elogios dos homens de bem dos tempos passados, para que o menino possa **imitá-los** e deseje ainda tornar-se como eles. Em seguida, também os **professores de música**, de modo similar, tomam cuidado com o autocontrole de seus alunos zelando por sua boa conduta: além disso, quando aprendem a tocar a cítara, são ensinadas as obras de outro conjunto de bons poetas, os poetas líricos, enquanto o mestre

⁵ Todos os negritos na citação dos textos antigos são grifos nossos, com o objetivo de destacar para o leitor o modo como os termos considerados por nós importantes aparecem no original.

os acompanha ao som da cítara, insistindo em familiarizar as almas dos meninos com os ritmos e escalas para que se tornem mais gentis e, avançando na graça rítmica e harmônica, possam ser eficientes no discurso e ação: pois toda a vida do homem exige ritmo e harmonia. Acima e além de tudo isso, as pessoas enviam seus filhos para um **instrutor de ginástica** para que, tendo melhorado os seus corpos, estes possam executar as ordens de suas mentes, que estão agora em condições adequadas, e para que não possam ser forçados por falhas corporais a agir covardemente na guerra e em outras ações.

ἐκ παίδων μικρῶν ἀρξάμενοι, μέχρι οὔπερ ἂν ζῶσι, καὶ διδάσκουσι καὶ νοουθετοῦσιν. ἐπειδὰν θᾶπτον συνιῆ τις τὰ λεγόμενα, καὶ τροφὸς καὶ μήτηρ καὶ **παιδαγωγὸς** καὶ αὐτὸς ὁ πατήρ περὶ τούτου διαμάχονται, ὅπως <ὡς> βέλτιστος ἔσται ὁ παῖς, παρ' ἑκάστου καὶ ἔργου καὶ λόγου διδάσκοντες καὶ ἐνδεικνύμενοι ὅτι τὸ μὲν δίκαιον, τὸ δὲ ἄδικον, καὶ τότε μὲν καλόν, τότε δὲ αἰσχρόν, καὶ τότε μὲν ὄσιον, τότε δὲ ἀνόσιον, καὶ τὰ μὲν ποίει, τὰ δὲ μὴ ποίει. καὶ ἂν μὲν ἐκῶν πείθεται· εἰ δὲ μή, ὡσπερ ξύλον διαστρεφόμενον καὶ καμπτόμενον εὐθύνουσιν ἀπειλαῖς καὶ πληγαῖς. μετὰ δὲ ταῦτα εἰς **διδασκάλων** πέμποντες πολὺ μᾶλλον ἐντέλλονται ἐπιμελεῖσθαι εὐκοσμίας τῶν παίδων ἢ γραμμάτων τε καὶ κιθαρίσεως·

οἱ δὲ διδάσκαλοι τούτων τε ἐπιμελοῦνται, καὶ ἐπειδὰν αὐτὰ γράμματα μάθωσιν καὶ μέλλωσιν συνήσειν τὰ γεγραμμένα ὡσπερ τότε τὴν φωνήν, παρατιθέασιν αὐτοῖς ἐπὶ τῶν βᾶθρων ἀναγιγνώσκειν ποιητῶν ἀγαθῶν ποιήματα καὶ ἐκμανθάνειν ἀναγκάζουσιν, ἐν οἷς πολλὰ μὲν νοουθετήσεις ἔνεισιν πολλὰ δὲ διέξοδοι καὶ ἔπαινοι καὶ ἐγκώμια παλαιῶν ἀνδρῶν ἀγαθῶν, ἵνα ὁ παῖς ζηλῶν **μιμῆται** καὶ ὀρέγεται τοιοῦτος γενέσθαι. οἱ τ' αὐτὰ **κιθαρισταί**, ἕτερα τοιαῦτα, σωφροσύνης τε ἐπιμελοῦνται καὶ ὅπως ἂν οἱ νέοι μηδὲν κακουργῶσιν· πρὸς δὲ τούτοις, ἐπειδὰν κιθαρίζειν μάθωσιν, ἄλλων αὐτὰ ποιητῶν ἀγαθῶν ποιήματα διδάσκουσι μελοποιῶν, εἰς τὰ κιθαρίσματα ἐντείνοντες, καὶ τοὺς ῥυθμούς τε καὶ τὰς ἀρμονίας ἀναγκάζουσιν οἰκειοῦσθαι ταῖς ψυχαῖς τῶν παίδων, ἵνα ἡμερώτεροί τε ᾧσιν, καὶ εὐρυθμότεροι καὶ εὐαρμοσσότεροι γιγνώμενοι χρήσιμοι ᾧσιν εἰς τὸ λέγειν τε καὶ πράττειν· πᾶς γὰρ ὁ βίος τοῦ ἀνθρώπου εὐρυθμίας τε καὶ εὐαρμοστίας. δεῖται. ἔτι τοίνυν πρὸς

τούτοις εἰς παιδοτριβου πέμπουσιν, ἵνα τὰ σώματα βελτίω ἔχοντες ὑπηρετῶσι τῇ διανοίᾳ χρηστῆ οὔσῃ, καὶ μὴ ἀναγκάζωνται ἀποδειλιᾶν διὰ τὴν πονηρίαν τῶν σωμάτων καὶ ἐν τοῖς πολέμοις καὶ ἐν ταῖς ἄλλαις πράξεσιν (PLATÃO, *Protágoras*, 325c – 326a).

Através da apreciação da passagem acima, compreendemos que os antigos atenienses valorizavam a observação e a imitação de atos nobres como elementos educativos, o que nós aqui denominamos de *pedagogia do bom exemplo*⁶. Optamos por “bom exemplo” e em nossa construção no lugar de “imitação”, pois o vocábulo grego *paidagogia* significa ofício do *paidagogos*⁷, ou seja, o ato assegurar o aprendizado de um *paides*. Entendemos que para os gregos, em especial para os atenienses, não havia a noção ocidental moderna de que a criança possuísse elementos cognitivos que as capacitasse a aprender sozinha, ocupando o mestre papel primordial no processo de ensino. Caberia ao mestre oferecer à criança bons exemplos através de sua conduta e da leitura de renomados poetas para que este pudesse, então, se sentir compelida a imitá-los.

Observamos que muitos aspectos contidos na fala de Protágoras são semelhantes aos presentes na *kylix* de Douris, mas também há algumas diferenças. Encontramos em ambas a aula de música, todavia o sofista se refere somente à cítara, enquanto que encontramos na pintura a presença de um *auletes* e um menino também tocando *aulós*. Conforme esclarecido anteriormente, Douris pintou a F2285 em torno de 480 a.C., enquanto e o diálogo de Platão é do século IV a.C. Compreendemos que o *aulós* impedia o cidadão de tocá-lo e proferir a palavra simultaneamente, ato desprezado por uma sociedade de comunicação predominante oral, cuja fala era fortemente valorizada no regime político democrático. Plutarco, por exemplo, informa-nos que Alcibíades recusou-se a aprender a tocar o *aulós*, pois:

⁶ A partir da análise do termo μῖμησις presente no *Protágoras* (PLATÃO, *Protágoras*, 325c - 326a) e na *Poética* (ARISTÓTELES. *Poética*, 1448a) defendi no primeiro capítulo da minha tese de doutoramento a ideia de “pedagogia do bom exemplo” como sendo o ato de se imitar criativamente, através da observação, os atos do mestre. O termo mimesis, que advém do verbo μιμῆται, é traduzido muitas com o sentido de imitação de um modelo, de reprodução através da arte, de uma especialidade da poesia dramática. Tanto Platão quanto Aristóteles refletiram a respeito deste conceito, mas enquanto o primeiro compreende a *mimesis* como a representação do Mundo das Ideias, o segundo foca sua análise na arte dramática (SOUSA, 2013, p. 29-31).

⁷ Segundo o *A Greek-English Lexicon*, o termo *paidagogia* pode ainda ter o sentido de treinamento e de atendimento. Disponível em: <http://perseus.uchicago.edu/cgi-bin/philologic/getobject.pl?c.55:2:121.LSJ>. Acessado em: 08/08/2013.

O uso do plectro e da lira em nada prejudicavam àquilo que convêm a um homem livre, mas quando este utiliza a sua boca a soprar um *aulós*, até os seus próximos sentem dificuldade em conhecer o seu rosto. Ao contrário quem dedilha uma lira pode, ao mesmo tempo, falar ou cantar, mas o *aulós*, na medida em que ocupa e tapa a boca, priva o músico da voz e do discurso.

πλήκτρον μὲν γὰρ καὶ λύρας χρῆσιν οὐδὲν οὔτε σχήματος οὔτε μορφῆς ἐλευθέρῳ πρεπούσης διαφθείρειν, αὐλοὺς δὲ φυσῶντος ἀνθρώπου στόματι καὶ τοὺς συνήθεις ἂν πάνυ μόλις διαγνῶναι τὸ πρόσωπον. ἔτι δὲ τὴν μὲν λύραν τῷ χρωμένῳ συμφθέγγεσθαι καὶ συνᾶδειν, τὸν δ' αὐλὸν ἐπιστομίζειν καὶ ἀποφράττειν ἕκαστον, τὴν τε φωνὴν καὶ τὸν λόγον ἀφαιρούμενον. (PLUTARCO. *Vida de Alcibíades*, II 5-6).

Inferimos que o personagem Protágoras, por ser um sofista e deste modo, valorizar os belos discursos, teria por este motivo não mencionado o ensino do *aulós* em sua descrição.

Tanto em Douris quanto em Platão são mencionadas as atividades do *kitharistes* e do *grammatites*, enquanto somente no diálogo socrático é indicada a participação do *paidotribes* na formação do *país*. Entendemos que o objetivo do pintor era representar apenas o ensino praticado na palestra, cujas atividades físicas não faziam parte por serem realizadas nos ginásios.

Claude Calame estabelece uma relação entre a *kylix* enquanto artefato próprio do *sympósion* e a temática educacional eleita por Douris ao afirmar que:

Temos toda razão em acreditar que um dos objetivos principais da instrução musical foi permitir que os adolescentes participassem totalmente dos banquetes dos cidadãos para o qual o cálice de Douris foi concebido. De fato, Douris pintou uma cena representando um adulto cantando um *skólion* enquanto um adolescente o acompanha na flauta (CALAME, 2005, p.102).

Concordamos com Calame que por se tratar de um objeto utilizado nos banquetes, a *kylix* F2285 foi pintada com o tema do ensino de música e de poesia fazendo alusão ao *sympósion*. Sabemos da existência de jovens em banquetes aristocráticos no período clássico, como por exemplo Autólico, o jovem homenageado por Cálías no encontro narrado por

Xenofonte em seu *Sympósion*. Todavia, ao contrário de Autólico que permaneceu reclinado ao lado de seu pai e teve pouca participação no *sympósion* xenofonteano (XENOFONTE. *Banquete*, I 8), os jovens costumavam participar dos *skólia*, seja cantando, seja executando algum instrumento.

Durante o período clássico Atenas vivenciou o apogeu da Democracia, regime político que tentava garantir aos cidadãos o direito à *isonomia*, à *isocracia* e à *isegoria*. Era considerado cidadão somente o homem adulto nascido de pai ateniense e de mãe filha de ateniense, no qual o princípio básico do exercício da cidadania se constituía na atividade do cidadão durante as deliberações da Assembleia e na sua participação na guerra. Para que tais objetivos fossem alcançados, o processo de formação social deveria garantir-lhes tanto a instrução intelectual quanto a física. Objetivava-se com esse processo, a formação de um *kalokagathos*, ou seja, de um homem bom e belo tanto em sua aparência quanto em sua conduta. Através da apreciação dos documentos analisados neste trabalho, inferimos que as informações contidas na *kylix* F2285, de Douris, e no diálogo Protágoras, de Platão, são concordantes e que o processo de educação do futuro cidadão de Atenas visava a constituição do homem virtuoso, recebendo em sua formação tanto lições políticas quanto intelectuais e artísticas.

BIBLIOGRAFIA

I – Documentação imagética:

Publicação:

<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/artifact?name=Berlin%20F%202285&object=Vase>

Temática: Paideia

Vaso: *kylix*

Local de produção: Ática

Estilo: Figuras Vermelhas

Data: 490-480 a.C

Pintor: Douris

Coleção: Museu de Berlin

Fotografias: Maria Daniels.

II – Documentação textual:

ARISTOTE. *Poétique*. Trad: J. Hardy. Paris: Les Belles Lettres, 1995.

PLATON. *Protagoras*. Trad: A Croiset. Paris: Les Belles Lettres, 2002.

PLUTARQUE. *Vies. Tome III - Périclès-Fabius Maximus; Alcibiade-Coriolan*. Trad: Robert Flacelière. Paris: Les Belles Lettres, 1969.

XENOPHON. *Le Banquet – Apologie de Socrate*. Trad: François Ollier. Paris: Les Belles Lettres, 2002.

II - Referências bibliográficas:

BEAZLEY, John Davidson. Hymn to Hermes. *American Journal of Archaeology*. Boston, Vol. 52 (3), p. 336-340, 1948. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/500415> Acessado em 23/05/2013.

BÉRARD, Claude. Iconographie-Iconologie-Iconologique. *Études de Lettres. Revue de la Faculté de Lettres*. Université de Lausanne, fasc. 4, p. 5-37.

BOARDMAN, John. Cup painters. In: _____. *Athenian Red Figure Vases: The Archaic Period*. London: Thames and Hudson, 2010. p.132-178.

BOOTH, Alan D. Douris' Cup and the stages of schooling in Classical Athens. Calgary, Vol. 29 (2), p. 274-280, 1985. Disponível em: <http://collections.mun.ca/PDFs/classjour/ClassicalViewsvol29no021985.pdf>. Acessado em 23/05/2013.

BUITRON- OLIVER, Diana. Douris. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.04.0011>. Acessado em: 23/05/2013.

CALAME, Claude. Learning to Drink, Learning to Sing: Poetic and Iconic Speech in the Symposium. In: _____. *Masks of authority: fiction and pragmatics in ancient Greek poetics*. New York: Cornell University Press, 2005. p.91-103.

GRIMAL, Pierre. *Dicionário da mitologia grega e romana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

LIMA, Alexandre Carneiro Cerqueira. A pólis e suas imagens: produção, circulação e “censura”. In: _____ (Org.). *Pintura e Imagem: Representações do Mundo Antigo*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. p.35-45.

LOMBARDO, Giovanni. *A Estética da Antiguidade Clássica*. Lisboa: Estampa, 2003.

MARROU, Henri Irénée. Educação e retórica. In: FINLEY, Moses I. (Org). *O legado da Grécia: uma nova avaliação*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 211 – 228.

_____. Da Pederastia Como Educação. In: _____. *História da Educação na Antiguidade*. São Paulo: EPU, 1990. p. 51 – 65.

SVENBRO, Jesper. L'enfant signifiant. L'inscription du nom propre. In: _____(Org.). *Phrasikleia: antropologie de la lecture em Grèce ancienne*. Paris: La Découverte, 1988. p.74-91.

CATOLICISMO POPULAR NO ESPAÇO KALUNGA: A VINCULAÇÃO DOS CICLOS FESTIVOS À (RE) PRODUÇÃO DA VIDA

Luana Nunes Martins de Lima
luanunes_7@hotmail.com

Universidade Federal de Goiás
Especialista em História Cultural e Mestranda em Geografia

Resumo

As festividades Kalunga serão abordadas a partir do processo de constituição do catolicismo popular e seu desenvolvimento nos quilombos e nas comunidades rurais como um todo. As folias e as festas religiosas são formas fundamentais de expressão da identidade no espaço Kalunga. Elas revelam que o catolicismo popular, embora persista de forma plural em manifestações culturais nas mais diferentes áreas, possui singularidades que constroem a identidade de grupos específicos. Trata-se de uma forma humana de habitar e interpretar o mundo, construindo nele relações. No caso dos Kalunga, há uma profunda associação das práticas e crenças do catolicismo popular à produção e ao sustento que vem da terra, estruturando os ciclos festivos aos ciclos de plantio e colheita, conectando as divindades à (re) produção da vida. Os procedimentos teórico-metodológicos seguiram-se com a revisão bibliográfica, a pesquisa de campo e algumas técnicas da história oral.

Palavras-chave: Catolicismo Popular, Festas, Comunidades Kalunga

Abstract

The festivities Kaluga will be addressed from the process of constitution of popular Catholicism and its development in the “quilombos” and rural communities as a whole. The “folias” and religious festivals are fundamental forms of expression of identity in Kalunga space. They reveal that popular catholicism, although it persists in the plural form in different cultural areas, has singularities that construct the identity of specific groups. It is a humane way of living and interpreting the world, building relationships in there. In the case of Kaluga there is a deep association of practices and beliefs of popular catholicism to the production and the sustenance that comes from the land, structuring the festive cycles to the plantation and harvest cycles, connecting the divinities to the (re) production of life. The theoretical and methodological procedures were the literature review, the research field and some techniques of oral history.

Key-words: Popular Catholicism, Feasts, Kalunga Communities

Introdução

Os Kalunga são comunidades remanescentes de quilombos que se situam nos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás, na mesorregião Norte Goiano. Seu território, reconhecido pela Lei Complementar do Estado de Goiás, número 11.409-91 como Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, abrange uma área de 253,2 mil hectares do Cerrado, com uma população estimada de 3.752 habitantes, de acordo com os dados de 2004 do “Perfil das Comunidades Quilombolas: Alcântara, Iapurunduva e Kalunga” (SEPPPIR, 2004). As comunidades Kalunga situam-se entre os Vãos da Serra Geral, parte ocupada pelo vale do Rio Paranã e seus afluentes. As serras e morros dividem as comunidades em quatro núcleos principais nos municípios Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás: o Vão do Moleque, o Vão das Almas, o Vão da Contenda e o Ribeirão dos Bois, conforme foi definido por Marinho (2008). Esses núcleos são formados por pequenos povoados como Engenho II, Diadema, Ribeirão, Ema, entre outros. Ao todo são 62 povoados.

Inicialmente, apresentaremos como a religiosidade dos Kalunga se inseriu no chamado catolicismo popular e, sem seguida abordaremos as festas religiosas que ocorrem em seu território. A repetição destas festas ao longo dos anos expressa uma devoção que qualifica a religiosidade Kalunga, dando sentido ao mundo e à sua existência. Para os moradores católicos as festas são uma forma de agradecimento e louvor pela graça recebida dos santos e, ao mesmo tempo, a maneira de continuarem recebendo e por eles serem abençoados. Elas evocam sentimentos de religiosidade, impõem relações de normas, de organização coletiva e de afirmação da identidade do grupo, o que contribui para assegurar seu território e manter sua cultura.

As comunidades possuem um calendário anual de festas em devoção aos santos católicos, estruturado principalmente de acordo com os ciclos de plantio e colheita, chuva e seca. Isso denota que a existência de uma combinação das atividades produtivas às festas, à devoção e às crenças religiosas. Da mesma forma em que os ciclos do plantio e da colheita são determinados pelo ciclo da natureza do Cerrado, as festas também marcam os momentos mais importantes do ano para os Kalunga.

Por isso, consideramos que a festa é uma oportunidade essencial para a compreensão da natureza do laço territorial, pois ela permite “perceber os signos espacializados pelos quais os grupos sociais se identificam a contextos geográficos específicos que fortificam sua singularidade (DI MÉO, 2001, p.1). Para um estudo de âmbito geográfico de abordagem cultural, esses elementos tradicionais, em sua dimensão religiosa atribuem ao espaço sentidos de pertença e ao grupo que deles compartilham e vivenciam, uma identidade própria.

Catolicismo popular: o “viver” e o “festar” das comunidades Kalunga

A expressão “catolicismo popular” é um modo de existência cultural que o cristianismo adotou, adquirindo características peculiares de manifestação da fé. Este termo não pode se limitar a uma definição pragmática e nem deve ser entendido como um modelo eclesial estruturado em oposição ao institucional. Steil (1997, p.97) conceitua o catolicismo popular como:

um conjunto de crenças e práticas socialmente reconhecidas e partilhadas por um número significativo de católicos que mantém uma independência relativa da hierarquia eclesiástica e dos quadros intelectuais a elas ligados. De um ponto de vista subjetivo, podemos entendê-lo como uma maneira religiosa peculiar de um grupo ou indivíduo viver a sua fé. Num sentido objetivo, trata-se de um sistema religioso centrado no culto aos santos, compreendido dentro de uma lógica contratual de relações interpessoais, e mantido por um corpo difuso de agentes religiosos leigos.

Historicamente, o catolicismo popular criou-se e recriou-se nas festas e tradições religiosas. Estas festas e tradições foram fundamentais para que houvesse mediação entre diversas culturas que se confrontaram no Brasil colonial. Dadas as circunstâncias de desvinculação com a autoridade papal e de falta de padres para desempenharem determinadas funções, a Igreja Católica brasileira assumiu características diferentes da Igreja Católica europeia, cujas práticas eram bastante ortodoxas. Isso justifica a presença de leigos e sua participação nas confrarias religiosas, fazendo prevalecer as romarias, as promessas, os votos e as festas dedicadas aos santos com caráter

essencialmente social e popular, no Brasil. Em Goiás, na medida em que a Igreja ocupava espaço nos arraiais que surgiam em função dos descobertos auríferos, a partir do século XVIII, essas festas foram se disseminando, como se verifica em relatos de viajantes e memorialistas.

De acordo com o Hoornaert (1974), dentro desse catolicismo popular, inclui-se a religiosidade desenvolvida nos quilombos. Baseando-se em algumas afirmações de viajantes do século XIX, como Pohl, Saint-Hilaire e Avé-Lallemant, os quilombolas seriam propagadores da fé cristã em regiões nunca antes evangelizadas e fora do controle clerical.

O catolicismo nos quilombos é alternativo do catolicismo nos engenhos: os símbolos (ritos, cerimônias, santos, devoções) são os mesmos, mas o significado é diferente: os símbolos do catolicismo nos engenhos significam a escravidão, os do catolicismo livre dos quilombos a libertação. Este catolicismo tem que ser considerado como uma das correntes do catolicismo no Brasil, pois representa uma forma importante de expansão do cristianismo em vastas áreas do interior. (HOORNAERT, 1974, p. 133).

Por isso, é possível afirmar que as práticas religiosas dos Kalunga, como comunidades rurais quilombolas, estão historicamente ligadas à dominação do catolicismo no período colonial. Isso não significa que o catolicismo foi adotado por comunidades afrodescendentes de maneira passiva, ou simplesmente como uma forma de imposição senhorial. É preciso considerar, sobretudo, as motivações dessas comunidades e os resultados do processo de miscigenação cultural, tendo o catolicismo como o elemento dominante.

Essa perspectiva também é objeto de análise de Souza (2002). A autora relata sobre a recorrência dessas comunidades afrodescendentes aos santos católicos, fortalecendo a ideia de se tratar de uma maneira de imprimir elementos de suas crenças tradicionais. O catolicismo, então, poderia ser pensado como uma espécie de senha para acessar o universo mítico/religioso tradicional que fora negado pela cultura hegemônica.

Os negros, no período da colonização, foram retirados de seu espaço, local de vivências e significados, e inseridos em outro espaço, dominado pelos colonizadores,

sendo, portanto, destituídos de seu lugar de memória e realocados para outra dimensão espacial desconhecida. Assim,

ao terem que se inserir numa sociedade dominada pelo colonizador cristão, que impunha sua religião, traduziram-na para seus próprios termos, atribuindo aos santos significados inacessíveis àqueles que não partilhavam seus códigos culturais. Dessa forma, os elementos da cultura dominante de origem europeia, ao serem incorporados pelas comunidades afrodescendentes, receberam sentidos por elas criados. (SOUZA, 2002, 146)

Essa condição facilitou a formação de inúmeros sincretismos dentro do quadro geral das fórmulas católicas. As formas mantinham-se católicas, mas o conteúdo dado a elas escapou ao olhar institucional. Um exemplo deste contexto é o da preservação dos cultos africanos no Brasil. Estes não desapareceram completamente porque foram tratados como manifestação do folclore, quando muitos africanos continuavam a adorar seus orixás sob invocações e imagens católicas.

Brandão (2004) analisou o processo histórico da apropriação do catolicismo pelos negros. Ele afirma que os negros faziam a coroação de seus reis negros mediadores ao mesmo tempo em que louvavam os seus santos católicos padroeiros dados pela Igreja Católica e aceitos por eles, como Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santa Efigênia, Santo Elesbão e outros. Sua vida de crenças e práticas girava em torno de sua relação com esses santos e seus festejos eram práticas coletivas semelhantes a dos brancos. Porém, possivelmente se tratavam de cerimônias complementares à coroação de seus reis ou um “disfarce” piedoso de um ritual de afirmação de identidade. Assim, “com a redução do interesse pela coroação de reis negros, os rituais de prática religiosa tornaram-se o centro das festas de negros” (BRANDÃO, 2004, p. 332). Esses festejos subsistiram mesmo desligados do calendário católico oficial, mas como práticas essencialmente ligadas ao catolicismo popular.

Sobre a apropriação do catolicismo pelos quilombolas e o abandono do culto africano por diversos grupos de negros, Hoornaert (1974) acrescenta ainda outras razões. Primeiramente, o catolicismo representava a segurança da tradição recebida nos engenhos, pelo fato de os santos católicos serem mais recorrentes que os orixás

africanos. Além disso, o catolicismo estabeleceu a união entre negros de diversas procedências, uma vez que estes eram separados de seus familiares e conterrâneos pelos senhores de engenho, por recearem uma possível revolta. Como as religiões e deuses africanos eram diversos, mantê-los impossibilitaria a união efetiva entre os negros, apenas o sincretismo católico permitiu tal coesão no grupo. E por fim, o autor faz referência ao sentido de guerreiros atribuído aos santos nos quilombos, declarando que “este catolicismo exprimiu, pois, os verdadeiros problemas da vida dos fugitivos: havia uma união entre religião e vida.” (HOORNAERT, 1974, p. 135). Os negros que fugiam e refugiavam-se em quilombos¹ recorriam à proteção desses santos, já tomados como objetos de sua devoção.

É evidente que, se no tempo da escravidão os negros foram transmissores do catolicismo, inclusive para crianças brancas criadas pelas mucamas, essa influência religiosa foi ainda maior para seus próprios filhos. Não há indícios históricos de sacerdotes que deram assistência aos quilombos, possibilitando um intercâmbio entre a hierarquia oficial católica e esses movimentos sociais. Isso, associado ao fato de que a religiosidade passou a ser transmitida de forma laica, foi dando as formas ao catolicismo tal qual é praticado hoje em muitas comunidades rurais, incluindo remanescentes de quilombos em todo o país. Formas estas nas quais há o predomínio de folias, romarias, festas comunitárias, novenas, votos e promessas, entre outros. Formas de culto muito particular que conjuga os princípios do catolicismo com as práticas cotidianas.

É importante deixar claro que, muito embora estas formas originaram-se do sincretismo já mencionado, não concordamos com a ideia defendida por Baiocchi (2006) e Neves (2007) de que traços de africanidade permanecem nas manifestações religiosas dos Kalunga. Ao contrário, defendemos que estas manifestações se inscrevem no chamado catolicismo popular, possuindo especificidades que o próprio território lhes conferem.

¹ Adotamos a proposição da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) de que os quilombos não foram constituídos apenas a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas em grupos de negros que, alforriados ou libertos pela abolição da escravatura, se reuniram e desenvolveram práticas de resistência e reprodução da vida.

De acordo com Steil (2001), o que caracteriza o catolicismo popular e o torna uma experiência singular, diferenciando-o do catolicismo moderno e clerical são três aspectos básicos: sua origem laica, seu sentido devocional e seu caráter penitencial.

O catolicismo laico deve-se ao fato de seus agentes não pertencerem ao clero oficial, não se apresentando como uma instituição de fronteiras demarcadas, mas como uma experiência que permeia a vida e a cultura. Observamos nas comunidades Kalunga Diadema e Ribeirão, em Teresina de Goiás, a presença de alguns líderes religiosos, que embora não recebam nenhuma titulação, são tratados e referenciados como tal.

Estes líderes identificados são as rezadeiras, que por conhecerem as rezas e ladainhas, são fundamentais em qualquer novena. E os foliões mais idosos, que são “autorizados”, inclusive pela paróquia ao qual são ligados, a realizar alguns sacramentos católicos, como o “batismo em casa”. Um dos foliões que exerce esse tipo de liderança na comunidade relatou que, um dia antes da festa de Nossa Senhora Aparecida, faz o batismo das crianças em casa e só depois a criança pode ser batizada na igreja.

O sentido devocional do catolicismo popular remete à centralidade dos cultos aos santos, baseados no princípio da proteção e lealdade. Por meio das imagens se estabelece o contato com o invisível. Estas imagens não são apenas uma representação que evoca alguém que esteve entre os vivos, mas são personagens que transitam entre os vivos e os mortos e que estão presentes no mundo visível para interceder por eles, por isso, são sagrados. Assim, “os lugares e as imagens têm no catolicismo tradicional um sentido particular e uma singularidade que ultrapassa qualquer tentativa de racionalização ou generalização” (STEIL, 2001, p.23).

Como já foi dito, em todo território Kalunga há várias divindades cultuadas. Para Neves (2007), o catolicismo que assumem está mais relacionado com as figuras dos santos que a de um Deus único, pois eles, de certa forma, representam o próprio Deus, por isso são adorados.

E por fim, o caráter penitencial do catolicismo popular está relacionado ao fato de que pela penitência se realiza um processo de identificação entre o sagrado e o profano. Os fiéis devem associar-se com a paixão e morte de Cristo, e não apenas aderir a um corpo de verdades e aceitar um código moral preestabelecido. Esse aspecto é

identificado na atitude de renúncia dos foliões do suprimento de suas necessidades a favor da realização da festa, no pagamento de promessas dos fiéis em festas religiosas (MAIA, 1999), nas doações dos mordomos² da festa, e no próprio deslocamento e instalação em torno do espaço da festa. A devoção popular, contudo, não se expressa apenas neste aspecto penitencial, mas também pela festa e alegria, pela abundância, fartura e pela liberalidade nos gastos e nos costumes.

Todos esses aspectos apresentados: a circularidade cultural, o sincretismo, a flexibilidade na tradição e a construção de uma identidade própria - são características do catolicismo popular fortemente arraigado nas comunidades Kalunga. O pároco que assiste as comunidades Kalunga de Teresina de Goiás e Cavalcante define a religiosidade ali vivenciada da seguinte forma:

Existe dentro da experiência católica, da vivência católica a religiosidade popular, que é uma religiosidade, que brota da sensibilidade popular, da sensibilidade das pessoas. E aí ela... ela se desvincula um pouco dos ritos, da forma ordinária da Igreja celebrar (trecho inaudível). É uma vivência da mesma fé, mas vivenciada num contexto de uma realidade mais popular, mais próxima talvez, porque são eles mesmos que conduzem as celebrações, o terço, as ladainhas, a folia. É uma celebração, uma vivência onde o padre não está muito presente, mas uma celebração com uma devoção católica, de toda vivência católica. [...] (Pe. P.N.S.F.)

O olhar que o padre lança para a religiosidade dos Kalunga mostra que o catolicismo popular permanece ativo, reinventando-se por meio da interação e do diálogo com o catolicismo clerical, reproduzindo-se e atualizando-se nas franjas da instituição. Por isso, embora a tensão entre catolicismo popular e catolicismo oficial seja uma constante nos relatos históricos, não os percebemos como movimentos excludentes. O que observamos é uma complementaridade entre eles. Ou, como afirma Bakhtin (1987), entre a religião popular e a religião oficial há uma circularidade que permite que uma se alimente da outra. Dessa forma, os elementos de uma podem ser incorporados e ressignificados pela outra, num fluxo contínuo de trocas.

² Pessoas que se responsabilizam por determinadas funções para a realização da festa. Muitos são determinados por sorteio, outros são fixos.

Já afirmamos que a religiosidade popular e muitos rituais presentes nas festas de santos padroeiros têm raízes nas festas do período da colonização. Silva (2000) descreve as festas do Brasil Colônia como espaços privilegiados para a construção de uma representação da monarquia, se constituindo como instrumentos estratégicos na afirmação da realeza. A população portuguesa realizava cortejos reais e procissões em que coroavam seus reis e imperadores. As festas do Divino Espírito Santo, por exemplo, por meio de sua simbologia baseada na figura do Imperador, do cetro e da coroa, adaptaram-se bem a esse contexto.

Oliveira (2011) explica que, com o tempo, esse tipo de celebração deixou de ter tanta importância para a nobreza e para os que detinham o poder, mas continuaram a ser realizadas com devoção nas vilas e arraiais que iam surgindo. Assim, foram sendo mantidas ou renovadas tradições antigas e outras foram sendo criadas, conforme estas festas eram apropriadas pelo povo, sem muito controle da Igreja. Por isso, rituais como o “Império” perduraram em diversas festas de santos padroeiros.

Em Goiás o Império do Divino foi e continua sendo bastante expressivo em alguns municípios, inclusive entre os Kalunga, estando imerso no sincretismo, na diversidade simbólica e na circularidade cultural e organizando formas específicas que sempre estiveram relacionadas à sociedade participante.

Ainda segundo Oliveira (2011), as festas foram chegando a vários lugares e em diversos momentos no território Kalunga,

Em cada parte da vasta região Kalunga devoções diferentes acabaram por predominar. Por isso é que varia em cada área o número de festas que existem, a sua importância e a época em que são realizadas. Assim, a grande festa do Vão de Almas, que só se celebra ali, é o Império de Nossa Senhora da Abadia [...]. Mas só no Vão do Moleque se faz o Império de São Gonçalo e, no Calunga, se festeja São Simão. No entanto, algumas festas são celebradas em quase todas as áreas. A festa de Reis acontece em janeiro na Contenda, no Vão de Almas, no Vão do Moleque e no Ribeirão dos Bois, e ali se festejam no mês de junho Santo Antônio e São João (OLIVEIRA, 2011, p.51).

Ponderamos que os negros de Goiás que ocuparam as terras, inclusive as que hoje são consideradas remanescentes de quilombos, já enraizados em uma cultura

regional de festas aos santos, retomaram esses rituais festivos, como o Império e o Reinado, dentro dos próprios grupos que se formaram nesses locais, reproduzindo-os até os dias de hoje nas várias festas de padroeiros.

Afinal, concordamos com Schwarcz (2001, p.66) quando afirma que “não existe discurso que vingue sem uma certa “comunidade de sentidos”, um sentimento de pertencer a uma mesma sociedade, cujas marcas são dadas pela experiência e pelo costume que se acumulam em uma história longa”. A continuidade da representação do Império e/ou Reinado para os grupos de negros que constituíram comunidades tem um sentido maior do que o caráter de legitimação política que forjou um sentido comum na sociedade brasileira da época da Colônia. Eles reestabeleceram sua identidade e seus territórios a partir dessas práticas.

Festas do território Kalunga: a combinação das atividades produtivas e as relações solidárias

Os Kalunga possuem um calendário de festas religiosas que se realiza durante o ano, em todos os núcleos do território. Essas festas, além de uma celebração religiosa, são consideradas momentos de encontro, de reunião com parentes e amigos que há muito tempo não se vê, de negócios, de namoros e casamentos, de batizados, e até de realização de vinganças.

Nos períodos festivos as comunidades Kalunga, nas quais ocorrem as festas, se mobilizam em função das mesmas; as escolas não funcionam, o trabalho nos roçados diminui, os espaços de concentração de pessoas também se alteram, enfim, as comunidades se reorganizam alterando o ritmo de suas atividades do cotidiano.

De forma geral, essas festas religiosas envolvem folias, Impérios, novenas, ladainhas, rituais de levantamento do mastro com as bandeiras de santos cultuados, fogueiras, danças em ranchos de palha, barraquinhas de comércio temporário, refeições coletivas, sorteios para o ano vindouro, entre outros elementos. São práticas vividas na coletividade, fazendo com que as crenças, as atitudes e as interpretações simbólicas adquiram uma forma comunitária. Essa religiosidade e sociabilidade vividas em

comunidade produzem nos partícipes das festas um sentimento de pertencimento ao lugar, de forma que se inscrevem socioespacialmente.

Se a essência de um lugar é o sentimento de pertencimento de quem nele habita, na afirmação da identidade Kalunga, o território no qual se celebram as festas como uma forma simbólica que representa e reafirma a devoção para com os santos, constitui uma referência importante na vivência e na reprodução do grupo.

É importante ressaltar que cada comunidade, embora participe de diversas festas em todo território Kalunga, possui um santo padroeiro, cuja festa costuma ser celebrada de uma forma especial. Os Kalunga de Diadema e Ribeirão, por exemplo, adotaram Nossa Senhora Aparecida como padroeira da comunidade e mostram-se convictos de que a devoção à santa é a razão de muitas bênçãos recebidas. A religiosidade expressa na festa demonstra uma estrita dependência pela divindade cultuada para com as questões do cotidiano dos devotos. A capela com a imagem da santa e a festa em sua homenagem contribuem para atrair as bênçãos da divindade à comunidade, como pode ser compreendido na fala de um folião:

Pra nós aqui é uma importância muito grande porque ela é uma padroeira de todos nós do Brasil, né? E cada capela dessa aqui, que tem uma romaria dessa é muito importante, é muito feliz, né? Nós vive muito feliz, porque toda graça, todo pedido que nós fizemos, nós recebe a graça. (Entrevista com folião de Diadema – 09/10/2012)

As festas listadas por Baiocchi na década de 1980 (Tabela 01), geralmente, são precedidas das folias (Tabela 02) e se intercalam durante o ano. As folias anunciam a festas. O quadro abaixo apresenta estas festas e folias, o local/comunidade em que ocorrem, bem como a data. Neste quadro também se delimita o período de plantio e de colheita, o que está fundamentalmente relacionado ao ciclo festivo.

MÊS	LOCAL	SANTO	DIAS
Janeiro	Vão da Contenda Vão de Almas Vão do Moleque Diadema, Ribeirão e Ema	- Reis	06

Fevereiro	Limpeza e cuidados com a roça		
Março	Limpeza e cuidados com a roça		
Abril	Colheita		
Maió	Colheita e preparo das folhas		
Junho	Vão da Contenda Vão de Almas Vão do Moleque Riachão	- Santo Antônio - São João	12 a 14 23 a 25
Julho	Festas esparsas		
Agosto	Vão de Almas	- Império de Nossa Senhora D'Abadia - Senhora das Neves	5 a 15 5
Setembro	Vão do Moleque	- Império de São Gonçalo do Amarante - Senhora do Livramento - São Sebastião	5 a 13 15 a 16
Outubro	Diadema e Ribeirão Kalunga Tinguizal	- Senhora Aparecida - São Simão - Senhora do Rosário	12 15
Novembro e Dezembro	Plantio		
Dezembro	Diadema, Ribeirão e Ema	- Santa Luzia	13

Tabela 1: Calendário das festas religiosas, das folias e do ciclo agrícola no território Kalunga. Fonte: Baiocchi (2006, p.42), atualizado por Lima (2013) com base em trabalho de campo.

MÊS	LOCAL	SANTO	DIAS
Janeiro	Vão de Almas Vão do Moleque Riachão Diadema, Ribeirão e Ema	- Reis	01 a 06
Fevereiro	Limpeza e cuidados com a roça		
Março	Limpeza e cuidados com a roça		
Abril e Maio	Colheita		
Maió	Diadema e Ribeirão	Senhora Aparecida	06 a 12
Junho	Vão de Almas Vão do Moleque Diadema, Ribeirão	- Divino Espírito Santo	Móvel. O fim da colheita marca o início do giro da

	e Ema		folia.
	Vão de Almas, Vão do Moleque Sucuriú	- São João	Gira oito dias antes ou depois da Festa.
	Vão de Almas, Vão do Moleque Vão da Contenda São Pedro Diadema, Ribeirão e Ema	- Santo Antônio - Senhora de Sant'Anna	04 a 12 20 a 26
Julho	Vão de Almas, Vão do Moleque Riachão Diadema, Ribeirão e Ema	- São Sebastião	12 a 20
Agosto	Vão de Almas	- Senhora das Neves - Senhora D'Abadia	5 a 12
Setembro	Vão do Moleque	- Senhora do Livramento	7 a 15
Outubro	Areias Tinguizal Diadema, Ribeirão e Ema	- São Simão - Senhora do Rosário	7 a 15
Novembro	Plantio		
Dezembro			

Tabela 2: Calendário das folias e do ciclo agrícola no território Kalunga. Fonte: Baiocchi (2006, p.42), atualizado por Lima (2013) com base em trabalho de campo.

Certamente festas de padroeiros não são próprias apenas de comunidades Kalunga, nem tampouco de comunidades quilombolas, de forma geral. Festas religiosas desta natureza são frequentes em diversas comunidades rurais e até no espaço urbano em todo país. Entretanto, elas se desenvolvem nesses territórios apresentando particularidades eminentemente próprias do contexto local, com todas suas características espaciais, sociais e históricas.

O fato das comunidades adotarem para si diversos santos para serem homenageados em seus festejos confere, também, um diferencial à cultura Kalunga. Sobre isso, o pároco que atende algumas comunidades faz a seguinte consideração:

[...] eu me perguntei isso quando eu cheguei aqui: - Por que tanta festa? [...] mas essa é uma característica do povo Kalunga, das pessoas da nossa comunidade, da nossa paróquia. Eles têm uma alegria, e uma espontaneidade, e uma sensibilidade, e um gosto muito grande pela festa. Então o seu modo de viver, o seu lazer, a sua diversão em torno das festas, tem o fator religioso que é forte, que é o que propulsiona, que é o que está a frente. Mas por outro lado tem o desejo da confraternização, do encontro, da alegria. Então é uma vivência muito particular da nossa comunidade, da nossa região. É um fator de identidade realmente cultural, né? De onde vem tudo isso eu não saberia te dizer, mas essencialmente é um povo muito festeiro, é um povo que deixa o trabalho, deixa casa para se estabelecer em torno da sua festa, em torno da sua alegria. Isso é... isso é muito evidente na comunidade. (Entrevista com o Pároco – 12/10/2012)

Mas além dessas observações feitas pelo pároco, percebemos que há uma profunda associação das práticas e crenças do catolicismo popular à produção e ao sustento que vem da terra. Esta associação é comum em comunidades rurais, mas em se tratando de comunidades tradicionais do Cerrado, possuem ainda especificidades relacionadas às estações muito bem definidas de chuva e de seca. Para Rigonato (2005), são modos de vida que comportam as peculiaridades históricas e as particularidades geográficas sobre as quais manifestam as inter-relações das técnicas, da cultura e do Cerrado. O autor relaciona as práticas dessas populações ao “espaço vivido” por elas, de forma que o uso dos recursos naturais está fundamentalmente relacionado às manifestações culturais, ou seja, combina-se as atividades produtivas às festas, à devoção e às crenças religiosas. É evidente que a relação das populações tradicionais com o espaço do Cerrado, manifesta a constituição de um território identitário por meio da interação entre sociedade e natureza, economia e cultura.

Assim, como o ciclo do plantio e da colheita é determinado pelo ciclo da natureza do Cerrado, as festas também marcam os momentos mais importantes do ano para os Kalunga. Oliveira (2001, p. 52) explica a sequência destes ciclos da seguinte forma:

Em fins de setembro, depois das primeiras chuvas da primavera, já se podem começar os roçados de mandioca, milho, arroz, abóbora ou feijão. E o plantio se estende até novembro e dezembro, já em plena força do verão. De janeiro a março é o período em que as pessoas

limpam a roça e cuidam dos brotinhos, para que eles não morram e a plantação vingue. Abril e maio, tempo do outono, são os meses da colheita. Daí se vê porque as festas celebradas sem exceção em todas as áreas Kalunga são as de janeiro e junho. Com os Reis, eles festejam o fim do plantio e, com Santo Antônio e São João, o fim da colheita.

O relato de um folião antigo da comunidade Diadema revela a ligação da devoção aos Santos Reis com o processo do plantio. Ele conta que na sua adolescência uma folia de Reis foi “inventada” em um período fora do ciclo natalino, em virtude da seca, que sempre foi um dos principais problemas dessas comunidades.

Quando eu tinha quatorze, treze anos, doze, treze anos... aqui sempre acontece, que faltava chuva na época da roça, às vezes tava animado com a planta que é vem boa e tal, nem tava murchando... e a chuva dava uma afastada. Puseram na cabeça dos mais véio, isso foi em 1972, 72...71 pra 72 [inaudível]... é... invento uma folia de minino pra chovê. [...] E saímo cantando de casa em casa, de noite e de a pé, folia de Santo Reis. Cêis pode um acreditar, mais o dia que a folia arrematô foi uma chuva! E mesmo nós no giro começô fechar pra chover, que tava um perrengue de chuva e tal... Num foi mês de janeiro não! Fizemo fora da época, que nós tava precisando de chuva. (Entrevista com folião de Diadema – 08/05/2013)

Entretanto, outras festas também revelam a importância da terra e dos roçados para o povo Kalunga. Nos meses de agosto a outubro acontecem as festas de Nossa Senhora. Em agosto festeja-se a Senhora das Neves e a Senhora D’Abadia, no Vão de Almas. Em setembro, a Senhora do Livramento é celebrada no Vão do Moleque e, em outubro, é a vez da Senhora do Rosário, festejada no Tinguizal, e a Senhora Aparecida, na Diadema e no Ribeirão. “É nesse período, de agosto a outubro, que está começando o plantio dos roçados. Então, as pessoas pedem à Mãe de Deus que torne a terra fértil para produzir os alimentos de que precisam” (OLIVEIRA, 2001, p.53).

A própria Romaria de Nossa Senhora Aparecida era celebrada no mês de maio e não em outubro, na data oficial da santa, sendo iniciada em um contexto de escassez de chuva e dificuldades nas colheitas. Isso foi confirmado pelos relatos de vários moradores, inclusive a devota pioneira da folia da santa:

[...] Olha, essa aí foi uma prumessa. Era uma prumessa que todo ano eu mexia com roça. Quando dá na marcação da roça coiê, a chuva ó... caia fora, as pranta perdia tudo. Aí perdia tudo, aí eu fiz a prumessa pra Senhora d' Asparecida que meu... meu prantio que eu prantasse ganhasse tudo, eu ia continuar a festa dela todo ano. Todo ano eu ia fazer a festa dela. (Entrevista com devota pioneira da folia de Nossa Senhora Aparecida – 09/10/2012)

Já os meses de maio e junho é o período de celebrar a colheita e sua abundância, com a grande festa da fartura, que é a do Divino Espírito Santo, nas folias que ocorrem no Vão de Almas, no Vão do Moleque, na Diadema, no Ribeirão e na Ema.

Esta relação das festas com o ciclo das plantações também é a origem das sortes tradicionalmente tiradas durante as festas de Santo Antônio e São João, ambas que ocorrem em diversas comunidades. Segundo Oliveira (2001), entre uma festa e outra - 12 a 14 e 22 a 25 de junho - ou seja, de 15 a 21 de junho, geralmente, se faz o “sorteio” para obter a previsão das chuvas no próximo ciclo das plantações. Para cada mês, de outubro a abril, se escolhe um dia, de 15 a 21 de junho, e esse dia vai representar o mês: dia 15 representa outubro, 16, novembro, 17, dezembro, e assim, por diante, até o dia 21, que representa abril. Em cada dia, os Kalunga observam o mormaço do sol para saber se irá chover ou não no mês correspondente. Se pela manhã houver mormaço, a chuva virá no início do mês, se houver pela tarde, só a partir de meados do mês que irá chover. Se não houver mormaço no dia significa que não irá chover naquele mês e vice-versa. Trata-se de um costume antigo, que só vigora entre as pessoas mais velhas e, mesmo assim, estas dizem que muita coisa mudou, inclusive o clima.

As práticas da religiosidade popular também refletem o modo de vida camponês, marcado essencialmente por trocas solidárias de bens, serviços e significados. Nas festas e folias são reforçadas as relações solidárias construídas na hospitalidade, nas refeições coletivas e no ajuntamento de pessoas do lugar, nos mutirões, nas doações. Brandão (2004, p.388), considera este aspecto social da folia, caracterizando-a como “um momento em que as relações solidárias são reproduzidas em um máximo de suas possibilidades atuais”. É um ritual coletivo no qual há uma sequência de trocas sociais gratuitas, apesar de ritualmente impositivas, de serviços e reforços de laços comunitários.

[...] de forma tradicional e muito generalizada, a festa de santo é um momento de culto coletivo a um padroeiro da cidade ou da região. É também a ocasião quase única de quebra de uma rotina de trabalho e relativo isolamento da população de sítios e fazendas. Finalmente, é um período de marcado valor simbólico, onde são acentuadas trocas de prestações de serviços entre categorias de sujeitos não muito diferentes daquelas do cotidiano (BRANDÃO, 2004, p.393).

As pessoas da comunidade, geralmente, ligadas parentalmente, se reúnem em um só lugar para celebrarem o santo, reviverem suas tradições coletivamente e se divertirem. Este aspecto das festas Kalunga deve ser ressaltado, uma vez que, por meio delas as comunidades mantêm sua vinculação a uma vida pautada em valores tradicionais e de exercício comunitário, que também são mediados pela crença no poder dos santos, conforme mostra a fala de um folião:

[...] a gente num tem a condição de fazer uma festa dessa, que isso depende de duas vacas, depende de muita coisa. Mas como ela é tão poderosa que vem os mordomo, aí vem um dá uma caixa de refrigerante, otro dá um pacote de arroz, otro dá deiz quilo de arroz, e assim vai e vem uma coisa e com outro, e já sai completa. Quer dizer, é a graça dela, é a misericórdia dela que faiz isso, e que quarquer um que faiz essa festa, pensa que é difícil e no fim as coisas dão. (Entrevista com folião – 09/10/2012)

As festas, assim, proclamam a vida da gente do lugar. Ao tratar sobre isso, Brandão (1981) valorizou o *espaço social camponês* – pela importância do trabalho das roças; a disponibilidade de um *tempo de jornada* – no qual que se dedica dias integrais nos giros de folia e romarias, e finalmente, a *integridade de um sistema agrário*, de trocas de dádivas que exige formas de posse e de uso de bens cada vez mais inaceitáveis na cidade.

Considerações finais

A prática religiosa e festiva dos Kalunga possibilita identificar uma forma humana de habitar e interpretar o mundo, construindo nele relações. As festas são

práticas ritualísticas que tornam o espaço, um território simbólico, permeados por crenças que conectam as divindades à (re)produção da vida. Assim, os rituais que se realizam nas festas fornecem uma determinada visão de mundo sobre o espaço habitado. Assim como Brandão (1981) também observou em várias folias de áreas rurais, foi possível notar que, por traz das palavras universais da linguagem cristã, a folia canta uma espécie de crônica da vida camponesa.

Na perspectiva de Steil (1996, p.115), “os rituais são fundamentais não só porque situam seus participantes num universo simbólico que configura a sua realidade, mas, sobretudo por causa de sua força *performativa*, o que os tornam essenciais para a construção das identidades dos próprios grupos”.

Enfim, as festas Kalunga revelam que, o catolicismo popular, embora persista de forma plural em manifestações culturais nas mais diferentes áreas, possui singularidades que constroem a identidade dos grupos sociais. Assim, “na roda do tempo, seguindo o ciclo das estações, sempre haverá outra festa mais adiante, para mais uma vez reforçar os laços da comunidade, o sentido de pertencimento e a identidade do povo Kalunga” (OLIVEIRA, 2001, p. 67).

REFERÊNCIAS

BAIOCCHI, M. de N. *Kalunga: povo da terra*. Goiânia: UFG, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: O contexto de François Rabelais*. Trad. Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1987.

BRANDÃO, C. R. *Sacerdotes de viola: rituais religiosos do catolicismo popular em São Paulo e Minas Gerais*. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. *De tão longe eu venho vindo: símbolos, gestos e rituais do catolicismo popular em Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 2004.

DI MÉO, G. *La géographie en fêtes*. GAP: Ophrys, 2001.

HOORNAERT, Eduardo. *Formação do catolicismo brasileiro: 1550 – 1800*. Petrópolis: Vozes, 1974.

MAIA, Carlos Eduardo Santos. Ensaio interpretativo da dimensão espacial das festas populares. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto L. (Orgs.). *Manifestação da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 191-218.

NEVES, Maria Wilma Mendes. *Festa do Vão Moleque: religiosidade e identidade étnico-cultural*. 143 fls. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2007.

OLIVEIRA, R. (Org.). *Uma História do Povo Kalunga*. Brasília: Ministério de Educação -MEC, 2001.

RIGONATO, Valney Dias. *O modo de vida das populações tradicionais e a inter-relação com o Cerrado da microrregião da Chapada dos Veadeiros: O distrito de Vila Borba*. 126 fls. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás (UFG). Goiânia, 2005.

ROSENDAHL, Zeny. A dimensão do lugar sagrado: ratificando o domínio da emoção e do sentimento do ser-no-mundo. *Geoworking papers*, Universidade do Minho, n. 14, p. 1-14, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Império em Procissão: Ritos e símbolos do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. *Perfil das Comunidades Quilombolas: Alcantara, Ivaparunduva e Kalunga - Instrumento Facilitador para o Agenciamento de Políticas Públicas*. Programa Brasil Quilombola do Governo Federal, 2004.

SILVA, Mônica Martins da. *Romanização, Patrimônio e Tradição em Pirenópolis (1890 – 1988)*. 260 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000.

SOUZA, Marina de Mello. *Catolicismo negro no Brasil: Santos e Minkisi, uma reflexão sobre miscigenação cultural*. Revista Afro-Ásia. Salvador-BH, n. 28, p. 125-146, 2002.

STEIL, Carlos Alberto. *O Sertão das Romarias: um estudo antropológico sobre o santuário de Bom Jesus da Lapa – Bahia*. Petrópolis: 1996.

_____. CEBs e Catolicismo Popular. In: STEIL, Carlos Alberto et al. *As comunidades de base em questão*. São Paulo: Paulinas, 1997.

_____. Catolicismo e Cultura. In: VALLA, Victor Vicent (Org.). *Religião e cultura popular*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 9-40.

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA NOVA CAPITAL DE MINAS GERAIS: ASPECTOS DAS RUAS NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Luciana Verônica Silva Moreira
Luciana.veronica@terra.com.br
Programa de Pós Graduação em História - UFRJ
Mestre em História - UFJF
Bolsista Produtividade CNPQ

Resumo

O planejamento e a construção da cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais, faz parte de um amplo processo de modernização e ordenamento experimentado por diversas cidades brasileiras. Os elementos da tríade haussmanniana materializavam-se na nova república que procurava seguir os ideais de higienização, embelezamento e racionalização do espaço no tratamento de seus núcleos urbanos. No entanto, a implementação do projeto urbano encontrou, no caso mineiro, alguns limites à sua plena realização. Este trabalho pretende identificar as principais limitações ocorridas e avaliar seus impactos no processo de urbanização das áreas centrais da nova capital, verificando assim a coexistência, durante as primeiras décadas do século XX, de elementos arcaicos ou tradicionais e modernos.

Palavras-chave: História Urbana; Belo horizonte; urbanização.

Abstract

The planning and construction of the city of Belo Horizonte, Minas Gerais, is a part of a wide process of modernization and organization already experienced in several Brazilian cities. The elements of the Haussmannian triad were materialized during the New Republic, which tried to follow the ideals of sanitation, beautification and rationalization of the space in regard to the treatment of its urban areas. However, in the case of Minas Gerais the implementation of urban project faced some restrictions to its full accomplishment. This work aims to identify the main restrictions occurred and assess their impact on the process of urbanization of the central areas of the new capital, thus enabling the observation of coexistence of archaic or traditional elements with modern ones during the first decades of the twentieth century.

Keywords: Urban History, Belo Horizonte; urbanization.

Introdução

A cidade de Belo Horizonte, localizada no centro do estado de Minas Gerais, foi projetada ao final do século XIX e inaugurada oficialmente a 12 de dezembro de 1897. Começou a ser construída em 1895¹ como alternativa à cidade de Ouro Preto, que assumiu a proeminência do estado enquanto principal centro minerador do país no século XVIII, mas que ao final do século XIX, já não atendia às demandas do novo contexto social e econômico.

A Nova República proclamada em 1889 encontrou na construção da Nova Capital de Minas Gerais uma forma de materializar o lema de ordenamento e progresso. Tais conceitos estavam intrinsecamente ligados e bastante visíveis no projeto executado, refletindo as ambições da República positivista que almejava a tão sonhada modernidade. Idealizado pelo engenheiro Aarão Reis e projetado sob a coordenação da Comissão Construtora da Nova Capital o novo centro urbano começou a ser construído em 1895 e em poucos anos, apresentando apenas os principais prédios e poucas avenidas realmente concluídas, foi oficialmente inaugurado com a transferência do governo. No entanto, a execução do restante da planta prevista para a cidade ainda se arrastaria por boa parte do século XX o que ocasionou significativas alterações no projeto original. Outro problema acarretado pela morosidade das obras foi evidenciado pela condição precária de boa parte das ruas e avenidas da cidade que se apresentava sem calçamento, fazendo com que a cidade ficasse conhecida pela poeira que lhe era característica.

Os entraves financeiros foram apontados como o principal motivo para a lentidão das obras, o que refletiu não só na execução parcial do projeto, mas também na precária urbanização da nova capital. Tal condição não condizia com os ideais de modernidade preconizados e colocava a cidade em uma situação em que elementos arcaicos e modernos se confrontavam no horizonte da Nova Capital evidenciando os limites do projeto civilizador da nova República.

¹ Data de aprovação da planta definitiva da Nova Capital pelo Decreto n° 817 de 15 de abril de 1895.

O presente trabalho pretende identificar quais as condições de urbanização e estágio de execução do projeto da cidade de Belo Horizonte no período que se estende da data de sua inauguração em 1897 até o ano de 1920 quando boa parte do projeto inicial foi revisto com a intenção de elaborar uma nova planta cadastral para a cidade. Para que se cumpram os objetivos propostos, foram analisados os dados sobre a inauguração da cidade, contidos nos relatórios da Comissão Construtora da Nova Capital e os relatórios anuais apresentados pelos prefeitos entre 1900 e 1920. Os dados demográficos, os relatos de Abílio Barreto em “Memória Histórica e Descritiva de Belo Horizonte” e os periódicos Diário de Minas, O Estado e A Floresta que circularam na capital neste período e que traziam informações sobre o aspecto das ruas, geralmente reclamações de moradores, também serão utilizados neste percurso investigativo.

A proposta feita neste texto de eleger um determinado aspecto da cidade, a saber, o grau de urbanização evidenciado pelo calçamento das ruas e ritmo de execução do projeto da recém-inaugurada cidade de Belo Horizonte, é apresentada tendo como referência a atual disposição da historiografia contemporânea em se lançar a uma amplitude de temas. A vida em sociedades urbanas é um tema caro aos historiadores sociais e culturais que tem se debruçado cada vez mais sobre a história das cidades para compreender melhor as dinâmicas que envolvem as relações que as pessoas estabelecem entre si e com a cidade. Segundo Ronald Raminelli, autores como Henri Pirenne e Faustel de Coulanges ao se debruçarem sobre as cidades medievais e renascentistas, abriram caminho para que posteriormente novas abordagens surgissem, como as realizadas por Lewis Mumford, George Simmel e Max Weber sobre a cidade metropolitana do século XX. Atualmente, uma nova historiografia parece ganhar espaço com os trabalhos de autores como Walter Benjamin e Marshal Berman. Dessa forma, novas percepções da realidade social e novos temas colocam a cidade como lugar profícuo de estudos com os mais variados enfoques. Entre os autores brasileiros, parece ganhar fôlego uma abordagem cultural partindo do entendimento de que a cidade não é fruto de um projeto homogêneo e não possui um desenvolvimento linear que segue fielmente os planejamentos elaborados. Sandra Pesavento utiliza o conceito de *consumidores do espaço* como referencial analítico que remonta a Emile Durkheim e

Marcel Mauss, para analisar aspectos simbólicos da dinâmica social compostos ao mesmo tempo pela ausência e pela presença (PESAVENTO, 1995, p.2).

Com base nestes referenciais teóricos, este trabalho pretende contribuir para as discussões que tem a cidade como contexto para entendimento da dinâmica social que seus habitantes estabelecem com o espaço construído. Isso porque, o processo de construção da nova capital de Minas Gerais, como se pretende evidenciar neste texto, não aconteceu de forma homogênea, colocando para seus primeiros administradores e moradores o desafio de habitar uma cidade ainda em gestação.

I. Projeto da cidade: ideia de modernidade e supressão do arcaísmo

A partir da segunda metade do século XIX as cidades latino-americanas observam uma mudança significativa no perfil de sua população e no padrão de ocupação de seu espaço geográfico. O crescimento das cidades identificado, sobretudo, no período compreendido entre 1870 e 1930 demandou uma série de intervenções e normatizações com o objetivo de controlar a expansão identificada (SCOBIE, 1991). Para entender essa proposta de controle da cidade efetuada pelos planejadores urbanos a partir de meados do século XIX é preciso conhecer as doutrinas filosóficas que influenciaram pensadores e governantes naquele momento. O positivismo de Comte torna-se uma chave de compreensão desse movimento na medida em que sua influência imprime a várias cidades ao redor mundo um caráter racional de ocupação.

No Brasil, do final do século XIX e início do XX, o planejamento e a construção da cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais, está incluído em um amplo processo de modernização e ordenamento experimentado por diversas cidades brasileiras. Para as cidades que experimentaram reformas urbanas profundas, como o caso do Rio de Janeiro, nos primeiros anos do século XX, a influência mais marcante teria sido a experiência vivenciada pela Paris de Haussmann. As inferências ao modelo francês também estariam presente na construção da cidade de Belo Horizonte, mas os exemplos de La Plata e Buenos Aires na América Latina e as cidades de Chicago, Washington e Nova York nos Estados Unidos também seriam bastante referenciadas. (BELLO

HORIZONTE, 1902, pp. 5-36). Os nomes de estas cidades, se não estavam tão presentes nos estudos e relatórios elaborados pela Comissão Construtora, figuravam com frequência nas comparações efetuadas nos primeiros relatórios dos prefeitos analisados² e uma comparação entre os projetos executados demonstra a existência de um trânsito de ideias acerca do modelo de planejamento urbano em vigor no período e suas confluências com os projetos políticos. Tais cidades, assim como Belo Horizonte, foram planejadas e construídas *ex-nihilo*, e sua influência positivista é bastante evidente. No entanto, elementos da tríade haussmanniana também estavam presentes no projeto da Nova Capital e materializaram-se na nova república que procurava seguir os ideais de higienização, embelezamento e racionalização do espaço no tratamento de seus núcleos urbanos. No entanto, a implementação do projeto urbano encontrou, no caso mineiro, alguns limites à sua plena realização.

Na planta elaborada por Aarão Reis para a Cidade de Minas, nome adotado para a Nova Capital, mas que posteriormente modificou-se para Belo Horizonte, a disposição geográfica e a lógica de nomenclatura das ruas seguem uma tendência de hierarquização do espaço. O desenho da cidade obedece às leis de ordenamento e simetria, procurando integrar as funções urbanas respeitando, contudo os mandamentos modernos da circulação e da higienização.

O politécnico Aarão Reis apesar de ficar pouco tempo como engenheiro-chefe da Comissão Construtora iniciou a edificação da cidade sabendo das dificuldades orçamentárias e dos prazos exíguos para a inauguração. Temendo uma execução parcial de seu projeto e dessa forma, a provável reminiscência de elementos do antigo arraial, Reis desejando que a execução do seu plano fosse uma realidade, espalhou as primeiras construções pela cidade, que funcionaram como marcos para as futuras construções e como forma de ocupação das diferentes regiões. (BELLO HORIZONTE, 1900, p.35). Ao analisar os relatórios produzidos pelos engenheiros da Comissão Construtora da

² Tais informações constam principalmente nos relatórios apresentados entre 1902 e 1905.

Nova Capital³ as indicações demolição parecem querer eliminar qualquer sombra que lembrasse o arcaico Curral d'El Rei ao mesmo tempo em que procuram salientar a modernidade dos edifícios recém-construídos.

Marshall Berman (1986) ao analisar a modernidade, divide sua história em três fases, a saber: início do século XVI até o fim do século XVIII; 1790 ao final do século XIX; século XX. Berman destaca a importância que as cidades adquiriram ao longo do século XIX, contexto em que se vão inserir as reformas urbanas em cidades como Paris, por exemplo, aprofundando a problemática das transformações sofridas pelo mundo contemporâneo ocidental. Analisando o Fausto de Goethe, o autor explora como o início dessas transformações, o choque de contradições entre a tradição e a modernidade, o novo e o arcaico pode ser ao mesmo tempo destrutivo e transformador. Assim como Fausto, se metamorfoseia em um elemento fomentador do progresso que quer a todo custo apagar qualquer resquício do velho mundo, os construtores da Nova Capital desejam ver demolidos toda e qualquer sombra que lembre o arcaico Curral d'El Rei ao mesmo tempo em que procuram salientar a modernidade dos edifícios recém-construídos (MINAS GERAIS, 1895). Como uma cidade fabricada, Belo Horizonte é carente de passado, de história, o que incomodou seus visitantes e moradores. Arthur Azevedo, em 1901, deixa seu interessante depoimento sobre a destruição do arraial de Curral d'El Rei:

"Ao meu espírito, ao meu temperamento de "touriste", faltava alguma coisa; a vetustez. Era novo, novinho em folha, tudo quanto eu via; as ruas, as casas, os próprios habitantes, pois é raro encontrar-se ali pessoas velhas.(...)
- "Que diabo! façam-me ver alguma coisa velha!" Disse aos obsequiosos cicerones.
- Pois bem, vamos fazer-lhe a vontade mostrando a velha matriz da freguesia do Curral d'El Rei. E, é contentar-se com isso; não temos nada mais velho! Dirigimos-nos então à Igreja, que ali está, isolada e tristonha, como uma sentinela perdida no passado. Quiseram demoli-la o que, aliás não afriam mais do que imitar os europeus mais civilizados, ou tidos como tais; (...) Foi pena que destruíssem tudo

³ As indicações de demolição estão presentes em diferentes documentos da Comissão Construtora da Nova Capital como a Revista Geral dos Trabalhos, e os ofícios nº 98 e 131, além do ofício do engenheiro-chefe n. 26 de março de 1895.

quanto era o antigo Curral d'El Rei e não ficasse ali um bairro, uma rua, um alpendre do velho arraial, que lembrasse, embora incompletamente, a fisionomia do passado. (AZEVEDO, 1901)

O Fausto de Goethe, analisado por Berman, enquanto fomentador se propõe a desenvolver e a inserir na modernidade todo o mundo ao seu redor e se sente imensamente incomodado pela presença de um reduto tradicional representado pela propriedade de um casal de idosos, aos quais ordena que seja dado um fim. Assim, também em Belo Horizonte a Comissão se sente incomodada pela presença marcante da antiga matriz da Boa Viagem, mantida de pé por mais algum tempo em virtude de não se ter construído a nova catedral da cidade. A antiga matriz, de arquitetura simplória, seria demolida em 1932 quando foi substituída por um tempo neogótico. Conforme havia sido planejado, ao iniciar o século XX o arrasamento do antigo Curral d'El Rei estava quase terminado.

Ao analisar Baudelaire, Berman também identifica essas antinomias no ambiente das cidades em profunda transformação. Para o caso das cidades-metrópole dos séculos XIX e XX, Berman identifica a existência de projetos de modernidade que se materializam nas grandes reformas urbanas, mas se debatem com a presença marcante de comportamentos e valores tradicionais, e com as próprias espacialidades do passado (BERMAN, 1986).

2. Urbanização, crescimento da cidade e população.

O início da construção da cidade foi marcado, sobretudo, pelos serviços de terraplanagem, abertura de ruas e demarcação de lotes. Entre 1895 e 1896, grandes chuvas assolaram a região, danificando os trabalhos executados e levando o engenheiro-chefe a pensar no problema do calçamento, desistindo em seguida em virtude da falta de recursos frente à extensão das ruas. Entre 1897 e 1920 os relatórios da Comissão Construtora e os relatórios anuais dos prefeitos da cidade informam que o tipo de calçamento executado não variou ao longo desses anos. Foram empregados

principalmente o paralelepípedo de granito, a alvenaria de pedra, a macadamização e o cascalho para o calçamento das ruas e praças.

O emprego do paralelepípedo consistia na utilização de pedras de granito em tamanho regular distribuídos sobre a base de maneira ordenada. Era o método mais dispendioso, mas também aquele de melhor acabamento e duração, sendo utilizado principalmente nas principais avenidas e praças. Esse processo foi executado em maior escala a partir de 1902 em avenidas e praças como a Avenida Afonso Pena e a Praça da Liberdade, que já haviam recebido outros tipos de calçamentos mais simples anteriormente. Dada a extensão e a largura das ruas da Nova Capital, o calçamento nunca era feito em toda a extensão de determinada avenida ou praça, mas sim por trechos ou quarteirões.

O calçamento por alvenaria de pedra irregular se assemelhava ao calçamento com paralelepípedos, no entanto, por serem empregadas pedras de diferentes tamanhos o custo era bastante reduzido em relação ao anterior, sendo o preferido das administrações por apresentar uma relação entre custo e benefício bastante satisfatória. A alvenaria de pedra irregular possuía boa durabilidade e foi empregada em grande parte das ruas centrais, principalmente as de declive acentuado. Também foi empregada nas ruas que faziam a ligação com áreas no subúrbio e nas colônias responsáveis pelo abastecimento da capital com gêneros alimentícios. (BELLO HORIZONTE, 1900, p.35). O processo de macadamização foi bastante empregado durante construção da cidade e nos primeiros anos da capital, uma vez que apresentava um baixo custo, no entanto, era um método que apresentava inconvenientes representados pela poeira em dias secos e pela lama em dias chuvosos. Sua utilização em ruas de declive acentuado revelou-se desastrosa, uma vez que durante as chuvas as enxurradas danificavam todo o calçamento. O processo de macadamização consistia na sobreposição de camadas de pedra de diferentes tamanhos e na utilização de um compressor para compactar as pedras entre uma cada e outra. Pode-se dizer que a maioria das ruas da capital experimentou esse processo antes do calçamento definitivo. Por fim, o emprego do cascalho era o mais rudimentar de todos, sendo utilizado principalmente na área delimitada para o subúrbio e em ruas de menor movimento. Não foi amplamente

utilizado, pois não apresentava a durabilidade esperada sendo mais um paliativo que evitava a lama em dias de chuva.

Como foi dito, nos primeiros anos, os construtores utilizaram, sobretudo, o processo de macadamização para o calçamento das ruas, mas em 1896 apenas estavam concluídos os 200m da Praça da Estação. (BARRETO, 1936 p. 403). Em meados de 1897 apenas algumas ruas mais centrais também haviam sido macadamizadas, um dos motivos era a existência de apenas um compressor para os trabalhos. Às vésperas da inauguração da capital, outro compressor foi solicitado de empréstimo à Câmara de Juiz de Fora, MG, para então fazer a macadamização de outras ruas centrais. (BARRETO, 1936, p. 404)

Quando da inauguração da cidade, ocorrida em 1897 estavam calçadas com este processo apenas as ruas que levavam da Praça da Estação á Praça da Liberdade, um trecho que correspondia ao trajeto do cortejo oficial que seguiu por um trecho da Rua dos Caetés, pela Avenida Amazonas, Avenida Afonso Pena, ruas da Bahia e Guajajaras e Avenida Liberdade (BARRETO, 1936, p. 668) O padre Francisco Martins Dias, editor do Jornal O Belo Horizonte, em narrativa sobre a inauguração da cidade relata que naquele dia não choveu e que também não estava muito quente o que evitou os inconvenientes da poeira e da lama colaborando para que a inauguração da cidade transcorresse na mais perfeita harmonia. Vários textos da época lembram o desconforto gerado pelo pó e pela lama a quem se arriscasse por aquelas terras de Belo Horizonte nos tempos de sua construção. O coletor Celso Werneck em suas reminiscências observava: A impressão não podia ser boa [...] o pó era medonho! Triturado, vermelho, em alguns lugares se acumulava em camadas que atingiam mais de um palmo [...] tornando obrigatório o uso das meias-botas [...] que impermeáveis, também serviam para chuva (WERNECK, *apud* MAGALHÃES, 1989, p. 82).

A partir de 1899 os prefeitos da capital mineira passaram a produzir relatórios anuais encaminhados ao Conselho Municipal informando das atividades e realizações da prefeitura no ano anterior e propondo orçamento para o próximo ano. Os relatórios eram sempre apresentados no mês de setembro e faziam referência ao período anterior que começava em agosto do ano findo. A prefeitura neste período estava organizada em

Diretorias responsáveis por executar os serviços públicos. A Primeira Diretoria de Obras era responsável pelas obras viárias como construção de pontes, arruamentos, construção de sarjetas, calçamento, etc., além do controle sobre a liberação de licenças para construções públicas e particulares. Em boa parte dos relatórios analisados, os resultados apresentados por esta diretoria ocupavam certo destaque, sendo um dos primeiros pontos a ser mostrado no relatório.

Essa prioridade dada às obras em geral é entendida em virtude do contexto em que a cidade se encontrava, uma vez que sua construção estava longe de ser finalizada, era preciso demonstrar os esforços em dotar a cidade dos benefícios modernos da urbanização e do progresso. As falhas e as deficiências apresentadas eram sempre justificadas em função do custo e da extensão da cidade que representavam entraves à plena realização dos trabalhos. O relatório de 1902, por exemplo, informa que mesmo sabendo-se que o calçamento em paralelepípedo teria uma duração quase secular se bem feito, em virtude dos custos, este foi empregado pela primeira vez na capital naquele ano e em apenas um trecho da Av. Liberdade, que em virtude de sua declividade e dada sua importância merecia um calçamento melhor. (BELLO HORIZONTE, 1902)

Nos relatórios analisados de 1900 a 1920, o calçamento seguiu tendo especial atenção, informando muitas vezes quais ruas teriam sido calçadas, qual a extensão do calçamento e qual o método utilizado, além do custo. No entanto, analisando o conjunto dos documentos é possível perceber a inexistência de um planejamento específico para esse fim, resultando em uma inconstância dos trabalhos ocasionada, sobretudo, pelos problemas financeiros da cidade ou do estado.

Por esse motivo, apenas a partir de 1908, os relatórios apontam um maior emprego da alvenaria de pedra, sendo a utilização de paralelepípedos preferida para as ruas mais centrais. Em 1911 o relatório aponta que os sistemas de calçamento continuam os mesmos, e destaca que o paralelepípedo continua a ser empregado em ruas como Afonso Pena, Bahia e Caetés, mas que em virtude do alto custo e pouca vantagem em relação à alvenaria comum não era o preferido. Deste modo, dos calçamentos empregados houve a preferência pela alvenaria que além de mais barata, satisfazia as exigências do desenvolvimento da capital. Continuam a ser empregados, entretanto, o

macadame e o cascalho em menor volume. Pela primeira vez o calçamento de base betuminosa é referenciado pelo relatório como uma alternativa para Belo Horizonte que apresenta vantagens como o preço. Entre 1912 e 1913 a cidade de Belo Horizonte apresentou um grande crescimento evidenciado, sobretudo, pelo grande volume de licenças para obras concedidas pela Primeira Diretoria de Obras, tanto na zona urbana quanto na zona suburbana.

No projeto da Comissão Construtora foram criados cinco núcleos coloniais em volta da área urbana, constituindo a primeira periferia da nova cidade: Carlos Prates (que deu origem aos bairros Carlos Prates, Prado e Gutierrez); Américo Werneck (hoje o bairro do Horto e parte dos bairros Santa Teresa, Floresta e Sagrada Família); Bias Fortes (hoje parte dos bairros Santa Efigênia e São Lucas); Adalberto Ferraz (hoje o bairro Anchieta e parte do bairro Mangabeiras) e Afonso Pena (cujas terras hoje estão ocupadas pelos bairros Cidade Jardim, Coração de Jesus, Vila Paris, Luxemburgo, São Bento, Santa Lúcia e Belvedere, por partes do Santo Antônio, pelo Conjunto Santa Maria, pela favela do Morro do Papagaio e por uma parte remanescente da antiga favela do Morro do Querosene) (AGUIAR, 2006, p. 253-278). A partir de 1915 algumas dessas colônias, que apresentaram um desenvolvimento significativo, foram emancipadas por decreto do governo do Estado e anexadas á cidade, aumentando assim a área suburbana. O relatório deste ano destaca que na realidade elas já eram uma continuação da ‘urbs’, mas não estavam sujeitas ás suas leis e benefícios. Não estavam, portanto, sujeitas às regras preestabelecidas, como acontecia nas cidades e sendo assim, muitos colonos que compraram lotes nessas regiões dispuseram de suas posses sem controle algum, construindo edificações sem alinhamento ou nivelamento, vendendo partes a terceiros, abrindo ruas e becos com largura inferior à norma, não contando também com água canalizada e o respectivo esgoto. A prefeitura encontrou dificuldades para lidar com esta situação, procurando corrigir as irregularidades, ao menos no discurso. O que não era possível resolver de imediato encarregava “ao tempo, esse grande fator, que no geral tudo resolve e concerta”, a missão de resolver os problemas da nova área suburbana. (BELLO HORIZONTE, 1915, p. 07).

Entre 1915 e 1917, o calçamento com alvenaria de pedra começou a ser feito também em ruas e avenidas da região suburbana destacando-se a intensidade com que foram feitos os trabalhos. Tais relatórios destacam que o montante da área calçada nesse período atingiu marcas inéditas⁴ e propôs a criação pelo Conselho Deliberativo que um decreto denominado “Conservação de Calçamento” para ser cobrado exclusivamente sobre as habitações das ruas dotadas ou a serem dotadas deste melhoramento. (BELLO HORIZONTE, 1916, p. 17).

O relatório de 1917 reforça a campanha pela criação do referido decreto ao chamar a atenção para a o caráter inacabado da cidade. (BELLO HORIZONTE, 1917, p. 20). Para o relator, “uma cidade somente pode ser considerada definitivamente construída, quando todos os seus serviços essenciais, tais como os de águas, esgotos, viação, calçamento, iluminação, etc., se acham terminados”. (BELLO HORIZONTE, 1917, p. 04). Decerto, a cidade já possuía esses serviços, mas ainda incompletos, o que não satisfazia todas as exigências determinadas para a mudança da capital para a nova localidade. Os custos novamente são colocados como o principal motivo da não conclusão dos trabalhos. Ao trazer os exemplos das cidades do Rio de Janeiro e de Buenos Aires, que teriam parte de seus gastos custeados pela União, o relator indica qual seria a solução para a Nova Capital.

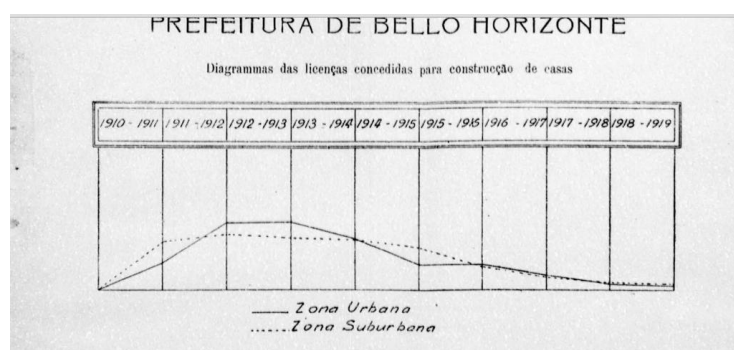
Apesar de o calçamento ter sido um dos serviços públicos que mais avançaram no período de 1915 a 1917, os relatórios posteriores destacam que a cidade ainda estava em formação e que ainda não possuía rendas suficientes para custear as despesas necessárias para prover a higiene, o conforto, o embelezamento e a originalidade que a tornariam a capital modelo projetada por seus idealizadores. A integralização do projeto seguia a passos lentos, dada as condições financeiras sempre lembradas. (BELLO HORIZONTE, 1919, p. V). A urbanização identificada no período também contrasta com a monotonia e a apatia verificada no ritmo das novas construções e das concessões de licenças nesse período. Segundo o relatório de 1919 nos cinco anos anteriores as construções particulares diminuiriam consideravelmente, chegando à paralização total

⁴ Relatórios publicados entre 1915 e 1917 (BELLO HORIZONTE, 1915, p. 06; BELLO HORIZONTE, 1916, p. 17; BELLO HORIZONTE, 1917 p. 74)

em alguns períodos. A partir de 1919 verificou-se a tendência de retomada do crescimento, em virtude do aumento da população e do retorno de operários. Isto pôde ser constatado pela quase inexistência de casas desocupadas em Belo Horizonte, uma vez que em 1917 havia cerca de 600 casas desocupadas. O ritmo das construções também parecia ter novo fôlego. (BELLO HORIZONTE, 1919, p. XVIII).

É interessante notar que entre 1900 a 1910 o ritmo das construções permaneceu constante, mantendo-se uma média de 200 novas construções anuais. Já no período de 1910 a 1920 esse movimento oscilou bastante, atingindo o máximo de 393 entre 1911 e 1912, decrescendo a 27 em 1918, ao passo que em meados de 1919 esse número havia triplicado. Com os novos resultados o relator manifesta seu desejo de que o crescimento tenha sido novamente retomado. (BELLO HORIZONTE, 1919, p. XVIII). Na imagem abaixo, do gráfico publicado no relatório de 1919, é possível verificar essa oscilação:

Imagem 01. Diagrama das licenças concedidas para construção de casas.



Fonte: (BELLO HORIZONTE, 1919, p. XVIII).

A Cidade de Minas, primeiro nome de Belo Horizonte, contava na época de sua inauguração com cerca de 12.000 habitantes, desde funcionários públicos, comerciantes, operários que trabalhavam em sua construção e alguns antigos moradores do arraial, estes concentrados em áreas suburbanas. As ruas largas e o vazio constante da cidade causavam estranhamento em que chegava de fora tanto para estabelecer residência quanto para quem ia visita-la, como lemos nas palavras de Tristão de Ataíde:⁵

⁵ Alceu Amoroso Lima, escritor e pensador brasileiro que viveu no Rio de Janeiro no início do século XX adotou o pseudônimo de Tristão de Athayde, com o qual escreveu diversos textos em jornais do período.

As casas perdidas nas ruas. O silêncio. Bondes. Lá um na vida, outro na morte. (...) Os grandes colégios e as ruas vazias, pelas quais passava, ainda, o eco de Nabuco a perguntar a João Pinheiro, quase chegando ao Palácio da Liberdade: Quando começa a cidade? (ARAÚJO, 1996, p. 30)

Belo Horizonte recebia muitos visitantes, jornalistas, escritores, representantes de governos, enviados de outros estados curiosos para conhecer a nova cidade da nova República. Monteiro Lobato, também visitara a cidade em seus primeiros tempos e não deixou de notar a “escassez de gente pelas ruas larguíssimas, a cidade semiconstruída, quase que apenas desenhada a tijolo, no chão, um prédio aqui outro lá, tudo semi-feito – e a tudo envolver um pó finíssimo e finissimamente irritante [...]” (apud JULIÃO 1996, p.62-63). O cronista João do Cural também escreveria sua impressão no jornal Diário de Minas lembrando o antigo apelido da promissora Belo Horizonte: Poeirópolis! (MAGALHÃES, 1989, p. 85).

Nos seus princípios a população existente não era suficiente para preencher o vazio espacial existente na cidade, o que tornava o caso de Belo Horizonte, *sui generis*, uma vez que os principais formadores e consumidores do espaço urbano, seus habitantes, eram escassos e estavam espalhados pela capital, dando a impressão de uma cidade vazia. Segundo o Anuário de Minas, em 1900 a população recenseada para o município foi de 15.000 habitantes ao passo que em princípios de 1905 era de 17.615, existindo 3.213 prédios construídos. (SENNA, 1906, p. 135).

O aparente vazio da cidade continuaria até pelo menos a década de 1920, quando população da cidade atingiu os 70.000 habitantes e uma nova planta geral da cidade para 30.000 habitantes foi aprovada. (BELLO HORIZONTE, 1920, pp. 41-58). Após o trabalho de levantamento para a nova planta geral, verificou-se que vários trechos do projeto original teriam de ser revisto em virtude da impossibilidade de execução do planejamento inicial. O relator informa, por exemplo, que houve um trecho suprimido da avenida do contorno e alerta para o fato de que esta não estava ainda totalmente aberta e regularizada de modo a contornar, de fato, a cidade. Informa que a manutenção do traçado primitivo era primordial para que isso se concretizasse futuramente. A partir

de 1920, o desaparecimento da maioria dos marcos geodésicos deixados pela Comissão Construtora anunciou o progressivo abandono da Planta Topográfica e Cadastral original. (PANORAMA, 1997, p. 24).

Ao final do século XIX e início do século XX a imprensa brasileira experimentava seu primeiro século de vida no país, uma vez que somente a partir de 1808 esta pôde oficialmente instalar-se. A linha editorial notadamente política seria uma das características dos jornais que circularam durante o século XIX, como bem ressaltou Isabel Lustosa, os jornais “não noticiavam, produziam acontecimentos”. (LUSTOSA, 2000). Até a época da Independência, este seria o perfil dos jornais em circulação nas principais cidades do Império. Neste período os periódicos se multiplicaram e os pasquins contribuíram para popularizar a imprensa. Na segunda metade do século XIX, as cidades cresceram significativamente e os jornais passaram a ter ainda mais importância. Os periódicos podiam, a depender das circunstâncias, fomentar discussões ou criar consenso, o que os tornava importante instrumento de poder. Neste período os jornais foram ainda bastante utilizados para publicar textos literários, como aqueles escritos por Eça de Queiroz e Machado de Assis. (SODRÉ, 1966).

O século XX assistiu a uma enorme diversificação da imprensa, que se enveredou por diversos temas, objetivando atingir a diferentes segmentos sociais. (BAHIA, 1990). Neste período, a utilização dos jornais pelos moradores das cidades como espaço para posicionamentos políticos, denúncias e reclamações em relação aos serviços públicos municipais ou particulares era comum, principalmente em cidades e capitais como o Rio de Janeiro. Os jornais de grande circulação à época, como O Paiz, Jornal do Brasil ou Gazeta de Notícias, traziam quase diariamente queixas de moradores em relação a serviços urbanos. Muitos dos grandes jornais em circulação na capital federal possuíam espaços reservados a queixas de moradores e esta prática revelou-se bastante frequente ⁶.

⁶ A obra de Eduardo Silva traz um estudo sobre diversas queixas de moradores publicadas no Jornal do Brasil entre 1900 e 1910. SILVA, Eduardo. **As queixas do povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; Em edições do jornal O Paiz também foram encontradas reclamações e pedidos de providências de moradores, como na edição de O Paiz de 4 Janeiro de 1890, Coluna 8, página 1.

Ao analisar os jornais Diário de Minas e O Estado em circulação na cidade de Belo Horizonte e o jornal A Floresta, que era editado no bairro homônimo da capital mineira, para no início do século XX, foi possível perceber a quase inexistência de reclamações de leitores sobre os aspectos da cidade. Quando a reclamação acontecia, a nota ou matéria ressaltava o empenho dos administradores em resolver o problema apresentado, adotando um tom de certo conformismo em relação às condições de urbanização da cidade. O jornal Diário da Tarde de 1910 apresentou, dentre todas as edições pesquisadas, apenas uma reclamação, referente ao descaso da prefeitura com a higiene no centro urbano (DIÁRIO DA TARDE, Ano I, n. 37, 1910) e o jornal O Estado de agosto de 1911 reclama da quantidade de pó que se encontra na rua Pernambuco até a rua Rio Grande do Norte. (O ESTADO, Ano I, n. 09, 1911)

O jornal A Floresta de 20 de dezembro de 1914 informa que em conversa com o engenheiro responsável pela Diretoria de Obras Públicas da Prefeitura, este lhe informou que devido à crise, somente os serviços de movimento de terras e pedras puderam ser realizados, mas esperava, em breve, poder iniciar os serviços necessários na Avenida Afonso Pena e na Rua Pouso Alegre, a principal do bairro Floresta. Ao concluir a matéria, seu autor ressaltava que: “Assim esperamos se realizem em breve as boas intenções do distinto moço que tão relevantes serviços pode prestar à capital.”

(A FLORESTA, Ano I, n. 03, 1914).

Em fevereiro de 1915 o mesmo jornal informava que recebera informação do Sr engenheiro da Diretoria de Obras de que não seria possível iniciar brevemente o calçamento da Rua Pouso Alegre. A solução encontrada pelo jornal não foi o protesto ou a crítica, mas sim a sugestão de que os proprietários de prédios ali localizados mandassem assentar eles mesmos os meios fios da rua.

Estamos certos de que nem um destes a isso se recusará, poderemos registrar mais esse triunfo conferido a nossa folha, pois que não nos dando trégua as autoridades prefeitura no sentido levar efeito o calçamento da rua Pouso Alegre, uma das ruas mais importantes da Floresta e menos cuidada até hoje.” (A Floresta, Ano I, n. 02, 1915)

Considerações finais

Conforme salientado no início deste texto, o planejamento e a construção da cidade de Belo Horizonte, está inserido em amplo processo de modernização e ordenamento experimentado por diversas cidades brasileiras. Higienização, embelezamento e racionalização do espaço, modernidade e progresso guiavam as gestões e os planejadores urbanos do período. Evidenciou-se, no entanto, que no caso mineiro da construção da nova capital de Minas Gerais, os entraves financeiros aparecem como o principal motivo para a morosidade das obras e parcial execução do projeto elaborado. O resultado tornou-se evidente para os novos moradores e visitantes da cidade erguida no vazio do interior mineiro, representado, sobretudo, pela ausência do fator humano no ambiente urbano e pelo permanente caráter inacabado que a cidade apresentava. A modernidade do projeto de Aarão Reis propôs apagar todo e qualquer vestígio do antigo Curral del Rey antes existente, mas se ao demolir as antigas construções esse objetivo se concretizou, a constante presença da poeira ou da lama não deixavam dúvidas quanto ao arcaísmo do lugar.

Ao procurar identificar quais as condições de urbanização e estágio de execução do projeto da cidade de Belo Horizonte durante suas primeiras décadas de existência, minha intenção era mostrar o quanto a cidade era dual e contraditória, moderna e pastoral ao mesmo tempo. Os novos prédios, imponentes no anfiteatro proporcionado pela Serra do Curral, construídos com base nos mais modernos conceitos de arquitetura colocavam Belo Horizonte entre as cidades mais modernas do período, suas ruas sem calçamento a transportavam ao que de mais arcaico poderia haver em uma cidade moderna. É como se a base, o substrato sob o qual o novo se assentava teimasse em mostrar a todos o material do qual ele era feito. Seus moradores e visitantes, apesar de notarem e até se incomodarem com esta situação, manifestaram certa compreensão com a situação na nova cidade ainda a ser construída.

No entanto, os moradores, mais do que os visitantes, pareciam comprar a ideia do projeto da cidade e apostavam em seu futuro, assim como foi possível perceber nos

relatórios dos prefeitos. Um futuro promissor, a julgar pelas comparações frequentes com cidades como o Rio de Janeiro, La Plata, Washington e Nova York. Belo Horizonte, com certeza estaria apta a estar lado a lado com estas cidades inseridas na modernidade ainda tão conflituosa de finais do século XIX e início do século XX. A cidade-promessa, ainda não concretizada e o antigo Curral ainda evidente, permitem entender a construção da cidade de Belo Horizonte como um ambiente de conflitos e contradições. Uma construção que, apesar parecer rápida, visto sua inauguração ter se dado apenas três anos após do início das obras, teria sido concluída apenas em meados dos anos 1930, ainda assim, longe de ter concretizado integralmente o sonho de seus idealizadores.

REFERÊNCIAS

A FLORESTA. Belo Horizonte. Ano I, n. 01, 15 de novembro de 1914 a Ano I, n. 5, 14 de março de 1915 – Revista ilustrada

ARAÚJO, Laís Correa de, (Org). **Sedução do horizonte**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.

ATAÍDE, Tristão de. Belo Horizonte, cidade morta. In: ARAÚJO, Laís Correa de, (Org). **Sedução do horizonte**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.

AZEVEDO, Artur. **Um Passeio a Minas – VI**. Minas Gerais, Belo Horizonte, 11 dez. 1901, p. 2.

BAHIA, Juarez. Jornal, História e Técnica. **História da imprensa brasileira**. São Paulo: Ática, 1990

BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte: Memória Histórica e Descritiva**. História Antiga. Rex. Belo Horizonte. 1936. vol. 1.

BELLO HORIZONTE. **Mensagem ao Conselho Deliberativo da Cidade de Minas apresentada em 19 de setembro de 1900 pelo prefeito Dr. Bernardo Pinto Monteiro**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1900. 69 p.

_____. **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Bernardo Pinto Monteiro. 12 de setembro de 1899 - 31 de agosto de 1902.** Bello Horizonte: Imprensa Oficial de Minas, 1902. 277 p.

_____. **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Francisco Bressane de Azevedo em 10 de setembro de 1903.** Bello Horizonte: Imprensa Oficial de Minas, 1903. 191 p.

_____. **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo da cidade de Belo Horizonte pelo prefeito Francisco Bressane de Azevedo em setembro de 1905.** Bello Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1905. 41 p.

_____. **Relatório apresentado aos Srs. membros do Conselho Deliberativo pelo prefeito interino Dr. Antonio Carlos Ribeiro e Andrada [dois relatórios encadernados juntos: 1905 e 1906].** Bello Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1906. 205 p.

_____. **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Benjamin Jacob em 28 de setembro de 1907.** Bello Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1907. 90 p.

_____. **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Benjamin Jacob em 16 de setembro de 1908.** Bello Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1906. 107 p.

_____. **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Benjamin Brandão em janeiro de 1910, sobre assuntos referentes ao ano decorrido de agosto de 1908 a setembro de 1909.** Bello Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1910. 63 p.

_____. **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo com o projeto de orçamento para 1911, pelo prefeito Dr. Olyntho Meirelles em setembro de 1910.** Bello Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1910. 13 p.

_____. **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Olyntho Deodato dos Reis Meirelles em 16 de setembro de 1911.** Bello Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1911. 123 p.

_____. **Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Olyntho Deodato dos Reis Meirelles em setembro de 1912.** Bello Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1912. 103 p.

_____. **Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Cornélio Vaz de Mello em setembro de 1915.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1915. 23 p.

_____. **Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Cornélio Vaz de Mello em setembro de 1916.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1916. 53 p.

_____. **Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Cornélio Vaz de Mello em setembro de 1917.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1917. 79 p.

_____. **Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Affonso Vaz de Mello em outubro de 1918** Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1918. 56 p.

_____. **Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Affonso Vaz de Mello em setembro de 1919.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1919. 87 p.

_____. **Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Affonso Vaz de Mello em setembro de 1920.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1920. 69 p.

_____. **Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Affonso Vaz de Mello em setembro de 1921.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1921. 79 p.

_____. **Relatorio apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Bernardo Pinto Monteiro.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1902. 273 p.

_____. **Relatorio apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Francisco Bressane de Azevedo.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1903. 191 p.

_____. **Relatorio apresentado ao Conselho Deliberativo da Cidade de Belo Horizonte pelo prefeito Francisco Bressane de Azevedo em setembro de 1905.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1906. 205 p.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

De CERTEAU, M. *A Invenção do Cotidiano.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

DIÁRIO DA TARDE. Belo Horizonte. Ano 1, n.1, 19 de abril de 1910 a Ano II, n.275, 19 de junho de 1911.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos**. A guerra dos jornalistas na independência 1821-1823. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MAGALHÃES, Beatriz de Almeida. **Belo Horizonte, um espaço para a república**. 1989. Belo Horizonte, Ed. UFMG.

MINAS GERAES. Comissão Constructora da Nova Capital. **Revista geral dos trabalhos**:

publicação periodica, descritiva e estatística, feita, com autorização do governo do estado, sob a autorização do engenheiro chefe Aarão Reis. Rio de Janeiro, n. 1, 107 p., abril de 1895 b. H. Lombaerts & C., editor. Acervo APM.

_____. Comissão Constructora da Nova Capital. 4ª Divisão. **Ofício n. 98, do engenheiro Samuel Gomes Pereira**, 25 jul.1894. Belo Horizonte, 1894b. Acervo APCBH.

_____. Comissão Constructora da Nova Capital. 4ª Divisão. **Ofício n. 131, do engenheiro Samuel Gomes Pereira**, 5 out.1894. Belo Horizonte, 1894a. Acervo APCBH.

MUMFORD, Lewis. *The Culture of Cities*. New York City: Harcourt, Brace and Company, 1951.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (Coord.). **Belo Horizonte: espaços e tempos em construção**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH. 1994

O ESTADO. Belo Horizonte. Ano 1, n.1, 23 de julho de 1911 a Anno III n.818, 03 de abril de 1914.

PAIM, Antonio (1999). **Plataforma Política do Positivismo Ilustrado**. Brasília: UNB.

PENNA, Octávio. **Notas Cronológicas de Belo Horizonte (1711 - 1930)**. Estabelecimentos Gráficos Santa Maria - Belo Horizonte., 1950

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: visões do urbano – Paris**, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS. 1999

_____. (1995). **Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.8, n.16, p. 279-290.

_____. (2001). **Uma Outra Cidade: O Mundo dos Excluídos no Final do Século XIX.** São Paulo: Companhia Editora Nacional.

RAMINELLI, Ronald (1997). História Urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs) (1997). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus.

REIS, Aarão. **Ofício n. 26, de 23 de março de 1895**, apresentando ao Governo as plantas da cidade. In: MINAS GERAES. Comissão Constructora da Nova Capital. Revista geral dos trabalhos: publicação periodica, descritiva e estatística, feita, com autorização do governo do estado, sob a autorização do engenheiro chefe Francisco Bicalho. Rio de Janeiro, n. 2, p.59-60, agosto de 1895. H. Lombaerts & C., editor. Acervo APM.

RONCAYOLO, Marcel. (1999). **Mutações do espaço urbano: a nova estrutura da Paris haussmanniana.** Projeto História-espço e cultura. Revista do Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da PUC, SP. São Paulo, n. 18.

SALGUEIRO, Heliana Angotti (2001). “O Pensamento francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às praticas”. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Cidades Capitais do Século XIX: Racionalidade, Cosmopolitismo e Transferência de Modelos.** São Paulo: Edusp.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos (1988). **A cidade como um jogo de cartas.** Niterói: UFF; São Paulo: Projeto Editores.

_____. 1982. **Processo de crescimento e ocupação da periferia.** Rio de Janeiro, IBAM.

SCOBIE, James. [El crecimiento de las ciudades latino americanas, 1870-1930](#). In Leslie Bethell, *História de América Latina*, Tomo 7. Barcelona: Editora Crítica, 1991

SENNA, Nelson C. de. **Anuário de Minas Gerais.** Vol. 2. Belo Horizonte: Minas Gerais: Imprensa Oficial, 1907.

SILVA, Eduardo. **As queixas do povo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

TEIXEIRA, Carlos M. **Em obras: história do vazio em Belo Horizonte.** São Paulo: Cosac e Naify. Edições, 1999.

TRABALHADORES METALÚRGICOS DE JUIZ DE FORA/MG: O SINDICATO E A IDENTIDADE OPERÁRIA

Luisa de Mello Correard Pereira
luhcorreard@hotmail.com
Universidade Federal de Juiz de Fora
Mestranda em História

Resumo

O objetivo do trabalho é estudar a história do Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora/MG, procurando entender a luta dos trabalhadores e a construção da identidade de classe e de categoria na primeira metade do século XX, em contextos local e nacional. A trajetória dos trabalhadores metalúrgicos se destaca no processo da formação da classe operária e história sindical no país nesse período. Nesse sentido, o estudo do sindicalismo para esse setor a nível local e nacional pode contribuir para a compreensão da construção da identidade operária e metalúrgica dentro de um contexto político peculiar.

Palavras-Chave: sindicalismo, movimento operário, identidade operária

Abstract

The objective of this article is study the history of the United Steelworkers of Juiz de Fora/MG, seeking to understand the struggle of the workers and the construction of class identity and sector in the first half of the twentieth century, in local and national contexts. The trajectory of the metalworkers stands in the formation process of the working class and union history in the country in that period. So, the study of trade unionism to this sector at local and national level can contribute to the understanding of identity construction and metal working within a particular political context.

Keywords: syndicalism, labor movement, labor identity

A trajetória dos trabalhadores metalúrgicos se destaca no processo da formação da classe operária no país, sendo um dos setores principais que conduziram a história sindical brasileira no século XX (RAMALHO, SANTANA, 2001, Pp. 7-8). A categoria esteve presente nos principais eventos políticos e assumiu papel decisivo no movimento operário, sobrevivendo e fortalecendo sua identidade mesmo nas mais adversas situações político-econômicas.

Na década de 30, houve um processo de oficialização de sindicatos, agregando as instituições dentro do regime corporativo do Governo Vargas (GOMES, 2008, Pp. 221). Mas os trabalhadores não ficaram alheios à oficialização do movimento sindical - estes convergiram com esse processo, mas não de forma acrítica. Assim, esses atores assumiam os limites e responsabilidades dessa transformação, mas também recriaram suas possibilidades e arenas (RAMALHO, SANTANA, 2001, Pp. 13) – o que teria contribuído para a construção da identidade trabalhadora e metalúrgica.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora/MG foi criado em 1932, institucionalizado como um sindicato oficial junto ao governo federal. A criação do sindicato foi em decorrência do crescimento do setor metalúrgico na cidade, que estava em processo de reestruturação industrial, e também pelo crescimento dos trabalhadores dessa categoria e sua participação política na cidade e no país. Embora o sindicato esbarrasse nas barreiras do sindicalismo corporativo, seus trabalhadores tiveram papel ativo nas reivindicações oficiais – através das reclamações à Justiça do Trabalho – e não oficiais – através de greves e manifestações.

Nesse sentido, o presente artigo intenta estudar a formação e a legitimação do Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora, entendendo sua identidade de classe e de categoria – fortemente presentes nesse processo - e a participação destes trabalhadores para a formação do sindicalismo na cidade e na construção da sociedade juiz-forana e brasileira.

As informações e dados prestados sobre o Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora foram coletados e transcritos a partir de documentos primários, produzidos pela própria instituição no exercício de suas funções e atividades, em todas as datas aqui retratadas. A preservação desse material, portanto, é de grande importância para a memória do Sindicato, sua vasta história de lutas e o reconhecimento de sua importância para o desenvolvimento industrial e social de Juiz de Fora e do Brasil.

Os sindicatos e o movimento operário no Brasil na primeira metade do século XX: A “aliança de classes” e o “sindicalismo corporativo”

A partir de 1930, após a “Revolução”, o Brasil passou por um novo processo de reafirmação de seu Estado-nação. Além de negar o passado liberal do período anterior, a nova formação nacional tinha por característica a atenção especial à questão social, ligando a nacionalidade diretamente à ideia de cidadania. Nesse sentido, o governo do pós-30 reconheceu o social como um problema político, que necessitava de uma intervenção do Estado imediata e direta. Era necessário concretizar e popularizar essa nova noção de cidadania, e a construção desta estava calcada na ideologia do “trabalhador brasileiro”, e o presidente aparece como o grande líder dos trabalhadores, o “pai dos pobres” (GOMES, 2005, Pp. 221).

Além da propaganda, o governo lançou mão de uma Legislação Social voltada para os trabalhadores, principalmente as Leis Trabalhistas (CLT) e a Previdência Social. Nesse sentido, esses direitos sociais, que foram na realidade uma conquista da população, apareciam como uma concessão do governo para os trabalhadores – o que reforçava ainda mais a ideologia do Estado como seu real representante. Essas iniciativas governamentais englobavam várias políticas públicas, e caracterizavam um sistema político corporativo (GOMES, 2008, Pp. 221-222). Uma das políticas mais importantes foi a implementação do “sindicalismo corporativo” – organização sindical mediada pelo Estado através de uma legislação específica. Essa proposta seria voltada para uma “disciplinarização” da massa trabalhadora, com a criação da CLT e com a institucionalização dos sindicatos oficiais (COSTA, 1999, Pp. 92).

Apesar dos problemas – a tentativa de controle e o desrespeito às leis – a legislação social trouxe vantagens para os trabalhadores. Estes ganharam em termos de aumento de sua legitimidade, possibilidade de exigência, cumprimento de seus direitos e incremento de uma “capacidade de barganha” diante dos patrões – mesmo que todas essas características estejam mediadas pela Justiça (BARBOSA, 2008:121). Além disso, a consolidação da CLT e outros benefícios ligados a ela, incluindo a Justiça do Trabalho e a Previdência Social, é uma resposta direta à mobilização dos trabalhadores.

Essa interação é importante para se compreender o movimento dos trabalhadores do período. Era uma via de mão dupla: ao mesmo tempo em que a legalização dos sindicatos representava o reconhecimento pelo Estado da força de organização e contestação dos trabalhadores, também se constituía em uma estratégia de controle dos mesmos. Mas muitas vezes os trabalhadores extraíam deste modelo de “aliança de classes” recursos para suas lutas e para o fortalecimento das suas noções de justiça social (SILVA, 1999: 80). Havia, então, uma relação de reciprocidade.

Mas essa relação não inibia a luta direta dos trabalhadores em prol de melhores condições de trabalho e em conquista de direitos. Com o aumento da repressão do Estado, houve uma maior reação popular (FORTES, 1999, Pp. 22). Os anos 50 inauguraram um processo de crescimento gradual das greves no Brasil, e a maior concentração de greves estava na região Centro-Sul: 67,3% em 1950 e 69,9% em 1960. Minas Gerais e Espírito Santo detêm 9,4% em 1950 e 8,7% em 1960 (SANDOVAL, 1994, Pp. 34). Isso indica um crescimento da capacidade de mobilização dos trabalhadores e o desenvolvimento de novas formas de ação e organização no período.

Em 1953, houve uma paralisação em massa em São Paulo e cidades vizinhas, como Santo André e São Caetano, envolvendo mais de 300 mil trabalhadores de múltiplas categorias (têxteis, metalúrgicos, gráficos etc.), que reivindicavam reajuste salarial. A greve só foi encerrada quando houve um acordo entre patrões e empregados. Apesar de o índice ser menor do que o pretendido, o impacto da mobilização nos sindicatos e na cultura política foi positivo, no sentido de reacender o movimento operário e sua autonomia (COSTA, 1999:111). Essa luta assinalou a reconquista dos



sindicatos pelos setores atuantes, em um contexto de crescente repressão do governo Dutra (1946-1950). Além disso, assinalou também a renovação do movimento operário, já que atraiu novos militantes.

Em 1957, ocorreu em São Paulo uma greve em massa, que mobilizou mais de 400 mil trabalhadores – por isso ficou conhecida como “a greve dos 400 mil”. O salário era a principal reclamação dos grevistas, mas as reivindicações se entendiam para vários fatores, de condições de trabalho à sobrevivência. A greve contou com 80% dos trabalhadores dos setores envolvidos parando suas atividades. No segundo dia, a paralisação foi de quase 100% dos trabalhadores (FONTES, 1999:155), e o movimento ganhou as ruas, conquistando outros setores da sociedade e ganhando características de rebelião popular (FONTES, 1999:159). Mesmo que os valores negociados no final tenham sido bem abaixo dos estipulados inicialmente, e dos valores reivindicados, a proporção que a greve tomou e o fato dos empregadores tiveram de ceder á negociações foram provas de que a greve constituiu uma vitória para os trabalhadores e para o movimento sindical.

A mudança industrial no Brasil, o crescimento do setor metalúrgico e o destaque de Juiz de Fora

Em termos econômicos, a partir da década de 40, os setores modernos (sobretudo o metalúrgico) foram crescendo no país, enquanto dos setores tradicionais, até então hegemônicos, começaram um processo de lento declínio. O crescimento da força de trabalho no período desacelerou, devido ao processo de automação da indústria brasileira, que favorecia o setor moderno (NETO, 2006. Pp. 39-41). Os planos político-econômicos do governo incitavam o crescimento das indústrias de base, de máquinas e de bens de consumo duráveis, principalmente o de veículos a motor; a despeito dos têxteis, que vinham perdendo subsídios desde os anos 40.

Em consonância com esse contexto, Juiz de Fora assistiu a um grande crescimento industrial. O período compreendido entre 1930 e 1939 foi de intensa industrialização na cidade, aonde as fábricas multiplicaram-se, e conseqüentemente o

número de trabalhadores empregados. A partir desse período, o parque industrial da cidade passou a ser composto principalmente pelos ramos têxtil e de alimentos e bebidas. Constatava-se nas duas categorias o uso intensivo de mão-de-obra e a baixa mecanização - segundo vários industriais do período, a principal atração das indústrias à cidade, além de sua posição privilegiada, era a abundância de mão de obra barata (LOYOLA, 1980, Pp. 32).

Mas, concomitantemente, assistiu-se a um movimento de redução da evolução da mão de obra ocupada pela indústria têxtil, o que pode ser explicada por um crescente processo de mecanização das fábricas, dispensoras de mão-de-obra. Não obstante, foi um período de crescimento do setor moderno, sobretudo a metalúrgica, não só na cidade como em todo o país.

“O setor tradicional, portanto, dominou em termos do emprego da maior proporção da força de trabalho industrial até a década de 1950. Por outro lado, em termo de produção de lucros, as indústrias do setor moderno demonstraram um maior desempenho” (BARBOSA, 2008, Pp. 31)

Embora fique claro que o setor dominante ainda era o têxtil, as indústrias metalúrgicas já surgiam como um importante novo investimento à industrialização estagnada da cidade, em um contexto de diversificação do parque industrial em todo o país. Denílson Barbosa, em sua tese de mestrado defendida em 2008, já enxergava esse crescimento do setor a partir da análise de processos trabalhistas, aonde os empregados das metalúrgicas aparecem em números e em dados significativos.

Cabe aqui pontuar que os setores modernos nesse período estavam em vias de desenvolvimento na cidade e no país, em um contexto de estímulo do governo ao crescimento das indústrias de base e de bens de consumo duráveis (NETO, 2006, Pp. 41); em contrapartida, o setor tradicional estava no início de um processo de declínio. As indústrias do setor dinâmico, sobretudo a metalúrgica, absorvia a mão-de-obra dispensada no processo de mecanização das indústrias tradicionais; mas não havia absorção suficiente para a demanda de dispensados, uma vez que os setores modernos

necessitavam de mão-de-obra qualificada. Todas essas características tinham impactos diretos na classe trabalhadora.

A situação dos trabalhadores urbanos em Juiz de Fora na década de 30 não era muito diferente da dos trabalhadores do resto do país. Não havia salário mínimo, a base dos pagamentos variava entre os setores e os empregadores; a jornada de trabalho variava de 10 a 14 horas diárias; os castigos corporais aos aprendizes era prática comum, assim como punições e suspensões (LOYOLA, 1980, Pp. 46). Em suma, eram condições difíceis de trabalho e de vida.

A institucionalização da CLT a partir de 1943 trouxe à cidade e ao resto do país leis que deram um alento aos trabalhadores, principalmente no que concerne a jornada de trabalho e aos salários; mas não resolveu terminantemente o problema da exploração da mão de obra, e nem enganou completamente os operários com seu teor “populista”, como comprovam os números de greves e indicativos de greve, e outras manifestações de insatisfação popular.

Nesse sentido, a ideologia nacional-desenvolvimentista e sua característica de “aliança classista” influenciou o movimento operário em Juiz de Fora, que em algum momento buscava na aliança com o Estado o atendimento as suas reivindicações. Mas isso não eliminava conflitos e a reação patronal. De fato, a “conciliação” só era possível com a pressão popular, seja pela negociação direta com os industriais, seja com as greves. Nesse período, há exemplos dos dois casos. Houve greves em 1947 e em 1948, como já citados; e em 1960 houve o acordo em relação a um novo aumento de salário, que foi conquistado mediante acordo com o patronato e o governo (LOYOLA, 1980:84).

Apesar das limitações apresentadas pelo Estado corporativista, o movimento sindical em Juiz de Fora foi ativo a tal ponto que se destacou nacionalmente. Os operários juiz-foranos mostraram-se combativos, independentes de suas origens e capacidades – ao contrário do que fora defendido por décadas pelos estudos tradicionais.

Um grande exemplo do papel ativo dos trabalhadores juiz-foranos na mobilização nacional foi o aumento de 100% do salário mínimo em todo o país, decretado pelo governo federal em 1951. Um sindicalista da cidade estava na composição da representação mineira que, junto com representantes de outros estados, integrou a comissão de revisão de salário mínimo proposto pelo Ministro do Trabalho João Goulart. Em 1954, foi decretado que o salário mínimo em Juiz de Fora subisse de Cr\$ 900 para Cr\$ 2.200 (LOYOLA, 1980, Pp. 68) - um aumento de 110,5%, um nível acima do estipulado nacionalmente, o que atesta a grande mobilização dos trabalhadores da cidade e a importância destes no movimento sindical.

Uma observação que deve ser feita aqui é que, de acordo com relato dos sindicalistas envolvidos nesse movimento, o aumento salarial não foi visto como uma mera concessão do governo Vargas e do ministro Goulart, e sim uma conquista dos próprios trabalhadores - que souberam aproveitar a conjuntura do governo favorável a seus interesses, e não a depender dele (LOYOLA, 1980, Pp. 68).

Os casos apresentados, entre outros, comprovam o que a historiografia recente vem defendendo: que os trabalhadores de Juiz de Fora e de todo o Brasil não aceitaram passivamente a tentativa de controle do Estado. Pelo contrário, os mesmos reagiam, seja em forma de luta direta; seja em forma de apropriação e adaptação das políticas trabalhistas, reivindicando junto ao patronato os seus direitos defendidos pela lei, e até mesmo a criação de novos direitos. Eles procuraram formas de resistência na forma de associações classistas que carregavam em si o caráter reivindicatório, e uma identidade de classe fortemente ligada à identificação com sua categoria.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora e a identidade de classe

Denominado “Syndicato dos Operários Metalúrgicos de Juiz de Fora”, o órgão foi criado oficialmente em 24 de novembro de 1932, em uma reunião na sede social da União Trabalhista Sindical Mineira¹. Essa reunião contou com um número regular de

¹ As informações sobre o Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora e as citações diretas aqui contidos foram retirados dos de documentos produzidos pela instituição, em suas próprias ações e atividades. Os

interessados, e foi presidida pelo Secretário Geral da União, José Soares; e consistiu em uma assembleia prévia, anunciando a abertura oficial do sindicato, as questões para serem decididas em próximas assembleias e a importância do sindicato para a causa operária.

Em tempo, apesar de esta ser a data oficial da abertura do órgão classista, os trabalhadores metalúrgicos já estavam previamente organizados e ativos, como a própria ata parece indicar nas falas sobre a “vida normal dentro da lei” e sobre reivindicações anteriores à reunião oficial:

[...] falou companheiro Marcilho pedindo aos companheiros presentes para fazer a maior propaganda possível no Sindicato que agora entra na sua vida normal dentro da lei [...] o companheiro Soares que em nome da união constaria ata de metalúrgicos de Juiz de Fora, que se congregasse no seu sindicato, depois analisou longamente sobre a lei de férias, sobre o salário mínimo, terminando sobre a higiene das casas de aluguel.

Em contrapartida, nesta ata também encontram-se características de um novo sindicato procurando legitimar-se dentro da lei do Estado corporativo em construção, e assim obter os benefícios assegurados por essa legislação também em construção – mas sem esquecer sua identificação com a classe e com a categoria em que está inserida:

[...] consitando, para que todo o metalúrgico saiba cumprir com o seu dever, fazendo parte no seu Sindicato. Ainda com a palavra o companheiro Soares, disse que todo o associado com a carteira da união [...] será um carteira útil atodos, os associados serviria de carteira social [...]. Helio que em breves palavras explicou o protesto do companheiro Luiz Pereira, desse que este grupo redusido de desordeiro [...] terá que desaparecer por que estamos dentro da lei e portanto somos garantido pela mesma.

Mas apesar disso, os membros presentes pareciam comprometidos com a causa operária. Há discursos sobre a escravidão – que só havia sido abolida há 44 anos, sendo

ainda uma memória incômoda na sociedade – sobre reivindicações e solidariedade entre os operários e os outros sindicatos da região.

[...]mais para conseguirmos isto precisamos estar todos unidos dentro dos Sindicatos, falou depois na formação do Sindicato dos Trabalhadores em transportes [...] convidou os metalúrgicos para emcorporarem uma caravana, da uniao para irem Domingo dia 4 [de dezembro] a chapéu de uvas para formar o Sindicato camponez [...].Marcilho agradeceu a [construção] civil e analizou qual sera o dever do Sindicato [...] fez um pequena confronto da escravidao antiga e da, Escravidao atual.

Mais tarde, José Gomes Soares, antes Secretário Geral da União Trabalhista Sindical Mineira, se torna presidente do Sindicato dos Metalúrgicos. O lugar da mesma União também se tornou a sede da instituição Dessa forma, é a relação entre a união operária mineira e os trabalhadores metalúrgicos parecia próxima, mais uma vez evidenciando a história de lutas dessa categoria antes mesmo da oficialização de seu sindicato, e o forte apelo à identidade da categoria dentro de um órgão classista que, teoricamente, seria generalizado para os trabalhadores de todos os setores.

Em 1940, o Sindicato tem decretado o Estatuto² que regulou a instituição até a década de 50. Nesse período, muitas leis trabalhistas estavam em vigência, embora a própria CLT ainda não tivesse sido decretada. Também nesse período o Estado corporativo já estava regulando a vida dos trabalhadores e dos sindicatos, de modo que influenciou o Estatuto e o cumprimento do mesmo.

As leis de 1940 regulavam várias instancias do sindicato: as assembleias, os direitos e deveres dos associados, as assistências que deveriam ser oferecidas etc. Mas principalmente enfatizam as eleições sindicais – o modo com ela deveria ser procedida, quem podia se candidatar e quem podia votar; os cargos elegíveis; e obrigava as eleições sindicais a estarem subordinadas ao Tribunal da Justiça Eleitoral e ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

² Não há como provar que é o primeiro estatuto da história do Sindicato, mas é o mais antigo encontrado em seu Arquivo.

Nesse sentido, muitas das atividades estavam subordinados ao Ministério. As Assembleias Gerais Ordinárias precisavam das autorizações do mesmo para se realizarem e as atividades do Sindicato deveriam ser anualmente registradas e enviadas para a instância regional deste órgão do governo.

Nessa data, o presidente em exercício era Thiago Alves dos Santos, eleito em janeiro do mesmo ano. O mesmo anuncia em assembleia que o sindicato foi regularizado pelo decreto-lei n. 1402 de 05 de julho de 1939³ como legítimo representante de sua classe, e portanto muda o nome para Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos. O presidente argumenta assim que foi necessário adequar seus quadros de atividades e profissões às exigências oficiais, por isso a mudança de nome. Mas mesmo que fosse uma adequação necessária, e até mesmo exigida pelo Ministério, o novo nome passou por uma votação aberta, e foi unanimemente aprovada.

Em 1943, foi decretada as Consolidações das Leis Trabalhistas (CLT), composta pela legislação social vigente, com algumas modificações, e por novas leis que regulamentavam o cotidiano trabalhista do processo industrial brasileiro. Nesse sentido, a partir de 1945, as assembleias do Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora passaram a ter o conteúdo mais específico em relação às leis e a reivindicação de seu cumprimento. A partir da década de 50, o Sindicato tem suas atividade aceleradas – mesmo estando em pleno Estado Novo – e novas pautas são introduzidas em suas Assembleias. Mesmo com a regulamentação do governo de que todas as reuniões deveriam ser autorizadas, há registros de assembleias sem estarem veiculadas a registros de pedidos de autorização.

Em 22 de novembro de 1955 teve lugar uma Assembleia Geral Extraordinária. Nesse momento, o denominado Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Juiz de Fora, já tinha sede própria e um novo Estatuto regulamentado, o que ressalva o poder do Sindicato enquanto representante classista da região, inclusive não se atendo somente a uma categoria.

³ Lei que regula a associação em sindicato, sancionado pelo presidente Getúlio Vargas em 05 de julho de 1939. Ver: Justiça Brasileira. <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/126734/decreto-lei-1402-39>>. Acesso em: 14 de set. de 2013.



Uma das pautas desta assembleia foi a questão salarial, partindo não da diretoria, mas de um associado: “[...] pedindo a palavra o associado Sebastião José Regué Netto, fez ver aos companheiros presentes a necessidade de um aumento salarial visto a elevação assustadora do atual custo de vida [...]”. Mas primeiro, optam por fazer os processos “dentro da lei”: antes de entrar com dissídio coletivo, mandar cartas para as empresas para tentar negociar o aumento, “num gesto conciliatório”. E então, no caso de recusa dos empregadores, partir para o Dissídio Coletivo. O presidente propõe uma fórmula conciliatória de 70% de aumento sobre o salário então vigente. A proposta vai para votação e é unanimemente aprovada.

Apesar de seguir a legislação corporativa, o fato de a iniciativa do aumento salarial ter vindo dos próprios associados, e não da diretoria, demonstra a grande participação dos membros em geral da instituição. E a proposta de um aumento de 70% - um índice alto para começar negociações - revela que o Sindicato tem um alto poder de barganha com as empresas e com o Ministério, demonstrando o real papel do sindicato na sociedade industrial da região.

Considerações Finais

O reconhecimento do Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora como a única representante classista da categoria metalúrgica da região – no contexto de oficialização dos Sindicatos dentro da perspectiva setorial emposta pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio – e a pronta aceitação de seus membros da condição para que esse reconhecimento se estabelecesse, demonstra uma série de características significativas no tocante da formação da classe operária na cidade, a saber: a) a forte influência dessa identidade metalúrgica para os trabalhadores e a influência disto em suas lutas; b) a força de legitimação desta instituição dentro da sociedade juiz-forana, a ponto de ganhar esse status de representante setorial, e ainda ter poder de barganha frente aos patrões e apresentar características reivindicatórias em suas ordens do dia; c) o reconhecimento por parte do Estado desse poder e influência exercida pelo sindicato em um contexto de crescimento do setor e de efervescência social.

A força desta identidade também está presente em discursos e objetivos das Assembleias Ordinárias e Extraordinárias, mesmo com o discurso de aproximação com outras categorias – deixando bem claro que são *outras*, diferentes da união e da identidade dos metalúrgicos. Essa noção peculiar de sua identidade enquanto classe influencia suas ações dentro do seio do sindicato, e mesmo da sociedade.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias

ARQUIVO HISTÓRICO DO SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE JUIZ DE FORA. Juiz de Fora/MG. Acta de instalação do Sindicato de Operários Metalúrgicos de Juiz de Fora. 24 de novembro de 1932. P. 1-3. Caixa 01.

ARQUIVO HISTÓRICO DO SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE JUIZ DE FORA. Juiz de Fora/MG. Acta de assembleia geral extraordinária do Sindicato dos Operários Metalúrgicos para eleição do delegado eleitor. 1939. Caixa 01

ARQUIVO HISTÓRICO DO SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE JUIZ DE FORA. Juiz de Fora/MG. Ata da Assembleia Geral Ordinária de 22 de junho de 1955 do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Juiz de Fora. Caixa 01

ARQUIVO HISTÓRICO DO SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE JUIZ DE FORA. Juiz de Fora/MG. Cópia Autêntica da Ata da sessão da Assembléia. 1940. Caixa 01.

ARQUIVO HISTÓRICO DO SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE JUIZ DE FORA. Juiz de Fora/MG. Estatuto do Sindicato dos trabalhadores metalúrgicos de Juiz de Fora. Década de 1950. Caixa 10. P. 01-16.

Fontes Judiciais

BRASIL Decreto-lei n. 1402 de 05 de julho de 1939. Lei que regula a associação em sindicato, sancionado pelo presidente Getúlio Vargas em 05 de julho de 1939. Justiça Brasileira. <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/126734/decreto-lei-1402-39>>. Acesso em: 14 de set. de 2013.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Denílson Gomes. *Conflito Trabalhista e Uso da Justiça do Trabalho*. Tese (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em História, Juiz de Fora, 2008.

FORTES, Alexandre. SILVA, Fernando Teixeira. COSTA, Hélio. FONTES, Paulo. ET AL. *Na Luta por Direitos: Estudos Recentes em História Social do Trabalho*. Campinas, Editora da Unicamp, 1999.

FORTES, Alexandre. O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano. In: *Locus*. Revista de História, Juiz de Fora, v.12. n.02. pp. 61-86, 2007.

GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: editora da Fundação Getúlio Vargas, 2008.

_____. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: *Tempo*. Rio de Janeiro, vol.1, n.2, Pp. 31-58. 1996.

LOYOLA, Maria Andréa. *Os sindicatos e o PTB*. Estudo de um caso em Minas Gerais. Petrópolis: Vozes Ltda. em co-edição com CEBRAP, 1980.

NETO, Murilo Leal Pereira. *A reinvenção do trabalhismo no “vulcão do inferno”*; Um estudo sobre metalúrgicos e têxteis de São Paulo. A fábrica, o bairro, o sindicato e a política (1950-1964). Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2006.

RAMALHO, José Ricardo. SANTANA, Marco Aurélio. (Orgs). *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos*. Editora DP&A, 2001.

PACHECO, Jairo. *Guerra na Fábrica: Cotidiano operário fabril durante a Segunda Guerra – O caso de Juiz de Fora-MG*. Tese (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

GUERRA ÀS DROGAS: VIOLÊNCIA ENCARCERAMENTO E MORTE, REFLETINDO SOBRE O PARADIGMA PROIBICIONISTALuiz Eduardo Lopes Silva
edu_lsilva@hotmail.comPrograma de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do
Maranhão (UFMA)
Mestrando**Resumo**

A política proibicionista das drogas está em vigência há quase 100 anos. Essa política ao longo dos tempos não reduziu o consumo das substâncias químicas que visava combater, por outro lado, o seu efeito mais concreto tem sido manter um mercado lucrativo e bilionário à margem da lei e, portanto distante do controle público. A política proibicionista constitui na prática uma justificativa política de intervenção cotidiana da polícia junto às populações mais pobres no Brasil e no mundo. Esta intervenção, que podemos observar no seu epicentro está as camadas mais jovens, são vítimas de uma guerra cujos resultados tem sido a morte e o encarceramento em massa de grupos sociais específicos.

Palavras-chave: Política proibicionista, drogas, guerra.

Abstract

The prohibitionist drugs policy is in force for almost 100 years. This policy, over the years, has not reduced the use of chemicals that it aimed to achieve and, in the other hand, it's more concrete effect has been to maintain a lucrative and billionaire market outside the law and, therefore, away from public control. The prohibitionist policy is, in fact, a political justification for daily police intervention among the poorest people in Brazil and worldwide. This intervention, which can be observed at its epicenter is the younger, are victims of a war whose results have been death and mass incarceration of specific social groups.

Keyword: Prohibitionist policy, drugs, war

O século XX foi um século de expansão do consumo de substâncias psicoativas e acomodou em si, de maneira recalcitrante, diversas tradições de *intoxicações voluntárias*, passando pela *tradição estética* até chegarmos à *tradição política* na década de 1960, assim como muitas outras¹. Essa politização do uso de substâncias psicoativas se deu, dentre outras coisas, pela crescente proibição destas ao longo do século. O primeiro grande passo vitorioso da *política proibicionista*² no século XX foi à implantação da Lei Seca nos Estados Unidos da América que durou de 1920 a 1933: “Em 1920, o movimento pela temperança finalmente conquistou o seu grande objetivo e conseguiu colocar na ilegalidade a produção e comércio de bebidas alcoólicas” (ARAÚJO, 2012, p. 61). Segundo Carneiro (2013), a grande pretensão da Lei Seca, resultado da pressão de grupos de industriais como Henry Ford aliados a setores puritanos da sociedade, era aumentar a disciplina entre os operários fabris, onde o álcool era visto pelos patrões como um vetor de desordem e desobediência nas fábricas, devido ao seu uso muito difundido entre a classe trabalhadora. Em relação ao consumo de álcool por operários fabris, é bem conhecida a análise de Engels (2008) em “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, onde aponta que o aumento do consumo de álcool se deu juntamente com o processo de industrialização. O álcool, segundo Engels, era um instrumento de alívio para os operários escaparem da dura realidade e sobreviverem

¹ Sobre essas diferentes tradições de uso de substâncias psicoativas ver: Xiberras (1989). Dias (2012, p. 14) aponta pelo menos outras duas tradições do uso da droga vigentes no século XX: uma que busca a satisfação individualista através do ato de consumo e a outra, também enquanto perspectiva de entretenimento, em que os indivíduos tendem a “drogar-se para experimentar um grande ‘barato’, passar o tempo ou anestesiarem o tédio” (*Idem*, p. 24).

² Conforme veremos adiante, a *política proibicionista das drogas* não se resume a um conjunto de leis que proíbem o uso de determinadas substâncias, mas é uma ideologia de criminalização de povos e de grupos sociais que tem como centro difusor os Estados Unidos da América.

não apenas as rotinas estafantes de trabalho, como para agüentar as condições de uma vida miserável nos seus mais diversos aspectos. Iversen também salienta: “O uso excessivo do álcool e o risco de dependência destacaram-se especialmente nas cidades pobres do período industrial dos séculos XIX e XX” (2012, pp.17 -18).

Desta maneira, a Lei Seca Norte-Americana é o exemplo muito claro do que Foucault caracterizou como a tentativa das formas do *poder disciplinar* de dominar os mais diversos âmbitos da vida social, em vista de produzir uma individualidade dócil e útil, pois “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 2009, p. 118), isto é, perfeitamente adequado aos fins políticos do crescimento da economia capitalista:

O crescimento de uma economia capitalista fez apelo à modalidade específica do *poder disciplinar*, cujas fórmulas gerais, cujos processos de submissão das forças e dos corpos, cuja ‘anatomia política’, em uma palavra, podem ser postos em funcionamento através de regimes políticos, de aparelhos ou de instituições muito diversas (FOUCAULT, 2009, p. 209).

Da mesma maneira como os Estados Unidos foram os primeiros a criarem e exportarem o modelo de produção fordista, também foram os primeiros a exportar no século XX a *política proibicionista das drogas*. Antes mesmo da Lei Seca, segundo Araújo (2012, pp. 59-60), o congresso de Haia realizado em 1911, é tido como um dos marcos da tentativa de implantação da *política de proibição*, ainda que, em 1902 os EUA já estivessem esboçado sua vontade de proibir o comércio do ópio no congresso em Xangai, que não alcançou seu objetivo, no entanto, em Haia, esse contexto começou a mudar e a política proibicionista começa a se impor a nível internacional:

O novo acordo também não satisfaz o objetivo americano. Em vez de ‘proibir’ o ópio, os 12 países presentes no primeiro encontro, iniciado em 1911, concordaram apenas em ‘controlar’ sua produção – apenas a exportação seria proibida. A convenção também incluiu a morfina a heroína e a cocaína entre as substâncias controladas. Ainda seria necessários dois encontros (em 1913 e 1914) para conseguir a adesão de 44 países. Ao final da Primeira Guerra Mundial, em 1918, a convenção foi incluída como um detalhe do acordo de paz consagrado no Tratado de Versalhes, forçando sua adesão por mais alguns países (ARAÚJO, 2012, p. 60).

As ideias norte-americanas defendidas em Haia, não possuíam nenhum embasamento científico, sua base argumentativa era moralista, e seu principal ideólogo, que é tido como o grande idealizador da política proibicionista no século XX é o Bispo Charles Brent, para quem “sociólogos americanos denominam como um dos pioneiros ‘empreendedores morais’ da ‘cruzada contra as drogas’” (ARAÚJO, 2012, p. 58). A base moralista não se deve pelo fato de se tratar de um religioso, algo que não o impediria de ser um especialista no tema, mas trata-se de fato da ausência de argumentos cientificamente embasados:

O mesmo Bispo Charles Brent seria o chefe da delegação americana e presidente da comissão em Xangai e sua linha ideológica seria preservada em toda a sucessão de encontros internacionais para controle de drogas, que aconteceria no século 20, lideradas inequivocamente pelos EUA, que desde aquele momento já eram uma potência econômica, diplomática e militar. A composição da delegação americana em Xangai – formada pelo Bispo, um missionário cristão e um advogado – já deixava bem claro que a questão era mais religiosa e política do que científica, propriamente. A inclusão do estimulante cocaína no conjunto de narcóticos (remédios que dão sono) a ser controlados a partir do segundo encontro, em Haia (1911), é outro indício de que a ciência não influenciava muito naquelas decisões (ARAÚJO, 2012, pp.58-59).

Escohotado (1997) também destaca a ausência quase completa de argumentos científicos que justifiquem a *política proibicionista*, inclusive em relação ao conceito de “estupefacientes”, espécie de conceito guarda-chuva que os ideólogos norte-americanos do *proibicionismo* desejavam englobar nesta única caracterização, substâncias tão distintas como a maconha, a cocaína, a heroína e a morfina, e outras tantas. De tal forma que nos anos 60 o conceito de “estupefacientes” é considerado a-científico pela própria Organização Mundial de Saúde (ESCOHOTADO, 1997, p. 30).

No entanto, os acordos em Haia (1911) visavam apenas o controle de parte do comércio, mais especificamente as exportações de algumas substâncias, diferentemente da Lei Seca que previa penas severas àqueles que se dispusessem a produzir em larga escala e comercializar o álcool:

Não havia, porém, uma criminalização do uso. Ninguém poderia ser preso por beber ou por portar bebidas alcoólicas, mesmo que elas fossem obtidas com contrabandistas. Na verdade era permitido



inclusive fermentar e destilar sua própria bebida, desde que ela não fosse comercializada de forma alguma. Ou seja, a situação legal do álcool nos EUA durante a Lei Seca era semelhante à dos países que, a partir do fim do século 20, descriminalizaram a maconha. O foco da repressão seriam os traficantes – e eles não tardaram a aparecer (ARAÚJO, 2012, p. 61).

Em um tempo relativamente curto, milhares de bares foram fechados nos EUA, se impôs rapidamente uma repressão forte ao comércio, o que não impediu de maneira alguma que o número de traficantes e contrabandistas de álcool crescesse rapidamente, e junto com eles uma explosão nos índices de criminalidade, que cresciam na mesma medida que a guerra pelo controle de territórios e rotas comerciais entre as quadrilhas de contrabandistas aumentavam. O que fez disparar os índices de homicídios na maioria das grandes cidades americanas, as quadrilhas com os cofres cada vez mais cheios de dólares graças à mina de ouro que a Lei Seca representava para suas finanças, de tal maneira, que se tornou muito fácil o financiamento de outros tipos de crime, como o jogo, a exploração da prostituição e a extorsão que expandiam suas influências, e expandiam também sua ação no mercado legal, para lavagem de dinheiro junto a bancos e empresas de fachadas³. Com o negócio do álcool cada vez mais lucrativo, visto que a proibição elevava os preços, livra os empreendedores de impostos e outros encargos legais como os direitos trabalhistas de empregados, sobra dinheiro para corrupção de policiais, políticos, juízes e outras autoridades, a proibição foi o paraíso financeiro para a máfia, que desde então passou a ser uma força presente em diversos âmbitos da sociedade capitalista, como afirma Debord:

A Lei Seca norte-americana – grande exemplo das pretensões dos Estados deste século ao controle autoritário de tudo, e dos resultados que disso decorrem – deixou ao crime organizado, durante mais de uma década, a gestão do comércio das bebidas alcoólicas. A máfia, a partir de então rica e experiente, ligou-se à política eleitoral, ao mundo

³Qualquer semelhança entre a espiral de violência e corrupção gerada pela Lei Seca norte-americana e os efeitos devastadores causados pela *política proibicionista das drogas* hoje, não é mera coincidência para a maioria esmagadora dos pesquisadores do tema: “A ‘Lei seca’ norte-americana (Volstead act, de 1919), revogada vinte anos mais tarde, depois de haver alimentado a máfia, gerado uma pavorosa corrupção na polícia na administração da justiça, seria um bom parâmetro para se pensar em torno dos malefícios que a incriminação dos usos de drogas representa” (TORON, 1997, p. 23).

dos negócios, ao desenvolvimento do mercado dos assassinos profissionais, a certos aspectos da política internacional. Durante a Segunda Guerra Mundial, ela foi favorecida pelo governo de Washington em troca de sua ajuda na invasão da Sicília. Ao retornar à legalidade, o álcool foi substituído pelas drogas, que passaram a ser a mercadoria-vedete do consumo ilegal. Depois, a máfia assumiu grande importância no setor imobiliário, nos bancos, na alta política e nos grandes negócios de Estado [...] (DEBORD, 1997, p. 219).

No início da década de 1930 a Lei Seca começou a ser bastante contestada, por um lado, em razão do fracasso da *política proibicionista* que só conseguiu aumentar tremendamente o nível de violência nos anos em que esteve vigorando, por outro lado, porque vários setores da sociedade começavam a se organizar para lutar pelo direito de poder consumir, produzir e comercializar livremente o álcool. Segundo Carneiro (2013), iniciou-se uma imensa mobilização popular em prol da liberação do álcool, com passeatas que chegaram a contar com cerca de 50 mil operários nas ruas. Por seu turno, a crise de 1929 teria representado um verdadeiro colapso para as contas do governo norte-americano e muitos grupos políticos começaram a defender a ideia de que a liberação do álcool e sua consequente tributação, poderia ajudar a retirar as contas estatais do vermelho. Dessa forma, as eleições presidenciais de 1932 contribuíram para dar um desfecho rápido ao processo:

Na eleição presidencial de 1932, o candidato Franklin Roosevelt incluiu a luta contra a proibição entre suas promessas de campanha. Eleito, ele a cumpriu. Com seis meses de mandato, a proibição foi extinta, em 5 de dezembro de 1933. ‘Eu confio no bom senso do povo americano de que ele não trará pra si o infortúnio do uso excessivo de bebidas alcoólicas, para o prejuízo da saúde, moral e da integridade social’, declarou o presidente em um pronunciamento de rádio naquele mesmo dia. Os impostos arrecadados dali em diante com a volta da droga o ajudariam a pagar a conta do New Deal, programa de desenvolvimento que ele lançou para recuperar a economia do país, falida desde a queda da bolsa em 1929. Derrubar a proibição, afinal, foi muito mais simples do que a levantar. Afinal, as pessoas não precisavam imaginar ou especular como seria o mundo sem a lei seca. Elas podiam simplesmente lembrar (ARAÚJO, 2012, pp. 63-64).

Se de um lado, o fim da Lei Seca na década de 1930 representou uma grande derrota para os grupos que defendiam as *políticas proibicionistas*, de outro, em 1936 esses mesmos grupos obtiveram uma grande vitória na convenção de Genebra que pela

primeira vez previa pena para usuários e traficantes de substâncias como maconha, cocaína e heroína:

Em 1936, os países, enfim, concordaram em ‘punir severamente, particularmente com prisão’, a produção, a compra, a venda e a posse das substâncias citadas na Convenção – que desde o primeiro dos três encontros passou a incluir a Maconha, então chamada de Indian Hemp. Curiosamente, os EUA não assinaram a convenção desse ano, por considerá-la branda. Apesar de esses tratados não terem sido seguidos com muito afinco pela maioria dos países, as convenções de Genebra foram um divisor de águas na política internacional de drogas, ao prever, pela primeira vez, penas de prisão tanto para traficantes como para usuários (ARAÚJO, 2012, p. 60).

Os Estados Unidos não assinaram os termos da convenção por considerá-la branda demais, o que não o impediu de internamente iniciar políticas cada vez mais severas aos usuários e comerciantes daquelas substâncias. O critério para a escolha da criminalização dessas substâncias, como já mencionado anteriormente, não possuía nada de científico. O critério de escolha foi político. Segundo Carneiro (2013), proibiram-se nos EUA substâncias que estavam ligadas diretamente a grupos étnicos que eram marginalizados na sociedade estadunidense, ou seja, a maconha e a cocaína consumida mais comumente pelos negros e mexicanos e por outros migrantes hispânicos, e o ópio consumido pelos migrantes chineses. Segundo Hoobler (1988, p. 13) os imigrantes chineses teriam introduzido o ópio nos EUA desde meados do século XIX. Já a maconha nas décadas de 20 e 30 “fez sua aparição no cenário norte americano. Inicialmente foi levada em grandes quantidades por imigrantes mexicanos que iam para os EUA à procura de emprego” (*ibid.*, p. 16). Isto é, como já mencionado anteriormente, a “guerra às drogas” não é travada contra substâncias químicas, mas contra sujeitos sociais concretos, e nesse caso, trata-se de sujeitos sociais bem específicos. Juntamente com a criminalização dessas substâncias, criminalizaram-se povos, classes, grupos sociais inteiros. A proibição das drogas é até hoje nos EUA, o *dispositivo de poder* acionado sempre que se pretende intervir repressivamente junto a esses grupos. As formas de vigilância e de punição, como analisa Foucault, são bastante criteriosas nas diferentes maneiras de classificar, enquadrar e produzir os diferentes grupos de delinquentes que as *relações de poder* pretendem construir:

A penalidade seria então uma maneira de gerir as ilegalidades, de riscar limites de tolerância, de dar terreno a alguns, de fazer pressão sobre outros, de excluir uma parte, de tornar útil outra, de neutralizar estes, de tirar proveito daqueles. Em resumo, a penalidade não ‘reprimiria’ pura e simplesmente as ilegalidades; ela as ‘diferenciaria’, faria sua ‘economia’ geral (FOUCAULT, 2009, p. 258).

O escritor William Burroughs, pertencente à Geração Beat⁴, na introdução de um dos seus livros mais conhecidos “Junky”, publicado pela primeira vez em 1955, onde escreve sobre o recrudescimento das leis contra as drogas nos Estados Unidos, período que diz respeito às décadas de 1950 e 1960, onde o discurso de que seria necessário um combate ostensivo e repressor às drogas, que incluía a punição dos traficantes e usuários de maneira quase indistinta, foi alimentado pela mídia jornalística, por autoridades policiais e pelos ideólogos⁵ da *política proibicionista*:

Qualquer lei antinarcótico é tida pelo público em geral como uma coisa boa. Por esse motivo, o campo da legislação dos narcóticos tornou-se um laboratório de testes para uma espécie de lei nova dos EUA, mais comum em ditaduras. Nos estados da Louisiana e do Kentucky, ser viciado é crime punível com prisão (na Louisiana, de dois a cinco anos; no Kentucky, um ano). Trata-se de legislação ditatorial, que condena um jeito de ser. Na lei da Louisiana, não são especificados os locais nem as circunstâncias comprometedoras, tampouco é definido o termo ‘viciado’ (BURROUGHS, 2005, p. 251).

A distinção entre traficantes e usuários praticamente inexistia, “As autoridades dos Estados Unidos fazem a menor distinção, e as penas por tráfico e por porte são

⁴ Willer (2010), citando o do texto *The Beat Book* do poeta Ginsberg, afirma que o movimento da Geração Beat “se refere a um grupo de amigos que trabalharam juntos em poesia, prosa e consciência cultural desde meados da década de 1940 até que o termo [beat] se tornasse nacionalmente popular no final dos anos 1950” [...] “O grupo consistia em Kerouac, Neal Cassady, William Burroughs, Herbert Huncke, John Clellon Holmes e eu [Ginsberg]”, posteriormente se juntaram a eles “Carl Solomon e Philip Lamantia, Gregory Corso, Lawrence Ferlinghetti e Peter Orlovsky” (p. 10).

⁵ Podemos citar como um dos grandes ideólogos da política proibicionista das drogas o chefe do Bureau Federal de Narcóticos, criado nos Estados Unidos em 1932 com a finalidade de combater a produção, a circulação e o consumo de drogas, “Harry Anslinger foi o chefe do Bureau desde sua fundação até a década de 50. Ele teve grande influência na formação da opinião pública sobre a maconha no período compreendido nessas duas décadas. Anslinger liderou uma eficiente campanha contra a ‘erva daninha assassina’, cujo uso, segundo ele, levava ao comportamento criminoso e a experimentar drogas mais perigosas. Por sua recomendação em 1937, foi aprovada uma lei contra a maconha. Anslinger também combateu todas as tentativas de classificar os viciados em drogas como doentes. Ele era categoricamente contra a legalização do uso de drogas sob supervisão médica. A única concessão do Bureau feita para os usuários de drogas foi a instalação de um hospital em Lexington, Kentucky, onde os viciados podiam se internar para serem desintoxicados” (HOUBLER, 1988, pp. 16-17).

praticamente idênticas” (BURROUGHS, 2005, p. 250). Até mesmo o ato de tentar tratar um drogado era algo perseguido pelas autoridades policiais, “vinte mil médicos foram processados por tentarem tratar drogados, milhares foram multados e presos, entre 1935-1953, no que a associação médica de Nova York chamou de ‘guerra aos médicos”” (GINSBERG, 2005, p. 270) até mesmo o fato de apenas conversar sobre drogas dentro do ônibus ou no metrô, quem o fizesse corria o risco de ser preso, o que o próprio Ginsberg (2005) chamou de “paranoia ditatorial das Agências de Narcóticos” (p. 269). O significado dessa política, para Ginsberg, que não apenas refletia sobre o assunto mas era sua vítima direta, afirma:

A verdade básica e simples é que mancomunada com o crime organizado, a Agência de Narcóticos estava envolvida no tráfico feito por debaixo do pano; portanto, criara mitos reforçando a ‘criminalização’ dos viciados, emvez de proporcionar-lhes tratamento médico. O motivo era puro e simples: a ganância por dinheiro, por salários e pelo lucro da chantagem e das ilegalidades, à custa de um grupo de cidadãos classificados pela imprensa e pela polícia de ‘viciados’ (GINSBERG, 2005, p. 270).

A produção de párias sociais na sociedade americana foi o resultado dessa *política proibicionista*, como afirma Carneiro (2013). Essa política foi exportada para centenas de países e nos lugares onde se instaurou tem produzido sistematicamente efeitos semelhantes. Dessa maneira, observamos sob a óptica foucaultiana, que o fenômeno do *poder disciplinar* na sociedade capitalista, expresso nos diferentes tipos de punição e vigilância, não tem apenas a função de dizer “não”, mas de produzir e de moldar a realidade, obedecendo suas finalidades estratégicas, “De fato, o poder produz; ele produz real; produz domínios de objetos e rituais de verdade” (MACHADO, 2012, p. 20). Bem como, “o poder é produtor de individualidade. O indivíduo é uma produção do poder e do saber” (id., ibid., p. 24). Deste modo, gestou-se nos EUA uma “nova economia do poder de castigar” (FOUCAULT, 2009, p. 68), em relação a usuários e comerciantes de distintas substâncias, que a partir de então foram classificadas pelo rótulo simples e negativo de *drogas*. “Porque toda a gestão diferencial das ilegalidades por intermédio da penalidade faz parte desses mecanismos de dominação. Os castigos

legais devem ser recolocados numa estratégia global das ilegalidades” (FOUCAULT, 2009, p. 258).

Nos anos do pós-guerra, a ONU recém-criada, serviu como mediadora para a imposição da *política proibicionista* para o mundo todo a partir de suas convenções organizadas nos anos de 1961, 1971 e 1988. Em 1961, as resoluções tomadas nesse congresso foram no sentido de tentar reprimir a produção global de algumas substâncias, seu foco principal era tentar reprimir a oferta, “A convenção também criou, pela primeira vez, uma escala para enquadrar as substâncias em diferentes níveis de controle (com a maconha e a folha de coca entre as mais perigosas)” (ARAÚJO, 2012, p. 70). Já no congresso de 1971, quando se tratou de incluir novas substâncias nas listas das tidas como perigosas, as resoluções do congresso foram bem mais brandas, não existe mistério nenhum em relação a essa mudança de postura sensível. No congresso de 1971, a principal discussão foi em torno das drogas sintéticas, isto é, das drogas fabricadas pelos grandes laboratórios farmacêuticos, estimulantes, anfetamínicos, sedativos que tiveram uma larga popularização na década de 1960:

Como o alvo dessa convenção eram drogas produzidas por indústrias importantes para a economia de países desenvolvidos (e politicamente influentes na ONU), os controles impostos pelo documento são muito mais brandos do que da convenção de 1961 (ARAÚJO, 2012, p. 77).

Novamente, temos diante de nós mais uma prova de que a classificação das substâncias tidas como perigosas, não leva em conta nenhum critério médico, os critérios na verdade são os interesses políticos e econômicos das nações e grupos socialmente hegemônicos, dentre os quais, os Estados Unidos ocupam o lugar central. Apesar da convenção de 1971 não ter expandido vorazmente sua perseguição às substâncias sintéticas, no entanto, isso não impediu que a escalada global de “guerras às drogas” ganhasse força nesse período, é claro que o alvo não eram as drogas da indústria farmacêutica europeia e norte-americana, mas continuou sendo as substâncias étnicas, que eram identificadas com os povos do terceiro mundo. Com o governo Nixon, na década de 1970, as drogas foram consideradas o inimigo número 1 da sociedade americana:

Nixon foi o primeiro presidente norte-americano a fazer um esforço concentrado no sentido da internacionalização do combate as drogas, com consequências indesejáveis para muitos países e efeitos catastróficos para alguns, como a Colômbia e o Afeganistão que já se encontravam divididos por conflitos e possuíam governos brutais, porém débeis. A partir da década de 1970, os esforços para coagir ou subornar outros países para que aceitassem um regime global de controle de drogas baseado nos Estados Unidos se intensificaram as expensas do exame atento de modelos alternativos, como o britânico, que já foi diferente e bem-sucedido (WOODIWISS, 2007, p. 23).

O governo Nixon empreendeu uma verdadeira campanha de guerra contra as drogas, essa campanha não se restringiu apenas as suas fronteiras, mediante diplomacia, ameaças de embargos, subornos e outras táticas, conseguiu com que a maioria dos países, sobretudo no Ocidente, adotasse a mesma política em seus territórios, a perseguição as drogas que desde a década de 1930 já era bastante ampla, se recrudescu e se expandiu para outros países no mundo, os resultados dessa extrema proibição, e da criminalização de milhões de pessoas, sejam usuários ou traficantes, não foi muito diferente dos resultados da Lei Seca na década de 1920, ou seja, não conseguiu acabar com o consumo, nem diminuiu a oferta, pelo contrário, todas as pesquisas mostram que a partir da década de 1970, o acesso às drogas se tornou muito mais fácil em qualquer grande cidade do Ocidente, e os únicos resultados realmente concretos que atingiram foram a *produção* de um massa imensa de encarcerados, a elevação gigantesca dos índices de homicídios e de outros tipos de crime que passaram a ser financiados pelo dinheiro do tráfico:

As movimentações para a violência relacionada com o tráfico de drogas permaneceram em geral idênticas às que acompanharam a proibição de bebidas alcoólicas: proteção de território ou mercadoria do alcance de rivais, desestímulo a informantes ou roubo de dinheiro e drogas de outros traficantes. A polícia avalia que mais de 100 dentre os 690 homicídios ocorridos em Detroit em 1971 estavam relacionados com o tráfico de heroína. Em 1981, houve em Nova York 393 assassinatos ligados a drogas, inclusive 160 nos quais vendedores de drogas foram mortos durante assaltos. A partir de meados de 1970, a taxa de homicídio do sul da Florida saltou mais de 400% em poucos anos, especialmente devido à violência ligada ao tráfico. Em 1981, o médico legista de município de Dade foi obrigado a alugar um caminhão refrigerado para lidar com o aumento do número de cadáveres, e já então Miami havia se tornado uma das



idades mais perigosas do mundo. Nos últimos anos houve outro recrudescimento da violência relacionada com o tráfico de drogas (WOODIWISS, 2007, p. 21).

Foucault, no “Nascimento da Biopolítica”, elenca alguns dos efeitos da *política proibicionista* das drogas:

Primeiro, isso aumentou o preço unitário da droga. Segundo, beneficiou e fortaleceu a situação de monopólio ou de oligopólio de certo número de vendedores, de grandes traficantes e de grandes redes de refino e distribuição de droga acarretando, como efeito de monopólio e oligopólio, um aumento nos preços, na medida em que não se respeitavam as leis do mercado e da concorrência. E, por fim, terceiro, outro fenômeno mais importante no nível da criminalidade propriamente dita: o consumo da droga, pelo menos no caso dos intoxicados graves e de certo número de drogas, essa demanda de droga é absolutamente inelástica, ou seja, qualquer que seja o preço o drogado vai querer encontrar sua mercadoria e estará disposto a pagar qualquer preço por ela. E é essa inelasticidade de toda uma camada de demanda de droga que vai fazer a criminalidade aumentar – claramente falando –, vai-se assaltar alguém na rua para lhe tomar dez dólares, para comprar a droga de que se necessita. De modo que, desse ponto de vista a legislação, o estilo de legislação, ou antes, o estilo de enforço da lei que havia sido desenvolvido no decorrer dos anos 1960 revelou-se um fracasso sensacional (FOUCAULT, 2008, pp. 351-352).

O discurso *proibicionista* não vai servir apenas como prerrogativa política para a intervenção policial somente nos guetos norte-americanos dominados pelas quadrilhas que se beneficiam com a *política proibicionista*, mas servirá também como discurso de legitimação para intervenção militar em diversos locais do globo. Woodiwiss (2007) aponta como a política proibicionista das drogas justificou intervenções militares no sudeste asiático, em países como a Birmânia, Laos, Camboja e Vietnã (ligados à produção de papoula e seus derivados como heroína e morfina), e principalmente na América do Sul em países como Peru, Bolívia e Colômbia (ligados historicamente à produção da folha da Coca, matéria prima de produção da cocaína) da mesma forma aconteceu na Nigéria (país encarado como mediador entre a produção sul-americana de cocaína e sua exportação para Europa). Os Estados Unidos, especialmente seus tentáculos armados e repressores, CIA, FBI e forças armadas, estão ligados a operações militares em diversas partes do mundo, não apenas para repressão da produção global de

drogas, mas para a própria administração dos negócios. Ainda, segundo Woodiwiss (2007), os EUA comumente se associam a grupos de traficantes para combaterem governos que não estejam alinhados com seus interesses, foi o caso da aliança da CIA com grupos anticomunistas do sudeste asiático, que se utilizavam do tráfico para financiamento:

Armadas originalmente pela CIA e seus aliados os nacionalistas chineses anticomunista do kuomintang (KMT), as operações de Khun Sa [tido como um dos maiores traficantes de ópio do mundo] foram protegidas tanto pelo governo da Birmânia quanto da Tailândia, e se expandiram exponencialmente nas décadas de 1970 e 1980. No final da década de 1980, ele controlava muitas regiões de cultivo de ópio, assim como as rotas comerciais internas da Birmânia e as refinarias que convertiam a matéria-prima em heroína (p. 188).

Da mesma forma, Roio (1997), demonstra, em relação à associação da CIA com traficantes latino-americanos, facilitando a circulação de drogas no continente, afim de levantar fundos, para combater governos que não estivessem alinhados com os interesses de Washington:

Os que possuem boa memória se recordarão do processo contra o coronel Oliver North, que terminou com sua condenação. Os atos deste processo demonstraram com nomes e fatos que por vários anos a CIA (Central Intelligence Agency) e a DEA [Departamento Antinarcóticos Americano] estiveram em contato com os chamados cartéis colombianos, protegendo a entrada de drogas nos Estados Unidos. Tal operação servia para encontrar fundos ilegais para financiar as forças opositoras ao governo Sandinista da Nicarágua. Lembremos também que estes fatos foram provados por uma comissão do senado, presidida pelo já citado senador John Kerry. (p. 120-121).

Tanto Roio (1997) como Woodiwiss (2007) demonstram também que o fluxo dos capitais internacionais do tráfico são escoados para bancos norte-americanos, os EUA são o país que mais lucra com o negócio mundial das drogas, tudo indica, que sua posição mundial de proibição, remonta a uma ampla estratégia comercial para manter as redes de oligopólio, já mencionadas por Foucault, sob seu controle.

Dessa forma, concluímos que dialeticamente articulada à repressão interna, a *política proibicionista* como paradigma que aos poucos se impôs para o mundo todo,

funciona como braço das políticas imperialistas dos EUA, como justificativa política para intervenções militares em diversas partes do mundo, e como um lucrativo nicho comercial mantendo o monopólio com a força das *políticas proibicionistas*. A guerra às drogas, articulada para dentro e para fora da nação, serve como discurso de legitimação para repressão dos grupos internos socialmente marginalizados, e para intervenção externa junto a nações a que se pretende manter sob a tutela imperial, dessa maneira, não é absurdo dizer que, pelo menos em relação à geopolítica mundial, a política de guerra contra as drogas, representou e ainda representa o equivalente ao discurso de “guerra ao terror” promovido pela maior potência militar do mundo contra os inimigos da sua política nas partes mais distintas do globo.

A *política proibicionista* alinhada com os interesses norte-americanos continuou ao longo dos anos sendo referendada e difundida pela ONU nas convenções de 1988, de 1998 e de 2009, ainda que, contraditoriamente, em cada uma dessas convenções se constate que praticamente nenhuma das metas estabelecidas pela conferência anterior tenham sido alcançadas, a *política proibicionista* e a guerra contra as drogas nunca é posta em questão, isto é, de maneira quase esquizofrênica, repete-se rigorosamente os mesmos métodos querendo sempre chegar em resultados diferentes.

Segundo Carneiro (2013), a guerra às drogas é possivelmente a guerra mais longa e com maior número de encarcerados da época moderna. Wacquant (2008) afirma que a estratégia de encarceramento em massa está articulada com o avanço das políticas neoliberais, onde sistematicamente há uma tendência de substituir o *Estado de bem estar social* vigente nos trinta anos do pós-guerra por um *Estado penal*, cujas medidas policialescas, seriam as escolhidas por excelência para mediação da totalidade dos conflitos sociais, de maneira que, isso se traduziria para as camadas mais pobres da sociedade e socialmente mais vulneráveis, em relação ao acesso a direitos fundamentais, como uma *política punitiva*. A agenda neoliberal, dessa maneira, é instituída em larga escala articulada com a política de *punição aos pobres* e de encarceramento em massa tendo como um dos vetores principais a política de guerra às drogas.

Os países, como o Brasil, que importaram a *política proibicionista*, tiveram resultados bastante semelhantes aos resultados norte-americanos:

O resultado da política repressiva é visível. O Brasil, no final de 2011, ultrapassou a marca de meio milhão de presos, situando-se entre os cinco países com maior taxa de encarceramento do mundo. Cerca de 40 por cento desse contingente não tem ensino fundamental completo, e nada menos que 25 por cento de toda a população carcerária é representada por indivíduos com ligação ao tráfico ou condutas similares. E os números aumentam consideravelmente a cada ano, em outro extremo, os Juizados Especiais Criminais, competentes para o julgamento dos usuários, tem serviço de sobra o que demonstra que é imponderável (mas certamente muito alto) o índice de consumidores em todos os quadrantes do país (IVERSEN, 2012, p. 112).

Da mesma forma que nos Estados Unidos, as *políticas proibicionistas* são articuladas com a punição em larga escala de grupos socialmente marginalizados, em suma, segundo Soares (2000), as vítimas do tráfico no Brasil são “a maior parte, homens, jovens, pobres e não-brancos” (p. 267), sendo que, sobretudo, pela condição brasileira de país capitalista periférico, a *política proibicionista* teve resultados catastróficos nas últimas décadas principalmente para “aqueles que moem no aspro” (ARANTES, 2004, p. 22).

O tráfico de drogas no Brasil ganhou grandes proporções, em algumas cidades como no Rio de Janeiro e em São Paulo, cresceu de tal forma a ganhar *status* de poder paralelo. Ainda segundo Soares (2000, pp. 266-287), as quadrilhas que agem associadamente com autoridades policiais, com autoridades políticas e com o sistema judiciário (nada diferente do que vimos em relação ao exemplo da Lei Seca dos Estados Unidos, ou mesmo das *políticas proibicionistas das drogas*), e possuem dinheiro o suficiente para controlar militarmente territórios imensos nas principais cidades brasileiras, sendo que o resultado da luta fratricida dessas quadrilhas entre si e com as forças policiais, colocam o Brasil na liderança de muitos rankings mórbidos mundiais. Soares (2000, p. 267) afirma que em torno de 65% dos homicídios na cidade do Rio de Janeiro estão ligados ao tráfico de drogas e cita pelo menos treze pontos que colocariam o tráfico de drogas quando associado ao tráfico de armas como a forma de crime mais dinâmica e perigosa que o Brasil conhece.

1. Provocam um assustador número de mortes[...]
2. Desorganizam a vida associativa e política das comunidades [...]
3. Impõe um regime despótico as favelas e bairros populares [...]
4. Recrutam forças de trabalho infantil e adolescente para descartá-la

pela via previsível mais incontornável da morte prematura [...] 5. Disseminam valores belicistas contrários ao universalismo democrático e cidadão [...] 6. Destroem estruturas familiares [...] 7. Degradam a lealdade comunitária tradicional [...] 8. Fortalecem e disseminam o patriarcalismo a homofobia [...] 9. Estimulam relações que tendem a estigmatizar a pobreza e os pobres [...] 10. Promovem o entrelaçamento entre o chamado crime de colarinho branco, praticados por membros das camadas médias e das elites, e a criminalidade que prospera nas favelas e nos bairros populares [...] 11. Atuam como fonte de muitas outras atividades criminosas [...] 12. Induzem muitos policiais a corrupção [...] 13. Penetram, pela via das drogas, em toda sociedade e no Estado, como nenhuma outra modalidade criminosa (SOARES, 2000, pp. 267-277).

Zaccone (2013) indica que a letalidade do sistema penal das proibições das drogas no Brasil, como demonstra em seu estudo sobre os *autos de resistência* no Rio de Janeiro, provando que há uma matança patrocinada pelas forças estatais e justificadas sob os auspícios da legalidade, com aval do ministério público, justiça e demais órgãos, desde que se prove a ligação do executado com algum tipo de crime, em especial com o tráfico de drogas, mesmo que esse sujeito tenha sido baleado pelas costas. Com arquivamento em massa de processos, onde se anexam a ficha criminal do assassinado para justificar a sua eliminação. O panorama traçado por Zaccone (2013), sobre o patamar do extermínio legalizado, em que a situação de guerra às drogas no Brasil ou pelo menos no Rio de Janeiro alcançou é muito semelhante àquilo que o filósofo Giorgio Agamben caracterizou como totalitarismo moderno⁶:

O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de **uma guerra civil legal** que permite a **eliminação física não só dos adversários políticos**, mas também de **categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político**. Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que eventualmente não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos. [*Grifos meus*] (AGAMBEN, 2004, p. 13).

Ainda segundo Zaccone (2013), a política de guerra às drogas no Brasil mata mais gente que em todos os países juntos onde se possui a pena de morte.

⁶ Para aprofundar a análise de totalitarismo e Estado de exceção à moda brasileira, ver Arantes (2004; & 2007).

Se a *política proibicionista* das drogas, bem como a de proibição as bebidas alcoólicas não trouxe nenhum resultado positivo para a sociedade, e as autoridades continuam insistindo como paradigma global de gestão do ‘problema’, diante de todo quadro descrito até aqui da situação do tráfico no Brasil e no mundo, nos resta afirmar, na esteira da maioria dos principais estudiosos da temática, que as *políticas proibicionistas* das drogas não se configuram como uma política de defesa à saúde pública, mas uma política que visa manter os *status quo* da sociedade, perpetuando as condições de dominação das classes socialmente hegemônicas:

As análises dos mecanismos de poder envolvidos no discurso de “combate às drogas” indicam formas de um *processo disciplinar* referentes a um contexto autoritário, discriminatório e repressivo. Seus textos contribuem com o trabalho político (senão policial) de sujeição do cidadão a um determinado ideário de (pseudo) harmonia social, ajudando a encobrir as contradições inerentes às sociedades modernas e sustentando relações de forças estabelecidas entre certos grupos sociais. Esse processo contrasta em particular com a abordagem do “problema de drogas” que o situa no *âmbito da saúde pública*, como a ameaça não à “ordem social”, mas à saúde da população no sentido amplo, visando primeiramente os danos causados pelos abusos de álcool e de fumo (BUCHER, 1996, p.40).

O discurso de punição às drogas é, portanto, uma *tecnologia de poder* que visa manter os interesses dos grupos socialmente hegemônicos da sociedade, enquanto serve de instrumento para intervenção punitiva e de disciplinarização dos grupos marginalizados. De tal maneira que no Brasil, a política de guerras às drogas tem se traduzido ao longo dos anos, como política de criminalização da pobreza.

O discurso em pauta não se constitui, portanto, como uma concepção provisória e aprimorável, nem sequer como um conhecimento objetivo e instrumentalizante ou uma idealidade discursiva sobre drogas e seus inegáveis malefícios. Seus condicionamentos insidiosos, indubitavelmente eficaz pela impregnação maciça da opinião pública que opera, atém-se à meta de disciplinarização dos cidadãos, na medida em que as ações preconizadas compactuam com normas de condutas constitutivas de um amplo *projeto regularizador* das relações sociais. Apontando a possibilidade e a ameaça de condutas desviantes, justifica-se a prescrição normativa que desencadeia o controle, a intervenção e a exclusão (BUCHER, 1996, pp. 40-41).

A política proibicionista e de guerra contra as drogas que “Revelam igualmente desorientação na forma brutal como resolvem autorizar determinadas formas de intoxicação, com exclusão dos restantes” (XIBERRAS, 1989, p. 14), não pode ser de maneira tão simplista considerada fracassada ou ineficaz, na verdade, ela é bastante eficaz de acordo com seus interesses mais subterrâneos, que é manter um mercado lucrativo e bilionário à margem da lei e, portanto distante do controle público. Um mercado onde a concorrência se resolve com sangue e não há nenhum tipo de controle de qualidade da mercadoria a ser vendida, de forma que, independente da relação oferta-demanda a proibição garante sempre preços bastante rentáveis para as redes de monopólio. Isso se observarmos do ponto de vista econômico. Analisando a partir dos desdobramentos políticos, vemos que o tráfico constitui na prática, uma justificativa política de intervenção cotidiana da polícia junto às populações pobres no Brasil. Esta intervenção, que podemos dizer que no seu epicentro estão as camadas mais jovens, são vítimas de uma guerra declarada aos pobres disfarçada de uma guerra as drogas.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. Boitempo. São Paulo. 2004.
- ARANTES, Paulo Eduardo. *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, – (Coleção Baderna), 2004.
- _____. *Extinção*. São Paulo. Boitempo, 2007.
- ARAUJO, Tarso. *Almanaque das Drogas*. São Paulo. Leya - 2012.
- BUCHER, Richard. *Drogas e sociedade nos tempos da Aids* – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.
- BURROUGHS, William S. *Junky*. Tradução Ana Carolina Mesquita. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.
- CARNEIRO, Henrique. *Conferência de Abertura do I Congresso Internacional Sobre Drogas*. Brasília, 2013.
- DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DIAS, Andréa Costa. *Crack: reflexões para abordar e enfrentar o problema*. 1ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. Tradução: B. A. Schumann; edição José Paulo Neto. São Paulo Boitempo, 2008.

ESCOHOTADO, Antônio. *História elemental de las drogas*. Editora Anagrama Barcelona, 1996.

_____. *A Proibição: Princípios e Consequências*. In: RIBEIRO, M. M. (org.) & SEIBEL, S.D. (org.). *Drogas: hegemonia do cinismo*. São Paulo: Memorial, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Sobre a prisão*. In: *Microfísica do poder*. 25. ed. São Paulo, Graal, 2012.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2003.

_____. *Genealogia e poder*. In: *Microfísica do poder*. 25. ed. São Paulo, Graal, 2012.

_____. *Poder e Corpo*. In: *Microfísica do poder*. 25. ed. São Paulo, Graal, 2012.

_____. *Vigiar e Punir*. 37. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro. Editora Vozes, 2009.

_____. *Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France*. – São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GINSBERG, Allen. *Introdução a Junky*. In: BURROUGHS, William S. *Junky*. Tradução Ana Carolina Mesquita. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

HECK, Marina. *Prólogo*. In: RIBEIRO, M. M. (org.) & SEIBEL, S.D. (org.). *Drogas: hegemonia do cinismo*. São Paulo: Memorial, 1997.

HOBLER, Thomas & Dorothy. *Tudo Sobre Drogas Crime e Violência*. Editora São Paulo: 1998.

IVERSEN, Leslie. *Drogas*. L&PMPOCKET, Porto Alegre, 2012.

MACHADO, Roberto. *Por uma genealogia do poder*. In: *Introdução Microfísica do Poder*. 25. ed. São Paulo, Graal, 2012.

RIBEIRO, M. M. (org.) & SEIBEL, S.D. (org.). *Drogas: hegemonia do cinismo*. São Paulo: Memorial, 1997.

ROIO, José Luiz Del. *Mundialização e Criminalidade*. In: RIBEIRO, M. M. (org.) & SEIBEL, S.D. (org.). *Drogas: hegemonia do cinismo*. São Paulo: Memorial, 1997.

SOARES, Luiz Eduardo. *Meu Casaco de General: 500 dias no front da segurança pública no Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

WACQUANT. Loïc. *O Lugar da Prisão na Nova Administração da Pobreza*. Rev. Novos Estudos N° 80, Março, 2008.

WILLER, Claudio. *Geração Beat*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2010.

WOODIWISS, Michael. *Capitalismo Gângster*. Rio de Janeiro. Ediouro–2007.

XIBERRAS, Martine. *A Sociedade Intoxicada*. Instituto Piaget, Lisboa – 1989.

ZACCONE, Orlando. *Conferência realizada no I Congresso Internacional Sobre Drogas*. Brasília, 2013.

ZACKON, Fred. *Tudo Sobre Drogas: Heroína*. Editora Nova Cultural, São Paulo: 1998.

INDÍGENAS NO LIVRO DIDÁTICO E NA ESCOLA: UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA CIDADE DE CERES (GO)

Lukas Magno Borges
lukasmagno1@hotmail.com
Universidade Federal de Goiás
Mestrado em andamento
CAPES Demanda Social

Resumo

O presente artigo, foi realizado com base em indicadores educacionais relacionados às escolas Estaduais do Ensino Fundamental da cidade de Ceres, disponíveis no portal eletrônico do Inep. As intenções desse estudo é explicitar as vias de compreensão para a realização da pesquisa intitulada: “Índigenas no livro didático e na escola”. Nesse sentido, foi realizado um levantamento de dados sobre as informações disponíveis no portal do Inep, para verificar qual a situação que se encontra as escolas Estaduais da cidade de Ceres. Após os resultados da análise de tais dados, intenta-se refletir como esses indicadores educacionais extraídos do senso vão contribuir e servir de ingredientes para explicitação da presente pesquisa, cujo, recorte temporal eleito é de 2010 a 2014.

Palavras chaves: Indicadores, educação e escola.

Abstract

The present paper was developed the basis of indicators related to educational schools state elementary school the city of Ceres on the electronic website Inep. The intentions of this study is to explain the process of understanding for the research entitled: "Indigenous in the textbook and in school." In this sense, a survey was conducted of data on the information available in the portal Inep to see which situation you are in state schools of the city of Ceres. After the results of the analysis of such data, intends to reflect how these educational indicators extracted sense will contribute and serve ingredients for explicitation of this research, which, elected temporal cut is 2010-2014.

Keywords: Indicators, education and school.

INTRODUÇÃO

Esse artigo foi desenvolvido quase integralmente com base nos dados e referências bibliográficos fornecidos pelo portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A principal intenção foi buscar novos subsídios e elementos que poderão contribuir para o desenvolvimento da pesquisa intitulado “Índigenas no livro didático e na escola”, um estudo de caso, que pretende-se analisar quatro escolas Estaduais públicas do Ensino Fundamental da cidade de Ceres, nos anos de 2010 a 2014, e analisar os livros didático usados pelas escolas nesse recorte temporal.

A pesquisa envolve um amplo campo de análise, pois se trata de analisar a temática indígena já por exelência uma questão complexa e suas formas de representação no livro didático e na escola, ou seja, é verificar a representação de indígenas em escola de não indígenas, analisar como procede esse diálogo intercultural no livro didático e na escola.

No entanto, para dar início a pesquisa se tornou necessário pesquisar primeiro qual situação as escolas públicas Estaduais do ensino fundamental de Ceres se encontram levando em consideração que é a partir delas e nelas que se propõe executar a pesquisa.

Nesse sentido os dados fornecidos pelo portal do INEP se tornaram imprescindíveis para realizar essa pretensão já que nele é possível encontrar um leque de informações relativas a todas escolas brasileiras, uma de suas finalidades é justamente “Organizar e manter o sistema de informações e estatísticas educacionais” (INEP, 2011). E foi sobre essas informações que foi criado esse artigo, dialogando com referências bibliográficos relativo ao assunto.

Inicialmente é discutido no artigo a metodologia e as formas que foram usados os dados do INEP, e os processos e seleção dos dados, mostrando as informações que foram encontradas e a forma que foram organizadas. Logo após é apresentado e comentado os dados referente as observações e projeções do IDEB em tabela relacionados as escolas campo da pesquisa.

Logo após, será mostrados em um outro quadro/tabela e descrito minuciosamente as informações relativas as taxas de rendimento escolar, número de alunos por sala de aula, resultados das avaliações externas e suas escalas de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática e os níveis que as escola públicas do ensino fundamental de Ceres alcançaram.

Prosseguindo, será feita uma reflexão sobre a importância desse levantamento de dados para a explicitação da pesquisa, e como ele irá ajudar em alguns questionamentos sobre temas educacionais. E por fim nas conclusões finais, mostrar os resultados que se obteve ao contrapor e cruzar os dados referentes as escolas onde será feita a pesquisa.

Indicadores educacionais do portal do INEP

Fazer uma pesquisa que enseja verificar como é tratada a temática indígena no livro didático e na escola, implica antes traçar um panorama, e verificar em qual situação de aprendizagem escolar se encontra os alunos das escolas públicas estaduais do ensino fundamental de Ceres, com base em dados quantitativos disponibilizados pelo ministério da educação através do INEP.

Foi feito uma análise dos indicadores educacionais fornecidos e disponíveis no banco de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), das séries finais do Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano, das escolas da rede pública estadual da cidade de Ceres. E logo após foi feito um levantamento desses indicadores, objetivando verificar a situação das escolas públicas estaduais da cidade Ceres.

Esse levantamento de dados teve como base quatro indicadores extraídos do banco de dados do INEP e no portal do IDEB que são: Os resultados das avaliações externas Saeb e Prova Brasil¹ do ano de 2011 em âmbito de dependência administrativa

¹ Para maiores esclarecimentos a respeito das semelhanças e diferenças entre a prova Saeb e prova Brasil acessar o site: <http://portal.inep.gov.br/web/prova-brasil-e-saeb/semelhancas-e-diferencas>

estadual e municipal; as taxas de rendimento/aprovação por escola da região Centro-Oeste durante os anos de 2010 a 2012; a média de alunos por turma disponível no senso de 2010, e os resultados do IDEB observado até o ano de 2011 e suas projeções até o ano de 2021, todos esses indicadores são referentes às instituições das escolas públicas estaduais onde será realizada a pesquisa: Colégio Estadual Hélio Veloso, Colégio Estadual Virgílio do Vale, Colégio Estadual São Tomaz de Aquino e Escola Estadual Professora Maria Carmelita Macedo Correa, todos eles oferecendo escolaridade nas séries finais do Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano.

De modo geral, tanto os resultados das avaliações Saeb e Prova Brasil quanto às taxas de rendimento escolar (aprovação e reprovação escolar), e a média de alunos por turma, tem, como finalidade, servir de referências e base de definição para o IDEB, calcular e verificar o índice de desenvolvimento educação básica, e logo após traçar um panorama nacional da educação brasileira e seus avanços. O IDEB faz suas projeções, através das combinações desses dois indicadores de desempenho educacional.

Acreditamos, esses dados serem um indicador importante para pensar elementos da presente pesquisa, que envolve primeiro as questões de cunho educacional, ao entrar no universo da escola e de livros didáticos, onde esse último é considerado um instrumento indispensável nas salas de aula “Sendo o material didático referencial para professores” (BITTENCOURT, 2003, p. 71). E também pelo fato, de que serão aplicados questionários com perguntas relacionadas aos povos indígenas diretamente a alunos e professores das escolas inscritas na pesquisa, e dessa forma perceber, qual o conhecimento sobre indígenas alunos e professores são capazes de formular.

O portal do INEP, disponibiliza várias informações relacionadas à educação brasileira, tanto superior quanto básica pública e privada: Informações estatísticas, investimentos públicos em educação, indicadores educacionais, prova Brasil e Saeb, Enem, provas docentes, investimentos em educação e várias outras informações.

Nele é possível verificar e consultar o IDEB (índice de desenvolvimento da educação básica), e ver qual é a classificação das escolas, e as metas prevista para o futuro². É por excelência um observatório da educação básica pública brasileira.

No quadro abaixo consta os resultados do IDEB do 8º e 9º ano das quatro escolas públicas da cidade de Ceres, escolas alvo da pesquisa, no quadro aparece as pontuações bianuais do IDEB observados dos anos de 2005 a 2011, e as metas que são projetadas para as expectativas futuras do ano de 2013 ao ano de 2021. O ano mais recente observado é o da 4ª edição do IDEB no ano de 2011, que foi divulgado pelo INEP no segundo semestre de 2012 especificamente no mês de Agosto.

8ª SÉRIE / 9º ANO												
Escolas estaduais públicas do ensino fundamental da cidade de Ceres (GO)	IDEB OBSERVADO				METAS PROJETADAS							
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Colegio Estadual Hélio Veloso	4.3	4.6	4.5	5.0	4.3	4.5	4.8	5.1	5.5	5.7	6.0	6.2
Colegio Estadual Sao Tomaz de Aquino	4.0	4.1		***	4.0	4.2	4.5	4.9	5.2	5.5	5.7	5.9
Escola Estadual Professora Maria Carmelita Macedo Correa		4.1	4.3	***		4.2	4.4	4.8	5.1	5.3	5.6	5.8
Escola estadual virgilio do vale		3.9		4.3		4.0	4.2	4.5	4.9	5.1	5.4	5.6

Quadro 1

Nos cálculos do IDEB, a meta almejada até 2022, é que as escolas alcancem a média 6.0 (seis), e as intenções é que todas as escolas devem evoluir³, partindo de pontos de partidas distintos, e deverá fazer um esforço maior aquelas escolas que estão

²Para acessar o IDEB das escolas públicas estaduais da presente pesquisa acessar: <http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/>

³ O termo “evoluir” é um conceito histórico alvo de algumas críticas feitas pela historiografia atual, ou paradigma culturalista. Porém, esse termo aparece normalmente no portal do INEP, nesse artigo foi conservado o termo, já que o próprio inep faz o seu uso.

em piores situações educacionais no intento de alcançar as que estão em melhores. O ideal conforme a política do MEC/INEP, é que todas as escolas cheguem junto no ponto de chegada em 2022 com a meta seis.

O quadro supracitado oferece subsídios e informações sobre quais foram as projeções do IDEB em relação as escolas públicas de Ceres. Verifica-se então, que as escolas gradativamente vão evoluindo no decorrer dos anos. Eis aqui um fato curioso que foi descoberto ao analisar o quadro: As escolas públicas de Ceres alcançaram e até ultrapassaram as projeções feitas pelo MEC/INEP, o que leva a supor que os dados do IDEB⁴ revelam que sistema de ensino e a educação estão melhorando.

Vamos analisar, escola por escola e isso ficará mais claro. A projeção do IDEB tem início a partir do ano de 2007 para todas as escolas. Para o Colégio Estadual Hélio Veloso a projeção era de 4.3 para o ano de 2007, 4.5 para o ano de 2009 e 4.8 para o ano de 2011, ao relacionar esses números das projeções com os números do IDEB observado, vemos que os mesmos foram alcançados e superado pela escola: o ano de 2007 foi superado o IDEB observado é 4.6, no ano de 2009 foi nos parâmetros do que foi projetado e foi 4.5 e no ano de 2011 novamente houve superação e foi 5.0

Em relação ao Colégio Estadual São Tomás de Aquino, o IDEB observado é apenas do ano de 2007, que teve a pontuação 4.1, e nesse ano também conseguiu superar a projeção que era 4.0. Nos anos de 2009 e 2011 não consta informações sobre o IDEB observado.

A próxima é a Escola Estadual Professora Maria Carmelita Macedo Correa, e nessa escola aparecem os dados de 2007 e 2009, onde se verifica que também houve superação em relação ao IDEB projetado. E por fim o Colégio Estadual Virgílio do Vale, com a pontuação 4.3 para o ano de 2011, superando também a projeção que foi 4.2.

As escolas mostram um desenvolvimento significativo projetados até o de 2021, esses dados indicam que as escolas conseguirão alcançar e até superar as metas

⁴ É importante ressaltar aqui, que os dados do IDEB usados como indicador de qualidade das escolas públicas tem sido objetos de muitas críticas, pois esses dados não asseguram e nem pode ser usados para justificar a melhoria dos sistemas públicos de ensino dentre eles está Rudá Ricci (2010), no qual acredita dentre aspectos, que o IDEB não toca em pontos essenciais da formação do aluno.

nacionais projetadas pelo MEC/INEP até 2021, tendo estipulado o ano de 2022 ano em que se comemora o bicentenário da Independência do Brasil.

Análise da tabela de rendimento escolar, quantidade de alunos por sala, e as médias da prova saeb e prova Brasil

No levantamento de dados, foi concedida uma atenção maior nas tabelas de rendimento escolar, onde se verificam a média de alunos por sala de aula, as taxas de rendimento escolar, que por sua vez são informações que as próprias escolas passam para o Inep. O Inep, intitula ser uma autarquia federal ligada ao ministério da educação, e responsável por coordenar os processos censitários e avaliativos da educação brasileira.

De fato os dados adquiridos, a partir desse levantamento servirão de indicadores para delinear e explicitar a presente pesquisa, no sentido de fazer contrapontos interposições e cruzamento dos dados fornecidos pelo senso, dessa forma ter um a noção do universo escolar em Ceres, em específico as escolas públicas Estaduais do Ensino Fundamental.

Não foi feita análises em escolas do município, por que na cidade de Ceres o município oferece escolaridade para alunos que estão na fase de alfabetização, não sendo esse o foco da pesquisa, as séries que mais trabalham com a temática indígena são as fases finais do Ensino Fundamental de 6º ao 9º anos, portanto como um dos critérios de seleção vamos analisar os dados e os indicadores dessas séries.

A tabela abaixo consta a descrição pormenorizada dos dados extraídos do INEP, das quatro escolas estaduais públicas de Ceres: informações relacionadas a quantidade de alunos por turma conforme o senso de 2010, e o rendimento/aprovação escolar dos alunos, conforme o senso de 2011, os níveis alcançados na escala de proficiência de matemática e língua portuguesa e as notas da prova Brasil/Saeb de 2011.

QUADRO DE INFORMAÇÕES DO ANO DE 2011									
Dependência Administrativa/Localização	Anos iniciais do Ensino Fundamental		Anos finais do Ensino Fundamental		Níveis alcançados na escala de proficiência em matemática; 0 a 12	Níveis alcançados na escala de proficiência em português; 0 a 12	Média geral de alunos por turma ano 2010	Índice de aprovação Geral e variação em todas as séries do ano de 2011	
	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática				6º ao 9º ano	6º ao 9º ano
Escolas Estaduais Públicas do Ensino Fundamental da cidade de Ceres (GO)									
Escola Estadual Virgílio do Vale	194,2	213,5	238,7	241,2	3 a 4	4 a 5	23,5%	Média Geral 94,1% Variações 75% a 100%	
Colégio Estadual Sao Tomaz de Aquino	220,1	218,8	Não consta	Não consta	4	4	20%	Sem Variações 100%	
Escola Estadual Professora Maria Carmelita Correa. Macedo	211,8	211,3	Não consta	Não consta	4	4	25,3%	Media Geral 88,4% Variações 87% a 100%	
Colégio Estadual Hélio Veloso	Não consta	Não consta	256,6	259,4	6	6	25,9%	Média Geral 97,7 % Variações 90,7% a 97,9%,	

Quadro 2

Diga-se de passagem, que os anos de 2010, 2011, foram os anos mais recentes dos indicadores educacionais encontrados no senso do INEP. Portanto, serão

inclusas informações novas do senso na medida em que for registrado mais informações a respeito desses indicadores educacionais no decorrer da pesquisa, cujo, o recorte temporal é de 2010 a 2014, para esse breve artigo, será analisados os dados fornecidos durante os anos de 2010 e 2011, com base no quadro acima.

Dados da taxa de rendimento escolar e variação de alunos por sala conforme os senso de 2011.

As seguintes análises mostram as variações quantitativas dos dados do senso escolar extraídos do ano de 2011, o mesmo ano da última aplicação da prova Saeb e Brasil⁵, a intenção é comparar os dois indicadores educacionais, ou seja, as avaliações externas e os dados fornecidos pelas próprias escolas

O Colégio Estadual Helio Veloso, oferece escolaridade nos níveis de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. No 6º ano a taxa de aprovação é de 90,7% a média de alunos é de 21,5 por turma. No 7º ano o total de aprovação é de 95,6%, a média de alunos é de 27,3 por turma. No 8º ano, a taxa de aprovação é de 96,4%, tendo uma média de 25,5 de alunos por turma. No 9º ano a taxa de aprovação é de 97,9% com a média de 33,4 de alunos por turma. Proporcional a essas variações de aprovação no decorrer dos anos escolares a escola apresenta um total de 97,7% de aprovação de alunos e uma média geral de 25,9% de alunos por turma, levando em consideração a todas os anos letivos.

Colégio Estadual São Tomaz de Aquino: oferece escolaridade no ensino fundamental de 5º ao 8º ano, nessa escola, as taxas de aprovação de alunos é de 100% para todos os anos letivos, e a média de alunos por turma no 5º ano é de 24 alunos por turma, no 6º ano é de 28 alunos por turma. No 7º ano a média é de 16 alunos por turma. No 8º ano, não consta quantidade de alunos na lista. A média geral de alunos por turma

⁵ Essas avaliações externas são aplicadas a cada dois anos, então a próxima aplicação das avaliações ocorrerão no ano de 2013, ainda não sendo possível a verificação desses dados, é necessário esperar a sua divulgação no banco de dados do INEP.

é de 20%, e a média geral de aprovação só para lembrar é de 100% para todos os anos letivos.

A Escola Estadual Virgílio do Vale oferece escolaridade do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. No 6º ano a taxa de aprovação de alunos é de 100% e a média é de 20 alunos por turma. No 7º ano a taxa de aprovação também é de 100% e a média é de 15 alunos por turma. No 8º ano a taxa de aprovação é de 75% tendo uma média de 25 alunos por turma. No 9º ano a taxa de aprovação é de 97,5% com a quantidade de 34 alunos por turma. Essa escola tem uma média total de aprovação de 94,1% nesses anos finais do ensino fundamental, e uma média geral de alunos por turma que é de 23,5%.

Escola Estadual Professora Maria Carmelita Macedo Correa, também oferece escolaridade do 6º ao 9º ano do ensino fundamental. No 6º ano a taxa de aprovação de alunos é de 88,9% tendo uma média de 29 alunos por turma. No 7º ano a taxa de aprovação é de 100% e apresenta uma média de 23 alunos por turma. No 8º ano a taxa de aprovação de alunos é de 87% com uma média de 19 alunos por turma. No 9º ano a média de aprovação de alunos é de 97,7% tendo um total de 30 alunos por turma. Essa escola apresenta uma média geral de aprovação nessas séries finais do Ensino Fundamental de 88,4% e uma média geral de alunos por turma de 25,3%.

Resultados saeb e prova brasil 2011 de cada escola da pesquisa

Ao verificar a Escola Estadual Virgílio do vale, percebe-se, que a pontuação nos anos iniciais do ensino fundamental é de 194, 2 para língua portuguesa e 213,5 para matemática e nos anos finais do ensino fundamental são de 238,7 para língua portuguesa e 241,2 para matemática. Ao fazer a comparação com a escala de proficiência verifica-se, que os níveis são de 3 a 4 para os anos iniciais do Ensino Fundamental e 5 para os anos finais relativos a Língua Portuguesa e Matemática.

Na escola São tomáz de Aquino não há resultados da prova para os níveis finais do ensino fundamental, mas de qualquer forma podemos verificar quais são os níveis alcançados pelos alunos dos anos iniciais para fazer uma base da situação dessa escola. A pontuação nos anos iniciais do ensino fundamental é de 220,1 para habilidades em

Língua Portuguesa e 218,8 para habilidades em Matemática. Nas escalas de proficiências o nível máximo alcançado é 4.

A escola estadual professora Maria Carmelita Macedo Corea, assim como na anterior, há apenas os resultados dos níveis iniciais do Ensino Fundamental, no que diz respeito às habilidades em Língua Portuguesa a pontuação é 211,8 e para as habilidades em Matemática a pontuação é 211,3. Ao comparar com as escalas de proficiências o nível máximo alcançado também é 4:

No Colégio Estadual Hélio Veloso, os resultados e pontuações da prova configuram apenas nos anos finais do Ensino Fundamental, as habilidades em Língua Portuguesa tiveram a pontuação de 256,6 e nas habilidades de Matemática a pontuação são 259,4. De acordo com as escalas de proficiência o nível máximo alcançado é 6.

Ao analisar o quadro acima, percebe-se, que a taxa de aprovação dos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental de 6º ao 9º anos, nas escolas supracitadas, variam de 90% a 100% (por cento), e a média de alunos por turma varia de 25% a 30% (por cento), os níveis alcançados na escala de proficiência variam de 3 a 6 para Língua Portuguesa e Matemática.

Esse senso/registro é realizado anualmente pelo INEP, “Com estreita articulação com as Secretarias Estaduais de Educação e do Distrito Federal, com a participação e colaboração das Secretarias Municipais de Educação e das escolas da educação básica de todo país”. (INEP disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/descricao-do-censo-escolar>> acesso em 22/abril/2013). Isso significa que os dados expostos na tabela, diz respeito aos índices de aprovação que são fornecidos pelas próprias escolas das redes públicas Municipais e estaduais e até particulares.

Nesse quadro é possível observar, a pontuação dos anos iniciais do Ensino Fundamental que compreende do 1º ao 5º ano e a pontuação dos anos finais do Ensino Fundamental do 6º ao 9º.

Obedecendo os critérios de seleção da pesquisa, será verificado apenas os resultados dos anos finais do ensino fundamental, pois esses anos letivos serão o foco da pesquisa, por ser essa fase do Ensino Fundamental a que mais trabalha com as questões

culturais relacionadas aos povos indígenas, é a fase onde os alunos têm mais contato com conteúdos relacionados a tais povos⁶.

Nas fases iniciais o que se percebe ao ler o guia do livro didático de acordo com o PNDL, é que o foco dos estudos (embora exista estudos acerca de história), está mais voltado para o processo de alfabetização. As temáticas concernentes a conteúdos relacionados com as culturas indígenas se encontram mais acentuadas nas fases finais do ensino fundamental de 6º ao 9º ano.

Desse modo, é mais importante coletar e analisar os dados das séries finais do Ensino Fundamental, referentes às escolas onde será realizada a pesquisa, com o olhar direcionado para as taxas de aprovação escolar e a média de alunos por turmas, resultados da prova Brasil e Saeb das séries finais do Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano, no decorrer dos anos letivos de 2010 a 2011, com o intuito de verificar, os dados quantitativos fornecidos pelas próprias escolas e divulgadas pelo INEP.

Sobretudo, é possível ter a percepção do universo escolar no qual se insere a pesquisa em seu recorte de 2010 a 2014, captar elementos que revelam aspectos da educação pública ceresina, é um dos critérios que precedem os trabalhos de campo.

Prescindir desse trabalho seria, se lançar numa realidade desconhecida, flutuar em ideias não consistentes, sem levar em conta o cenário educacional das escolas públicas de Ceres, resumindo: antes de frequentar e trabalhar com as escolas, é necessário conhece-las, nesse sentido condicionamos a olhar os vários ângulos numa perspectiva multifocal, buscando enxergar as complexidades que envolve a educação pública estadual. Justifica-se então um dos critérios que serão usados na presente pesquisa, que são as análises das escolas através do senso do INEP, essa é uma das contribuições que ajudará na explicitação da pesquisa, relacionadas as representações de indígenas no livro didático e na escola na cidade de Ceres.

Porém, é necessário ter em mente que tais dados fornecidos pelo senso, não disponibiliza informações a respeito do conhecimento histórico dos alunos, os

⁶ Foi realizada uma análise nos livros didáticos usados pelas escolas alvo da pesquisa e uma análise no guia do livro didático, onde verificou-se maior número de conteúdos relacionados a questões culturais envolvendo não só os povos indígenas mas também, africanos e povos orientais.

conteúdos da prova Brasil e Saeb, atualmente são concernentes as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

Nem todos os alunos participam das avaliações das provas aplicadas pelo Saeb, somente a prova Brasil é mais abrangente e engloba um número maior de alunos, portanto não podemos generalizar os dados e os resultados obtidos, ambas as provas acontecem bianualmente e a próxima aplicação dessa avaliação externa será no ano de 2013, de acordo com o recorte temporal da pesquisa, foi observado os resultados de 2011.

Mesmo sabendo dessas insuficiências e limitações, os resultados mesmo que quantitativo, esse levantamento deve ser visto como mais um ingrediente que ajudará na explicitação da pesquisa, não é possível analisar livros didáticos e as escolas bifurcadas das questões que envlvem as política norteadoras do sistema educacional brasileiro.

Considerações finais

Para melhor verificar os níveis alcançados pelas escolas públicas estaduais de Ceres, é necessário fazer análise da pontuação obtida nas avaliações externas do saeb e Prova Brasil. A partir das análises dos dados que relatam a pontuação obtida por tais escolas, podemos verificar aspectos importantes e relevantes da condição escolar pública do município de Ceres.

Para interpretar os resultados da Prova Brasil e Saeb, é necessário comparar os resultados e média das pontuações obtidas pelas escolas do ensino fundamental de 6º e 9º ano, com a escala de proficiência da SAEB, no qual estipula os níveis por habilidades de acordo com o desempenho em Língua Portuguesa e Matemática. Para cada nível é observável o que os alunos conseguem fazer de acordo com as suas habilidades e competência com base em critérios pré estabelecidos em cada nível⁷.

⁷ Para ter acesso aos critérios e descrição dos níveis das escalas de desempenho em matemática e língua portuguesa acessar os sites:
http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/escala/2011/escala_desempenho_matem

Para as habilidades concernentes ao desempenho e competência em Língua Portuguesa a escala de proficiência atinge os níveis de 0 a 9 e na prova de matemática atingem os níveis de 0 a 12, no quadro acima é possível perceber os níveis alcançados.

Após fazer todo esse trabalho com as fontes interpor, contrapor cruzar informações, e colocar frente a frente os dados relatados, foi verificado algumas contradições no decorrer das análises dos dados no senso do Inep. Ao observar as taxas de rendimentos escolares relatados pelas próprias escolas e divulgados pelo senso do INEP, percebe-se que o índice de aprovação nas quatro escolas submetidas na pesquisa, variam de 90% a 100% (por cento), sendo esse, um índice de aprovação relativamente alto. Se a maioria dos alunos são aprovados nessas escolas, podemos levantar a hipótese de que tais alunos estão adquirindo um bom nível de conhecimento relativo ao que se ensina nas salas de aulas.

Ao confrontar esses dois sentidos do Inep, os resultados da prova Brasil e a tabela de taxas de rendimentos e aprovação escolar, foi perceptível a incoerência: os níveis de rendimento e aprovação nas escolas públicas estaduais são altos como foi mostrado acima, nas casas dos 90% a 100% (por cento), porém os resultados da Prova Brasil/Saeb dessas escolas não ultrapassam o nível “6”, e o resultado geral das quatro escolas públicas de Ceres não ultrapassam o nível “5”, nível esses considerados baixo, levando em consideração que os níveis das escalas de proficiência vão de 0 a 9 para Língua Portuguesa e de 0 a 12 para Matemática.

As seguintes inquietações nos leva aos seguintes questionamentos: Por que essas escolas que apresentam um índice de aprovação escolar relativamente alto, não conseguem uma boa pontuação nas avaliações externas? Como se encontra o conhecimento histórico desses alunos submetidos a avaliação externa se tal avaliação não abrangem conteúdos relacionados a disciplina de história? Onde está a incoerência do que se ensina em sala de aula e ao que é cobrado nos conteúdos das provas das avaliações externas? Até que ponto pode-se medir os avanços educacionais

apresentados através de dados quantitativos? Essa forma padronizada das avaliações externas estão servindo para medir o grau de conhecimento dos alunos em suas especificidades regionais?

Essas são algumas das questões/inquietações envolvendo as escolas, que se pretende buscar no decorrer e desenvolvimento da pesquisa, pensar a escola como um espaço de interação entre os agentes internos e externos que a compõe.

Os resultados obtidos após a análise do senso nos mostram de forma explícita que as escolas têm metas a serem cumpridas, no qual é exigido delas passar informações do rendimento dos alunos. Esse rendimento informado por elas, depois é posto a prova, através de avaliações externas, aplicação das provas Brasil e Saeb.

Percebe-se, um conflito entre fatores quantitativos com fatores qualitativos, os números dos índices de aprovação nos mostram bons rendimentos/aprovações escolares, porém as pontuações das avaliações externas nos mostram resultados aparentemente baixos se comparados com as escalas de proficiência.

Com essa questão fica claro, a necessidade da realização do levantamento de dados. Após esse trabalho foi possível perceber que existem fatores externos ao livro didático que envolve e influencia a aprendizagem do aluno. São eleitas nas avaliações externas, disciplinas consideradas mais importantes e necessárias que outras, sendo, Língua Portuguesa e a Matemática que a partir de 2001 passaram a ser as únicas disciplinas exigidas pelo exame⁸, esses conteúdos são referências para Prova Brasil e Saeb, e a partir do desempenho dos alunos nessas duas áreas se pode medir, avaliar e até projetar índices educacionais.

É nesse aspecto que se torna necessário, lançar mão de outros dispositivos para explicitar questões relacionadas ao conhecimento histórico dos alunos. Nesse caso, um trabalho participativo *in loco*. A aplicação de questionários aos alunos das escolas onde se pretende realizar a pesquisa, se mostra fecunda e necessária, no sentido de colher

⁸ Segundo as informações disponíveis no portal do Inep houve algumas inovações na edição da Avaliação externa para o ano de 2013, e uma delas será a inclusão de uma avaliação na área de Ciências, porém será de caráter experimental, e serão realizadas com estudantes de 8º e 9º séries do Ensino fundamental e da 3º série do ensino médio. Para mais esclarecimentos acessar o site do portal do Inep Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/saeb/historico>.

informações sobre as idéias que os alunos do ensino fundamenetal são capazes de criar quando o assunto é relacionado aos povos indígenas.

Sobretudo, como já foi mencionado acima, é imprecidível ter uma noção da classificação e situação estatísticas das escolas feita pelo senso do INEP. Diante dos resultados obtidos, foi aberto um leque de possibilidades, que até transcendem os objetivos e recortes iniciais da pesquisa. Mas como toda pesquisa necessita de recorte e seleções, usaremos desse levantamento apenas as questões que venham de fato contribuir nos questionamentos feitos acima no intuito de chegar as respostas.

Os dados fornecidos pelo quadro do IDEB são sugestivos para pensar aspctos do desenvolvimento da educação através das informações quantitativas, e o mais inquietante é que mesmo com todas essas contradições dos dados, as escolas estão alcançando as projeções do IDEB e em alguns anos estão até superando e indo além das projeções.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe (Org.). *O saber Histórico na sala de aula*. 8 ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2003.

BONAMINO, Alicia. *Tempos de avaliação educacional: o Saeb, seus agentes, referências e tendências*. Rio de Janeiro: Quartet, 2002

FREITAS, Dirce. *A avaliação da educação basica no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

HORTA NETO, João Luiz. *Um olhar retrospectivo sobre a avaliação externa no Brasil: das primeiras medições em educação até o SAEB de 2005*. Revista Iberoamerica da de Educación nº42/5, 2007.

OLIVEIRA, Ana Paula de Matos. *A Prova Brasil como política de regulação da rede pública do Distrito Federal*. Dissertação (mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

REFERÊNCIAS DA INTERNET

Guia PNLD 2011 – Anos Finais do Ensino Fundamental. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/guia-do-livro/item/2349-guia-pnld-2011-%E2%80%93-anos-finais-do-ensino-fundamental>> acesso em: 20/04/2013

Escalas da prova Brasil e Saeb. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/prova-brasil-e-saeb/escalas-da-prova-brasil-e-saeb1>>. Acesso em: 20/04/2013

Descrição dos níveis da escala de desempenho de língua portuguesa – Saeb 5º e 9º. Ano do ensino fundamental. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/escala/2011/escala_de_sempenho_portugues_fundamental.pdf>. Acesso em: 20/04/2013.

Descrição dos níveis da escala de desempenho de matemática-saeb 5º e 9º. Ano do ensino fundamental. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/escala/2011/escala_de_sempenho_matematica_fundamental.pdf>. Acesso em: 20/04/2013.

Ministério da educação instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira diretoria de avaliação da educação básica. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/resultados/2012/Saeb_2011_primeiros_resultados_site_Inep.pdf>. Acesso em: 20/04/2013.

Nota explicativa resultados Saeb/prova Brasil 2011. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/resultados/2012/nota_explicativa_resultados_saeb_prova_brasil_2011.pdf>. Acesso em: 21/04/2013.

Resultados Saeb/prova Brasil 2011. Disponível em: <<http://sistemasprovabrazil2.inep.gov.br/resultados/>>. Acesso em: 21/04/2013.

RICCI, Rudá. Crítica ao IDEB: depoimento e 7 de junho de 2010. Luiz Nassif on line. Entrevista concedida a Luiz Henrique Mendes. Disponível em: <<http://jornalggm.com.br/blog/luisnassif/a-critica-ao-ideb>> acesso em: 02/09/2013

IDEB - Resultados e Metas. Disponível em: <<http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em: 20/07/ 2013.

Indicadores Educacionais da Educação Básica. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em 22/04/2013.

Senso do INEP. Disponível. <<http://portal.inep.gov.br/>>. Acesso em: 23/04/2013.

Programa Nacional do livro didático (PNLD). Disponível em:<
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12389%3Aguias-do-livro-didatico&catid=318%3Aplnd&Itemid=668>. Acesso em: 23 /04/2013.

A UTILIZAÇÃO DA ARQUITETURA POR OTAVIANO NOS PRIMEIROS ANOS DO PRINCIPADO

Macsuelber de Cássio Barros da Cunhas
macsuelber@hotmail.com
UFG – Universidade Federal de Goiás
Mestrando
Bolsista Capes

Resumo

Após sua vitória sobre Marco Antônio, em Ácio, Otávio voltou a Roma e deu continuidade à sua política de engrandecimento de cidade através da arquitetura. É sobre suas atitudes, a partir de 30 a.C., para manifestar um esplendor arquitetônico em Roma, enquanto capital de um vasto Império territorial e modelo a ser seguido, que nos debruçamos neste trabalho, tratando sobre como se deu a utilização da arquitetura neste momento estratégico e que serviu de palco para a publicação do *De Architectura*, de Vitruvius, além de ter sido também neste período que Otávio recebeu o título de *Princeps*, que posteriormente deu nome à nova forma de governo iniciada por ele.

Palavras-chave: Arquitetura; Otávio Augusto; Principado.

Abstract

After his victory over Mark Antony at Actium, Octavian returned to Rome and continued its policy of aggrandizement of the city through architecture. It's about their attitudes, from 30 BC to express architectural splendor in Rome as the capital of a vast territorial empire and a model to be followed, which we examine in this paper, dealing as happened the use of architecture in this strategic moment and that served as the venue for the publication of *De Architectura*, Vitruvius, and was also in this period that Octavian received the title of *Princeps*, which later gave its name to the new form of government initiated by him.

Keywords: Architecture; Octavian Augustus; Principate.

Com a vitória em Alexandria, Otaviano recebeu diversas honrarias do Senado, dentre as quais uma figurou como de grande importância simbólica para ele e para a população de Roma, já tão cansada das guerras civis. Trata-se do decreto do Senado para que as portas do Templo de Janus fossem fechadas. Este pequeno templo que se localizava no Fórum mantinha suas portas abertas quando Roma estava em guerra e as



fechava quando Roma estava em paz. Desde a fundação de Roma até a vitória em Alexandria as portas do templo haviam sido fechadas apenas por duas vezes, o que simbolizava a grande importância de Otaviano enquanto restaurador da paz e da tranquilidade internas. Durante todo o seu Principado as portas do templo seriam fechadas por mais duas vezes (SUETÔNIO. [De Vita Caesarum](#), Diius Augustus, XXII; *Res Gestae Diui Augusti*, XIII).

Após a vitória em Alexandria, Otaviano punha fim não somente à guerra contra as ameaças estrangeiras advindas de Cleópatra, como também acabava de vez com as guerras civis que há muito assolavam Roma, embora Otaviano tenha evitado tratar destas batalhas como conflitos entre romanos, centralizando geralmente seu discurso em Cleópatra.

Com essa vitória não havia quem superasse Otaviano em *auctoritas* (GALINSKY, 1998: 18). Ele poderia enfim dar continuidade à sua política de engrandecimento arquitetônico de Roma. E Otaviano soube melhor que qualquer outro como se utilizar da arquitetura a seu favor. Evidentemente não podemos deixar de dizer que a utilização da arquitetura para o enaltecimento de Roma já era uma prática comum antes de Otaviano, em virtude de que tais empreendimentos elevavam o prestígio daqueles que propiciavam tais obras para a cidade. Já na República essa prática era largamente utilizada.

Foi durante o primeiro século antes de Cristo, contudo, e nas mãos de proeminentes homens como Sula, Pompeu e Júlio César, que a cidade cada vez mais ganhou os símbolos físicos de poder. Competição aristocrática encorajou tais homens a embelezar Roma como um meio de aumentar seu próprio prestígio (HOPE, 2005: 65).

Deste modo, Otaviano deu continuidade a uma tradição que César já havia utilizado em grande medida. Porém, na época em que César empreendeu o melhoramento de Roma através da arquitetura criou-se o rumor de que ele, assim o fazendo, demonstrava que a cidade não era boa o suficiente para ele, e seu relacionamento com Cleópatra agravou ainda mais tais rumores. Pairava no ar o receio

de que o centro do poder deixasse Roma em direção a Alexandria. Desta forma, quando ele foi assassinado em 44 a.C., muitas de suas obras ainda não haviam sido concluídas. Rumores semelhantes giraram em torno de Antônio e seu relacionamento com Cleópatra, muitos dos quais eram propagados pelo próprio Otaviano de modo a difamar seu oponente. Um dos fatos que citamos anteriormente e que foi utilizado por Otaviano como uma propaganda¹ negativa contra Marco Antônio foi o testamento deixado por este com as Vestais e que expressava seu desejo de ser enterrado junto a Cleópatra. Esta informação foi propagandeada por Otaviano de modo a criar uma imagem positiva de si próprio na medida em que atacava a imagem do outro, que passava uma imagem do outro enquanto traidor dos costumes próprios de Roma.

A preservação da centralidade de Roma e a garantia do elusivo fenômeno da identidade Romana continuaram a ser o ponto de manipulação nos anos finais da República. Otaviano, o jovem herdeiro de Júlio César que foi mais tarde nomeado Augusto, alinou-se com a cidade e todas suas tradições. A propaganda de Otaviano contrapôs isso com a deslealdade de seu oponente Antônio que caiu sob a influência oriental de Cleópatra e da realeza (HOPE, 2005: 72).

Em razão disso uma das primeiras medidas que Otaviano tomou ao voltar a Roma, em 29 a.C., foi iniciar a construção de seu mausoléu, como forma de deixar claro sua intenção de ser enterrado em Roma, afastando assim qualquer possibilidade de que acontecesse com ele o mesmo que aconteceu com César e com Antônio.

Depois da tomada de Alexandria, como é natural, Otaviano exigiu que o corpo de Antônio fosse sepultado na tumba dos Ptolomeus. Ali jazeria o rival junto aos reis egípcios, enquanto em Roma se levantava o gigantesco monumento funerário do vencedor (ZANKER, 2005: 98).

¹ Para Jacques Ellul (apud: GONÇALVES, 2001: 55), “propaganda é definida como o simples, mas importante, ato de organizar, selecionar e divulgar informações, com o uso de persuasão, de síntese e de imagens que estão na memória dos receptores das mensagens”.

O mausoléu de Otaviano teria na época 87 metros de largura e quase 40 de altura. Era uma gigantesca obra arquitetônica localizada no Campo de Marte, demonstrando a riqueza, a grandeza e o poder do seu patrono. Porém esta obra seria apenas uma de uma série de outras mais que ele empreenderia agora que havia se livrado da presença incômoda de Antônio.

A arquitetura possuía, como uma de suas características, ser um lugar de memória. Para trabalharmos a noção de que a arquitetura se constituía como um lugar de memória, um lugar onde se representava uma memória que se queria coletiva e compartilhada, nos utilizamos neste trabalho do conceito de memória definido por Joël Candau (2011: 09) no livro intitulado *Memória e Identidade*, no qual vê a memória como sendo “uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo”, de modo tal que não é correto crer que a memória teria a capacidade de trazer para o presente as experiências do passado conservadas e recuperadas em toda sua integridade. Este conceito é de extrema pertinência e reflete com nitidez e clareza as práticas existentes na Roma de Otaviano, que soube se utilizar de modo bastante eficaz deste passado continuamente atualizado em prol de uma reconstrução que lhe favorecesse.

Candau (2011: 23-24) faz uma diferenciação da memória em três tipos: a primeira, denominada protomemória², está relacionada com os “saberes e as experiências mais resistentes e mais bem compartilhadas pelos membros de uma sociedade, [...] é uma memória imperceptível, que ocorre sem tomada de consciência”; a segunda é a memória propriamente dita, relacionada às recordações ou lembranças; e a terceira é conhecida por metamemória, que é a “representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, [...] metamemória é, portanto, uma memória reivindicada, ostensiva.” Enquanto representação, a metamemória pode ser relacionada, em nível de sociedade, com a expressão *memória coletiva*, ou seja, “um enunciado que membros de

² O autor relaciona a protomemória com o conceito de *habitus*, de Bordieu, no qual o passado não é representado, mas age pelo corpo. Sendo, portanto, enquanto experiência incorporada, uma presença do passado e não uma memória do passado.



um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo”.

Deste modo, sempre que tratamos de memória neste trabalho estamos na verdade tratando da metamemória relacionada ao grupo, ou seja, das representações relacionadas à memória que alguns indivíduos da sociedade romana produziram acerca de uma memória que seria compartilhada por uma maioria, memória esta extremamente ligada com a história e com a mitologia, que Jean Bayet (1956) chama de pseudo-história patriótica³.

Nesta perspectiva, o mausoléu de Otaviano, assim como outros importantes monumentos construídos sob seu governo, tinha o importante papel de resguardar e propagar uma memória efetiva e comum ou uma memória criada por meio da manipulação de um substrato já existente. Segundo Jacques Le Goff:

O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, [...]. Mas desde a antiguidade romana o *monumentum* tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou escultura: arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico, etc.; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte.

O *monumentum* tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos (LE GOFF, 1996: 535).

Neste aspecto cabe ressaltar que, enquanto lugar de memória, a arquitetura e mais precisamente as representações imagéticas aí presentes (sejam elas bidimensionais ou tridimensionais) tinham como uma de suas finalidades aquela de fazer recordar, e a

³ De acordo com Jean Bayet, o imaginário romano é antimítico, no sentido de que a bagagem mítica indo-europeia aparece entre os latinos mais antigos em um grau de profunda desintegração e a “remitização” tardia da religião romana foi puramente artificial. Bayet aponta que o que ocorre é uma transformação de ritos e mitos em uma pseudo-história patriótica, ou seja, a transformação dos mitos em relatos históricos (BAYET, 1956: 54-61).

recordação é, segundo Hannah Arendt (2003: 72-78), a capacidade de tornar algo permanente, de modo que confere imortalidade aos feitos realizados pelos homens.

[...] imortalidade é o que os mortais precisam alcançar se desejam sobreviver às coisas que o circundam e em cuja companhia foram admitidos por curto tempo. [...] A História acolhe em sua memória aqueles mortais que, através de feitos e palavras, se provaram dignos de natureza, e sua fama eterna significa que eles, em que pese sua mortalidade, podem permanecer na companhia das coisas que duram para sempre (ARENDR, 2003: 78).

Otaviano, portanto, intentava colocar seu nome e seus feitos na imortalidade e um dos meios pelo qual ele conseguiria tal objetivo era através da arquitetura. Porém, junto a este empenho de perpetuação da memória através dos monumentos arquitetônicos, Otaviano também teve o cuidado de agir de modo a evitar a perpetuação da memória relacionada a seu oponente. O nome de Antônio foi apagado dos *fasti*⁴ e suas estátuas foram retiradas. Além disso, o dia de seu aniversário foi considerado um *dies nefastus*, durante o qual não se poderiam atender assuntos públicos. “Tinha que parecer que Antônio nunca havia existido” (EVERITT, 2008: 239).

A memória foi, assim, de extrema importância na Antiguidade, e ela foi utilizada pelos indivíduos para perpetuar seu nome ou o de sua família pelas gerações futuras.

[...] memória estava no centro do poder sob o Principado; o fenômeno da *damnatio memoriae* – o (geralmente) póstumo “apagar” da memória de alguém ao ter todas as referências a seus nomes removidas de inscrições, retratos desfigurados, e similares – fornece uma ilustração familiar de como tal controle podia ser exercido e, igualmente importante, porque era necessário ser exercido. Memórias, os romanos sabiam, podiam ser perigosas. Por essa razão a habilidade de controlar e mesmo suprimir memória se tornou um componente crucial da autoridade política (GOWING, 2005: 2).

⁴ Trata-se dos registros estatais dos acontecimentos oficiais.

Ainda em 29 a.C., quando era construído seu mausoléu, Otaviano realizou seu triplo triunfo⁵, sobre Ilíria, Egito e Ácio. Foi um acontecimento magnífico, no qual a população pôde observar a grandeza de Otaviano e a enorme riqueza que este trazia como butim de guerra. Pôde-se ver também uma efígie de Cleópatra, bem como seus filhos sobreviventes, Alexandre Hélio e Cleópatra Selene.

Atrás deles estava Otaviano, no carro tradicional puxado por quatro cavalos, e vestido com uma toga bordada com ouro e uma túnica com flores. Na cabeça levava uma coroa de laurel, o símbolo da vitória. Normalmente, um general vitorioso seguia atrás dos detentores dos cargos do Estado e do Senado, porém, nesta ocasião, Otaviano foi primeiro, em uma clara demonstração de seu predomínio político (EVERITT, 2008: 243).

Dias depois foram inaugurados importantes edifícios no Fórum romano. A nova Cúria, que havia sido reconstruída após um incêndio⁶ e que mudara de nome, de Cúria Hostília para Cúria Júlia, em homenagem a César. Também foi consagrado o templo do *Diuus Iulius*, que havia sido prometido já em 42 a.C. quando da divinização de César. O templo se localizava em lugar de destaque no Fórum, e o momento estratégico de sua consagração contribuiu ainda mais para que a Otaviano se ligassem virtudes como, por exemplo, a *pietas*, da qual voltamos a falar posteriormente. Para Zanker (2005: 103-106), a reestruturação do Fórum romano ofereceu um exemplo demonstrativo de como Otaviano ocupou a cidade com seus edifícios e os signos de sua vitória, visto que os novos edifícios inaugurados eram ricamente decorados com motivos que se ligavam à vitória de Ácio. Além disso, no Fórum também foi construído uma nova plataforma

⁵ Os triunfos eram cerimônias grandiosas, uma procissão ritual, em que o vitorioso líder desfilava através das ruas da cidade, à frente de suas tropas, apresentando seus espólios e seus prisioneiros para a população. Ele adentrava a cidade pelo portão triunfal, esplendidamente vestido e sobre uma quadriga (BEARD, NORTH e PRICE, 1998: 44). Os triunfos se iniciavam no Campo de Marte, o deus da guerra, e além do comandante vitorioso e suas legiões, contava também com a presença de senadores, músicos e dos animais que seriam sacrificados no lugar de destino da procissão, o Capitólio (EVERITT, 2008: 52-53).

⁶ Os incêndios eram muito comuns no mundo antigo, devido principalmente aos materiais utilizados nas construções, de modo que Vitruvius, em diversas partes de sua obra, se preocupou com este aspecto, recomendando determinados materiais e cuidados a se tomar para evitá-los. Os problemas advindos dos incêndios levaram Otaviano, anos mais tarde, a instituir uma espécie de brigada contra incêndio, cujo responsável era o *praefectus uigilum*.

para os oradores, a *Rostra Caesaris*, que foi decorada com proas de barcos, as *rostra* da batalha de Ácio.

A consagração da Cúria Júlia topograficamente marcou o fim de uma era ao completar a nova orientação do Fórum, com a Cúria, um símbolo do poder e prerrogativa senatorial – na verdade, um símbolo da própria República – que virou-se para a nova *Rostra Caesaris*. [...] A remoção da Rostra para longe da Cúria separou o orador topograficamente e simbolicamente da influência do Senado. [...] A nova topografia do Fórum insinua uma redefinida distribuição de poder político sob o Principado (SUMI, 2008: 223).

Como podemos ver, Otaviano se utilizou da arquitetura, das construções e reconstruções de edifícios públicos e da mudança na topografia do Fórum para assegurar que uma imagem positiva de si fosse transmitida à população. Ele dava continuidade, nestes primeiros anos sem Antônio, à incrível empreitada cujo resultado seria transformar Roma em uma cidade digna de ser a capital de um vasto império territorial. Ele “converteu Roma em um lugar digno tanto do Imperador quanto do Império, embelezando e melhorando a cidade” (HOPE, 2005: 75).

Junto a isso, em 28 a.C., ele demonstrou ainda mais fortemente sua *pietas* e seu compromisso com a religião e com o *mos maiorum*, ao empreender um grande esforço de restauração religiosa, no qual dentre as tarefas realizadas estava a de restaurar os antigos templos, que haviam ficado relativamente abandonados por aqueles que deveriam cuidar de tais obras, devido principalmente aos problemas advindos das guerras civis. De acordo com Suetônio, Otaviano

Refez velhos templos desmoronados por sua antiguidade ou destruídos por algum incêndio e ornou-os e a outros com doações riquíssimas, chegando a empregar dezesseis mil libras de ouro e gemas e pérolas no valor de cinquenta milhões de sestércios no santuário de Júpiter Capitolino (SUETÔNIO. *De Vita Caesarum*, Diuus Augustus, XXX).

Tais reformas eram realizadas com o objetivo de ressaltar ainda mais a tradição romana, visto que os templos eram restaurados de modo a continuar com todas as características arcaizantes que lhe eram próprias, com os materiais costumeiramente

utilizados na tradição arquitetônica itálica, e com o mesmo estilo que possuíam antes das restaurações. Zanker (2005: 286) assinala que um estilo arcaico era utilizado já desde o século V a.C. para determinadas funções religiosas e que durante o governo de Otaviano estas formas arcaicas, que representavam uma antiga tradição, floresceu e tinham, então, uma “singular irradiação religiosa”.

Os velhos materiais tornam a ganhar dignidade. Ainda neste ponto, Otaviano voltou-se ao respeito pelas tradições venerandas, sobretudo quanto à restauração de santuários, como se receasse “expatriar” as divindades de antanho ao modernizar inconsideradamente a sua morada (GRIMAL, 1997: 85).

Neste ano de 28 a.C., Otaviano recebeu o título de *Princeps*, título este que deu origem ao termo “principado” que passou a nomear a forma de governo que se iniciou com ele, mas apesar de usarmos o termo principado, Erich Gruen (2007: 33-34) esclarece que este termo, em referência à forma de governo só se tornou de uso comum após Augusto, de tal modo que em seu tempo o termo não era utilizado do mesmo modo que, por exemplo, na época de Tácito. Otaviano quando se refere a si como *Princeps*, se utiliza do termo que já era usado na República e que era “uma designação de figura influente, um sinal de estima e autoridade”.

Neste mesmo ano, Otaviano deixou entrever uma das características que foi marcante durante todo o seu Principado, qual seja, a de valorizar o que se relacionava à tradição dos antigos romanos e também dos gregos, como vemos melhor mais adiante. Com relação especificamente à restauração destes templos, o próprio Otaviano declarou: “Reformei oitenta e dois templos dos deuses na Cidade em meu sexto consulado e pela autoridade senatorial, nada negligenciando do que era, então, preciso reformar” (*Res Gestae Divi Augusti*, XX).

Karl Galinsky (2007: 71) esclarece que na Antiguidade as restaurações de templos e outras obras públicas eram frequentes e a partir da Arqueologia vê-se que raramente estas reconstruções eram uma réplica exata da antiga estrutura, em tal medida que o mais comum é que um novo e diferente edifício, mesmo sem ser radicalmente

diferente, se erguesse sobre as antigas fundações. Porém, apesar de esta ser uma prática comum à época, no que se refere aos templos restaurados por Otaviano neste ano devemos vê-los realmente apenas como restaurações e não como construções novas sobre antigas fundações. Estas restaurações não faziam parte da ambiciosa transformação de Roma de uma cidade de tijolos para uma cidade de mármore, tais restaurações para a aparência original pode facilmente ser tomada como demonstrando o sentido de Otaviano de *religio* (GALINSKY, 1998: 295), ou seja, manter uma ligação cósmica com as divindades sem alterar os canais pelos quais esta ligação se estabelecia, no caso os templos religiosos.

Além disso, as reformas de tais templos se ligavam a uma mais ampla restauração religiosa e dos ritos tradicionais que Otaviano também empreendeu. De acordo com John Scheid (2007: 177), a restauração empreendida por Otaviano foi, na verdade, uma reação contra a negligência dos deveres rituais públicos e dos templos, ocorrida devido às desordens das guerras civis, e que estas restaurações eram parte de seus objetivos políticos, visto que “restaurar a *Res Publica* automaticamente significava restaurar suas instituições religiosas e lugares de culto, especialmente quando eles tinham sido negligenciados ou mesmo esquecidos”.

A restauração de edifícios públicos foi uma das principais formas de demonstrar o retorno da estabilidade e da prosperidade, e no que concerne à arquitetura religiosa, demonstrava o comprometimento do *Princeps* com a busca e a manutenção da *pax deorum*, através do cumprimento dos deveres que competiam a ele e aos demais cidadãos. Mesmo porque, na relação entre deuses e homens, entre os deuses e a comunidade:

Os deuses lá estavam para proteger a comunidade, para salvaguardar seus valores, e para ajudar a incutir um comportamento cívico adequado. Quando seus templos ruíam era um sinal do desgaste deste tecido. Sua restauração significava o retorno da, devidamente ordenada, estabilidade cívica (GALINSKY, 2007: 74).

Além das restaurações, não poderíamos deixar de falar aqui sobre outra importante construção que Otaviano empreendeu. Trata-se do templo de Apolo, sobre o Palatino. Este importante templo havia sido prometido por Otaviano em 36 a.C. quando da vitória sobre Sexto, em Nauloco. A vitória foi não só bem vinda quanto significativa. Ela veio apenas depois de consideráveis reveses para Otaviano e marcou o início de sua ascensão no triunvirato. A ocasião clamava por uma destacada associação arquitetural com a Vitória, e o Palatino foi o lugar escolhido para esta associação (GALINSKY, 1998: 213). Em 28 a.C. o templo foi finalmente consagrado.

Este templo é de suma importância para a compreensão deste contexto, pois demonstra claramente alguns aspectos presentes no modo de governar de Otaviano, que adota este deus grego de modo a associar-se a algumas das características que lhe eram próprias, tais como a moral e a disciplina, além disso, ao não possuir nenhuma divindade homóloga no panteão romano demonstra também em que nível se deu a utilização de um referencial helênico por parte de Otaviano em seu governo, referencial este que esteve bastante presente na arquitetura do período.

Segundo Galinsky (1998: 213-215), a colina do Palatino era a mais venerável colina de Roma, pois nela se encontrava a gruta Lupercal onde a lendária loba havia amamentado Rômulo e Remo, e no topo da colina estava a cabana de Rômulo, que foi preservada e renovada através da história de Roma. Além disso, nesta colina se encontravam um templo dedicado à deusa Vitória e outro dedicado à Vitória Virgo. “Ao escolher este lugar em particular para seu templo, portanto, Otaviano associou-se tanto com Vitória – um tema geral que ele perseguiu na época – quanto com algumas das mais sagradas tradições da fundação de Roma” (GALISKY, 1998: 215). Além disso, como Michael Lipka afirma:

[Otaviano] não hesita em construir um templo para Apolo próximo a sua residência no Palatino, porque ele era o deus grego da juventude, da arte e da cultura, bem como seu protetor divino pessoal que, assim, ele honrava, não o velho e impopular deus da cura (que já possuía um templo no Campo de Marte) (LIPKA, 2009: 72).

Deste modo, após adquirir, com recursos próprios, um espaço para a construção de sua casa no Palatino, um raio atingiu o lugar, o que foi tomado como um *prodigium*, que foi interpretado pelos arúspices como um desejo de Apolo por aquela área, deste modo, Otaviano fez de toda aquela área um lugar público, dedicando-o a Apolo, mas o povo resolveu que a casa deveria ser oferecida a Otaviano às expensas públicas (DION CÁSSIO. *História Romana*, XLIX, 15).

Assim, o templo foi construído lá, e ele estava ligado à sua casa. Após a vitória em Ácio, Apolo, cuja proteção a Otaviano tinha sido sugerida pelo *prodigium* de 36 a.C. e suas consequências, assumiu a papel de um poderoso protetor e deus da guerra. [...] Com o seu esplendor, seus pórticos e bibliotecas, o templo de Apolo era um símbolo do novo regime imperial (SCHEID, 2007: 179).

Este templo possuía uma colunata coríntia e foi construído com um branco mármore de Carrara sobre um alto pódio. O alto do templo estava coroado pela quadriga do deus Sol, que se identificava com Apolo desde os tempos helenísticos. As portas do templo eram feitas de marfim, sobre as quais foram esculpidas cenas mitológicas, tais como a que alude à punição que Apolo confere a Níobe por esta ter ridicularizado Latona, mãe de Apolo, pelo fato de ter tido menos filhos que ela própria. “Apolo assim aparece como salvador e vingador, duas características que ressoaram no contexto augustano muito além de uma mera referência à batalha de Ácio” (GALINSKY, 1998: 218-219).

O templo de Apolo, assim, possuía estreita ligação com Otaviano e sua casa, constituindo um verdadeiro complexo arquitetônico, no qual o templo era ligado à casa de Otaviano por corredores, e tinha ligado a ele uma biblioteca onde se encontravam textos de escritores gregos e latinos. O Templo de Apolo “foi desenhado para ser o que o velho templo de Apolo não era: um foco espacial de um deus exclusivamente grego, que passou a ser o garantidor do bem estar do Imperador e do Império” (LIPKA, 2009: 76). Porém, apesar de ser um deus grego, a forma como ele era reverenciado por Otaviano o transformou, conferindo-lhe certa romanidade. “Afinal de contas, ele serviu como o patrono escolhido do Imperador Romano e como símbolo de uma nova ordem

do mundo romano pós-guerra. Apolo era grego apenas na medida em que Roma foi uma fundação grega” (LIPKA, 2009: 153).

A consagração do Templo de Apolo, em certa medida, foi a culminância da política adotada por Otaviano desde os tempos do triunvirato, quando buscava denegrir a imagem de Antônio e sua excessiva proximidade com Cleópatra e o estilo de vida luxuoso e extravagante do Oriente.

Antônio era visto como favorecendo divindades orientais e apreciando uma vida de luxo e decadência. A decisiva batalha de Ácio era retratada como o conflito final entre as refinadas e civilizadas qualidades romanas e as bárbaras tradições do Egito e do Oriente. A batalha não foi entre dois romanos, mas entre Roma e Otaviano de um lado e Egito e Cleópatra do outro (HOPE, 2005: 73).

Com Apolo, Otaviano firmava de modo claro seu comprometimento com as tradições ancestrais, sejam elas romanas ou gregas. A meta dele “consistia não só em imitar o melhor dos gregos, mas em criar algo que fosse equivalente a sua cultura clássica” (ZANKER, 2005: 114). Com isso, Galinsky chega a afirmar que:

Os novos templos eram uma manifestação visual esplêndida de sua *auctoritas*. A descoberta das jazidas de mármore de Luna (Carrara) em meados do primeiro século a.C. permitiu aos construtores de Otaviano rivalizar os templos gregos em magnificência, gasto e riqueza de detalhes. O resultado foi a usual síntese: a herança itálica do pódio foi mantida e combinada com a mais elaborada das ordens arquitetônicas gregas, o estilo coríntio (GALINSKY, 1998: 295).

Outro exemplo que podemos citar acerca da construção de novos templos neste período é o Panteão de Agripa. Segundo Dion Cássio (*História Romana*, LIII, 27), Agripa teria embelezado Roma à sua própria custa e é sob as ordens dele que foi concluída em 27 a.C. a construção do Panteão, com o objetivo de abrigar dentre outras estátuas, as de Otaviano e dele próprio, porém com a recusa de Otaviano de colocá-las na cela principal, ao lado das estátuas de Marte e de Vênus, Agripa teria colocado então

a estátua de Júlio Cesar, enquanto que sua estátua, juntamente com a de Otaviano, teria ficado em uma antessala.

Através das descobertas arqueológicas sabe-se que este templo possuía uma planta retangular, construído com blocos de travertino e forrado com mármore, suas colunatas possuíam ainda capitéis em bronze⁷.

Creemos que o Panteão de Agripa, juntamente com as outras obras arquitetônicas empreendidas por ele, se ligava a uma espécie de promoção da figura de Otaviano, de modo a firmar e ressaltar os costumes religiosos tradicionais de Roma, além de fazer frente aos aspectos culturais vindos do Oriente. E é justamente nesta perspectiva que se deu a publicação do *De Architectura*, de modo a se ligar a esta política de restaurações e construções empreendida por Otaviano desde o período triunviral. A obra de Vitrúvio vai ao encontro deste esforço do *Princeps* de construir em Roma e nas províncias uma infraestrutura arquitetônica digna do Império, na qual se aliava o que havia de melhor na tradição grega com o melhor da tradição romana.

Roma implanta o modelo da *Civitas* por excelência por todas as partes. Em vez da anterior situação do mundo clássico, *poleis* independentes, agora a base segue sendo a cidade, mas com uma limitação: existe uma CIDADE e as restantes devem acoplar-se a este modelo, assim como em uma escala maior estão sob a direção emanada da figura do Imperador (PRIETO; MARIN, 1979: 101).

Em seu governo, Otaviano empreendeu não só a construção do Império no que tange à arquitetura, mas também a construção de todo um imaginário imperial, a partir da arquitetura e do repertório imagético representado nela, fazendo assim o uso e manipulação das representações advindas de uma memória coletiva que tinha na arquitetura um lugar de destaque.

⁷ Deste templo quase nada restou, pois um incêndio o teria destruído, o que fez com que ele fosse reconstruído pelo Imperador Adriano no século II d.C., com um formato circular como ainda pode ser visto nos dias atuais, pois este templo reconstruído por Adriano encontra-se em perfeito estado de conservação. Segundo D. S. Robertson (1997: 290-296) o Panteão reconstruído por Adriano é “uma das obras mais célebres e gloriosas da arquitetura antiga, a mais antiga construção coberta importante do mundo, ainda intacta”.



REFERÊNCIAS:

ARENDDT, Hannah. O Conceito de História: Antigo e Moderno. In: _____. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003, p. 69-126.

BAYET, Jean. *La Religion Romana: Historia Politica y Psicologia*. Madrid: Ediciones Cristandad, 1956.

BEARD, M.; NORTH, J.; PRICE, S. *Religions of Rome*. Vol. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

D'AGOSTINO, Mário Henrique S. *A beleza e o Mármore: O tratado De Architectura de Vitruvius e o Renascimento*. São Paulo: Annablume, 2010.

EDER, Walter. Augustus and the power of tradition. In: GALINSKY, Karl. (Ed.). *The Age of Augustus*. New York: Cambridge University Press, 2007, p. 13-32.

ELIADE, M. *Entre o Sagrado e o Profano*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

_____. *Mito e Realidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

EVERITT, Anthony. *Augusto: El primer emperador*. Trad. Alexander Lobo. Barcelona: Editorial Ariel, 2008.

GALINSKY, Karl. Continuity and Change: Religion in the Augustan Semi-Century. In: RÜPKE, Jörg (Ed.). *A companion to Roman religion*. Malden: Blackwell Publishing Ltd, 2007, p. 71 – 82.

_____. *Augustan Culture: An interpretive introduction*. New Jersey: Princeton University Press, 1998.

GONÇALVES, Ana Teresa. Poder e Propaganda no Período Severiano: A construção da imagem imperial. *Politeia: Hist. E Soc.*, Vitória da Conquista, v.1, n.1, p. 53-68, 2001.

GOWING, Alain M. *Empire and Memory: The Representation of the Roman Republic in Imperial Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

GRIMAL, Pierre. *O Século de Augusto*. Lisboa: Edições 70, 1997.

GRUEN, Erich S. Augustus and the making of the principate. In: GALINSKY, Karl. (Ed.). *The Age of Augustus*. New York: Cambridge University Press, 2007, p. 33-51.

GUARINELLO, N. L. Modelos Teóricos sobre a Cidade do Mediterrâneo Antigo. In: FLORENZANO, M. B.; HIRATA, E. F. V. (Orgs.). *Estudos sobre a Cidade Antiga*. São Paulo: Edusp, 2009, p. 109-119.

HOPE, Valerie. The city of Rome: capital and symbol. In: HUSKINSON, Janet. *Experiencing Rome: Culture, Identity and Power in the Roman Empire*. New York: Routledge, 2005, p. 63-93.

HOWE, Thomas N. Vitruvian Critical Eclecticism and Roman Innovation. *Memoirs of the American Academy in Rome*, v. 50, p. 41-65, 2005.

LAWRENCE, A. W. *Arquitetura Grega*. São Paulo: Cosac & Naif Edições, 1998.

LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LIPKA, Michael. *Roman Gods: A conceptual approach*. Danvers: Brill, 2009.

MCEWEN, Indra K. *Vitruvius: writing the body of architecture*. Massachusetts: Mit Press, 2003.

MUMFORD, Lewis. *A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ORLIN, Eric. *Temples, Religion, and Politics in the Roman Republic*. Boston: Brill Academic Publishers, 2002.

_____. Urban Religion in the Middle and Late Republic. In: RÜPKE, Jörg (Ed.). *A companion to Roman religion*. Malden: Blackwell Publishing Ltd, 2007, p. 58-70.

PRIETO, A.; MARIN, N. *Religion e Ideologia en el imperio romano*. Madri: Akal Editor, 1979.

Res Gestae Divi Augusti. Trad. Frederick W. Shipley. London: Harvard: University Press, 1961. (The Loeb Classical Library)

REVELL, Louise. *Roman Imperialism and Local Identities*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

RIVES, James B. *Religion in the Roman Empire*. Malden: Blackwell Publishing, 2007.

_____. Religion in the Roman Empire. In: HUSKINSON, Janet. *Experiencing Rome: Culture, Identity and Power in the Roman Empire*. New York: Routledge, 2005, p. 245-275.

ROBERT, Fernand. *A Religião Grega*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

ROBERTSON, D. S. *Arquitetura Grega e romana*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SCHEID, John. Augustus and roman religion. In: GALINSKY, Karl. (Ed.). *The Age of Augustus*. New York: Cambridge University Press, 2007, p. 175-193.

SUETONIUS. ‘Life of Augustus’ In: SUETONIUS. *Lives of the Caesars*. Trad. J. C. Rolfe. London: William Heinemann, 1914. (The Loeb Classical Library)

SUMI, Geoffrey S. *Ceremony and Power: Performing Politics in Rome between Republic and Empire*. Michigan: University of Michigan Press, 2005.

VITORINO, Júlio César. Sobre a História do Texto de Vitruvius. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 11, nº 12, p. 33-50, 2004.

VITRÚVIO. *Tratado de Arquitetura*. Trad. M. Justino Maciel. São Paulo: Martins, 2007.

WALLACE-HADRILL, Andrew. *Rome’s Cultural Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

ZANKER, Paul. *Augusto y el poder de las imagines*. Madrid: Alianza Forma, 2005.

VISÃO DO FUTURO? A TRANSAMAZÔNICA E A MIGRAÇÃO NORDESTINA

Magno Michell Marçal Braga

magnomichell@hotmail.com

Universidade Federal de Pernambuco

Mestre

Resumo

O Plano de Integração Nacional (PIN), suas representações e consequências na sociedade brasileira é um rico terreno para escrita e análise histórica do país e de seu povo. A imagem insistentemente construída e reproduzida, principalmente através da grande mídia, acerca da viabilidade e necessidade de sua execução fez deste projeto federal um marco na história recente do Brasil, em especial no que tange a rodovia Transamazônica. Além dos milhões gastos com a rodovia, se acelerou um processo de migração em direção ao norte do país, exportando tensões sociais de uma para outra região e configurando um novo espaço social.

Palavras - Chave: Migração; Nordestinos; Transamazônica.

Abstract

The National Integration Plan (PIN), its representations and consequences in Brazilian society is a rich ground for writing and historical analysis of the country and its people. This strongly constructed and reproduced mainly through the mass media, on the feasibility and necessity of execution made this project a milestone in federal Brazil's recent history, particularly with respect to highway Trans. In addition to the millions spent on the highway, accelerated a process of migration to the north of the country, exporting social tensions in a region to another and setting up a new social space.

Key words: Migration; Northeast; Transamazônica.

A rodovia Transamazônica se constituiu como principal expoente do Plano de Integração Nacional – PIN - e sua execução produziu enormes desdobramentos sociais, econômicos e ambientais. Do ponto de vista social, os trabalhadores foram expostos a uma nova realidade a ser superada.

No que diz respeito aos espaços sociais encontrados pelos migrantes e posteriormente reconstruídos por eles, concordamos com Foucault quando afirma ser em uma espécie de gládio constante entre esferas de poder.¹ Essa relação de poder se apresenta também nas tentativas de produção e de fixação das representações feitas por aqueles que detêm o controle institucionalizado, visando sua acomodação por indivíduos e grupos que passam a reivindicar seu controle. Isso significa dizer que grupos de maior poderio podem produzir intencionalmente discursos e representações que mais tarde serão ou não tidas por grupos alheios à esfera do poder como suas, justificando a condição de dominadores e dominados. Contudo, seria demasiado creditar as formas como grupos criam e reproduzem suas representações de si mesmos apenas às configurações pré-concebidas externamente aos mesmos. Para Roger Chartier a apropriação das representações só pode ser estudada se recusarmos a “dependência que relaciona as diferenças nos hábitos culturais a posições sociais dadas a priori, seja em escala de contrastes macroscópicos (entre elites e o povo, entre dominadores e dominados), seja na escala de diferenciações de escalas menores (por exemplo, entre os grupos sociais hierarquizados pelos níveis de fortuna e atividades profissionais)”.²

Deve-se, portanto, a fim de obter uma aproximação maior da forma como tais representações são apropriadas por grupos sociais e reinventadas no decorrer do tempo, observar não só onde se produziram tais discursos, mas também onde e como eles circularam. Sendo esses, variáveis de acordo com o regime político estabelecido ou o espaço social observado³.

A construção da memória de um povo ou nação mantém uma relação íntima com as representações que se fazem no curso de sua história. Por exemplo, a concepção do

¹ CF. FOUCAULT, Michel. A microfísica do poder, GRAAL editora, São Paulo, 2008.

² CHARTIER, Roger, À Beira da Falésia: A História entre certezas e Inquietude. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002. p. 68.

³ Idem.

Estado brasileiro (representado pelos dirigentes que o assumiram) após a proclamação da República, colocando o processo histórico de lado, enaltecendo a ação efetiva de pessoas ou grupos específicos enquanto responsáveis pelo progresso. Essa forma de ver a história mostra como o estado via seu povo, ou seja, como coadjuvante no processo de transformação da sociedade, mas não dá conta da forma pela qual o povo viu e se viu nesse processo histórico. A proclamação da república guiada por concepções positivistas tendia a afastar o grande público do círculo do poder.⁴ “No entanto, há de se reconhecer que as representações, em uma sociedade com certo grau de liberdade, não são exclusividade do estado ou das classes dominantes”⁵. Aqueles que de longe do poder o observam, constroem suas próprias representações e as modificam ao longo de suas vidas, dando forma as suas memórias individuais e coletivas.

Não seria diferente no caso dos trabalhadores migrantes da rodovia Transamazônica. Vejamos como o Seu Adelson vê o período em que sua família optou por migrar para a região da transamazônica em busca de lotes para produção e subsistência da família: “Os trabalhadores começaram a ver que tinha alguma coisa errada, e aí, este mesmo governo que, que trouxe a gente, nos abandonou né... o abandono em si é desde cedo.”⁶.

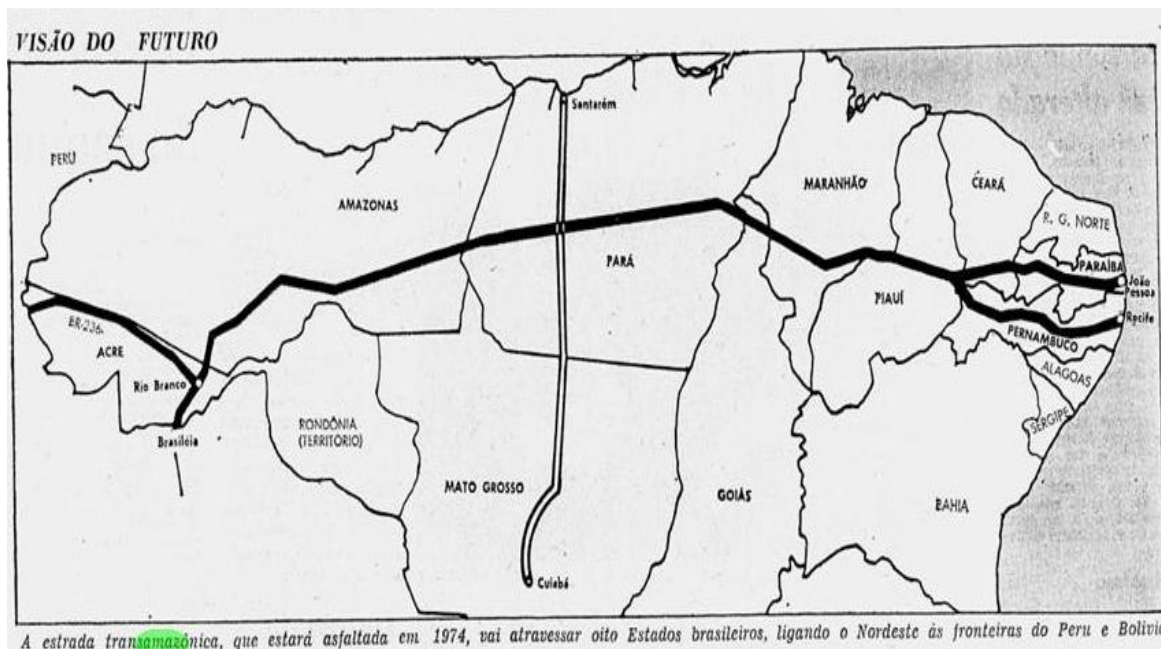
A grande rodovia que fora projetada para cortar o Brasil de leste à oeste, engendrada no Plano de Integração Nacional (PIN), sendo projetada e representada como a visão do futuro foi peça fundamental da propaganda estatal no início dos anos 1970. Jornais, revistas, rádio e televisão alardeavam o “progresso” e o “salto para o futuro” que o país estava dando naquele tempo. Além de promover a integração do Norte ao conjunto do Brasil e de aliviar as tensões agrárias do Nordeste, o PIN também era posto como condição *se ne qua non* da soberania brasileira, que tinha sua imensidão verde ameaçada por interesses estrangeiros. A Transamazônica era, então, símbolo do *slogam* estatal “integrar para não entregar”. Em que medida esse projeto obteve êxito é peça fundamental da constituição da História de nosso país.

⁴ C.F. CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados. Companhia das Letras, São Paulo, 1987.

⁵ MONTENEGRO. 2007. p. 35.

⁶ Entrevista realizada com um migrante nordestino na cidade de Altamira-PA em fevereiro de 2011.

MAPA I



Fonte: Jornal do Brasil - RJ 18/03/1970. Caderno 1, p. 4.

A legenda posta na imagem é bastante intrigante, uma vez que chama a atenção para a grandeza da rodovia, que ligaria o litoral atlântico ao litoral pacífico, no Peru, e afirma que a estrada estaria asfaltada em 1974, fato não consumado até 2013.

A Transamazônica Viva: Trabalhadores Migrantes na Região

Na formação cultural desse povo observamos evidências da construção de memórias coletivas forjadas ao longo dos anos, sendo esses casos apreciados em Palestina do Pará e Altamira, concorrendo para formação sociocultural das regiões. No caso de Palestina do Pará, por exemplo, observamos no bojo da memória popular uma grande referência ao período de ocupação militar da região para combater a guerrilha do Araguaia. Tais memórias são reproduzidas espontaneamente em conversas pelas ruas da cidade, em alguns casos despertando certa desconfiança em relação ao “forasteiro” que pergunta sobre a história local.

Iniciamos nossas exposições com trechos de uma entrevista realizada pelo *Jornal do Magistrado* – de circulação nos meios jurídicos nacionais – com o então Bispo de São Felix do Araguaia, D. Pedro Casaldáliga, que ficou marcado na História



recente do Brasil por ser um clérigo combativo e que denunciou os abusos cometidos pelos militares que participavam de operações com a finalidade de por fim a uma guerrilha comunista que se lá se instalou durante o regime de exceção na década de 1970, além de ter escrito uma longa carta pastoral denunciando os abusos do latifúndio na região amazônica, intitulada “Uma igreja na Amazônia em luta contra o latifúndio e a marginalização social”⁷. Casaldáliga, espanhol de nascimento, chegou ao Brasil em 1968 aos quarenta anos de idade e até hoje possui residência na região do Araguaia. Também se tornou figura polêmica por emitir suas opiniões em relação à questão agrária no Brasil, além de algumas críticas à própria instituição que representava. Vejamos algumas opiniões recentes.

Acerca do MST e das ocupações de terras no Brasil ele diz:

*As ocupações de terra são legítimas. Altas figuras do Poder Judiciário, além de advogados, procuradores, professores de direito consideram constitucional ocupar terras. A propriedade rural deve cumprir funções sociais. Quando não cumpre, deve-se partir para uma solução, que às vezes poderá não parecer legal, mas é mais do que legítima. Eu sou plenamente a favor destas ocupações. Evidentemente que sem violência. Por outra parte, todos sabemos que todo o latifúndio particular é nefasto e iníquo. Porque a acumulação é necessariamente exclusão. E ainda com muita frequência o latifúndio é monocultural. A monocultura é um atentado à natureza. Está mais do que comprovado historicamente que enquanto houver latifúndio não haverá justiça e por isso mesmo não haverá paz.*⁸

As asserções feitas por D. Pedro nos parecem bastante sóbrias e aos 75 anos de idade, apresenta alto grau de conhecimento da realidade brasileira, justificando a luta pela reforma agrária como um dos maiores recursos para redução de tensões e conflitos agrários, além de demonstrar conhecimento do ponto de vista biológico, segundo o qual a monocultura é altamente nociva à sustentabilidade ecológica. Contudo, o mais importante desse discurso nos parece ser a descrição do latifúndio como “*nefasto e iníquo porque a acumulação é necessariamente exclusão.*”, remetendo à ruína e

⁷ Disponível em WWW.prelaziasaofelixdoaraguaia.org.br/uma-igreja-na-amazonia/umaignejaparte8.htm acessado em 19/04/2012.

⁸ Entrevista dada ao Jornal do Magistrado edição de outubro a novembro de 2003.

pobreza causadas por esse sistema produtivo. Atuante junto à Comissão Pastoral da Terra (CPT), ele fala sobre a atuação da mesma na luta pela melhor organização dos trabalhadores rurais e pela justiça social:

O nosso trabalho basicamente é conscientizar, conscientizar, conscientizar. Também denunciar, denunciar, denunciar e, sobretudo, estimular a organização do povo, as reivindicações em nível nacional, internacional ou local. Cada vez mais se está vendo que há soluções locais.⁹

Para esta parte de nosso trabalho, cujo foco central são os trabalhadores nordestinos migrantes na região da transamazônica é importante compreender como se desenvolveu o processo de organização destes trabalhadores, que em maior ou menor grau, viram em uma Igreja que se colocou ao lado dos pobres, uma aliada para denunciar os abusos e abandono sofrido ao longo da década de 1970, e, por isso mesmo, o trabalho de conscientização e denúncia feito pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi e é até os dias atuais de suma importância para aqueles cujo direito à cidadania são negados.

Fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação dos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, a CPT teve um importante papel. Ajudou a defender as pessoas da crueldade deste sistema de governo, que só fazia o jogo dos interesses capitalistas nacionais e transnacionais...¹⁰

Dessa forma uma parte da Igreja se tornou uma forte aliada da classe trabalhadora no meio rural brasileiro, em especial a região amazônica, através da conscientização e da denúncia dos abusos impostos pelo regime fundiário. Assim a igreja teve papel importante na construção da estratégia de sobrevivência e afirmação dos trabalhadores da Amazônia.

⁹ Idem.

¹⁰ Histórico da Comissão Pastoral da Terra disponível e acessado em: http://www.cptnacional.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=4 no dia 22/05/2012.

Evidenciamos como parte da estratégia de afirmação dos habitantes da região banhada pelo rio Araguaia, e margeada pela rodovia Transamazônica, relatos que remetem às lembranças do período estudado como uma época de grandes transformações, no qual os trabalhadores tiveram uma condição de grande participação destas mudanças. Esses relatos falam também, como veremos, dos exageros por parte do Exército Nacional. Uma vez que paralelamente à construção da grande rodovia, organizou-se um movimento de guerrilha organizada por grupos de esquerda que foi duramente combatido pelo Exército, fato que fez com que houvesse na região, um estado de tensão permanente, provocado pela presença das forças militares. O fato toma lugar em uma pequena cidade, na época apenas um vilarejo, chamada Palestina do Pará.

A guerrilha do Araguaia, como ficou conhecida, era formada por jovens militantes de esquerda que pretendiam

organizar os camponeses visando incorporá-los no processo de transformação social brasileira. Através de pequenos grupos se pretendia formar o embrião de um exército popular, ponto de partida para a tomada do poder pela luta armada¹¹.

Em algumas entrevistas podemos ver evocada a lembrança desse período.

A questão foi o seguinte: depois da guerrilha, quando eles fizeram a colonização, eles não tinham ainda o foco da guerrilha e o pessoal estava na mata, depois que eles fizeram todo o processo das aberturas. Aí começou a chegar o pessoal do exercito e já vinha com o conhecimento que tinha alguém no sul do Araguaia pra fazer o movimento guerrilheiro. Fizeram uma operação dentro de Marabá. Depois, começaram a andar no campo e começaram a identificar e pressionar as pessoas que estavam na área da colonização ou que fosse em área de posse. A colonização quase não teve pressão, a pressão maior foi na área que ficava por trás da colonização.¹²

Através desse depoimento fica comprovado que realmente, a fase de construção da rodovia e assentamento dos colonos coincidiu com a existência da guerrilha do

¹¹ BUARQUE, Sergio; CARELLI, Vincent; DÓRIA, Palmério e SAUTCHUK, Jaime. História Imediata. **A Guerrilha do Araguaia**. Editora Alfa Omega, São Paulo, 1978. p. 15.

¹² Entrevista realizada com seu Almir em fevereiro de 2011 na cidade de Palestina do Pará.

Araguaia e sucessivas operações do Exército na região em busca da desestabilização dos guerrilheiros. Esse objetivo do exército trouxe alguns traumas para a os habitantes da região.

Então muita gente que não sabiam (sic) nem quem eram os guerrilheiros sofreram na mão deles (Exército). Apanharam, foram presos, torturados. Porque às vezes eram amigos dos guerrilheiros mas não sabiam quem eram esse pessoal, chegavam como posseiros trabalhando também na agricultura fazendo muitos trabalhos de assistência. Quem é que não queria com aquele sufoco? Porque era o momento mais difícil que tinha doença pra todo lado, sem assistência então o pessoal apoiava qualquer pessoa que chegava querendo comprar farinha. O colono vendia e às vezes eles dormiam nas casas dos posseiros passavam sempre nas casas dos posseiros e, isso foi o suficiente pro Exército dizer que os posseiros estavam apoiando! E aí morreu muita gente! Teve gente que eles levaram e nunca mais se viu, então foi muita pressão...¹³.

MAPA II

¹³ Idem



Fonte: BUARQUE, Sérgio. *A Guerrilha do Araguaia*. Editora Alfa Omega, São Paulo, 1978. p 25.

A permanência do exército refletiu na mudança de hábitos e no cotidiano dos habitantes da região, que sofriam com as incursões feitas pelos militares, muitas vezes sofrendo com a violência provocada pela suspeita de cooperação com os guerrilheiros. Segundo o relato dos próprios trabalhadores, a falta de assistência do Estado aos habitantes da região, fez com que houvesse uma aproximação desses com os



guerrilheiros, que em muitos casos, substituíam o Estado no que dizia respeito à assistência médica e até mesmo agrícola na região, em virtude de serem, muitas vezes, estudantes de medicina, agrônomos e outras profissões. Essa “pressão” que nos relata seu Almir, também foi denunciada pela historiadora Patricia SpositoMechi em matéria publicada na Revista de História da biblioteca nacional, na edição de março de 2013 onde temos que além de se infiltrarem disfarçadamente nas comunidades, “outra forma recorrente de colher informações era prendendo e torturando camponeses – muitos dos quais ainda estão desaparecidos.”¹⁴

Outros depoimentos na mesma cidade e região evidenciam alguns procedimentos adotados pelos militares:

A gente viu algumas coisa (sic) aqui que não era pra vê!. Eu já cheguei no final, mas como tinha blitz. Na semana que eu me casei, passei numa blitz, eu fiquei detido durante duas horas porque eu tinha barba fechada, tinha um cabelo no ombro e ia passando com minha esposa numa camionete né, como passageiro, aí, lá eu fiquei detido porque eles me pediram a identidade, na foto da identidade eu era uma pessoa, na característica hoje era outra, agora no momento né? Aí cismaram da minha cara, fiquei detido. Você é homem do pessoal! Você é o homem das pessoas que a gente tá procurando! Era num era... fui torturado lá!¹⁵

O relato de Seu Alexandre nos dá a dimensão do clima de tensão em que viviam os habitantes da região nesse período, onde a presença militar mudava toda a rotina de um pequeno vilarejo da época e, onde, não adotar uma aparência padrão exigido já era motivo de suspeita e conseqüente coerção por parte do exército nacional. Todavia, o que chamou a atenção no relato de seu Alexandre foi a reprodução de uma memória coletiva que permeia as cabeças dos mais velhos da região atualmente e se vê a seguir.

(...) eu vi várias aviatura (sic) com pessoa amarrado dentro né? Os pés e as mão, um dia eu vi uma pessoa por nome Sônia e... um dia eu vi uma moça por nome Dina, chamava Dinalva na época, assistindo o jornal, o nome dela, o nome dela certo é Dinalva, mas o apelido, o outro nome chamava Dina, isso tão bonita meu amigo, essa menina, bonita que parece que era pintada do céu assim ó, que era levada ali pra uma execução que tinha um

¹⁴ MECHI, Patricia Sposito. In Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 2013. P. 29.

¹⁵ Entrevista realizada com seu Alexandre em fevereiro de 2011 em Palestina do Pará.

*ponto que chamava bacaba que hoje é uma sede do exército em Marabá (...)*¹⁶

Esses depoimentos são parte da construção da memória coletiva que vem ano a ano após a ditadura sendo construída pelos habitantes da região. Organizações não Governamentais (ONGS) e entidades como o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (Cejil) e indivíduos particulares que se interessam pelo estudo e resgate daquele período, inclusive familiares dos guerrilheiros mortos e desaparecidos que dado esse processo, exerce influência na construção dessa memória. A fala de Seu Alexandre acerca da prisão e morte da guerrilheira, que teria sido testemunhada por ele, não é apoiada pelos estudos históricos, visto que, sua chegada e permanência na região foram posteriores ao fim do movimento guerrilheiro: A subcomandante da Guerrilha Dina foi presa em junho de 1974¹⁷, ou seja, antes da chegada de seu Alexandre na região. Todavia, seu depoimento reproduz o imaginário coletivo construído ao longo dos anos posteriores à ditadura, cercado por descobertas, mas também por mitificações de ambos os lados (oficial e popular). Não obstante, o entrevistado chegou à região no período imediatamente após o fim da guerrilha, mas também vivenciou, como já dito pelo mesmo, as intempéries daquele período de grande repressão política.

Essas mitificações são comumente construídas e servem de alegorias para enfatizar determinados acontecimentos ou períodos, portanto, não a entendemos como mentira do entrevistado e sim como reprodução da memória (alegórica) coletiva. Lembramos Montenegro que diz “O que importa na História Oral não são os fatos acerca do passado, mas todo o caminho em que a memória popular é construída e reconstruída como parte da consciência contemporânea (...)”¹⁸

Escolhemos mais um relato acerca da pressão sofrida na região em virtude da presença dos militares, por sua vez nos chamou a atenção por ser de um francês recém chegado ao Brasil e que mal falava português na época, mas mesmo assim foi preso, e acusado de ligação com a guerrilha. “Fazia dois meses que eu tava aqui, já me

¹⁶ Idem.

¹⁷ STUDART, Hugo, **A Lei da Selva**. São Paulo, Geração Editorial, 2006. p. 57.

¹⁸ MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e Memória: A Cultura popular revisitada**. Editora Contexto, São Paulo, 2007. p. 16.



prenderam porque acharam que eu era remanescente da guerrilha, coisa de paranóia de milico”¹⁹.

Observando esses depoimentos, podemos concluir que o processo de assentamento dos trabalhadores rurais nessa região, se desenvolveu de uma forma peculiar em relação às demais áreas abrangidas pela Transamazônica, tendo como prioridade do governo o combate à guerrilha e a qualquer um que a ajudasse, e não a fixação do homem a terra realmente, o que tornou o sonho de conseguir um pedaço de terra para cultivo e a gentileza com os vizinhos, possíveis guerrilheiros, em prematura sentença. O depoimento do francês também nos revela o importante papel que foi desempenhado pela Igreja no que tange à assistência aos trabalhadores rurais dessa região brasileira. Ao ser perguntado sobre os motivos que o trouxeram para o Brasil, ele nos diz: “Muito simples! Eu era agrônomo e era de uma congregação religiosa, aí trabalhava na agricultura familiar com uma equipe de irmãos lá na região”.²⁰ Ou seja, além da assistência aos trabalhadores no quesito espiritual, a Igreja também fez parte da vida dos mesmos dando-lhes através de assistência técnica, humanitária e na sua luta no que tange a terem seus direitos respeitados, que eram quase sempre ignorados na região. Emmanoel também foi membro fundador da Comissão Pastoral da Terra (CPT) entidade ligada à Igreja Católica e que se dedica a causa dos trabalhadores rurais em todos os seus segmentos.²¹

Um fato importante acerca da colonização às margens da Transamazônica na região Sudeste do Pará (microrregião de Marabá) é que o processo de migração para esta região se iniciou bem antes do projeto de colonização dirigida pelo Governo Federal, inclusive já se percebia alguns conflitos entre posseiros na região, não podemos

¹⁹ Entrevista realizada em fevereiro de 2011, em Marabá, com seu Emmanuel.

²⁰ Idem.

²¹ De 75 para 76 foi criada a Comissão Pastoral da Terra, tendo como membros fundadores Emanuel e Dorothy, tendo o primeiro trabalhado mais ou menos 10 anos na CPT e que depois passou a trabalhar em parceria com a Universidade Federal do Pará em um centro agroambiental do Tocantins a partir de 1988 e também desempenhou papel na fundação agrária do Tocantins Araguaia. No discurso de Emmanuel vê-se referência à Dorothy, esta por sua vez foi uma missionária norte-americana que, em virtude dos conflitos agrários existentes na região, envolvendo grileiros, latifundiários e trabalhadores rurais, estes últimos defendidos por ela, foi assassinada em 2005, no estado do Pará, na região de Anapu (área de cobertura do projeto Transamazônica), tornando-se mártir da luta dos trabalhadores contra a exploração do latifúndio.

afirmar exatamente quando teria se iniciado tal processo migratório, uma vez que, pode ser remetido a séculos ou décadas anteriores, mas, aproximadamente 50% de nossos entrevistados na microrregião de Marabá eram migrantes que se deslocaram antes da década de 1970, sendo a maior parte em função da busca por terras, mas também há casos relacionados à mineração e ao crescente comércio da região em virtude da construção da rodovia Belém-Brasília.²²

Os casos de migração para a região antes da Transamazônica, nos revelam o perfil do processo e do trabalhador, normalmente oriundos da região Nordeste, principalmente do Maranhão, estado mais próximo, e que utilizavam o rio Araguaia como caminho a percorrer. As primeiras ocupações se formaram próximas às margens do rio e, depois da construção das estradas, como a Transamazônica foi ganhando novos desenhos, de acordo com a maior ou menor facilidade de acesso. Tais observações, derrubam o *slogan* do Governo de *terra sem homens*, uma vez que, como se observa, o processo de migração já se mostrava dinâmico nessa região amazônica. A respeito desse tema Ianni observa que:

*A migração de trabalhadores rurais e seus familiares para a região amazônica intensificou-se bastante desde 1970. Ela já ocorria em escala notável antes dessa data, se tomamos por exemplo o que vinha ocorrendo no Sul do Pará (..)*²³.

O autor ainda expõe sua opinião com relação aos projetos de colonização realizados na região, afirmando que tais empreendimentos foram na verdade uma espécie de “contra-reforma agrária”, já que delimitou terras que antes eram alvo de ocupação espontânea de trabalhadores rurais e então as terras devolutas deixam de ser devolutas e passam a ser tornar cada vez mais latifúndios.²⁴

²² Coletamos informações a respeito dos interesses nesse movimento migratório com os próprios trabalhadores da região em nossas entrevistas e em conversas informais com pessoas locais.

²³ IANNI, Octávio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis, editora Vozes, 1979. p. 11.

²⁴ Idem.

As medidas tomadas pelo governo “fomentaram um processo de modernização através de capitalização da produção nas regiões agrárias mais produtivas, especialmente os latifúndios.”²⁵.

Na verdade, os próprios trabalhadores rurais, sem posses em sua terra natal, proporcionaram de forma autônoma uma espécie de reforma agrária espontânea, ocupando terras devolutas sem nenhum tipo de amparo do Estado, apenas os trabalhadores entre si é que cooperavam para sobrevivência.

A partir da criação dos projetos de colonização dirigida, que teve fases e formas diferentes de atuação nas épocas e regiões onde foram aplicados, podemos perceber em maior ou menor grau um favorecimento da grande propriedade em detrimento dos minifúndios, que na verdade seriam a solução para o fim da miséria e tensão social no campo. A respeito dessa prática de ocupação das terras devolutas o INCRA dizia:

MA-INCRA-CEAT

AVISO

O INCRA, no interesse de salvaguardar os bens da União, alerta ao público em geral das disposições legais inseridas no artigo 20 da lei 4947, de abril de 1966.

<<Art. 20 Invadir, com intenção de ocupá-las, terras da União dos Estados e Municípios:

PENA: Detenção de 6 meses a 3 anos.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem, com indêntico propósito, invadir terras de órgãos ou entidades federais, estaduais ou municipais, destinadas à reforma agrária.²⁶

Temos acima uma situação descrita pelo próprio órgão responsável pela reforma agrária ou seja, na região do Araguaia-Tocantins, onde está o sul do Pará, em 1978 já havia uma situação de tensão reconhecida pelo Estado, uma vez que ficava limitada a ocupação dessas áreas de acordo com as restrições dos órgãos controladores. Essa situação de restrição à chegada dos trabalhadores fez com que os latifúndios fossem privilegiados em relação aos minifúndios recebidos por trabalhadores rurais pobres.

²⁵ MILDER, Ron.

²⁶ MA- Ministério da Agricultura, INCRA- Instituto nacional de colonização e reforma agrária. CEAT – Coordenadoria especial do Araguaia-tocantins, 1978 *apud* IANNI, op cit.

Após o lançamento do PIN, “só se falava na nova estrada e no novo país que ela ia significar para os ‘homens sem terra’ do Nordeste” apesar disso o que se viu foi que “multiplicaram-se as grandes fazendas de gado financiadas pela SUDAM.”²⁷

Ianni resume a situação:

*A despeito da política governamental, em favor do latifúndio e da empresa (extrativismo, mineração, pecuária, agricultura, agroindústria) são muitos os trabalhadores rurais e seus familiares que seguem para as terras devolutas ou tribais da Amazônia. Cresce o número de ocupantes em áreas como a do sul do Pará (...)*²⁸

Essa situação gera por consequência uma bomba relógio, que normalmente explode do lado do posseiro e seus familiares, mutilando famílias que já eram sobreviventes de outra situação de exclusão em sua terra natal, enquanto os desmandos dos grandes proprietários são comumente mascarados e pouco repreendidos pelo Estado. Casadáliga em “Uma Igreja da Amazônia contra o latifúndio e a marginalização social” é bem claro ao afirmar que “À Sudam, infelizmente não podemos apelar, pois até o momento mostrou-se exclusivamente a serviço do latifundiário”²⁹

A inexistência do “vazio demográfico”, pelo menos na região sul do Pará, fica demonstrada por Velho:

*Na área do São Domingos, o problema de terras está se tornando mais difícil. Não existem mais extensas faixas de terra livre próximas a São Domingos (...) por isso diminui a capacidade absorver novos lavradores.*³⁰

²⁷ BUARQUE, Sergio; CARELLI, Vincent; DÓRIA, Palmério e SAUTCHUK, Jaime. História Imediata. **A Guerrilha do Araguaia**. Editora Alfa Omega, São Paulo, 1978. p. 16 .

²⁸ IANNI, op cit.

²⁹ CASADÁLIGA, Pedro. Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social. Carta Pastoral, São Felix do Araguaia. 1971.

³⁰ VELHO, op cit. p. 153.

Essa afirmação corrobora fielmente a situação: “O negócio pro chegante está complicado. Pobre tem que andar, tem que acompanhar o movimento. Quem já fez, já fez, quem não fez, não faz mais”.³¹

A rodovia que foi projetada para ser símbolo da grandeza nacional e de sua justiça social, através da grande mobilização de trabalhadores nesse espaço nacional. No entanto, não levou em conta que do ponto de vista do capital, a mobilidade do trabalhador é altamente vantajosa, diminuindo custos e aumentando a eficiência do empreendimento, contudo, “do ponto de vista do trabalhador a mobilidade significa basicamente, maior instabilidade e exploração, bem como dificuldades extras de organização sindical e política”,³² ou seja, o trabalhador fica a mercê dos interesses do capitalista, neste caso, os donos das construtoras e os grandes latifundiários, enquanto os capitalistas lucram cada vez mais com a exploração, pouco fiscalizada, do trabalhador. “Em pouco tempo, na Amazônia de terras-do-sem-fim, surge e agrava-se a luta pela terra”.³³

FONTES:

Obras Literárias

Luar do sertão, composição de João Pernambucano e Catulo da Paixão Cearense, 1914.
RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. e-book 45ª edição. (1938, primeira edição)

Jornais

Diário de Pernambuco (1970-1974)

Folha de São Paulo (1970)

Itatocan (1971-1972)

O Liberal (1970-1974)

O Marabá (1970-1974)

Notícias de Marabá (novembro de 1970)

Jornal do Magistrado (outubro a novembro de 2003)

³¹ Idem.

³² Idem.

³³ IANNI, op cit. p. 42.

Revistas

Manchete, exemplares de 1970 à 1975

Revista de História da Biblioteca Nacional. Março de 2013.

Fontes impressas:

ALCATRAZ, Flávio. Transamazônica: A redescoberta do Brasil. Livraria Cultura Editora, São Paulo, 1972.

Censos do IBGE 1970 e 1980.

Histórico da política indigenista, retirado em
(<http://www.funai.gov.br/quem/historia/politica.htm>) acessado em 01/06/2011.

MELO FILHO, Murilo. O jovem deve saber tudo sobre a Transamazônica. Bloch editores, Rio de Janeiro, 1971..

Metas e Bases para a ação de governo, 1970/71.

MORAIS Fernando. Transamazônica. Editora Brasiliense, São Paulo, 1970.

O Jogo da Verdade (coletânea de discursos presidenciais de Médici produzido no Departamento de Imprensa Nacional para a Secretaria de Imprensa da presidência da República. 1970). 132 .

PEREIRA, Osny Duarte. A Transamazônica: Prós e Contras. Editora civilização brasileira, Rio de Janeiro, 1971.

Processos do acervo do Tribunal Regional do Trabalho da região de Belém do Pará.

Filmes e Documentários

SOL, Anjos do. Direção: Rudi Lagemann. 2006.

AMAZÔNICA, Iracema uma transa. Direção: Jorge Bondansky e Orlando Senna. 1974.

EXÍLIO, Canções do: A Labareda que Lambeu tudo. Dirigido por Geneton Moraes Neto e produzido por Jorge Mansur. 2011.

Entrevistas

Entrevistas realizadas nas cidades de Petrolina-PE, Marabá-PA, Brasil Novo-PA, Palestina do Pará-PA e Altamira-PA entre 2010 e 2011. 133

REFERÊNCIAS

- ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o sindicalismo rural*. Recife: UFPE, 2005.
- ALBUQUERQUE, Jr., Durval Muniz de . *A Invenção do Nordeste e outras artes*. Editora Cortez, São Paulo, 2001. p. 35.
- ALVES Filho, Armando ; SOUZA Jr., José Alves de; BEZERRA Neto, José Maia. *Pontos de História da Amazônia* vol. II. Editora Pakatatu, Belém, 2000, p. 49.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ANDRADE, Manuel Correia. *1964 e o Nordeste: Golpe, Revolução ou Contra-revolução?*. Editora Contexto, São Paulo, 1989.
- ANDRADE, Manuel Correia. *A terra e o homem no Nordeste*. Livraria editora ciências humanas, 4ª edição, São Paulo, 1980.
- BAER, Werner BARATA, José Fernando Nunes; COSTA, José Marcelino Monteiro; HÉBETTE, Jean; MARIN, Rosa E. Acevedo; SMITH, Nigel. *Colonização, Desenvolvimento e modelos econômicos*. NAEA, Belém, 1977.
- BECKER, Bertha K.. *Amazônia*. Editora ática. São Paulo, 1994. p. 39.
- BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia, formação social e cultural*. Editora Valer, Manaus, 1999, p. 135.
- BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. São Paulo: UNESP, 2002.
- CASADÁLIGA, Pedro. *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. Carta Pastoral, São Felix do Araguaia. 1971
- CHAUÍ. Marilena. *Brasil, mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000
- CONTINI, Elísio. *A Colonização na Transamazônica: resultados e problemas*. Rio de Janeiro: EBAP/FGV, 1976.
- DABAT, Christine Paulette Yves Rufino. *Moradores de Engenho*. Tese de doutorado. UFPE, Recife 2003.
- FERRARI, Monia de Melo. *A migração nordestina para São Paulo no segundo governo Vargas (1951-1954): Secas e desigualdades regionais*. Universidade Federal de São Carlos. 2005.

- FERRARINI, Sebastião Antônio. *Transertanismo: Sofrimento e miséria do nordestino na Amazônia*. Editora vozes Ltda. 1979. 134
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves. (Orgs.) *O Brasil Republicano: O tempo da Ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.
- FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV 1997.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. 48ª edição, Global editora. São Paulo, 2006
- FURTADO, Junia Ferreira. *Cultura e sociedade no Brasil colônia*. Editora Atual, São Paulo, 2001.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- . *A Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras: 2003.
- . *A Ditadura Encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- . *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GIRON, Loraine Slomp e RADÜNZ, Roberto. (orgs.). *Imigração e Cultura*. Caxias do Sul: EDUCS, 2007.
- GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *Errantes da selva: histórias da migração nordestina para Amazônia*. Recife: Editora da UFPE, 2006.
- HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina (orgs.). *No mar, nos rios e na fronteira: Faces do campesinato no Pará*. Universidade Federal do Pará, 2002.
- HOBSBAWM, E. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HOBSBAWM, Eric. *A Outra História – Algumas Reflexões in KRANTZ, Frederick (Organizador). A Outra História: Ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- IANNI, Octavio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Editora Vozes, Petrópolis, 1979.
- JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira. *O Açoite da seca: Família e Migração no Ceará (1780-1850)*. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais.

- LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. Rio de Janeiro: Editora Nova fronteira, 1997.
- LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. Campinas – SP, Ed. UNICAMP, 2005. 135
- LUCA, Tania Regina de. *Fontes impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas*. 2º ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- MAINWARING, Scott. *A igreja católica e Política no Brasil 1916 – 1985*. Editora Brasiliense, São Paulo, 2004.
- MARTINE, G. *Expansão e retração do emprego na fronteira agrícola*. Brasília, 1982.
- MARTINS, Edilson. *Amazônia, a última fronteira*. Editora Codecri Ltda., Rio de Janeiro, 1981.
- MATTOS, Maria Virgínie Bastos de. *História de Marabá*. Gráfica Itacaiúnas, Marabá, 1996.
- MENEZES, Fernando Dominiene. *Enunciados sobre o futuro: ditadura militar, Transamazônica e a construção do “Brasil grande”*. Dissertação de mestrado, UNB: 2007.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. *História Oral e Memória: A Cultura popular revisitada*. Editora Contexto, São Paulo, 2007.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, Metodologia, Memória*. Editora Contexto, São Paulo, 2010.
- MORAES, Emanuel de. *Brasil Sertão*. Editora Nova razão cultural. Rio de Janeiro, 2008.
- ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. Editora Pontes, Campinas – SP 2009. p. 9.
- PAGE, Joseph A.. *A Revolução que nunca houve: O Nordeste do Brasil 1955-1964*. Editora RECORD, Rio de Janeiro, 1972.
- PALLARES-BURKE, Maria Lucia Gracia. *Gilberto Freyre: Um vitoriano dos Trópicos*. Editora UNESP, São Paulo, 2005.
- PANDOLFO, Clara. *Amazônia Brasileira: Ocupação, desenvolvimento e Perspectivas atuais, futuras*. Editora cejup, Belém, 1994.

- PETIT, Pere. *Chão de promessas: Elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964*. Belém editora Paka-Tatu 2003
- PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas*. Editora Contexto, São Paulo 2008.
- PRADO, Jr., Caio. *Formação Econômica do Brasil*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1977.
- REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois*. Bauru: Edusc, 2004.
- SECRETO, Maria Verônica. *Soldados da Borracha: Trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.
- SILVA, Claudécir Ribeiro da. *A representação do Nordeste nas letras das músicas da cantora Marinês*. Campina Grande. UEPB, 2009
- SILVA, Kalina Vanderlei. *'Nas solidões vastas e assustadoras': a conquista do sertão pernambucano pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII*. Tese de doutorado em História, UFPE, Recife, 2008.
- SILVA, Maria Ivonete Coutinho da. *Mulheres Migrantes na Transamazônica: Construção da ocupação de fazer política*. Tese de doutorado Universidade Federal do Pará, 2008.
- SOUZA, Márcio. *Breve História da Amazônia*. Rio de Janeiro, AGIR, 2001.
- STUDART, Hugo. *A Lei da Selva*. São Paulo, Geração Editorial, 2006
- VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária*. ZAHAR editora, Rio de Janeiro, 1981.
- VILLA, Marco Antônio. *Vida e morte no sertão: História das secas nos séculos XIX e XX*. Editora Ática, São Paulo, 2001.